A GUERRA DOS CEM ANOS

UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRAUMA

Tradução Josué Fernandes

JEAN FAVIER

Índice

Índice
Página de direitos autorais
DO MESMO AUTOR
Introdução
CAPÍTULO UM - As Origens
CAPÍTULO II - Crescimento interrompido
CAPÍTULO III - Uma guerra mal travada
CAPÍTULO IV - O CHEVAUCHÉE D'EDOUARD III
CAPÍTULO V - Um reino dividido
CAPÍTULO VI - Os Cavaleiros do Apocalipse
CAPÍTULO VII - Poitiers
CAPÍTULO VIII - O reino decapitado
CAPÍTULO IX - França desmembrada
CAPÍTULO X - O tempo das empresas
CAPÍTULO XI - A reconquista de Carlos V
CAPÍTULO XII - Os frutos amargos da guerra
CAPÍTULO XIII - Armagnacs e Burgundians
CAPÍTULO XIV - Um reino legado
CAPÍTULO XV - Os três França
CAPÍTULO XVI - Joana d'Arc
CAPÍTULO XVII - A reviravolta
CAPÍTULO XVIII - O tempo dos devoradores
CAPÍTULO XIX - Carlos, o Vitorioso
Fontes históricas
Bibliografia
NA MESMA COLEÇÃO

© Livraria Arthème Fayard, 1980
978-2-213-63971-0

Projeto PROHISTORIA

Obra original: La guerre de Cent Ans
Autor: Jean Favier
Editora: Fayard
Ano: 1980
Tradução: Josué Fernandes

DO MESMO AUTOR

Os arquivos (PUF, 1959; 3ª edition, 1975).
Um conselheiro de Philippe le Bel: Enguerran de Marigny (PUF, 1963).
Cartulaire e atos de Enguerran de Marigny (Imprimerie Nationale, 1965).
Finanças pontifícias na época do grande cisma do Ocidente (De Boccard, 1966).
De Marco Polo a Christophe Colomb (Larousse, brochura, 1968).
História da Normandia, em colaboração (Privat, 1970).
Os contribuintes parisienses no final da Guerra dos Cem Anos (Droz, 1970).
Finanças e tributação no final da Idade Média (CDU-SEDES, 1971).
Paris na XV ª século (Difusão Hachette, 1974).
O comércio fluvial na região de Paris no XV ª século (Imprensa Nacional, 1975).
Philippe le Bel (Fayard, 1978).
François Villon (Fayard, 1982).
The Time of Principados (Fayard, 1984).
Ouro e especiarias (Fayard, 1987).

do instituto

Introdução

Esta é a história de uma guerra. Uma Guerra de Cem Anos, se é que se pode ver neste confronto de cinco ou seis gerações qualquer coisa diferente do último ato de uma guerra de trezentos anos iniciada na época da bela Duquesa Eleanor. Uma guerra da qual se pode perguntar se realmente durou cem anos ou se este século não assistiu simplesmente a uma sucessão de conflitos tão diferentes em sua natureza quanto limitados em sua extensão. No longo prazo que o historiador escolhe quando quer discernir tendências e analisar as profundas mudanças na sociedade, a guerra é um dos múltiplos fatores de uma depressão econômica e também de uma construção política. No curto espaço de tempo, que é o da história vivida, a guerra está presente em outro lugar que não em batalhas campais tão raras quanto raramente são decisivas?

O tempo do historiador é tanto o tempo em que ele encontra os meios para observar os fenômenos quanto o tempo em que esses mesmos fenômenos foram sentidos e experimentados. No entanto, a guerra, que se inscreve no longo prazo como eco de tensões profundas e como ocasional paroxismo de movimentos seculares, não é menos conhecida no curto prazo como uma das crises, e às vezes uma crise decisiva. , descontinuidade histórica.

Para não ficar na superfície de uma análise de tempos passados, o historiador deve estar atento às esperanças e fracassos, alegrias e sofrimentos, que estão na escala do homem.

A fortificação de uma cidade e a ruína de uma aldeia podem muito bem pertencer apenas a um horizonte limitado, é o horizonte dos homens. A devastação de uma safra ou a dizimação de um exército pode ser apenas o ato de um momento, mas para ver a devastação paramos de semear, e o exército que espera para lutar custa ao país tanto quanto aquele que é morto. Indispensável ao historiador ao abraçar a evolução de forças profundas, o longo prazo dificilmente dá escala à história daquilo que o homem viveu e sentiu. Dois anos de escassez e um ano de superprodução apenas fazem um equilíbrio econômico nos gráficos de média móvel do estatístico. Na verdade, deixa pessoas mortas e ruínas, especuladores e desempregados. Cabe ao historiador escolher os meios de sua análise nas duas dimensões do movimento secular e do dia dos homens.

Expressão de movimentos profundos tanto quanto fenômeno em si, a guerra torna-se um fator determinante nas mudanças da história a partir do momento em que o nobre e o clérigo, a burguesia e o camponês começam a pensar e a se comportar em relação a essa guerra. Se é real ou suposto não muda o caso. A guerra costuma estar mais próxima nas mentes do que na realidade mapeada. Filha da memória porque nasceu de antigas devastações e batalhas narradas, a psicose de guerra é produto de boatos, medos irracionais e excitação coletiva. Será que uma aldeia como essa que nunca viu um soldado escapar da

guerra se cinco gerações tremeram ali e se desistimos de investir na renovação de edifícios e ferramentas? Existem desertos que foram suficientes para esvaziar o boato público. E muitos passeios foram prejudicados pela ideia de que o tivemos, mais do que pelo dano real em uma estrada de uma légua de largura.

Negar que um século de guerra seja outra coisa que uma ruga na história seria, portanto, esquecer o que a evolução das formas de vida social deve às atitudes mentais, individuais e coletivas. A arte de amar e a arte de morrer dizem respeito tanto a essas atitudes quanto ao desenho de rotas comerciais e ao fluxo do êxodo rural.

A Guerra dos Cem Anos é o confronto de duas potências num longo contraponto em que participam todos os súditos dos interesses dos homens, tanto os de um primeiro presidente como os de um tecelão. No decurso deste contraponto, vamos de uma guerra a outra, e não apenas da guerra da Flandres à da Bretanha ou da cavalgada normanda à Batalha da Gasconha. Também passamos de um conflito de sucessão a um confronto nacional, de uma guerra feudal a uma guerra monárquica. Depois da guerra em que os arqueiros prevalecem, vem aquela em que os artilheiros dominam. E, no entanto, é sempre o mesmo conflito, cuja face se renova um século, às vezes invertendo posições.

Contraponto, interação, entrelaçamento, é na verdade um tecido de correspondências sutis. A crise política da monarquia Valois, há muito insegura e muitas vezes abalada, continua a interferir na crise interna da cavalaria francesa, uma crise de desajustes políticos e econômicos tanto quanto militares. As causas profundas da mudança, como a depressão demográfica e seus efeitos na economia rural e nos salários, combinam-se e combinam-se com a ação rápida, no curto prazo, das rupturas superficiais resultantes dos atos de guerra. Mais uma vez, as perdas e ruínas da guerra têm, a longo prazo, menos consequências do que a lenta ruptura das estruturas familiares, da produção ou do financiamento. Nos tempos humanos, eles pontuam essa convulsão ou influenciam, tornam perceptível ou perturbam a ponto de ocultá-la. Não é certo que o grande aumento nos salários após a Peste Negra tenha deixado os contemporâneos convencidos de que estavam vivendo um século de estagnação econômica.

Da mesma forma, no segredo dos corações e no tumulto das assembleias, vemos a resposta recíproca ao drama das consciências religiosas que decorre da ruptura da Igreja no cisma e ao drama das consciências políticas que decorre da ruptura da religião. A França, nascida tanto das rivalidades dos príncipes quanto da derrota. Ambos se inscrevem como um simples momento no longo prazo do nascimento e identificação do galicanismo, como no do confronto dos direitos da Coroa e dos direitos do sangue real. Sua conjunção é o negócio de uma geração.

Vendo esses grupos que vêm e vão, ficamos tentados a tratar todas as solidariedades políticas em termos de aliança. Mas quer se oponham ou se juntem, podemos distinguir claramente as solidariedades contratuais que constituem a vassalagem , e que jogam nas

filiações nacionais, e as fidelidades efémeras, muito mais individuais, mas não menos - implicitamente - contratuais, que constituem o clientela dos príncipes, clientela que começa a colorir o nacionalismo. Assim que os confrontos se transformam em guerra, um terceiro tema é introduzido nesse desenvolvimento do contraponto: a profissão das armas. Empurra os profissionais da guerra a lutar por quem os paga ou contra quem já não os paga, perturbando assim, sem o interromper no mínimo, o jogo das velhas lealdades e das novas dependências.

Acrescentemos esses laços de solidariedade ou, ao contrário, esses choques de interesses criados pelo parentesco. Herdados de antigas alianças por descendência ou resultantes de uniões recentemente negociadas, os laços familiares são tanto um fator quanto uma aposta nas relações sociais, tanto de príncipes quanto de açougueiros. Ao longo deste livro, algumas tabelas genealógicas - tabelas e não árvores genealógicas exaustivas - destacam os casos em que o parentesco faz parte das forças profundas da história.

Nessa grande convulsão dos homens e das ideias, a expressão literária ou artística também intervém como reflexo das mentalidades coletivas. Por trás da vontade do escritor ou artista, há um tempo inteiro com suas esperanças e seus anseios, sua admiração e seu ódio, suas realidades e suas fantasias.

Não é objetivo deste livro abordar toda a história deste século, que se estende ao longo dos séculos, que se inicia quando o Sire de Joinville envelhece e termina quando Philippe de Commines desperta em curiosidade. Letras e artes, muitas obras importantes não aparecem ali pelo único motivo de não parecerem ter relação direta com a Guerra dos Cem Anos. Outros podem ter sentido que tinham seu lugar ali. Mas esta história da guerra não é uma antologia da França medieval, e até mesmo antologias são baseadas nas escolhas de um homem. Não mais do que se encontrará aí as contra-curvas do gótico extravagante e as amplas cortinas de Claus Sluter; não se ouvirá neste livro o debate eclesial sobre as relações do Concílio e da Santa Sé. Mas veremos a dança da morte, que é fruto da guerra como a peste, e ouviremos o dramático debate sobre a obediência do Papa de Avinhão, que divide a França política segundo clivagens transpostas para outras áreas por o fato de os mesmos homens se envolverem em vários combates.

Assim como a história de uma guerra não é apenas a dos combatentes, a história de uma crise nacional não se limita à turbulência da capital. O leitor pode, portanto, se arrepender de se encontrar tantas vezes nas margens do Sena, entre o hotel Saint-Paul e o Palais de la Cité, em torno desta Place de Grève que é ao mesmo tempo um ponto de encontro e uma instituição de vida comercial. Porque os franceses que viveram a guerra, aqueles que a travaram ou sofreram com ela, esses são os nove entre dez franceses cuja vila ou cidade nem mesmo é mencionada neste livro.

A vontade do historiador, por mais ansiosa que seja para alargar o seu horizonte e evitar uma visão parisiense da história da França, não pode, contudo, apagar as realidades da

França medieval. Paris tem, dependendo do momento, de cem a duzentos mil habitantes, enquanto as grandes cidades da província francesa têm de vinte a quarenta mil. Somente os parisienses constituem nos Estados Gerais um grupo de pressão capaz de se estabelecer na quarta ordem. Só eles mantêm a galeria e a rua. E é em Paris que se desenrola o destino da paz e da monarquia, tanto no tempo de Etienne Marcel como sob a onda dos cabochianos.

Nosso contraponto histórico dá lugar, portanto, ao renascimento incessante do fator parisiense em um desenvolvimento onde Paris vive apenas nas províncias, mas onde a província vê uma parte de sua história determinada em Paris. É justo dizer que é feito por parisienses com uma data frequentemente recente. A capital oferece um cenário, mas os protagonistas da ação que está acontecendo são toda a França. Paris é Étienne Marcel e sua ascendência como o grande burguês parisiense, mas também é Jouvenel, Cauchon, Gerson e muitos outros para quem a capital estava em vias de promoção. Além disso, quem dirá se o parisiense Bedford e sua esposa Anne de Bourgogne são ingleses ou franceses?

A cronologia reina sobre esta história de um século de guerra. Mais do que em outras épocas, a lógica da história se baseia na sucessão dos tempos. As consequências da derrota vêm naturalmente depois dela, assim como as condições de paz precedem a trégua e o tratado. A crise dos frutos também está ligada à Peste Negra que se segue e à Jacquerie que a sucede, enquanto aguarda a reação dos proprietários parisienses e o descrédito que se segue à reversão política do Rei de Navarra, como é, em um história diacrônica da vida rural, a estagnação secular dos preços dos grãos e o movimento secular de êxodo rural. Não devemos, portanto, nos surpreender com um plano que favoreça a relação de sucessão ao longo do tempo. Também preserva, na análise, o tempo vivido pelo homem e sua complexidade a médio prazo. Porque tudo se articula para os contemporâneos: as divisões da cristandade de duas cabeças, a reforma da Igreja e a relutância diante do poder temporal de Avignon, a reforma do reino e a denúncia do esbanjamento financeiro, a hostilidade ao duque Luís de Orleans e o engajamento no partido da Borgonha, o compromisso com os desordeiros cabochianos, o conluio final com os ingleses. Tudo isso forma, para os mesmos homens, uma corrente política, uma série de engrenagens mentais.

Ilustres ou obscuros, os atores da história viveram esse conjunto de motivações e comportamentos e o viveram ao mesmo tempo, o consciente e o inconsciente participando de um mesmo movimento. O gentil senhor sentado na Corte do Amor ordenado a decidir entre admiradores e detratores de um Roman de la Rose repentinamente abalado por Christine de Pisan ficaria surpreso ao saber que o caso estava ligado às ambições italianas do irmão de Carlos VI, ou mesmo as sequelas reformistas das explosões franciscanas contra os esplendores temporais da nova Babilônia. No entanto, ela estava.

A história se proíbe de julgar, de não compreender os homens. Mas, ao compreender indivíduos e grupos humanos na totalidade de seu universo mental, o leitor talvez revise certos julgamentos herdados da história ou historiografia, julgamentos que é importante

qualificar no tempo e espaço , para situar fora das referências morais ou políticas que são o anacronismo por excelência.

O que é guerra? Não é o mesmo em Bordéus e Paris, nem em Béziers ou Verneuil. Certamente não é o mesmo em Harfleur e Domrémy. O que é um inglês? Não é o mesmo para Geoffroy d'Harcourt em 1350, para o arcipreste em 1360, para Cauchon em 1420, para Nicolas Rolin em 1435. A ideia que o comerciante de Bordéus tem não é a do camponês normando.

Os próprios rostos dos homens têm mais nuances do que parecem à primeira vista, especialmente quando as imagens tradicionais mais ou menos impõem seus designs. O que pensar de Carlos, o Mau, frustrado com sua herança de Champagne, de Etienne Marcel enganado por seu próprio mundo ou de Bertrand du Guesclin tantas vezes um prisioneiro? Talvez devêssemos ver sob uma nova luz personagens aparentemente inteiros, como Harcourt ou Joana d'Arc, bem como homens com destinos complexos como Cauchon ou Richemont. Além disso, Joana é a mesma diante da inércia do delfim Carlos, do realismo político da Rainha Yolande, da sutil crueldade dos clérigos, do ceticismo dos capitães, do entusiasmo dos homens de armas?

O personagem principal deste livro, entretanto, é aquele que procuraríamos em vão no índice. Este é o homem que viveu sem crônica desde o início do XIV e no meio da XV século vinte ou trinta anos, são as vidas daqueles que sobrevivem a infância. Ele lutou, a menos que estivesse tremendo. Ele estava se rebelando, a menos que encolhesse os ombros. Ele mudou as artes sem perceber. Na guerra como na trégua, ele ganhou a vida ou perdeu tudo. Ele rosnou.

Tecelão de Ghent atrás de Artevelde ou esfolador do Grande Açougueiro atrás de Caboche, aldeão exasperado com o Grand Ferré ou soldado procurando emprego com Villandrando, espectador feliz com o vinho que flui na fonte nos feriados ou curioso sobre o enforcado durante o dia, ele lutou na Guerra dos Cem Anos tanto quanto o duque Philippe - "Pai, cuidado ..." - e quase tanto quanto o profissional La Hire. Ele falou muito sobre esta guerra que está travando um pouco. Ele nem sempre entendia. Tentaremos entender isso.

Paris, 15 de maio de 1980.

PRIMEIRO CAPÍTULO

As origens

CAPETIANOS E PLANTAGENISTAS.

A Guerra dos Cem Anos não é um século de guerra que começa na época de Eduardo III e de seu filho mais velho, o Príncipe Negro. É o terceiro e último século de uma guerra que começou na época das primeiras cruzadas, na época de uma princesa que se chamava Aliénor - ou Éléonore - e que a herança de seu pai tornara duquesa de Aquitânia. Eleanor era linda, inteligente, determinada. Um casamento político fez dela uma rainha da França, mas o piedoso Luís VII era um homem muito chato e Eleanor sabia que ele era capaz de seduzir.

O ano era 1152. Luís VII já havia sido ridicularizado durante a Segunda Cruzada: sua esposa estava, tanto quanto é do conhecimento de toda a corte, apaixonada por seu tio Raimundo de Poitiers. Retornando da Terra Santa, Eleanor caiu nos braços do jovem e elegante Henri Plantagenêt, conde de Anjou e duque da Normandia.

Para aceitar o ridículo, o capetiano perdeu todo o peso político em uma França onde o poder real permanecia frágil. Além disso, Eleanor ainda não havia lhe dado nenhum filho. Alguns bispos foram facilmente encontrados flanqueados por um grupo de barões fiéis para descobrir que o rei e a rainha eram primos. O casamento celebrado quinze anos antes foi nulo. A dignidade real foi salva.

Dois anos depois, Henri Plantagenêt colocou as mãos na coroa da Inglaterra. O rei da França agora tinha um rei como vassalo, e essa coroa real deu outra dimensão ao duque da Normandia, mestre por meio de sua esposa do Ducado da Aquitânia.

Philippe Auguste levou trinta anos para quebrar esse rival formidável. Foi necessário tomar Château-Gaillard em 1204, para derrotar em 1214 em Bouvines uma coalizão apoiada pelo imperador germânico, para esmagar ao mesmo tempo o exército de Aquitânia de Plantagenêt. Mestre da Normandia, Anjou e Poitou, o Capetian finalmente se tornou o primeiro senhor de seu reino.

Vencedor longânime em 1242, São Luís desistiu de expulsar o inglês da França: o Plantagenêt não era propriamente o inglês, e o escrupuloso rei São Luís não ousou privar Henrique III de uma Guyenne que afinal, permaneceu como o legado de sua avó Eleanor.

Em 1286, um tratado resolveu as últimas divergências, relacionadas a Quercy e Saintonge. Parecia que uma guerra de cento e cinquenta anos estava chegando ao fim.

Por muito tempo, e além das lutas inúteis de um Philippe le Bel ocupado demais em outro lugar para se dar ao luxo da intransigência em face de seu adversário derrotado, o inglês estava na França porque em Bordéus reinava um duque em quem ninguém realmente via um estranho, mas a quem todos sabiam que além do mar ele usava uma coroa real. Forte da Gasconha, Agenais, Saintonge e tudo o que os Capétien possuíam recentemente em Limousin, Quercy e Périgord, o duque-rei era, no sul da França, um rival de homenagem incerta.

No reduto de qualquer barão, o rei da França já não teria perdido a oportunidade de lembrar que era ao mesmo tempo o senhor superior da pirâmide feudal - o “suserano” - e o soberano de um estado indiferente. às redes feudais. Com mais razão - e na proporção do risco - os oficiais reais não perderam nenhuma oportunidade de lembrar aos aquitanos que eram do reino da França, e ao duque de Aquitânia que era ao mesmo tempo, como um todo cada um, vassalo e súdito do Capetian. O duque da Aquitânia era rei, mas o rei da Aquitânia era o rei da França, não o da Inglaterra.

Mais do que uma escaramuça neste conflito, então com dois séculos de idade, a "guerra de Saint-Sardos" foi um verdadeiro ensaio geral do que viria a ser a Guerra dos Cem Anos. O assunto era trivial e poderia permanecer assim. Tentamos dramatizar.

No coração de Agenais, a aldeia de Saint-Sardos era, sem dúvida, o duque Eduardo II. Dominando o vale do Lot e constituindo uma possível eclusa da confluência do Lot e do Garonne, era, no entanto, uma presa de escolha para o povo do Rei da França, que convenientemente percebeu que a aldeia tinha por senhor o prior de Sarlat. Um vassalo inglês permitiu-se construir uma bastide fortificada lá. Carlos de Valois saiu, em nome de seu sobrinho, o rei Carlos IV, para tomar a bastida e o território de Saint-Sardos. Os gascões responderam, assumiram e enforcaram os oficiais do rei da França.

Carlos IV fingiu não ouvir as palavras conciliatórias de seu cunhado Eduardo II, que negou em voz alta o zelo um tanto intempestivo de seu povo. Em 1 julho 1324, alegando que o duque não tinha emprestado sua homenagem por Guyenne, o Parlamento confiscou o ducado. Charles de Valois foi acusado de ocupar o país, o que fez em pouco tempo, sem nenhuma defesa realmente se manifestando. Com exceção de Bordeaux, Bayonne e Saint-Sever, os franceses assumiram o controle de todo o ducado e ficaram muito constrangidos.

Eduardo II já teve problemas suficientes na Inglaterra, onde seus homens pensavam em nada menos do que expulsá-lo do trono. Ele facilmente sacrificou princípios para salvar Guyenne. Negociado pelo papado, o tratado de 1325 estipulou que os oficiais do ducado seriam doravante nomeados pelo rei da França, o rei-duque tendo apenas a possibilidade de nomear os senhores simples. A homenagem foi comprometida: foi emprestada, mas não

pelo próprio rei da Inglaterra. O príncipe Eduardo, o futuro Eduardo III, era o encarregado do assunto.

O duque de Guyenne agora parecia distinto do rei da Inglaterra, e a questão de Guyenne podia ser considerada resolvida. Carlos IV bloqueou sem conceder ao príncipe Eduardo, por feudo e, portanto, como preço de sua homenagem, uma Guyenne reduzida às regiões vizinhas da costa. Os Agenais permaneceram em Capétien. Naturalmente, Eduardo II recusou-se a se curvar e achou conveniente renegar seu filho. Carlos IV estava apenas esperando por isso: ele mais uma vez confiscou o ducado.

A queda de Eduardo II e a ascensão de Eduardo III mudaram as condições de negociação. Em 31 de março de 1327, Eduardo III recuperou seu ducado contra uma promessa de indenização de guerra. Ainda era necessário fazer as fortalezas que os oficiais do rei da França haviam mantido por três anos.

Olhando para o mapa, uma coisa é óbvia: trinta anos de perseguições fizeram com que as ricas terras de Agenais e Bazadais, Périgord e Limousin passassem sob a firme autoridade dos Capétien. Do ducado reconhecido a Henrique III pelo Tratado de Paris de 1259, seu bisneto Edouard III manteve, de Charente a Adour, apenas as regiões costeiras de Saintonge e Gasconha. Bordéus, centro nevrálgico e baluarte da economia da Aquitânia, viu-se isolado do seu interior. O continente do antigo estado Plantageneta corria o risco de asfixia.

No terreno, a situação era pior. Todos os pretextos pareceram bons aos oficiais do Rei da França para atrasar a entrega dos territórios devolvidos pelo Tratado de 1325. Os vassalos do Duque-Rei da Aquitânia jogaram plenamente a carta de sua autonomia e favoreceram as temporizações que permitiam os trocadilhos do direito feudal . Tudo era uma questão de conflito e qualquer conflito levava à justiça do suserano, ou seja, ao Parlamento de Paris, esta "Corte do Rei" cuja própria existência lembrava ao Plantagenêt que na Guyenne ele não era nem suserano nem soberano.

Tantas ligações, tantas perguntas. Os oficiais do rei da França nunca deixaram de incomodar o povo do rei-duque, e a auto-estima deste último teve de se acomodar para fornecer em cada ocasião as justificativas de sua presença e as contas de sua gestão.

A HOMENAGEM DE EDWARD III.

A única resposta do vassalo humilhado foi procrastinar a homenagem que devia novamente, já que seu senhor, o rei da França, acabara de mudar. Filipe VI enviou embaixadores a Londres para lembrá-los da obrigação de vassalo. A homenagem criou um vínculo pessoal, de homem para homem: assim como uma mudança de vassalo, a mudança de senhor queria uma nova homenagem.

Mas a mudança de senhor que acabara de ocorrer em 1328 tinha a peculiaridade de o filho do conde de Valois ter subido ao trono da França ao último dos Capetianos. Mesmo que Eduardo III, quase rei da Inglaterra, mal tivesse pensado em cobiçar o trono deixado vago com a morte do terceiro filho de Filipe, o Belo, a ideia de homenagear seu primo Filipe de Valois tinha tudo a seu favor. para desagradar. Não era sua mãe filha de Philippe le Bel, e a terrível Isabella não declarou que seu filho "nascido de rei" jamais prestaria homenagem a um "filho de um conde"?

O rei da França consultou seu Conselho, que opinou que o ducado ainda não poderia ser confiscado, mas que era lícito confiscar seus rendimentos até a homenagem. Uma nova citação foi trazida para a Inglaterra. O procedimento de confisco foi novamente iniciado.

Eduardo III se importou pouco com uma guerra no continente enquanto na Inglaterra seu poder estava sendo minado. Ele cedeu. Foi anunciado que ele estava prestando uma homenagem a Guyenne.

A reunião aconteceu em Amiens, em junho de 1329. O rei da Inglaterra veio em grande companhia. Levou dois dias para levar os cavalos da escolta de Dover a Wissant: mil cavalos, disseram. Philippe de Valois não ficou de fora e é no meio de um extraordinário pátio que deu as boas-vindas ao primo. Os antigos evocavam a festa que fora, dezesseis anos antes, a "cavalaria" do rei de Navarra. Froissart deveria coletar o eco do novo festival:

O rei Filipe estava totalmente equipado e equipado para recebê-lo. Estavam perto dele o Rei da Boémia, o Rei de Navarra e o Rei de Maiorca, e em tão grande abundância de duques, condes e barões que seria maravilhoso recordar. Pois havia todos os doze nobres da França, que vieram para o rei da Inglaterra para festejar e também para serem pessoalmente e testemunhar sua homenagem.

O rei da Inglaterra foi homenageado, mas teve o cuidado de assegurar que o ato que o lembrava de sua inferioridade não faltasse testemunhas.

A festa durou oito dias e foi magnífica. Eduardo prestou sua homenagem em 6 de junho, com as mãos nas mãos de seu senhor, o rei Filipe VI. Mas este fez notar que a homenagem não foi prestada às terras destacadas do ducado da Guyenne por Carlos IV, para os Agenais em particular. Por sua vez, Eduardo III protestou que sua homenagem de forma alguma implicava que ele renunciasse a reivindicar essas terras. A homenagem, é claro, foi prestada; mas ele o era com tantas reservas, tantas condições, tantas restrições que não conseguia resolver nada. A partir desse momento, Philippe se pôs a estudar o projeto de uma nova exigência: uma homenagem com contornos menos incertos. Em fevereiro de 1330, uma conferência de especialistas se reuniu em Paris, com os arquivos sobre a mesa. Nesse ínterim, Eduardo III fez pesquisas em seus arquivos para descobrir a que exatamente a homenagem prestada o comprometia.

O mais difícil foi definir esta Guyenne à qual foi prestada a homenagem. Três anos foram gastos em troca de embaixadores. Bispos, barões ou juristas, os negociadores estavam tão conscientes dos antecedentes conhecidos pelos arquivos quanto da situação atual vivida

por ambos na própria Guyenne. Mas para mapear uma fortaleza por causa dos direitos emaranhados revelou-se difícil - mesmo no XX século, os cartógrafos obstáculo - e vassalos do duque de Aquitaine tinha todos os motivos para complicar o assunto, encontrar boas razões para depender diretamente do rei da França.

Cada rei buscou ganhar tempo para garantir melhor sua nova coroa antes de um possível confronto; não havia, portanto, dificuldade em concordar em pelo menos uma coisa: a trégua era constantemente ampliada. Em julho de 1330, chegamos perto do acordo e, de repente, a crise, porque Edouard se recusou a comparecer ao Parlamento. A mediação do Papa João XXII o salvou: o pontífice apenas cedeu ao prazer de intervir nos assuntos ingleses.

A paz foi mais uma vez pensada para ter sido tocada em 1331, quando Eduardo III cedeu novamente ao princípio de salvar seu feudo: em 30 de março, por uma escritura selada que enviou a seu primo Valois, o rei-duque reconheceu que tinha que para Guyenne uma homenagem feudal, ou seja, uma homenagem preferencial: nenhuma outra homenagem, nenhum tratado poderia prevalecer contra a homenagem prestada ao rei da França:

Para que no futuro nunca haja qualquer discórdia ou questionamento em fazer a dita homenagem, prometemos de boa fé, para nós e nossos sucessores duques de Guyenne que o serão por enquanto, que a dita homenagem será feita neste caminho.
O rei da Inglaterra, duque da Guyenne, terá suas mãos nas mãos do rei da França. E aquele que dirigirá as palavras ao Rei da Inglaterra, Duque de Aquitânia, e que falará pelo Rei da França dirá assim: "Torne-se um soberano do Rei da França, meu senhor, que está aqui, como Duque da Guyenne e par da França, e você promete trazer-lhe fé e lealdade! 1 Diga: mesmo! "
E o Rei da Inglaterra, Duque de Guyenne, e seus sucessores dirão: "Voire! "
Em seguida, o Rei da França receberá o referido Rei da Inglaterra e Duque da Guyenne com a referida homenagem Liège, à fé e à boca, estando a salvo dos seus direitos e dos direitos dos outros ...
Assim será feito e renovado cada vez que a homenagem for feita. E disto, feita a dita homenagem, nós e nossos sucessores duques de Guyenne daremos cartas patenteadas seladas com nosso grande selo se o Rei da França assim o exigir.

Com isso, Eduardo III foi para a França. Para impedir a vigilância de seus barões e talvez até de seus conselheiros, foi disfarçado de comerciante e acompanhado por apenas quinze cavaleiros que o Plantageneta embarcou em Dover; para explicar sua ausência, ele anunciou que iria em peregrinação. Em abril de 1331, em algum lugar perto de Pont-Sainte-Maxence, ele conheceu Philippe VI. Cinco dias depois, ele estava de volta a Dover.

Sobre o que os dois reis conversaram? Primeiro da homenagem, decididamente suserano. Depois, da Guyenne. Eduardo recebeu a promessa de dinheiro pelo preço da destruição abusiva do castelo de Saintes. Ele também obteve permissão para não destruir as fortalezas que a trégua de 1327 exigia que ele demolisse. Ele estava de certa forma compensando o que estava perdendo na política de princípios.

Então as coisas pareciam estar funcionando. Todos estavam mais ou menos felizes, incluindo o Papa: a concórdia dos soberanos cristãos foi a primeira condição desta cruzada, esperada durante quarenta anos. Falou-se até em um casamento francês para aquele que seria chamado, alguns anos depois, de Príncipe Negro. Reunido em Winchester em setembro de 1331, o Parlamento inglês - este órgão político e representativo que nada tem a ver com seu homônimo francês, que é apenas um tribunal de justiça - decidiu, no entanto, que o Plantagenêt não poderia ser tão alegremente para acomodar uma Guyenne gravemente amputada. O Parlamento da Inglaterra nada tinha a dizer sobre os assuntos de Guyenne, mas cabia a ele pedir fundos quando as coisas dessem errado no continente. Eduardo III não podia, portanto, desprezar a opinião: era aconselhável continuar as negociações. Talvez assim obtivéssemos Agenais.

Enquanto as embaixadas inglesas se sucediam em Paris, os incidentes se multiplicavam no local. Em várias ocasiões, chegamos perto de uma guerra que, entretanto, era óbvio que nenhum dos reis queria no momento. Os oficiais do rei da França maltratavam os mercadores londrinos em Saintonge e tributavam indevidamente suas remessas de vinho no Garonne. O povo de Dover estava saqueando um barco de pesca francês acidentalmente encalhado. Em retaliação, um barco de Dover que estava sendo liberado em Calais foi apreendido sem outras ações legais. As perseguições não cessaram em todas as fronteiras do que restava aos ingleses na Guyenne, e a restituição dos castelos outrora conquistados por Charles de Valois se arrastou.

Em 1334, acreditou-se por um momento que a paz havia sido feita. O arcebispo de Canterbury e os outros embaixadores ingleses haviam acabado de retornar aos seus hotéis parisienses para os aplausos da boa gente quando o rei os chamou de volta ao Palais de la Cité: ele pretendia deixar claro que a Escócia de David Bruce estava incluída na paz. Isso nunca tinha sido pensado antes.

Os ingleses não tinham poder para negociar o caso escocês. Eles voltaram para Londres, acreditando que haviam sido enganados.

O NEGÓCIO DA ESCÓCIA.

Durante quarenta anos, na verdade, a Escócia fora um espinho na pele da Inglaterra e um peão na política francesa. Filipe, o Belo, havia jogado pela Escócia contra Eduardo I , a quem, tendo oficiado em favor de João Baliol a difícil herança de Margarida da Escócia, nem mesmo conseguiu a lealdade do rei vassalo. Tínhamos visto o rei da França intervir em favor do derrotado Baillol e obter sua libertação. Tínhamos visto William Wallace, líder dos barões insurgentes contra a estreita tutela inglesa, encontrar refúgio na França após sua derrota em 1298. A entrada da Santa Sé neste jogo da Inglaterra e da Escócia se abriu

para Philippe Le Bel de horizontes políticos mais amplos: o chanceler Pierre Flote pôde, em Roma, ameaçar o papa Bonifácio VIII e os negociadores ingleses, juntamente com uma intervenção direta em favor da Escócia se o rei da Inglaterra persistisse em para apoiar esses outros rebeldes com uma autoridade real que eram os flamengos na França. A escandalosa conivência do Papa com Flandres foi o fruto dessa barganha.

A paz franco-inglesa por um tempo dissuadiu o rei da França de intervenções muito visíveis. As princesas capetianas se sucederam no trono da Inglaterra; não havia mais a questão de apoiar abertamente os rebeldes. Em 1305, Philippe le Bel permitiu que Wallace fosse preso e executado sem nem mesmo fingir defendê-lo. Mas a luta implacável de Eduardo II contra os barões escoceses e o novo rei Robert Bruce - ex-competidor de Baillol - ajudou a manter o inglês longe da Guyenne. Conflitos de fronteira, breves expedições militares, assédio no terreno, a Escócia era para Eduardo II, cujo exército de cavaleiros foi esmagado em 1314 em Bannockburn por uma carga de camponeses escoceses armados com lanças resistentes, um verdadeiro abscesso de fixação que assegurou à França relativa tranquilidade.

Eduardo III assumiu o negócio em 1333. Mas ele teve infinita paciência. De que serviria um ducado de Guyenne distante, mal definido e indubitavelmente diminuído se a Inglaterra fosse derrotada em sua própria ilha por uma Escócia decididamente independente? Filipe VI, cujos projetos serviram durante todo o conflito escocês, preferiu deixar seus aliados tradicionais se defenderem sozinhos. O Valois não podia correr o risco de mais constrangimento em uma França onde ele sabia que seu poder ainda era fraco. Flandres podia muito bem administrar suas relações com a Escócia, a lã inglesa era necessária para a indústria de panos das grandes cidades flamengas. O rei da França se contentou em observar.

Mais uma vez, a força garantiu a submissão provisória dos escoceses. Filipe VI conquistou a paz imediatamente. No longo prazo, ele foi o perdedor: a aliança do rei David Bruce teria sido mais útil para a França se Bruce tivesse sido mais forte e se ele tivesse motivos para ser grato.

As negociações, no entanto, pararam. Mal Filipe VI prometeu aos embaixadores ingleses uma rápida restituição das terras da Aquitânia, quando escreveu aos seus oficiais locais para não tratar disso por enquanto. Enviados pelos dois reis à Guyenne para esclarecer os detalhes das restituições legítimas, os comissários encontraram a mais óbvia falta de vontade. Os advogados complicaram as coisas a seu bel-prazer e os barões pouco se importaram com a lei, senão com o procedimento que lhes permitia bloquear tudo aumentando o número de recursos.

A diplomacia pontifícia estava mais interessada nos assuntos da Escócia do que na Guiana. Bento XII viu com razão na guerra anglo-escocesa o principal risco de conflito europeu, já que o rei da França poderia se envolver novamente. O conde de Namur, o de

Gueldre, o de Juliers foram envolvidos na Escócia pelos contingentes que colocaram à disposição de Eduardo III. Os marinheiros de Dieppe e Rouen arriscaram uma corrida contra os de Southampton, e a próxima guerra poderia ser razoavelmente situada em torno do Canal da Mancha, não em direção a Saint-Sardos.

Ao dar à questão escocesa o primeiro lugar em suas preocupações, o papa e seus núncios estavam indiretamente fazendo o jogo do rei da França. Ele poderia se contentar em oferecer a David Bruce, um refugiado na França, a hospitalidade gelada de Château-Gaillard. O que importava não era tanto o sucesso dos escoceses, mas a ameaça que eles representavam para a Inglaterra: Eduardo III nunca deixou de ter castelos sitiados e de concluir essas tréguas inúteis em que o Papa cuidava cada vez o meio da futura cruzada oriental.

O poder de Filipe VI estava mais garantido do que nos dias de sua ascensão. Ignorou o que muitos consideraram um mau presságio: a tempestade que aniquilou, em julho de 1336, todos os preparativos para a festa ordenados para o nascimento de seu segundo filho. Os temporizadores não eram mais necessários. Neste ano de 1336, Philippe VI de Valois tomou iniciativas.

Em março, ele esteve em Avignon, onde o novo Papa Bento XII - o cisterciense Jacques Fournier - começou a construir a poderosa fortaleza que marcou sua determinação em permanecer ali, longe dos turbilhões políticos de Roma, mas também fora de um reino da França. onde sua independência teria sido incerta. O encontro entre o Papa e o Rei foi um confronto direto: o Rei queria que a Cruzada se iniciasse imediatamente, o Papa considerava o caso impossível por enquanto. A prudência pontifícia era bem fundada em todos os aspectos: profundamente dividido, o Ocidente não tinha os meios para tal empreendimento. O Valois, que era sincero em seu desejo, ficou aborrecido: havia sido combinado, dois anos antes, que ele seria o líder da expedição ...

A frota francesa estava pronta no Mediterrâneo. Como não íamos mais para o Leste, foi levado para o Mar do Norte. A Inglaterra estremeceu. Eduardo III colocou suas costelas em alerta. Os xerifes foram instruídos a armar sua população com urgência. Todos os homens saudáveis de dezesseis a sessenta anos eram necessários. O Parlamento votou um subsídio sem ser solicitado.

Bento XII já havia detido o rei da França a caminho da cruzada. Ele tentou mantê-lo na Escócia. No início de abril de 1337, Filipe VI recebeu de Avignon uma carta sobre a qual havia meditado com proveito a lição de política:

Nestes tempos de turbulência, quando os conflitos surgem em todas as partes do mundo, é preciso pensar muito antes de cometer. Não é difícil começar um negócio. Mas primeiro você tem que saber - é uma questão de ciência e reflexão - como isso vai acabar e quais serão as consequências.

O rei da França fingiu ignorar a lição. Seus embaixadores realizaram uma conferência na Inglaterra com os de David Bruce e uma delegação de barões escoceses. Fala-se mais de guerra do que de paz. Eduardo III, que aprendeu a coisa, não podia ter ilusões: seu primo da França posava de inimigo.

Benoît XII era tão paciente quanto Valois era impulsivo. Ele impôs mais uma vez sua mediação, não sem dificuldade acalmou o ardor de Filipe VI. Por outro lado, ele impediu o imperador Luís da Baviera de formar uma coalizão contra a França na qual Eduardo III teria ocupado seu lugar, e então de formar um entendimento com a França que teria ameaçado a Santa Sé. Esse equilíbrio permaneceu frágil e a corrida armamentista recomeçou, prejudicada apenas pela falta de dinheiro de que ambos os governos sofriam.

Na primavera de 1337, a guerra parecia inevitável. Nem Filipe VI, nem Eduardo III, nem Luís da Baviera estavam prontos para a menor concessão.

A REVOLTA DO FLEMISH.

Em Flandres, porém, as posições do rei da França podiam ser consideradas fortes. As guerras da época de Filipe, o Belo, as "matinas de Bruges" e o massacre de Courtrai, a vitória real de Mons-en-Pévèle e o duro tratado de Athis (1305), o longo litígio em torno das cláusulas inaplicáveis deste tratado, tudo parecia esquecido. Esquecidos também os "osts" de Flandres, essas expedições militares que Filipe, o Belo e seus filhos realizaram em várias ocasiões, com grande custo, para fazer ceder os flamengos.

O adversário mais difícil de Capetian na época do Conde de Flandres Robert de Béthune foi seu filho Louis de Nevers. Por sorte, ele morreu alguns meses antes de seu pai. Robert de Béthune, portanto, sucedeu seu neto, ele próprio chamado Louis de Nevers. Conde de Flandres em 1322, este príncipe jogaria a carta real e confiaria deliberadamente na aristocracia de negócios interna, que sabemos estar tradicionalmente ligada ao rei da França.

Seu bisavô Guy de Dampierre e seu avô Robert de Béthune souberam tirar proveito, contra as invasões do poder real, das tensões sociais geradas pelo desenvolvimento econômico baseado na indústria têxtil. Louis de Nevers, comprometido por sua aliança com os patrícios, ofereceu, pelo contrário, um alvo primordial assim que surgiram as primeiras convulsões sociais.

A revolta de 1323 foi a princípio apenas um estrondo generalizado pelo interior da Flandres marítima. Alguns oficiais do conde, alguns escudeiros foram molestados. O caso não mudou até o dia em que Bruges se rebelou. Bruges foi o grande porto industrial, rico em sua população - talvez trinta mil habitantes - como um movimento portuário favorável à mistura de idéias e homens.

Bruges estava em um campo, Ghent ficou do lado do outro. Os habitantes de Ghent tinham lembranças amargas do que custou a outras cidades flamengas seguir o exemplo de Bruges em 1302. Ypres, por outro lado, seguiu Bruges por uma hostilidade de princípio contra os residentes de Ghent. A competição de cortinas, já sensível à crise, foi transposta para rivalidades políticas. Veurne, Dixmude, Poperinghe fizeram causa comum com Bruges. Foi uma guerra civil.

Embora o conde de Flandres fosse seu oponente desta vez, os comerciantes se lembravam de Kortrijk: os fullers e tecelões haviam infligido à cavalaria francesa uma correção em que o ódio social era tão importante quanto a vontade política de reduzir a influência. social no concelho. Vinte anos depois, a memória permaneceu viva o suficiente para fortalecer a audácia das pessoas comuns.

Por cinco anos, os insurgentes venceram o campo. As aldeias estavam em chamas, as cidades tremiam. Os homens do conde - principalmente os coletores de impostos - se esconderam quando não haviam fugido. Os patrícios mais uma vez exilados, suas casas foram demolidas. Logo, os mortos não eram mais contados: nobres e burgueses ricos massacrados na esquina de uma rua, bem como camponeses e artesãos espancados até a morte em seus próprios particulares ou massacrados em batalhas campais. Ao todo, foram mais cinco anos de inquietação, lutas, emoções fugazes e até anarquia, do que cinco anos de revolução ou guerra no campo.

As estruturas económicas da indústria flamenga reservavam um papel de destaque ao comerciante patrício, ao mesmo tempo financiador, financiador e organizador da produção. O sistema foi agravado pelo aumento das exigências tributárias do conde: para resistir à administração em expansão do rei da França, o conde de Flandres teve de fortalecer sua própria administração e aumentar os meios de seu governo. Pesando sobre um país em que as más colheitas levaram à pobreza e onde a inadequação da produção levou ao desemprego, este sistema tributário facilmente uniu os pequenos da Flandres Marítima contra todos os que tinham mais ou menos cara poder. Uma revolta da mediocridade econômica, o movimento se transformou em uma revolta contra a ordem social e contra as hierarquias estabelecidas.

A Igreja não ficou imune à fúria popular. Um dos líderes, Jacques Peyte, garantiu que ele seria enforcado até o último dos padres.

Portanto, não era a raiva cega de pessoas miseráveis à beira da fome. Os não tributáveis raramente se revoltam contra os impostos e os trabalhadores prestam pouca atenção à mudança da sociedade. Foi antes uma ação organizada dos estratos médios da população urbana e rural, daqueles que conheceram os benefícios da prosperidade e sentiram duramente o início da recessão, daqueles que tinham algo a defender do fisco e algo papel a defender na sociedade: pequenos empregadores e trabalhadores independentes, pequenos proprietários camponeses no limite da segurança económica.

Como trinta anos depois contra os Jacques, as rivalidades internas do mundo feudal desapareceram. A união dos príncipes foi feita contra os crocantes. Em 1328, vendo que não sairia sozinho, o conde de Flandres aproveitou a homenagem que prestou a seu novo senhor Filipe VI para pedir sua ajuda. Encontrando, em junho de 1328, o jovem rei por ocasião da coroação, ele renovou sua reclamação: burgueses e camponeses de Flandres desrespeitavam a ordem desejada por Deus. Tudo o que o reino tinha de barões estava em Reims; nós aproveitamos isso. Apesar da relutância daqueles que se lembravam das expedições vãs porque eram improvisadas, o impetuoso Philippe de Valois decidiu marchar ali mesmo contra os revoltados flamengos. O exército foi convocado para o mês seguinte em Arras. A maioria dos barões nem mesmo teve tempo de voltar para casa antes de assumir seu posto na hoste real.

Filipe VI fora apanhar a bandeira em Saint-Denis. O relicário de Saint Denis e o de Saint Louis foram expostos acima do altar. O novo rei da França comprometeu assim, não sem solenidade, o futuro de sua coroa. O que estava em jogo era a confiança que os príncipes, seus vassalos, podiam ter no que sempre foi a recíproca da fidelidade vassálica: a proteção de seu senhor.

Os insurgentes foram atacados de dois lados ao mesmo tempo. Fiéis ao conde e ao rei, os moradores de Ghent atacaram Bruges, imobilizando boa parte das forças da insurreição na defesa desta cidade. O rei e o conde agravaram o pânico ao confiar aos marechais a organização de uma incursão que devastou a Flandres Ocidental às portas de Bruges. Durante este tempo, o corpo principal do exército marchou sobre Cassel.

Em 23 de agosto, entrincheirados na altura - 157 metros - de Mont-Cassel, os insurgentes viram a força do rei espalhar-se diante deles e suas aldeias queimadas no horizonte; a batalha do rei teve vinte e nove estandartes; a do conde de Artois, vinte e dois.

Eles haviam escolhido um camponês, ou melhor, um pequeno proprietário camponês, Nicolas Zannequin, como seu líder. Este último queria bancar o cavaleiro. Ele enviou mensageiros para propor ao rei que marcasse um dia de batalha ". Ele foi respondido com desprezo. Eram "pessoas sem líder", estranhos às hierarquias do mundo da guerra. O regulamento sutil da batalha medieval não era para eles. Nós os venceríamos, simplesmente.

Os marechais haviam retornado. Fazia um calor sufocante e a noite estava chegando. Sem pensar nesses camponeses que queriam lutar, decidimos que o dia havia acabado e era hora de esticar as pernas. Os cavaleiros do rei desamarraram suas armaduras, vestiram lindas vestes e começaram a esfriar.

Os insurgentes se aproveitaram de nem dar atenção a eles. De repente, eles atacaram o acampamento real. Antes que o alerta fosse dado, eles estavam entre as tendas.

Os soldados do rei, lacaios recrutados e pagos, foram pegos no meio de um cochilo. Eles encontraram a salvação em uma fuga pela qual a memória da carnificina perpetrada em

Kortrijk às custas de seus pais pelos comerciantes de Flandres os estimulou. A infantaria real foi encontrada, mais ou menos reagrupada, no dia seguinte em Saint-Omer. Era hora de ela voltar.

Porque em Cassel a cavalaria francesa havia se recuperado rapidamente. Os primeiros, aqueles que tinham uma arma em mãos, responderam ao ataque dos vilões. Os outros de alguma forma agarraram um chapéu, uma couraça. Usando um chapéu de couro, o rei montou a cavalo na frente do exército, onde seu longo casaco azul bordado com uma flor-de-lis dourada podia ser visto flutuando ao vento.

Os barões haviam perdido o hábito de ver o rei da França pagar com sua pessoa no auge da batalha. Tal atitude pareceu imprudente aos conselheiros de Philippe le Bel. Custou tão caro a São Luís e seu reino! Primeiro em Crécy, depois em Poitiers, o futuro provaria que Philippe le Bel e seus conselheiros estavam certos. Mas em 23 de agosto de 1328, Filipe VI de Valois mostrou aos barões seu desprezo pelo perigo. Além disso, a batalha de Courtrai fora assunto do rei, até então engajado em sua política de invasões sistemáticas às prerrogativas políticas dos barões. O de Cassel era o assunto de todo feudalismo. O que o conde de Flandres havia experimentado por cinco anos, nenhum dos barões queria suportar por sua vez. A infantaria havia se dispersado, o cavalheirismo salvou a honra. Ela tinha algum interesse nisso e sabia muito bem.

A resposta francesa forçou os homens de Zannequin a formar um círculo, ombro a ombro. Era para proibir qualquer retirada. Liderados pelo conde de Hainaut, os cavaleiros do rei começaram uma carga giratória em torno do círculo onde cabeças voavam na ponta de longas espadas. Nesse combate corpo-a-corpo, os arcos foram inúteis e as facas estendidas dos pedestres flamengos eram insignificantes contra as longas espadas que ceifavam a galope. Um após o outro, as fileiras dos insurgentes desmoronaram em uma massa de corpos decapitados.

Dos que assim ofereceram a batalha ao rei da França, não houve sobrevivente. Um vento de terror varreu as cidades em revolta.

O exército real foi queimar Cassel. Ypres preferiu não esperar a sua vez e finalizou. Bruges o seguiu. O rei já tinha feito o suficiente: deixou o conde de Flandres restabelecer sua autoridade e voltou a Paris. O caso terminou com o sangue de execuções capitais. Louis de Nevers foi o suficiente.

Filipe VI teve de fato de explorar sua vitória, e não apenas em Flandres. Enquanto uma propaganda inteligente explorasse a coisa, Cassel apareceria como uma espécie de "julgamento de Deus". Philippe de Valois foi de fato o sucessor de Philippe le Bel de Mons-en-Pévèle. Para os barões, assim como para o povo, a vitória acrescentou à legitimidade dos Valois. A festa que marcou seu retorno foi compatível com o que estava em jogo.

O rei da França, cuja coroa ainda era incerta, não havia obtido sucesso apenas na política interna. Os infelizes insurgentes da Flandres Marítima tinham vindo, em uma noite,

procurar para Filipe VI o halo de um rei vitorioso, e havia o suficiente para fazer o primo da Inglaterra refletir.

No entanto, era a um nível completamente diferente que residia o principal lucro da vitória, lucro este muito mais apreciável, a longo prazo, na balança dos destinos políticos. À frente do feudalismo francês, Philippe VI de Valois, mal coroado, acabava de devolver sua autoridade a um de seus grandes vassalos. O conde de Flandres, um daqueles príncipes tradicionalmente ciumentos do poder soberano, recorreu a ele. E tudo acabou bem: o rei havia cumprido seu papel de protetor.

Protetor da autoridade desprezada, ele provou ser o protetor da ordem aristocrática. Em quase todos os lugares, durante quarenta anos, a pequena população das cidades e, às vezes, do campo foi animada por convulsões perturbadoras. As dificuldades econômicas não pararam de crescer desde esses verões apodrecidos de 1315-1317 que parecia poder se recuperar. Em suma, a ansiedade ganhou aqueles que tinham que defender seu estado social, sua independência econômica, seu direito de comandar e julgar. E agora o novo rei, em um dia, restaurou a ordem e deu aos mais ameaçados a esperança de segurança.

Estávamos longe, no final de agosto de 1328, daqueles movimentos insurrecionais cuja nobreza havia agitado, em tantas províncias, os últimos meses do reinado de Filipe o Bel e praticamente todo o reinado de Luís X. Foi necessário, por essas cartas aos normandos, os Champenois, os Picardos e tantos outros, tranquilizam o feudalismo que não parava de preocupar a ascensão do poder monárquico. Para ver o fim desses movimentos, era preciso confirmar privilégios e costumes, prometer estabilidade monetária, jurar que o imposto não seria mais levantado do que o acordado. Para ter paz, o Capetian teve que ceder aos seus barões.

Diante de outra ameaça, muito mais séria para sua autoridade, o rei da França parecia agora ser o fiador desses mesmos barões. Para os que acabavam de receber deles a coroa, coroa de titularidade ainda incerta, a coisa teve seu preço.

O FIM DOS CAPETIANOS.

Filho do rei (Filipe III), irmão do rei (Filipe o Belo), tio de reis (Luís X, Filipe V, Carlos IV, Eduardo II), filho do rei (Carlos I de Anjou) e filho de imperador (Baudouin de Courtenay, imperador de Constantinopla), assim às vezes era definido Carlos de Valois para zombar dele: filho, irmão, tio, genro de reis, nunca rei. Charles de Valois viveu cercado por coroas. Para si próprio sonhava com um reino de Aragão no qual, em 1285, mal teve tempo de ser coroado, antes da derrota, por um cardeal que lhe impôs o seu chapéu vermelho por falta de coroa. . Ele tinha sonhado com a coroa de Constantinopla e do Sacro Império Romano.

Ele havia sido vigário pontifício na Itália. Ele governou Florença, dominou o conselho real de seus sobrinhos, conquistou a Guyenne ...

De tudo isso, seu filho mais velho, Philippe, herdou apenas os condados de Valois, Anjou e Maine. Quando Charles de Valois morreu em 1325, a coroa de Saint Louis ainda estava nos Capetians.

No entanto, a lei dinástica conheceu muitos avatares em uma geração. Na virada do século, novamente, ninguém teria pensado em perguntar como a Coroa foi transmitida. Desde Hugues Capet, o rei da França nunca faltou um filho pelo qual a continuidade fosse assegurada. Luís VII, novamente, havia usado em 1179 o antigo processo de associação, consagrando seu filho Philippe Auguste durante sua vida. Quarenta anos depois, Philippe Auguste havia julgado a hereditariedade suficientemente arraigada nas maneiras para não se preocupar em associar o futuro Luís VIII. Ele sabia muito bem que ninguém contestaria o direito de Luís VIII à Coroa.

Da eleição primitiva, restou um vestígio, uma simples memória litúrgica mais do que um gesto político: a aclamação do rei pelo grande, durante a coroação. Havíamos aclamado antes da sagrada unção até Luís VIII. Na coroação de São Luís, em 1226, aplaudimos após a unção. O que fazia o rei agora não era mais a voz dos barões.

Em fortalezas, grandes e pequenas, entretanto, a sucessão feminina havia surgido em muitas ocasiões, por falta de um herdeiro homem. A Aquitânia teve uma duquesa - Aliénor - e as condessas reinaram sobre Toulouse e Champagne, bem como sobre Flandres e Artois. Mahaut, condessa de Artois, estava sentada precisamente no Tribunal dos Pares desde 1302.

Fora do reino, as mulheres desempenhavam um papel determinante na devolução da coroa inglesa, bem como na coroa do reino latino de Jerusalém. E Joana de Navarra trouxe seu reino de Navarra para seu marido Philippe le Bel.

A ideia de uma mulher ocupando seu lugar no trono da França não tinha nada em si que pudesse chocar profundamente os barões. Não sabíamos que havia uma lei sálica. O rei da França era um homem porque os filhos vinham antes das filhas e sempre houve um homem para herdar a coroa da França.

Philippe le Bel estava completando quarenta e cinco anos, quando o problema da masculinidade ainda não o preocupava. Ele teve três filhos, bem casados, sem contar uma filha, Isabelle, rainha da Inglaterra por seu casamento com Eduardo II.

O filho mais velho, Louis le Hutin, era rei de Navarra desde a morte da mãe. Ele seria, com a morte de seu pai, rei da França e Navarra. Sua esposa, Marguerite de Borgonha, havia lhe dado uma filha, mas ela era jovem e nada a impedia de ter filhos. Quanto aos irmãos mais novos, Philippe le Long e Charles le Bel, respectivamente condes de Poitiers e de la Marche, eles se casaram com duas filhas de Mahaut d'Artois e do conde Othon da

Borgonha, Jeanne e Blanche. Philippe le Bel podia acreditar que sua sucessão estava assegurada.

Tudo desmoronou na primavera de 1314, quando o caso das filhas do rei estourou. Um pouco negligenciadas pelos maridos, as princesas se divertiam sem elas. Marguerite de Bourgogne fizera de um jovem cavaleiro chamado Gautier d'Aunay seu amante. O irmão de Gautier, Philippe d'Aunay, por sua vez, tornou-se amante de Blanche d'Artois. Sem participar das brincadeiras da irmã e da cunhada, Jeanne d'Artois sabia de tudo.

Conhecemos a brutalidade da reação real: os irmãos de Aunay sumariamente julgados e executados com o requinte da crueldade, Margarida de Borgonha morreu congelada na torre de Château-Gaillard, Blanche d'Artois cumprindo dez anos de prisão antes de terminar seus dias na religião. A própria Jeanne d'Artois levou algum tempo para se livrar da situação.

Para a sucessão dinástica, o golpe foi duro. A morte da rainha Margarida, provocada deliberadamente, ainda permitiria que o rei de Navarra, herdeiro da coroa da França, se casasse novamente. Mas, por enquanto, neste verão de 1314, o futuro rei da França estava sem esposa e sem filho. Acabou de ter uma herdeira, Jeanne, a quem não se podia recusar a herança deste Navarra que veio a Capétien por uma mulher. Mas a infidelidade de Marguerite poderia um dia justificar dúvidas quanto à legitimidade de Jeanne. Já havia algo com que se preocupar.

Quanto à França, ninguém poderia sonhar em deixar a pequena Joana reinar. Teria sido correr o risco de uma crise política particularmente grave. Algum príncipe, para legitimar sua revolta, pode ser tentado a acusar a rainha de bastardismo. No verão de 1314, Joana não era considerada a melhor personificação do futuro da coroa da França.

A segurança da propriedade estava desmoronando. Philippe le Bel teve três filhos, mas não um neto. E era menos provável do que seis meses antes ter um. Talvez estivesse se aproximando a hora de uma escolha entre descendentes de linha feminina - por meio de quais alianças? - e os primos Valois ou Évreux.

A doença atingiu o rei na queda, deixando-o sem ilusões. Era tarde demais para fazer os arranjos de sucessão da coroa, o que exigiria tempo de reflexão e, sem dúvida, uma assembléia de barões e prelados para o consentimento exigido pela prudência. O rei de Navarra herdaria a França. Para sua própria sucessão, caberia a ele prover isso. Ao menos o moribundo Philippe le Bel tinha meios de dar a conhecer as suas preferências num campo em que governava sem o conselho de ninguém: inovou no direito dos aposentos.

Um appanage era propriedade, e normalmente um feudo - ducado, condado, senhoria - que o rei desmembrou de seu domínio para dá-lo a um de seus filhos mais novos, antes da época da herança. Tratava-se de garantir que o futuro rei não deixasse em necessidade seus irmãos que não favoreciam a ordem dos nascimentos. Luís VIII distribuiu assim Artois, Poitou e Anjou. Menos generoso, Saint Louis dera a um Valois, a outro Perche, a

outro Clermont-en-Beauvaisis. Philippe III fez seu segundo filho conde de Valois, seu terceiro conde de Évreux. Philippe le Bel já havia dado a seus irmãos mais novos o Poitou e o Marche.

Por cartas patenteadas seladas no próprio dia de sua morte, 29 de novembro de 1314, ele revisou o status do appanage de Poitou. Na ausência de um herdeiro homem, Poitou voltaria para a coroa da França. A cláusula de masculinidade estava emergindo.

Vendo que poderia acontecer que o dito Philippe, ou qualquer de seus herdeiros ou sucessores condes de Poitiers, pudesse morrer sem uma herança masculina de seu corpo, o que não desejaríamos nem que o condado estivesse em mãos femininas, sobre isso temos ordenado assim da seguinte forma, ou seja, que, no caso de o dito Philippe ou algum de seus herdeiros conde de Poitiers morrer sem deixar um herdeiro varão de seu corpo, queremos e ordenamos que o condado de Poitiers volte ao nosso sucessor rei da França e ingressar no domínio do reino.

Luís X mal teve tempo de se casar novamente. Após dezoito meses de reinado, ele morreu em 5 de junho de 1316, deixando grávida a nova Rainha Clemência da Hungria. A criança era um filho, aquele Jean I er que viveu cinco dias em novembro e cuja morte também maquinou alguns príncipes que gente boa não fala uma morte estranha.

Nesse ínterim, o segundo filho de Filipe, o Belo, fez valer o seu direito. Philippe de Poitiers estava em Lyon. Ele voltou em julho e imediatamente se estabeleceu como regente do "Conseil des Grands", que assumiu o governo inesperadamente após a morte de Luís X. Uma assembléia de príncipes, bispos e barões confirmou isso. neste "guarda" do reino. Se a rainha desse à luz um filho, Philippe teria a regência durante a minoria; assim foi feito, anteriormente, para Blanche de Castille. Mas a criança seria rei desde o nascimento.

No caso de a rainha dar à luz uma menina, a assembleia eximiu-se de qualquer decisão final sobre outra assembleia, que deveria ser reunida quando as filhas tivessem "atingido a idade", isto é aos treze. A coroa da França permaneceria "sob a custódia" do regente até que fosse conhecido ... se as meninas quisessem. Pergunta agradável, quando se pensa que o duque da Borgonha, irmão de Margarida e tio da jovem Jeanne, já protestava em nome da sobrinha contra o facto de não lhe ter sido dado imediatamente o champanhe, este grande feudo que o fez a outra metade da herança de Navarra foi aos Capetians por uma mulher.

Em 1316, portanto, hesitamos. Não ousamos dizer que Jeanne teria tudo se não tivesse irmão, mas também não se atreviam a dizer que ela não tinha direitos. Se eram duas filhas ou se era uma - se a outra morresse - nada mudava: veríamos mais tarde quem, do regente ou da princesa aos treze anos, receberia a coroa. Surpreendente perspectiva de interregno, certamente, mas menos surpreendente para pessoas que acabaram de ver a coroa imperial vaga por meio século.

Philippe de Poitiers, ele jogou o movimento e se comportou como se o caso já tivesse sido ganho. Mesmo antes do nascimento de Jean I er, o regente foi a um escritor parisiense com a ordem de um selo real, selar a efígie soberana "em majestade" que ele poderia usar

sem mais demora se a rainha desse à luz uma menina . De que outra forma explicar o fato de a morte de Jean I selo de Filipe V ser encontrada em um instante toda gravada?

Essa morte de João, o Póstumo, mudou tudo. Ele reinou cinco dias; portanto ele reinou. O que se discutia não era mais, em novembro, a sucessão de Luís X, de alguma forma resolvida pela assembléia de julho. Este era o espólio de Jean I , e para isso nada foi planejado.

Desde junho, um novo elemento apareceu na situação política. Philippe le Long estava, em junho, a duas semanas de caminhada de Paris. Em novembro ele estava lá. Ele imediatamente reuniu o grande povo que havia sido atraído a Paris pelo nascimento real. Para seu tio Charles de Valois e seu irmão Charles de la Marche, que estavam relutantes, ele declarou que se considerava "o mais justo herdeiro do reino". No final de novembro, ele recebeu o título de rei e tirou do cofre seu lindo selo novo. Em 9 de janeiro, em Reims, ele recebeu a unção.

Havia pessoas desaparecidas na cerimônia. O duque de Guyenne Édouard II se desculpou. O duque da Bretanha pediu desculpas mais tarde. Eudes de Bourgogne não se desculpou: o duque partiu de Paris com um acidente porque se recusou a fazer justiça à sua sobrinha Jeanne. Enquanto um rei era coroado em Reims, de quem pensava ser genro, o duque da Borgonha estava ocupado reunindo os descontentes e não hesitou em conspirar com os rebeldes flamengos. Acalmou-se no ano seguinte: Jeanne de Navarre, sua sobrinha, recebeu uma anuidade de quinze mil libras, e ele próprio obteve para a noiva, filha do novo rei, a promessa dos condados de Artois e da Borgonha, de quem o rei era naturalmente herdeiro com a morte de sua sogra Mahaut.

Foi tomada uma precaução que não era nenhuma: Joana de Navarra deveria ratificar este tratado em seu décimo segundo ano, que a deserdou de Navarra e Champanhe. Toda a herança da primeira Joana de Navarra, esposa de Philippe le Bel, foi paga por quinze mil libras.

Philippe V havia conseguido que a coroa fosse afastada da cabeça de sua sobrinha. A masculinidade introduzida por Filipe, o Belo para um appanage, assim, tendeu a se estabelecer para o reino. Mas seria um mau julgamento das situações supor que o problema tivesse sido resolvido até 1316. A assembléia de julho não havia decidido nada. Menos numeroso e ainda menos organizado, o de novembro cedeu apenas a uma situação de fato: Philippe de Poitiers já estava no poder.

Jeanne errou em ser menina, mas também errou em ser criança. Talvez ela também tivesse o de ser filha de uma rainha adúltera. Philippe de Poitiers tinha a seu lado um homem realizado, capaz da profissão de rei. Seu pai o havia apresentado aos negócios. Na guerra, como nos mistérios da diplomacia real, ele se dera a conhecer aos príncipes. O homem era inteligente, astuto, determinado. Ele sabia como fazer.

Charles de la Marche, o terceiro filho de Filipe, o Belo, havia sido hostil à ascensão de Filipe V. Com um conde irmão, ele poderia ter competido para dominar o Conselho de uma rainha-criança. Ele só conseguia pensar em um papel apagado no Conselho de um rei irmão. Mesmo assim, ele sucedeu a esse irmão em 1322, de acordo com o mesmo princípio. Philippe V deixou quatro filhas; ninguém sonhava em fazer de uma delas rainha da França. Charles le Bel recebeu a coroa como se fosse uma coisa natural. Ninguém disse uma palavra.

Seis anos de reinado e a história de se renovar. Quando ele morreu em 1 ºfevereiro de 1328, Carlos IV deixou uma viúva - sua terceira esposa - grávida de sete meses. Ele havia feito seus arranjos: se a rainha lhe desse um filho póstumo, ele seria rei sob a regência do primo Philippe de Valois; se a criança fosse uma menina, os nobres e os grandes barões escolheriam como rei aquele cuja lei lhes parecesse melhor. Não podíamos lavar melhor as mãos ...

PHILIPPE DE VALOIS.

A situação de 1328 não é o reflexo exato da de 1316. Nessa data, Philippe de Poitiers era ao mesmo tempo o parente adulto mais próximo, o parente masculino mais próximo e o mais velho dos parentes próximos. Charles era mais jovem, Isabelle ainda mais jovem, Jeanne uma criança. Os outros eram apenas primos.

Em 1328, Philippe de Valois não é o mais próximo da árvore genealógica - é Isabelle, rainha da Inglaterra - nem o mais direto, pois os últimos capetianos deixaram filhas, que agora têm maridos. Mas o conde de Valois é o parente masculino mais próximo e tem trinta e cinco anos. Ele é o mais velho dos homens da família e é assim que todos o vêem. Ele é considerado sábio. Ele tem uma boa reputação como um bravo cavaleiro. Preocupado com os direitos alheios e também com os seus, tem a estima dos barões, que se reconhecem bem nele.

No dia seguinte ao funeral de Carlos IV, os adultos se encontram. Parece que Valois já recebeu o título de regente. Talvez ele o estivesse usando enquanto seu primo real estava morrendo. A assembléia, como um todo, só pode se curvar aos fatos.

A partir desse momento, os juristas que consultamos não deixam de exprimir a sua hesitação: será que a exclusão deliberada das mulheres se justifica realmente? Entre os doutores em direito civil ou canônico que se sentam com os grandes do reino, alguns lançam um novo nome no debate: Eduardo III, o rei da Inglaterra não é apenas neto de Filipe, o Belo, ele é o único descendente masculino. Le Valois é apenas sobrinho de Philippe le Bel ...

Encontramos, é claro, uma maneira de refutar o argumento. Se as mulheres tivessem direito à coroa, a filha de Luís X teria o filho mais velho ao seu lado. Mas foi descartado. Se as mulheres não têm direito à coroa, ao que parece, como Eduardo III poderia derivar de sua mãe um direito que ela não tem?

E então, se admitirmos o direito de Eduardo III, a confusão logo será completa. Em breve veremos levantar-se contra ele os filhos que não deixarão de ter as filhas de Luís X, Filipe V e Carlos IV. Nascido quatro anos depois, filho de um deles, Charles le Mauvais, muitas vezes lembrava às custas de Jean le Bon seu status de neto de Luís X.

Na verdade, passamos pouco tempo discutindo sobre o assunto. O essencial está em outro lugar: os barões franceses não querem um príncipe estrangeiro, neto da França ou não. O que importa se ele fala francês melhor do que inglês! O mesmo pode ser dito de muitos reis, familiarizados com a corte parisiense.

Nunca se viu ou se soube que o reino da França havia sido submetido ao governo do rei da Inglaterra.

Acrescentemos o que os barões calam em suas assembléias, mas não em suas reuniões. Eles não recusam um rei. Eles sabem muito bem que isso é necessário. Mas um rei poderoso demais não é o que ligas feudais, quinze anos antes, procuram contra os abusos da monarquia. Porque a situação de Eduardo III é paradoxal. Ele foi levado ao trono da Inglaterra um ano antes por uma revolta que terminaria com o assassinato de seu pai Eduardo II. Ainda muito jovem - dezessete anos - para realmente assumir o poder, ele é totalmente dominado por sua mãe, Isabelle de França, uma mulher de personalidade forte, e por um barão que todos sabem ser o amante da rainha. , Roger Mortimer. No entanto, o baronnage francês era

LEGADO DA FRANÇA

Testemunha, em Paris, de um caso que Isabelle nem tentou esconder, e ele ficou ofendido.

Em suma, Eduardo III é fraco demais para reivindicar com alguma chance de sucesso a coroa de seu avô Philippe le Bel, mas ele é virtualmente poderoso demais para que os senhores feudais franceses vejam seu interesse na união das duas coroas da França. e a Inglaterra na cabeça deste jovem fraco.

As grandes assembleias de fevereiro de 1328, portanto, acham mais natural escolher entre si. Não faltam candidatos à herança, mas ninguém realmente pensa em se opor ao conde Philippe de Valois. Dos machos da linha masculina, ele é o mais velho: é o filho de Carlos que em seus atos se autodenominou "filho do rei da França, conde de Valois". Assim que a filha de Luís X foi excluída em 1316, Philippe de Valois sucedeu em 1328. O arcebispo

Jean de Marigny - irmão deste Enguerran enforcado em 1315 - disse isso sem rodeios diante de todos os prelados e barões que precisavam de justificação, adaptando o Evangelho à heráldica em uma figura de retórica familiar à escolástica:

Os lírios não giram.

A criança esperada era uma menina. Alguém poderia acreditar que Philippe de Valois seria rei exatamente por esse fato. Isso não aconteceu, e o regente ainda teve que negociar com os barões em abril. Talvez ele tenha colocado nesta negociação final, cuja aposta estava assegurada desta vez, ainda mais cautela do que em fevereiro. Ele, entretanto, não estava preocupado: quando a rainha viúva estava para dar à luz, ele arriscou viajar para a Normandia.

Para este regente que ninguém realmente discutiu, a coroa ainda custa concessões em terras e dinheiro, a promessa de uma intervenção na Flandres - será Cassel - e de uma repressão imediata aos abusos administrativos, esses mesmos abusos cuja correção Filipe, o Belo, uma vez prometeu obter a adesão do reino à sua luta contra o Papa Bonifácio VIII. Nestes dias em que, pela primeira vez desde 987, a coroa da França é realmente objeto de uma espécie de eleição, o pretendente está sendo cauteloso. Não foi ele quem, como seu primo Philippe V no passado, ordenou prematuramente a confecção de um selo real em seu nome. Ele esperará para ser consagrado em Reims, 29 de maio de 1328, para substituir o selo gravado dois anos antes, na morte de seu pai Charles - vimos o Conde de Valois a cavalo, espada erguida - uma nova matriz na efígie do soberano, em majestade em seu trono gótico.

Eduardo III e seus poucos partidários não tinham ilusões. A França quer um rei "nativo do reino". Mas ele não esquece. Ele começa a falar do dia em que poderá recuperar seus “direitos e heranças”. A partir de maio de 1328, ele lembrou a Filipe VI que ele era "herdeiro direto" do reino da França. Então, ele deve ceder: é a homenagem prestada a Amiens pela Guyenne. Edouard salva com essa homenagem o que lhe resta da Guyenne, mas com isso reconhece seu primo Valois como rei da França.

Quando, dos dois lados do Canal, se sentir escorregando para a guerra, Édouard e sua comitiva voltarão a invocar os direitos do filho de Isabel de França. A reunião do Parlamento em Nottingham em setembro de 1336 irá evocar a necessidade de defender os direitos do rei. A "lei dos homens" nada tem a ver com essa marcha para a guerra, mas fornecerá mais do que um pretexto: uma justificativa. ,

Note que a esta altura do caso, ninguém ainda teve a ideia absurda de invocar a antiga lei dos Salian Franks, bem esquecida pelos próprios juristas. Deste texto, revisado pela última vez na época de Carlos Magno, nada dizia respeito à organização do poder público. Como todas as leis "bárbaras", como a dos visigodos ou como a dos borgonheses, a lei dos francos lançou as bases das relações sociais, organizou o regime de propriedade, fixou multas e contribuições pecuniárias - danos - pelas quais os mais diversos assuntos

estavam para ser concluídos, do assassinato ao roubo de cavalos, da libertinagem a noivados rompidos. No artigo que trata da devolução da herança de terras "livres", dizia-se que as mulheres eram excluídas. O primeiro que se lembrou dele e o aplicou à coroa da França foi, após a derrota em Poitiers, um cronista que precisava de originalidade.

O LEGADO DE NAVARRE.

Para o resto da herança, porém, isto é, para Navarra e Champagne, os príncipes franceses não se adaptaram tão facilmente a deixar os Valois em paz. Com a morte de Luís X e de Filipe V, o irmão foi preferido à filha. Carlos IV, que morreu recentemente em 1328, era rei da França e Navarra. Mas a filha de Luís X cresceu, pois em 1316 o grande reino da França a removeu de toda herança. Ela desistiu, foi compensada. Mas ela não confirmou, quando atingiu a maioridade, a sua renúncia a Navarra, uma renúncia, no entanto, apenas temporária.

Se as filhas herdam em Navarra - como dizer o contrário? - ela é a mais velha das netas da Rainha Jeanne de Navarre, esposa de Philippe le Bel. E ela agora tem um marido capaz de se tornar um campeão: seu primo Philippe d'Évreux, filho do segundo irmão de Philippe le Bel. Se o ramo Valois morresse, Philippe

LEGADO DE NAVARRE

Évreux seria o mais velho dos homens. Enquanto, pela primeira vez desde Hugues Capet, a coroa da França é transmitida por um primo, Philippe d'Évreux está furioso por ser apenas o segundo dos primos. Pelo menos é diferente para Navarra e Champagne.

Contra Philippe d'Évreux e sua esposa, está o coro das filhas de Philippe V e Charles IV. Esses reis também eram reis de Navarra, e suas filhas não renunciaram, como Joana, ou melhor, como fizemos por ela, à herança navarra de seu pai e de sua grande -mãe. Na longa série de netas da Rainha Joana que trouxe Navarra aos Capetianos, é melhor ser a mais velha, ou é melhor ser a filha daquele que reinou por último? Naturalmente, as filhas dos dois últimos capetianos concordam em lembrar que elas não foram, como Jeanne, compensadas.

Essas meninas têm campeões. Eudes, duque da Borgonha, casou-se com a filha mais velha de Philippe V e coloca sua influência na balança. Todos sabem que a mãe do duque era filha de São Luís: no que diz respeito aos direitos das mulheres, Eudes de Bourgogne e a sua mulher juntam os títulos. Quanto aos filhos do último rei, Carlos IV, seu campeão era sua própria mãe, a rainha Jeanne d'Évreux, terceira esposa do infeliz marido uma vez enganado por Blanche d'Artois. Vemos, portanto, surgir aqui do outro lado esta família de

Évreux que se torna, com o advento dos Valois, o primeiro ramo colateral da casa da França, mas que traz, através de suas alianças matrimoniais, as cores dos Capetianos diretos.

Em tudo isso, muito pouco se falou sobre a Navarra. No entanto, a capital de Navarra é Pamplona, não Paris. Cansados de ser objeto de barganha em Paris, os navarros desejam, acima de tudo, voltar a ter um soberano pleno. Eles não podem conceber Navarra como um anexo da França.

Embora tenhamos conseguido sem eles, os barões navarros fazem saber que rejeitam todos os regulamentos de herança que foram andaimes desde 1316. Em todo o caso, só prestarão homenagem, dizem, à filha do filho mais velho. de sua ex-rainha. Sem exceção, os navarros são para Jeanne e seu marido Philippe d'Évreux.

Eles dificilmente podem questionar o princípio da sucessão feminina. Uma rainha trouxe Navarra para a França. Se seus descendentes são assegurados apenas por uma garota, o que isso importa? Jeanne, a mais jovem, é tão capaz quanto sua avó Jeanne. O que empurra a França para a masculinidade, ou seja, o medo de uma transição perigosa da coroa para famílias imprevisíveis, Navarra não deve mais temer. A França não quer ter um estrangeiro como rei? Navarra foi bem, em um século, para os Champenois, depois para os Capetianos ...

Há mais, no entanto. Rainha da França, Jeanne de Navarre continuou a cuidar dos assuntos de Champagne, mas não se pode dizer que ela economizou muito de seu tempo para Navarre. A esposa de Philippe le Bel poderia reinar sobre Troyes de Paris, não sobre Pamplona. Seu filho Luís X herdou os dois reinos, mas estava especialmente preocupado com a França. Os barões de Navarra estão cansados de ser dependentes da Coroa da França. Os Champenois tinham vindo para se estabelecer em seu reino além dos Pireneus. Com a dinastia francesa, Navarra corre o risco de se tornar apenas um pedaço da França. Quando eles manifestam sua escolha em favor de Évreux, os navarros procuram um rei em tempo integral, e um rei que deve sua coroa navarra como rei.

Philippe VI pode fazer transações em Navarra, não em Champagne. Há apenas um século, os Condes de Champagne fizeram a ameaça mais séria pairar sobre o domínio real, e a menor aliança dos Champenois colocava a Coroa em perigo. Que o mesmo príncipe seja o conde de Champagne e o primeiro dos barões normandos, isso é o que o novo rei da França não pode aceitar. Uma pena para Navarra, a segurança de Paris está a esse preço.

O grande conselho reunido em abril de 1328 em Saint-Germain-en-Laye, portanto, procede a uma divisão da herança de Navarra: os Évreux terão Navarra - com uma coroa real que não deixa de agradar aqueles que a viram passar. tão perto deles a coroa da França - e os Valois manterão Champagne e Brie, às custas de uma compensação.

Filipe VI suspendeu a ameaça de um vizinho perigoso ao leste. Mas até agora havia um vassalo do rei da França com vassalagem problemática porque também era um rei, fora do

reino da França: era Eduardo III. Agora há um segundo. O maior dos barões normandos é ele próprio um rei.

Quanto aos Évreux, erram ao aceitar que a indemnização não é fixada de imediato. Eles trocam Champagne e Brie pelo incerto. Quando em 1336 dermos um conteúdo a esta indemnização, ver-nos-emos reduzidos ao baronato normando de Mortain e, por um período apenas, ao concelho de Angoulême. O filho de Philippe d'Évreux e Jeanne de Navarre um dia se lembrará de ter sido roubado. Este filho, que lamentará ter nascido tarde demais para fazer parte da herança capetiana, terá o nome de Carlos o Mau para a história.

Nascido em 1332, Charles d'Évreux será conde de Évreux com a morte de seu pai: por meio dele, é sobrinho-neto de Philippe le Bel. Ele será rei de Navarra com a morte de sua mãe: é por meio de seu neto de Luís X. Descendente na linha masculina de Filipe III, assim como Filipe VI de Valois, ele está mais intimamente ligado do que este, na linha feminina , para os últimos Capetians. Enquanto nos mantivermos na masculinidade, ele não terá nada a dizer. Se o inglês questionar isso, Charles d'Évreux-Navarre entrará em ação.

ROBERT D'ARTOIS.

O caso Artois, entretanto, proporcionou a Filipe VI um novo inimigo, totalmente alheio às rivalidades que se manifestavam em torno da coroa da França, mas inclinado a se envolver na vingança de sua própria frustração.

Morte na Batalha de Courtrai em 1302, Robert II d'Artois, o sobrinho de Saint Louis, deixou uma sucessão questionável pela única razão de que seu filho Philippe havia falecido antes dele. Em vez desse filho - que morreu na Batalha de Furnes em 1298 - que teria vencido sem contestar sua irmã Mahaut, Robert só tinha um neto como herdeiro masculino, ele próprio chamado Robert. Ninguém na Corte do Rei apoiou este menino de quinze anos.

Mahaut, por outro lado, era a esposa do precioso Otto IV da Borgonha, esse príncipe desiludido que ia deixar o Capetian colocar as mãos, quase sem desferir um golpe, nesta terra de império inesperado que era o condado da Borgonha, ou seja Franche-Comté. Othon era necessário, Mahaut já era poderoso e Saint Louis, ao dá-lo a seu irmão Robert, de forma alguma estipulou que a prerrogativa de Artois deveria ser reservada aos homens. Sabemos que tal cláusula só aparece na lei dinástica francesa, para Poitou, no dia da morte de Philippe le Bel.

Até a lei parece favorável a Mahaut. O costume de Artois ignora a representação do filho herdeiro pelo neto. A criança sobrevivente, menina ou menino, vence. O rei e os nobres

concordaram, portanto, em dar Artois a Mahaut e deixar seu sobrinho Robert ficar satisfeito com um condado que mal era um: Beaumont-le-Roger.

Desde então, Robert d'Artois não perdeu a oportunidade de se declarar espoliado. Em 1316, no grande movimento de agitação feudal, esteve à frente dos barões de Artois lutando contra a condessa. De Philippe V, com quem fez as pazes, obteve até uma investigação, que infelizmente acabou por confirmar a decisão de 1302: o Tribunal dos Pares, em maio de 1318, novamente indeferiu Robert de suas reivindicações ao condado.

O sobrinho de Mahaut ainda é apenas um descontente. Em geral, ele se comporta como um príncipe francês e como um vassalo leal de seus primos capetianos. Philippe V pode ser genro de Mahaut, mas confia a Robert d'Artois várias missões. Carlos IV, por sua vez, cobriu-o de favores e presentes. Um casamento brilhante fez dele, em 1318, genro de Carlos de Valois e da falecida Catarina de Courtenay, herdeiro do título imperial de Constantinopla. Robert d'Artois é, portanto, o cunhado deste Philippe de Valois que ascendeu ao trono em 1328.

É também um dos que levaram em alta as cores do Conde de Valois ao Concílio de fevereiro de 1328. Filipe VI lembra-se dele: fez dele um nobre da França, deu-lhe pensão após pensão. No Conselho, Robert d'Artois é ouvido. Na comitiva real, ele passa pelo homem que tem os ouvidos do rei. Para a opinião pública, ele é amigo do rei, seu companheiro. Ele poderia ficar satisfeito com tal posição.

Robert julga, ao contrário, que é chegado o momento de retomar sua antiga disputa contra sua tia Mahaut. Este último uma vez ganhou, ele julga, por favor. O favor mudou. Os tempos são certos. Além disso, há algo novo em um campo em que o costume faz a lei - o costume de Artois não foi invocado em 1302 para destituir Robert? - e onde os precedentes são o costume. O conde de Flandres Robert de Béthune acaba de deixar seu condado para ficar com Louis de Nevers, o mais velho de seus netos, não para os filhos que viveram mais que os mais velhos. Robert d'Artois pode legitimamente pensar que o costume será doravante marcado, para ele, por esse precedente tão próximo no tempo como no espaço.

Este novo episódio apresenta todos os aspectos de um conflito feudal: alianças entre os príncipes, intervenção do suserano, julgamento da Corte. Robert colocou a seu lado o duque da Bretanha e o conde de Alençon, irmão do rei. É um trunfo. Ele se juntou àqueles que o autoritarismo de Mahaut lançou, no próprio Artois, em uma espécie de conspiração permanente.

Um ex-amigo do poderoso conselheiro de Mahaut, Thierry d'Hirson, oferece seus serviços na hora certa. O nome dela é Jeanne de Divion. No próximo julgamento, Robert d'Artois terá que provar que no casamento de seu pai Philippe le conde Robert Ele expressou seu desejo de que a sucessão de Artois fosse para os descendentes de Philippe e não para Mahaut . Jeanne de Divion ofereceu-se para procurar as testemunhas.

Em sua defesa, mais tarde, todas essas testemunhas dirão que hesitaram em recusar um testemunho ao príncipe que lhes parecia todo-poderoso com o rei.

A morte de Mahaut, em novembro de 1329, precipita as coisas. Filipe VI toma o condado de Artois sob sua guarda, enquanto espera para proferir, ao Tribunal reunido, uma sentença final que tudo sugere favorável a Roberto. É também um barão deliberadamente em desacordo com a velha condessa, Ferri de Picquigny, que o rei

nomeia governador de herança pendente. Quanto à herdeira de Mahaut, ela é viúva de Philippe V, esta Joana d'Artois anteriormente envolvida no adultério de sua irmã e cunhada; ela é admitida a prestar uma homenagem provisória, tanto mais provisória quanto morre pouco depois. E alguns acreditam que essa morte é muito conveniente para os negócios de Robert.

Na verdade, a morte de Jeanne d'Artois consolida especialmente o principal adversário de Robert no Tribunal dos Pares: o duque de Borgonha, cuja esposa, filha de Philippe V, torna-se herdeira de Artois se Robert for novamente demitido.

O caso é tão confuso e dividido a Corte que Filipe VI considera por um momento escapar da pior maneira: mantendo Artois para si e indenizando todos os beneficiários, Robert d'Artois e Eudes de Bourgogne. Ao recusar o imposto necessário para o pagamento da indemnização, os Estados de Artois bloquearam tudo. É óbvio que a população não ganharia nada com essa solução.

É necessário, portanto, pôr fim ao processo, uma vez que o compromisso se revelou impossível, por falta de dinheiro. Retomamos o procedimento. Em 14 de dezembro de 1330, os funcionários do Parlamento fazem na audiência a perícia dos documentos fornecidos por Robert d'Artois em apoio às suas declarações: são falsos. Falsificações rudes. O falsificador é denunciado rapidamente: é Jeanne de Divion.

Podemos adivinhar o clamor. Os mais firmes defensores de Robert baixaram a guarda. O rei a abandona imediatamente. Ouvimos o triunfo do duque Eudes da Borgonha e de seu cunhado Louis de Nevers, o conde de Flandres. O Tribunal, julgando em matéria civil, profere imediatamente uma primeira sentença: Robert d'Artois não tem direito à herança de seu avô. Pela terceira vez, ele perdeu.

Mas agora está começando uma ação criminosa, que oferece a todos os pescadores em águas turbulentas a oportunidade de uma ampla fofoca desenfreada e ressentimento. O resultado de tal julgamento era previsível, porque a preparação de falsos atos reais é um crime de lesa majestade. Se a justiça do rei não sancionar com a maior severidade a introdução nos relatórios sociais de atos reais falsos ou falsificados, onde estará a credibilidade do selo real? O rei não pode transigir com quem destrói um dos meios

essenciais de expressão do seu poder soberano: a jurisdição, que resulta na vedação dos atos autênticos. Em 6 de outubro de 1331, Jeanne de Divion subiu à estaca.

Não se podia evitar a convocação de Robert d'Artois. Ele viu o perigo e preferiu escapar. Além disso, ele agora está sozinho. Certo ou errado, a produção de falsidade é considerada a admissão de uma causa indefensável. Muito raros são aqueles que, como o abade de Vézelay, fazem saber ao desajeitado príncipe que, documentos falsos ou não, o seu direito a Artois continua fundado.

Robert também está arruinado. Ele talvez se orgulhe de obter crédito facilmente de alguns financistas do mercado de Paris. O burguês em questão apressa-se em ir e garantir ao rei que não é esse o caso.

Por querer provar demais, Robert d'Artois selou seu infortúnio. Em 6 de abril de 1332, o Tribunal de Pares o condenou ao banimento. Sozinho entre todos os seus pares, o duque da Bretanha João III votou contra a sentença.

No futuro imediato, o colapso do sobrinho-bisneto de Saint Louis não poderia ter qualquer efeito nas relações franco-inglesas. Eduardo III cedeu na questão das homenagens, o que significa que ele abandonou qualquer reivindicação à coroa da França. Reconheceu-se, pelo seu ducado da Aquitânia, ou pelo que dele restou, o vassalo de seu primo Filipe VI. No entanto, há um lugar a ser ocupado no Conselho do Rei da França: aquele, proeminente, que Robert d'Artois ocupou até agora. É compreensível que os grandes barões que, seguindo Eudes de Bourgogne a esse respeito, recentemente mostraram alguma simpatia pelos ingleses, de repente recuem.

Robert d'Artois, no entanto, escolheu, após várias peregrinações em Namur, Louvain, Bruxelas e mesmo Avignon, trazer seus clientes para a Inglaterra. Este não é o efeito da inclinação, mas existem poucas outras possibilidades. Se alguém pode ser o instrumento de vingança do Conde Robert, é o primo inglês. Porque Robert não admite derrota:

Por mim foi rei. E por mim será removido.

Disfarçado de comerciante, ele chegou à Inglaterra na primavera de 1334. O trabalho de minar começou. Eduardo III pode ter chegado a um entendimento com seu primo na França, ele pede apenas para ouvir aquele que lhe promete alianças maravilhosas se ele quiser ser consertado. O que Robert d'Artois disse claramente ao rei da Inglaterra, nenhum barão francês lhe disse até agora: o filho de Isabelle da França é herdeiro mais próximo dos Capetianos do que o conde de Valois. Edward não precisava ser avisado para pensar assim. No entanto, as palavras de Robert reavivam sua ambição.

O MERCADO PARA A GUERRA.

É então que todas as peças do tabuleiro começam a jogar juntas. Na primavera de 1336, a Inglaterra estremece com a ideia de uma invasão francesa: para que os Valois não se envolvam de perto no caso escocês, é aconselhável ir atacá-lo no continente. Ao questionar a legitimidade de Filipe VI, Robert d'Artois fornece apenas mais um argumento. Na verdade, a guerra foi inevitável por dois séculos. Desde a época de Aliénor, Duquesa de Aquitânia, vassala da França e esposa da Inglaterra.

Em outras ocasiões, tudo foi feito para evitar a guerra ou para acabar com ela. O ex-Saint Louis e o ex-Philippe le Bel hesitaram em despojar o legítimo herdeiro dos ex-duques de Aquitânia. Pôr fim ao caso da Guiana pela força parecia aos Capetianos uma espécie de negação da justiça que um suserano dificilmente poderia suportar. Invadir a Guyenne para forçar o vassalo à submissão, sim. Tire a terra de seus ancestrais, não. Quase não nos permitimos reduzi-lo a uma porção mínima.

O Plantageneta, ao mesmo tempo, parecia ansioso para se envolver o menos possível nas guerras da Aquitânia, onde claramente tinha mais a perder do que ganhar. Estávamos longe da coalizão derrotada em Bouvines e La Roche-aux-Moines em 1214, coalizão por meio da qual o impetuoso Jean sans Terre e seus aliados de Flandres e do Império tentaram operar contra o domínio real. e a capital de Capétien uma operação de pinça. Lutando com os escoceses, com os galeses, com os próprios barões ingleses, o rei da Inglaterra há muito buscava a paz em suas fronteiras da Guyenne.

E de repente as atitudes são invertidas. É a marcha para a guerra. Eduardo percebe que seus barões estão entediados: ao desviar para o continente sua necessidade de ação e sua sede de lucro, ele afasta sua coroa das conspirações por um tempo. Por vinte anos, a corte inglesa foi um nó de víboras. Os clãs lutaram pelo poder. Cada favorito representava os interesses de um ou outro grupo. Vimos no zênite o amante do rei, Hugues Despenser, e depois o amante da rainha, Roger Mortimer. As execuções seguiram as execuções, as parcelas seguiram as parcelas. Eduardo começa a raciocinar como Urbano II certa vez pregou a Cruzada: em vez de lutarem entre si e contra o poder estabelecido por Deus, que vão além dos mares contra o inimigo comum!

Philippe VI, por sua vez, é um príncipe ambicioso, que busca organizar seu governo e que descobre o que seu tio Philippe le Bel havia feito, vinte anos antes, a amarga experiência após sua vitória sobre os flamengos: paz, é pobreza. Não, no início do XIV século, está pronto para entender que um governo precisa de recursos mais permanentes do que o domínio real fornece o rei, pois é um senhor da terra. Certamente, como o Capetian, o Valois desfrutou de uma verdadeira fortuna territorial, graças à qual o rei da França pôde manter sua posição entre os senhores feudais. A vida na corte, a caça, o dote das filhas, a dublagem dos filhos, a generosidade para com os príncipes, assim como a

caridade para com os pobres, tudo isso é melhor do que propriamente garantido. O rei-senhor está à vontade; o rei-suserano não é menos.

O que não está garantido é o funcionamento do Estado. O rei-soberano deve regatear seus meios de governo. Uma administração cada vez mais presente, uma justiça - e sobretudo uma justiça de apelação - que é o melhor instrumento para a extensão das prerrogativas reais às custas do feudalismo, uma garantia real estendida tanto nas transações de mercadores estrangeiros no França que nos acordos entre burgueses para a partilha do governo municipal, tudo isso supõe um poder real dotado de finanças regulares: finanças outras que as receitas do Estado do rei-proprietário e as receitas feudais do rei que apela para as faculdades dos seus vassalos .

Porém, os rendimentos “extraordinários” do soberano, o costume só os concede para o “lucro comum”, para a defesa do reino. Eles são, desde Philippe le Bel, o equivalente oficialmente reconhecido de um serviço militar devido pelos súditos em caso de perigo. Neste serviço, o rei pode preferir arrecadar dinheiro ao invés de homens mal equipados e mal treinados.

Na época da guerra em Flandres, e especialmente nos anos sombrios que se seguiram ao desastre em Courtrai (1302), os impostos caíram sobre a França. Nunca tínhamos sabido disso. Três anos depois, vimos pela primeira vez que a vitória e a paz privaram o rei dessas finanças extraordinárias, graças às quais ele pôde sustentar, com as guerras, os fardos do Estado. Esses anos de paz redescoberta foram aqueles de expedientes de curto alcance: os judeus e os lombardos, os templários e a burguesia das boas cidades, por sua vez, experimentaram empréstimos forçados.

Dizer que Filipe VI busca a guerra por necessidade de dinheiro seria excessivo. A verdade é que ele vê o que ganhamos ao prepará-lo. Do décimo que o Papa concede sobre as receitas da Igreja - para financiar a preparação da cruzada e, entretanto, para completar no Ocidente o que a impede - ao imposto sobre a propriedade ou sobre as transações que os Estados Gerais ou as Províncias outorgam para contribuir com a defesa do interesse comum, tudo está ligado à noção de um reino em armas pela boa causa.

Um Filipe VI que sabe que sua coroa ainda não está suficientemente assegurada e que deve poupar aqueles que o trouxeram ao trono não pode negligenciar os benefícios políticos de um conflito armado. Os louros recolhidos em Cassel em 1328 contribuíram muito para a legitimidade da escolha dinástica. Eles envelheceram.

CAPÍTULO II

Crescimento interrompido

Os dois reis são primos. Barões de alta linhagem e também simples escudeiros, muitos nobres têm seus feudos, suas alianças e seus parentes igualmente distribuídos em ambos os lados do Canal. A chancelaria inglesa usa o francês para atos que não queremos escrever em latim. E há tantos clérigos ingleses na nação "inglesa" da Universidade de Paris quanto nas faculdades de Oxford e Cambridge.

DIFERENÇAS.

Tudo isso não deve ocultar a profunda diferença entre os dois países. O homem de armas inglês que desembarcou no continente - ele falava anglo-saxão ou galês com mais freqüência do que o francês de seus líderes - rapidamente se deu conta dessas diferenças aleatoriamente durante passeios e tavernas. Quanto ao francês médio das cidades e do campo, ele começa odiando o inglês porque ele é um soldado, e acaba odiando-o porque ele é inglês. Os homens do Príncipe Negro não são ocupantes. Em muitas áreas, os de Bedford sim.

O que os atores desta história perceberam com menos facilidade são as diferenças na estrutura política. Para ver bem, eles não têm uma visão retrospectiva do tempo. Mas podemos ver o fato de que os Estados Gerais de Filipe VI e João o Bom não conseguiram estabelecer um controle político da ação do rei, enquanto o Parlamento inglês foi capaz de fazê-lo: os Estados não emergem da rivalidade grupos de pressão de curto prazo.

Por outro lado, o observador que vem do outro lado do Canal fica impressionado com a extraordinária densidade da população do reino de Valois. Não menos pela importância das cidades e do fenômeno urbano.

A Inglaterra tem pouco mais de três milhões de pessoas, talvez três milhões e meio. Ao mesmo tempo, o reino da França tem quinze milhões, vinte ou vinte e dois dentro dos atuais limites da França. Os Valois são ricos em homens, em súditos, em litigantes, em contribuintes.

A desigualdade de espaço é a mesma nos dois países, se for possível quantificar uma população que se expressa nos documentos senhoriais em número de inquilinos, nos documentos judiciais em número de assessores, nos documentos fiscais em número de

"incêndios". No entanto, esses fogos são apenas uma unidade familiar de imposição, cuja coincidência com a realidade se desgasta com o passar do tempo. No início do XIV século, um incêndio ainda é uma família, um incêndio de fumar. Mas em certas campanhas é um grupo quase patriarcal: todos os descendentes agrupados em torno do antigo. Em outras, e na maioria das cidades, é uma casa matrimonial, composta por pais e filhos para casar, quando o fogo não é feito por uma viúva ou herdeira deixada sozinha. No final do século, ainda falamos de "fogo", mas é apenas uma base de distribuição, o número que qualifica a aldeia, a freguesia ou a diocese, um número que se multiplica por um coeficiente para estabelecer o imposto total a pagar: tanto dinheiro por incêndio, isso significa para a cidade tanto dinheiro multiplicado pelo número de incêndios, mas isso não significa que cada família pague tanto dinheiro. Discutimos o número de incêndios, regateamos isso.

Na longa história das relações entre o rei e os contribuintes, somos constantemente no final da XIV e durante a XV século, aumento ou mais frequentemente para reduzir o número de incêndios na província, o Senescal, da diocese, da cidade, da paróquia. A razão não é que os habitantes sejam mais ou menos numerosos, mas que sejam prósperos ou arruinados, que um membro do Conselho Real os proteja ou que os oficiais locais tenham outros amigos.

Apesar da incerteza dos nossos números, podemos dizer que na Normandia, Ile-de-France ou Picardia, certos setores têm mais de cem habitantes por quilômetro quadrado, e que o mesmo se aplica às terras gordas da Condado de Leicester. Certos terroirs nunca foram tão povoados e nunca encontrarão o povoamento dos anos 1300. Os homens se estabeleceram nas áreas propensas a inundações dos baixos vales costeiros. O habitat ultrapassa, em muito, os níveis atuais nas encostas do Maciço Central: em Monts-Dore, encontramos assentamentos permanentes até 1100 metros acima do nível do mar.

Às vezes, as coisas mudam em poucas horas de caminhada. Há quinze famílias por quilômetro quadrado nas terras cultiváveis de Bas-Languedoc, em torno de Narbonne ou Béziers; na melhor das hipóteses, há três nos Corbières vizinhos, bem como no Causses. Há dezenove semáforos por quilômetro quadrado do lado de Gonesse, treze em direção a Villeneuve-Saint-Georges e em direção a Montlhéry, apenas seis em torno de Chevreuse.

Este é o fim de um esforço formidável. Por três séculos, as pessoas se multiplicaram. Eles limpam a floresta, aprimoram suas ferramentas e se organizam para uma melhor chance de sobrevivência. A doença regrediu, assim como o medo. A população da França dobrou, a da Inglaterra triplicou. Os contemporâneos de Philippe de Valois aprenderam que tudo era possível. Com a expansão do mundo, eles não vêem limites, não mais do que a esbeltez das naves góticas. Laon atingiu o pico a 24 metros, Notre-Dame de Paris a 32 metros e Chartres a 37 metros. Estamos a 48 metros da pedra angular de Beauvais. Três séculos de crescimento e progresso criaram hábitos.

O mundo está cheio, mas os contemporâneos não sabem disso. Eles não sabem que vão enfrentar um clima muito severo, com tecnologia insuficiente. Eles estão no limite dos retornos possíveis, no limite das capacidades de troca. O tempo das cruzadas e das grandes catedrais, das grandes clareiras e do crescimento populacional foi de grande esperança. Os homens da XIV século ficará desiludido, à medida deste esperança de repente quebrado.

Os ingleses fizeram outra descoberta no continente: a de um país altamente urbanizado. Por toda a França que viajam, a cidade está sempre presente. Está, materialmente, no horizonte dos homens. Com o seu recinto, as suas torres sineiras, as suas torres, domina a planície. Protege a estrada, o desfile, a ponte. Dá ao porto a sua influência para o sertão. Mas não está menos presente no sistema de relações sociais e econômicas. É mercado, corte, espetáculo. Ele produz, ele consome. Incita e explora. O dinheiro das cidades anima a vida do campo. O dinamismo dos empresários industriais e comerciantes da cidade contribui para a principal motivação da expansão rural: a necessidade de comer.

A Inglaterra tem poucas cidades grandes. Londres está se aproximando dos cinquenta mil habitantes. York e Bristol têm dez ou quinze mil. Em outros lugares, eles são apenas grandes cidades: três mil, cinco mil habitantes. Mesmo o porto de Southampton, já visitado por navios italianos e há muito frequentado por marinheiros do Canal da Mancha e do Mar do Norte, ainda não está a desenvolver verdadeiras funções urbanas.

Claro, o oeste e o centro da França não atingem a densidade urbana que já caracteriza o Norte industrial, os grandes vales fluviais, ou mesmo um Sul ainda muito marcado pela civilização romana. No entanto, nenhuma região da França ignora o que é a cidade real, aquela que, com dez ou quinze mil habitantes, reúne todas as funções - intelectuais, religiosas, administrativas, financeiras - que caracterizam o fato urbano. . Grandes nós rodoviários como Lyon, grandes portos como Marselha - politicamente fora do reino - e grandes centros industriais como Arras ou Douai alcançam essa importância. Outros se aproximam, em particular as grandes cidades episcopais: Reims, Albi, Évreux e muitas outras.

Com trinta ou quarenta mil habitantes, três cidades assumem o aspecto de verdadeiras capitais. Na verdade, Bordeaux, Rouen e Toulouse competem prontamente com Paris. A Universidade de Toulouse disputa com a Sorbonne o direito de expressar a opinião dos intelectuais do reino. O Tesouro de Rouen quer ser tribunal soberano. O Bordeaux aproveita habilmente uma situação política particular, bem como um controle muito rígido do principal tráfego internacional da França, o do vinho.

No entanto, Paris domina de grande altura a rede de cidades que abrange a França. A decisão é tomada, as carreiras acabam aí, os interesses estão amarrados. Com duzentos mil habitantes - 61.098 incêndios durante o censo fiscal de 1328 - Paris é uma espécie de monstro demográfico, ao mesmo tempo centro financeiro, mercado internacional, porto

regional de trânsito, metrópole intelectual e universitária, capital política e administrativa. Muito à frente de Milão, Florença e Veneza, que se aproximam dos cem mil habitantes, Paris é a primeira cidade do Ocidente.

O crescimento também faz parte da paisagem. Os antigos terroirs foram alargados, novos foram criados no coração da floresta ou na charneca. O declínio da floresta começa a colocar em risco o equilíbrio precário da cultura e da pecuária. Todos têm o que comer, mas os carpinteiros agora procuram em vão as belas vigas. Não falamos mais de Laye ou Beer, mas da floresta de Saint-Germain ou da floresta de Fontainebleau. Aos olhos dos homens, a aldeia e a terra agora prevalecem sobre a floresta.

A última vaga de desmatamento individual acaba de criar, em toda a parte mas sobretudo nas regiões costeiras ou montanhosas, habitats marginais, isolados, que não conseguem adquirir a autonomia que faz a aldeia. Novas paróquias rurais, é pouco importa desde o XIII século. O tempo para villeneuve acabou. Aqui e ali, até voltamos. Na Picardia, em Artois, no Beaujolais, começa no espaço um recuo já perceptível como na preocupação dos homens. Depois de apenas alguns anos de cultivo, algumas "essências" são deixadas em pousio.

DINAMISMOS.

Enquanto a extensão das terras cultivadas congela, a paisagem se enraíza em muitas regiões: novas sebes vêm enfatizar o individualismo camponês e afirmar um certo tipo de economia. É o bocage que surge assim, sobretudo no Ocidente - Bretanha, Maine, Charente - mas também no Jura e nas cristas do Maciço Central. Ele continuará a se expandir por três séculos. Em reacção à necessária organização, mais ou menos comunitária, das populações agrupadas em aglomeração e contra os direitos da comunidade - em matéria de criação em particular - nas terras de cada um dos seus membros, manifesta-se uma nova mentalidade, que sublinha a inscrição na paisagem daquilo que é signo e meio de apropriação individual, a cerca. É segurança para rebanhos e proteção para plantações, representa animais ou contra animais, é feito de sebes vivas ou longos muros de pedra seca. Mas tem apenas um significado: todos em casa.

Os primórdios de um capitalismo rural favorecem, em certos aspectos, o movimento de fechamento e o nascimento da paisagem do bocage. O camponês pode ter ferramentas melhores. Se ele tiver que pedir emprestado, ele tem outro recurso além dos notáveis de sua aldeia. Sua dívida o torna tão dependente quanto antes, mas depende menos da comunidade da aldeia. Todo mundo está fazendo suas próprias coisas.

Neste universo que está chegando ao limite, o homem se move tanto quanto quando seus horizontes se alargaram. O movimento não para, que empurra camponeses

ambiciosos ou famintos para os lucros - supostos ou reais - da cidade, e que conduz da pequena para a grande cidade o ousado comerciante e o talentoso advogado. Vítima de demografia catastrófica, a cidade está em constante renovação. Porque nascemos pequenos, na cidade. A instabilidade das situações profissionais aumenta o número de solteiros, diaristas ou domésticas sem família. A cidade, e principalmente a cidade grande, não é rica com seus filhos, é rica com os tantos filhos do campo vizinho, este campo onde falta a terra quando os campos não são mais extensos.

Um dia de caminhada - trinta ou quarenta quilômetros - é o suficiente para definir o raio de atração da pequena cidade, uma atração feita de viagens anteriores e de primos estabelecidos no local. Mas em Périgueux existem bretões e picardos, bascos e béarnais. A metrópole brilha muito além, segundo tradições, lealdades políticas e rumos econômicos, ou mesmo, em alguns casos, publicidade deliberada. Paris é habitada por um fluxo regular de normandos, angevins, picardos, champenois, bretões, auvergnats. Todo o Languedoc contribui para povoar Toulouse dia após dia. O maior eixo meridiano do vale do Ródano e do Saône fornece Languedocians, Provençaux, Savoyards, Burgundians, Comtois e Lorrainers, clérigos e leigos, esta cidade de solteiros que é a Avignon dos papas por excelência .

Pequena ou grande, a cidade explode seus muros. Um recinto que muitas vezes data da época de Philippe Auguste e que um século de relativa paz dificilmente obrigou os habitantes a mantê-lo. A parede desmorona, as brechas aumentam, as portas perderam as folhas. Ao redor, as casas fora das paredes se aglomeram. Indefensáveis em caso de cerco, são abordagens admiráveis para possíveis sitiadores. Mas, exceto nas frentes conhecidas, a da Guyenne, a da Flandres e alguns outros, quem realmente se importou, por volta de 1340, em prever uma guerra de cerco?

Paris transborda por todos os lados, para Saint-Germain-des-Prés e Saint-Sulpice, para além de uma Porta de Bucy que já não serve, para o Templo e para Montmartre para além de uma parede parcialmente desabada. Rouen se estende em direção a Saint-Ouen, Orléans em direção a Saint-Aignan. O despertar será difícil quando for necessário, com urgência e grande custo, reparar, reconstruir e ampliar estas fortificações que serão, nas primeiras décadas da guerra, a grande despesa dos municípios franceses.

Moinhos e fornos de pão, curtumes e ladrilhos, tudo o que os citadinos recusam em um recinto onde o espaço é escasso instalou-se à vontade nas portas da cidade. Não poderia mais viver sem seus subúrbios. Eles são o espaço livre, tanto quanto a liberdade de empreender, longe das restrições corporativas que se exercem sobre as atividades estritamente urbanas.

A França é rica em homens. Não é menos importante para os recursos de seu solo. Normans e Picards normalmente exportam seu trigo para a Inglaterra e os países do Norte. O vinho da Gasconha é uma das importações essenciais de Southampton e Bruges. O sal de

Peccaïs, Hyères e Berre é vendido em Génova, o de Bourgneuf - e também o de Guérande - em todo o Norte da Europa, até Bergen e Novgorod. Usando frotas inteiras, esse tráfego também enriquece os centros de distribuição regionais como Paris, Arras ou Toulouse. Eles geram humana shuffle, movimentos de dinheiro, ligações regulares todos os meios pelos quais o homem da XIV século toma, melhor do que seus antecessores, a extensão do mundo. Vemos alemães em La Rochelle, portugueses em Rouen. Flamengos, normandos, bretões, ingleses, bayonnais e até castelhanos relaxam em Bordéus. Os banqueiros toscanos estão no topo da calçada parisiense, e logo haverá mais banqueiros lucquois em Paris do que em Lucca.

A criação é suficiente para fornecer tanto a carne quanto os animais de tração. Os pescadores de Dieppe e Boulogne abastecem um terço da França com arenque arenque. Caçamos nas florestas, pescamos em lagoas e rios. França feeds.

Para uma indústria que só se desenvolve realmente na Flandres - onde é principalmente a lã inglesa que abastece os teares - os franceses encontram a maior parte das suas matérias-primas em casa. A lã da Normandia, a do Languedoc e a da Provença são suficientes para a tecelagem local, o chumaço da Picardia e o pastel do Languedoc competem facilmente com os caros produtos de tintura do Oriente para o tingimento de tecidos azuis. A França carece de estanho, é verdade, e o bronze não é seu ponto forte, mas produz seu ferro, na Normandia e em Champagne, nos Alpes e nos Pirineus. Possui cobre em Lyonnais; liderar, também, em Lyonnais, bem como em Comminges.

Não nos falta energia. Todos os rios agora estão equipados com moinhos, ou seja, rodas manuais. Um mói o trigo, o outro pisa a folha. O moinho agita as fogueiras das forjas e fornos, aciona a serra, martela o ferro, esmaga o cânhamo. Ele é a alma do papel de carta nascente.

Minério, madeira, água, isso é o suficiente para povoar as aldeias de "febres" com habilidades múltiplas e as cidades de artesãos mais especializados, ferreiros, cuteleiros, caldeireiros e amoladores de todos os tipos. As profissões são diferentes. O tecnicismo triunfa.

O que ainda está bloqueando grande parte do progresso econômico é a estagnação tecnológica: quase nenhuma descoberta foi feita em mil anos. O Ocidente foi finalmente descoberto na segunda metade do XIII século, a pólvora, cuja primeira verdadeira aplicações de data a partir dos anos 1320. Nós apenas generalizar sobre ao mesmo tempo, duas ferramentas que se aberto a Europa rotas marítimas: a bússola que permite afastar-se da costa e o leme de popa - alinhado com o navio - que livra o marinheiro do domínio dos ventos. Ajudando o capitalismo - nós unimos forças para armar um navio - a tonelagem poderá aumentar sem diminuir a capacidade de manobra.

Quanto ao resto, tudo se sabe, ou quase, desde a Antiguidade. Sabemos manipular as engrenagens que transmitem energia ou modificam o movimento. Conhecemos as rodas

dentadas, as "lanternas" com barras paralelas, as alavancas. Só aparência nesta época, mas aparência notável quando toda a força vem da roda dos moinhos quando não vem do homem ou do animal, desenvolvemos a árvore de cames que transforma o movimento e o feito direto. O final do século verá outra invenção decisiva: a do par pedivela, isto é, do movimento recíproco.

Se inventarmos pouco, mexemos muito. Assim, as ferramentas, a do camponês e a do artesão, melhoram da mesma forma. O arado vence no arado, o macaco na alavanca, o virabrequim na ponta avermelhada pelo fogo.

A circulação de homens, informações e mercadorias não progrediu senão a das tonelagens marítimas. Um piloto raramente viaja mais de cinquenta quilômetros por dia; um carrinho de transporte ou lixo de viagem normalmente não dá trinta. O navio cobre cento ou cento e cinquenta, mas suas rotas contornam a terra e sofre tanto com o tempo de espera para embarcar quanto com os dias em que esperamos o vento. Dependendo do tempo e da duração do dia, o carrinho leva duas ou três semanas de Toulouse a Paris. O barco leva três meses para ir de Veneza a Bruges. Ou seja, a imobilização do capital investido e o baixo retorno financeiro.

De todos os lados, no entanto, estão começando mudanças que vão perturbar a cara da França e a vida dos franceses. Eles também vão remodelar o mapa das atividades econômicas e perturbar as relações sociais estabelecidas em um tempo de expansão já ultrapassado.

VIDA E MORTE.

O fenômeno lhes escapa naturalmente em sua complexidade. Mas os homens desta época não estão alheios a este mundo saturado onde o futuro é problemático. Ele sabe muito bem, o camponês que, para além da Quaresma e do Advento, se atrasa da primavera ao outono e do outono à primavera após um casamento que deseja quando menino, mas que teme como dono de uma trama. de terras: por menor que seja, um dia terá que dividir essas terras entre os herdeiros. O artesão não procrastina menos, quem sabe ele é o chefe de uma oficina capaz de alimentar seu homem, não de sustentar duas ou três famílias. E todos sabem quanto custa casar, porque é indecente casar sem tratar parentes e vizinhos. Os ricos hesitam, os pobres diferem. O padre perde, e a moralidade também. A coabitação custa menos que o casamento.

Enquanto o desemprego não ameaçar, os mais pobres têm o sustento e a cobertura assegurados, se continuarem meninos: o operário, o diarista dos trabalhos agrícolas, o criado dos comércios urbanos sabem que não podem constituir família sem dívidas. que só seus braços garantem. Ter uma esposa é, portanto, render-se às mãos e pés amarrados

do mestre. Não falemos da moça a quem o marido vai lembrar cem vezes que a levou sem dote.

Felizmente, ele é "bons mestres". Conhecemos companheiros que, no dia do casamento, festejam às custas de um patrão que os tem na família. Mas existem pessoas miseráveis, companheiros que passam suas vidas em um loft, acalmando seu temperamento de vez em quando com uma prostituta barata, diaristas que não conhecem outro calor em sua vida senão o dos animais cujo compartilhar o estável ou estável. Não aumentamos a pobreza em torno de um pote pequeno demais e nem todo mundo tem seu pote.

O burguês está se saindo melhor, mesmo que não pretenda dividir em excesso o capital herdado ou acumulado. Ele se casa tarde, geralmente depois dos trinta. Ele se casa com uma filha, de quem rapidamente transforma em mãe. Aos dezoito anos, a garota solteira começa a figurar entre as sérias preocupações do comerciante honesto e do advogado estabelecido. Os filhos seguem uns aos outros, mas com muito menos rapidez do que se costuma pensar, pensando um pouco facilmente que poderia nascer um ano. A mãe fica estéril ao longo do tempo em que está amamentando, e isso já seria o suficiente para espaçar consideravelmente os partos. Um pouco dessas práticas que a Igreja condena, mas que as moças recebem de suas mães, é o suficiente para alongar ainda mais, para alguns, o intervalo entre dois nascimentos. Dezoito meses, dois anos, essa é a média. Além disso, a mulher ainda estaria mal.

Infelizmente, a morte no parto não é um mito. Nós nos casamos novamente. Não há penalidade para o viúvo e a diferença de idade entre os cônjuges muitas vezes aumenta como resultado desses novos casamentos. Mas o marido envelhece e o casamento de uma jovem de quarenta e poucos anos com uma jovem resulta em uma viúva e não em um viúvo.

Se ela não trouxer nada, a viúva pode ficar com dor. Por outro lado, o segundo casamento é garantido se herda, se mantém loja e ferramentas, se transmite ao pretendente o direito de exercer a profissão do primeiro marido. Uma viúva de vinte e cinco ou trinta anos se casa muito bem, desde que seja sábia, se considerarmos que a mulher solteira da mesma idade dificilmente terá mais chances. O velho marido não tem ilusões. Mas que a viúva não seja muito difícil:

Se você tiver outro marido depois de mim, meu amigo, você terá que cuidar bem dele. Insisto, porque quando uma mulher perde o primeiro marido, não é sem dificuldade que, olhando para trás, para a sua condição, ela encontra o segundo quando lhe convier.

Isso quer dizer claramente que se casa com a viúva por juros. Se o segundo marido valesse o primeiro, ele faria o que fez: se casaria com uma jovem.

Os anos vão passando. O espaço doméstico envelhecido nasce bem antes da menopausa. É a hora da continência. Além disso, a mulher honesta prefere ver o marido ganhar de vez

em quando os secadores onde as moças chegam pontualmente, ou mesmo manter uma amante não muito exigente, do que estar grávida ainda aos quarenta anos.

Trabalho gratuito ou trabalho inútil dependendo do humor e do ofício, a solteirona fica na casa do pai ou do irmão. A rica viúva vive de sua renda e governa seus genros. Menos favorecida é a viúva que deve tudo aos filhos; eles o fazem sentir isso. Alguns só sobrevivem aceitando a caridade ou elogiando seus corpos. Quanto aos filhos mais novos, que dificilmente foram empurrados para o casamento, são servos do irmão, procuram menos pobreza como empregados de outros, oferecem o braço a um capitão que precisa de constituir companhia.

Claro, existem famílias excepcionais. Vinte filhos, e da mesma mãe, atende. Isso é raro. Na maioria das vezes, a mulher que não morreu no parto poderá se gabar de ter dado seis ou oito filhos ao marido. Dois, três ou quatro terão sobrevivido. Mas são números médios, que devem ser equilibrados: um pouco mais no campo, onde as doenças infecciosas da infância nem sempre assumem a forma epidêmica de que sofre a infância urbana, um pouco menos na cidade de São Paulo. os burgueses malthusianos, muito menos entre os pobres que hesitam em casar e que veem os filhos, quando os têm, sofrerem de falta de higiene e desnutrição. Quando o pai atinge a maioridade para considerar seu testamento, ele só tem dois ou três filhos. Todos os estratos sociais somados - mas excluindo os pobres que não têm condições de levar - as 187 famílias de Périgueux que os testamentos nos permitem conhecer contaram com 491 crianças ainda vivas na idade do testamento paterno: 2,6 em média.

Com todos os graus variando de desnutrição diária à fome assassina, a fome está aqui, que é impressionante e agora ameaça uma sociedade onde três séculos de colheitas aumentadas e melhores safras a deixaram um pouco esquecida. Vimos isso claramente durante a terrível fome dos anos 1315-1317. E, no entanto, a França na década de 1340 ainda é um país onde todos acham normal comer, mais ou menos agradavelmente, até a fome. Até comemos com bastante decência. Mas sabemos novamente que nada é garantido.

A base da alimentação é o "trigo", seja qual for o dos cereais que a natureza do solo permita predominar aqui ou ali. Na mesa, dá pão de cevada ou centeio com mais freqüência do que o branco do trigo. Comemos cevada ou mingau de aveia, panqueca de trigo sarraceno. Se o trigo não bastasse, as castanhas são uma excelente panqueca, as bolotas um péssimo mingau. Contado como trigo no uso popular, ervilhas, favas e ervilhas são a base consistente de muitas refeições. Quanto à sopa, é com repolho quando dá, com "ervas" - tudo é bom - quando os tempos são difíceis.

Tentemos, para esses franceses da geração de Filipe VI, uma espécie de balanço "energético". Farinha e farinha fazem parte dela por uma boa metade, às vezes por três quartos. Carne e peixe representam apenas trinta por cento entre os ricos, cinco por cento

entre os menos afortunados daqueles que têm o suficiente para comer. Essas proporções, é claro, variam bastante de acordo com o ano, de acordo com os preços da estação. Mas ainda comemos carne de vaca, carneiro ou porco com bastante regularidade.

A carne de porco desempenha aqui um papel fundamental: regula a distribuição de calorias ao longo do ano. É salgado, e seu bacon e carne são distribuídos ao longo de doze meses. A salina é a segurança dos homens que sabem que as estações se sucedem sem serem iguais. Assim como são poucos os que ignoram totalmente o sabor do pão branco, também há poucos que não conseguem comer um pouco de carne uma ou duas vezes por semana. Não esqueçamos as aves, os ovos, o queijo enfim, esta proteína barata. Eles equilibram a dieta atual. Eles protegem a população das deficiências mais graves.

E então há o peixe. Os pescadores de Dieppe e Boulogne abastecem todo o norte da França com arenque e cavala. A variedade é extensa, desde o esturjão dedicado às mesas aristocráticas aos chocos que são os peixes dos pobres, do arenque conhecido por ser transportado por cargas pesadas e comboios inteiros ao "novo" arenque que é um cavalo veloz. usa tudo fresco - que tal aquele frescor? - nas mesas opulentas, onde o arenque cacarejante não se sairia bem ao lado do tamboril, da enguia e do lúcio.

Mesmo que se abstenha, para não arriscar a corda, de caçar a floresta do senhor ou os viveiros de peixes do abade, o contemporâneo de Philippe de Valois come tenca e carpa como come coelhos. Nós pescamos sistematicamente o menor riacho, o menor lago. As cidades ganham dinheiro com suas valas alugando-as para contratantes de pesca durante todo o ano. Puseram um preço à direita para estabelecer linhas em linha com as casas vizinhas, o de lançar a rede de um barco atracado na corrente, o de pescar "com vara" do alto de uma ponte.

Os solos e o clima fazem da França um país onde nunca falta vinho. Vemos vinhas tanto em Cotentin como na Picardia. Mais ou menos caro dependendo do ano e da estação, este vinho é frequentemente medíocre e mantém-se muito mal. Poucos vinhos ainda são agradáveis de beber no final do ano. Em todo o caso, são menos duvidosos do que a água dos rios e mesmo a dos poços.

Para acompanhar a refeição ou para matar a sede, o vinho está em todas as mesas e em todas as tabernas. É a menos ruim das poções prescritas pelos remédios dos pontos turísticos e das boas mulheres. Ele mata a sede no verão, aquece no inverno. Seria errado esquecer essa função calórica do vinho: a sociedade medieval ainda não tinha outra tônica.

Nem todos podem pagar os vinhos da Gasconha ou Aunis, os vinhos Beaune ou Auxerrois, em suma, as grandes safras que custam caro. Mas o parisiense faz uma grande quantidade de vinho Chaillot e vinho Argenteuil, o vinho Laon tem seus adeptos na medida em que os vinhos Hainaut, Vanves e Clamart satisfazem muitos normandos. Como as Côtes du Rhône e as de Mosela, o Vale do Loire possui vinhedos de qualidade cujos produtos não

são bem transportados, mas que encantam a região. Resumindo, quando os franceses só bebem água, as coisas ficam muito ruins.

Já o cervoise de cevada que é fermentado nas regiões mais ao norte, ainda não tem a qualidade das cervejas inglesas. Mas em Lille ou Valenciennes, o vinho Gascon ou Borgonha dobra seu preço pelo de barcos, vagões, corretores e mercadores de todas as categorias. A cerveja é aqui o que os vinhos locais são em outros lugares: o que bebemos enquanto esperamos pelo dia em que nos presentearemos com uma jarra melhor.

Tudo isso é muito precário, porém: se nos fartarmos, se bebermos nossa sede, não teremos margem nem reservas. A cevada tem sistematicamente dado preferência ao trigo porque, nas melhores terras, o grão de cevada rende seis ou dez. Mas estamos no limite do progresso. Na maioria dos casos, os rendimentos não excedem três ou quatro vezes a semente. As práticas racionais que permitiriam um melhor aproveitamento de cada parcela de terra arável, como a rotação, ainda são incipientes. A rotação trienal está progredindo lentamente no norte da França, o que reduz o pousio improdutivo. Em terras pobres, e mais geralmente no sul da França, a rotação de culturas de dois anos ainda não é acompanhada por qualquer distribuição de terras em "solas" alternando sistematicamente. Todo mundo vai para casa, como bem entender. As estradas de serviço estão se multiplicando, o que significa menos aração. As ferramentas permanecem proporcionais às parcelas que a necessidade de sucessões continua a dividir.

Isso significa que nunca temos certeza da solda. A fortiori a subsistência do camponês e o abastecimento do citadino ficam comprometidos por uma má colheita. Não há reservas. Uma temporada ruim é o suficiente para o desastre.

As últimas ilusões datam de 1300. Comer era então considerado normal. Fome, tivemos tempo de esquecer. Três gerações se passaram sem realmente conhecê-la: da infância de São Luís à de Filipe VI, não tínhamos visto o reino ser dizimado pela fome. O podre do verão de 1315 apareceu assim como um castigo do céu: um papa molestado, Templários queimados, um ministro enforcado, tudo isso clama por vingança. Molay, Clément V, Philippe le Bel, Marigny morreram. A chuva interminável de um verão em que a colheita apodrece no local se encaixa facilmente no quadro de um cataclismo facilmente explicado pela intervenção da justiça imanente. No inverno, o preço do trigo triplicou. No verão seguinte, deixamos de lado as explicações sobrenaturais. Tínhamos de enfrentar os fatos: o bom tempo não era o permanente em que acreditávamos. O segundo inverno foi mais difícil do que o primeiro: as últimas reservas haviam derretido. As pessoas já estavam morrendo de fome em algumas cidades do norte quando um terceiro verão podre em 1317 oprimiu o mundo.

Superamos isso, mas nos acostumamos. A tendência ao resfriamento geral, o aumento da umidade, tudo isso se torna evidente pelo menos para observadores avisados. Não se trata mais de alargar clareiras, conquistar terras, aumentar a produtividade. Basta

proteger as plantações, garantir as sementes, distribuir o pouco que sobra nas terras mais férteis. A hora não é mais de arar nada. Chegou a hora das escolhas.

CRISES DA INDÚSTRIA.

Se o campo francês é diverso, o mundo das cidades é ainda mais diversificado. As grandes cidades de Flandres e Artois já estão em crise, as pequenas cidades vivem na semi-insegurança e na semi-euforia de uma pequena prosperidade. Os sinais de alerta da depressão já podem ser vistos aqui e ali. Crises monetárias - depois de 1303, depois de 1340 - abalam rentistas, credores, devedores, inquilinos. O crescimento do qual se estava inconsciente torna-se perceptível assim que cessa. O boom demográfico está chegando ao fim, e os habitantes da cidade sentem isso, que vêem sua cidade despovoar repentinamente: Périgueux perde mais habitantes entre 1330 e 1345 do que cairia em 1348 sob os golpes da Peste Negra.

O mundo industrial vive sua primeira crise realmente séria. Ela atinge premier da indústria XIII século, pano de lã, ordenada hierarquicamente em duas produções: o pano de luxo produzido pela artesanato altamente organizadas de algumas grandes cidades como Bruges, Ypres, Ghent, Arras, Rouen e Paris e o tecido muito comum de ofícios menos estruturados de muitas pequenas cidades, até oficinas rurais. Por um lado, um pano grosso específico para as cortinas amplas que dão elegância ao vestido comprido de mulheres e homens, um tecido tingido com preciosos tinturas orientais. Por outro lado, uma folha fina, oferecendo menos calor e menos maciez, com cores mais opacas. Para as mulheres e homens do ano 1300, existe o pano roxo e existe a morena.

Mas o comércio urbano fica preso nas rotinas criadas por regulamentações excessivas, protecionismo tacanho, uma fixidez dos tipos de produção inspirada por uma preocupação obstinada com a tradição. Pano imutável, cor imutável, é o que passa aos olhos dos mestres no auge da fortuna como símbolo e meio de manutenção da qualidade. Fabricamos com preços altos, mas de que adianta se preocupar com isso quando a concorrência é acirrada? Pisar sob os pés é melhor do que pisar com moinho hidráulico, e a roda de fiar é considerada uma novidade perigosa que compromete a resistência dos fios. Assim, a camisa de força mata pela raiz qualquer desejo de iniciativa e renovação. Adaptar a produção à demanda do mercado é, nessas condições, inconcebível. Como o bom costume é o dos antigos, como a boa moeda é a de São Luís, como o bom cavalheirismo é o das Cruzadas, o bom pano é o da tradição. Pelo menos os mestres das grandes cidades dramatizadas estão convencidos disso.

Existem dois obstáculos, no entanto, no caminho para esse crescimento contínuo. Um é o obstáculo que o sistema corporativo coloca ao desenvolvimento de uma indústria

capitalista. Os grandes mercadores - lanifícios e de tecidos, únicos capazes de financiar toda a cadeia produtiva - transferiram seu desejo de organização e financiamento para oficinas em pequenas cidades e vilas. Eles sabem que não se deve pensar em integrar profissões fortemente independentes. Portanto, eles alcançam a integração em outro lugar. Uma vez que os regulamentos não permitem que o dinheiro flua convenientemente para a indústria, a indústria irá para o dinheiro.

O outro obstáculo é a rápida evolução da moda. Aos vestidos pesados de antigamente, preferem-se roupas leves e justas. Foi a época dos primeiros gibões, os dos calções, das jaquetas com basques curtos. Abandonando o vestido longo, as mulheres colocam casacos e tops justamente ajustados. A consequência desse novo gosto é que a bela lã não é mais o fim do dia. Acima do tecido comum, a nova hierarquia de valores da moda agora coloca o tecido de seda, geralmente importado da Toscana. Artesãos de Arezzo, Siena, Lucca e Florença competem para misturar seda oriental e fios de ouro de Chipre. Bordados são adicionados a ela, a critério de tecelões engenhosos. O pano de seda púrpura bordado a ouro com o qual, por volta de meados do século, o gibão de Charles de Blois que hoje conservamos em Lyon é tecido em medalhões octogonais em que se enquadram águias e leões.

Para aqueles cuja prosperidade dependia das mais prestigiosas cortinas de lã, o golpe é duro. Bruges, Ypres, Ghent, Douai, Saint-Omer, Rouen estão sofrendo com a recessão. Arras é reconvertido em tapeçaria de alta suavidade, para a qual móveis mais refinados oferecem amplas saídas. A cortina parisiense está simplesmente a desaparecer: os últimos tecelões da capital irão instalar-se nas cidades vizinhas, às portas da cidade que é o seu mercado principal, mas fora do alcance de dois males cujo peso começam a sentir: tributação municipal e regulamentação societária.

Ao perturbar o mercado europeu de matéria-prima, a guerra da lã acelera uma mudança que já está muito avançada. Porém, não ousamos mais contar com lãs inglesas e a Inglaterra passa a desenvolver uma indústria cujos produtos ainda irão por muito tempo apenas para consumo local, a indústria das cidades menos ricas de antiga notoriedade e a dos. as aldeias triunfam sem dificuldade no continente das grandes cortinas urbanas. Somos reduzidos a fiar a lã das ovelhas flamengas e normandas, Languedoc e provençal. As pequenas cortinas não têm medo disso, mesmo que essas lãs não tenham a qualidade das lãs inglesas. Logo descobriremos na França as virtudes da ovelha merino castelhana: é certo que as fibras são curtas e menos flexíveis do que aquelas a que a Inglaterra acostumara os fabricantes franceses, mas as condições da criação espanhola fazem dela uma matéria-prima. barato, mais adequado às novas necessidades dos clientes. Os produtos terão menos prestígio, mas serão mais variados. O que queremos é mudar.

Este boom industrial no campo, nos pequenos centros - Montivilliers por exemplo, na Normandia, ou Dendermonde na Flandres - e regiões onde uma tradição mais curta deixa

mais iniciativa aos fabricantes - é o caso de Brabant, em breve para a Holanda. - oferece aos capitalistas um novo campo de ação. Ao mesmo tempo comerciantes de matérias-primas e produtos acabados, financiadores de uma cadeia técnica que obriga a seguir uns aos outros quinze ou vinte artesãos diferentes durante os seis meses que dura a fabricação de uma peça de tecido, estes homens de prata tornam-se organizadores. Tecelagem, trituração, desengorduramento, estiramento, tosquia e rebobinagem, tingimento e acabamento, tudo isto requer um coordenador. Mestre em suprimentos, conhecedor de mercados distantes e informado das variações da demanda, o comerciante-fabricante transpõe a flexibilidade necessária da empresa comercial para o campo da indústria.

Ele mal fala pano de Flandres, no meio da XIV século. O tecido Ypres ainda mantém o seu prestígio há algum tempo, em particular este “big blue” que quebra a monotonia dos vermelhos e castanhos nos mais altos níveis de luxo. Ainda podemos ver lençóis de Douai, lã de Saint-Omer. Mas a Flandres urbana não é mais um prêmio, e o tecido do campo flamengo dificilmente é exportado. Brabante, Normandia e a França média agora prevalecem.

No topo da gama está o escarlate de Bruxelas, são os grandes lençóis castanhos, os grandes "pers", os verdes e roxos de Bruxelas e Mechelen, cujas cores vivas conferem à elegância de gibões justos. e ondas voando com o vento. O verde-preto de Montivilliers, o mármore de Louviers estão na moda, como o “balart” de Lier. Rouen, Paris, Honfleur, Louvain, Namur adquiriram cortinas que nem os condes, nem os conselheiros, nem os banqueiros desprezaram. Outros tecidos menos famosos têm a sua notoriedade, como este “corpo a corpo” de Provins que talvez não tenha originalidade mas que não é roupa de todos.

Tudo isso está situado muito além dos tecidos com que se veste o burguês médio, o escudeiro com renda pobre, o artesão sem barcaças. Há uma variedade infinita de lençóis de segunda categoria, pretos e morenos, listras e cinzas. Folhas de Bernay, Évreux e Pont-de-l'Arche, Falaise e Saint-Lô, Beaumont-sur-Oise e Beauvais, Warwick e Courtrai, Dinant e Saint-Trond, eles são roupas quentes comuns que ninguém percebe. No novo uso de lãs leves sobrepostas pela moda, há lugar para essas sarjas de Bayeux, Valenciennes ou Lorraine, para esses estames de Reims ou Auvergne, para essas sarjas de Velay.

Mas aqui está um competidor formidável aparecendo no horizonte europeu: o pano de Florença. Fornecido com lã inglesa graças às relações marítimas que tendem a se estabelecer entre a Itália e os países do Mar do Norte, apoiadas na formidável infraestrutura financeira e comercial das empresas florentinas, a indústria toscana - e especialmente florentina - muito contrariada mapear rapidamente a economia europeia. A França não poderá evitar levar isso em consideração. A roupa de cama toscana está entrando em um mercado já em turbulência, enquanto a roupa de cama francesa está fechando o mercado italiano. No mercado italiano, é o mercado oriental que está em causa.

Jacques Coeur vai se preocupar com isso. No prazo imediato, esse desequilíbrio no comércio com o Oriente só pode afetar os fluxos de metais preciosos que equilibram os principais fluxos comerciais.

ROTAS COMERCIAIS.

Essas grandes correntes devem-se em grande parte às estradas, ou seja, aos meios de transporte. E o roteiro mudou muito em duas ou três gerações. Uma ponte construída sobre o Reuss foi suficiente, por volta de 1237, para abrir a passagem de Saint-Gothard ao tráfego regular, até então difícil de acessar. O Milan agora tem uma relação direta com o Basel. Paralelamente, assistimos à abertura da estrada Simplon, aquela que une as regiões do Saône e do Mosela à Lombardia. Finalmente, o Brenner oferece uma nova rota entre a Lombardia e o Vêneto, por um lado, a Áustria e a Baviera, por outro: uma rota essencial, que agora liga Verona a Augsburg.

A rota da Itália à Alemanha, rota que une o Oriente ao Mar do Norte, passa agora pela Alemanha Central e pelo Reno. Graças a um monopólio de facto dos grandes passes ocidentais, como o Grand-Saint-Bernard e o Cenis, tinha até agora passado pelo Ródano, pela Borgonha e Champagne, pela Flandres. O grande tráfego que ainda animava Valais e Maurienne por volta de 1310 perdeu três quartos de sua importância em trinta anos.

O que resta do trânsito na estrada meridiana do Ródano e do Saône, estrada que a presença da corte papal em Avinhão dá vida, é em grande parte afastado das estradas interiores do reino da França. Enquanto a atividade do mercado das feiras de Champagne diminui, vemos o crescimento das duas feiras anuais de Chalon-sur-Saône, a feira "quente" no final de agosto, o "frio" da Quaresma, incentivada pelos hábeis. política do duque de Borgonha Eudes IV.

A grande estrada do Oeste, aquela que fez das feiras de Champagne o centro do comércio europeu, pode ter se defendido em outros tempos jogando com a permanência dos hábitos. Por dois séculos, tantos mercadores compareceram às seis feiras de Troyes, Provins, Lagny e Bar-sur-Aube! Muitos contratos foram garantidos pela jurisdição - então conde real - dos "guardas da justiça"! Tantas mudanças foram vendidas nas feiras! Mas os tempos mudaram. A insegurança reina nas estradas da França, e a garantia dos Valois ainda não vale a dos Capetianos. Seja espancado nas margens do Ródano e veja quem pode fazer justiça a você ...

Os homens de negócios conseguem encontrar outra coisa que, em última análise, lhes convém melhor do que o estabelecimento cíclico de feiras de champanhe. Eles fazem de Paris o primeiro centro financeiro do reino. Paris é o maior mercado consumidor; é também o mais bem localizado dos centros de redistribuição. Os sienenses e os florentinos

o compreenderam desde o tempo de Philippe le Bel, os lucquois se estabeleceram em vigor no tempo do primeiro Valois. Seguir-se-ão milaneses, genoveses e astésanos.

Outra competição surge na década de 1320. É a via marítima que contorna as estradas francesas para o oeste. Italianos e ingleses encontrarão sua conta lá. É tanto tráfego em menos para revigorar a economia do reino da França.

Porque o progresso da arte da navegação torna agora o comércio marítimo uma realidade atlântica. O tamanho e a resistência dos navios aumentaram, mapas e rotas costeiras livres de bússola, o leme e as velas aprimoradas ofereceram melhores possibilidades de manobra. As tonelagens aumentadas reduzem os custos: para um peso pesado como o alúmen, o transporte de Chio para Bruges representa apenas 16% do valor de varejo.

O inverno quase não existe mais. Mesmo em direção ao Mar do Norte, a navegação veneziana dificilmente cessa. O que dita o ritmo do tráfego é a sazonalidade da carga - sal, peixe, trigo - e não o velho obstáculo do mau tempo.

A primeira nau genovesa atingiu Bruges em 1277. Vimos a segunda em Londres no ano seguinte. Vinte anos depois, as conexões entre a Itália e os portos do norte estão se tornando frequentes. Eram regulares por volta de 1320. A lã inglesa fornecia a indústria toscana, e Bruges se estabeleceu como o principal centro de distribuição de produtos mediterrâneos no norte da Europa. De Alexandria, no Egito, a Novgorod, na Rússia, o revezamento marítimo está definitivamente garantido. Gibraltar matou as feiras de Champagne.

Isso, os franceses ainda veem mal, absorvidos que estão pelas dificuldades políticas da pequena semana e pelos tempos difíceis que se sentem dia a dia. Os Bordelais exportam vinho Gascon, mas as frotas de vinho são inglesas, não Bordeaux. O mesmo se pode dizer das frotas que desembarcam em Bourgneuf para abastecer de sal os países do Norte. Cabotagem bretã, pesca em Dieppe, comércio de Rouen com a Inglaterra, são negócios de curto prazo. Os franceses deixam a ousadia no mar e a grande aventura marítima para outros. Genoveses e venezianos de um lado, ingleses e holandeses do outro, conquistam sua parte no mar aberto. Os castelhanos e os portugueses logo os alcançarão nas rotas do ouro.

As estradas se movem, os palcos se movem. A principal dessas "etapas" é a da lã inglesa. Nós a conhecemos em Saint-Omer, em Bruges, em Antuérpia. Em 1363, será estabelecido em Calais, aproveitando a cabeça de ponte fortificada mantida com grandes despesas por Eduardo III. É nesta fase que os distribuidores especializados, os “grampeadores”, vêm ao encontro de compradores de toda a Europa industrial. Mas os italianos conseguiram se abastecer diretamente da Inglaterra, portanto a um custo menor. Custou-lhes um belo e bom ouro, o que emprestaram ao rei da Inglaterra na véspera de suas primeiras campanhas no continente.

Mas é para oriente que se desenvolvem as grandes feiras da nova Europa. Se as feiras de Chalon aproveitaram o declínio da encruzilhada de Champagne, as feiras de Genebra aproveitaram a mudança para o leste das rotas transalpinas e as de Berg-op-Zoom tornaram-se, nas fronteiras do tráfego marítimo e do Reno, um dos principais locais da Europa mercante.

O centro financeiro da Europa Ocidental e do Norte, no entanto, é Bruges, ao mesmo tempo um centro de iniciativas econômicas, um local de encontro e troca, um local de liquidação e compensação. Mas Paris sobrepõe as funções econômicas. O mercado comercial existe à escala da bacia do Sena e à medida dos níveis de consumo de uma capital, esta capital que é também um centro de decisão e informação económica, bem como de decisão política. A originalidade e a escala do centro financeiro devem muito à drenagem fiscal, cujo produto financia uma máquina administrativa já altamente centralizada. Simples revezamento de Bruges em muitos aspectos, Paris tem sua própria dinâmica, composta por uma extraordinária concentração de homens, capital disponível e oportunidades a serem aproveitadas.

A CRISE DO SEIGNEURY.

O arcabouço da economia industrial não é o único a se romper, e isso sem esperar pela guerra. A estrutura senhorial da economia rural está em colapso por todos os lados. Mais uma vez, os fatores internos da crise superam em grande parte as agressões externas. Eles virão especialmente - como a Peste Negra e a devastação de empresas - para desferir o golpe fatal em um sistema já minado.

O que desmorona em primeiro lugar é a renda de propriedade. A maior parte dos royalties devidos pelos camponeses pela renda perpétua de sua “posse” foi fixada por pelo menos dois séculos. Quem devia um denário de "cens" em 1100 ainda deve um denário em 1340. A inflação não foi prevista. Entre 1100 e 1340, o denário perdeu dois terços de seu valor. O que podemos fazer?

Mas uma tal senhoria, à qual cem libras de renda conferiam a Luís VI um poder de compra de vinte quilos de prata, não rende mais, no final do reinado de Filipe VI, que o valor de pouco menos de três quilos de metal. fim.

Esta erosão lenta da pensão já é perceptível no meio da XIII século; seus efeitos foram agravados no início do século XIV pela estagnação dos preços dos cereais. Os royalties em espécie, as "champarts" que são o aluguel das terras arrendadas com atraso, enquanto se já prevê o risco de desaparecimento das rendas estipuladas em dinheiro, os dízimos contados como parte dos feixes e as frutas, as rendas estabelecidas a pagar em alqueires e setiers, tudo isso não cresce em uníssono com os custos suportados pela senhoria: o custo

dos serviços assalariados, o custo das ferramentas, o custo da vida aristocrática, o custo das armas e a cavalgada .

Mesmo os acidentes que perturbam a economia por um tempo não são suficientes para reverter a tendência. Mortalidades - a de 1315-1317 em primeiro lugar - aumentam o preço do pão porque uma força de trabalho menor significa trigo mais caro para produzir. Mas, se o trigo é mais caro, é porque os salários dos trabalhadores agrícolas são mais altos e os produtos industriais são mais caros. O senhor que paga seus operários e o camponês que renova suas ferramentas de ferro sabem que, em última análise, o aumento do preço do trigo lhes traz pouco. Apenas as grandes seigneuries superam as adversidades: aquelas que têm um forte excedente comercializável e, portanto, podem realmente se beneficiar dos picos de mercado, além do aumento dos custos de produção. Os demais, que vêem sua renda se deteriorar lentamente em tempos normais, vê-la piorar tanto quando a crise interrompe a estagnação dos preços por alguns meses. Entendemos que a maioria deles não foi capaz de analisar as verdadeiras causas do mal. As crises alimentares retardaram um pouco o declínio do regime senhorial. Eles não o impedirão.

A coerência interna do domínio se quebra durante esse tempo. A base de tudo era a complementaridade das duas partes da seigneury, a “reserva” na exploração direta, a “censive” destinada aos arrendatários. Durante muito tempo, as tarefas devidas pelos arrendatários foram essencialmente suficientes para a exploração das terras da reserva. Agora, não há mais nada a ganhar com o trabalho penoso e temos que pagar aos trabalhadores agrícolas.

O corvee é um homem que deve um certo tipo de trabalho por um certo período de tempo. Raramente ele deve uma determinada tarefa. Dois dias arando, não trinta sulcos. Três dias de transporte, não o transporte de cem sacolas. Então, inevitavelmente, o corvee é um homem que vem devagar, que trabalha pouco, que se dá ao trabalho de comer e beber, que descansa o tempo todo, que foge o mais rápido que pode. Mas requer alimentação adequada.

O trabalho enfadonho é, portanto, bastante caro para o senhor que se beneficia dele. Feliz fica quando pode lidar com os camponeses que tal sistema não beneficia porque os mantém fora de sua própria terra, de sua posse, nos momentos precisos em que há tanto a fazer. O trabalho do senhor e o trabalho do camponês estão em competição quando é necessário trazer a colheita antes da chuva ou colheita quando as uvas estão maduras. E o camponês teria outra produção em sua terra.

O senhorio está, portanto, pronto para pagar para não ter que colocar a colheita do Senhor antes da sua. Ele redime suas tarefas. No início do XIV século, muitas aldeias onde todos os habitantes são "abornés" ou "assinantes" foi definido limites para títulos.

Mas a assinatura é fixada em moeda e o troco derrete. O próprio rei se deixou levar por muito tempo, como aqui para seus domínios normandos:

O item está lá cinco vavasseurs. Os serviços de iceùx são estimados em cem sous. A esses vavasseurs é dado o serviço que eles deviam, as orações (tarefas) dos arados e grades e o transporte dos feixes em agosto que eles deviam, a cada um por cinquenta soldos, pagáveis a cada ano após ano. .
O item são três homens que devem dois dias a uma carroça, estimada em dois sous seis deniers.
Item três homens devem com três cavalos ir para o arenque Dieppe uma vez por ano.
O item três homens deve carregar o trigo para o senhor, quando o senhor quiser, de Hardouville a Pavilly, e o feno para os campos duas vezes por ano, cada um estimado em quatro soldos.
Estes três homens, nomeadamente Jean Esgagnié, Guillaume Burel e Guillaume Bagot, identificaram os serviços que deviam, cada um por seis cêntimos de rendimento anual.

Mas o camponês é esperto. Muitas comunidades aldeãs encontraram nas mudanças na área uma maneira de recusar tudo, trabalho penoso e assinatura. É fácil persistir em querer cumprir sua obrigação e usar as armas, quando você sabe que o senhor acabou de dividir o terreno onde, no passado, se fazia o trabalho dos corvabos. Qual é a utilidade de pagar se o senhor não tem mais campos para arar?

A seigneury está, portanto, à mercê dos assalariados. A coisa não é séria em um momento em que a pressão demográfica faz as pessoas procurarem emprego. Torna-se preocupante quando os salários sobem, mas os preços dos cereais limitam. A renda da terra apóia cada vez menos os investimentos necessários que assegurariam a manutenção do fundo. A necessidade de comparecer, tanto nas cortes principescas como na guerra, faz o resto: o senhor abandona o seu senhorio e o explora sem se preocupar com o futuro. Não vendo mais na terra a fonte de renda que tem sido por excelência nas gerações passadas, a aristocracia prefere os frutos do serviço. O serviço no tribunal, o serviço nos escritórios de justiça e administração, o serviço no exército fornecem salários, pensões, salários, doações e até resgates. O ciclo está fechado. O Senhor entrou no circuito da retribuição.

Existem, sim, os novos ricos, que compram, por falta de consideração, as terras das quais o antigo feudalismo às vezes se livra. Burgueses em busca de investimentos seguros, senão frutíferos, citadinos felizes em garantir o abastecimento de seu hotel, não são os empresários de uma remodelação de sistemas operacionais. Não são suficientes para reverter o movimento que leva à degradação da economia senhorial. Essas primeiras aquisições burguesas, compras de censos, aluguéis, direitos sobre os mercados, são na verdade apenas investimentos: a cidade ainda não começou a animar profundamente o campo. O empresário ainda não assumiu a direção da campanha, e o conselheiro do rei não tem outra ambição, ao comprar uma senhoria inteira, a não ser imitar seu colega já dotado do 'hereditariedade.

Quer o proprietário seja de uma linha feudal antiga ou um comprador recente, o vínculo é esticado entre a terra e seu senhor; o castelo ainda é uma residência, às vezes uma residência temporária, mas não é mais o centro do governo agrário. O senhor viu menos a

vantagem que o seu antecessor encontrou em conservar, para ele próprio explorar, esta "reserva" que estava no coração da senhoria e garantia a sua coesão.

Então, ele completa a subdivisão. Ele retomou esse movimento iniciado com os primeiros censivos da era franca, movimento esse interrompido por vários séculos por um certo equilíbrio técnico e econômico.

Não é para o camponês médio, já pouco à vontade com sua gestão, que essas novas subdivisões se beneficiam. Ele de repente seria incapaz de assumir a exploração de lotes significativamente maiores do que o antigo censive. O locatário destes novos arrendamentos, o “agricultor” ou “meeiro” das antigas reservas, é o galo da aldeia, beneficiário das maiores extensões da época anterior, dono das melhores ferramentas e das equipas mais robustas. . É aquele cuja capacidade de investimento garante o desenvolvimento das terras recém-arrendadas. O camponês rico fortalece sua posição. Muito ruim para o outro.

Nesta França, onde nuvens pesadas rolam no horizonte, as valas continuam se alargando. Lacuna entre o opulento burguês que vai das travessas de estanho às travessas de prata e o operário da indústria têxtil ou o operário da construção. Eles não têm mais muito em comum, exceto morar na cidade. Fosso, ainda, entre o lavrador fácil, dono de suas mangas curtas e de seus celeiros, e o diarista que complementa na terra dos outros o parco lucro que tira do seu. Existem todas as diferenças entre eles que dizem respeito à capacidade de adaptação, à segurança de amanhã, à capacidade de progredir.

Na crise emergente, alguns encontrarão uma maneira de sobreviver. Alguns vão ganhar. Os outros vão afundar. Ninguém sabe que a guerra será a dos Cem Anos e que a desnutrição dos anos podres favorecerá a Peste Negra. Mas todos sentem que os tempos fáceis acabaram.

CAPÍTULO III

Uma guerra mal iniciada

Perto do Dia de Todos os Santos em 1337, Henri Burgersh, bispo de Lincoln, foi visto chegando a Paris. O prelado foi o portador de uma mensagem do rei da Inglaterra dirigida a "Philippe de Valois, que se autodenomina rei da França". Foi ao mesmo tempo uma ruptura com a homenagem prestada a Amiens, um questionamento da sucessão à coroa da França e uma declaração de guerra.

A RAÇA DE ALIANÇAS.

A marcha para a guerra tinha sido muito rápida desde um ano antes, a reunião do Parlamento em Nottingham votou o subsídio solicitado por Eduardo III para financiar a empresa. O rei da Inglaterra armou uma frota de guerra, enviou armas para a Guyenne. Para arruinar a indústria flamenga e forçar as cidades de dramas - Ypres, Ghent, Bruges, Lille - a se voltar para a Inglaterra por interesse, ele proibiu, no final de 1336, qualquer exportação de lã inglesa para Flandres. . Um dilema cruel para uma indústria, essa escolha necessária entre seus clientes franceses e seus fornecedores ingleses. Eduardo III chegou mesmo a tomar iniciativas para perpetuar a nova situação econômica: em fevereiro de 1337, concedeu amplos privilégios a todos os trabalhadores estrangeiros que viessem se estabelecer nas cidades inglesas. A importação de chapas estrangeiras foi proibida. A Inglaterra viveria sem Flandres.

Eduardo III entendeu como alargar o abismo entre os principados do Norte, já rivais: habilmente promoveu as exportações inglesas para Brabante, cuja jovem indústria - as cortinas de Mechelen e Bruxelas - passou a competir efetivamente com a dos grandes centros Flandres tradicional. Os Brabançons receberam trinta mil sacos de lã, com a única condição de que nada fosse cedido ao comércio de Flandres. Talvez devêssemos ver uma coincidência no fato de que Robert d'Artois, por enquanto refugiado na corte inglesa, por algum tempo se refugiou em Brabante e que nas observações do Rei da França, Duque João III de Brabant respondeu com dignidade que não tinha ordens para receber. Não sendo do reino, João III recebeu em sua casa o que lhe pareceu bom.

Por toda a Europa do Reno, em outras palavras, nas fronteiras ocidentais do Sacro Império Romano, a excelente diplomacia havia implantado uma atividade abertamente

dirigida contra o rei da França. Tínhamos visto em Valenciennes, às portas do reino, os embaixadores ingleses por algum tempo segurando uma "bolsa de alianças" na qual o ódio por Valois era vendido.

Isso foi mais do que suficiente para justificar legalmente uma sentença contra o duque da Guyenne, a quem foi fácil convencer do crime. Mas Filipe VI deixou de contar no caso o seu próprio comportamento, que não era, entretanto, o de um senhor modelo. Ele não tinha acabado de reunir sua frota na Normandia e reviver a resistência escocesa contra Eduardo III? O rei da França fingiu ver apenas as manobras de seu vassalo da Aquitânia. Em 24 de maio de 1337, tendo se recusado a cumprir a citação, Eduardo III foi condenado à revelia como “cometido” de seu ducado.

Por um momento, o Papa Bento XII acalentou a esperança de evitar o pior, esta guerra entre os dois reinos que tornaria ilusórios os seus planos de cruzada. Ele obteve do rei da França a suspensão da execução da comissão. Philippe VI prometeu não ocupar o ducado até o ano seguinte.

A resposta de Eduardo III foi a que se esperava: foi o desafio apresentado pelo bispo de Lincoln. Todos eram a favor da guerra. Uma guerra feudal, pode-se dizer; uma guerra tradicional. Embora Eduardo III tenha sido excluído desde o início da sucessão capetiana por ser estrangeiro, a guerra que eclodiu não parecia mais um conflito entre nações do que os confrontos anteriores entre os Capetianos e os Plantagenetas. Íamos lutar por histórias de captura de herança, por desfalque de feudos, por usurpações do suserano dos direitos naturais de seu vassalo, por violações do vassalo da fidelidade devida por causa da homenagem.

O duque de Guyenne é rei da Inglaterra, os aliados escoceses do rei da França lutam contra a Inglaterra, a economia flamenga terá que escolher entre a França e a Inglaterra. Rapidamente teremos a impressão de uma guerra franco-inglesa. Essa impressão é reforçada pelo fato de que a Guyenne não consegue se defender sozinha e que, sob a autoridade de um duque de estima diversa, o povo da Aquitânia está dividido. Em última análise, é a libra esterlina que financia a guerra contra o torneio. Os ataques que vão devastar a França virão do outro lado do Canal.

Os franceses, porém, ainda não têm o sentimento de lutar contra a Inglaterra, nem enfrentaram a Alemanha esmagando as tropas de Othon de Brunswick em Bouvines. A hora do nacionalismo ainda não chegou para os contemporâneos de Filipe VI. Ainda estamos na era da clientela feudal. O que vai se chocar são duas redes de solidariedades contratuais - tributo contra proteção - que são complementadas e influenciadas por compras de fidelização temporária.

A corrida por alianças que neste ano de 1337 definiram os dois grupos hostis se desenrola, portanto, tanto no longo prazo dos vínculos tradicionais, forjados ao longo das

constantes do interesse político ou econômico, quanto no curtíssimo prazo de um diplomacia retumbante e tropeçante.

O terreno por excelência desta corrida por alianças é o extraordinário complexo político que se pode chamar - sob pena de anacronismo - Holanda. Philippe le Bel e Édouard II entraram em confronto lá. Eduardo III repete a manobra, a única que tira os franceses da frente da Guyenne e assim impede uma rápida conquista do que resta do Ducado da Aquitânia. Mas Flandres está tudo menos unida. Vimos as classes inferiores de ofícios por trás do conde, contra os patrícios que ainda formavam o partido do rei da França nos anos 1300: os homens da flor de lis, os "léliaerts", como o chamavam. Vimos, vinte anos depois, o conde apoiado pelo rei da França e apoiado em Ghent contra a revolta marítima da Flandres.

Eduardo III não podia apostar tudo em um Luís de Nevers, que devia seu poder na Flandres apenas à intervenção de Valois. A memória de Cassel atrapalha a diplomacia inglesa. Sozinho, o conde de Flandres não é nada. Jogando com a divisão que ele não inventou, o rei da Inglaterra, portanto, chantageou o negócio para a crise. Privada de lã inglesa, enquanto a lã flamenga há muito deixou de ser suficiente para a indústria, Flandres está condenada ao desemprego. A boa gente das cidades não se esqueceu das cláusulas financeiras do Tratado de Atenas e dos seus custos. Mas, uma vez que eles precisam ficar com raiva de um dos reis, eles podem muito bem ficar do lado daquele de quem a prosperidade depende. Custará, talvez, até que Filipe VI tenha a sabedoria de deixar os flamengos saberem que ele compreenderia sua neutralidade. Para ficar do outro lado, a ruína seria certa.

Brabant tem todos os motivos para ficar do lado de Plantagenêt. A sua independência não passa por uma aliança francesa da qual, no entanto, está assegurado que faria rapidamente do ducado um simples satélite. O conde de Hainaut, pelo contrário, tem muitos motivos para abraçar a causa inglesa depois de ter apoiado a candidatura do conde de Valois ao trono da França em 1328: marido de Philippa de Hainaut, Eduardo III é seu genro. Por alguns meses, Hainaut, entretanto, manteve uma difícil neutralidade; então, vendo Flandres engajar-se deliberadamente na aliança inglesa, ele se alinha no mesmo campo para não se encontrar desnecessariamente isolado. Como Guillaume de Hainaut também é conde da Holanda e da Zelândia, Flandres é cercada do lado do império, do Mar do Norte à fronteira com a França, por um estado firmemente hostil a Philippe de Valois.

Os principados da Renânia completam a coalizão. Juliers, Limbourg, Clèves e alguns outros cederam ao som das "esterlins" generosamente distribuídas pelos embaixadores ingleses. Nesta época de fidelidade contratual, não há nada de desonroso nisso. É apenas a versão moderna do antigo contrato vassalo-feudal: a troca de lealdade por um feudo.

Filipe VI só pode contar nesta região com raros vestígios de uma influência francesa levada não muito tempo atrás ao apogeu por Saint Louis e por Philippe le Bel. Pouco fiel,

sempre frágil, Louis de Nevers não pode dizer que traz a aliança flamenga. Além disso, muitas vezes o vimos vacilar - em 1330, em 1334, em 1336 - para não confiar muito nele. Flanders escapa dele e escapa do rei. Quanto ao bispo de Liège ou da cidade de Cambrai, dificilmente viam em sua aliança com a França esse meio de equilibrar a influência de seus vizinhos muito poderosos de Hainaut e Brabante. O rei da França tem pouco a esperar na Holanda.

O jogo é mais sutil do lado do Imperador. Luís da Baviera realmente busca, em uma política de equilíbrio, salvar o que pode ser salvo de seu poder após o rompimento com o Papa. Porque o Sacro Império Romano está nas mãos de um excomungado, cismático, aliás. O mais constante dos opositores do Papa de Avinhão deve, portanto, para sobreviver, perturbar o entendimento dos príncipes cristãos. Leiloando sua amizade, acabou, em agosto de 1337, por vender sua filiação à causa Plantagenêt. Eduardo III até obteve do imperador o título de "vigário imperial na Baixa Germânia", o que o tornou o representante oficial da autoridade imperial no Reno e no Mosa. O caso será celebrado, em setembro de 1338, em Koblenz, durante magníficas celebrações que dará ao imperador e que pagará aos ingleses.

Se Bento XII fosse mais decidido, esta política imperial deveria fornecer aos Valois o apoio pontifício. Mas o Papa se contenta em protestar, ainda acreditando que em breve poderá impor novamente a sua mediação. A determinação de Eduardo III finalmente venceu esse desejo de paz: foi o rei da Inglaterra quem, em julho de 1338, chamou de volta seus embaixadores a Avignon.

Édouard, naquela época, achava que tinha permissão para fazer qualquer coisa. Recebeu em Koblenz a homenagem dos vassalos do Império, com exceção do Bispo de Liège. Estabeleceu relações com os vizinhos orientais do reino da França, com o conde de Genebra, com o conde de Sabóia. Até o duque da Borgonha, ainda ressentido com a escolha dinástica de 1328 e suas sequelas de Navarra, veio dar ouvidos complacentes às palavras envolventes do Plantagenêt.

Foi então que Eduardo III vendeu a pele do urso. Ele pede uma coroa de flor-de-lis. Ele já se vê em Reims.

Philippe VI não fica de fora. Se houver menos deles, suas alianças serão mais úteis no longo prazo porque são mais sólidas. A distribuição judiciosa de anuidades no Tesouro - excelente processo, que permite suspender o pagamento se a fidelidade abrandar - adquiriu em Valois a aliança de vários príncipes do Império como o conde de Sabóia e o de Genebra, por um momento tentado pela aliança inglesa, e como o conde de Vaudémont ou o de Deux-Ponts. Conde de Luxemburgo e rei da Boêmia, Jean l'Aveugle é regular na corte da França: ele se alinha sem hesitação no acampamento francês, conduzindo até lá seu genro, o duque da Baixa Baviera. A Génova está empenhada em fornecer navios e besteiros experientes. Os Habsburgos, finalmente, mostram sua simpatia.

O maior sucesso desta atividade diplomática - liderada especialmente por Mile de Noyers, o faz-tudo do rei - é a aliança do Rei de Castela. Em dezembro de 1336, Alfonso XI prometeu ao rei da França um apoio marítimo que se revelaria muito útil no Atlântico: de Bayonne à ponta de Saint-Mathieu, marinheiros gascões e ingleses e franceses e bretões não perderam a oportunidade de lute, tanto no mar como no cais. Quatro anos depois, veremos até os navios castelhanos no Mar do Norte.

O EXÉRCITO.

As formas políticas de conflito são, portanto, por mais uma ou duas gerações, muito tradicionais. Existem exércitos distantes, no entanto, que competirão desde o início das hostilidades nesses exércitos qu'opposaient em 1294 Eduardo I a e Filipe, o Belo.

É o fim do contingente militar devido pelo vassalo por seu feudo e em proporção a ele, pois é o fim da infantaria de sargentos devida pelos municípios pelo preço de sua inclusão na rede de proteção real . O caminho aberto na França pelas decisões tomadas no rescaldo do desastre de Kortrijk, a transferência imposta à Inglaterra para a continuação do perigo escocês, é a que conduz ao exército pago, ao exército recrutado por contrato e agradecido taxar. Este imposto, o Parlamento britânico e a concessão de estado francês para comprar o serviço de volta militar - essa noção de aparece de resgate na França nos primeiros anos do XIV century - ou simplesmente porque ele deve defender os interesses do rei e aqueles do "bem comum" neste caso combinado.

O exército inglês é fortalecido na Escócia. Os homens de armas que os capitães fornecem sob seus contratos são profissionais, nobres da cavalaria inglesa ou gascão, camponeses robustos - muitas vezes galeses - da infantaria. Os contratos são precisos, esses "travessões" assim chamados porque os dois textos escritos no mesmo pergaminho são divididos pela lâmina seguindo uma linha dente de serra que permite a prova aproximando as duas partes. Estipula o número de soldados, o tempo de serviço, os termos de prorrogação, os procedimentos de pagamento. Devidamente pagos, os capitães não têm outro interesse que o do patrão: já não arriscamos as traições e frentes dissociadas de séculos anteriores.

O rei da França, ele, ainda baseava sua infantaria nas milícias comunais que faziam maravilhas, um século antes, no campo de batalha de Bouvines. Mas a desenvoltura do povo da cidade nem sempre manda para o exército aqueles cujo dinamismo faltava na cidade durante o tempo das operações, e os "sargentos" fornecidos pelos "fogos" rurais raramente são daqueles cuja presença é insubstituível na aldeia. , porque o tempo da luta é também o do trabalho agrícola. Quanto à cavalaria, ainda é essencialmente a hoste feudal, na qual as rivalidades políticas são tantos fatores de indisciplina e ineficiência. O rei da

França recruta alguns mercenários, alguns coutilliers alemães, alguns besteiros genoveses. Eles formam, no exército que será o de Crécy e Poitiers, apenas uma minoria de profissionais.

Desde o início do século, ninguém realmente discutiu o direito do rei de convocar, em caso de perigo geral, não apenas seus vassalos diretos - o "banimento" - mas também os homens de seus homens, aqueles sobre os quais a lei feudal não o faz. não reconhece nele nenhuma autoridade direta. Essa "bancada" que convoca ou que invoca para fazer com que cada pessoa pague um imposto apresentado como resgate de serviço é uma das expressões de uma mudança nos princípios jurídicos da monarquia. Assim que se dirige a seus retaguardas e aos homens de seus vassalos acima deles, o rei se comporta como um soberano, como o chefe do Estado, não mais como um suserano, isto é - diga em senhor superior.

No serviço efetivo de homens domiciliados em todo o reino, pouco experientes, pouco disciplinados e armados com todas as possibilidades, o rei da França geralmente prefere ajuda financeira. Com a renda do imposto, ele paga combatentes profissionais. Mas a alternativa não é tão simples quanto parece à primeira vista. As negociações são conduzidas região por região, cidade por cidade, e a resposta dos contribuintes difere conforme estejam mais ou menos interessados no resultado da guerra. Quem sabe que tem de se defender de qualquer maneira com as armas na mão, tem pouco gosto pelo resgate prévio do serviço. Assim, em 1337, as pessoas prudentes que são os burgueses de Paris:

Os parisienses far-nos-ão neste ano, no nosso anfitrião que pretendemos ter com a ajuda de Deus, a ajuda de quatrocentos cavaleiros pelo espaço de seis meses, se formos pessoalmente ao referido ost, ou em quatro meses se formos lá e a guerra for ...

É certo que todo o dinheiro que for arrecadado das referidas imposições ou placas será tomado e recebido pela mão do povo da referida cidade e pago por sua mão e em seu nome, ou por seus representantes para fazê-lo, ao nosso Tesouro em Paris.

E, se por acaso concordasse que as pessoas comuns da referida cidade fossem para o referido ost por meio de backbench ou de outra forma, ou que houvesse paz ou tréguas, ou que tivéssemos «Em troca, queremos que, a partir daí, quando ocorrer um dos casos acima referidos, as ditas pessoas fiquem connosco para pagar às ditas pessoas a cavalo.

O próprio rei hesita. Os dados de sua escolha variam de acordo com a época, com o local, com as circunstâncias. Também de acordo com os combatentes, porque é mais fácil substituir uma horda de artesãos e camponeses turbulentos "como na feira" - é Philippe de Mézières quem o escreve - do que substituir uma boa cavalaria pela cavalaria dos reino. Compramos de volta o terreno plano para pagar “sargentos”, mas costumamos chamar os nobres pessoalmente.

O reino fica ainda melhor com isso. A época das lutas é também a das colheitas e das vindimas. Na cidade, onde as estações são menos marcadas, não se pode sonhar em despojar toda uma comunidade urbana de seus padeiros, ferreiros, pedreiros.

A nobreza, por outro lado, busca lutar para brilhar. Sua razão de ser como nobres e sua educação levou os autores das Cem *Baladas* à guerra, às façanhas de armas, à destreza.

E se não houver companheiro
Gracioso e renomado
Quem quer que você precise de armas,
Conceda-o, porque isso é certo.
Assim poderá conquistar honra.

Lutar sem causa, mas lutar. Esses mesmos nobres, cavaleiros armados ou escudeiros aguardando uma dublagem mais ou menos garantida, são eles que o rei manterá para formar o núcleo de seu exército pago, mesmo quando a primeira derrota da infantaria das comunas - em Crécy em particular - terá convencido os chefes do exército real de que a mera presença de milícias em um campo de batalha não dá a garantia de um novo Bouvines.

A nobreza está, portanto, lá, na guerra, porque é seu dever e porque é sua profissão. O cavaleiro lidera os homens de seu feudo, primeiro em números proporcionais ao tamanho desse feudo, depois em números correspondentes ao seu contrato de "contenção" e em proporção ao pagamento que lhe foi prometido. Na verdade, é o mesmo cavaleiro que serve porque ele deve isso e porque o rei fez uma "advertência" a todos os nobres do reino, e que alguém paga para mantê-lo em armas além do tempo que ele está. deve, ou para ele servir com mais homens do que ele deve. O vassalo armado se transforma em capitão.

Quando o perigo é óbvio, é mais fácil escolher o outro lado da alternativa e convocar os homens. O imposto é negociação, são as concessões que o rei não pode recusar sem correr o risco de uma recusa. São os intermediários, as assembleias locais, os notáveis mais ou menos representativos, os estados, enfim, gerais ou não. E os estados preferem os impostos porque lhes dá a oportunidade de barganhar que lhes permite organizar um embrião de controle político. Os homens armados vêm mais ou menos rapidamente, mas vêm sem barganhar. Quando o perigo é suficiente para privá-los de qualquer desejo de discutir, o rei tem tudo a ganhar com a bancada armada.

Alguns descobrem rapidamente que o estado militar possibilita ganhar a vida. São homens de armas, sob as ordens de um capitão que os paga por dia. São capitães, pagos pelo príncipe que os emprega, na proporção dos números verificados periodicamente. É assim que os oficiais reais - os marechais, o mestre dos besteiros - fazem com que as tropas sejam apresentadas em "vigias", das quais é feito um relatório a fim de ser tomado como prova do pagamento dos saldos.

As cartas de retenção, que são contratos de trabalho, freqüentemente explicam em detalhes o serviço esperado e suas consequências financeiras. A duração da retenção na fonte é assim fixada e, por vezes, tem por objeto a taxa de pagamento por homem de armas, os termos desse adiantamento sobre o pagamento que é chamado de "empréstimo". Pois o homem de armas não quer um pagamento incerto após o serviço, e o príncipe não quer um serviço incerto após o pagamento. Da mesma forma, a partir da retenção, é fixado o preço do "restaurador", que será pago ao capitão pelo preço dos cavalos exaustos ou mortos em serviço, e combinamos previamente as recompensas que será oferecido para realizações e boas capturas.

A França e a Inglaterra, nesse aspecto, são estranhamente semelhantes. Talvez haja apenas mais alguns profissionais no exército anglo-gascão, porque Eduardo III dificilmente pode invocar o perigo iminente de cruzar o canal. Talvez os "indentures" ingleses sejam mais precisos. Acima de tudo, eles são feitos para períodos mais longos: é mais fácil para os franceses obterem novos soldados na França do que para os ingleses substituir seus soldados fracassados em território inimigo.

Nobres privados das oportunidades de fortuna que antes oferecidas pelas inúmeras guerras entre barões, cidadãos sem comércio, camponeses sem terra, é disso que são feitas essas "empresas", essas "estradas" em grande parte. para o licitante com lance mais alto. Mas não vamos imaginar um exército de marginalizados sociais, bastardos nobres, bandidos lutando para escapar da corda. O exército não é uma lixeira para a sociedade civil, nem um meio de promover os bravos apenas com as armas.

O destino excepcional de Bertrand du Guesclin, um nobre descalço que se tornou policial, impressionou os contemporâneos com seu caráter incomum. Mesmo assim, não se deve exagerar na imagem, porque Du Guesclin não tem nada do malandro da aldeia, e sua família é muito estimada. Quanto aos nobres bastardos, sobre os quais muitas vezes se escreveu que se formaram os exércitos da Guerra dos Cem Anos, os censos mais precisos mostram que há um em vinte, ou um em trinta, entre os homens de armas a cavalo. . Seria errado generalizar o exemplo da Gasconha, onde se estabeleceu a ideia de que um bastardo de boa família encontra no exército a oportunidade de ser empregado com bastante rapidez, coisa que o patrimônio da família não o poupa.

Na maioria das vezes, o único avanço social - que não deve ser negligenciado, mas que não perturba a sociedade - será aquele que trará à categoria de escudeiro, na época de Carlos V, o Boit-l'Eau, o Beau- Poil ou Brigands cujo tempo de Philippe VI só teria feito sargentos a pé.

Com relação aos exércitos modernos, as tropas mobilizadas por soberanos em guerra são muito poucas. Em suas guerras na Gasconha, Filipe VI raramente enfrentava mais de seis mil lacaios, mais de quatro mil homens armados a cavalo. Uma campanha que mobilizou na Flandres - e por todo o norte do reino - durante três meses mais de vinte mil

cavaleiros e dois ou três mil pedestres representa um considerável esforço financeiro. Quando o rei negocia o imposto sem o qual não é mais exército, é o que pede: vinte mil soldados por três ou quatro meses. No coração do conflito, antes e depois de Poitiers, ele às vezes pedia cinquenta mil. Os estados de Langue d'oïl chegarão a trinta mil homens servindo permanentemente por um ano, e os de Langue d'oc a dez mil: quarenta mil homens ao todo. Isso é o que o rei da França pode melhor dispor para todo o seu reino em um momento de maior perigo.

Esses números podem parecer baixos para nós. Para os contemporâneos, dez mil homens é muito. Quando o cronista vê passar uma tropa de mil homens, vê passar uma verdadeira força armada. Como ele é incapaz de imaginar o que trinta mil homens estariam em formação, ele escreve que viu trinta mil homens. Ele não é desonesto. Ele simplesmente quis dizer: muito.

Se nosso horizonte está se estreitando, os números são muito menores. Raramente há mais de dez mil lutadores em um campo de batalha. Esses números dificilmente são superados, exceto pelo exército de Bouvines em 1340 e o de Crécy em 1346. Em Poitiers, em 1356, os ingleses serão no máximo seis ou sete mil.

Os assentos retêm uma força de trabalho maior. Eduardo III empregará vinte e cinco mil homens no cerco de Calais. Mas os ataques que cruzaram a França e que constituem o comum da Guerra dos Cem Anos às vezes envolvem menos de mil homens.

AS RAVAGENS DA GUERRA.

Os teatros de operações serão, portanto, pequenos. Não é um país inteiro devastado por ondas sucessivas de soldados, amigos ou inimigos. Passeios como os de Jean de Lancastre ou Robert Knolles causarão danos reais ao longo de algumas léguas de largura, sob o risco de vagar por uma estrada cujo eixo geral é fixo, não o caminho. Uma batalha como Crécy ou Poitiers deixará cidades e campos suficientemente distantes para não terem oferecido um acantonamento. Além disso, tomar uma cidade é questão de tempo e o preço das vendas põe cerco ao preço das obras de prestígio. Uma cidade se contorna mais do que precisa.

No entanto, a guerra cai cruelmente em milhares de aldeias que nunca conhecerão o menor combate, mas cujo senhor fortifica - e deve fortificar - sua mansão às custas dos camponeses, e em centenas de cidades que ninguém possui sitios, mas cujo cerco será, no entanto, por um século, o item de orçamento mais pesado. E a insegurança das estradas paralisa as trocas que permitem subsistir as várias proibições que afetam o tráfico de alimentos estratégicos, ferro ou cavalos, por exemplo.

Construir reservas parece inútil para aqueles que temem saquear todos os dias. Quanto a investir, nada melhor para desanimá-lo do que o medo diário do fogo. A guerra, portanto, paralisa muitas atividades em lugares que, em última análise, nunca tocará.

O soldado em guerra não é mais perigoso do que o soldado contratado. Pelo menos o primeiro está emoldurado. O roubo, a violência gratuita e a estupidez vão muito além da zona de combate. O hábito da guerra leva muitos soldados a acreditarem que tudo é permitido, e bastam dez idiotas em uma farra para extorquir o saque do camponês, estuprar a garota e queimar a casa como despedida.

Mesmo que não destrua nada, o soldado custa caro para o país que atravessa. As requisições são pesadas e o pagamento está atrasado. Quando se trata de fornecer uma tropa ou guarnecer uma fortaleza para um cerco hipotético, os fourriers não economizam. O país deve entregar vinho, trigo, cevada, aveia, feno, palha, toras, gravetos, velas. Pago ou não, tudo isso fará falta para o morador no próximo ano. E, enquanto os oficiais forem zelosos, a requisição vai para as armadilhas do caçador ou para as redes do pescador. Pelo menos se estivéssemos contentes em pegar o que o exército realmente precisa! Mas o senso de medida não é o ponto forte dos guerreiros, e vemos um cavaleiro do Conde de Flandres destruindo a eclusa de um viveiro em vez de deixar um único peixe viver ali.

Entre uma população mais sensível à arbitrariedade do que às necessidades do exército e quatro pilotos pouco inclinados a discutir longamente a condição de um cavalo ou a qualidade de uma cauda vermelha, reina a incompreensão. Freqüentemente, isso se transforma em conflito. Para o camponês que treme em sua choupana como para o ditado privilegiado que se considera isento de requisições mas não consegue persuadir a soldadesca, a requisição é um roubo.

Esta é, de fato, a opinião do prior de Sainte-Marguerite d'Élincourt, um bravo monge Cluníaco que veio de Beauvaisis para Paris na década de 1340. Seu ponto de vista era simples e o afastou da agitação do ambiente: ele quer continuar seus estudos. Como o convento não o tornava clérigo rico, viajava de pequeno trem: dois companheiros fizeram toda a escolta, o monge “reitor” de Sainte-Marguerite e um escrivão acabado de ser tonsurado.

Atravessando o Beauvaisis, os três homens poderiam se considerar protegidos de surpresas. O país está em paz no momento, e o conde de Valois - então irmão de Filipe VI - está ocupado, longe de seu condado, na guerra na Bretanha em nome do rei. Infelizmente, o exército começou a faltar cavalos, e nossos três monges bateram em um dos fourriers do conde, encarregado de encontrar a carona necessária em Valois. O cavalo do monge reitor aparecendo a este oficial digno de levar um dos homens de armas de seu mestre, o prior julga necessário intervir. O contramestre agarra o cavalo, o prior resiste, o contramestre bate nele.

Incidente sem significado e que ignoraríamos se não fosse o julgamento. O Parlamento precisava saber disso. O monge queria ser pago pelo cavalo, o que era simples, e indemnizá-lo pelos ferimentos sofridos, o que bloqueou tudo, incluindo o pagamento do cavalo. O caso terminou com um compromisso. Pelo resto da vida, o prior de Sainte-Marguerite, que não tinha visto a sombra de um soldado, considerou-se vítima da arbitrariedade dos guerreiros.

As coisas não melhoram necessariamente quando o escrivão ou o burguês lida com o exército. A guerra, é claro, oferece boas oportunidades de lucro, mas quem se atreveria a falar de lucro a Jean Prévôt, açougueiro em Amiens, que vê todo o rebanho que conduz ao exército apreendido com um pedágio. Ele se recusa a pagar o imposto, julgando acertadamente que o abastecimento do exército real não compensa. Mas o guarda de pedágio viu outros e questiona sistematicamente essas alegações. Se ouvirmos os mercadores, tudo o que passa seria pelo exército do rei!

Lá, novamente, os procedimentos foram levados a cabo, e o Parlamento chegou mesmo a decidir a favor do açougueiro, o reitor dos marechais da França tendo certificado sob juramento o destino dos animais. O açougueiro de Amiens estava ganhando, mas enquanto isso ele havia perdido seu negócio. Ele ficou muito feliz por o gado não ter morrido durante o sequestro.

PONTOS FORTES E FINANÇAS.

Se nos limitarmos aos números, o rei da França venceu antecipadamente. É a luta de um reino de quinze a vinte milhões de habitantes - dentro dos limites da França na época - contra um reino de três ou quatro milhões de habitantes. A geografia também põe no comando de Eduardo III o que os franceses ignoram quando ele se esquece de suas inclinações para atacar na Escócia: a perda de tempo e dinheiro representada pelo transporte marítimo. Homens, cavalos, armas, equipamentos, até dinheiro, tudo deve atravessar o Canal da Mancha, e qualquer ação no continente depende de uma infra-estrutura naval que a antiga organização dos “Cinco Portos” não pode mais oferecer. Para transportar quinze mil homens e oito mil cavalos de uma só vez, é um desafio que o Plantageneta e o Lancaster dificilmente podem enfrentar mais de cinco ou seis vezes em um século.

A menor cavalgada representa problemas de administração para o inglês, sem ser compatível com os recursos da época. Ouvimos as queixas que se levantam contra os fourriers, mas podemos imaginar a dificuldade que terão de se dar para encontrar a cada noite a palha para os cavalos ou para localizar pastagens cuja insuficiência não provoque a ira dos marechais e dos rosnados dos capitães. Manter trezentos soldados em uma aldeia

é o limite do possível, alojar três mil por três dias é uma façanha de armas. Na véspera de Poitiers, em 1356, veremos o exército anglo-gascão do Príncipe Negro realmente ameaçado pela fome.

O atacante inglês sofre de outra deficiência: a subida. Porque a guerra é uma grande consumidora de cavalos. Mesmo se não os matarmos. O mensageiro que carregou o cavaleiro para a luta está exausto antes do tempo, e a montaria cansada põe em perigo o homem que não tem remontagem. Esta estrada ou mensageiro de combate, flor do mensageiro da Inglaterra ou da Itália, haquenée da Normandia ou da Flandres, até mesmo a vassoura da Espanha, não se trata de carregá-lo com a bagagem, de fazê-lo carregar a bagagem. armadura, para confiar-lhe comer e beber. Deve haver broncinas, "molas de caixa", bons e grandes cavalos de trabalho, impróprios para a manobra, mas capazes de transportar dia após dia a bagagem imediata que não foi deixada nos vagões. Mesmo assim, são necessários animais para puxar essas carroças ...

No início da campanha, não há homem de armas que não tenha duas ou três feras. O cavaleiro fica feliz por ter quatro ou cinco. Do príncipe que o emprega, ele obviamente espera que os cavalos mortos em serviço sejam "devolvidos" a ele. Em primeiro lugar, um problema financeiro, mas também um medo técnico: o "restaurador" de prata não torna a besta necessária, mas às vezes impossível de encontrar, se o país se esvaziou quando o soldado se aproxima. A desvantagem do exército que cruza o país inimigo é particularmente grave aqui. Os franceses muitas vezes percebem isso na Bretanha, os ingleses percebem assim que deixam a Gasconha.

Eduardo III, por outro lado, gozava de uma superioridade da qual nem ele nem seu adversário sabiam, sem dúvida, no início das hostilidades: sozinho, ele tinha uma infantaria eficaz. A infantaria do rei da França são sargentos, mal treinados para jogar a faca, reforçados por alguns besteiros profissionais, geralmente genoveses. Bem, esses besteiros talvez sejam habilidosos em tiro preciso e poderoso, o que faz maravilhas em cercos, mas suas armas são pesadas e a manobra é lenta. O exército inglês, por sua vez, já é forte com seus inabaláveis coutilliers galeses e formidáveis piqueurs, em ação em massa, para a cavalaria adversária. Acima de tudo, ela dá preferência ao arco, uma arma imprecisa cujas flechas jamais perfurarão o ferro de uma armadura, mas uma arma rápida - três flechas no tempo de uma "seta" de besta - e cuja leveza permite todas as manobras táticas. Será um jogo para os arqueiros ingleses derrubarem, em Poitiers como em Crécy, os cavalos de um exército francês tosquiados pela chuva de flechas.

E então, assim que Filipe VI não pensa mais em cruzar o Canal da Mancha como ele desejava no auge da aliança escocesa, o inglês toma a iniciativa.

Iniciativa significa antes de tudo o direito de medir o tempo dos negócios. Semear em poucas semanas o terror do Cotentin em Calais custa menos, mesmo que seja necessário transportar homens e cavalos, do que pôr em estado de defesa uma centena de fortalezas

das quais não sabemos se estarão no caminho da cavalgada. O custo das guarnições, que é a maior parte do custo das guerras, é suportado pelo atacado, não pelo agressor em potencial. Calcula-se que, em 1371, a guarnição de Calais absorveu sozinha um sexto da renda total do rei da Inglaterra. O inglês tem um Calais, o francês cem.

Philippe VI é, portanto, obrigado a se proteger permanentemente. Ele destrói a si mesmo e suas cidades na reparação e manutenção de castelos e recintos fortificados, na organização de um sistema de guarda e vigia, no pagamento de guarnições mantidas em doze meses em doze. Exceto nas fronteiras da Guyenne, Eduardo III só paga quando ataca. Seu distante sucessor Henrique VI saberá o preço da conquista quando deverá, por sua vez, às custas do contribuinte inglês tanto quanto dos franceses, defender Joana d'Arc e Richemont, seu terceiro da França.

Tudo isso não pesa apenas nas cidades: o custo da defesa as divide. Todos querem ver o recinto comum em condições de resistir a um cerco, mas todos querem que seja às custas do vizinho. Dentro de cada comunidade urbana, o muro leva ao confronto, um confronto envolvendo o povo do rei, do duque ou do conde, se houver, o bispo em muitos casos. Ações judiciais estão sendo abertas para determinar quem é o responsável pela encomenda da obra e quem é o responsável por pagá-la. O rei e sua justiça tornam-se árbitros, mas árbitros interessados, e a arbitragem freqüentemente só aumenta o descontentamento.

Ainda mais do que a paz, a guerra é, portanto, uma questão de dinheiro. Como os bens do rei e as receitas feudais não seriam suficientes, o dinheiro em questão é dos contribuintes. Além das acusações de guerra, o conflito é em si a justificativa para o roubo de impostos.

Para o rei da Inglaterra, o procedimento é simples e está fixado desde o início do reinado de Henrique III: há mais de um século. O rei pergunta, o Parlamento vota. É necessário também que as gentes das comunas não sintam que a exigência é excessiva, que não ponham a sua "concessão" à custa de vantagens políticas inaceitáveis para o rei, que não julguem o país. suficientemente esmagado pelos impostos já estabelecidos ... Mas o peso da tributação continua a aumentar na Inglaterra. Tivemos que pagar pela guerra na Aquitânia e pela guerra interminável na Escócia. Ele teve que pagar a diplomacia pela qual, desde Eduardo I -, a Inglaterra empatou no continente o filho das alianças inconstantes que proporcionam a intervenção frequente nas armas, mas não levam isso tanto quanto os últimos pagamentos.

Acrescentemos a extraordinária perda de lucros representada para a economia inglesa pela "guerra da lã" contra o comércio de Flandres. Porque o que é desemprego nas cidades industriais é pobre nos países reprodutores. Asfixiar a cortina flamenga para persuadir os povoados de Flandres de que o seu interesse está no campo inglês, que supõe - para não se sufocar - a conquista de novos mercados.

Claro, já existe o mercado italiano. As frotas de Veneza, Gênova e Pisa foram suficientes para abastecer as jovens indústrias de tecidos da Toscana e da Lombardia. A compensação está, entretanto, longe de compensar o déficit em Flandres, e vemos o colapso em 1336 tanto de uma das receitas regulares do rei - o "costume" sobre as exportações de lã - quanto do corpo docente contributivo. de todos aqueles que, criadores ou comerciantes, vivem da lã.

Eduardo III é, portanto, forçado a multiplicar os expedientes, por um produto dos mais escassos. Por isso, logo se decepcionou com o confisco geral da lã pronta para exportação: estabelecendo em Brabante, na Antuérpia, uma nova "etapa" da distribuição da lã no continente, o rei achava que estava se saindo melhor que seus mercadores. Ele é rapidamente obrigado a se desiludir. Você então tem que pedir emprestado. Duas grandes empresas florentinas, a Bardi e a Peruzzi, julgaram prudente adiantar somas consideráveis ao rei da Inglaterra: o pagamento da dívida às custas de novos empréstimos. No futuro imediato, eles ganham alguns privilégios comerciais que naturalmente causam inveja às pessoas. O que não faríamos por alguns milhares de sacos de lã? Cinco anos depois, por não poderem ser reembolsados, Bardi e Peruzzi faliram.

Eduardo III, no entanto, caiu nas mãos de usurários. O arcebispo de Trèves dá o crédito, mas ele tem a coroa previamente cinzelada em antecipação à coroação em Reims. O rei da Inglaterra está descontando muito caro o reino da França.

Felizmente para ele, seu oponente Valois não está em melhor situação, pelo menos nos primeiros anos da guerra. Aumentar uma taxa de defesa requer negociações intermináveis. Os estados provinciais e - a partir de 1343 - os estados gerais, as assembleias de bailiwick e as assembleias da diocese, órgãos que discutem e votam a ajuda de forma alguma isentam os agentes do rei de negociar com cada comunidade de habitantes. Negociamos o método de tributação, o escopo das isenções, o procedimento de cobrança. As ordenanças sugerem que existe um imposto real. Existem, na realidade, mil.

A ajuda chega mal: lenta e incompletamente. Para conseguir dinheiro de qualquer maneira, o rei reduz suas reivindicações à medida que o imposto é aumentado. Na negociação inicial, ele perde mais politicamente do que ganha em dinheiro. No final, é melhor não ser teimoso com as quantias que se esperam. Desistimos de continuar e exigimos um novo imposto.

O mais seguro ainda é o décimo, este décimo da receita líquida das igrejas cujos papas de Avignon prontamente fingem acreditar que o produto é dedicado pelos Valois à preparação da Cruzada. Além disso, colocar em ordem seus negócios não é o primeiro passo de quem sonha em reconquistar os Lugares Santos? Quando o rei da França luta contra os ingleses, ele fecha um negócio antes da Cruzada ... Como alguém partiria para o Oriente antes de fazer as pazes com o Ocidente?

Para ambos, a situação financeira é, portanto, sombria. As iniciativas são condicionais. A surpresa é impossível: você não pode começar a campanha sem ter que justificá-la longamente. Não podemos mais realizar uma ação de longo prazo: o futuro da tesouraria nunca está garantido. Quando uma guerra começa, cujas apostas são maiores do que nunca, nem Philippe VI nem Edward III têm os meios para vencê-la de forma sustentável.

A GUERRA DE FLANDERS.

Édouard depositou todas as suas esperanças na aliança flamenga, que lhe deu, para qualquer intervenção militar na França, uma cabeça de ponte mais conveniente do que Bordeaux. Entre Flandres e Guyenne, o rei da França é pego em um movimento de pinça: é o velho sonho que desapareceu em 1214 em Bouvines.

O caso, entretanto, começou mal. Prevista para finais de 1337, uma primeira expedição foi imediatamente cancelada, oficialmente para agradar ao Papa Bento XII que ainda prega a concórdia dos príncipes cristãos, na realidade porque faltou dinheiro. O ano de 1338 é passado em negociações com o Império. Finalmente, na primavera de 1339, parecia ter chegado o momento de iniciar as hostilidades. Mas o exército desembarcado em Antuérpia e concentrado em Brabante esperará em vão, todo o verão, pela chegada dos contingentes alemães. O imperador Luís da Baviera não é mesquinho com incentivos. Ele acaba de fazer de Eduardo III “vigário imperial”. Ele é mais mesquinho com ajuda genuína. A situação é oposta à vivida em 1297 pelo conde de Flandres, que esperava em vão a ajuda do seu aliado inglês.

No outono, Edouard marcha para o sul, sitia Cambrai sem sucesso e pede desnecessariamente um "dia de batalha" ao adversário. Os franceses estão recuando, em algum lugar de Artois. A aliança anglo-imperial vai parar por aí.

Durante este tempo, os navios do rei da França detêm o mar, perseguem os comboios ingleses, fazem reinar o medo nas costas da Gasconha, bem como nas de Sussex ou Devonshire. Os almirantes genoveses Antoine Doria e Charles Grimaldi reforçaram a ação dos franceses comandados por Hue Quiéret. Ao mesmo tempo, Béhuchet ganhou a reputação de primeiro “corsário” do rei. Operações reais de "comando", pousos breves permitem que os franceses queimem Blaye, Portsmouth, Plymouth, Southampton. Cinco dos mais belos navios ingleses são afundados de surpresa, na Zelândia, quando descarregam a lã. Na Normandia, onde temos uma longa memória, começamos a falar com insistência da próxima conquista da Inglaterra.

Na Flandres, ao contrário, o tempo trabalha para a Plantageneta. O desemprego que ele deliberadamente desencadeou ao suspender as exportações de lã transforma-se em motim contra os poderosos e ricos, contra a nobreza e a aristocracia empresarial, contra

o conde e seus oficiais, contra o rei, enfim, do qual o conde se descobriu aliado há dez anos. Louis de Nevers gosta de morar em Paris; os flamengos não gostam muito disso. Alguns emissários do rei da Inglaterra, portanto, mantêm o fogo latente a baixo custo. Em Ypres, Bruges, Ghent, dão ceia aos notáveis, mostram-se generosos com os pequenos, observam ruidosamente o empobrecimento do país.

Jacques Van Artevelde é o oposto de um homem na pobreza, mas a crise o atinge no centro de seus interesses. Este grande burguês, filho de vereador, conhece a solidariedade dos diversos níveis da economia do tecido: empresários e artesãos têm uma causa comum. Flandres precisa de lã: toda a Flandres, do mais modesto tecelão ao próprio conde, cujas autoridades fiscais não tardarão a sentir os efeitos do empobrecimento geral. Nos movimentos de rua, os artesãos gritam “Trabalhe! Liberdade! " Essas palavras também têm significado para burgueses opulentos como Artevelde.

Em 3 de janeiro de 1338, o povo de Ghent se reuniu e o nomeou um dos capitães da cidade. Seu programa político é inexistente, mas ele conhece a situação: o que ele propõe é restaurar a prosperidade por vários meios, que vão desde a reforma administrativa até a aliança inglesa.

Pela primeira vez unida, Flandres se levantou contra a autoridade de Louis de Nevers. Em abril, uma conferência geral de grandes cidades decoradas é realizada no mosteiro de Eeckhoutte. É constituída uma comissão central, composta por delegados de cada cidade. Na verdade, é Artevelde quem assume o governo do condado de Flandres.

Louis de Nevers está tentando dominar as grandes cidades. Após dois meses de esforços infrutíferos, ele admite seu fracasso. Ele até agravou a situação ao mandar decapitar um antigo estandarte de cavaleiro muito popular em Ghent, Sohier le Kortrijk, preso alguns meses antes por querer negociar com os enviados ingleses. Louis de Nevers está realmente sozinho em seu condado de Flandres. Como em 1328, ele recorreu a seu senhor, o rei, que lhe devia proteção. Em fevereiro de 1339, o conde de Flandres refugiou-se em Paris.

Artevelde conhece os erros cometidos há dez anos e não deseja começar de novo. Ele garante à Inglaterra a neutralidade das cidades flamengas, obtém alguns carregamentos de lã em troca dessa neutralidade, mas se recusa a se envolver mais.

Da rebelião contra o rei da França, realmente não há dúvida até o final de 1339, quando a campanha anglo-imperial incompleta em Cambrésis e Thiérache deixa os dois exércitos frente a frente nas portas de Flandres, intactos, o que sugere que os cavaleiros do rei da França poderiam muito bem vir, como em 1328 em Cassel, para restaurar a autoridade do conde.

Mas, por não querer se envolver, Jacques Van Artevelde corre o risco de se encontrar sozinho. O tempo para a neutralidade acabou, e Flandres só pode mudar para a Inglaterra, dificilmente sacrificando sua economia. Edward III está em Antuérpia. Artevelde vai lá.

Este acordo anglo-flamengo, concluído em 3 de dezembro de 1339 e concluído em janeiro seguinte, é na realidade um mercado de ilusionistas. Os flamengos reconhecem Eduardo como rei da França e prometem-lhe ajuda armada: é difícil ver os negócios de Bruges ou Ghent para conquistar o reino. Em troca, o inglês concordou em transferir a etapa da lã de Antuérpia para Bruges - o que tornou a reação de Brabante barata - e prometeu retornar à Flandres, assim que tivesse posse de seu reino da França. , os três castelos flamengos de Lille, Douai e Orchies anteriormente transferidos para Philippe le Bel em compensação pela indenização estipulada pelo tratado de 1305. Não sem generosidade, o rei da Inglaterra também se oferece para financiar a defesa das cidades flamengas e contribuir para isso conforme a necessidade de homens e navios. Sejamos claros: nenhuma das partes tem meios para cumprir as suas promessas.

Para enfraquecer ainda mais o escopo da barganha desse tolo, o conde de Flandres se apressa em informar que se recusa a endossar o tratado. O que não é surpreendente, quando nos lembramos que este príncipe vive agora na corte da França. Mas o rei da Inglaterra, que pode muito bem questionar a coroa de Valois, não pode de forma alguma negar a legitimidade do conde de Flandres. Eduardo é soberano e é suserano; ele sabe que seu interlocutor Artevelde deve seu poder à insurreição. E nenhum rei pode, sem grande risco para si mesmo, unir forças por muito tempo com aqueles que perturbaram a ordem estabelecida.

Por enquanto, Eduardo III já se vê a caminho da coroação. Ele tem todos os principados do Norte em seu jogo, e um dos grandes feudos franceses já o reconhece como rei. Ele não se preocupa com o fato de o conde de Flandres não estar envolvido, e não se detém no fato de que a confissão de um suserano por seus vassalos traseiros está na lei feudal mais do que uma irregularidade. . Os flamengos também não perjuraram seus juramentos anteriores: eles ainda são leais ao rei da França, mas a outro rei da França que não aquele que reina em Paris.

O Plantageneta agora está indo muito rápido. Ele leva o título de Rei da França e da Inglaterra. Ele muda seus braços em um esquartejado da França com flor-de-lis e da Inglaterra com três leopardos. Finalmente, em 6 de fevereiro de 1340, em Ghent, ele convocou um tribunal de todos os vassalos da França.

Perto dos flamengos, ele se viu sozinho. Deixa pra lá: entrando em Gante em 26 de janeiro, ele recebeu lá em 6 de fevereiro a homenagem de alguns barões flamengos e o juramento de lealdade dos promotores de todas as cidades flamengas. Em seu lugar entre os promotores, Jacques Van Artevelde entrou na linha. O filho de Isabelle da França pode por um momento acreditar que ele reinava sobre o reino de seu avô Philippe le Bel. Ele tinha um novo selo real gravado: “Eduardo, pela graça de Deus, Rei da França e da Inglaterra, Senhor da Irlanda. "

Estava pulando etapas. Os flamengos permaneceram circunspectos em sua recém-descoberta lealdade. Eles tinham apenas uma confiança relativa nos padres ingleses que Eduardo III lhes havia prometido no caso de Bento XII lançar contra eles, como perjúrio ao juramento de lealdade aos Valois, uma sentença de interdição. Eles também desconfiavam do tesouro inglês: pediam para ver a cor das "esterlinas". Eduardo teve de voltar à Inglaterra para pedir um subsídio que, com os banqueiros italianos puxando as orelhas, as comunas barganharam severamente.

Durante esse tempo, os residentes de Ghent fizeram reféns, fingindo reter apenas hóspedes. Ninguém se enganou: a rainha Philippa, então grávida, e seus filhos realmente garantiram a Artevelde e seus amigos o risco de Eduardo esquecê-los.

Ao saber que os reforços seriam enviados da Inglaterra, Filipe VI despachou sua frota para o Mar do Norte. Concentrados nos portos da Alta Normandia e da Picardia, estavam, a partir de maio de 1340, cerca de duzentos navios prontos para embarcar em direção ao estreito.

A FECHADURA.

Esquadrão de guerra, neste ano de 1340, ainda é um grupo de navios não muito típico, dos quais alguns milhares de novelos de lã fariam navios mercantes e dos quais cem homens armados fariam navio de guerra. Além disso, os comboios mercantes estão protegidos, e os marinheiros mercantes não hesitam mais em machado o adversário - um competidor tanto quanto um inimigo - do que têm qualquer constrangimento em atacá-lo com golpes. faca em encontros no cais.

Qualquer navio de transporte é, portanto, mais ou menos bem, o caso para a guerra. Se necessário, também levamos barcos de pesca. Como em todos os portos de Cornouaille, Devonshire ou Sussex, armamos todos os portos da Normandia e da Picardia. Dos duzentos navios franceses presentes na eclusa em junho, haverá armadores de 25 portos, de Cherbourg e La Hougue a Berck e Boulogne. Trinta e um vieram de Leure - em outras palavras, de Le Havre - e vinte e um de Dieppe. Os produtos do artesanato naval de Duclair e Caudebec juntam aqui, por ordem dos almirantes da França, as barcaças que saem da oficina de Abbeville.

Para navios de grande porte, no entanto, e para aqueles construídos especialmente para fins de guerra, o Clos des Galées goza de um monopólio de fato. Este Clos, este “tersenal”, como dizem os contemporâneos que procuram francizar o Dar *sanaa* árabe , “casa da obra”, e ainda não encontraram “arsenal”, é uma criação de Philippe le Bel . Na margem esquerda do Sena, a jusante da ponte de Rouen, ocupa uma vasta área que é defendida por uma fortificação sumária. As florestas de Roumare, Bretonne e Rouvray fornecem-lhe

olmos, carvalhos e especialmente madeira de faia para a construção e reparação de navios e para o fabrico de armas. Como o cânhamo para a tela e para as cordas, o ferro também está muito próximo: é o de Breteuil, Verneuil, Rugles.

Os primeiros engenheiros chamados por Philippe le Bel foram inspirados no arsenal de Sevilha, o mais famoso de sua época. Vimos os genoveses nas margens do Sena, um Spinola, um Marquese, um Tartaro. Mas logo vimos técnicos franceses, em sua maioria formados na escola genovesa. A partir de 1300, esses engenheiros franceses assumiram. Em 1340, o "guardião do Clos des Galées" era um certo Thomas Fouques, administrador e contador, não engenheiro. Mas tem ao seu lado um verdadeiro técnico, Gilbert Polin, um burguês de Rouen cuja vida parece ter girado em torno do Clos des Galées. Ele é um "escrivão das obras de guerra". O rei o fará "sargento de armas". Seu filho será um cavaleiro. Na esquadra que se reúne ao largo da costa de Flandres no final da primavera, vemos Gilbert Polin comandando sua própria nave, a Notre-Dame-la-Nativite, forte de oitenta marinheiros e soldados.

Assim como a lã, e não o formato dos cascos, é suficiente para fazer a nave mercante, o que faz a nave de guerra não é tanto a forma quanto o armamento. Armas individuais na maioria dos casos, até o advento dos canhões de pólvora, eram antes de tudo dispositivos de "tiragem": bestas leves, de um pé de largura, bestas pesadas de dois pés, "bestas" por sua vez "que é tendido para a bobina. Para o embarque que deve seguir o granizo de viretons e setas de besta, as tropas embarcadas estão armadas com lanças, machados e facas. Não esqueçamos a proteção dos combatentes: pratos de armadura, brasões, bacias, barrancos, escudos, targes, baluartes ... E se quisermos imaginar o congestionamento que reina a bordo, coloquemos o biscoito na mesa, água doce e vinho.

Barco de pesca ou batelão, uma pequena nave transporta quarenta ou sessenta homens, tripulação incluída. Isso significa que temos a bordo duas ou três bestas simples, dois ou três baús de viretons e diamantes. Existem dezenas deles, desde a barcaça Notre-Dame do mestre Jean Ligier, de Abbeville, ao bargot real Saint-Frémin.

Uma grande nave mercante, uma galera do rei, pois há apenas uma ou duas dúzias, tem cento, cento e cinquenta ou duzentos homens. Há Sainte-Catherine e Saint-Georges, que pertencem ao rei, assim como Saint-Julien, que pertence ao mestre Nicole As Coulleux, de Leure, e Saint-Jean, ao mestre Guillaume Lefèvre, de Harfleur . Esses navios carregam facilmente cinco ou seis bestas, vinte armas de assalto e peças de armadura. Carro-chefe, o Saint-Georges possui todo um arsenal, parte do qual, sem dúvida, constitui a reserva geral do esquadrão:

20 pratos da Alemanha,

200 baluartes,

15 bestas de duas pernas,

2 bestas de combate corpo a corpo,

10 risers para esticar as bestas,
100 arneses de besta,
20 pares de manoplas,
1.860 dardos calçados,
675 ferrões sem sapatos,
673 dardos fortes,
42 lanças,
440 pontas de lança,
997 enxadas enxadas,
68 eixos,
60 banners camelot (tecido leve) com as armas da França,
2 baucents das referidas armas,
7 bandeiras com as armas da Escócia,
3 bandeiras com as armas do almirante,
2 estandartes com as armas do Sire Nicolas Béhuchet,
2 mil bochetes para dardos e lanças de sapato,
58 mil pregos misturados ...

Começamos até - ingleses como franceses - a embarcar um embrião de artilharia, esses potes de fogo que ainda lançam flechas com os estabilizadores de metal que se chama de torniquetes. A partir de 1338, Béhuchet os colocou em um ou outro de seus navios.

Uma panela de fogo para ordenha (puxar) torniquetes, 48 torniquetes calçados e de cauda em dois casos, meio quilo de salitre e meio quilo de enxofre brilhante para fazer pó para desenhar os ditos torniquetes.

As belas galés do Mediterrâneo, as dos genoveses em particular, juntam-se a esta esquadra de Hue Quiéret e Nicolas Béhuchet. São Doria e Grimaldi, Fieschi e Spinola, com cerca de quarenta navios nervosos e manobráveis, com tripulações experientes. São profissionais da guerra marítima: o suficiente para impressionar os ingleses, mais familiarizados com o comboio mercante do que com corridas no mar.

A frota do rei da França deixou Harfleur, Leure e Le Crotoy nos últimos dias de maio. No início de junho, cerca de duzentos barcos tomaram posição na costa de Bruges, bloqueando o porto externo da eclusa. Em qualquer caso, o inglês não deve passar. Diremos até que os capitães franceses respondem por cabeça.

O rei da França fortaleceu muito o exército que mantinha no mar e o grande exército de skimmers. E ordenou ao Monsenhor Hue Quiéret e Barbevaires e aos outros capitães que tivessem o cuidado de os manter nas metes (fronteiras) da Flandres e que de forma alguma deixassem o Rei da Inglaterra regressar ou tomar porto na Flandres. E se por sua culpa permanecesse, ele os mataria como um homem morto.

A fraqueza desta marinha francesa, excelente em todos os outros aspectos, é o seu comando. Dois anos antes, Quiéret foi senescal de Beaucaire. Talvez esse Picard goste do mar, mas ele fez seu aprendizado como cavaleiro a cavalo, não em uma galera. Filipe VI fez dele seu almirante quando se tratou de organizar uma expedição à Escócia em 1336; mas o almirante, na mente do rei, é apenas o organizador do transporte de um exército de

cavaleiros e sargentos. É uma questão de ir de mar para lutar em terra, e falamos do "exército do mar", não da marinha. Ao nomear Quiéret, cujos talentos como organizador estão comprovados, o rei nem por um momento pensou em confronto de esquadrões.

Quanto a Nicolas Béhuchet, ele é um pau-pra-toda-obra brilhante. Desde o primeiro emprego, ele foi administrador e financeiro. Nós o vimos mestre das águas e florestas, então tesoureiro do rei. Ao mesmo tempo que o nomeou capitão-general do exército marítimo - juntamente com o almirante Quiéret - Philippe VI o nomeou mestre de contas.

Béhuchet é um homem de imaginação viva, rápido para decidir, ardente na ação. Nos últimos dois anos, ele realizou com sucesso uma série de operações de "comando" contra portos ingleses. Sua ousadia e coragem são conhecidas. Mas competência naval, ponto final. Se os fortes navios ingleses afundaram em 1338, foi por um bom motivo que os ingleses, surpresos, tiveram de lutar um contra dez. Na frente da fechadura, não é mais o mesmo. As forças são iguais.

Alguns meses antes, Béhuchet traçou um plano de guerra cujo objetivo final ainda era a invasão da Inglaterra. Ele propôs enviar os ingleses ao fundo em ordem separada, atacando navios no auge de sua atividade comercial. A ideia não faltou àstúcia: no verão atacar o comboio de sal na volta de Bourgneuf e Guérande, atacar no outono o comboio de vinho - de grandes porta-aviões - entre Bordeaux e Southampton, enquanto isso, afundam as centenas de pequenas barcaças de pesca nos cardumes de arenque. Então iríamos resgatar os escoceses e devastar a costa inglesa para uma boa medida.

Quanto à tática, tudo dependia do uso de galeras finas, rápidas e manobráveis, e da esperança de não as encontrar entre as forças inglesas.

Porque uma nave de canto pode desconcertar dez outras naves.

Infelizmente para Philippe VI, os ingleses se encontraram com o mesmo humor. Tínhamos visto isso claramente no final do inverno, quando foi necessário enviar uma flotilha de seis navios à Bretanha para trazer de volta sob escolta a Leure o comboio mercante - seis naus e quarenta navios - que ali se refugiaram por medo de um esquadrão inglês. Sabendo que Arundel estava na área, os marinheiros franceses não ousaram chegar a Saintonge nem retornar à Normandia ...

Na frente da eclusa, as forças são iguais. A decisão não virá de um desequilíbrio. Duzentos navios franceses estão bloqueando, montados por vinte mil homens. Eduardo III perde tudo se deixa o adversário controlar o mar, pelo que reuniu todas as suas forças: duzentos e cinquenta navios, com quinze mil homens de armas a bordo, não incluindo os marinheiros. Por enquanto, esses números são consideráveis. É, portanto, uma das maiores batalhas navais da história, que começa em 24 de junho de 1340 na mais pura tradição das batalhas terrestres: com uma salva de flechas e viretons.

Os líderes do esquadrão francês imediatamente manifestam sua falta de senso tático. Como a ordem é impedir que os ingleses aterrissem, vamos simplesmente barrar seu caminho para Bruges. O genovês Barbavera, a quem tantos encontros com os bárbaros lhe proporcionaram uma sólida experiência, tenta convencer os seus colegas franceses de que é necessário a todo o custo dar-se espaço de manobra.

Vá para o mar aberto com todos os seus navios. Se você ficar aqui, os ingleses terão o vento, o sol e a maré do seu lado: eles vão segurá-lo com força até que você possa se ajudar.

Mas Béhuchet é teimoso e "Barbevaires" tem apenas três provas. A esquadra francesa permanece lá, destruída, velas abatidas e planking contra planking. De uma frota, Béhuchet faz uma barricada.

Nós nos observamos. Por um momento, os franceses podem acreditar que o inimigo está hesitando e fazem disso um grande alarido. Na verdade, Eduardo III espera a hora da maré.

Pouco antes do meio-dia, a frota inglesa começa a avançar, com o vento nas velas, carregada pela maré alta. Presos na entrada do Zwyn, este braço de mar que banhará o cais de Bruges, os franceses não podem fazer a menor manobra. Além disso, nem Quiéret nem Béhuchet sonharam com isso: no auge da tolice, reforçaram a barricada acorrentando os navios em três fileiras, de uma margem a outra do Zwyn. Finalmente, e este erro será o mais grave, eles se esqueceram de que as margens são povoadas por flamengos e que os flamengos dificilmente são favoráveis ao rei da França. Melhor manter distância.

Apenas quatro naves, as quatro maiores, estão livres, em frente à barricada, para o combate. Quatro naves inglesas os atacam.

Desde o embarque, a vantagem ficou para os besteiros franceses, que conseguiram pular a bordo de navios ingleses. Uma vitória de curta duração, no entanto, e rapidamente percebemos que a poderosa besta, arma de precisão se é que existe uma, é inútil à queima-roupa. Você tem que fazer um curativo, apontar. Enquanto isso, os arqueiros ingleses dispararam três flechas, esquivando-se entre cada tiro e passando suavemente por todos os obstáculos que o convés de um grande navio normalmente apresenta.

Depois de alguns quartos de hora, a situação dos franceses é desesperadora. As fileiras de navios são ocupadas uma após a outra. Marinheiros ou besteiros, os homens de Quiéret não têm outro recurso senão lutar com faca ou machado, como os sargentos a pé.

Mas a vitória é cara e as perdas inglesas são pesadas. O navio que transportava as damas da comitiva real é enviado para o fundo. Eduardo III foi gravemente ferido enquanto defendia, de machado na mão, o castelo de popa de Thomas, sua nau capitânia, contra um ataque liderado pessoalmente por Quiéret e Béhuchet. Mais uma vez, a situação mudou rapidamente: os dois líderes do esquadrão francês viram-se prisioneiros.

Eduardo III é vingativo; o burguês de Calais o testará. Ele imediatamente enforca Béhuchet e, sem deixar Quiéret morrer silenciosamente de seus ferimentos, manda decapitá-lo, a borda do navio servindo de tronco.

Enquanto os ingleses empurram as primeiras linhas, os flamengos atacam a retaguarda francesa. Um movimento espontâneo, pode-se pensar, singularmente favorecido pela inconsciência de um almirante que ancora seus navios em praias hostis.

Entre os franceses, é o pânico. Os afogados são acrescentados aos mortos cujos cadáveres se espalham pelos destroços. Algumas pessoas inteligentes terão sucesso em esgueirar-se em terra e encontrar a salvação no vôo. Os flamengos farão uma coisa ruim para aqueles que encontrarem.

Alguns navios conseguiram escapar: vinte ou trinta, ao que parece, de duzentos. Entre essas tripulações retiradas do bosque estão o futuro núcleo Dieppe do esquadrão que, sob as ordens de Robert de Houdetot, Barbavera e do chefe tartarin - Robert Roussel, cujo nome verdadeiro é - contribuem efetivamente para o cerco de Nantes.

Seja qual for o caso com esses sobreviventes, o inglês agora tem o controle do mar.Com a Holanda, assim como com a Guyenne e a Bretanha, suas relações são livres. A França estará, por trinta anos, ausente dos mares do Ponant.

Mas se a fechadura é uma vitória, é imediatamente uma vitória infrutífera. Isso apenas dá a Eduardo III o direito de continuar a desembarcar para tentar a conquista da França. Ela abre um caminho para ele; no final, nada está ganho.

No mesmo verão de 1340, o exército inglês perdeu dois meses sitiando Tournai, enquanto os franceses controlaram a região de Lille mais ou menos bem. Eduardo III queria uma batalha campal, Filipe VI não se conteve e manteve distância. Ele tem todo o interesse em deixar o medo de uma invasão inglesa se estabelecer na França: os contribuintes estão cada vez menos relutantes, enquanto, do outro lado do Canal, os Commons discutem cada vez mais um imposto que o uso não parece ser realmente bem-sucedido. Veremos isso bem no ano seguinte, quando Eduardo III será deposto pelo Parlamento, enquanto Filipe VI poderá, sem causar protestos, generalizar na França o sistema - que vantajoso para seu tesouro - do imposto sobre o sal: a monopólio juntamente com um imposto.

Os aliados do Norte estão tão decepcionados com Eduardo III quanto ele com eles. Todos prometeram muito e esperaram muito dos outros. Hainaut está retornando à sua neutralidade prudente. Brabant não aceita perder o estágio de lã. Flandres tem o palco, mas espera em vão pelos sacos de esterlinas. Quanto ao imperador Luís da Baviera, não encontrou na aliança inglesa as vantagens que pensava que encontraria e começou a se distanciar dela: o essencial estava, para ele, na Alemanha e não na França. .

Eduardo, ele não vê o reino da flor-de-lis se voltando para ele. Ele se considerava rei da França, ele é mais ou menos senhor de Flandres. Novamente, esta é uma Flandres onde, anglófilo por interesse e não por convicção, Artevelde se encontra cada vez mais sozinho. Edward III perdeu sua entrada.

Mais uma vez, Benoît XII oferece sua mediação, enquanto uma personagem surpreendente, Jeanne de Valois, aparece no caso. Esta princesa é ao mesmo tempo irmã do rei da França, viúva do conde Guillaume de Hainaut e mãe da rainha da Inglaterra Philippa de Hainaut. Por enquanto, Jeanne de Valois é abadessa do mosteiro cisterciense de Fontenelles, perto de Valenciennes. Ela está, portanto, trabalhando duro para negociar entre seus parentes. Na verdade, ela não tem dificuldade em convencer o irmão e o genro a respirar um pouco. A reunião oficial dos plenipotenciários ocorre em Esplechin, próximo a Tournai. Em 25 de setembro de 1340, a trégua foi concluída. A primeira rodada de armas da Guerra dos Cem Anos terminou em confusão.

CAPÍTULO IV

O CAVALEIRO DE EDWARD III

A GUERRA EM TODAS AS PARTES.

A guerra recomeçou em 1345 e em condições muito diferentes. Em cinco anos, um dos protagonistas havia desaparecido: Artevelde. O árbitro Benoît XII teve como sucessor em Avinhão um Clemente VI que se lembra de ter, arcebispo de Rouen, sentado no Conselho do Rei da França. Na Flandres, onde os primeiros exércitos ingleses estavam atolados, os caprichos da sucessão da Bretanha substituíram um novo teatro de operações, uma nova cabeça de ponte inglesa, novos jogadores.

Clément VI havia conseguido que as negociações se abrissem na própria Avignon, no final de 1344. Isso resultou em um endurecimento de posições. Eduardo III pediu para manter toda a Guyenne, e em plena soberania. Os franceses observaram que, se a homenagem pesava sobre ele por ser rei, bastava dar o ducado em anexo a um de seus filhos. Se devolvêssemos ...

Em ambos os lados, a teimosia era a mesma. Filipe VI esqueceu que, confiscada por lei, a Guyenne ainda estava de fato nas mãos dos Plantagenêt. Edward III fingiu acreditar que os Valois podia aceitar que mesmo em seus limites restritos do final do XIII século, o ducado já não fazia parte da França. Ao exigir a coroa da França, Edouard com certeza bloquearia tudo. O próprio Papa ficou cansado.

Jean de Montfort, pedindo ajuda ao rei da Inglaterra, ofereceu-lhe uma base de operações que ele havia procurado em vão na Flandres: o Ducado da Bretanha. Sem esperar pelo fim das tréguas, Eduardo III se envolveu totalmente neste caso da Bretanha. Isso lhe deu, a partir de 1345, os meios de um grande negócio contra o coração do reino da França, que as incertezas da situação política na Holanda não lhe permitiram passar cinco anos antes. O caso Flandres foi um erro num imbróglio, o da Bretanha foi uma posição estratégica tomada a favor de um imbróglio. Entre os dois, Édouard teve tempo para refletir.

A ideia de um desembarque em Flandres ainda não era inteiramente estranha ao rei da Inglaterra quando ele começou a organizar sua campanha de 1345. Claro, Brabant e Hainaut haviam abandonado a aliança inglesa, o imperador Luís da Baviera a renegou, os

príncipes alemães perderam o interesse por ela. Mas foi na própria Flandres que o jogo acabou: Artevelde foi perdendo terreno a cada dia. A prosperidade não havia retornado às cidades drapejadas com o retorno das lãs inglesas. A crise teve outras causas mais profundas. Mesmo que os negócios retomassem sua produção, as cortinas de Ypres e Ghent continuaram em declínio nos mercados ocidentais em frente às produções de Malines e Bruxelas. No entanto, o artesão médio dificilmente foi capaz de analisar as causas dessa mudança nas estruturas econômicas europeias. O que ele viu foi que, nessa rivalidade com Brabant, Flanders não ganhara nada seguindo Artevelde.

Eles evitaram o pior, mas isso é rapidamente esquecido. Por outro lado, a excomunhão lançada pelo Papa contra os flamengos perjuros - eles haviam jurado lealdade ao rei da França - continuava a perturbar a mente das pessoas. Ficamos nos perguntando, em todos os níveis da sociedade flamenga, como sair do mercado.

A idade de ouro prometida por Jacques Van Artevelde não voltou, exceto para ele, cujo luxo salpicou muita gente. As rivalidades do passado voltaram a surgir no condado. Rivalidades políticas, rivalidades econômicas. E o conde Luís de Nevers aproveitou para formar um partido nas pequenas cidades, onde rapidamente pudemos aproveitar as dificuldades econômicas dos grandes centros industriais.

Vendo isso, Artevelde deu o passo que o levou da rebelião ao crime. Ele renegou seu senhor, o conde de Flandres e, como se tivesse algum título sobre ele na lei feudal, ofereceu o condado ao príncipe Eduardo, filho mais velho de Eduardo III: um menino de quinze anos que logo comandaria os exércitos de seu pai e a quem a posteridade viria a conhecer como o "Príncipe Negro".

Eduardo III teve a imprudência de aceitar o que, no entanto, sabia ser um dos maiores crimes que a sociedade feudal conheceu, um crime, isto é, uma traição ao senhor por parte do vassalo que o homenageou e lealdade juramentada. Em julho de 1345, o rei da Inglaterra estava em Flandres. Ele teve que explorar a vantagem, sem mais demora.

Isso contava sem o horror dos homens medievais ao excesso. Foi demais. Quando Artevelde, em 17 de julho, retornou a Ghent após um encontro com o Plantagenêt, um motim o derrubou. Ao saber da morte de seu inabalável - mas excessivo - aliado, Eduardo percebeu que era melhor não contar com Flandres. Ele embarcou novamente.

Para buscar contato com um oponente que nunca deixou de se esquivar na Flandres, ele agora tinha a escolha entre a Bretanha e a Guiana. Em ambos os casos, foi um pouco longe para improvisar o desembarque de um exército forte. E essas duas guerras prometiam ser longas, feitas de lugares sitiados e mãos que ajudavam sem consequências reais em um emaranhado político difícil de desatar.

O conde de Derby e Gautier de Masny poderiam muito bem afundar no interior, ocupar Bergerac e Aiguillon, La Réole e Montpezat. Eles poderiam até levar Angoulême e se apresentar no caminho de volta para Blaye, enquanto Thomas Dagworth conquistava

castelos na Bretanha em nome do duque João IV. Eram guerras de desgaste e Eduardo III precisava acima de tudo - uma necessidade política, é claro - de uma vitória real em uma batalha real. Ele teve que resgatar em um flash os exércitos e as sacolas de estrel perdidos em Flandres e Brabant.

Na primavera de 1346, o duque Jean da Normandia - o futuro Jean le Bon - atacou o front Gascon com um exército de oito ou dez mil homens. Tínhamos acabado de perder Aiguillon, esta fortaleza que comandava a confluência do Garonne e do Lot. O duque Jean começou retomando Angoulême, depois mudou-se para Aiguillon, que se comprometeu a sitiar. O caso durou. Jean persistiu. Enquanto uma guarnição anglo-gascão boa e bem fortificada perdia semanas no exército do rei da França sem desferir um golpe e a baixo custo, Derby estava livre para se mover.

Cansada dos impostos reais, cansada também dos abusos de uma administração local particularmente gananciosa, a população em muitos casos se voltou para os gascões, esquecendo que eles pertenciam ao rei da Inglaterra. Os bispos passaram abertamente no campo de Eduardo III. Em Périgord, os próprios habitantes de Domme abriram as portas ao exército de Derby. Como um homem do Norte que não entende muito dos laços íntimos que por dois séculos uniram o que foi o Império dos Plantagenetas, Froissart relata as duras palavras dos soldados do duque Jean da Normandia:

Esses gascões são meio ingleses!

Eduardo III não ficou menos à vontade, que surpreendeu a todos ao desembarcar com um forte exército, em 12 de julho, em Saint-Vaast-la-Hougue, na costa oriental de Cotentin.

O principal motivo para tal escolha foi na própria Normandia: foi o apelo por ajuda lançado por um dos senhores mais poderosos e bem-dotados do oeste da Normandia, Geoffroy d'Harcourt. Isso encerrou uma longa série de disputas nas quais Harcourt e seus seguidores costumavam encontrar o rei da França contra eles do que favorecendo-os. Rival hereditário de Tancarville que orgulhosamente ostentava o título - vazio mas respeitado - de "camareiro da Normandia", Geoffroy d'Harcourt sofrera uma intervenção de Carlos IV quando, de armas nas mãos, pretendia resolver uma disputa final com um descendente de Tancarville que, com o consentimento do rei, acabara de vencer o peão em uma competição pela mão de uma rica herdeira normanda. Ainda se sentia perseguido quando o futuro Filipe VI, então conde do Maine, o condenou a pesada multa por ter simplesmente agredido um prelado, o que passou por pecadilho aos olhos de um barão um tanto brutal.

O desejo de lutar, somado ao de vingança, levou Geoffroy d'Harcourt a uma rebelião marcante. Ele havia reforçado a defesa de suas fortalezas, então, no início de 1343, ele tinha ido destruir os castelos de alguns dos fiéis do rei da França e ocupar o lugar de Carentan à força.

O Parlamento o condenou. Refugiou-se fora do reino, primeiro em Brabante, onde o duque João III ficou muito feliz em recebê-lo como antes recebera Robert d'Artois, depois na Inglaterra, onde o Plantagenêt naturalmente o fez comemorar. Sua propriedade foi confiscada. O que ele arriscava, doravante, trair um rei da França em quem via, com seus olhos de alto barão normando, apenas um aliado de seus adversários em um imbróglio de conflitos feudais? Não foi a traição de um francês, foi a recusa de um vassalo. Harcourt ofereceu sua homenagem a Eduardo III.

A peça central do sistema militar Harcourt era Saint-Sauveur-le-Vicomte: uma fortaleza inexpugnável, cuja guarnição Geoffroy acabara de dobrar e armada à força. O Parlamento poderia confiscar legalmente a propriedade do rebelde, ninguém realmente sonhava em conquistar seus castelos. No coração do Cotentin, Saint-Sauveur-le-Vicomte era a chave estratégica, e Harcourt a ofereceu a Eduardo III. Para se firmar no continente o mais próximo possível de seu oponente, não havia terreno mais seguro.

Filipe VI, é claro, não esperava os ingleses em Cotentin. Ouvimos dizer que Eduardo III estava pensando em tirar pessoalmente o chefe de seu exército da Guiana. Foi mesmo dito que a frota que saiu de Portsmouth só tinha sido desviada da rota de Bordéus por ventos contrários ...

Quanto ao rei da França, suas preocupações estavam em outro lugar. Ele se protegeu contra Flandres. Ele estava olhando para Aiguillon, onde seu filho Jean perdia mais tempo sitiando o lugar do que perdendo. Ele estava tentando neutralizar na Bretanha a ajuda do partido de Montfort, que as tréguas concluídas em 19 de janeiro de 1343 em Malestroit apenas tornaram raras. Quase não se importava com a costa da Normandia, e ninguém se preocupou em reforçar as fortalezas ali ou em dobrar as guarnições dos castelos reais. Quanto às cidades, na Normandia como em outros lugares, eles haviam perdido o hábito de pensar seriamente na defesa. Por toda parte, as velhas paredes estavam em péssimo estado, as portas tremiam, a guarda não estava mais segura. As cidades transbordaram de muros e foi um jogo chegar, através de bairros indefensáveis, aos pontos fracos dessas muralhas despedaçadas.

A ARTE DE EVITAR PARIS.

O passeio no Plantagenêt começou como uma caminhada. Dias pequenos, festas alegres. Levantamos no frio. Acampamos cedo, de preferência antes do meio-dia, para evitar o calor de julho. A comida foi encontrada em abundância entre os fiéis de Harcourt, e aqueles que poderiam ter pensado em se esvaziar antes que os ingleses fossem pegos de surpresa por este desembarque inesperado. A principal preocupação dos camareiros era encontrar

vinho suficiente e adequado, não sendo a vinha Cotentin conhecida pela sua qualidade. Dia após dia, encontramos o que era necessário.

Caminhe para alguns, desastre para outros. Os soldados se comportaram como em um país conquistado. Os habitantes ficaram horrorizados.

Eles nunca tiveram uma guerra, nem viram pessoas em armas. E assim vi gente matar sem piedade, casas ardor e roubo, país ardor e exílio.
Grande parte da burguesia rica (de Saint-Lô) foi capturada e enviada para a Inglaterra em busca de resgate. Grande abundância de gente comum estava, desde a primeira vinda, morta, e várias belas mulheres burguesas e suas filhas estupradas, o que era uma grande pena.

Mal Filipe VI montou um exército improvisado em torno de Paris que já sabíamos, depois da queda de Saint-Lô, o de Caen. Para defender a cidade, o rei despachou alguma ajuda, criada às pressas na Normandia e colocada sob as ordens do condestável Raoul de Brienne, conde de Eu.

Foi a primeira derrota da Guerra dos Cem Anos. Ansiosos por evitar um longo cerco, os defensores foram ao encontro dos ingleses, depois recuaram em desastre em direção à cidade, mesmo sem terem entrado em combate. A porta não podia ser fechada: franceses e ingleses cruzaram-se misturados, matando-se mutuamente na maior confusão. Para não serem entupidos de flechas por arqueiros desatentos às distinções sociais, o condestável e seus tenentes decidiram se render na hora de escolher o vencedor. Thomas da Holanda viu-se assim, sem o merecer realmente, dono de prémios bastante negociáveis: ao lado do condestável e do camareiro de Tancarville, havia uma boa parte do baronnage normando.

Caen ainda estava queimando quando Eduardo III retomou sua marcha para o leste. Louviers, que não era defensável, rendeu-se à misericórdia. Não querendo imobilizar seu pequeno exército tentando qualquer cerco, os ingleses contornaram cautelosamente cidades fortificadas e castelos capazes de resistência. Foi assim que Evreux e Mantes escaparam. Eduardo III não queria ocupar a Normandia, ele estava simplesmente olhando para cruzar o Sena depois de ter causado pânico.

Ele encontrou a ponte Vernon, depois a ponte Poissy cortada pelos franceses. Foi necessário, portanto, lançar uma ponte improvisada, que os carpinteiros construíram em poucos dias em Poissy. Durante esse tempo, Geoffroy d'Harcourt foi queimar Saint-Cloud.

E aí começou o incêndio, que fica a duas léguas muito curtas de Paris, para que o rei Filipe veja os excrementos.

Na comitiva de Valois, as pessoas tremiam pela capital. Nunca, desde o cerco dos normandos em 885, e apesar de tantos conflitos armados com os grandes senhores feudais vizinhos, com os normandos, com os angevinos, com os Champenois, nunca os capetianos perderam Paris.

A cidade estava indefensável. A câmara construída no final do XII século por Philippe Auguste tinha sido mal mantido, como tinha sido considerado normal, desde o reinado de St. Louis, a tranquilidade de Paris. Depois de um século e meio de crescimento, a cidade estava transbordando para todos os lados. Houve até distritos onde o recinto foi encerrado no novo tecido urbano. Entre o Louvre e a Porte Saint-Denis - esta última aproximadamente ao nível da actual rue Étienne-Marcel - já não podíamos sequer ver que a cidade era fortificada.

Os parisienses sabiam que eram vulneráveis e tiveram tempo de aprender como os ingleses trataram o povo de Saint-Lô e de Caen. Portanto, houve um grande alvoroço quando perceberam que o rei os estava deixando a sós. Alguns falavam em demolir o Petit-Pont ao sul de Notre-Dame, em outras palavras, em sacrificar a margem esquerda para salvar a cidade e a margem direita, a cidade dos negócios e da administração.

Eduardo III já havia se perdido em sua conquista muito rápida de Flandres. Ele não queria tomar Paris. Para uma caminhada praticamente cortada de suas bases, isso teria sido demais. Além disso, o Plantagenêt poderia se perguntar: o que isso tinha a ver com Paris?

Ele poderia alegar ser rei da França, mas sabia muito bem que os grandes vassalos da França estavam - ativos ou passivos - ao lado de Valois. Eles próprios não fizeram sua candidatura bem-sucedida em 1328?

Édouard também sabia que os reis da França não são coroados em Paris. No século seguinte, Henrique VI terá de se contentar com Notre-Dame de Paris, mas essa coroação pouco valerá em relação à do belo Delfim de Reims. Para Eduardo III, a coroação ainda é Reims. Tomar Paris seria certamente uma vitória e que repercussão! Mas quanto tempo e dinheiro isso custaria? E qual seria o futuro? Manter a cidade seria mais difícil do que entrar nela.

O rei da Inglaterra havia zombado apropriadamente de seu primo Valois. Ele havia enviado seus batedores a Boulogne e Bourg-la-Reine. Tendo semeado o terror, ele preferiu ir embora. Mais do que tomar uma cidade embaraçosa, foi útil para ele garantir uma cabeça de ponte mais dócil que Flandres e mais próxima dos portos ingleses do que o inconveniente Cotentin.

A ponte sobre o Sena foi reconstruída em Poissy em cinco dias. Eduardo III decidiu marchar para um dos portos do Norte, Boulogne ou Calais.

Filipe VI não o entendia assim. Até então, ele tinha se escondido. Na Flandres, ele se recusou a lutar. Na Normandia, ele deixou acontecer. Na travessia do Sena, ele se opôs apenas aos fracos contingentes das cidades da Picardia. Na verdade, os Valois viviam com medo da traição: traídos na Bretanha - pelo menos ele pensava assim - por Olivier de Clisson e na Normandia por Geoffroy d'Harcourt, sentindo ao seu redor toda a relutância

que resultava de seu mau advento. fundado, ele não sabia com quem realmente contar. Ninguém, sob tais condições, teria assumido qualquer risco.

Mas de repente as coisas mudam. Ao evitar Paris, Eduardo III mostrou que estava no limite de suas capacidades atuais, que não tinha na capital nenhuma daquelas cumplicidades que poderiam ter livrado a cidade. Por se dirigir agora a Ponthieu, o inglês admite ser menos forte do que temia o seu adversário.

Então Filipe VI se recuperou. Ele concentrou em Saint-Denis todas as forças à sua disposição. Uma marcha forçada, ele lança no inglês quebrado.

Este conhece seu exército em número inferior, e Eduardo III não é homem de cultivar a destreza vã. Ele força os passos. Na frente do inexpugnável Beauvais, ele se contenta em deixar alguns subúrbios queimarem. Ele demorou algumas horas à vista de Amiens, mas foi apenas para reagrupar suas tropas antes de cruzar o Somme, o último obstáculo na estrada para o Norte.

Os Picardos viram colunas de fumaça subindo em seus horizontes que traem o avanço inglês. Filipe VI não precisa convencê-los para que sejam cuidadosos. Quando, liderada por Warwick e Harcourt, a vanguarda do Plantagenêt quis cruzar a ponte Longpré, encontrou uma resistência quase desesperada.

Não importa: os ingleses estão tentando cruzar outras pontes. Duas, três vezes, é a mesma coisa em todos os lugares. A pequena tropa está exausta em assaltos sem lucro. O tempo está passando.

Em seguida, tentamos subir o rio, até Picquigny. Aqui, novamente, a resistência prevalece sobre uma leve vanguarda. Durante este tempo, Philippe VI alcançou Amiens.

Apoiado por Jean Chandos, Édouard faz uma tentativa para o oeste, queima Aumale, tenta tomar Abbeville. Ele renuncia apenas por entender a determinação do prefeito, Colart Le Ver, que faz saber que está pronto para apoiar um cerco. O cerco está travado: Édouard não tem tempo. Enquanto, perto de Oisemont, Chandos esmaga o pequeno exército criado em Vimeu pelo senhor de Boubers, o conde de Saint-Pol empurra para trás diante de Saint-Valery-sur-Somme os anglo-normandos de Geoffroy d'Harcourt.

Se alguém pensa que o rei da França tem a superioridade numérica, é óbvio que o tempo está trabalhando para ele. Os ingleses estão cansados. Eles sabiam que haviam sido contornados pela margem direita, onde as tropas de Godemar du Fay, meirinho de Vermandois, ou seja, de Saint-Quentin, bloquearam todas as pontes a jusante de Abbeville. Eles vêem, acima de tudo, o corpo principal do exército francês progredindo lentamente com base no triângulo traçado pelo Canal e pelo Somme. Na noite de 23 de agosto, Eduardo III ofereceu cem "nobres" - cem moedas de ouro - a quem revelaria um vau. O invasor está encurralado.

Toda a manobra do rei da França fracassará por causa de um pobre sujeito de Mons-en-Vimeu que os infortúnios da guerra há muito fazem prisioneiro do rei da Inglaterra.

Gobin Agache - este é o nome deste homem valente - não é um defensor particular de Plantagenêt. Mas ele foi pego e sabe muito bem que Philippe VI vai se preocupar em comprar um Gobin Agache. Um futuro brilhante como um prisioneiro sem resgate se abre diante dele. Mas ele conhece o lugar. Ele nasceu lá. Ele deixa as fileiras: ele conhece um vau, a meio caminho entre Abbeville e Saint-Valery.

Doze homens lá passariam lado a lado, ele promete. E isso duas vezes entre a noite e o dia. E antes só teria água até os joelhos.
Quando o fluxo do mar está chegando, ele transborda o rio tão alto que ninguém poderia passar por ele. Mas, quando esse fluxo, que vem duas vezes entre a noite e o dia, se recompõe, o rio fica ali, um lugar tão pequeno que se passa facilmente, a pé e a cavalo. Não podemos fazer isso em nenhum outro lugar, pois na ponte de Abbeville, que é uma cidade forte, grande e bem equipada com soldados.
E a propósito, monsenhor, a quem o chamo, há cascalho de brejo branco, forte e duro, que certamente se pode carregar. E pelo que não é chamado de Blanque Taque.

Gobin Agache conquistou sua liberdade, a de seus companheiros de cativeiro e uma centena de nobres de ouro.

À meia-noite, Edward III toca a trombeta. Nas primeiras horas do dia, o exército parte: cavaleiros, arqueiros, cavalos de carga, carruagens. Ao nascer do sol, eles estão na beira do vau, para ver que é a hora da maré alta. Eles têm que perder três horas lá. Godemar du Fay, a quem se reportava o movimento inglês, posicionou-se na saída do vau. Ele tem consigo os contingentes de várias cidades vizinhas, Abbeville, Saint-Riquier, Montreuil-sur-Mer, Le Crotoy. Tantos sargentos que lutarão por horas, sem impedir os ingleses de se firmarem na margem direita; eles farão muita falta para Philippe VI dois dias depois, no campo de batalha de Crécy.

Na manhã de 24 de agosto, o rei da França chegou a Oisemont. Algumas horas antes, os ingleses ainda estavam lá, carregando suas carroças. Philippe VI perdeu sua manobra. Pouco, claro, mas completamente.

Enquanto os franceses - que tinham pontes - iam ficar em Abbeville, os ingleses exploraram sua vitória tática sem esquecer o objetivo principal de sua fuga para o Norte: sair da situação depois. tendo insultado o oponente. Ele envia Warwick e um corpo de cavalaria para Le Crotoy. A cidade está em chamas. Os navios que estavam no porto são levados; as provisões que estavam a bordo melhorarão muito oportunamente o ordinário do exército inglês.

CRÉCY.

25 de agosto é uma sexta-feira. Eduardo III retomou sua jornada e cruzou a floresta de Crécy, enquanto uma pequena tropa devastava o campo até os portões de Abbeville. Chegado a Crécy, o rei da Inglaterra interrompe seu exército e confere com seus marechais. A posição é favorável; como agora há poucas chances de escapar da perseguição francesa, podemos muito bem esperar aqui. Na época das vésperas, Philippe VI aprende com seus batedores Saint-Venant e Montmorency que, se ele quiser, a batalha é para o dia seguinte. Ele não se importa onde é o lugar: ele é o mais forte.

Na sexta-feira à noite, há uma grande festa em ambos os campos. Não porque seja Saint-Louis, mas porque é a véspera da batalha. Ação psicológica, se houver, essa celebração que será para muitos a última. A batalha não é qualquer luta, um confronto mais ou menos improvisado. A batalha é uma liturgia desta religião que é a cavalaria. É a intervenção de Deus nos assuntos dos homens, como em níveis menores de provação, o julgamento de Deus que é expresso pela provação física. Requer que todos estejam preparados para isso, diante de Deus e dos homens. E o príncipe deve mostrar aí as qualidades que tornam o "bom príncipe, no sentido que o termo terá quando for aplicado a D. João II: a generosidade, a generosidade, o tratamento digno de quem serve e exporá sua vida em serviço.

Eduardo III está encurralado nesta luta da qual se esquivou como o rei da França, há não muito tempo, se esquivou em Flandres e Hainaut. Mas não é apropriado que os barões ingleses se sintam antecipadamente em estado de inferioridade. A festa ilumina o acampamento inglês com a esperança de uma vitória, por mais improvável que seja.

Filipe VI acaba de deixar o inimigo queimar a Normandia e a Picardia impunemente. Mas seus barões devem acreditar que têm iniciativa e que buscam uma luta justa.

Em ambos os lados, comemoramos a vitória com antecedência para nos certificarmos melhor. Cada um dos combatentes deve saber que está lutando porque está dentro de seus direitos. Deus está com ele.

E aqui estamos nós na manhã de sábado, 26 de agosto. Mal é ouvida a missa, Filipe VI está na sela. Nem o menor plano de batalha. Vamos ao inglês.

Este último é, de fato, menos orgulhoso de si mesmo. Ele dividiu cuidadosamente suas tropas em três "batalhas", três corpos de exército, que ele estabeleceu em posições detectadas no dia anterior. Um, ao redor do rei, servirá como reserva geral, os outros iniciarão a manobra. O rei da Inglaterra é dono do campo, é realmente sua única vantagem. Enquanto o rei da França cavalga em direção a Crécy, Édouard aumenta o moral de suas tropas: ele as revisa, conversa com um, ri com o outro.

O sol agora está alto no horizonte. Ainda não podemos ouvir o francês. O rei da Inglaterra evitou o nervosismo, rompeu fileiras, concedeu uma hora de relaxamento.

Ele se retirou para a batalha e ordenou que todo o seu povo comesse à vontade e bebesse. Assim foi feito como ele ordenou. E comia e bebia à vontade. E então enrolaram potes, barris e suprimentos em suas carruagens e voltaram para suas batalhas, conforme ordenado pelos marechais.
E se sentaram no chão, suas bacias e seus arcos à sua frente, descansando-os, para estarem cada vez mais frescos quando o inimigo chegasse.

No calor crescente, os franceses, porém, cavalgam sem poupar. Tendo saído como batedores, quatro cavaleiros fazem seu relatório: os ingleses estão esperando. Desta vez, eles não escaparão.

Os batedores estão lúcidos: os ingleses estão frescos e prontos. Ao rei que os pressionou, deram a sua opinião: que reagrupemos o exército, que constituamos "batalhas" e que tenhamos tempo para escolher uma tática. Com tudo isso, o dia passará rápido. Portanto, deixe o acampamento ser montado, e o exército de Valois estará tão fresco pela manhã quanto o de Plantageneta. Além disso, teremos todo o dia no dia seguinte para explorar a vitória.

O conselho é sábio. O rei dá a ordem de parar o movimento do exército. Um dos marechais ganha a vanguarda. Os grupos dirigentes param. Os ingleses ainda não estão à vista, e uma escala é bem-vinda neste dia quente.

O outro marechal tem menos sucesso com os homens que seguem a rota do rei. Nessas segundas linhas, nada entendemos sobre uma manobra que, aliás, não é. Enquanto, talvez, as primeiras fileiras estejam em contato com o inimigo, a ideia de parar na retaguarda parece vergonhosa para esses bons cavaleiros. O marechal e seus tenentes clamam:

Pare, banners! Do rei. Em nome de Deus e de Monsenhor Saint Denis 1

É em vão que choram. Os estandartes dos cavaleiros se recusam a parar. Marcha em ajuda do rei, em perigo na frente, é um dever mais imperativo do que obedecer. O cavalheirismo tornou sagrada a noção de honra, uma honra da qual todos são juízes. Não o da disciplina.

O corpo principal da tropa está agora atrás da vanguarda, que pensa querer ultrapassá-la. Aqui está todo o exército em marcha, enquanto os marechais desistem e o rei pergunta quem está no comando.

Cada um quer ultrapassar o outro para não perder a sua parte na honra da batalha. Na pressa, de repente percebemos que o inglês está lá, na frente. O inglês que acaba de voltar ao seu cavalo e retomou nas fileiras a ordem perfeita das três "batalhas". E os franceses percebem que estão simplesmente em bom estado de funcionamento - ou melhor, em desordem - e que nada foi planejado em termos de tática.

Alguns acham que é tarde demais para pensar a respeito e seguir em frente. Outros acham que finalmente é hora de lutar. Alguns pensam em se organizar antes do ataque, marcar tempo, até recuar, empurrando quem os segue. Como antes na floresta, esse

declínio é mal interpretado pela segunda linha. Acreditamos no primeiro em combate, e sua retirada é vista como um sinal de derrota. Portanto, aqueles que não viram nada, mas pensam que certamente precisamos que eles sigam seu correio o melhor que puderem.

Agora é muito tarde para adiar a batalha de Crécy para o dia seguinte. E Philippe de Valois, que tem a vantagem de números, mas não o gênio da organização, se vê levado à luta que tanto buscou, enquanto o grosso de seu exército ainda se estende ao longo do caminho para «Abbeville em Crécy. Os franceses estão cansados. Cada um é deixado por sua própria iniciativa.

Os ingleses estão em posição e tiveram tempo para entender o terreno. A batalha do Príncipe Negro é implantada, os arqueiros na primeira fila, seus grandes arcos erguidos em direção ao céu ao longo das sebes. Os homens de armas montados, as companhias de lanceiros galeses, a cavalaria leve dos *hobelars* estão atrás, prontos para atacar. A batalha dos Condes de Northampton e Arundel está ainda mais distante, esperando para assumir após o primeiro ataque. O rei fica de lado. Não é para ele se envolver.

Para responder às flechas inglesas, Philippe VI confia nas "setas" de besta, aquelas características terríveis com unidades de cauda metálica cujos limites táticos vimos durante a Batalha da Fechadura. Ao ver os arqueiros ingleses prontos para atirar, deu a ordem de colocar os besteiros genoveses contratados a alto preço na primeira fila.

Existe um "mas": os genoveses estão cansados. Eles caminharam seis léguas no calor. Desde a manhã, eles carregam sua besta. Isso é o suficiente por um dia, e eles dizem isso sem rodeios. O conde de Alençon, irmão do rei, tem o prazer de constatar que não foram pagos à toa:

Tínhamos que cuidar desse desgraçado, que falta na hora de maior necessidade!

Uma grande revoada de corvos, que passa pela frente do exército, não adianta: o presságio é ruim. Muitos franceses agora estão com medo.

Enquanto Filipe VI e seu exército perdiam tempo sem organizar o ataque, desabou a tempestade que já vinha crescendo há algum tempo nessa noite sufocante de agosto. Francês e inglês estão encharcados. Pelo menos o ar é revigorado. Mas o rei da França não entendia que a hora estava virando a favor de seu adversário e que seria melhor adiar o caso para o dia seguinte. Enfrentando o sol poente que cega seus homens, ele finalmente ordena o ataque.

O ar começou a clarear e o sol a brilhar lindo e claro. Portanto, os franceses acertaram em cheio, e os ingleses por trás.

Os genoveses são determinados. Para assustar os ingleses, eles começam a soltar gritos terríveis. Seria preciso muito mais para mover os arqueiros ingleses que dão um passo à frente, ajoelham-se no chão e fazem chover sobre os genoveses uma tal rajada de flechas

que, dirão as testemunhas, "parecia neve". Com isso, as bombas inglesas começam a trovejar.

Eduardo III levou algumas armas - três, talvez - adequadas para romper as paredes de cidades ou fortalezas sitiadas, certamente não para alimentar uma batalha. Ao custo de um tiro por inimigo morto, a vitória seria cara. Mas a campanha está chegando ao fim e os ingleses se ressentem da ideia de fazer um cerco. Portanto, ainda não tivemos a oportunidade de usar esta artilharia. Eduardo III decide fazer o experimento.

As poucas balas disparadas no julgamento dificilmente podem mudar o destino das armas. Tão antigas quanto a guerra, balistas com mola e catapultas de alavanca faziam o mesmo. Projéteis da nova artilharia - uma libra de ferro fundido, dez a doze centímetros de diâmetro - derrubam um homem e sua montaria; eles não empurram uma tropa.

Mas existe o barulho, a chama. Existe, acima de tudo, a novidade. Não é preciso mais para causar pânico. Os besteiros genoveses são as primeiras vítimas.

Eles não tiveram tempo nem oportunidade para atirar. A chuva esticou ao máximo as cordas de suas bestas, que eles não tiveram a ideia de proteger, talvez porque a tempestade os fizesse pensar que a luta era para o dia seguinte. Se quiséssemos que os braços recuperassem a elasticidade, as cordas teriam que secar. Philippe VI nem mesmo é informado do assunto. Os ingleses tiveram tempo de tomar precauções. Sem dúvida estão mais acostumados com a chuva. Seus arcos estão secos, prontos para disparar.

Com raiva em seus corações, os genoveses perceberam que não podiam dobrar suas bestas; não é preciso mais para encorajá-los a fugir. Plantando suas armas pesadas e inutilizáveis lá, eles se viram e procuram uma saída.

Philippe VI, neste momento, sente-se traído. Aos cavaleiros que o cercam e que formam uma parede atrás dos besteiros enquanto espera que eles abram a luta, ele ordena que os traidores sejam feitos em pedaços. Como os genoveses são inúteis, pelo menos não atrapalham o caminho ...

João do Luxemburgo, Rei da Boémia, fica de lado: cego, foi levado ao campo de batalha com a intenção de lutar, mas só vai realmente participar nos últimos confrontos. O caso genovês é relatado a ele. "Começo ruim", disse ele. O massacre dos besteiros dá aos aliados do rei da França uma péssima ideia dele.

Diante dos arqueiros ingleses, agora existe apenas a cavalaria francesa. Os peitorais e as bacias fornecem proteção insuficiente contra flechas, e suas armas não são úteis para ela até que esteja em combate corpo-a-corpo.

A CHEVALERIE DO REI DA FRANÇA.

Esses cavaleiros que estão se preparando para atacar como seus ancestrais fizeram em Mansourah e seus pais em Kortrijk ou Mons-en-Pévèle, como exatamente eles se parecem? Do cruzado e do lutador de Bouvines, conservam ainda a aparência geral: a de um cavaleiro pesado, firmemente apoiado nos estribos de que se apóia quando de repente tem de projetar, na ponta da lança, toda a sua força. frente. Pesa no seu armamento e, em primeiro lugar, nesta lança - tem bem três metros de comprimento - de madeira dura e passada a ferro, presa sob o cotovelo direito enquanto aguarda o choque terrível que, segundo a habilidade do Qualquer um vai mandar o alvo para o solo ou o atacante para o ar. No torneio, onde as fileiras se cruzam a cada assalto, a lança é de bom uso e os valetes cuidam de outra se a primeira quebrar. Em combate, onde o corpo a corpo segue o assalto, a lança dificilmente é usada uma vez: é melhor se livrar dela o mais rápido possível e desembainhar a espada.

Esta espada não é menos pesada, com sua lâmina espessa de dois gumes, do que uma corrente segura se o cabo girar na mão. É longo o suficiente para o combate a cavalo, quando o tempo da lança tiver passado. É muito útil para esgrima a pé, quando o cavaleiro caído pode se levantar. Muitos cavaleiros, e não menos importante, devem sua salvação e às vezes vitória às suas bobinas. Mas não é indigno de um combatente de boa raça manejar armas menos carregadas de símbolos do que a grande espada. São necessários músculos de ferro para girar a maça, aquela bola pesada eriçada de espinhos, que se articula no final de uma corrente curta. Quanto ao machado, será, nos últimos momentos da batalha de Poitiers, a arma do rei John.

Pesado com seu arsenal ofensivo, o piloto não está menos envolvido na armadura que deve protegê-lo da morte prematura. Porque o ideal do cavaleiro é tomar seu adversário como resgate, não matá-lo como os camponeses fazem. A moralidade cavalheiresca é severa para os rudes dos comerciantes flamengos que fizeram de Kortrijk, em 1302, o primeiro de uma longa série de açougueiros atrozes; no ano seguinte, foi devolvido a eles, bem como em 1328 em Cassel. Matamos pedestres, sargentos e costureiros, arqueiros e besteiros, todas pessoas que nada realmente diferenciam do vilão que empunha o porrete ou a faca. Não se mata o cavaleiro ou o escudeiro desarmado; é mesmo um jogo justo honrá-lo e tratá-lo com generosidade: só o vendemos por isso, mais caro ao seu povo.

É aí, nesta armadura defensiva, sempre muito pesada e nunca suficientemente segura, que a silhueta do cavaleiro mais mudou desde o tempo das cruzadas. Mesmo que ainda apareça nas efígies equestres das focas, o grande elmo cilíndrico que circundava a cabeça e obstruía a visão dificilmente é usado em combate. A maioria dos combatentes a cavalo fez um capacete leve, o berço. Uma viseira às vezes se articula nas têmporas; é tirado de momentos de perigo.

O escudo agora é um escudo leve, um pequeno triângulo que costuma ser usado pendurado no pescoço, mantendo assim o uso da mão esquerda para guiar o cavalo. O grande escudo do XI século, a de companheiros William, o Conquistador, que ainda mostra a tapeçaria de Bayeux, a função era receber dardos, lanças estes luz moda antiga jogado em desesperada para se recuperar. Esses dias acabaram, e a lança pesada mata como um carneiro, não uma flecha. O escudo é então totalmente inútil: receber um choque de duzentas libras a galope no escudo ou no peito cheio não muda muito: o cavaleiro se encontra no chão, atordoado. Na melhor das hipóteses, podemos desviar um golpe ruim ... Quanto às flechas, que o escudo receberia com vantagem, voam rápido demais, e é inútil tentar desviá-las.

Contra a flecha ou o dardo, contra a espada ou a faca, está a armadura. Mas essa armadura é o que faz a fortuna de todos. A armadura do barão rico faz sonhar o modesto escudeiro, frequentemente mais bem armado para cortar do que para se proteger. A simples cota de malha, aquela longa vestimenta de arame flexível que protegia contra o fio das lâminas, não as pontas, parecia agora insuficiente. É reforçado com placas rígidas, próprias para desviar os golpes, se não pará-los. Dificilmente existe uma capa de ferro que não proteja o peito, os braços e as pernas desta forma com uma casca dura. São placas de ferro, de couro fervido, de chifre, finamente articuladas ou simplesmente costuradas nas malhas, segundo a técnica própria ou a inspiração do artesão ou do próprio homem de armas. Os ricos têm jogos "planos" que usam diretamente na cota de malha. Os menos abastados se contentam em encher de lã, algodão ou couro as partes do corpo onde dói o golpe, mesmo quando não dói. Essa armadura não protege contra um grande golpe com uma lança, pode evitar a morte do casco ou ter membros quebrados com uma enxada.

O cavalo conhece suas últimas lutas na Idade Média. Sabemos que um cavalo não está bem protegido, exceto no torneio, onde normalmente nenhum fabricante de facas vem serrar seus tendões. E entenderemos que a antiquada carga de cavalaria se tornou uma carnificina inútil como prelúdio para o combate real, aquele que decide a vitória. Algumas "placas" de ferro, chifre ou couro ainda protegem o peito ou as articulações; será abandonado rapidamente e o cavalo será mantido longe da cerca. Será um meio de comando, observação, reconhecimento. Acima de tudo, será o auxiliar essencial em qualquer manobra. Sem um cavalo, sem surpresas, sem movimentos de conversão, sem estradas cortadas e pontes movimentadas. Mas vamos lutar a pé. A lança vai juntar-se, na panóplia de torneios, aos grandes brasões e aos longos brasões.

Nesse ínterim, Crécy é o triunfo dos costureiros, cortadores de jarretes, arqueiros emboscados nos matagais, lanças estendidas pelos caminhos como na curva das sebes. O machado e a clava prevalecem sobre a lança e a espada longa.

Eduardo III não é uma tarefa. Seu comportamento pessoal será sempre irrepreensível no que diz respeito à ética cavalheiresca. Mas lá, ele não tem escolha de meios. Contra ele,

ele tem números; para ele, o truque. Ele jogará a seu favor o sol poente, os campos cortados por sebes, as flechas que atrasam o corpo a corpo. Ele não pode se dar ao luxo de uma luta segundo as regras, embora esteja pronto para isso. As guerras escocesas, travadas contra montanhistas severos, ignorantes da arte sutil de torneios, ensinaram a Eduardo III e seus homens flexibilidade tática e a arte de adaptação.

E então, se Filipe VI não é um tolo, ele é um bravache, e muitos daqueles ao seu redor são piores do que ele.

Seu ideal é aquele que ainda será definido, meio século depois, em suas Cem Baladas, por quatro cavaleiros de alta linhagem que não são destituídos de mérito literário. Você tem que estar na vanguarda antes da luta, na retaguarda depois, como você tem que estar no topo das cortinas das cidades sitiadas.

Se você segura os campos, tome cuidado
Para ir com os da vanguarda,
Porque é o mais aventureiro.
Podemos honrar isso conquistar
Mais do que em qualquer outro lugar.

O bom cavaleiro é aquele que multiplica combates singulares no meio do corpo a corpo; a ideia de uma estratégia abrangente raramente toca a superfície. Ele também é o último a colocar a espada de volta na bainha. Em Poitiers, Jean le Bon merecerá seu nome.

O DESASTRE.

Voltemos a Crécy, onde o assalto foi dado no final da tarde de sábado, 26 de agosto de 1346. À ponta da espada, os franceses tinham a vantagem numérica, mas muito poucos conseguiram cruzar as barreiras de 'arqueiros para enfrentar o ferro com a cavalaria inglesa.

Eduardo III estabeleceu seu observatório no outeiro de um moinho. É a partir daí que ele vê o milagre se realizar: mesmo sem se comprometer totalmente, ele é o vencedor. Um escudeiro carrega o berço do rei, pronto para entregá-lo a seu mestre se for necessário cobrar; Édouard será o vencedor mesmo sem o estilizar. Qual é o ponto de cobrança? De cú acima, a flor da cavalaria francesa desmorona ao longo das sebes.

É verdade que tamanha classe de armas e tão nobre cavalheirismo, e tamanha abundância que o rei da França tinha ali, produziram muito poucos grandes feitos de armas, pois a batalha começou tarde, e também os cansados franceses e trabalhou, como eles vieram.

No crepúsculo, os arqueiros atiram à vista. Com o passar do tempo, os lutadores não mais distinguem seus amigos de seus inimigos. Os cavalos estripados amontoam-se na depressão das estradas.

Os franceses estão exaustos, "trabalhados". Mas a honra exige isso: nós nos permitimos ser massacrados em vez de renunciar. No mínimo, vendemos nossa pele caro. Jean l'Aveugle foi conduzido para a primeira fila. Na escuridão duplamente densa para ele, ele dá golpes imensos com a espada. É hora de feitos desnecessários.

Os ingleses têm compostura para não arriscar a noite em uma campanha da qual pouco conhecem. Em fileiras estreitas, eles sofrem o assalto. Todos os riscos são para o atacante, para esses franceses que atacam às cegas e se perdem de vista.

Alguns já atribuem honra cavalheiresca ao interesse político. Ninguém sabe o paradeiro de Carlos de Luxemburgo, filho do Rei João, o Cego da Boêmia: aquele que está se tornando imperador Carlos IV simplesmente escolheu o caminho da aposentadoria. Não arriscamos a coroa do Santo Império nas estradas submersas da Picardia.

Ao mesmo tempo, Jean de Hainaut dá ao rei da França uma opinião igualmente realista: não há mais nada a ganhar, há tudo a perder. O centro está afundado, a ala esquerda não existe mais. Na ala direita, o rei da França não tem escolha.

Por um momento, pensamos que a batalha finalmente começaria de acordo com as regras. Um corpo de cavalaria francês cruzou o bloqueio. A arma de esfaqueamento retomou seus direitos. Vimos o futuro Príncipe Negro ameaçado. Northampton e Arundel chegaram a tempo de liberá-lo. A comitiva do príncipe preocupou-se o suficiente para enviar um mensageiro, Thomas de Norwich, ao rei. Mas Edward III não piscou:

- Sir Thomas, meu filho está morto, ou chocado, ou tão ferido que não consegue se conter?

- Não, monsenhor, se agrada a Deus. Mas ele é duro com os braços. Portanto, teríamos um bom trabalho de sua ajuda.

- Sir Thomas, agora volte para ele e para aqueles que o enviaram, e diga-lhes por mim que eles não me enviam se você pedir sua aventura, enquanto meu filho estiver vivo. E diga a eles que eu digo a eles para deixarem a criança ganhar suas esporas.

O noivado não durou muito, os arqueiros fazendo um trabalho melhor do que o cavalheirismo. O porta-estandarte do rei da França, Mile de Noyers, conseguiu entrar na luta. Apesar do desejo que tinha, Filipe VI nem chegou lá.

Em tal luta, fazer prisioneiros seria pura loucura. Os ingleses têm ordens sobre este assunto. Quando você está tão longe de seu básico e tem números contra você, não se sobrecarrega. Além disso, os ingleses estão unidos. Ir socorrer um ferido de couraça seria expor-se a tiros que, depois do pôr-do-sol, fazem pouca diferença entre um e outro.

Compreendendo que não conseguirá mais, nesta escuridão, dar ordem alguma, Filipe VI decide abandonar a luta, deixando em turbulência aqueles que nenhum sinal atrairá mais.

Alguns barões estão ao seu redor: Hainaut, Montmorency, Beaujeu. Eles serão a miserável escolta de um rei que agora cavalga em frente, enquanto seus fiéis estão morrendo, e que vem bater na ponte levadiça do castelo de Labroye.

O senhor sabe que, em relação a Crécy, as coisas vão mal. Ele viu fugitivos passarem. Ele não está dormindo. Responsável por guardar o forte, não por ir para o campo, ele mesmo assim viu a emoção da batalha à distância. Quando ele ouve a voz do rei, ele entende tudo. A ponte é baixada, a grade é levantada. Para o rei e seus companheiros, o bravo homem oferece uma taça de vinho, oferece novos cavalos, fornece um guia seguro. Porque somos muito próximos dos ingleses para ficar em Labroye.

Na noite escura, ladeado por no máximo cinquenta homens, o rei da França galopa em direção a Amiens. Ao amanhecer, a tropa está em frente à abadia de Gard, um mosteiro da ordem de Cister. Estamos a três léguas de Amiens. É hora de parar. Filipe VI ainda gostaria de saber como, em Crécy, o caso acabou.

O que ele descobre, ao longo deste triste domingo, quando, no auge do escárnio, o conde Amédée de Sabóia - aquele que chamaremos de Conde Verde - e suas mil lanças finalmente se juntam a seu aliado, o rei da França, é o nome de algumas centenas de mortos encontrados pela manhã em frente ao bosque de Crécy. Há o duque Raoul de Lorraine e o conde de Flanders Louis de Nevers. São Jean d'Auxerre, Louis de Sancerre, Jean d'Harcourt, Louis de Blois e tantos outros. Os fiéis do conde de Luxemburgo, rei da Boêmia, foram encontrados formando uma muralha macabra ao redor do corpo de João, o Cego. No final do dia, chega finalmente a notícia do que não ousávamos acreditar: Carlos, conde de Alençon e de Perche, irmão do próprio rei da França, também morreram no desastre.

Em vista desse massacre, os ingleses deixaram no solo apenas alguns cavaleiros e algumas dezenas de arqueiros.

Filipe VI até perdeu o estandarte, ou melhor, a cópia cuidadosamente bordada para a ocasião, o original felizmente permanecendo em Saint-Denis. Trazido há muito tempo por um anjo, o estandarte é o sinal da missão divina do rei. É contra os infiéis que é implantado, para lutar contra os perjuros. Philippe de Valois não hesitou em fazê-lo flutuar na luta contra o seu primo, o rei vassalo da Santa Sé. Ele é punido.

O bode expiatório é encontrado rapidamente. Ele suportará o peso das responsabilidades: é Godemar du Fay, o oficial de justiça que não conseguiu manter o inglês na margem esquerda do Somme. Derrotado pela própria impaciência, pelo cansaço de suas tropas, pela tempestade e pela noite, Filipe VI prefere ser vencido pela traição. É óbvio que Godemar du Fay traiu. Tudo está explicado.

Godemar está prestes a ser enforcado quando os parentes do rei afirmam que todo o exército real não se saiu melhor na véspera do que o meirinho de Vermandois. Este está salvo: será o senescal de Beaucaire.

Nessa época, os arautos das armas têm muito a ver com Crécy. As do Rei da Inglaterra começam neste domingo a identificar as armas pintadas na armadura dos mortos e a ditar a lista de vítimas. Há poucos ingleses mortos, mas eles devem ser encontrados entre a massa de franceses que nada pode distinguir à primeira vista. Na lista dos arautos ingleses, os inimigos do dia anterior estarão confusos. Já os arautos das armas do rei da França vêm às segundas-feiras, mas sua principal missão é negociar uma trégua: os mortos devem ser enterrados. Todos concordam em suspender as hostilidades por três dias.

CALAIS.

Depois de perder quatro meses ali, Jean de Normandie acabava de levantar o cerco de Aiguillon. Naquele dia, ele foi confinado na Abadia de Moissac. Ele pegou a estrada para Paris em poucos dias; a notícia da derrota paterna chegou até ele enquanto cruzava o Limousin. Ajudando alguns ressentimentos políticos, o futuro João, o Bom, iria julgar com severidade a pequena fuga cavalheiresca do rei Filipe.

Nos calcanhares do duque da Normandia, os ingleses e os gascões avançaram. Derby e Albret conquistaram o castelo de Taillebourg, cujas cortinas altas haviam testemunhado a vitória de São Luís sobre Henrique III. Eles devastaram Saintonge, entraram sem lutar em Saint-Jean-d'Angély, desistiram de sitiar Niort, tomaram Poitiers e se mantiveram contentes.

Eduardo III, no entanto, retomou sua jornada para o norte. A vitória dificilmente mudou seu plano. Claro, ele zombou do rei da França com impunidade. Mas daí para cingir a coroa das flores-de-lis ...

Ele logo estava na frente de Calais. De passagem, ele devastou os arredores de Montreuil, incendiou Etaples, saqueou a região de Boulogne. Antes de Calais, havia uma escolha a fazer: reembarcar sem correr o risco de ser apanhado na vitória, ou garantir uma cabeça de ponte. Edouard não estava mais sujeito à ameaça imediata que pairava sobre sua cavalgada até Crécy. Ele pensava que estava levando Calais como fizera com Caen: sem danos e em pouco tempo. Além disso, o risco de uma surpresa, que até então o dissuadira de um verdadeiro cerco, acabava de desaparecer. Se necessário, poderíamos levantar o cerco de Calais e reembarcar. Além disso, não havia necessidade de matar pessoas em um ataque: o exército inglês não era grande o suficiente. Um bom cerco seria o suficiente para fazer a cidade ceder.

Eduardo estabeleceu seu acampamento ao redor do recinto e se protegeu na retaguarda por uma nova vala. Então esperamos. Todos tinham sua própria cabana de madeira, que também tinha sua cabana de vassouras. O rei realizou sua corte em um "hotel" de tábuas

e toras. No final de outubro, a Rainha Philippa de Hainaut juntou-se a ele. Eles deram festas.

Uma cidade foi assim organizada em torno da cidade real, com seus mercados, seus lugares públicos, seu açougue. Foi montado um porto, por onde chegavam as ajudas e os mantimentos, quando as galés genovesas que navegavam no estreito não embarcaram nas barcaças inglesas.

De vez em quando, lançávamos um passeio pela Picardia, tanto para esticar as pernas como para melhorar o normal. Guines queimado um dia, Marck outro. O tempo foi marcado por passagens episódicas de armas com as tropas francesas. Vitórias de um dia, sem amanhã, seja quem for o vencedor.

Os cidadãos de Calais pensaram, na queda, que suas paredes os protegeria do ataque. Quando viram que o Plantageneta contava com tempo para fazer seu trabalho, fizeram os preparativos: algumas centenas de bocas inúteis foram expulsas. "Pobres pessoas", dizem os cronistas. Habitantes modestos, o que a solidariedade burguesa não protegeu? Forasteiros, refugiados ou mendigos? É difícil saber. Ainda assim, Eduardo III deu a si mesmo as luvas para receber esses desgraçados com caridade ostensiva. Eles receberam comida e bebida, foram carregados com três barras de prata cada um e foi mostrado o caminho de partida. Admirador do valente Eduardo III, o cronista Liège Jean Le Bel observa que foi "grande bondade", ou seja, o ato de um verdadeiro nobre. Acima de tudo, o inglês acabava de mostrar, para que se repetisse, que se sentia à vontade na sua posição de sitiante. Os cidadãos de Calais não podiam contar com o cansaço.

Esperavam algumas semanas: a ajuda viria do rei da França. Infelizmente, ele não sabia para onde se virar. Ele foi desprezado em Poitou, onde os ingleses queimaram suas cidades e aldeias para ele, massacraram sua burguesia e estupraram sua burguesia, evidentemente preocupando-se com seu direito soberano como se fosse uma coisa ruim. Ele estava na Picardia, onde o sitiante mostrou que não temia nada. Finalmente, ele estava em Paris, onde os Estados Gerais desferiram violentos golpes contra a autoridade real e barganharam amargamente os meios de recuperação.

Nesta primavera de 1347 quando as posições pareciam congeladas diante de Calais, ninguém conseguia adivinhar o que seria esta cidade, durante dois séculos, no sistema político e econômico da Inglaterra. Para os Valois, o cerco de Calais foi pouco mais do que mais um fracasso, um fracasso inevitável, como havia sido a perda de Aiguillon e o desastre de Caen. Nada mais. Eduardo III queria reembarcar em Calais. Qual foi a utilidade de prevenir isso?

A determinação da burguesia fez de Calais mais do que uma mercadoria inglesa. Calais tornou-se uma estaca, depois um símbolo.

Falar de resistência nacional seria, entretanto, prematuro. Os burgueses não pretendiam resistir ao estrangeiro, temiam o destino normalmente reservado pelos

soldados em uma cidade capturada. Saque, incêndio criminoso, estupro eram destinos normais. Na época em que Calais enfrentou Eduardo III e Bethune resistiu ao ataque dos flamengos, as aldeias que estavam queimando em Artois estavam dando má publicidade aos ingleses.

Esse vento de terror fez as paredes da cidade crescerem como cogumelos. Poitou e Artois pagaram o preço pelo experimento; as outras regiões aprenderam as lições. Não foi em vão gastar com uma parede sólida e uma porta bem fechada. Subimos as cortinas, fechamos as brechas, reforçamos as folhas. O rei não queria que essa parte do financiamento da guerra caísse sobre o tesouro real; ele concordou facilmente que o custo da "firmeza deve por muito tempo ocupar o seu lugar na linha de frente dos orçamentos municipais".

Como a segurança é assunto de todos, esforços foram feitos para garantir que a despesa também fosse. O rei forçou os clérigos mais relutantes, o Parlamento demitiu aqueles que preferiram implorar em vez de pagar. Em Reims, Troyes, Dijon, o clero teve que se encarregar de uma boa parte da "firmeza".

Algumas cidades administraram até agora apenas pequenos orçamentos. A cobrança do cerco repentinamente deu outra dimensão às finanças municipais. Construção, conserto, ampliação, manutenção, tudo isso em um nível financeiro diferente do salário do escrivão ou de alguns sargentos. Não podíamos mais gerenciar o orçamento à primeira vista. Destes anos 1347-1348 datam em muitas cidades a manutenção das primeiras contas urbanas, o que exigia a nova importância das somas que deviam ser dadas ao rei e ao contribuinte.

O tempo passou e a fúria do Plantageneta aumentou. Ela estava no auge quando os planos de casamento que ele tinha feito para a filha ruíram. De fato, Édouard tinha voltado seus olhos para o jovem Louis de Male, que a morte de seu pai, Louis de Nevers, em Crécy, passou a contar com Flandres. Matar o pai, desde que estava em luta justa, e levar o filho para filho fez nada que pudesse prejudicar um príncipe da XIV século, acostumados a ver casamentos fortalecer alianças através do qual acabamento todas as guerras iniciados com 'outras alianças. O fim da guerra da Guiana, cinquenta anos antes, não tornara duas princesas capetianas duas rainhas da Inglaterra?

Louis de Male não queria a inglesa. Ele se recusou a aceitar a combinação. Os municípios da Flandres comprometeram-se a casar com ele contra a sua vontade. Mas Louis queria realmente reinar; para reinar sobre o sempre efervescente condado de Flandres, ele se comprometeu a jogar outra carta, a de seu poderoso vizinho, o duque Jean de Brabant. Ele também tinha uma filha para casar.

As cidades de Flandres e as de Brabant competiam no mercado europeu de tecidos de lã. Pior ainda, Brabant estava começando a ganhar vantagem sobre Flandres. Ghent, Bruges e Ypres não podiam aceitar que o Conde Louis passasse à obediência de Brabançon. Os cidadãos, portanto, tomaram grandes medidas: colocaram o jovem conde na prisão e

só o libertaram depois de algumas semanas sob estreita vigilância e com a promessa de se casar com a inglesa.

Sempre havia vinte homens atrás dele, aonde quer que fosse, burgueses de Flandres. Eles o mantinham tão perto que ele mal conseguia mijar.

Uma reunião foi combinada para fechar o negócio. Eduardo III e a rainha Philippa vieram de Calais para Bergues. Louis foi trazido de Male. Cada um prestava cortesias ao outro. Édouard soube dizer ao futuro genro o quanto lamentava a morte do conde Louis de Nevers. Durante a batalha, ele sentiu que tinha que esclarecer, ele nunca tinha visto com os próprios olhos, nem morto nem vivo. Um banquete celebrou o noivado. Marcamos uma data para o casamento.

Vários dias se passaram nos preparativos. Édouard cuidou de Calais novamente. O jovem conde Louis matou tempo na caçada. No dia anterior ao casamento.

A escolta havia relaxado sua atenção. O falcão do conde levantou voo. Todos ergueram o nariz e seguiram o voo da ave de rapina o melhor que podiam, a galope. Quando a atenção voltou para o solo, descobriu-se que o Conde Louis também ferira os dois. Mas estava a caminho de Paris e ele tinha o melhor cavalo de toda a caçada. Alcançar ele era impossível.

Os franceses se divertiram muito. Os flamengos foram perdoados por seu aliado real queimando algumas aldeias ao redor de Saint-Omer. Parado ali com sua filha para se casar, o rei da Inglaterra estava mais furioso do que nunca.

Ele percebeu que o tempo agora estava jogando contra ele. Embora o rei da Escócia tivesse sido capturado no outono anterior, passar um ano inteiro no continente era uma irresponsabilidade política. Além disso, a imprudência custava muito caro. Por mais limitados que fossem, os confrontos que se multiplicaram na área desgastaram o exército de cerco mais rápido do que as forças de resistência latente em todo o país. Um ataque era impossível e o cerco não avançou.

Se Calais aguentou, foi porque a comida continuou a chegar à cidade. Como vimos, os sitiados e os sitiantes cada um tinha seu próprio porto. Eduardo III reforçou seu bloqueio e conseguiu cortar a rota de abastecimento.

Ele fez um castelo alto de grande e grande merrien (madeira) na costa do mar, e o providenciou com bombas, espingales, artilharia e outros dispositivos. E puseram uma máquina forte e bem quarenta homens de armas e duzentos arqueiros, que mantiveram o porto e o porto de Calais tão próximos que nada poderia entrar ou sair que tudo se quebrou e se confundiu.

No final de julho de 1347, Filipe VI e seu exército de ajuda se aproximaram de Calais. Na noite em que se limitaram a Sangatte, os cidadãos se acreditaram salvos. Eduardo III teve uma resposta: fortificou as dunas com algumas peças de artilharia, mandou vigiar a ponte de Milais por Derby, que viera juntar-se ao seu soberano depois de uma brilhante campanha na Guiana. À esquerda e à direita, havia apenas os pântanos: Felipe VI só tinha

a opção de forçar a ponte ou desistir. Ser massacrado não traria qualquer ajuda ao povo de Calais. Os marechais aconselharam desistir.

O Valois tentou uma manobra final: ele ofereceu a batalha ao seu oponente. Ou o inglês veio deste lado da ponte ou deixou o caminho além e houve uma luta justa. A resposta de Edouard deixou os plenipotenciários franceses estupefatos, que não tinham visto assim:

Senhores, eu ouvi o que vocês estão me dizendo de seu senhor. Chame assim, por favor; no entanto, ele considera minha herança muito errada.
Você diz a ele através de mim que estou aqui há quase um ano, como ele vê e sabe. Ele teria vindo antes, se quisesse. Mas ele me deixou ficar aqui por tanto tempo que gastei muito do meu. E espero ter feito tanto que brevemente serei senhor da boa cidade de Calais.
Assim, não sou aconselhado a fazer tudo segundo o seu lema, nem para a sua comodidade, nem para o seu prazer. Nem perder o que conquistei ou penso conquistar.
Se ele não pode ir por um caminho, deixe-o ir por outro!

Olhamos um para o outro por três dias. Os ingleses estavam cavando novas valas no caminho para as dunas. O povo de Calais estava orando. Os soldados do rei da França finalmente se retiraram para Arras. Os ingleses se deram ao luxo de assediar a retaguarda Valois e devolver seus carrinhos de suprimentos ao solo.

Eduardo III escreveu uma carta ao arcebispo de York para ampla divulgação. Ele queria que as pessoas soubessem na Inglaterra o que havia acontecido no continente e relatou as coisas à sua maneira: Filipe VI, na véspera da batalha, havia partido. As memórias de Crécy obviamente tornavam essa versão arranjada plausível. Na Inglaterra, as pessoas elogiavam.

Em Calais, passamos fome há seis semanas. A burguesia pensou em negociar sua rendição. Eles haviam cumprido seu dever como súditos franceses, o rei da Inglaterra não podia culpá-los. Grande foi o seu espanto ao saber que o vencedor não aceitava quaisquer condições. Eles haviam subestimado a fúria de um rei contido durante um ano pela burguesia. Aos olhos de muitos ingleses, a duração do cerco de Calais manchou a glória de Crécy. Eduardo III deixou os defensores saberem que faria com eles o que quisesse.

Seu propósito é que todos vocês coloquem seu testamento, ou resgatem aqueles que ele agrada, ou matem. Pois você o tornou tão rancoroso, e seus gastos, e muitos de seu povo morrem. Se ele a incomoda, não é de admirar.

Foi o anúncio do massacre. Mas os barões ingleses tentaram dobrar seu soberano: os papéis podiam ser invertidos e nenhum deles queria ser um dia decapitado por ter cumprido seu dever ao ocupar um lugar que lhe fora confiado. Em 4 de agosto, o rei fez um acordo: os burgueses seriam prisioneiros e protegidos como tal. Ele apenas designaria seis, que pagariam pelos outros.

Quero seis deles, os maiores da cidade, que passarão por mim com camisas puras e simples, arreio na gola, e me trarão as chaves da cidade. Eu os farei minha pura vontade.

Na faminta Calais, foi um grande tumulto. Para todos aqueles que não se sentiram "maiores", foi o fim do sofrimento. Na assembleia, Eustache de Saint-Pierre, que não fazia segredo de ser o mais rico, ofereceu-se. Um por um, mais cinco se levantaram. O povo em lágrimas os viu deixar a cidade sob a liderança dos negociadores.

Os ingleses estavam divididos. Eles também sofreram. Alguns queriam que o burguês fosse enforcado. Outros queriam ser libertados. O rei havia feito sua escolha. Assim que Eustache de Saint-Pierre pronunciou algumas palavras, Eduardo III deu a ordem de cortar as cabeças de todos os seis. Alguns barões falavam de pena. Eles foram convidados a ficar em silêncio.

Os de Calais mataram tantos dos meus homens que também devem morrer.

Philippa de Hainaut salvou a burguesia. Ela estava gravida. Ela se ajoelhou diante do rei. Dificilmente se passar por um focinho, este teve que ceder.

Senhora, eu prefiro que você esteja em outro lugar.

Os seis foram entregues à rainha, que mandou trazer as roupas para eles. Eles escaparam com medo e humilhação. Mas Calais não estava fora de perigo. Os homens de armas da guarnição se encontraram na Inglaterra, devidamente resgatados. Quanto aos burgueses, foram pura e simplesmente expulsos. Filipe VI compensou-os com terras, casas e aluguéis em todo o reino.

Edward tinha avisado que os saqueadores seriam enforcados. Ele precisava de uma cidade em boas condições, não de um monte de cinzas e casas destruídas. A inscrição do vencedor foi, portanto, feita em paz. As trombetas inglesas substituíram os aplausos. Não havia ninguém para aplaudir.

O rei dedicou onze meses de sua vida a Calais. Ele decidiu manter a cidade. Ele montou uma guarnição lá, o que seria um encargo financeiro considerável para ele e seus sucessores. Para repovoar as casas desertas, ele trouxe alguns mercadores e artesãos do outro lado do Canal. Uma cidade inglesa, Calais se tornaria em 1363 o palco continental da lã.

CONTAS.

Para os credores com quem Eduardo III havia financiado seus primeiros negócios, entretanto, era tarde demais. A dívida real ultrapassou dois milhões de florins. Ao som dos primeiros fracassos na Flandres, os depositantes ficaram alarmados: era sabido que Bardi e Peruzzi, pelo preço das vantagens comerciais de que gozavam na Inglaterra, se haviam envolvido no caso para além da sua massa de manobra. O Bardi sozinho havia adiantado cerca de 850.000 florins. Sem vitória, sem lucro. O inglês não reembolsaria.

Em Florença e em outros lugares, os depositantes correram para os balcões das duas grandes empresas para retirar seus ativos enquanto era hora. Os Peruzzis haviam falido em 1343, junto com alguns bancos menores, às vezes arrastados para a crise sem ainda terem participado da aventura financeira que era a empresa inglesa. A notícia de Crécy, em 1346, chegou tarde demais. Além disso, não foi nada mais do que uma batalha vencida, que não rendeu nada quanto às finanças. Quando Eduardo III sitiou Calais, os Bardi, por sua vez, cessaram seus pagamentos. Para a continuação da guerra, o rei da Inglaterra não tinha mais banqueiros.

Philippe VI, ele foi derrotado. Pior ainda, era ridículo. Zombado na frente de Paris, um fugitivo em Crécy, incapaz de ajudar Calais, o rei da França não podia mostrar-se glorioso. Ele até tinha sido odioso ao deixar seus cidadãos leais de Calais esmagá-lo. Ele tinha sido, de forma mais ampla, fazendo seus súditos suportarem o custo dessas operações obviamente fracassadas. Os estados de 1347 não o deixariam ignorar o que pensávamos:

Você já esteve nestes lugares honrado e com grande companhia, com grandes custos e grandes despesas. Você foi mantido lá pela vergonha e trazido de volta da pior maneira. Você sempre teve tréguas, embora os inimigos estejam em seu reino ...
Por tal conselho você foi desonrado!

Fruto amargo da derrota, com o desprezo dos súditos e a indignação dos contribuintes, foi uma crise política que dividiu a França que tinha posto em marcha, desde o início do século, as várias forças.

O reino foi abalado. Ao descer sobre ele como um dos cavaleiros do Apocalipse, a Peste Negra o quebraria por um longo tempo.

CAPÍTULO V

Um reino dividido

Os golpes recebidos pela França em 1346 teriam consequências graves para o Reino Unido. Anteriormente, Kortrijk fora a humilhação de uma realeza desprezada pelos artesãos, mas uma autoridade firme havia permitido uma recuperação rápida. Dois anos depois, era Mons-en-Pévèle. Nesse ínterim, o reino, quer queira quer não, alinhou-se atrás de seu rei, que estava desempenhando um papel vital contra Bonifácio VIII.

As coisas mudaram. O rei oprimido pelo desastre em Crécy e que renunciou a ajudar Calais foi cercado apenas por um apoio incerto. A rápida vitória de Cassel ocupou, em 1328, o papel de um julgamento de Deus em favor da nova dinastia, e a homenagem de Amiens marcou o apogeu de seu reconhecimento pelos homens. Mas para manter os efeitos políticos desses primeiros sucessos, seria necessário outro homem além de Philippe de Valois. Muito antes de Crécy e a fuga para a noite, a monarquia Valois começou a vacilar sob os golpes da mediocridade dos governantes e o jogo interminável de rivalidades por influência.

Philippe VI não é um chefe político nem um capitão de gênio. Levado por seu gosto natural pelo cavalheirismo, ele é um homem de coragem e habilidade. Bom cavaleiro, bom manejador da espada, é amigo dos amigos, generoso com os inimigos. Ele é leal com aqueles que são leais a ele. Ele tem um longo ódio por aqueles que o traem.

Ele quer e se proclama razoável. Ele via muito a vaidade das explosões de aventura de seu pai Charles de Valois. Ele pretende ser justo, leal. Em suma, um valente.

O rei era um homem valente, e um grande especialista em armas, porque desde a sua juventude as habituou e continuou.

Este retrato desenhado por Froissart - que escreve o que se repete na França - é significativo. Philippe é um cavaleiro, não um rei. E a desgraça dos tempos é que o reino está em extrema necessidade de governo naquela época.

O Conselho Real é habitado por príncipes, mas cada um acredita que está ali para zelar por seus próprios interesses. Os advogados da alta administração, os grandes burgueses manipuladores de dinheiro, os nobres sem fortuna que nada esperam do rei, todos esses são melhores servos, mas nenhum se parece realmente com um governante. Na difícil situação política de 1328, Filipe VI não queria decepcionar aqueles que o apoiavam ou lançar em oposição desnecessária a maioria daqueles que serviram bem aos últimos

Capetianos. O entourage político e administrativo de Valois é, portanto, muito numeroso e perfeitamente heterogêneo. As intrigas e os conflitos se desenvolverão ali.

As clientelas se chocam rapidamente: a do duque Eudes de Bourgogne, irmão da rainha, conta muito na vida política dos anos anteriores à guerra. Fiel ao duque, Mile de Noyers rapidamente assumiu o lugar de principal conselheiro do rei; em 1336, ele recebeu o tão procurado cargo de engarrafador na França. Astuto diplomata, Noyers é tido como a inspiração para a defesa do reino e a busca de alianças até então monopolizadas pelos ingleses. Foi ele quem, até 1344, dominou realmente o Concílio. No final do reinado, ele ainda será, mais ou menos próximo do rei, o porta-voz da sabedoria política. Mas Noyers é um homem prudente, que toma cuidado para não monopolizar o poder; o enforcamento de Enguerran de Marigny em 1315 e algumas outras desgraças foram suficientes para instruir esta geração sobre os inconvenientes de um favor excessivamente conspícuo.

É, portanto, no Conselho que Philippe VI governa: um Conselho onde o Chanceler Guillaume Flote, o Marechal Mahieu de Trie - que serve ao seu quinto soberano - e o Bispo Jean de Marigny também desempenham um papel de liderança. O rei ausente, o Conselho continua a governar por ele.

Portanto, não é de se estranhar que, tanto nas ante-salas quanto nos Estados Gerais, as pessoas lutem para dominar o Conselho.

A SUCESSÃO DE BRITTANY.

A primeira rachadura séria na unidade do reino se abre na Bretanha. À medida que o duque João III crescia, muitos desejos começaram a se manifestar: casado três vezes, João III tinha apenas filhos ilegítimos. Seu irmão Guy de Penthièvre havia morrido dez anos

anos antes. Seu meio-irmão Jean de Montfort estava vivo e bem, mas os dois homens se odiavam.

O rei tinha pensado em pôr as mãos no ducado, e João III não foi hostil a uma transação que teria deixado a Bretanha em Valois e compensado a coisa oferecendo aos herdeiros da Bretanha um Ducado de Orleans criado para a ocasião. . O caso comoveu os bretões o suficiente para que João III não insistisse. O único efeito do projeto foi desenvolver na Bretanha uma ampla corrente de hostilidade para com o rei da França.

O herdeiro direto de João III foi sua sobrinha Jeanne de Penthièvre. Não há dúvida: o costume da Bretanha permitia a representação do herdeiro morto por seu próprio herdeiro. A incerteza que tínhamos conhecido na sucessão de Artois não podia ser

invocada na Bretanha. Mas o velho duque desconfiava de Jeanne, não pelo que ela era, mas porque ninguém sabia a quem tal sucessão um dia levaria a Bretanha. Apesar da diferença de situações jurídicas, encontramos na Bretanha as mesmas reservas que haviam levado, alguns anos antes, à destituição de Joana de Navarra.

Contra Jeanne de Penthièvre, havia o possível direito de seu tio Jean de Montfort; todos aqueles preocupados com Jeanne aderiram. Como havia sido feito para a coroa da França vinte anos antes, eles argumentaram que a representação poderia muito bem governar a transmissão dos feudos bretões - dificilmente se poderia negar o costume - mas não o do próprio ducado.

Por seu interesse pessoal na coroa da França, Filipe VI estava pouco inclinado a proclamar o direito das mulheres em questões de sucessão. Por outro lado, ele teve que admitir o costume francês no sentido de que normalmente passava, por feudos, o mais jovem antes da filha do mais velho. No entanto, ele havia qualificado seu cargo já que em 1337 tínhamos, após vários planos de casamento - incluindo um com o irmão de Eduardo III e outro com o filho de Philippe d'Évreux, ou seja dizer com o futuro Carlos, o Mau - e, portanto, de aliança, dada Jeanne de Penthièvre por esposa de um príncipe Valois, sobrinho do rei: Charles de Blois. Sem temer o paradoxo, o rei da França, que devia seu trono ao novo princípio da incapacidade das mulheres, fez-se campeão de sua nova sobrinha.

A crise começou em 30 de abril de 1341, quando João III morreu. Deveria durar vinte e três anos.

Jean de Montfort, com razão, não confiava no rei. Ele parecia sábio em assumir a liderança, não sem enviar um longo livro de memórias a Paris para a justificativa de seus direitos. Sem esperar pela arbitragem real, estabeleceu-se em Nantes, fez uma carona até Limoges para recuperar o tesouro ducal que João III acreditava ter colocado ali, no castelo de seus ancestrais maternos, a salvo do luxúrias muito repentinas, e finalmente convocou os vassalos da Bretanha para sua corte. Para sua surpresa, a maioria se recusou a cumprir a intimação.

Montfort estava pronto para a guerra, não seu competidor. Em poucas semanas, de armas nas mãos, mas sem realmente ter que lutar, ocupou sucessivamente todas as fortalezas do ducado. Os mais longos cercos duraram oito ou dez dias. Assim, Jean de Montfort assegurou cidades portuárias como Brest, Vannes e Hennebont, metrópoles administrativas como Rennes, fortalezas pelas quais o campo era mantido, como Suscinio, Auray e Ploërmet. Sozinho, Josselin resistiu: não havia tempo para demorar.

Percorra em direção ao Château Josselin. Mas era tão forte que não aguentou e o ignorou.

Charles de Blois ainda não havia reagido, pois seu concorrente dominava praticamente toda a Bretanha. Muito pior para o homem do rei da França, Montfort soube tornar-se popular.

Atrás dele, um grande número de cavaleiros e escudeiros da Bretanha. E os sustentou, pelos presentes que lhes deu, com amor, e também pelas boas cidades. E mantido em ótima forma e recheado. E fez com que todos pagassem bem e amplamente, sem acreditar em nada, desde que todas as pessoas se contentassem com ele e sua família e dissessem: "Temos um bom senhor, como ele mostra.

Aqueles que o novo senhor da Bretanha deixou inquietos preferiram escapar. Em tempos incertos, o cavaleiro da Idade Média tinha um álibi infalível: ele se cruzou. Os infiéis que não faltam nas fronteiras da cristandade, vimos cavaleiros bretões indo para Granada, para a Prússia, para o Oriente.

Desculpou-se para deixar a Bretanha enquanto as coisas estavam em outro estado.

Montfort sabia muito bem que Filipe VI se recusaria a receber sua homenagem. Ele decidiu que o rei da França era o Plantagenêt: em julho do mesmo ano de 1341, ele estava em Windsor. Eduardo III o celebrou, aceitou a homenagem a Liège e deu a seu novo vassalo a investidura do ducado. Como bônus, ele acrescentou o condado inglês de Richmond.

Quando voltou ao continente, Jean de Montfort soube que fora requisitado em Paris. Na verdade, ele foi citado perante o Tribunal de Pares. A condessa e sua esposa o aconselharam a não ir. Ele preferiu esvaziar o abscesso. Afinal, disseram-lhe, as coisas ainda seriam mais simples se os Valois estivessem dispostos a dar-lhe a investidura da Bretanha.

Ele, portanto, apareceu perante o rei, mas com evidente circunspecção. Na grande sala do palácio com as paredes cobertas por tapeçarias, ele só podia ver rostos hostis. Havia Alençon e Normandia, irmão e filho do rei, alguns príncipes como o duque de Borgonha e o de Bourbon, os condes de Blois, de Forez, de Ponthieu, de Vendôme. Houve Coucy, Sully, Craon. Todas as flores do baronnage leais a Valois.

Montfort tentou se esquivar de suas responsabilidades no caso Windsor: o rei estava mal informado. Ele disse, no entanto, que ninguém era melhor herdeiro da Bretanha do que ele. Ele não era irmão do último duque?

Philippe VI não teve pressa. O Tribunal decidirá dentro de duas semanas. Jean de Montfort não deveria deixar Paris até então.

O pretendente à Bretanha entendeu que seria rejeitado e que teria a melhor chance de terminar seus dias na prisão. Seu oponente era o sobrinho do rei. Os dados foram carregados. Ele fez saber que estava doente. Ninguém ficou surpreso ao não vê-lo por alguns dias. Na verdade, ele deixou Paris na mesma noite de sua aparição, com um ou dois fiéis e talvez disfarçado de criado. Em algumas etapas, dia e noite, ele estava em Nantes.

Quando alguém viu o assunto, Philippe VI se sentiu bastante ridículo. O vassalo criminoso se rebelou quando ainda se acreditava que ele estava preso. Desta vez, as pontes foram quebradas: Joana de Flandres disse ao marido sem a menor maquiagem:

Dependendo do que você começou e empreendeu, você terá guerra. Não é nada tão verdadeiro.

Aos poucos, seu povo se juntou a ele, deixando Paris um após o outro para atrair menos atenção. Rico em homens, Jean de Montfort não era menos dinheiro: mesmo que isso significasse esbanjar o tesouro de D. João III muito rapidamente, ele poderia contratar soldados. Ele partiu para o ataque.

Ele foi, a conselho da condessa, que tinha o coração de um homem e de um leão, por todas as cidades, castelos e fortalezas que se renderam a ele, e em todos os lugares estabeleceu bons capitães e grandes subornos em a pé e a cavalo, conforme o caso, grandes provisões de comida para combinar, e pagavam tão bem por todos os subornos que cada um o servia de bom grado.

Em 7 de setembro de 1341, o Tribunal de Pares reunido em Conflans proferiu a sentença que todos esperavam: Charles de Blois foi admitido para prestar homenagem ao Ducado da Bretanha.

Imediatamente, o duque da Normandia assumiu o comando de um forte exército, reforçado por mercenários genoveses, e veio colocar Carlos de Blois na posse da Bretanha. No início foi uma caminhada vitoriosa. Foi removida a fortaleza de Champtoceaux que, na margem esquerda do Loire, bloqueou a estrada para Nantes. Em novembro, graças à cumplicidade favorecida por um constrangimento político de Jean de Montfort, entramos em Nantes de surpresa. Montfort, que acreditava estar seguro, foi feito prisioneiro durante o sono.

A GUERRA DOS DOIS JEANNE.

Se João da Normandia tivesse feito algum esforço para garantir o controle do rei e seu pai sobre o ducado, e se o caso não tivesse se envolvido imediatamente no confronto entre Valois e Plantagenêt, a questão da Bretanha teria sem dúvida sido resolvida. .

Mas Jean da Normandia previu que o inverno estava chegando: ele foi um pouco rápido para se contentar. Ele pensava que o caso da Bretanha era apenas uma rivalidade pessoal e que o domínio do usurpador acabava com isso. Mesmo deixando de ir para Rennes, ele voltou para Paris, muito orgulhoso de ir ao Louvre para trancar seu prisioneiro. Ele deixou para trás, em Rennes, uma mulher cujas virtudes políticas ele subestimou. Joana de Flandres, condessa de Montfort, contra Jeanne de Penthièvre: a guerra das "duas Joanas estava começando. A Bretanha iria agravar suas divisões ali.

O campo de Charles de Blois, justificado pelo direito de Jeanne de Penthièvre e que na realidade fundou a escolha de Philippe VI, era o campo de todos aqueles a quem um forte poder real dentro do mesmo ducado garantia uma liberdade mínima em face da autoridade do duque. Eles eram os barões, os bispos, os abades. Eles também eram os camponeses da Bretanha oriental, esses bretões “Gallo” que o rei de alguma forma protegia

do domínio “bretão”. Este partido de Jeanne de Penthièvre era, na verdade, o partido daqueles que não queriam que o duque fosse muito forte e a Bretanha muito bretã.

Atrás de Joana de Flandres, que lutou por seu marido e - após sua morte em 1345 - pelo pequeno Jean IV, seu filho, estava o Oeste bretão, estava a força econômica das preocupadas cidades bretãs para não ver seus interesses sacrificados aos das cidades reais, havia a massa de notáveis rurais, proprietários de vilas e reitores de paróquia, a quem o duque não incomodava, mas que constantemente irritavam o imposto real e em particular o decime.

Foi também a festa do inglês. Porque Joana de Flandres sabia que não conseguiria sobreviver sozinha. Deixando Rennes para o fiel capitão Guillaume de Cadoudal, ela se estabeleceu em Hennebont, ou seja, em um dos portos mais bem defendidos. Essa escolha inteligente a deixou no controle, graças ao mar, de suas relações exteriores. Muito rapidamente, ela negociou.

No verão de 1342, ela despachou seus mensageiros para Eduardo III: um verdadeiro grito de socorro, que chegou a Londres quase na mesma época que um chamado dos gascões hostis ao progresso dos Valois. Eduardo estava preocupado o suficiente com os assuntos escoceses para não se envolver levianamente no continente, mas ele era duque da Guyenne, e ele entendeu que permanecendo em sua ilha ele perderia o rico senhorio que era tudo o que era necessário. permaneceu da herança Plantagenêt. E então, irritar o Valois não era a melhor maneira de impedi-lo de ajudar efetivamente os escoceses?

Intervir na Bretanha ou na Guiana era uma coisa e tanto: um apoio ao partido de Montfort obrigaria Filipe VI a aumentar os seus esforços na Bretanha, para assim aliviar a pressão sobre a Guiana. Eduardo III estava, portanto, fazendo duas coisas em uma: salvou sua herança continental e tornou-se um aliado na pessoa do futuro duque da Bretanha.

No meio do inverno, ele foi mostrar sua força. Robert d'Artois, ainda ativo na comitiva de Plantagenêt, conquistou e perdeu Vannes. Gravemente ferido, ele foi levado de volta para a Inglaterra, onde morreu pouco depois. Eduardo III também veio pessoalmente, tentou tomar Rennes e Nantes e demitiu Dinan. Mas o exército inglês estava perdendo tempo diante de um adversário evasivo. Ao saquear o país, só ganhou a impopularidade da qual o partido de Blois ia lucrar sem se cansar. Os legados de Clemente VI não tiveram dificuldade em impor a trégua de Malestroit, concluída em 19 de janeiro de 1343: os ingleses estavam cansados e os franceses preocupados com um exército inglês no continente.

Em Paris, eles se vingaram do medo que experimentaram: um dos grandes senhores bretões, Olivier de Clisson, foi condenado à morte por ter entregue Vannes aos ingleses. Ele foi decapitado em um lugar público, então o penduraram, a corda debaixo dos braços, na forca de Mont-Faucon. Alguns cúmplices, por sua vez, foram executados, para garantir.

A partir desse momento, os protagonistas mudaram. Eduardo III não iria mais aparecer na Bretanha; Joana de Flandres, cujos infortúnios começaram a enlouquecer, acabaria com sua vida na Inglaterra, no feudo de Tickhill, uma prisão mal revestida de ouro por trinta longos anos de doença. Uma nova Jeanne, no entanto, assumiu o comando: Jeanne de Belleville, viúva de Clisson, que montou um gigantesco negócio de corridas e, assim, arruinou toda uma corrente do comércio marítimo francês. Ela não sabia que seu filho, ele próprio chamado Olivier, seria um dia condestável da França. Por enquanto, a criança foi criada na Inglaterra com o pequeno João IV, e lá ele lentamente aprendeu a odiar aquele cujo infortúnio o tornou um companheiro de brincadeiras.

O destino das armas ainda estava confuso. Apesar da trégua, foi uma guerra de emboscadas, ataques de aldeões, pilhagens míopes. A geografia política da Bretanha foi confundida à vontade: uma aldeia para alguns, a aldeia vizinha para outras. Em muitas partes da Bretanha, os habitantes viviam como se não tivessem um duque.

O fracasso francês foi, entretanto, óbvio, e isso a partir de 1343. O exército real manteve Nantes e Rennes, mas o resto do país escapou. Os ingleses haviam colocado suas guarnições nas cidades, nomeado os capitães. Outro exército, confiado por Filipe VI ao duque da Normandia, acabara de chegar a tempo de saber que as tréguas haviam sido concluídas e que o lugar fora ocupado no ducado. Se a autoridade do partido de Montfort foi minada pela resistência passiva do país plano, Charles de Blois teve pouco lucro. Ele havia tomado Quimper em 1344, e uma carnificina desnecessária nessa ocasião bastou para apagar, entre muitos bretões pouco envolvidos no conflito político, a memória dos saques ingleses do ano anterior.

Philippe VI queria ser cavalheiresco. Com uma vaga promessa de não retornar à Bretanha, ele libertou Jean de Montfort. Este último julgou que a promessa havia sido feita sob coação e não tinha nada mais urgente do que recuperar seu ducado. Ele fez saber que estava renovando sua homenagem a Eduardo III e foi se trancar em Hennebont. Foi lá que morreu, em setembro de 1345.

Essa morte esclareceu a situação. Joana de Flandres estava afundando na loucura. Edward III estava com as mãos livres. Ele assumiu a tutela de João IV. Compreendemos a garantia que ele pôde mostrar no ano seguinte, ao insultar os Valois no Sena. Crécy está na sequência direta da guerra das duas Jeanne.

Enquanto Eduardo capturava Calais e assegurava uma cabeça de ponte conveniente lá, e enquanto Derby mantinha a fronteira da Guyenne, a Bretanha francesa estava aos poucos ficando sob o poder do exército inglês sob Thomas Dagworth. Os fiéis de Charles de Blois logo tinham apenas o condado de Penthièvre atrás deles. Carlos tentou, em 1347, tomar La Roche-Derrien, que seu povo acabara de entregar aos ingleses, por não ter sido resgatado a tempo. Dagworth o levou de volta no meio da noite. A briga foi confusa, mas o

sobrinho do rei da França foi pego nela. Enviado para a Inglaterra e encerrado na Torre de Londres, Charles de Blois reapareceria na Bretanha apenas cinco anos depois.

Cabia agora a Jeanne de Penthièvre liderar a luta, como Joana de Flandres certa vez fizera por seu marido Jean de Montfort. Mas Jeanne de Penthièvre não tinha as qualidades da outra Jeanne. E o rei da França já tinha preocupações suficientes em Paris para não reviver o caso da Bretanha. O ducado continuou a sofrer, mas os soberanos estavam menos envolvidos. Ao arruinar o país, a Peste Negra tornou qualquer ação importante impossível por algum tempo.

Foi nessa guerra de escaramuças que pessoas como Bertrand du Guesclin aprenderam suas armas. Não faltaram belas fotos e oportunidades frutíferas. Bandas foram formadas, compostas de soldados agora não pagos e salteadores prontos para qualquer coisa, incluindo se contratando para um negócio como soldados regulares.

O grande capitão Thomas Dagworth foi assim morto em agosto de 1350, perto de Auray, no que foi apenas uma emboscada montada por alguns fiéis de Jeanne de Penthièvre.

Quanto ao “Combat des Trente”, só seria secundário se os cronistas, de Jean le Bel a Froissart, não o tivessem repercutido na história ao sublinhar fortemente a ética cavalheiresca do engajamento.

O Combat des Trente é a guerra que se transforma em festa. É "batalha" no sentido que os arautos dão a esta palavra quando ordenam o combate de acordo com as regras precisas e rigorosas de honra e lealdade. É um episódio de guerra, mas é também a diversão perigosa de uma cavalaria entediada e que a guerra das estradas naufragadas não traz entusiasmo.

A iniciativa partiu do capitão de Josselin, Robert de Beaumont, uma das façanhas do partido de Penthièvre. Em meados de março de 1351, ele chegou a Ploërmel, onde um capitão alemão chamado Brandenbourg estava guarnecendo os Montforts com bretões, ingleses e alguns alemães. Brandenbourg havia erguido sua ponte e baixado sua grade. Havia pouco a se esperar de um ataque, e Beaumont não podia se dar ao luxo de sitiar Ploërmel. Ele saudou seu oponente e ofereceu-lhe o que parecia mais um torneio do que um ato de guerra:

Não havia companheiros lá, ou dois ou três, que desejassem jogar espadas contra três, pelo amor de suas damas?

Obviamente, essas pessoas não estavam envolvidas em um conflito nacional. Por outro lado, estavam imbuídos - sobretudo de boatos - de uma literatura barata em que se atualizavam as canções gestuais e os romances da Távola Redonda. O mesmo Froissart, que o caso dos Trinta deixará sem palavras de admiração, colocará boa parte de seu talento em um Méliador que é um verdadeiro romance arturiano.

A resposta do alemão foi digna do que lhe foi dito. Iríamos lutar por honra, certamente não por questões políticas. Brandenbourg disse claramente o que pensava do duelo de dois

ou três imaginado por Robert de Beaumont: não duraria o suficiente e não seria divertido o suficiente.

Seus amigos não gostariam que eles fossem mortos tanto como em um jogo. Porque é uma aventura da fortuna que passou cedo demais. Assim, adquirimos mais o nome de ultraje e loucura do que de honra e preço.
Mas direi o que faremos, por favor. Levaremos vinte ou trinta companheiros de sua guarnição e eu levarei tantos dos nossos. Então vamos para um belo campo, onde ninguém pode nos incomodar ou impedir. E mandemos no cervo (sob pena da corda) aos nossos companheiros de um lado e do outro, e a todos os que nos olharem, que ninguém dê aos combatentes força nem ajuda.

Era, às trinta a trinta, o torneio dos belos olhos de belas mulheres. Robert de Beaumont aceitou. Brandenbourg conclui a negociação:

Haverá mais honra que funcionará bem lá do que em um jogo.

Em ambos os campos, escolhemos os trinta. Brandenbourg completou sua festa de inglês com alguns britânicos e alemães. Tudo demorou três dias.

Na manhã da luta, os campeões ouviram missa, foram armados e entraram no campo fechado. Quatro ou cinco de cada acampamento estavam a cavalo, os outros a pé. Embora os franceses em Beaumont já estivessem atrasados, os ingleses os receberam bem. A batalha poderia finalmente começar, em um grande estrondo de armas se chocando. Teríamos pensado que estávamos na grande era.

Mantinha-se nobremente de um lado e de outro, assim como todos eram Roland ou Olivier.

Nós parecemos o intervalo. Houve uma morte entre os franceses, duas entre os ingleses. Os sobreviventes se desarmaram, beberam vinho frio, tiveram suas feridas curadas. Tínhamos muito tempo. Estávamos entre os homens de armas de boa linhagem. Tirar proveito da fraqueza do adversário seria crime.

Após o intervalo, começamos a lutar novamente. À noite, os ingleses haviam perdido nove homens. Brandenbourg era um deles. Os sobreviventes se renderam: teria sido desleal fugir. Os franceses tiveram seis mortos, sem falar daqueles que morreram mais tarde devido aos ferimentos.

Nunca, desde as Cruzadas, alguém ouvira falar de tal feito. Durante anos, mostramos uns aos outros os sobreviventes: seus rostos cortados falavam de suas proezas. A guerra franco-inglesa estava longe.

OS BARÕES DA NORMAND.

Voltemos à Normandia. A situação é muito diferente lá. A agitação bretã resulta de um conflito de sucessão pela coroa dos duques. A agitação normanda vem da base. Desde 1314, quase não cessou, estando os barões normandos muito preocupados em não ver a

arbitrariedade real ignorar suas prerrogativas fiscais e jurisdicionais. A insurreição cíclica de Harcourt é apenas um dos exemplos mais notáveis, mas outros nomes poderiam ser citados. Foi assim que Jean Malet, Senhor de Graville, cristalizou o descontentamento e animou pequenas guerras no Basse-Seine.

Raoul de Brienne, ele, faz o príncipe: na Normandia, é conde de Eu, mas também é conde de Guines, senhor de Arras e de Lens, possuído em Poitou como em Nivernais, na Inglaterra como na Irlanda. Ele não hesita em seguir uma política externa independente. Em 1335 ele comandou o exército francês que deveria cruzar para a Escócia, mas como o "capitão-general" contratado, não como obrigado do rei. Sua política normanda é acima de tudo uma das caixas de um jogo maior.

A Inglaterra está politicamente separada da Normandia há quase um século e meio: desde 1204, Philippe Auguste a conquistou de Jean sans Terre. Mas o mundo de William, o Conquistador e Ricardo Coração de Leão, é difícil para morrer. Muitos proprietários de terras normandos de grande e médio porte ainda têm seu patrimônio espalhado pelos dois lados do Canal da Mancha, e dificilmente existe uma abadia normanda que não tenha algum priorado na Inglaterra. Todos terão, portanto, de pesar quanto custará para ingressar neste ou naquele acampamento. A história o tornou anglo-normando; ela o condena, seja qual for a maneira que ele se incline, ao confisco.

A insurreição e a fuga de Geoffroy d'Harcourt, em 1343, mostraram a gravidade do mal. Filipe VI sente-se rodeado de traição. Ele teve que prender alguns cavaleiros normandos, cúmplices de Harcourt. Ele teve que decapitar seu jovem companheiro Olivier de Clisson, um dos raros barões que também foi possuído na Normandia e na Bretanha. Ele executou os autores de uma ousada emboscada dirigida a Charles de Blois, então alguns aliados de Harcourt encontrados por acaso durante a captura de Quimper. Para o juiz de Filipe VI, o ano de 1343 e a primavera de 1344 são marcados por cabeças que caem por terem conspirado contra a autoridade soberana.

OS PRIMEIROS ESTADOS GERAIS

No entanto, foi nesse mesmo ano de 1343 que o rei foi obrigado pela primeira vez a convocar a representação do reino, ou seja, os arcebispos e bispos, os abades dos mosteiros e alguns médicos universitários, os principais barões e os procuradores eleitos. para este fim pelas cidades certas.

O Tesouro está vazio. A libra do torneio está entrando em colapso. Em 1336, ainda representava 82 gramas de prata fina; valia apenas 16,6 gramas de prata no final de 1342. O imposto ainda é excepcional, o contribuinte não esquece, e é com péssimo olhar que vê essa perpetuação. a singularidade do direito do rei de receber seu dinheiro. A permanência

das responsabilidades do Estado, fora do estilo de vida do soberano e fora do seu serviço pessoal, é uma ideia que aos poucos vai ganhando espaço na cabeça das pessoas.

Os súditos do rei veem os preços leiloados, mas com exceção dos preços dos cereais, que teriam restaurado o poder de compra do campesinato e dos proprietários que viviam de royalties em espécie, dízimos ou champarts. A burguesia das cidades vê ao mesmo tempo o colapso, com a inflação, suas rendas, suas rendas e suas dívidas. Em suma, todos estão infelizes.

Em março de 1343, o rei tentou duas operações cujo lucro financeiro estava longe de compensar o infeliz efeito político. Ele decide aumentar, apesar das tréguas, o imposto de quatro deniers por libra - 4 em 240 deniers por libra, ou 1,7% - que pesa nas transações e tem apenas a defesa do reino como justificativa. Reorganizou o imposto sobre o sal, ou seja, o controle real sobre o comércio do sal, controle que fundou, mas mal justificou, uma cobrança de impostos sobre esse alimento básico. Fundado por Luís X em um ano de especulação sobre o sal, o imposto sobre o sal apareceu nos seus primórdios como uma regulação do mercado, favorável aos consumidores. Em trinta anos, todos perceberam que se trata de mais um imposto.

Resta conter uma crise inflacionária que ninguém pode conceber que seja parte de um movimento secular na economia. Para todos, o dinheiro desaparece porque as finanças são mal administradas. Clamamos por especulação, até traição. Encontrar bodes expiatórios é, obviamente, mais fácil do que remediar o mal.

Na Assembleia Geral dos Estados em Paris em agosto, a França continua representada em sua totalidade, tanto a da Langue d'oc quanto aquela em que se afirma "petróleo", sim. Em breve, a Língua do Olho e a Língua do Oc se encontrarão separadamente.

O rei faz-lhes uma proposta que tio Philippe le Bel já tinha feito no seu tempo: cunhará grandes e denários de prata semelhantes aos de Saint Louis, a este "bom dinheiro" de Saint Louis que é uma figura benchmark por quarenta anos, mas os estados permitem que continue cobrando o imposto sobre as transações. Estabelece-se, portanto, a ideia de uma alternativa ao dinheiro dos impostos, já presente em todos os forais provinciais de 1315: os súditos do rei compram, ao preço da sua contribuição para os encargos da monarquia, o seu direito à moeda forte.

Se as alterações da moeda procedessem apenas da arbitrariedade régia e se o seu fim fosse apenas lucro do Tesouro, a negociação seria fundada. Já que a inflação se deve à insuficiência dos meios de pagamento e, principalmente, à insuficiência do metal prateado, esse tipo de conversa é um engano. O rei sabe muito bem, não conseguiremos manter a moeda forte, se for possível restaurá-la, porque o equilíbrio do mercado de metais preciosos não é mais o da época de São Luís. Nesse ínterim, ele tem seu imposto.

O interesse empurra os delegados aos estados para a moeda forte. Nobres, prelados, burgueses, são todos credores, proprietários, investidores. A deflação é a reavaliação de

seus ativos. O imposto, por outro lado, pesa sobre todos. Aqueles que sabem como fazer com que o peso seja transferido para outros não são tão hostis a ele quanto à desvalorização da moeda. Quando você bebe o vinho do seu vinhedo e quando você coleta os aluguéis, o imposto sobre o vinho comprado do pote da taverna é melhor do que o pequeno troco.

Porque os estados são povoados por privilegiados. Privilegiados, nobres e clérigos que têm seu próprio sistema tributário. Privilegiados, os burgueses que devem representar todo o resto da nação e que todos devem defender os privilégios econômicos concedidos à sua cidade ou à sua profissão. Os parisienses, em particular, estão muito preocupados com seu monopólio da navegação comercial no médio Sena, entre o Yonne e o Oise, e nesses próprios rios. Eles zelam pela jurisdição que exercem sobre toda a vida econômica da capital e sua região. Eles não esquecem sua habilidade de adquirir feudos nobres.

Mas são os privilegiados que têm ciúmes uns dos outros. Privilégio é o direito ao particularismo jurídico e é o direito de minar o privilégio de outros. Os parisienses dizem bem:

Seu povo em sua cidade de Paris fez finanças com você por causa do backbench, e foi dito e falado nas ditas finanças que todos os modos das pessoas devem contribuir para isso.
E, no entanto, o reitor e o capítulo de Paris procuram isentar vários habitantes da cidade de Paris, dizendo que são seus "anfitriões" (inquilinos) porque um deve um denário e o outro uma malha de cens, ou outras somas, para sua casa, sem ter qualquer outra jurisdição ou senhorio ...
O dito reitor e capítulo têm certos sargentos que servem continuamente na igreja de Paris, cada um carregando uma vara para seus cargos, que eles dizem ser francos. E, à sombra desses sargentos, tomam os burgueses de Paris, os mais ricos, e vendem sargentos para lhes dar franquia para isso, defraudando e reduzindo seus direitos, e em preconceito e dano a gente boa. de sua cidade.

O rei ainda não estava reduzido a vender privilégios, os parisienses ainda eram obrigados a fazer como os outros: concordaram em pagar o imposto, em troca do qual o rei restituiu, em 26 de outubro de 1343, o forte mudança: coloca a uma taxa de 15 deniers do torneio a grande e fina prata que vinha correndo desde o verão por 60 deniers. Naturalmente, devedores de todos os tipos, especialmente inquilinos, não deixam de fazer barulho. Eles deviam dez denários, ou cem. Eles ainda devem dez, ou cem. Mas o centavo pesa mais no dinheiro, e é fácil entender que ganharemos menos ...

Esses Estados Gerais de 1343 não exigiam realmente reformas, no sentido em que ouvimos a palavra quarenta anos antes e onde faremos dessa palavra o leit-motiv dos Estados de 1346. Não se trata de ainda não para limitar a arbitrariedade monárquica. O único obstáculo ao absolutismo real é o Conselho, e é o rei quem abre suas portas.

Quanto a melhorar o funcionamento das engrenagens de seu governo, Filipe VI não espera ser prescrito. Em abril de 1343, já publicou uma portaria que restabelece um certo número de instituições minadas por males conhecidos: acumulação, incapacidade,

ambigüidade. Uma das pragas deste governo são os atos sub-reptícios pelos quais o rei dá ou concede, muitas vezes sem saber, bens ou favores dos quais ele e seu povo sempre ignorarão o valor ou a extensão. A este respeito, o rei não tem ilusões: ele sabe muito bem que quem o serve beneficia disso. Mas ele deve ser servido ...

Os oficiais - diríamos servidores públicos - não são representados como tais nos estados, e é uma boa política sacrificá-los um pouco no altar das reivindicações fiscais. Barões, prelados e mercadores concordam pela primeira vez: todos os infortúnios do reino vêm desses comedores de orçamento que são os tordos da justiça real, os ricos da administração financeira, enfim, os servos do rei.

Os estados não exigiam nada, mas sentiam o quanto a política real dependia de sua boa vontade. Cabe a eles se o rei tem ou não os meios de seu governo. A partir deste momento, a agitação dificilmente cessa. Atrás das mesmas palavras - reforma, privilégios, franquias - cada um coloca diferentes realidades. Mas a ideia está no ar: para financiar sua guerra e enfrentar as revoltas que o assaltam por todos os lados, o rei tem que negociar os próprios fundamentos da vida política.

Portanto, é em um clima de demanda que novos estados foram abertos em fevereiro de 1346, desta vez unidos separadamente: em Paris la Langue d'oil, em Toulouse la Langue d'oc. O rei prepara suas campanhas na Aquitânia e na Bretanha - ninguém pode prever a de Crécy - e carece dos recursos necessários. Além disso, quer reorganizar seu sistema tributário: um "fouage", ou seja, um imposto direto tanto por "fogo", substituiria o imposto indireto que pesa sobre a vida econômica e a paralisa em certos momentos, o imposto sobre o sal, bem como os quatro deniers por libra.

Muito rapidamente, porém, os estados ficaram especialmente interessados no crescente descontentamento das populações contra os agentes reais, sargentos, reitores, comissários de todos os tipos, que a cada ocasião se multiplicava às custas do país. O rei fez algumas concessões, em fevereiro em Paris, em maio em Toulouse, para "repassar" o imposto. Os rosnados, no entanto, dificilmente são apaziguados quando a derrota de Crécy adiciona uma nova queixa: desta vez, os culpados estão sendo procurados.

Filipe VI começa lançando lastro: sacrifica alguns dos que estavam no poder. Jean Poilevilain, grande burguês de Paris, senhor das moedas, tesoureiro do rei, senhor das águas e das florestas, é um daqueles conselheiros impopulares que Crécy joga na prisão e que terá de pagar uma multa considerável para manter sua propriedade. Pierre e Martin des Essarts são outros; a liberação de Pierre des Essarts custará cinquenta mil libras tournois.

Pierre des Essarts é por excelência o arrivista cuja fortuna foi feita a serviço do rei. Seu pai foi prefeito de Rouen, veio para Paris na época de Philippe le Bel, foi por quase vinte anos mestre da Câmara de Contas. Ele próprio, aliado por seu casamento com uma das grandes famílias de cambistas parisienses, fez carreira nos escritórios financeiros. Ele é o

recebedor da rainha, o tesoureiro do rei e, finalmente, o mestre das contas. Na verdade, ele é o empresário de Filipe VI como o foi nos dois últimos Capetianos. Ele empresta para príncipes. Ele administra as finanças do rei.

Philippe VI quase não tem escrúpulos com pessoas como Pierre des Essarts. Ele teve cerca de dez presos. Ele os soltou alguns meses depois, sem julgamento adicional, mas por uma taxa. Por que os culpamos? Simplesmente por ter feito uma fortuna.

Entretanto, o abade de Saint-Denis, o de Marmoutier e o de Corbie, três escriturários com uma reputação de integridade bem estabelecida, são os responsáveis por limpar a gestão financeira, para restaurar alguma ordem ao movimento. fundos e assumir a Câmara de Contas. Com o novo título de "deputados gerais sobre a obra do rei em Paris", eles são de fato responsáveis pela reforma da alta administração. Os principais efeitos deste ajustamento serão a instituição de um controlo da autorização de despesas - durará apenas um tempo - e a distinção, definitiva, entre a função de controlo financeiro atribuída à Câmara de Contas e a função de governo financeiro exercida pelo Grande Conselho. Impossível, doravante, pertencer ao mesmo tempo a estas duas organizações. Saberemos melhor quem faz o quê.

Este projeto de reforma profunda de forma alguma impede os estados de estrangular o rei quando, em novembro de 1347, ele os reúne novamente para obter os meios de resposta militar.

Por um mau conselho você perdeu tudo e não ganhou nada!

OS PRINCÍPES.

Por um momento, pode-se acreditar que Philippe VI, apesar do desastre, assumirá o controle da situação. No nível diplomático, o rescaldo de Crécy até marcou uma reversão em favor do rei da França. O duque de Brabante João III, que há muito se preocupa com as sucessivas ondas de agitação nas grandes cidades flamengas e que não quer que o contágio toque Bruxelas, Mechelen ou Antuérpia, foi inaugurado em setembro de 1345. Philippe VI n 'esperou por um sinal. Louis de Nevers também, que uma aliança na própria Holanda aliviaria, no caso de uma nova ação por parte das comunas, dependência muito próxima do rei da França. Atrasadas pela derrota, as negociações foram retomadas em maio de 1347; o novo conde de Flandres Louis de Male está envolvido nele no lugar de seu pai, que morreu em Crécy. E em junho, os acordos de Saint-Quentin selam o novo sistema de alianças: Louis de Male vai se casar com a filha de Jean le Bon e Henri de Brabant - filho mais velho do duque - vai se casar com Jeanne de France, filha do futuro Jean le Bon. Seus filhos serão criados na corte da França.

Ao mesmo tempo, o incerto Luís da Baviera foi vítima de sentenças pontifícias. Ele já estava excomungado; em abril de 1346, Clemente VI o depositou. E, desta vez, a escolha dos príncipes eleitores recai sobre um dos mais firmes aliados de Filipe VI: Carlos de Luxemburgo é eleito em julho. Ele é filho desse João, o Cego, Rei da Boêmia, que veio morrer em Crécy ao lado de seu amigo, o Rei da França. Sua irmã, Bonne de Luxemburgo, casou-se com o herdeiro da coroa, o duque Jean da Normandia.

O novo rei dos romanos - assim o imperador é chamado antes de sua coroação pelo Papa - tem todo o interesse em jogar a carta francesa, que se torna uma carta franco-brabante. Porque Luís da Baviera não morreu e Carlos IV de Luxemburgo não pode se dar ao luxo de ficar sozinho em um difícil jogo político. Além disso, a personalidade de João III de Brabante tem tudo para o atrair: o duque é um sábio, a quem toda a Europa respeita. Ele também é o último dos carolíngios; pelo menos é dito. Finalmente, o imperador Carlos IV não teria nada a ganhar com um mestre Eduardo III da França e da Holanda. Ele se comprometeu resolutamente com a Alliance Française. Enquanto Filipe VI lida com Brabante, o Duque da Normandia conduz negociações com o imperador eleito que levarão ao tratado de 7 de maio de 1347.

O rei da França pode estar satisfeito com as mudanças que ocorreram em sua fronteira oriental. Por outro lado, ele tem todos os motivos para se preocupar em outro lugar. Em Guyenne, o Conde de Derby retomou sua progressão para o norte. Ele está em Lusignan, em Saint-Maixent, enfim, no coração de Poitou. Se as coisas correrem bem, o grande Aquitaine XII século, a de Eleanor Duchess, em breve será restaurado. Todos sentem que a trégua concluída, graças aos legados do Papa Aníbal Ceccano e Étienne Aubert - o futuro Inocêncio VI - em 28 de outubro de 1347, três meses após a queda de Calais, é apenas uma suspensão de armas muito provisório; uma suspensão da qual ninguém pode saber que a Peste Negra a prolongará ...

De solução real para o conflito franco-inglês, ponto final. As apostas estão começando a se confundir. Na Bretanha, está preso: Charles de Blois foi preso em junho de 1347, mas Jeanne de Penthièvre se recusa a ceder. Não há razão para que isso acabe. Enquanto isso, a Normandia ronca, Artois contesta, a casa de Évreux reclama. Para confundir tudo, o herdeiro da Coroa já está fazendo bobagens.

Rei improvisado, Philippe de Valois fez de tudo para garantir que o segundo rei de sua família aprendesse seu ofício. O duque Jean serviu no Conselho. Ele comandou o exército da Bretanha, depois o da Guyenne. Ele representou o rei em Avignon para a coroação de Clemente VI. Ele conduziu uma série de negociações, tanto para a união de Dauphiné com a herança dos Valois quanto para a aliança imperial. Aprendeu guerra, diplomacia, governo, e Filipe VI deu-lhe em tudo isso o melhor mentor, o duque Eudes da Borgonha, irmão da rainha.

O rei, no entanto, não fez de seu filho mais velho um senhor tão grande quanto parece. Duque da Normandia, conde de Anjou, Maine e Poitiers, "Senhor das conquistas de Languedoc e Saintonge", o futuro Jean le Bon é de fato apenas o representante de seu pai nesses grandes feudos. Os oficiais do rei continuam a governá-los, e eles os governam para o rei. Quanto aos senhorios - espalhados por todo o reino - que Filipe VI realmente deu ao seu herdeiro para viver, são adequados para torná-lo um senhor rico, não um príncipe poderoso. Se é aventureiro nas estradas da guerra, Filipe VI é um homem prudente nas da política.

Após a derrota, João da Normandia carrega sua cota de impopularidade. Ele não imobilizou, em vão, o exército real por longas semanas na frente de Aiguillon? No Conselho Real, o herdeiro da Coroa é considerado muito mal cercado. Chegamos ao ponto de censurá-lo pelos conselheiros que seu pai lhe deu e, em primeiro lugar, pelo duque da Borgonha, cuja estrela está caindo no horizonte político. Ele também é censurado, é claro, por aqueles que deu a si mesmo.

A crise atingiu seu clímax em maio de 1347, quando o filho mais velho do rei da França se viu no caso de pedir a seu cunhado, o rei dos romanos, uma garantia dinástica. Carlos IV de Luxemburgo ajudaria João se alguém tentasse, quando chegasse a hora, impedi-lo de suceder a seu pai.

Uma de duas coisas: ou os temores do futuro João, o Bom, são então fundados, e isso denota uma situação política muito frágil, ou eles são fúteis, e tal tratado provavelmente irá provocar as reações mais violentas. Seja como for, o herdeiro do trono tem menos certeza do que nunca do futuro dinástico dos Valois. A serena segurança dos cronistas oficiais não pode levar a ilusões: nem todos tomaram partido da escolha feita em 1328.

Enquanto o trono dos Valois se quebra, a casa de Évreux se esforça para reverter os arranjos de sucessão que a prejudicaram. Lembramos que Jeanne de Navarre, filha de Luís X e Marguerite da Borgonha, herdou o reino de Navarra, enquanto seus tios conseguiram manter um champanhe muito próspero e muito próximo de Paris para ser deixada para uma princesa que estava destinada a transmitir sua herança um dia à família de seu marido. Jeanne e este marido, precisamente Philippe d'Évreux, sobrinho de Philippe le Bel, deviam contentar-se com um condado de Angoulême cujo rendimento está longe de valer o de Champagne, e um condado de Mortain que pode - para ser o suplemento em valor financeiro, não em peso político. Como alguns anos depois para o duque da Normandia, cuidamos para que os Évreux não pudessem ter na França, inteira, um principado vasto demais. Que eles guardam algum ressentimento pelo caso é óbvio.

O advento do rei Valois tornou possível modificar os arranjos financeiros. Agora, os Évreux são ricos. Mas isso de forma alguma impede Jeanne de se lembrar em todas as ocasiões que foi injustiçada. Além disso, e embora nunca o diga em público, é possível pensar que está fracamente convencida pelos direitos masculinos que foram inventados

contra ela. A rainha de Navarra está, portanto, ainda mais determinada a afirmar que sua verdadeira disputa excede em muito aquela que ela admite. Ela obtém parte do Cotentin. Finalmente, troca o condado de Angoulême por fortalezas e terras em Vexin, às portas da capital: Pontoise, Beaumont-sur-Oise, Asnières-sur-Oise. De Cotentin a Pontoise via Mortain e, claro, o condado de Évreux, os primos mais próximos do rei estão prestes a controlar a Normandia.

Isso começa a preocupar. Podemos ver isso claramente quando o rei impede o casamento de Jeanne de Penthièvre - possível herdeira da Bretanha, como sabemos - com Charles d'Évreux, filho de Philippe e Jeanne. Mestre um dia de toda a herança normanda da casa de Évreux e, além disso, rei de Navarra, este príncipe constituiria o mais sério perigo para a monarquia francesa se também fosse senhor do Ducado da Bretanha. Jeanne de Penthièvre acaba se casando com Charles de Blois: pelo menos ele deve ao rei ser o que será.

Estamos em 1337. Charles d'Évreux nasceu em 1332. Ele pode esperar para se casar. Mas ele nunca vai esquecer que foi espoliado antes de nascer e que suspeitávamos - com razão - dele antes que ele soubesse como cavalgar. Este príncipe da flor-de-lis irá realmente colocar em perigo a coroa dos Valois. É ele que um cronista espanhol, no século XVI , afiliou este apelido, "Carlos o Mau", que adotará os historiadores franceses.

Por enquanto, Navarre se contenta em seguir sozinho. A coisa fica particularmente clara nos tempos que se seguem a Crécy. Viúva desde 1343, a enérgica Rainha Joana governa seu reino dos Pirenéus levando em consideração apenas seus próprios interesses. Pouco ansiosa para ver os ingleses se voltarem contra ela depois de ter derrotado os Valois, ela concluiu em março de 1348 um acordo pelo qual Eduardo III foi reconhecido o direito de passagem por todas as terras da rainha-condessa, que s ' compromete-se expressamente a proibir o acesso de seus redutos às tropas de Filipe VI. Feita para Navarra, essa convenção obviamente não afeta as praças da Normandia da casa de Évreux; eles são mantidos na fortaleza do rei da França. Todos entendem, porém, que entre os ingleses e os franceses a rainha Joana já fez a escolha da prudência.

Seis meses depois, Joana perguntou - como que ingenuamente - a Filipe VI se ele via algum inconveniente no tratado entre Aragão e Navarra feito contra todos, sem mencionar "exceto contra o rei". da França ". Este, de fato, perdeu a aliança navarro.

ARTOIS NA MÃO DO REI.

Enquanto os príncipes jogam e esperam as oportunidades, o pequeno feudalismo e a burguesia empresarial rosnam aqui e ali. Em Artois em particular, onde todos repetem que o condado paga o imposto pela guerra do rei, mas não tira muito proveito disso em termos

de defesa. Os artesãos viram o rei da Inglaterra e seu exército passarem entre Crécy e Calais. Eles sofreram com as incessantes caminhadas de um exército que superou o tédio do cerco indo queimar as aldeias e aterrorizar as pequenas cidades. Eles não viram nem o rei da França, seu suserano, nem seu senhor, o duque Eudes IV da Borgonha, que se casou com a neta e herdeira de Mahaut d'Artois. A angústia dessa boa gente não é fingida, como se expressa nas cartas que, de cidade em cidade, os vereadores escrevem para serem informados e consolados. Não vemos o próprio meirinho de Arras despachando um espião a Ghent e Bruges para tentar descobrir o que está acontecendo entre os príncipes?

Não há nada de revolucionário no que os artesãos estão pedindo. Eles simplesmente gostariam que o condado fosse anexado ao domínio real. Ansioso por poupar o duque de Borgonha, Filipe VI hesita, rejeita a ideia de um vínculo, em sentido estrito: o duque deve ser indenizado. Por fim, evitou a crise aberta recorrendo a um procedimento engenhoso: em 2 de dezembro de 1346, colocou Artois "nas mãos". Em outras palavras, ele não espoliou o duque e não tocou em seus direitos ou em seus bens, mas tomou o governo de Artois. Tudo isso promete ser temporário: “Até que ordenemos o contrário. "

Uma medida de circunstância, portanto, que esta espécie de apreensão, feita com o consentimento do Duque de Borgonha e sua esposa, ciente do impasse em que sua negligência dos últimos meses os envolveu. Em termos de direito e moral, o senhor não tem o bom papel, o que deixou seus vassalos desprotegidos. Mas o ato de 2 de dezembro de 1346 cria um precedente que logo os Estados Gerais se lembrarão: o rei dá aos artesãos a garantia de que o dinheiro arrecadado em Artois será destinado à defesa da região.

Queremos que os encargos e salários sejam pagos como eram antes do presente decreto, e que o excedente das rendas, receitas, lucros e emolumentos do referido condado sejam colocados, empregados e convertidos para enfeitar e guardar as fortalezas que nosso disse irmão (o duque) tem no referido condado.

Três semanas se passam. O duque se recuperou. Em Maubuisson, ele fez o assento do rei. O estrangulamento real sobre Artois foi levantado. Além disso, os espíritos tiveram tempo para se acalmar. Mas, a partir do ano seguinte e graças à nova e difícil sucessão de Artois, Filipe VI se lembrará da ideia.

JEAN LE BON.

Nessa intensa atividade diplomática, Philippe de Valois parece um tanto perturbado. Aquele que endireita o barco, neste ano que se segue ao desastre de Crécy, é o herdeiro do reino, de repente fazendo causa comum com a burguesia de negócios que acaba de ser abusada. Os fiéis do duque Jean e as vítimas do expurgo de 1346 reapareceram no Conselho, entraram na Câmara de Contas, ocuparam altos cargos na administração. Jean conclui as negociações sobre o Dauphiné de Viennois, que o Dauphin Humbert II cede, em

1349, ao filho mais velho do Duque da Normandia, neto deste rei que um dia será Carlos V. Podemos até ver quando a viúva morrer de Eudes IV, para governar a Borgonha.

É talvez a única vitória real e discreta da realeza nestes anos em que Filipe VI está envelhecendo - nós temos cinquenta anos, e ele tem cinquenta e três em Crécy - mas onde a retomada do poder apresenta um duque da Normandia, finalmente mestre de seu ducado e homem forte do reino. Quando, em 22 de agosto de 1350, o primeiro dos Valois desapareceu, aconteceu algo que trinta anos de incertezas e reivindicações sobre a devolução da Coroa não nos permitiam ter esperanças: João II torna-se rei da França como se nada fosse dito.

Tomamos como pura curiosidade a ideia, nascida no cérebro da santa visionária Brigitte da Suécia e por ela apresentada a Clemente VI, de uma adoção de Eduardo III por Filipe VI. Para o santo, essa solução acabaria com todos os males da cristandade. Na realidade, e todos sabem disso, isso os multiplicaria.

Pela primeira vez desde 1328, o rei da França é mais uma vez filho de um rei. Sabemos que Eduardo III lembrou duramente a seu primo Valois que ele não era filho de um simples conde.

João II tem 31 anos. Ele é um homem adulto, um homem de experiência. Até agora, ele deu apenas evidências fracas de seus talentos políticos e militares. Sua inteligência é apenas média, mas ele é educado, até mesmo culto. Por outro lado, notamos sua falta de flexibilidade intelectual e seu autoritarismo. Este homem que lê muito, que sabe conduzir uma discussão, que sabe ouvir os argumentos dos outros e ter tempo para refletir antes de decidir, também é capaz de reações bruscas e decisões tomadas na hora. Pouco inclinado à violência, ele se torna intratável sob a influência da raiva. Às vezes indeciso, às vezes impulsivo, João II é acima de tudo incerto.

Diremos "bom" porque isso está mostrando o caminho. Desde que o dinheiro seja encontrado em outro lugar, ele gasta generosamente e festeja generosamente seus amigos. Mas isso não faz parte de seu "estado" real?

Não é o maníaco dos grandes golpes de espada e o seguidor inconsolável de uma cavalaria anacrônica que se retratará prontamente para ridicularizar a Ordem da Estrela e estigmatizar a anarquia tática da Batalha de Poitiers. Mas esse frágil homem de gabinete, esse depressivo com uma mente sempre preocupada, está sujeito ao jogo cíclico de influências contraditórias e manifesta em espasmos sua vontade de não estar nas mãos de nenhuma facção. Ele é um estadista, mas um estadista desajeitado. Entre uma nobreza à qual toda a sua educação o vincula e da qual todos os seus interesses políticos o separam, e conselheiros tão arrogantes quanto astutos, muitas vezes da burguesia empresarial parisiense que a nobreza continua a denunciar, o rei João acha difícil seu equilíbrio.

O reinado se abre com uma explosão, explicada pela atmosfera de traição em que viveu a corte de Filipe VI, mas cujo caráter dramático é suficiente para dar a medida da impulsividade real.

Lembramos o condestável Raoul de Brienne, irritantemente levado em 1346, na frente de Caen, em uma debandada que quase parecia uma defesa. Brienne estava na Inglaterra havia quatro anos, tempo para sua família receber o resgate. Vimo-lo regressar por volta do Dia de Todos os Santos de 1350, e o novo rei, que regressava da coroação, deu a impressão de o celebrar. Derrota não é desonra, e Brienne cumpriu seu dever, sem sucesso, mas com lealdade. Ele estava voltando ao seu lugar na corte, e era um dos primeiros.

Ficamos ainda mais surpresos, alguns dias depois, quando o reitor de Paris Alexandre de Crèvecœur mandou prender Raoul de Brienne no meio do Hôtel de Nesle, diante do rei. Era tarde. O prisioneiro foi mantido em um quarto.

De julgamento, não havia dúvida. João II foi ouvido jurando no dia seguinte que não dormiria enquanto o condestável vivesse. Ao cair da noite, o carrasco foi convocado. No dia seguinte, na calçada do Louvre, Brienne foi decapitada.

A comitiva do rei ficou chocada. O duque de Bourbon à frente, os barões tinham testemunhado a execução - muitos pensavam: o assassinato - de um deles e se preparavam para o pior. Entre o povo, onde havia menos medo, cada um elaborou sua hipótese de acordo com a opinião que acreditava ter do novo rei. Alguns asseguraram que o condestável havia conspirado para entregar aos ingleses, para completar seu resgate, sua fortaleza de Guines. Foi, renovado a partir de Geoffroy d'Harcourt, o tema da traição. Traição também foi mencionada em outro sentido, e o cronista do Liege, Jean le Bel, relatou complacentemente o que os franceses não teriam de graça no mundo escrito em preto e branco: Brienne pagou com a cabeça um amor culpado pela rainha da França.

Outros continuaram a repetir que o rei tinha apenas emprestado um ouvido solidário às ambições de seu favorito da época, Carlos da Espanha, a quem ninguém se surpreendeu ao ver imediatamente nomeado condestável.

Descendente de um ramo destituído da casa real de Castela, este príncipe nasceu sem terras e construiu toda a sua fortuna com uma lealdade irrepreensível ao duque da Normandia, de quem tinha sido companheiro de brincadeiras. Um bom cavaleiro, ele tinha uma bela presença. Ele era descendente de Saint Louis. De resto, nada justificava os favores excepcionais de que gozava. Quem teve sua franqueza imaginou que os motivos eram vergonhosos. O italiano Giovanni Villani falou em amor "desordenado"; Froissart fez do condestável um cavaleiro a quem o rei "amava muito".

Os Brienne eram aliados de toda a cristandade. A solidariedade das linhagens não era uma palavra vazia no cavalheirismo. Lealdade também.

Os senhores e barões da França, da linhagem do condestável e outros, ficaram profundamente pasmos quando ouviram esta notícia, pois consideravam o conde leal e pudico, sem qualquer covardia.

João II completou a frente unida de seus inimigos com um erro final: a Carlos da Espanha, já fornecido com o condado de Montfort-l'Amaury e ricamente casado com a filha de Charles de Blois, ele também deu o condado de 'Angoulême, aquele com o qual o Évreux teve que se contentar em troca de champanhe. Em outras palavras, os Valois roubaram Carlos de Navarra pela segunda vez.

A RAIVA DO NAVARRAIS.

O último já havia relutantemente feito uma barganha tola ao se casar com a filha do rei. A princesa tinha oito anos: os filhos demorariam muito para nascer. O dote anunciado era considerável, mas Charles não o esperava. O caso Angoulême fez a taça transbordar: Charles "o Mau" jurou vingança contra o favorito.

Os fiéis de Navarrese, portanto, se encontraram no mesmo campo que os aliados de Brienne. O mapa político estava se esclarecendo contra os Valois.

A perda de Guines não pode, em tal contexto, ser tomada como efeito do acaso. Jean le Bon guardara para si este condado de Guines, que acabara de confiscar de Raoul de Brienne. Porém, no início de 1352, soubemos em Paris que os ingleses estavam ocupando o castelo de Guines, uma das fortalezas mais adequadas para cobrir a posição de Calais. Surpresa? Traição? Não sabíamos e não sabemos. Os franceses protestaram junto ao legado pontifício: a trégua estava sendo violada. O governador inglês de Calais respondeu que as tréguas não foram violadas porque estávamos a comprar uma casa ...

Carlos da Espanha não se contentava em fazer fortuna, estava começando a ser insolente. O rei e ele mesmo acreditavam que estavam com a Navarra pela única razão de que este era agora genro de seu primo real. Era esquecer que casar com a filha do rei da França não trazia muito para um rei de Navarra, já príncipe das flores-de-lis, a quem havia sido suficientemente explicado durante alguns anos que na França as mulheres não repassou a Coroa. O Navarre não se acreditava obrigado a qualquer gratidão pela mulher-criança que lhe fora dada.

A paz era frágil. O policial o quebrou ao atacar abertamente o irmão mais novo do rei de Navarra, Philippe. O ódio que fervia por todos os lados foi subitamente desmascarado. O rei da França teve que intervir para evitar uma luta de faca. Philippe de Navarre retirou-se ameaçadoramente.

Algum tempo depois, Carlos da Espanha estava na Normandia, perto de Laigle, quando os irmãos de Navarra, que o seguiam, apareceram de repente com uma pequena tropa. O

policial dormia na pousada, sem a menor proteção. O Navarre o matou e foi embora. Oitenta feridas foram contadas no cadáver. Era 8 de janeiro de 1354.

Em Paris, a notícia causou sensação. Os grandes barões retiraram-se da corte na ponta dos pés. As coisas estavam indo mal. Como o partido de Harcourt, ligado aos navarros no caso Laigle, o partido de Brienne não escondeu sua alegria. Mas a prudência aconselhou distância. Um policial decapitado, o outro assassinado, isso merecia algum pensamento, cada um atrás de suas próprias muralhas, com uma ponte levadiça em funcionamento.

A resposta real não demorou a chegar. Um pequeno exército veio ocupar algumas terras no concelho de Évreux, outro foi manifestar-se em Navarra. Os condes de Armagnac e de Comminges teriam saqueado Navarra, para satisfação do rei da França, senão em seu proveito, se o conde de Foix não tivesse criado um desvio atacando por sua vez o condado de Comminges. A confusão reinou nos principados dos Pirenéus. Isso não melhora a situação política em Paris.

Quando soube que Carlos, o Mau, estava negociando com o Príncipe Negro, filho mais velho do Rei da Inglaterra, João, o Bom, ficou alarmado. Em 1346, tínhamos medo de não recomeçar. Os navarros realmente ofereceram seus castelos normandos ao rei da Inglaterra e avisaram às guarnições inglesas na Bretanha que seriam bem-vindos na Normandia. A ameaça era ainda mais séria para os Valois do que quando Geoffroy d'Harcourt desertou.

O rei João percebeu que estava sozinho na aventura. Ele ficou muito feliz em aceitar as ofertas de mediação de dois personagens duvidosos para dizer o mínimo. Um era Robert de Lorris, um dos grandes burgueses de Paris que já vimos, como Pierre des Essarts, traficar de tudo, inclusive de sua influência. Robert de Lorris era o camareiro do rei e um de seus trabalhadores manuais. Ele também era o genro de Pierre des Essarts e, portanto, o cunhado de um certo Étienne Marcel cuja estrela estava então em ascensão no firmamento parisiense. O outro era um ex-advogado, um jurista de inteligência viva, ambição desenfreada, discurso veemente: Robert Le Coq, atualmente bispo de Laon. Um conspirador e demagogo, mas ambos do mais alto calibre, assim eram os negociadores.

Isso resultou no Tratado de Mantes. Concluída em 22 de fevereiro de 1354, apenas seis semanas após o assassinato do condestável Carlos da Espanha, foi um modelo de falsa paz.

Em um futuro imediato, o rei de Navarra foi o vencedor do caso. Por viscondes inteiros, recebeu boa parte desta Normandia da qual já era o maior barão: Beaumont, Breteuil, Conches, Pont-Audemer, Orbec, Valognes, Coutances, Carentan. Em troca, ele desistiu do champanhe ancestral: ele nunca o tivera.

Em 4 de março, Carlos, o Mau, chegou a Paris. O assassino de Carlos da Espanha fez uma entrada no tribunal que não era a de um criminoso perdoado, mas o triunfo de um vencedor condescendente. Ele falou alto, pediu a execução do tratado, multiplicou as intrigas. O rei João ficou cansado.

Em novembro de 1354, a tensão era tanta que o rei de Navarra percebeu os riscos que corria ao ficar com seu adversário. Saiu de Paris, fez um tour pela Normandia, finalmente chegou a Avignon, onde queixou-se amargamente ao Papa sobre os erros que seu primo na França continuava causando-lhe. O duque de Lancaster também estava em Avignon. Os dois príncipes concordaram facilmente contra os Valois. Durante duas semanas, eles passaram as noites tramando a estrutura de uma aliança cujo objetivo era nada menos que o desmembramento do reino da França. A Navarra reservou a Normandia, Champagne e praticamente todo o sul.

Depois do episódio de Avignon, todos se retiraram e o Papa acreditou que a paz estava mais uma vez assegurada. Carlos chegou a Navarra para se preparar para a invasão da França pelo sul. Lancaster foi para a Inglaterra organizar o exército que deveria desembarcar em Cotentin.

No verão de 1355, chegamos perto da guerra. O rei de Navarra estava em Cherbourg. O Príncipe Negro iria assumir uma posição na Guyenne. Eduardo III concentrou sua frota em Southampton. Os ventos contrários salvaram John the Good: os navios ingleses ficaram encalhados em Wight, depois em Guernsey. Os embaixadores franceses aproveitaram para negociar mais uma vez. Em 10 de setembro, um tratado selou, em Valognes, a nova reconciliação franco-navarreira. Na verdade, João, o Bom, estava mais uma vez cedendo às exigências do primo.

Na Inglaterra, o Tratado de Valognes foi mal interpretado. Philippe de Navarre, que então representava seu irmão em Londres, ficou constrangido com o rodopio.

Falou relutantemente ao rei seu irmão que ele havia trabalhado com o rei da Inglaterra para vir antes, e então quebrou todas as suas conveniências.

Todo mundo estava infeliz. Por sua falta de jeito, o rei John havia armado contra ele parte do baronnage francês, mais afetado pela execução de Brienne e os infortúnios de Harcourt do que pelo assassinato de um policial lotado rápido demais. O rei Carlos mandou seu primo da França ceder o pergaminho, mas ele ainda não havia recuperado o champanhe. O rei Eduardo estava cansado dos negócios em que suas alianças continentais o envolviam e via pouco benefício nisso: a Bretanha estava custando-lhe mais do que trazia vantagens políticas, Flandres o havia deixado ir, o Navarre o decepcionou com seus palinodias. E o parlamento inglês sem dúvida sofreria muito se um exército fosse formado com grandes despesas para não fazer nada.

Em uma França dividida, Jean le Bon era frágil. Mas, diante dessa mesma França dividida, Eduardo III entendeu que agora teria que agir sozinho. A guerra feudal estava atolada. Sua conclusão seria um confronto entre a França e a Inglaterra.

CAPÍTULO VI

Os Cavaleiros do Apocalipse

A MORTE.

Morremos muito neste mundo onde entramos com poucas chances de ficar lá e onde parecemos um velho aos cinquenta anos. Nutrição, remédio, higiene, tudo se combina para mandar as pessoas ao cemitério. O médico é caro, e sua condição de escriturário, que o encerra no formalismo, lhe deixa apenas o direito de examinar e prescrever, invocando a autoridade de Hipócrates e Galeno. Para o cuidado em si, que vem do trabalho manual, é preciso recorrer ao cirurgião, que nada mais é do que um barbeiro mais ou menos especializado no manuseio da lanceta e das sanguessugas. Portanto, em vez de recorrer ao caro sistema oferecido pela Faculdade, procuramos com prazer o curandeiro, o consertador de ossos, o charlatão. É o triunfo diário do homem santo ou do feiticeiro. Muitos pacientes não se sentem pior com um chá de ervas com uma composição cuidadosamente passada de geração em geração do que com uma sangria prescrita em latim e praticada sem desinfecção. É melhor, todos sabem, ter um ferido vestido no barbeiro local do que conduzi-lo até o alvo que não põe a mão no ferimento. Além disso, as ventosas e as pomadas reduzem a dor e retardam os problemas fatais, mas apenas as doenças mais benignas são realmente curadas.

A falta de higiene não só leva à doença, como a torna pior. A infecção retira o parto, a panqueca leva à gangrena, a disenteria dizima cidades e exércitos. As pessoas raramente se recuperam de uma lesão e muitas vezes morrem de gripe.

Claro, nós nos lavamos. A terrível sujeira que as perucas empoadas do Grande Siècle vão esconder ainda não conquistou a cidade e a corte. Depois de um dia de caminhada, o burguês lava os pés e troca de roupa. O valente que multiplica os conselhos ditos à sua jovem noiva não deixa de insistir:

Tome cuidado, eu imploro, para manter a roupa lavada de seu marido limpa, pois isso é problema seu.
O marido se consola com a ideia do cuidado que pode esperar da esposa no seu retorno ... Ele sabe que será tirado diante de uma boa fogueira, que seus pés serão lavados, que receberá sapatos e sapatos novos, para que fique bem saciado,

bem regado, bem servido, tratado como um senhor, bem deitado em lençóis brancos com uma touca de dormir recém-branca, coberta com peles boas.

Tomemos essa visão idílica e egoísta do que ela é, mas o ideal desse bom burguês ainda requer uma bacia de água e roupa limpa. Sem dúvida, o escalda-pés assim imaginado não é o relaxamento diário do citadino, e sabemos que os fornos se assemelham mais aos bordéis do que às modernas piscinas. Poucos têm uma sala aquecida e poucos quartos aquecidos não são enfumaçados.

Durante esse tempo, o esgoto fica no meio da rua, o sangue dos esfolados escorre das pedras do calçamento para o rio, a sujeira forma um aterro nas portas da cidade. Nenhum controle sanitário sobre o abate de animais, nenhum serviço regular de limpeza urbana, nenhuma evacuação dos cadáveres de animais domésticos. De vez em quando, o rei, o senhor ou a cidade se preocupam em limpar uma rua, abrir uma vala, tirar um monte de lixo. Todo mundo começa a falar e conversamos sobre isso por oito dias. Tudo recomeça como antes.

A ideia não é isolar o paciente. Sabemos muito bem o que é contágio, mesmo que ignoremos micróbios e vírus. Da mesma forma, a extraordinária promiscuidade da moradia, tanto na cidade quanto no campo, garante as primeiras iniciações sexuais, com seus consequentes incestos e acidentes. Tudo isso leva ao contágio mais perigoso, aquele que mistura as gerações. As salas superlotadas, que dificilmente têm janelas com caixilhos fixos em que os vidros de papel oleado ou de lona encerada deixam passar apenas um dia bem filtrado, são caldos de cultura em que os ricos apanha o mal. outros contratados fora. No campo, aparentemente é pior, já que a promiscuidade na maioria das vezes se estende aos animais. Não é certo que sejam mais perigosos a esse respeito do que os homens.

Isso significa que morremos, crianças ou adultos, de sarampo, varíola, gripe, até mesmo tosse convulsa. A cegueira e a esterilidade às vezes são o destino daqueles que escapam da morte. As doenças parasitárias arruínam até os organismos mais resistentes. A febre tifóide é a ameaça oculta representada por cada copo de água, cada vegetal, lavado ou não. Entendemos que o homem da Idade Média preferia a sopa à salada, e que comia sua carne bem cozida.

Não sobrevivemos nem à tísica nem à pneumonia. A bronquite simples raramente perdoa, nem a congestão. Você morre ao cair na água em um pavimento escorregadio e secar-se é sua primeira preocupação para o viajante de inverno.

Não esqueçamos o alcoolismo e suas sequelas, individuais ou congênitas. O cretinismo e a loucura não são os menos importantes. Mais frequentemente do que mata, o álcool é a base de doenças fatais. O bêbado nem sempre tem tempo para morrer de cirrose: ele sucumbe ao congestionamento quando uma carroça não passa por cima dele.

Uma doença começa a regredir: lepra. Mas a que custo 1 Falha ao curar, nós isolamos. O leproso com a carne roída vive com seus companheiros em um dos mil e quinhentos ou

dois mil hospitais de leprosos estabelecidos no reino, fora das cidades, "a poucos passos do recinto". Alimentado pela caridade pública, curado quando a caridade toca o heroísmo, o leproso não tem mais vida em família nem papel na sociedade, a não ser para ser objeto de caridade quando o medo do contágio não o empurra. saudável para o ódio assassino. Assim, em 1321, o governo de Filipe V decretou uma verdadeira perseguição organizada depois que os habitantes de Périgueux queimaram todos os seus leprosos adultos por suspeita de envenenamento dos poços.

Vivendo perigosamente entre a infecção e o acidente, protegendo de alguma forma seus pulmões e intestinos, quase desistindo de lutar contra o envelhecimento e as doenças que o acompanham, o homem da década de 1340 pelo menos perdeu a memória de um perigo: não falamos mais da peste. Até esquecemos, a ponto de reutilizarmos a palavra para outra coisa. Uma praga é qualquer epidemia. Por seis ou sete séculos, não foi visto na França. No XI século, no entanto, atingiu a Europa Oriental. No tempo como no espaço, a praga está longe. É uma doença exótica.

PRAGA NEGRA.

E aqui, no final de 1347, o vírus da peste pousou no Ocidente. Vindo da Ásia Central, onde a doença é endêmica entre os Urais e o Mar de Azov, tocou a Crimeia, contaminou algumas tripulações italianas, navegou pelas rotas mercantes de grande comércio. No auge do inverno de 1347-1348, a doença surgiu simultaneamente - ou quase - na maioria dos principais portos do Mediterrâneo Ocidental: em Veneza, Messina, Gênova, Marselha, Barcelona. A Córsega, a Sardenha e as Baleares são afetadas ao mesmo tempo.

Em uma Europa saudável, a ameaça já seria muito grave. No entanto, a praga ocorre quando três verões podres - 1346, 1347 e 1349 - determinam uma das graves crises de frutas do século. Atinge, portanto, um Ocidente geralmente desnutrido, ainda que alguns não entendam uma mortalidade que ocorre quando, por enquanto e nas grandes cidades, não há falta de alimentos. Nesse período frio e úmido que a crise de 1315 tristemente ilustrou, a peste atingiu um dos pontos mais severos da oscilação.

É, portanto, a peste dos desnutridos que se desenvolve: a peste pulmonar, que se espalha dez vezes mais rápido do que a peste bubônica simples. Não há necessidade de tocar no paciente para pegar sua doença, basta respirar.

A praga voa de cidade em cidade. Em poucos meses, atingiu toda a Itália, quase toda a França, Aragão, Navarra. Ela estava em janeiro de 1348 em Montpellier. Em março, ela devastou Avignon, onde o Papa Clemente VI mostrou coragem e iniciativa: autorizou autópsias, normalmente proibidas pelo direito canônico, e mandou escrever príncipes cristãos para alertá-los. Em abril, a peste está em Toulouse. Em junho e julho, enfurece-se

na Gasconha, atinge Poitou e a Bretanha, toca a Normandia. Os barcos a levam para a Inglaterra.

Através da Vexin, a epidemia está se espalhando na planície da França. Ela está em Roissy, depois em Saint-Denis. Ela chegou a Paris em agosto.

A Picardia é atingida ao mesmo tempo. A praga está em Calais. No inverno, mais devagar porque o frio limita o contágio, avança para o leste. Ela está em Amiens, em Reims. Está se desenvolvendo em Champagne.

O pânico é ainda maior quando vemos o mal chegando como uma onda inexorável. Com várias semanas de antecedência, nós o seguimos e planejamos seu caminho. Todo mundo sabe aproximadamente quanto tempo ainda falta para viver ...

O estranho é suspeito. Quando a epidemia se aproxima, fechamos os portões da cidade, empurramos o viajante para trás, hesitamos em desempacotar os produtos importados. Pais e amigos não existem mais. E olhamos com angústia para o cata-vento. O vento é mortal, soprando de países contaminados.

À medida que a ameaça se torna mais clara, as informações se multiplicam. À distância, o médico continua a bancar o valente: tem remédio para isso. Assim, Pierre de Damousy, um Rémois que finalmente sobreviverá. Ao se aproximar do mal, ele baseia sua esperança na pílula cuja fórmula encontrou em uma coleção antiga.

Ninguém morrerá da peste se o usar ... Garanto-vos que com uma boa alimentação este remédio seria suficiente, quer para prevenir a epidemia, quer para a remediar.

Quando ficamos sabendo, alguns dias depois, que nenhuma cura salvou os enfermos da cidade vizinha, a confiança do alvo voa embora.

Como não temos a menor ideia de vírus, culpamos a corrupção do ar, ou melhor, aquela espécie de névoa quente e úmida que respiramos na cidade no verão e que se passa por ar.

O ar podre causa mais danos do que a comida ruim.
A corrupção do ar prejudica mais o corpo humano do que a comida ruim, pois essa carne ruim, confiando no estômago e nos membros, pode ser corrigida total ou parcialmente. O ar ruim às vezes passa para os pulmões e para o coração, porque, gostemos ou não, atraímos o ar, pela respiração, para onde deveríamos atrair a vida. Essa epidemia vem diretamente de um ar corrompido em sua própria substância, e não apenas em sua qualidade.

Essa é a opinião de três médicos. Sem poder expressá-lo, todos têm uma ideia clara do que é contágio. Diante do perigo, não há, portanto, solidariedade que realmente se mantenha. Abandonamos o paciente à sua sorte, enterramos os mortos apressadamente e nos afastamos o mais rápido e o mais longe possível. Quanto aos vivos, desconfiamos deles. O comércio carnal ou a simples conversa, qualquer relacionamento social pode ser perigoso. A desconfiança não pode machucar.

No todo ou em parte, no entanto, certas regiões escapam do flagelo. Ninguém sabe por quê. Talvez isso seja, em muitos casos, apenas um efeito das lacunas que permanecem na documentação do historiador. À medida que avançam os estudos sobre a Peste Negra, diminui o número de regiões poupadas ... Mas é certo que certas cidades, certas regiões foram salvas. E estes não são os menos importantes. A praga poupou Bruges, tocou pouco - e tardiamente - Flandres e apenas Hainaut. Afeta os terroirs Gascon de forma desigual. Deixa de lado parte de Béarn.

AVALIAÇÕES DEMOGRÁFICAS.

Os países e as cidades são duramente atingidos. Não existe família que seja poupada, senão nos segmentos abastados da população, onde às vezes é possível encontrar abrigos suficientemente isolados. A morte mata um em cada dez habitantes aqui, oito ou nove ali. A epidemia é tanto mais mortal quanto raramente para, em uma cidade ou região, antes de cinco ou seis meses. Em Givry, na Borgonha, ela mata onze pessoas em julho, 110 em agosto, 302 em setembro, 168 em outubro, 35 em novembro. Em Paris, dura de um verão a outro. Ele devasta Reims da primavera ao outono.

A paralisia toma conta de cidades e vilas. Cada um fica agachado em casa, ou foge por um reflexo incontrolável e ineficaz de salvaguarda ou simplesmente de medo. Aqueles que partem às vezes encontram morte ou xenofobia no encontro.

As cidades pagam o preço mais alto: a superlotação mata. Em Castres e Albi, uma em cada duas famílias desapareceu definitivamente. Périgueux perde repentinamente um quarto de seus habitantes, Reims um pouco mais. Dos doze capitulares em funções em Toulouse em 1347, oito se destacaram durante a epidemia de 1348. No convento dominicano de Montpellier, onde havia cento e quarenta irmãos, há oito sobreviventes. Não há nenhum entre os Cordeliers de Marselha, nem entre os de Carcassonne. O lamento da Borgonha pode ser exagerado em prol da rima, mas expressa espanto:

Em mil trezentos e quarenta e oito
Restaram cem noites, oito.
Em mil trezentos e quarenta e nove
Em Beaune, restaram cem nove.

Na verdade, na pequena cidade borgonhesa de Givry, onde normalmente morrem vinte, trinta ou quarenta habitantes por ano, o ano de 1348 leva embora seiscentos e quarenta e nove em onze meses. Nas cidades vizinhas de Aix-en-Provence, a população cai em um ano de 300 incêndios para 213, de 40 para 11 e de 92 para 40: em média, um colapso de 40%. Em Saint-Denis, trinta monges em cem morreram. No Filles-Dieu de Paris, a mortalidade

no ano é de 60%. Mas a mortalidade apenas dobrou nas fileiras dos cânones de Reims: dez mortos, em vez de cinco ou seis em um ano normal.

Não sabemos mais onde enterrar todos esses mortos. Com pressa, novas valas comuns foram abertas, onde os municípios tinham valas comuns cavadas depois de valas comuns. A questão toda é que os corpos estão cobertos. Não é mais decência, é simplesmente profilaxia. Ainda é necessário carregar os mortos no chão, tarefa que em tempos normais não era muito atrativa, agora é perigosa. Os carregadores recrutados com urgência em Avignon morrem imediatamente de peste. Em algumas cidades, logo ninguém pode ser encontrado. Todos devem trazer seus pais.

Se alguém às vezes se esquiva do mal refugiando-se no campo, em uma mansão adequadamente isolada com boas provisões, dificilmente escapará na comunidade da aldeia. O contágio é indubitavelmente mais lento e menos certo lá do que na cidade, e a comunidade acha bom viver bastante retraído, declínio favorecido pela epidemia a ponto de paralisar a economia de intercâmbios normalmente animados pela cidade. Ainda mais quando o habitat está relativamente disperso, o camponês fica em casa com mais facilidade do que o jornaleiro cujo salário está na oficina e o pão na padaria. E então, se o "rato do campo" - o arganaz, o rato do campo - prejudica a plantação, o grande rato preto que carrega a peste é raro longe das cidades. No campo, o principal vetor da epidemia é o homem.

No entanto, a praga leva um de cada dois camponeses, um dentro do outro. Existem aldeias poupadas. Existem alguns que encontraremos desertos após a passagem da praga. Em Savoie, Normandia, Ile-de-France, observamos a mesma taxa média: em dois anos, a população caiu pela metade no campo.

Por menor que seja sua abordagem estatística, Froissart dá uma estimativa que os cálculos dos historiadores tendem a corroborar:

Bem, a terceira parte do mundo morreu.

Juntos, cidades e campos, um em cada três homens está realmente morto. Mas a epidemia igualitária não existe. Os mais protegidos, os mais bem nutridos, os mais robustos são menos afetados que os outros. Os mestres da Faculdade de Paris dizem isso sem rodeios: para fugir da peste, é melhor comer pão branco e cordeiro de um ano do que pão de cevada e nabo. Quem pode "recuar" para o campo, nestas casas abrigadas da epidemia que os médicos definem com clareza:

Casas baixas, não úmidas, longe de água ruim, carniça e cemitérios, courtils cheios de alho-poró e couves e outras gramíneas corrompidas.

Desde que seja bem ventilado mas que uma cortina de árvores o garanta dos ventos de sul, que boas chaminés permitem que seja aquecido e verdadeiras janelas o ventilem com o vento seco de norte, essa horta e quintal estão fora, mas não precisam ir com muita

frequência para a aldeia, e que nenhum vagabundo vem arrastar suas roupas por perto, tal casa protege seus proprietários de todas as pragas. Um médico de Montpellier o escreve com amarga lucidez:

Os conselhos de doutores eruditos são inúteis e não ajudam aqueles que são atingidos por esta doença terrível, cruel e perniciosa. O maior remédio é fugir da praga, porque a praga não persegue o fugitivo.

O Prior das Carmelitas da Place Maubert lança uma flecha contra os sacerdotes que não mostraram a maior bravura no assunto:

Em muitas cidades, grandes e pequenas, os padres foram desaparecendo, deixando a tarefa para religiosos mais corajosos.

O Cônego Guillaume de Machaut o confessa em seu *Julgamento do Rei de Navarra:* ele confessou, voltou para casa, fechou a porta e passou o verão trancado, esperando para ver como transformou o negócio em sua boa cidade de Reims.

Com certeza eu iria embora
Até eu saber
A que fim isso poderia chegar.

A mortalidade observada nos conventos das ordens mendicantes confirma, infelizmente, a intenção do Carmelita parisiense. Como Machaut, cônegos, padres e capelães deixaram aos cordeliers, jacobinos, carmelitas e até mesmo agostinianos a tarefa de visitar os enfermos e abençoar os mortos. O capítulo de Notre-Dame de Paris perdeu, em 1348-1349, o dobro dos cânones de um ano normal. Estamos longe da mortalidade multiplicada por vinte em Givry, ou a hecatombe dos Cordeliers.

Os companheiros, os servos, os trabalhadores, os diaristas pagam um preço mais alto. Os velhos estão caindo como moscas. Também crianças, cuja morte a longo prazo é a mais dramática em suas consequências para o equilíbrio demográfico.

No rescaldo da peste, de fato, o alívio dos adultos sobreviventes se reflete na onda de casamentos e procriações que muitas vezes marca o fim dos tempos de angústia. Depois da desgraça, nos divertimos. Não existe mais mulher estéril, nascem gêmeos em abundância, vemos trigêmeos. O maravilhoso vai se envolver: os filhos dessa ressurreição coletiva têm, enquanto crescem, apenas vinte ou vinte e dois dentes. No passado, lembra Jean de Venette seriamente, normalmente tínhamos trinta e dois, metade em cima e metade embaixo!

Na aparência, portanto, as lacunas são rapidamente preenchidas. E a morte de pessoas idosas, de fato, só foi antecipada por alguns anos. Aqueles que foram varridos pela peste em 1348 tiveram muito menos mortes na década de 1350.

É diferente para as crianças que morreram na Peste Negra, essas crianças que, aos cinco, dez ou quinze anos, já haviam ultrapassado os limiares mais difíceis que causam a mortalidade infantil. Essas pequenas mortes de 1348 e 1349 são tantos pais e mães a

menos nos anos 1355 ou 1360. Com dez ou quinze anos de diferença, o golpe na nupcialidade vai redobrar os efeitos negativos da própria morte. .

Mas o equilíbrio é frágil. Mesmo quando nem a chuva nem os vírus estão envolvidos, a renovação da população mal é garantida. A dinâmica da migração, e somente ela, mantém e aumenta a população das cidades. As grandes linhagens burguesas desaparecem em sua maior parte em seis ou oito gerações. O malthusianismo gerado pela insegurança econômica reduziu significativamente a longevidade das famílias de artesãos ou companheiros. Em Périgueux, onde uma bela série de livros fiscais permite acompanhar o destino das famílias, notamos 95% de renovação em dois séculos: das 4493 famílias que viveram entre 1300 e 1500, apenas 162 viveram em 1300 e 1500. A grande maioria das famílias burguesas duram duas gerações, não muito mais.

É, portanto, a partir do excedente rural que a população das cidades se acumula dia após dia. Uma imigração que a cidade devora muito rápido, porque os recém-chegados não têm facilidade e poucos conseguem se estabelecer. Os moradores da cidade que a migração rural continua substituindo são, na verdade, apenas ex-moradores do campo. Se Paris, Reims e Perigueux, a cidade do XIV século aparece como um poço sem fundo.

No entanto, esse superávit demográfico no campo é em si muito pequeno. O camponês abastado tem no máximo seis ou oito filhos. Três ou quatro chegam à idade adulta. Nem todos vão se casar. Não vamos falar dos pobres ...

O crescimento dos tempos normais é, portanto, pequeno: oito por mil, talvez. Não estamos mais na era de grandes desmatamentos. Por meio século, a expansão parou, o dinamismo demográfico perdeu força, os preços dos grãos estagnaram e as mudanças no padrão monetário abalaram a economia comercial. A Peste Negra não é a primeira epidemia e não é o primeiro infortúnio. Também não é a última praga.

Os contemporâneos de Carlos V e do Príncipe Negro souberam muito rapidamente que a praga era sua companheira. Quase tão mortal quanto a primeira, uma segunda praga sacudiu a Inglaterra em 1360: uma morte para cada quatro habitantes. O terceiro, em 1369, e o quarto, em 1375, mataram um em cada oito. O retorno do flagelo é tão frequente na França. Às vezes, a peste atinge uma região, às vezes dizima outra. Em 1361, a epidemia era tão geral quanto em 1348, mas agora extermina as crianças sobreviventes da Peste Negra como adultos e está exterminando a rara geração de netos. Mal iniciada, a recuperação demográfica é arruinada por essa segunda reviravolta do destino. A região de Paris ainda foi afetada, ao que parece mais seriamente, em 1363: uma pequena cidade como Argenteuil foi praticamente varrida do mapa em poucas semanas. Então a praga se instala. Notamos isso em 1366, em 1368, especialmente em 1375, onde toda a França sofre, como na época da Peste Negra, os efeitos de uma epidemia que surge de uma terrível crise de frutas. Como sempre, a fome leva à peste. Algumas pequenas cidades da Provença perderam dois terços de sua população em meio século.

O XV século se acostuma - mas muito ruim - a praga. Quase não passa um ano sem que seja relatado em algum lugar. Ela dizima Paris em 1399-1400, devasta Périgord em 1400-1401, Limousin em 1402, o condado de Nice em 1405. Ela domina Languedoc e Provença em 1420, em 1440, em 1450. Ainda o vemos atingindo Provença em 1456-1457, em 1464, em 1467. Dificilmente há uma cidade ou aldeia que não conheça, em um século, cerca de dez pragas.

Assim como a tosse convulsa e a disenteria, a peste agora faz parte da vida humana. As capitais de Toulouse consideram-no um dado regular da passagem do tempo: ele bateu durante trinta anos, e três anos em três anos. Estamos em figuras simbólicas. A praga entra no plano divino. Vemos nela um dos cavaleiros destrutivos anunciados pelo Apocalipse.

MASSACRES E MEDICAMENTOS.

O primeiro golpe, o de 1348, chocou o mundo, e ainda mais do que a fome de 1315-1317. Procuramos os culpados, encontramos alguns: os marginalizados. Aqui os mendigos, ali os judeus. Eles obviamente envenenaram fontes, poços, cisternas. Tão frequente ao longo dos séculos para explicar o que o homem se recusa a admitir, é a hipótese de uma conspiração anônima e sem objeto. Alguns observam que tal cataclismo excede em sua magnitude as proporções de uma trama; eles só falam em voz baixa.

Em algumas cidades, os mendigos são executados; assim, em Narbonne. Eles não confessaram? Estranhos pagavam para jogar pólvora na água. " Matar. Na falta de algo melhor, a opinião pública fica satisfeita com a explicação.

Mais frequentemente, são os judeus que a multidão ataca. Em vão alguns cristãos apontam que a peste atinge tanto as comunidades judaicas quanto as paróquias vizinhas. Onde quer que os judeus expulsos do reino da França tenham encontrado refúgio, a caça começa. Nesta onda de violência gratuita, é o ódio e o medo que se expressam. Usurários duvidosos ou artesãos laboriosos, credores ricos ou modestos negociantes de segunda mão, os judeus experimentaram algumas semanas de terror. Às vezes é o massacre.

Em 4 de julho de 1348, Clemente VI lança a excomunhão contra qualquer pessoa que moleste um judeu. Isso evita o pior para uma população judia particularmente grande em Avignon e no Comtat Venaissin. Em Franche-Comté, os judeus são presos. Na Provença, Sabóia, Dauphiné, a violência está aumentando. Os judeus ficam muito felizes em encontrar refúgio no Comtat venaissin.

Nas cidades da Alsácia, é o massacre sistemático. Os alsacianos nem mesmo esperam que a praga chegue. Em Benfeld, onde se reúnem os representantes das cidades imperiais, é oficialmente tomada a decisão de aniquilar as comunidades israelitas. Uma após a outra, as cidades enviam seus judeus para a fogueira. Por um tempo, os patrícios de Estrasburgo

tentaram impedir o genocídio, mas o povo comum os derrubou. Mal no poder, os artesãos acertam as contas: os judeus que não puderam decolar pelas aldeias vizinhas são torturados em 14 de fevereiro de 1349. Ninguém viu ainda, nessa data, uma vítima da peste na Alsácia. A aproximação do flagelo forneceu um bom pretexto.

Os massacres naturalmente não impedem o mal de progredir. À medida que fecham as portas, as cidades estão se organizando. Procuramos médicos, fazemos deboche entre os vizinhos. Alugamos por seis meses, por um ano. Alguns conseguem contratos extraordinários, pelo menos para aqueles que sobrevivem.

O desentendimento entre os homens da arte preocupa Philippe VI. No auge da epidemia de Paris, ele encarregou a Faculdade de Medicina de um estudo sistemático. Isso foi concluído em outubro de 1348. Causas sobrenaturais, causas físicas, diagnóstico, prevenção, cuidado, tudo está aí, menos a certeza de ser curado. Finalmente, os mestres parisienses são pessoas prudentes.

Não é mais hora, tanto para a maioria dos governadores quanto para os simples pacientes, de se mostrarem vigilantes sobre os títulos. Melhor um falso médico do que nenhum médico. A autoridade fecha os olhos para a insuficiência do praticante, pois é óbvio que a presença do padrão de teste é reconfortante se não for curado. Contamos com ele para diminuir o sofrimento, e quem espera ser curado mesmo assim graças aos cuidados da Faculdade conhece apenas uma breve ilusão: tal morreu à noite quem se acreditou ileso pela manhã. Como sabemos, dificilmente há remissões.

Por outro lado, confiamos no médico para escapar do mal. A praga mata um em cada dois ou três? O bom remédio pode ajudá-lo a sobreviver. Os mestres parisienses afirmam: o medo, a magreza e, ao contrário, a obesidade promovem o contágio. Mais ou menos, tudo isso pode ser tratado.

Assim, extraída de Aristóteles ou Galeno, Hipócrates ou Ali Abbas, toda a arte médica da Idade Média vem em auxílio do candidato à sobrevivência se ele receber bons rendimentos. Sangramentos, purgações, dietas purificam o sangue. O descanso e a continência evitam o desperdício de forças desnecessariamente. É assim também que limitamos o contágio, e vemos a Faculdade denunciar como particularmente perigosos os amores fugazes, exaustivos e tortuosos: a menina que passa de um parceiro para outro pode transmitir o mal antes saber que você é afetado. Além disso, ficando em casa, com as portas e janelas bem fechadas, evita-se respirar a peste dos locais públicos ou, pior ainda, dos fogões. Em termos de peste, os ricos são incentivados a queimar incenso, babosa, nozes, almíscar, cânfora. Se hesitarmos antes da despesa, pelo menos queimemos figos secos. Isso pode não ajudar muito, mas mantém as moscas longe.

O corpo docente também está se perguntando sobre comida. Em vez de frutas, quase sempre suspeitas, ela prefere verduras cozidas, temperadas com vinagre cru. Em vez de comprar água tirada sem precauções, você tem que ir delicadamente coletar sua água na

metade da fonte. A menos que você possa encher sua jarra com as pedras de um pequeno riacho ... A sabedoria é também evitar a sede para não ter que saciá-la. Vamos nos refrescar dando um passeio nas horas frescas e descansando quando está muito calor. Na verdade, alguns alquimistas destilam a água de sua mesa no destilador. Os destilados menos complicados prescrevem vinho puro para si próprios.

O açafrão, a mirra e o aloé também fazem parte da composição dos comprimidos, cuja fórmula pode ser encontrada em antigas compilações e, em particular, no tratado de Razès. Barro vermelho, rico em óxido de ferro, é a base desta "tigela armênia" da qual Galeno gostava muito e que é prescrita com confiança. Existem centenas de tipos de pós e xaropes, que todos podem experimentar de acordo com o preço e a ocasião. Aqueles que serão poupados pela epidemia e que poderão pagar por tal profilaxia, sem dúvida pensarão que a medicina tem algo a ver com isso. No mínimo, ela ensina as pessoas a serem cautelosas, a tomar cuidado com o contágio, a não criar um ambiente muito favorável ao mal. Para lavar as mãos e os pés também. Essa é a base da profilaxia, pois a base da dietética é não ser nem muito magro nem muito "gordo": os médicos da Faculdade afirmam com firmeza, o magro está mal protegido, o "gordo" já carrega humores dentro de si.

Mas sabemos muito bem que a vítima da peste é um homem morto. Quando aparecem os primeiros pontos suspeitos, tudo se torna inútil, e o médico gosta dos demais. Boccace escreve sem maquiagem:

Não havia receita médica ou remédio eficaz que pudesse trazer a cura ou proporcionar algum alívio. A natureza do afeto era contra isso? Os médicos devem ser culpados?

Para o curandeiro, para o charlatão, que não doem mais, há bons lucros, embora nada os proteja do mal. Do irracional ao sobrenatural, existem muitos graus, e não se pode classificar convenientemente os homens e comportamentos. Não é o Colégio de médicos parisienses que coloca as causas da peste no topo da lista, e como a principal dessas causas, a conjunção, em 20 de março de 1345, de Júpiter, Saturno e Marte, e o encontro - em Outubro de 1347 no signo de Leão - de Marte e a cabeça do Dragão?

O Prior das Carmelitas da Place Maubert ecoa os estudiosos da Faculdade. Em agosto de 1348, ele viu com seus próprios olhos uma estrela formidável explodir.

Ela foi vista a oeste, alta e brilhante, após a hora das Vésperas, enquanto o sol ainda brilhando descia no horizonte. Não estava, como os outros, muito acima do nosso hemisfério. Pelo contrário, parecia bastante próximo. O sol estava se pondo e a noite estava chegando. Pareceu-me e aos meus irmãos que ela não se mexia. Ao cair da noite, esta grande estrela se dispersou em vários raios. Nós vimos isso, e muitas pessoas se maravilharam conosco. Projetando seus raios sobre Paris e em direção ao leste, ele desapareceu completamente, cancelado em sua totalidade.
Seria um cometa ou outro, ou alguma formação de exalações repentinamente dissolvida em vapores? Deixo isso para os astrônomos julgar. É possível, porém, que tenha sido o precursor da praga.

Enquanto alguns confiam na magia e fazem a fortuna dos feiticeiros da aldeia, outros - ou o mesmo, em outras ocasiões - tentam dobrar a vontade divina. O intercessor por excelência é São Sebastião, cujo corpo perfurado por flechas é visto como um prenúncio da peste. Suas estátuas se multiplicaram nas igrejas depois de 1350. Oramos para que a praga passe em outros lugares; isso leva a orar para que o inverno seja frio.

Clemente VI, ansioso por colocar a invocação oficial da Igreja em um nível diferente da piedade popular, *clama* urgentemente *por* uma missa *Pro evitanda mortalitate.*

Liberte, Senhor, o seu povo dos terrores que a sua raiva inspira nele!

Dois anos depois, o Jubileu de 1350 foi um grande sucesso. Bispos e padres pregam penitência. Usamos e abusamos da imagem do castigo divino.

OS FLAGELANTES.

A licitação não demora a se manifestar. Forma normal de penitência, a mortificação física se transforma em espetáculo coletivo. Pela Alemanha e pelos principados do império primeiro, depois no nordeste da França, dezenas de grupos entusiastas começaram a vagar, mostrando na encruzilhada sua participação física na Paixão de Cristo. No verão de 1349, esses "flagelantes" que se chicotearam e entoaram orações estranhas começaram a preocupar seriamente a Europa. São gente boa, leigos sem muita cultura, entre os quais não bastam alguns padres desvinculados e alguns irmãos mendigos que romperam a proibição. A fé dos flagelantes está fora de dúvida. Sua ortodoxia, por outro lado, é questionável.

Movimento popular, o dos “bateristas” - foi mais tarde que surgiu o nome Flagelantes - decididamente fora dos constrangimentos habituais e da habitual frouxidão penitenciária preconizada e praticada pela Igreja. Cantamos em alemão, flamengo, francês, não em latim. A penitência com açoites faz esquecer o sacramento da penitência. A própria massa parece passar após o açoitamento público.

Mas antes, entre todos nós, irmãos,
Vamos bater nossa carniça muito forte
Remontando a grande miséria
De Deus e de sua morte lamentável!

A penitência por meio da "disciplina" não é nada novo. O que é com certeza é excesso. O flagelo com que se mortificam esses "espancadores" é mais um instrumento de tortura do que um objeto de devoção.

Três correias, às quais havia um nó, a qual nó havia quatro pontas, bem como de agulhas, cujas pontas se cruzavam no interior do referido nó e apareciam nos quatro lados do referido nó. E foram feitos sangrar por eles espancarem.

Eles dizem que receberam uma carta de Deus. Na história dos movimentos e seitas religiosos, não é a primeira vez que falamos de uma carta do céu. Muitas emoções religiosas, a partir do VI século, pelo menos, foram bem justificada. Cólera de Deus, descanso dominical não observado, jejum quebrado da sexta-feira, penitência, são os temas tradicionais dessas cartas carregadas por um anjo e que ninguém mais vê no final. Na verdade, não parece que os contemporâneos da Peste Negra prestaram muita atenção à carta. Os flagelantes têm seguidores suficientes quando dizem que têm certeza de que não morrerão da peste e quando exigem que todos os judeus sejam queimados até o fim.

Apesar da falta de ortodoxia nas reuniões e nas conversas - os "bateristas" não comparam o sangue que flui de suas feridas com o sangue derramado por Cristo? - cabe ao clero chegar a um acordo com os flagelantes. Chegam em grandes tropas e proporcionam um espetáculo gratuito às boas pessoas já atraídas a bocejar de admiração antes de procissões e torneios, e não menos apreciadoras de rufiões animados e malandros de forca. É mais fácil conter esse movimento de curiosidade do que frustrá-lo. Os clérigos entenderam rapidamente: fechar as igrejas ao movimento flagelante seria, sem dúvida, esvaziar essas igrejas de seus fiéis. As abóbadas góticas protegem assim a "debulha" com a bênção implícita dos clérigos morfondus. Os que saem de sua reserva o fazem com relutância, e vemos duros confrontos quando um franciscano ou um dominicano misturado com os flagelantes ataca os pregadores que se permitem criticar o movimento ou o ignoram demais. ostensivamente.

Cada grupo é formado por um período de trinta e três dias. A alusão à vida de Cristo é transparente. Pelo menos, pensem os céticos e os preocupados, esperamos ver o fim disso.

Infelizmente, rapidamente percebemos que esse não é o caso. Novas ondas aparecem e grupos se sucedem. Eles se organizam, dão a si mesmos uma regra. Podemos vê-los em Brabant, em Hainaut, em Flandres, onde o movimento atingiu seu auge no verão de 1349. Os flagelantes estão em Cassel, Lille, Valenciennes, Maubeuge. Alguns grupos chegam a Douai, Arras, Reims. A prevenção da peste junta aí a frente de propagação do mal.

Os flagelantes já se manifestaram em Troyes, enquanto um pequeno grupo se aventura até Avignon, quando Filipe VI e Clemente VI concordam em dar a parada que as autoridades locais há muito acreditaram que poderiam evitar. . As reclamações estão chegando, e a Faculdade de Teologia montou um registro contundente. No outono de 1349, um jovem teólogo muito ativo na comitiva do cardeal de Périgord, o beneditino Jean du Fayt, foi despachado de Paris para Avignon para esclarecer o Papa de lá. Du Fayt é flamengo e viu os flagelantes de perto. Tanto quanto o dossiê elaborado em Paris, a

experiência o ensinou. Ele fala em nome do rei e de seus conselheiros, os mestres em teologia da Faculdade de Paris, mas também fala como testemunha.

A reação do papa não demorou a chegar, quando foi relatado a ele que os flagelantes tocaram em heresia, que eles comparam seu sangue derramado ao Sangue Precioso, que eles acumulam novas superstições, como não aceitar pão. cortado por terceiros ou para lavar as mãos apenas em uma bacia colocada no chão. E então, os flagelantes jogam anti-semitismo, e Clemente VI não protegeu os judeus do Comtat Venaissin do massacre para permitir que os outros cortassem suas gargantas.

Acima de tudo, os flagelantes põem em risco a ordem estabelecida e prescindem ostensivamente das estruturas oficiais da Igreja. Como o Papa - ou um de seus parentes - diz de maneira muito simples em um sermão proferido em público numa época em que o caso dos Flagelantes está na mente de todos, "não se coage a Deus gritando!" "

O que exatamente são esses “bateristas”? Almas apaixonadas pela pureza, preocupadas com sua salvação e com a salvação do mundo. Eles têm um defeito, que equilibra todas as suas boas intenções: em vez de apaziguar os espíritos atingidos pelo espectro da Peste Negra, em vez de consolar os pais das vítimas e as próprias futuras vítimas, acabam por perturbar os motivos . A penitência com tiras de ferro leva à histeria.

O movimento se preocuparia menos se não fizesse parte de uma longa reação, às tendências anárquicas, contra a Igreja hierárquica e seu compromisso do Espírito com o Mundo. Por mais de um século, as ordens mendicantes - dominicanos, franciscanos, agostinianos, carmelitas - pregaram um retorno à pureza evangélica da fé. Os Frades menores - os franciscanos - muitas vezes assumiram posições “evangélicas” cuja afirmação nunca deixou de opor sua ordem, ou parte dela, à autoridade de uma Santa Sé que não quer ver questionar, por meio de seu poder temporal, seu papel na sociedade.

A partir dos anos 1315, uma fração da ordem entrou em insurreição aberta. Eles eram chamados de Fraticelles - os irmãos mais novos - ou "Espirituais". O tempo do Espírito havia chegado, o tempo da Igreja do mundo havia acabado. Chegamos perto da heresia, tocamos no catarismo.

João XXII, então Bento XII, condenou os “espirituais”. Isso não foi suficiente para fazê-los esquecer. O caso abalou seriamente a fé.

Entre a reflexão teológica dos “Espirituais” e a mística rudimentar dos flagelantes, há apenas um vínculo tênue: o caminho da salvação passa fora das estruturas eclesiais, longe do magistério papal e das liturgias aprovadas. Pobreza voluntária, mortificação corporal, tudo isso. A longa discussão teológica do evangelismo dá profundas ressonâncias às ansiedades nascidas da Peste Negra.

Além do mais, ressonâncias não controladas. Poderíamos dizer que a crise religiosa sublinhada pelo episódio dos Flagelantes teria sido menor se o quadro normal do

misticismo evangélico não tivesse desaparecido. Conventos esvaziados pela peste, paróquias sem pároco, pregação interrompida, absolvições precipitadas, tudo isso leva naturalmente à espontaneidade das formas individuais e coletivas de vida religiosa.

Então, Clemente VI opta por interromper o movimento de uma vez. Ele condena o uso de açoites sistemáticos, ordena que os príncipes prendam os obstinados, acusa a Inquisição de processar aqueles que se recusam a se submeter. A Inquisição são os dominicanos, os antigos rivais da ordem franciscana. Eles certamente levarão essa nova tarefa a sério.

Mas a praga despovoou as casas de São Domingos. O trabalho avança lentamente, apesar de uma definição dogmática da Universidade de Paris que considera os flagelantes hereges.

Na maior parte, entretanto, eles acabam ficando entediados. Um grupo empurrou para Avignon, mas não se atreve a insistir e se retira. A epidemia passou, muitos pensam em obter a sua reconciliação e de alguma forma regressar às suas casas. A Inquisição queima alguns, por exemplo. Para os franciscanos que nada têm de flagelante, a lição terá sido salutar mesmo assim.

O povo cristão como um todo não fica indiferente a esses apelos à penitência, à regeneração espiritual pela mortificação. Depois do paroxismo, vemos a partir de 1350 um extraordinário florescimento desses grupos de piedade coletiva e ajuda mútua que, na forma de irmandades leigas, se estabelecem em torno de hierarquias conhecidas como tantas ordens terceiras. A supervisão da oração coletiva e da penitência aqui interfere muito sutilmente com a da vida social, e é bastante difícil discernir, entre as razões de tais irmandades, o que vem sob a solidariedade econômica ou assistência mútua - cuidado dos enfermos, oração pelos mortos - e o que é verdadeiramente uma manifestação de fé através da penitência e da caridade.

Ao comer até fartar-se com mais frequência, ao encontrar a morte com menos frequência ao longo das estradas desde o surgimento das instituições de paz - a paz de Deus, a trégua de Deus - o homem perdeu um pouco de sua antiga familiaridade com morto. Paz institucional, segurança no trânsito, limpeza de terras, grandes feiras, tudo isso se traduziu em vida extra. E agora a fome reaparece e as pessoas morrem dela. E que a praga vem abordar tudo. A morte, novamente, é a companheira familiar do homem. De 1350 a 1500, dez ou vinte mortalidades passaram por cada cidade, por cada aldeia.

Deveríamos nos surpreender, então, que surja um novo gosto, que dá lugar ao mórbido? A busca do belo é seguida pela do trágico. Os artistas, os patronos, as pessoas de repente dão seu favor a temas até então negligenciados. *A Flagelação de Cristo, a Via-Sacra, o Depoimento na Tumba,* a Pietà correspondem melhor à sensibilidade destes tempos cruéis do que a tenra infância de Cristo ou o espetacular Juízo Final. Visão sumária e moralizada da morte, aparece aqui nas bibliotecas e nos muros dos cemitérios esta *Danse macabra*

que vamos acabar por esquecer chamava-se Macabré porque aquele era sem dúvida o nome de um pintor. . O macabro será a evocação da morte e seu flagelo, igualitário ou assim chamado. Até então, existiram vivos e mortos. Agora existe a morte.

Não é mais a morte natural, a morte serena que transforma em pó o velho corpo vivo. "Descansa em paz ...", "Lembra-te que és pó ...", o ritual dos enterros, como o da penitência na Quarta-Feira de Cinzas, data de outro tempo: aquele quando o 'não tínhamos medo da morte, só tínhamos medo do inferno. Agora é uma morte horrível, morte que ceifa, morte que deixa todos os cadáveres na rua e que nenhum coveiro vem resgatar. O pó eram as cinzas deixadas pelo fogo purificador. Agora é "corrupção de worm fervilhante".

A esperança também regrediu. Não que o cristão de 1350 ou 1400 tivesse menos fé do que seus pais na ressurreição dos mortos. Ele canta em seu *Credo* e não sonha em questionar o dogma. Mas este ponto do *Credo* é menos sensível para ele. Os Últimos Julgamentos de séculos passados tiveram seu inferno horrível, mas eles tiveram seu paraíso. O ventre de Abraão se abriu para a perspectiva da ressurreição. O *macabro Danse* precipita todos, mortos e vivos, em uma rodada sem fim onde a morte e o inferno obviamente se fundem. A fé está tingida de desânimo.

Alguns escaparão em favor de uma moralidade de prazer imediato. Não vamos exagerar, entretanto. O *Decameron* é uma obra da mente, e Boccace gosta mais de bordar sobre um tema epicurista do que pintar o distanciamento de seus contemporâneos.

A partir do momento de paralisia que é a epidemia, a vida social vai mal se recuperando, embora seja necessário notar aqui uma das consequências diretas da Peste Negra: a Guerra dos Cem Anos está marcando passo. Mas também é uma perturbação do equilíbrio econômico. Pode-se pensar que a queda demográfica afeta tanto a demanda do produto quanto a capacidade de produção. Menos bocas para alimentar, menos mãos para arar. A visão, infelizmente, é muito simples. A peste negra ataca de forma desigual e o jogo dos mecanismos compensatórios diferencia o reequilíbrio. O mundo depois da Peste Negra não é, em redução, o mundo antes da Peste.

DA PRAGA À CRISE.

Com a chuva e os homens de armas, a doença se registra entre os cavaleiros do Apocalipse que fervilham o mundo. Imagem é hora. Não está totalmente errado. A praga atinge uma economia rural já comprometida e estruturas industriais que mal começaram a mudar. A epidemia - e as que se seguiram a 1348 tanto quanto a primeira - apenas pontua uma recessão que nada impede.

O primeiro colapso é o do mercado de trabalho. De marceneiro a pedreiro, os mestres sobreviventes se encontram sem companheiro, sem criado, sem aprendiz. No entanto, a

Peste Negra fez pouco para reduzir a necessidade de roupas de cama luxuosas, fortificações e armaduras. O bispo de Paris morreu do mal, mas outro é sagrado, que precisa de um pedaço de pau e um anel. As empresas derreteram, mas novos soldados estão sendo contratados. Como consumidores de produtos acabados, os produtores se renovam com o surgimento de novas camadas. Depois de alguns meses, a doença deixa poucos vestígios nas atividades de serviço, no artesanato, no mundo dos governantes.

Esta rápida substituição dos trabalhadores da cidade é o resultado de uma política concertada: o aumento dos salários é a resposta brutal dos empregadores ao risco de subprodução. A competição dos mestres ainda está ganhando força, superando a idade de ouro dos empregados sobreviventes. O patrão que não quer fechar a loja não tem escolha. Pela primeira vez, o trabalhador exige, e ele é o dono do jogo. Em vão o governo de João Bom tentou, em 1351, depois em 1354, pelo regulamento geral do trabalho, impedir este surto salários que jogam nas estradas da cidade o que resta no campo de armas utilizáveis. O caos gerado pelas migrações em massa e a ameaça de desordem política que a maioria dos recém-chegados representa nas cidades são, para o rei, tantos motivos que se somam ao desejo de controlar o mercado e salvar a moeda. Divagação e mobilidade, salários mais altos e competição para a força de trabalho, tudo isso:

Nenhum mestre do ofício, seja ele quem for, licita o outro mestre dos valetes do ofício, sob pena de multa arbitrária.

O rei não desdenha entrar em detalhes das atividades e da remuneração. Em qualquer salário existe um máximo.

As mulheres que lavam a barriga de um porco só podem levar quatro denários para lavá-la; e se quisermos que eles façam salsichas e salsichas, eles terão dez deniers para tudo.

Ao mesmo tempo, estamos tentando desacelerar o êxodo para Paris e acessar o topo da escala de lucros. O rei reduziu o número de notários no Châtelet para sessenta e reduziu o de intermediários comerciais. A caça aos ociosos começou. Apelamos à colaboração das ordens de mendicância, para que a esmola não incentive a mendigagem dos sãos.

Para que tantas pessoas, tanto homens como mulheres, se mantenham ociosos ... e não queiram expor seus corpos a nenhum trabalho, mas uns vigaristas e outros se mantêm em tabernas e borgonha, está ordenado que todo tipo de tal pessoas ociosas ou jogadores de dados ou cantores de rua ou mafiosos ou mendigos, em qualquer estado ou condição que possam estar, tendo um emprego ou não, seja homem ou mulher, tenham corpo e membros saudáveis, se expõem a não faça tarefas ou labute para viver, ou esvazie a cidade ...

Nada funciona. Dividido entre o desejo de conter seu preço de custo e o desejo de não fechar a loja, o chefe finalmente cedeu. Na França como na Inglaterra, em Castela como no Tirol, o congelamento de salários continua letra morta devido à conivência egoísta das duas partes. Em três anos, vemos o salário do pedreiro triplicar e o do construtor de telhados: enquanto o decreto real tributa seu trabalho diário em no máximo 32 negadores,

o mestre desses ofícios na verdade passa a receber de 60 a 92 negadores. Tributada a 20 deniers, o acompanhante recebe de 32 a 42. Mal colocada, a barragem rachou.

Em vão os poderes municipais substituem a autoridade real. As cidades regulam a imigração e a contratação. Os salários são tributados. O surto só vai acabar por conta própria sob o efeito do novo equilíbrio entre oferta e demanda.

O preço dos produtos acabados reflete naturalmente o aumento dos salários. Ainda há muitos clientes para a capacidade de produção, e estes são, em parte, aqueles que estão se beneficiando do surto. Fenômeno inflacionário conhecido: todos correm para comprar. Mas o aumento dos preços rapidamente torna ilusório o dos salários. Os trabalhadores qualificados manterão uma margem de lucro do negócio. Os outros ficarão rapidamente desapontados com o aumento duplo. Talvez o companheiro celibatário se compense; o pai da família faz isso com menos facilidade.

Para muitos, portanto, a sobrevivência é muito amarga. O mestre artesão vê com preocupação o aumento dos salários que ele deve pagar bem sob pena de ter que fechar sua oficina. A onda de recém-chegados perturba situações adquiridas, inclusive as mais modestas, e vemos o desenvolvimento, como reação, de um malthusianismo corporativo que tende a restringir o direito de exercer as profissões. Esse malthusianismo destruirá muitos dinamismos no artesanato urbano. Isso vai desacelerar o desenvolvimento tecnológico. Ele encorajará o conformismo tradicionalista e a preguiça intelectual. Em suma, agravará as dificuldades decorrentes dos desajustes estruturais observados ainda antes da Peste Negra.

A situação não é melhor no mundo rural. Com exceção de alguns grandes proprietários de terras que a morte de irmãos e primos deixa livre para realizar a consolidação de terras frutíferas de longo prazo, os proprietários de terras vêem a diferença entre seus encargos e sua renda piorando. O antigo sistema senhorial baseado nos serviços internos do domínio, serviços agrícolas e tarefas de todo tipo, deu lugar à exploração assalariada e agora os salários estão subindo. É claro que a estagnação dos preços dos grãos, que a morte de tantos consumidores certamente não pode perturbar, priva os donos do solo da possibilidade de competir com os empresários urbanos pelos salários que podem oferecer.

Portanto, em muitos casos, é melhor deixar uma terra em pousio do que pagar aos diaristas muito caros pelo que será obtido da colheita no mercado. Além disso, neste ano de 1348, o tempo da lavra e da colheita muitas vezes passava sem a praga que permitia a execução dos trabalhos. É, portanto, uma questão de re-cultivo, e a tarefa às vezes excede o que resta das forças disponíveis.

No máximo, a subprodução, aqui involuntária, ali calculada, deterá por algum tempo a queda dos preços agrícolas. Não há nada de paradoxal em afirmar que as epidemias de 1348-1349 e 1361-1363 atrasaram o colapso da renda agrária em um bom quarto de

século. Mas apoiar os preços - em um nível medíocre - restringindo a produção, não é chamado de restaurar a economia.

Enquanto a centelha na cidade se espelha nas cotovias de uma onda de salários, o mundo do campo está se acomodando em uma queda duradoura. Senhores e grandes agricultores desiludidos, pobres camponeses presos. Em termos de trabalho, os mais capazes partiram. Em termos de investimentos, a rentabilidade é tamanha que afasta os mais ousados. A deserção de certos terroirs é consumida.

Os menos desanimados não são aqueles que, no passado, em solos ricos, continuaram a viver razoavelmente bem graças à agricultura de cereais de alto rendimento: aqueles que podiam pagar um arado com uma sapata, uma parelha de cavalos. Aqueles que contrataram manobristas. Aqueles que tentaram girar. Sujeitos como os outros à lenta deterioração dos preços normais, tinham margem de sobra suficiente para compensar nos anos ruins, quando, com o mingau diário assegurado e a semente reservada para o ano seguinte, os mais modestos não sobravam. à venda. As crises alimentares - prelúdios da fome - foram, desde 1315, a fortuna relativa do camponês abastado de solos limosos. O manobrista mais caro, a ferradura e o arado caros, tudo está desmoronando agora. O lavrador está alojado no mesmo barco que os inquilinos com os pequenos lotes. Dez anos após a Peste Negra, o Jacquerie será em grande parte a explosão de raiva desses aradores atônitos ao se verem, por sua vez, atingidos pela crise.

Crises Frumentaires, crises cambiais, crise demográfica, é tudo o XIV século uma série de confrontos que devemos ter cuidado no curto prazo, uma vez que é no pouco tempo que os homens viveram eles. Mais do que a estagnação evidenciada na escala do século pelo historiador ávido por explicar os fenômenos, o citadino ou o camponês é sensível à variação sazonal, aos surtos aberrantes, às carências temporárias. Os efeitos infelizes um do outro apenas se cancelam nas estatísticas, e a longo prazo. No dia a dia e no horizonte da aldeia ou da rua, os efeitos dramáticos se somam.

Os que morreram de fome em tempos de fome - em 1317, em 1348, em 1361, em 1375 - não morreram de fome porque o preço do trigo estagnou nos dez anos anteriores. Aqueles que foram arruinados por esses preços baixos não são menos oprimidos porque um aumento sazonal enriqueceu alguns especuladores mais cedo ou mais tarde. A série de crises chamado XIV século provavelmente foi visto como uma série de infortúnios, e não como variações em torno de uma média.

A Guerra dos Cem Anos é uma dessas desgraças. Cavalgadas rápidas pelo reino, cercos intermináveis de uma fortaleza ou cidade, batalhas acirradas entre exércitos ou viagens de empresas sem contratação, a guerra nunca acontece em um só lugar, em um tempo. A guerra geral, em que um país inteiro corre o risco de ruína e morte, é desconhecida dos homens medievais. Mas a colheita queimada em um dia é um ano de fome, se a semente do segundo ano for preservada. O celeiro incendiado, que não reconstruímos porque

tememos vê-lo saqueado de novo em um ou dez anos, é uma exploração diminuída há muito tempo. O barco afundado no canal, a ponte quebrada, o moinho devastado, é toda a vida econômica de uma região paralisada bem além de um incidente de uma hora.

A guerra tem pouca participação na praga. Talvez apenas tenha multiplicado as populações errantes nas quais os contemporâneos corretamente viram um dos fatores de contágio. Soldados e refugiados agravaram esta ou aquela epidemia em muitos países e cidades. A praga não faz parte da guerra.

A Guerra dos Cem Anos não é uma guerra de cem anos. Mas são cem anos de insegurança paralisante, um século de psicose de guerra. A peste e a guerra aqui se complementam. Podemos ver isso claramente quando, após o aumento dos salários após a Peste Negra, um longo período de insegurança - depois de 1356 e principalmente 1360 - desencorajou a contratação de empresários rurais, interrompeu o aumento dos salários agrícolas, arruinou todas as esperanças de reconstrução. a economia do campo e lança no mercado de trabalho urbano um excedente de população sem a menor qualificação profissional, uma população entre a qual a peste de 1363 fará cortes nítidos.

Peste, guerra, peste. Salários, preços, salários. Os governantes não conseguem quebrar a corrente. Sobrevivemos a um mal para sucumbir a outro. Os contemporâneos estão bem cientes disso e expressam-no em seu simbolismo de medo: guerra, fome e pestilência, os três cavaleiros do Apocalipse se revezam. Como um funcionário normando ainda surpreso por ter escapado escreveu:

E foi dito que o mundo estava acabando.

CAPÍTULO VII

Poitiers

Visto de Paris ou mesmo de Rouen, o inglês começa a aparecer como estrangeiro, vindo do outro lado do Canal. No campo dos confrontos diários, as coisas são menos claras. Em La Réole ou Hennebont, os antagonismos não podem ser entendidos em termos nacionais. O rei da Inglaterra continuou no continente as extensões de uma aventura feudal, a desta casa de Anjou - os Plantagenetas - que soube jogar alianças e oportunidades para constituir um império. O rei da França sabe que os termos do conflito são feudais e ainda não consegue imaginar um patriotismo que fortaleça o esforço de guerra francês. Tudo ainda é jogado em um tabuleiro de xadrez feudal. Tudo ainda está declarado nos termos do sistema vassálico.

A GARTER E A ESTRELA.

A fundação de uma ordem de cavaleiros não está no XIV século, o anacronismo de uma tardia estúpida das Cruzadas, nem o visor ética vãs suficientes de vanglória. Na verdade, é um ato político, uma última tentativa de adaptar as estruturas mentais do passado feudal às novas necessidades de defesa e exaltação da Coroa.

O velho cavalaria, que saía da dublagem, afastou-se do XIII ordem social século. Somos um cavaleiro - ou dignos disso - porque somos o filho de um cavaleiro, ou o filho de um escudeiro que poderia ter sido um cavaleiro. Temos educação, capacidade financeira. Mas o sistema garante apenas imperfeitamente as virtudes militares. Lealdade, disciplina, combatividade estão implícitas, mas tudo isso esbarra no emaranhado de interesses e ambições, laços familiares e clientelas compradas por um preço alto.

O sistema em vigor garante o direito às armas, não a coesão das forças armadas. Ele define em detalhes as regras desta liturgia cavalheiresca que é a batalha, não o que está em jogo como um todo. Podemos ver isso claramente quando os franceses de Guines tomam de volta aos ingleses de Calais o saque feito por eles às custas dos franceses de Saint-Omer e se recusam a entregar seu prêmio aos primeiros proprietários: o saque vai para quem acaba de ganhá-lo. , não para aquele que o perdeu. Podemos ser do mesmo partido sem realmente irmos à guerra uns pelos outros.

Com a Ordem da Jarreteira e a Ordem da Estrela, é um novo título de cavaleiro que Eduardo III e João, o Bom criaram em 1348 e 1351: um título de cavaleiro com obrigações assumidas pessoalmente porque aceitas voluntariamente, um título de cavaleiro assumido uma rede de fidelidade simples, na qual nenhuma outra fidelidade da mesma ordem interfere.

Podemos ser de duas linhagens opostas. Alguém pode ser vassalo de dois príncipes em guerra. Pode-se ser - como os vassalos da Aquitânia ou os fiéis normandos de Navarra - súdito do rei da França e vassalo de um rei estrangeiro na medida em que ele é senhor feudal. Podemos, sem falta de honra, cobrar anuidades de várias partes que o tornam um obrigado, até mesmo um cliente. Mas você só pode pertencer a uma dessas ordens da nova cavalaria. O juramento que os cavaleiros dessas ordens fazem a seu senhor e mestre esclarece a lei e a moral, uma vez que tem precedência sobre todos os outros juramentos.

É a retomada incessante do antagonismo entre o elo único que a coesão política deseja e os múltiplos elos a que conduz a preocupação com os interesses materiais. O companheiro VIII século tinha apenas um mestre, o vassalo de Carlos, o Calvo e Louis o alemão, que era um senhor. Mas como você pode se recusar a ter vários senhores, quando vários lhe oferecem um feudo?

Contra esta multiplicidade de homenagens, o ano 1000 havia inventado a “reserva de fidelidade”, a homenagem “soberana”, aquela que prevalecia sobre as demais em caso de oposição. Mas como não prestar homenagem a vários vassalos, quando vários senhores fazem da "liga" a condição de concessão do feudo?

A partir do século XII sociedade feudal encontrada no emaranhado de lealdades limita preferencialmente sua eficácia política. Durante os primeiros confrontos entre os Capetianos e os Plantagenetas, na época de Luís VII e Filipe Augusto, Ricardo Coração de Leão e João Sem Terra, a incerteza de lealdades não parava de perturbar, às vezes durante a noite, o mapa do equilíbrio de poder.

A ordem de cavalaria, como agora inventar os príncipes da XIV século, é novamente a lealdade, sem condições e sem rival. Cada um pretende ter, à mão, "o seu" cavalheirismo.

Nenhum comentário nacional, entretanto, na origem dos novos pedidos. A conexão é pessoal. Os fins declarados são religiosos, secundariamente militares. O ideal é o da cavalaria eterna: a proteção dos fracos, a defesa da boa lei. Os cavaleiros da nova ordem são os “bravos” de seu tempo. Não é surpreendente que a Mesa Redonda seja, desde o início, uma figura de referência. Bravura é apenas um meio, bravura é apenas uma manifestação desse ideal. No mínimo, eles deveriam ter permanecido assim!

Os romances da Távola Redonda ofereciam um modelo: o de um grupo de cavaleiros leigos - o caso do Templo abalou a imagem do monge-soldado - escolhido pelo rei e liderado por ele. Eles formam sua companhia no sentido mais forte do termo. O resto *de Roman de Percefo* , *Rei da Grã-Bretanha, fundador do Franc-Palais e do Templo do Deus*

Soberano, não é apenas um dos últimos escritos desse tipo. O autor, contemporâneo de Filipe VI, propõe, sob a ficção de uma história da antiguidade inspirada no *romano de Alexandre* e de *Lancelot,* um verdadeiro modelo da cavalaria moderna:

> Podemos ver ali a fonte e a decoração de toda cavalaria, cultura de nobreza corajosa, infinitas proezas e conquistas.

O primeiro que pensou em ordenar uma nova cavalaria foi em 1330 o rei Alfonso XI de Castela, fundador da Ordem da Echarpe. O vienense Dauphin Humbert II, por sua vez, criou, por volta de 1335, a Ordem de Santa Catarina. Alguns anos depois, o duque da Normandia - o futuro Jean le Bon - e o duque da Borgonha Eudes IV pensaram juntos em uma "congregação" de duzentos cavaleiros, uma ordem de Saint-Georges que jamais veria a luz do dia.

Ainda não é uma questão de guerra ou coesão nacional. A ideia está simplesmente no ar. Está começando a ficar na moda fundar um pedido.

O Papa só pode aprovar esta forma de moralização da vida cavalheiresca. Em 5 de junho de 1344, Clemente VI enriqueceu a futura “congregação” de Saint-Georges com privilégios confortáveis. Não estamos falando de torneios, mas de missas e serviços cantados. É uma obra de piedade que os dois jovens príncipes querem realizar, no estilo da época. Na verdade, além da devoção pura, que é o que o soberano pontífice retém do assunto, os duques da Normandia e da Borgonha pensam acima de tudo em partidos organizadores; as celebrações religiosas serão a ocasião. O pensamento político ainda é muito vago no caso de 1344.

Ao mesmo tempo, Eduardo III decide restabelecer a Mesa Redonda. Em 19 de janeiro de 1344, ele organizou em Windsor uma "festa da Távola Redonda". Todos os príncipes o deram por um século: é o jogo da moda. Mas ele aproveita a oportunidade do que no futuro imediato são apenas canções e torneios para fazer publicamente o desejo de um rei: a companhia dos Cavaleiros da Távola Redonda será restaurada. Terá pelo menos trezentos homens valentes. Um templo redondo de 60 metros de diâmetro abrigará as liturgias. Para entrar na ficção, só falta o Santo Graal.

Os jovens príncipes, os três primos, ainda estão ocupados brincando. Eles jogam Lancelot, Perceval, Perceforest. No entanto, o fazem com seriedade, a mesma seriedade que os cavaleiros de antigamente colocavam em seus torneios, quando o torneio era um jogo em que o vencedor recebia as maiores honras e o perdedor muitas vezes ficava morto na corrida.

O tempo está passando. Eduardo tem outros negócios em mente do que bancar o Rei Arthur. Flandres, Bretanha, Crécy, Calais: tantos atrasos no cumprimento do voto de 1344. João é o rei da França, e a França está em crise. A Peste Negra passa pela Europa. O mundo está mais sério, as apostas têm outro peso.

Foi Edward o primeiro a assumir a ideia de um novo cavalheirismo. Em abril de 1348, ele mandou bordar as primeiras ligas azuis com letras de ouro e prata: “Honni be qui mal y pensie. Em 23 de abril de 1349, os funcionários eleitos se reuniram pela primeira vez na capela de Saint-Georges em Windsor. Estamos longe das grandes construções de 1344. Vinte e seis cavaleiros, treze cônegos, treze clérigos constituem a ordem. Nem mais um.

A era das ficções românticas já passou. A ordem não pretende organizar jogos, mas unir a elite da cavalaria em torno do rei. O aspecto religioso da empresa está ficando mais claro. Embora, vitorioso em Crécy e Calais, Eduardo III tenha tocado a realização de suas idéias políticas, ele fez da nova ordem o instrumento de um desenvolvimento místico de lealdade ao rei. Se ele preside os capítulos da ordem, lembrando assim muito abertamente o caráter laico da instituição, não é como o primeiro de iguais. Ele está separado. Ele é o "soberano" da ordem. A palavra não foi escolhida por acaso durante a elaboração dos estatutos.

A disciplina imposta pela ordem é a de serviço pessoal ao rei. Os Cavaleiros da Jarreteira são recrutados entre "os mais lucrativos para a Coroa e para o reino". Estamos muito longe da Mesa Redonda. É uma elite política e militar, dedicada à causa dinástica.

Jean le Bon vê o inglês realizando o que um dia sonhou. A Ordem da Estrela será a contraparte francesa da Jarreteira. Os membros são nomeados no final de 1351. Os estatutos são promulgados em outubro de 1352 e Geoffroi de Charny, o portador da bandeira da França, é responsável por compor um "Livro de cavalaria" que será o código de honra de o novo título de cavaleiro.

A estrela deve contribuir para a “elevação do título de cavaleiro e aumento da honra”. Este é o velho ditado de Perceforest. Mas a coesão dos cavaleiros assim distinguidos - coesão aceita voluntariamente, porque ninguém é forçado a entrar na ordem - assegurará o reino da paz e da força. O rei da França sabe bem disso, sua nobreza está dividida e a traição ruge. Pelo menos o que em uma visão já monárquica das coisas o povo do rei pretendia passar por traição; pois grandes barões como Harcourt ou Brienne não concebem a negação de seu senhor e a confissão de outro senhor a não ser nos termos da lei feudal.

Os estatutos da Estrela insistem na unidade do corpo que é ordem, na sua unanimidade. Qualquer violação desta unanimidade traduzir-se-ia, portanto, em termos de direito feudal - em termos de fidelidade contratual - esta noção de traição que é indubitavelmente exagerada na comitiva do rei e que, nos baronatos, não se consegue Vejo.

Ensign, portanto, garante ao rei o que garantiu o antigo tributo, o XI século: a lealdade inquestionável de um verdadeiro exército, fidelidade quinhentos cavaleiros. Napoleão fará o mesmo: a Guarda Imperial será um exército de elite dentro de um exército grande e bastante distinto.

Não mais do que o Garter, que se reúne uma vez por ano em Windsor, o Étoile não é uma “congregação” como se sonhou em criar uma para propósitos mais espirituais do que

militares. Os cavaleiros se reúnem na "corte plenária" em 15 de agosto de cada ano, na "Casa Nobre" de Saint-Ouen, que é para o primeiro Valois o que Royaumont foi para Saint Louis e Maubuisson para Philippe le Bel: um retiro favorito. , tanto para reflexão política quanto para devoção. Mas a ordem não está nesta assembléia, está em sua unidade nos campos de batalha. Além disso, muito pouco se reza no tribunal plenário: cada um deve contar ali, sob juramento, suas proezas e suas fraquezas na guerra. Em suma, fazemos um balanço das experiências. Entre os projetos de 1344 e a Ordem da Estrela, estavam Aiguillon, Crécy, Calais. Filipe VI e João Bom sabem que o seu exército, aquele que é composto pelos seus vassalos e que eles podem pagar, não vale muito no combate. A Estrela será o núcleo inabalável do exército real renovado.

O caráter dinástico - mais do que nacional - da ordem da Estrela é facilmente percebido. E, primeiro, pela associação exclusiva de todos os outros: aqueles a quem João, o Bom oferece a Estrela e a quem Eduardo III já ofereceu uma barraca em Windsor, terão que escolher. Como existem vinte e seis Cavaleiros da Jarreteira e quinhentos da Estrela, o Rei da França tem os meios para desencorajar adesões ao adversário.

Do mesmo modo, renunciamos a um mecenato - o de São Jorge - invocado no projeto de 1344, mas doravante extemporâneo. Nos dias de piedade, nada impedia a flor da cavalaria inglesa e francesa de venerar o mesmo santo. Em tempo de guerra, o mesmo não pode proteger os dois exércitos.

Para melhor garantir o valor militar da elite cavalheiresca assim constituída por meios nada quiméricos, Jean le Bon tem uma ideia. Ela é estúpida. Ninguém tem bom senso e autoridade moral suficientes para dizer isso a ele. Após o recebimento em ordem, os Cavaleiros da Estrela farão um juramento de nunca recuar para um campo de batalha. Assim, em 1353, em uma emboscada simples armada na Bretanha pelos ingleses do grupo Montfort, muitos cavaleiros da Estrela foram mortos desnecessariamente porque seu juramento os proibia de romper o noivado para se reunir. Apaixonado por façanhas, mas não por suicídios, o cronista Jean le Bel data dessa primeira luta o colapso da Estrela:

Então não houve menção a essa nobre companhia, acho que não deu em nada, e a vaga casa permaneceu.

É fato que ninguém mais fala sobre a Estrela. A Jarreteira permanece, outras ordens surgirão, como a do Escudo Dourado fundada em 1364 pelo Duque Luís de Bourbon, cunhado de Carlos V, como a da Dama Branca com o Escudo Verde , imaginado pelo marechal Boucicaut no final do século, e como tantos outros que nascerão de imaginações cavalheirescas, muitas vezes distantes de qualquer pensamento político. O ideal da estrela, no entanto, não é esquecido. Ele presidirá a escolha de Jean le Bon quando a alternativa eterna dos vencidos surgir em Poitiers: fugir ou render-se. O vencido pode render-se sem vergonha, assegura-lhe o *Livro da Cavalaria* , cheio de consideração devida ao valente servido pela sorte. Jean le Bon se recusará a recuar. O "lutador da batalha" é um covarde.

O EXÉRCITO DO REI JOÃO.

Enquanto a Estrela nasce e morre e João Bom faz com que o humanista Pierre Bersuire traduza a história romana de Tito Lívio "para quem quer conhecer a arte da cavalaria e aproveitar as antigas virtudes », O exército real se prepara para a longa guerra que tudo agora sugere. A partir de abril de 1351, o rei organizou um controle permanente de pessoal e armamentos. Não mais satisfeito com os “relógios” feitos na hora do recrutamento, o povo do rei passará a passar por “revisões”, ou seja, novas visões periódicas da força de trabalho em pé de guerra. Para que não se faça “espetáculos para e de um só homem de armas em vários e diversos lugares, embora segundo a natureza e a razão só possa ser utilizado em um”, de modo que várias empresas não possam apresentar o mesmo armamento, tais inspeções serão realizadas sem aviso prévio.

Trabalho considerável, chamaremos nomes e apelidos, contaremos as armas e munições, anotaremos a vestimenta dos cavalos, e os marcaremos com ferro quente - um sapato diferente para cada empresa - após registrar cada animal torneios de mais de trinta libras; a cor do cabelo será notada, assim como o tipo de broca e a forma do arreio.

Cada besteiro desenhará vários traços: nenhuma questão de levar em consideração uma besta velha com cordas gastas, ou se passar por besteiro um costureiro inexperiente no manuseio de armas caras.

Essa prescrição é muito exigente para uma administração ainda leve. Desde o início, as revisões são tão inesperadas quanto os regulamentos exigem, mas são raras. Pelo menos o procedimento permite assegurar, quando a guerra é iminente, que todos os combatentes contratados e pagos por ela estejam de fato presentes em armas. Em 1355 e 1356, os marechais e tenentes de Jean le Bon multiplicam as críticas. Mas há casos em que preferimos pagar as tropas sem vê-las do que ir e revisar em uma área de insegurança. Philippe de Mézières sublinhará, alguns anos depois, no Songe du Vieil Pèlerin, a vantagem oferecida ao inimigo à espreita por uma exibição intempestiva das tropas. Melhor não rever uma guarnição inteira no mesmo dia: os espiões também sabem contar.

Se ele conta seus homens, o rei João conta mal o pagamento deles. Novamente em 1356, ele persistiu em calcular o saldo em sous e deniers, ou seja, na moeda da conta. À medida que a inflação continua a desgastar cada centavo, o soldado vê seu poder de compra corroído por uma situação monetária cujos dados obviamente lhe escapam. O cavaleiro estandarte sempre ganha trinta sous, o cavaleiro solteirão quinze sous, o escudeiro sete sous seis deniers, o menestrel de cavalos três sous: como em 1339 e em 1351. Mas o centavo de 1339 valia seis vezes mais prata fina do que o de novembro de 1355. Quando se trata de luta, o soldado se sente mal pago.

O governo real vai perceber tarde demais o que lhes custa ter soldados descontentes. Depois de Poitiers, teremos mais cuidado para manter o poder de compra do salário. Até

à estabilização monetária de 1360, as tarifas serão expressas em ecus, ou seja, em ouro. Mas então a catástrofe acabará.

O PRÍNCIPE NEGRO EM LANGUEDOC.

Em 20 de setembro de 1355, o Príncipe Negro assumiu um cargo na Guyenne. Na véspera de empreender uma ação em grande escala no norte da França, Eduardo III confia a seu filho mais velho a operação reversa que imobilizará parte do exército Valois no sul. A frente da Aquitânia é secundária, mas é uma boa estratégia. E o Príncipe Negro fará seu aprendizado como comandante-chefe.

Eduardo, Príncipe de Gales, Duque da Cornualha e Conde de Chester, tem vinte e cinco anos. Nessa idade, muitos reis já estão muito avançados em seu reinado. Para ele, a hora das responsabilidades ainda não chegou. Seu pai, Eduardo III, reinou por quase trinta anos - desde 1327 - e manterá a coroa da Inglaterra por meio século, até 1377. Um ano ou mais, o Príncipe Negro não reinará.

Ele não está fora do caminho. Em Berkhamptead, em Kennington, ele mantém uma corte suntuosa. Seu pai, em várias ocasiões, o chamou de "guardião" do reino: era muito para uma criança - a primeira vez que tinha oito anos - e não significava nada, porque o poder político estava na verdade perseguindo o rei. o continente. Presente em Crécy, o Príncipe de Gales comandava um corpo de tropas: o suficiente para arriscar sua vida aos quinze anos, não o suficiente para compartilhar a glória de seu pai.

Ele deve, portanto, se afirmar. Ousadia vai providenciar isso. Em 5 de outubro, ele lançou uma carona perfeitamente inesperada: para o sudeste. O conde Jean d'Armagnac pagará caro pela aliança de reveses que ele próprio, em anos anteriores, adquiriu para o rei da França. O Príncipe Negro está em Langon, Bazas, Castelnau. Ele cruza o Armagnac. Castelos caem, cidades cedem. Ele está em Astarac, em Comminges. O ataque anglo-gascão devasta o país, faz saque. O Príncipe Negro não o esconde, e vai se gabar disso em uma carta ao rei seu pai: ele quer semear o terror. Ou melhor, devolve aos franceses o troco de sua moeda: ninguém destruiu mais na Gasconha do que o tenente do rei Valois, Jean d'Armagnac:

Então, depois, cavalgamos entre a terra de Armagnac, onerando e destruindo a terra, da qual os vassalos de nosso muito honrado senhor (Eduardo III), a quem ele havia onerado, foram muito confortados.

Chegado ao sul de Toulouse, o Príncipe Negro atravessa o Garonne e vai insultar a guarnição francesa comandada pelo Condestável Jacques de Bourbon, Marechal Jean de Clermont e Jean d'Armagnac. Os subúrbios de Toulouse pegam fogo, talvez incendiados pelos próprios defensores para proteger as muralhas da cidade de uma surpresa.

Os anglo-gascões mergulham impunemente no real Languedoc. Eles entram, quase sem golpear, nas pequenas cidades de Montgiscard e Castelnaudary, cujos cercados são feitos de uma simples parede de terra. Aqui estão eles na frente de Carcassonne. Rua por rua, eles tomam a cidade baixa cercada por correntes; os burgueses, que sabem o que o destino os espera, defendem cada casa, cada esquina. A cidade de Carcassonne, em sua colina fortificada, resistirá apesar de dois dias de assalto.

A invasão continua. A cidade de Capestang economiza tempo ao se oferecer para pagar um resgate e, finalmente, evita o pior graças a um reforço de última hora, liderado por um capitão a soldo do condestável, um ex-escrivão que foi apelidado de "o arcipreste. », Arnaud de Cervole. Em 8 de novembro, Narbonne, por sua vez, sofreu o destino de Carcassonne: a cidade às margens do Aude foi saqueada, a cidade fortificada resistiu.

Um dos cavaleiros ingleses, John de Wyngfield, fica maravilhado por ter chegado tão longe em oito semanas:

A cidade de Narbonne ... é um pouco menor que Londres, e fica no Mar da Grécia, e dessa cidade até o alto mar da Grécia existem apenas onze pequenas léguas. E há um porto marítimo e chegadas, de onde a água vem para Narbonne.

Durante este equipado, o povo do rei Valois não está inativo. Mas, subjugados como estão pela ousadia de uma empresa onde a estratégia não faz parte, os franceses não conseguem prever o caminho que deve ser bloqueado. Quanto a fortificar todo o Languedoc em poucos dias e encher todos os lugares com homens de armas em quantidade suficiente para sustentar um cerco, isso não deve ser considerado. O Príncipe Negro dá a si mesmo, pela velocidade de sua cavalgada, uma vantagem que dez anos de precaução dificilmente teriam compensado. A lição será aprendida: da próxima vez as cidades estarão prontas.

O condestável de Bourbon reuniu tropas no senechaussee de Beaucaire. Com os soldados do conde de Armagnac, isso formou uma força significativa, que perseguiu os ingleses em sua retaguarda e os dissuadiu de perseguir o cerco de cidades cujas muralhas resistiram por algumas horas. O Príncipe Negro tem sucesso em sua guerra relâmpago; ele triunfa porque sabe se contentar com isso.

O caso está chegando ao fim. Estamos em novembro. O inverno está chegando. Envolvem-se os legados papais, aos quais o Príncipe Negro os faz esperar dois dias por salvo-condutos antes de finalmente recusá-los sem maiores justificativas. Em vez de negociar com apostas incertas, ele prefere se retirar. A cavalgada de 1355 não é uma conquista: custa muito manter uma conquista. É simplesmente uma afirmação de poder. O inglês não quer Languedoc, quer ficar quieto desse lado na primavera seguinte.

Agora é o retorno. Limoux está queimando; os subúrbios de Carcassonne também, uma segunda vez. Montreal está tomada, para que ninguém acredite que esta volta é um recuo. O Príncipe Negro tem muito tempo. Ele atravessa a montanha, mostra-se perto de Pamiers,

talvez perseguindo - é ele quem vai escrever - algumas tropas francesas em fuga, talvez preferindo atacar mais algumas cidades em vez de cruzar novamente um país já saqueado.

Durante este tempo, exibimos em Montpellier, Nîmes, Béziers. As boas pessoas dessas cidades esperavam o pior. Eles logo acreditarão que o Príncipe Negro tinha medo deles.

É isso que esta guerra, que nunca para de começar, será travada por muito tempo: de cavalgadas sem outro objetivo que a pilhagem, e sem outro objetivo que um porto de reembarque. A tropa passou, cidades e vilas deram um tempo para respirar e aguardaram o próximo equipado. Quanto ao soldado que vê mal para que está habituado, senão para semear o terror, será difícil fazê-lo compreender que a pilhagem é proibida quando já não serve a um príncipe.

A cavalgada do Príncipe Negro cruzou o Garonne perto de Muret. Do lado de Gimont, ele derruba uma tropa francesa. Ela leva Clairac e Tonneins. Armagnac e Bourbon não conseguem bloquear a rota dos Anglo-Gascon. O Príncipe Negro poderá, no dia de Natal, escrever de Bordéus ao seu pai Eduardo III que a missão está cumprida. Os Languedocians não confiam mais em seu soberano Valois.

Os gascões, eles, estão maravilhados. A entrada em Bordeaux é um desfile interminável de carroças. Na maioria das vezes, os bidauds do Príncipe Negro são pobres desgraçados recrutados nas terras pobres da região de Landes. O que eles viram os deslumbrou. Nessas grandes cidades, cuja indústria de tecidos já prospera, os soldados saquearam os cofres, pediram resgate à burguesia, arrebanharam tudo o que foi levado embora. Assim, de acordo com Froissart, em Castelnaudary:

Houve grande ocisão e perseguição de homens e bidauts. Assim a cidade foi governada, saqueada e roubada, e todos os bens bons foram tomados e levantados.
Os ingleses não levavam em conta lençóis ou penne, garfos de louças de prata ou bons florins.
E quando prendiam um homem, um burguês ou um camponês, eles o mantinham prisioneiro e o resgatavam, ou o faziam chefe do corpo se ele não quisesse resgatar a si mesmo.

O Príncipe Negro sabe brincar com a maravilha de suas tropas. Ele permite que seus homens se encherem de vinho moscatel e garantir seu saque.

Assim, os ingleses e os gascões acharam a região cheia e densa, os quartos adornados com relhos e lençóis, as caixas e baús cheios de boas joias. Mas nada permaneceu de bom na frente desses saqueadores, e especialmente dos gascões que são muito gananciosos.

Ao despedir seu exército, o Príncipe de Gales não corre muitos riscos. Ele sabe que encontrará seus soldados novamente na primavera, e sem ter que aumentar o pagamento.

Em Bordeaux, o workshop monetário está experimentando um ressurgimento da atividade. A cunhagem dos leopardos dourados e do novo big money não é apenas a resposta a uma necessidade econômica; é um gesto político. O leopardo nunca foi Aquitânia: todo o Ocidente sabe que ele aparece nos braços da Inglaterra como nos da

Normandia. O Príncipe Negro coloca a marca da Inglaterra na velha Aquitânia. Ninguém pode estar errado: este tem um mestre. O ducado, mais uma vez, sente que existe, mesmo que a moeda corrente seja com as armas da Inglaterra.

Enquanto aterrorizava Languedoc, o inglês zomba de seu adversário no Norte. Mestre de Calais, ele pode lançar essas incursões quando quiser, onde o atacante tem quase certeza de vencer no momento, já que ele escolhe sua hora e lugar. Desta vez, é em Artois que Eduardo III lidera suas tropas. Ele devasta algumas aldeias, chega a Hesdin, finge esperar pelo inimigo, atende assim que ouve uma resposta francesa. Jean le Bon chega tarde demais a Amiens, onde convocou às pressas seu exército: o inglês recusa a batalha. Ele, disse ele, esperou o suficiente 1

Todos irão para casa no final de novembro: Eduardo III em Calais, o Príncipe Negro em Bordéus, Jean le Bon em Paris. Chegou o inverno, o que permite nos prepararmos para a próxima campanha.

O ESTADO GERAL.

João, o Bom, infelizmente só pensa nisso com preocupação. A situação financeira se transforma em desastre. Os cofres estão vazios, o pagamento está atrasado, os salários civis não são pagos há seis meses. Os fornecedores judiciais estão desesperados. E os bons ficam escandalizados ao ver o luxo dos hotéis principescos, ao vislumbrar roupas ricas e festas suntuosas. Compramos tantas pérolas, safiras, rubis, fios de ouro e prata que os armarinhos parisienses vêem falta de mercadoria. Mesmo assim, joias, cintos bordados e louças preciosas nunca foram tão caros. Dinheiro não falta, conclui o curioso, que o recordará quando, um ano depois, fizer a amarga observação da incapacidade militar dos nobres.

Por enquanto, a moeda está em colapso e os preços estão subindo. Nunca, ao longo do tempo, vimos o peso do torneio tão baixo. A moeda de prata, a branca - é chamada assim para distingui-la das moedas "pretas" com baixo teor de prata fina - às vezes perde seu peso, às vezes seu valor: em todos os casos, o poder de compra é diminuída.

No final de 1354, o espaço em branco de cinco denier ainda pesava 3,05 gramas de prata em 278 milésimos de prata fina. Em maio de 1355, a nova emissão colocou no mercado moedas de 2,04 gramas a 208 milésimos. Em julho, estamos nos iludindo e mudando o tipo: é um grande denier quinze, que pesa 3,39 gramas a 278 milésimos. Mais pesado em um décimo do que o branco de 1354 por um triplo valor de face, o atacado de julho de 1355 significa que o negador da conta, aquele em que os preços são expressos, desabou. Por uma libra (20 centavos), um sou (12 deniers) ou um denário, temos - em dinheiro ou em mercadorias - um terço do que tínhamos no ano anterior.

A queda continua. As notícias que vêm do Languedoc não são calculadas para reacender a confiança. Em novembro, a Casa da Moeda novamente emite o grosso de quinze deniers, mas pesa apenas 2,44 gramas de prata a 208 milésimos.

Desse balé de pesos e títulos, nenhum contemporâneo se deixa enganar. A moeda real realmente perdeu 82% de seu valor em um ano.

Mesmo que infelizmente mereça sua reputação de pompa e generosidade, Jean le Bon preparou a sangue frio sua campanha de 1356. Ele precisava de dinheiro para isso. Apesar do que custa ao poder real, durante quinze anos, tendo que negociar os meios de seu governo, ele convoca os estados.

A assembleia que se reuniu no grande salão do Palais de la Cité em 2 de dezembro de 1355 merecia apenas imperfeitamente o nome de Estados Gerais. O Langue d'oc, que existia em fevereiro de 1351 durante as primeiras propriedades reunidas pelo rei João, está ausente desta vez. Sabemos o que está acontecendo ao mesmo tempo entre Bordéus e Narbonne. As cidades mais ao sul representadas são Lyon, Bourges e Poitiers. Na verdade, Paris lidera o jogo. O reitor dos mercadores Étienne Marcel, seu primo Imbert de Lyon, seu parceiro Jean de Saint-Benoit, seu antecessor Jean de Pacy, seus vereadores Pierre Bourdon, Bernard Coquatrix, Charles Toussac e Jean Belot, aí está. as grandes figuras dos estados de 1355.

O que os barões, prelados e procuradores da cidade ouvem não é uma surpresa para eles. Pierre de la Forêt, chanceler da França, expõe a crise financeira, pede "ajuda" para a guerra, promete em troca o retorno às divisas. Desde Filipe, o Belo, os termos da negociação não mudaram.

Um novo elemento, porém, no diálogo: o saque de Artois e o de Languedoc anunciam que a face da guerra está mudando. Não é mais suficiente convocar o exército; também é necessário manter guarnições permanentemente nas cidades. Falamos em morrer pelo rei, mas começamos a pensar seriamente na segurança dos habitantes.

Os três estados, portanto, concordam em ajudar o rei. É o que diz o Arcebispo de Reims Jean de Craon, o Condestável Jacques de Bourbon, o reitor dos mercadores Étienne Marcel. Mas vai levar um mês para eles chegarem a um acordo sobre a forma que essa "ajuda" ao rei pode assumir.

Será um imposto de oito denier por libra em todas as vendas a serem pagas pelo vendedor. Será levantado por comissários “eleitos” - isto é, escolhidos - pelos estados. Queremos ajudar o rei, mas pretendemos ver o uso que ele fará dessa ajuda. Quanto à moeda forte exigida pela alta burguesia empresarial e pela aristocracia fundiária - o partido dos credores e o partido dos rentistas -, independentemente de o mercado monetário tornar isso possível ou mesmo desejável, ela será atingida o mais rápido possível. meados de janeiro. Será um “blanc au châtel” adornado com flor-de-lis e pesando 4,07 gramas de prata a 333 milésimos. Moeda forte demais para ser mantida no mercado,

ela vai explodir muito rapidamente no calor da inflação, subindo em dois meses de um curso legal de oito negadores de torneios para um preço real de dezesseis negadores. Em abril, será necessária a emissão de uma moeda do mesmo tipo aparente, mas reduzida em um terço de peso e um quarto no título.

A confiança dos Estados é mista: eles se reunirão novamente em março. O poder real certamente não está sob tutela, mas já está sob controle. Além disso, enquanto aguardam a próxima sessão, os estados designam uma comissão permanente responsável pela supervisão do governo dos impostos e, portanto, pela preparação para a guerra. Os amigos de Etienne Marcel, junto com alguns notáveis do palácio, têm a vantagem nos negócios. Os oficiais financeiros, aqueles acusados com razão de especular em impostos e dinheiro, aqueles cujas fortunas estavam começando a surpreender o público, estão sendo deliberadamente mantidos longe dessa nova máquina política. Alguns são presos, os outros ficam calados.

Marte chega sem que o sistema tenha sido comprovado. O imposto retorna mal. Em muitas cidades, a validade das decisões parisienses foi questionada. Arras, Évreux, Caen, Bayeux recusam-se a pagar. Dezessete burgueses de Arras, mais ou menos suspeitos de terem feito um pacto com o fisco real, são mortos durante o saque da casa de Guillaume Le Borgne, um dos vereadores. Os desordeiros jogaram os corpos pelas janelas e depois foram brigar com alguns outros notáveis, em particular o prior dos trinitários, um homem muito impopular. Eles não se acalmam até a chegada do marechal Audrehem.

O país plano não paga melhor do que as cidades. Os delegados dos estados usam sua paciência lá sem muito proveito. Começamos a ver que é mais fácil querer substituir a administração real do que fazê-lo na prática.

Os estados de março de 1356 estão tateando, acreditando resolver o problema modificando a forma de tributação. Estamos passando para a tributação direta, tributada sobre o capital móvel - trata-se também de fazer fortunas comerciais, não investidos em terras - bem como sobre a renda de propriedade. Mas tal imposto supõe uma estimativa precisa das capacidades contributivas de todos os súditos do rei. Não é impossível, mas levará meses, e os estados não parecem perceber que o tempo está se esgotando antes da guerra.

No entanto, com o fracasso da nova política financeira, os planos judiciais sofreram um renascimento infeliz. O rei de Navarra só fez as pazes com relutância, e sabemos quais projetos ele armou durante sua estada em Avignon. Os assessores destituídos da gestão financeira pelos estados, o Nicolas Braque, o Enguerran du Petit-Cellier, o Robert de Lorris, o Jean Poilevilain, aguardam a sua vingança, enquanto os ambiciosos de todos os matizes esperam uma oportunidade.

Em primeiro lugar entre esses oportunistas, o bispo de Laon, Robert Le Coq. Este ex-advogado do rei no Parlamento é advogado e polemista de grande talento. Ele preferia se

ver como Chanceler da França. Nove anos antes, ele sucedeu Pierre de la Forêt no Parlamento; por que não deveria sucedê-lo na Chancelaria? Robert Le Coq precisa de um papel político, mas também sabe que Pierre de la Forêt colocou em suas mãos o maior benefício da Igreja da França, o arcebispado de Rouen. A sé episcopal de Laon, rica em história como é, traz três vezes menos.

Le Coq era conselheiro político do futuro Jean le Bon, então duque da Normandia. Esteve nas fazendas desde 1346. Participou nas negociações franco-inglesas em 1350. Promovido a mestre dos pedidos, seguiu o rei João na sua viagem a Avinhão; ele fez conexões lá e colheu prebendas. Mas isto não é o suficiente.

Infelizmente, ele esbarrou em concorrentes. Impaciente para ser bispo, parecia-lhe que, se não obteve a mitra tão rapidamente quanto queria, era porque o rei não o apoiou. Ele finalmente voltou de Avignon, bispo de Laon, e como tal duque e par, mas voltou furioso contra seu antigo mestre. Essa amargura do ex-advogado do rei, Carlos, o Mau, concordará em explorá-la. Em 1355, Robert Le Coq apareceu como o porta-voz do Rei de Navarra. A reconciliação Franco-Navarra rendeu-lhe um assento no Conselho de Jean le Bon.

Embora agora esteja descontente com seu rei, Le Coq não se esquece que ele - na companhia de Pierre de la Forêt e atrás dele - apostou e ganhou ao apostar uma vez no duque da Normandia antes de seja rei. Na ausência de gratidão, ele tira da experiência a ideia de que é frutífero jogar o filho contra o pai. Contra João, o Bom, esse conspirador nato usará a mesma carta de antes: a do novo duque da Normandia.

A história parece recomeçar. Um partido é formado, o que tende a garantir que o Delfim Carlos - ele é o Delfim de Viena desde 1349 - seja efetivamente colocado na posse deste Ducado da Normandia que nenhum rei da França realmente deseja ver autônomo, tão perto de Paris . Robert le Coq já se vê como Chanceler da Normandia, como Pierre de la Forêt por um tempo esperava pela Chancelaria da França.

Mas João, o Bom, não está morrendo. Portanto, é necessário livrar-se dele. Deixa pra lá ... Só a extraordinária propaganda dinástica dos Valois, da qual os cronistas fazem eco, poderia nos fazer esquecer a relutância da França diante da escolha de 1328. O carisma que protegeu Philippe le Bel contra as empresas sediciosas de Bernard Saisset são seriamente prejudicadas pelas dúvidas que afetam os direitos de Valois.

Com a condição de saber manipulá-lo posteriormente, é um homem que pode ser colocado no negócio: o imperador. Carlos IV de Luxemburgo está no auge de sua glória. Rei da Boêmia, rei dos romanos - na verdade, rei da Alemanha - ele se prepara para receber a coroa imperial em Roma. Agora, este filho de Jean l'Aveugle tinha uma irmã: Bonne de Luxembourg, a própria mãe do Dauphin Charles. Bonne morreu em setembro de 1349, cedo demais para ser rainha da França. Além disso, Charles é um príncipe do Império, já que é o Dauphin de Viennese.

A ideia de Robert Le Coq é simples: tirar o golfinho da França, colocá-lo na Alemanha sob a proteção de seu tio, trazê-lo de volta com força, com o exército imperial. O Rei de Navarra providenciará as apresentações e escolta para a partida.

Achamos que estamos sonhando. O Bispo de Laon tem o Imperador, o Delfim, o Rei de Navarra e, finalmente, a Coroa da França. Entre os peões que ele imagina, nenhum é ilusório. Os dois cunhados - Jean le Bon e Carlos IV - dificilmente se amam. Embora frutífero, o casamento de Jean e Bonne de Luxemburgo não foi feliz: o duque da Normandia era mais apegado aos amigos do que à esposa, Bonne tinha suas próprias amizades. Diz-se até que ela encontrou mais do que um amigo no conde d'Eu, Raoul de Brienne. O trágico destino do condestável deve-se em parte ao infortúnio real. Enfim, jogar contra o rei de um partido unido por seus laços com aquele que não teve tempo de ser rainha da França é bem imaginável: o delfim é filho de Bonne de Luxemburgo.

Já em agosto de 1355, Carlos IV começou a buscar briga com Jean le Bon. Direitos contestados sobre Cambrai e Verdun, a suserania da Borgonha e Dauphiné, isso fornece a oportunidade para um memorando ao rei da França. Ele se sente consolado com a reconciliação franco-navariana em setembro: por enquanto, ele negligencia a ameaça.

Mas esta reconciliação, selada pelo Tratado de Valognes, além disso favorece os desígnios do Bispo de Laon. Charles le Mauvais agora pode encontrar o Dauphin, uma primeira vez em Vaudreuil, uma segunda em Paris. Robert Le Coq trama facilmente sua trama. Chegamos até a decidir os detalhes da expedição à Alemanha: além do Rei de Navarra, a escolta do Delfim incluirá alguns descontentes notórios como Guillaume de Namur, sobrinho de Robert d'Artois, como Jean d'Harcourt, sobrinho de Geoffroy, como Robert de Lorris - novamente ele ... - e cerca de quinze outros. Estaremos partindo no dia 7 de dezembro.

Os inimigos de João Bom vão muito longe. Algumas pessoas falam sobre mandar prender o rei. Isso é muito. Os menos ardentes têm medo. Começamos a conversar. Talvez o próprio golfinho esteja apavorado. Advertido - pelo menos em parte - do que está se formando contra ele, João, o Bom, convoca seu filho, vê um perigo nada improvável - ele não reinou sobre a Inglaterra destronado e sem dúvida seu pai Eduardo II foi assassinado? - e cede imediatamente no razoável. No dia em que o delfim deixaria Paris para a Alemanha, cartas patentes concederam-lhe o Ducado da Normandia. O futuro Carlos V venceu. Ele não vai.

Os trinta cavaleiros navarros que aguardam em Saint-Cloud não verão chegar o golfinho que deveriam conduzir a Mantes ao rei de Navarra.

FORÇA DE ROUEN.

Robert Le Coq não se considera espancado. Ele só precisa colocar o novo duque da Normandia contra seu pai. Já estava quase pronto quando ele conseguiu que Charles decidisse uma viagem a Rouen. O que poderia ser mais normal do que um duque da Normandia ir se estabelecer por alguns meses em sua nova capital? O que é surpreendente se o maior dos barões normandos, o conde de Évreux, rei de Navarra, o acompanha? E o que é extraordinário se a comitiva inclui um bispo, que também é um excelente advogado?

Do que está acontecendo em Rouen, onde o novo duque da Normandia mantém sua corte suntuosamente, nada realmente escapa ao rei John. Será fácil, em face da violência de sua reação, ironizar as fantasias do soberano. Mas João II não é um paranóico. Desde a queda de Hennebont até o caso de Rouen, ele sempre sentiu o vento da traição. E o partido que mantém a Normandia mal esconde suas intenções.

Enquanto esperava que estourasse o drama, e depois de ter desistido no assunto da Normandia, Jean le Bon fingiu estar orgulhoso: em 6 de janeiro de 1356, rejeitou o memorando imperial. Veremos...

Nos últimos dias de março, o rei foi avisado de uma nova ameaça de Jean d'Artois, o novo conde de Eu: eles queriam forçá-lo a ceder o governo do reino a seu filho mais velho. Filho deste Robert d'Artois que dificilmente se tomaria por amigo de Valois, Jean d'Artois não foi incluído na desgraça de seu pai, e ele pelo menos tem um sentimento de gratidão: Jean le Bon ele deu Eu após a execução do Condestável Raoul de Brienne. Esses despojos o prendem ao rei.

E então, os excessos de Robert Le Coq estão começando a cansar muitos ouvidos. Ele não chamou os Valois de "sangue muito ruim e uma raça podre"? Não garante ele, aludindo aos rumores que circularam após a execução de Brienne, que o rei João simplesmente mandou assassinar a sua primeira mulher, Bonne de Luxembourg? Ele não repete para quem quiser ouvi-lo que o rei João é bom para decapitar?

Finalmente, e talvez acima de tudo, o conde de Eu é agora na Normandia o principal rival do conde de Évreux, rei de Navarra. Que a trama tenha sucesso, e Jean d'Artois logo será o objeto das reclamações de todos aqueles que tiveram que sofrer com o rei Jean. Até que os Briennes reivindiquem Eu ...

Foi então que vimos o reaparecimento em Rouen do velho Geoffroy d'Harcourt, um dos primeiros barões a questionar a legitimidade de Valois. Misturando pai e filho no mesmo ódio, Harcourt manifesta um desdém pelo novo duque da Normandia, o que complica ainda mais o mapa político. Em 11 de janeiro, o dia em que os barões da Normandia prestam homenagem a seu senhor, o duque, Geoffroy d'Harcourt se apresenta com, nas mãos, o original selado da “Carta aos normandos” de 1315, este ato fundamental das

liberdades normandas . E para estabelecer suas condições: que o duque Charles jure observar a carta, e ele, Harcourt, prestará imediatamente sua homenagem.

O golfinho só pode pedir um atraso, a hora de ler. Obviamente, o incidente o pega de surpresa. Harcourt recusou-se, porém, a confiar o precioso documento aos filhos dos Valois, foi colocá-lo novamente no tesouro da catedral e deixou Rouen sem falar em homenagear seus feudos.

Embora assumido e orquestrado por seu sobrinho Jean d'Harcourt, o humor do velho barão não vira vantagem para ninguém imediatamente. É um ato de hostilidade para com os Valois, um ataque ao rei João por meio do duque Carlos. Harcourt não pensa em manobrar Charles contra Jean.

Se olharmos mais de perto, todo o lucro é para Carlos, o Mau. O tiro de advertência disparado por Harcourt significa que o ducado não se entrega sem segundas intenções. Além disso, os estados da Normandia reunidos em Vaudreuil em fevereiro confirmam as reclamações dos normandos. Fala sobre impostos, e o duque Charles não é nem mais nem menos impopular neste assunto do que seu pai. Ele pode entender que a adesão dos normandos à sua jovem autoridade passa pela conivência com o primeiro dos barões: o conde de Évreux, rei de Navarra. Sem Carlos, o Mau, o golfinho não existe muito na Normandia.

Tudo isso, como vimos, chega aos ouvidos do rei da França. Seu nome é arrastado pela lama, sua suserania desprezada. Seu filho mais velho deixa ir ... Ele deu o ducado ao filho, e há anarquia no ducado. Ele fez as pazes com seu genro de Navarra, e este último está zombando dele. Muito pior, os conspiradores de Rouen agora pensariam em sequestrar o rei, ou mesmo matá-lo. Pelo menos o boato chegou até ela, nos últimos dias de março, em Beauvaisis, onde o rei veio para o batismo do primeiro filho de Jean d'Artois.

João, o Bom, não é tolo, mas é um impulsivo com uma raiva repentina e descontrolada. Ameaça autêntica ou quimera, a história do sequestro quebra as costas do camelo. Com uma pequena tropa, o rei pega a estrada para Rouen.

Estamos em 5 de abril de 1356. O duque da Normandia está tratando de seus amigos. O tribunal passará para a mesa. Existem o Navarre, os três irmãos Harcourt, muitos barões, alguns burgueses. Notamos o prefeito de Rouen. No momento, estamos ouvindo Sir Jean de Biville, que conta pela centésima vez seu feito lendário: uma vez ele dividiu um turco em dois. Muito barulho. O que acontece fora da sala, ninguém se importa no momento.

Geoffroy d'Harcourt não está lá. Rebelde do rei e do duque, citado perante o Parlamento, ele sabe o que corre o risco. Com cautela, ele se hospedou fora da cidade, na margem esquerda do Sena.

Perto do meio do dia, ele fica sabendo da cavalgada repentina do rei. Jean le Bon passou a noite em Mainneville e agora está galopando em direção a Rouen. Nem uma viagem à

corte nem um dia de caça: o rei está ladeado por uma centena de cavaleiros armados. É uma operação policial. Geoffroy d'Harcourt vê o perigo e envia um escudeiro à cidade; é uma questão de seu sobrinho Jean deixar o castelo na hora.

Jean d'Harcourt não precisa ser avisado duas vezes. Sem pedir mais explicações, ele encomendou uma sela. Ele veste o casaco. Os outros se sentam para comer. Harcourt está saindo quando Robert de Lorris o chama.

Monsenhor o duque está esperando por você para jantar.

Há um lugar vazio na mesa, e ela está na mesa principal. Nessas condições, como escapar? Jean d'Harcourt tira o casaco, manda o escudeiro embora e ganha a mesa do duque da Normandia. Como o banquete começa de bom humor, ninguém se sente realmente uma conspiração.

Desconfiamos tão pouco que o duque nem pensou em ficar com o castelo. Quem atacaria, na cidade de Rouen, o filho mais velho do rei da França? No portão principal, na cidade, está o guarda. O pequeno postigo que se abre directamente para o campo, uma vez que o castelo está encostado à muralha municipal, nem sequer dispõe de miradouro. Qual é o ponto?

Todos esses conspiradores em repouso, todos esses barões mais ou menos rebeldes, mas por enquanto ocupados comendo e bebendo, de repente congelam de espanto. Atrás de um sargento que acena com sua maça, o rei da França entra na sala.

Para garantir a surpresa, Jean le Bon nem cruzou a cidade. Ele deu a volta para o norte e acabou de entrar pelo postern. Ele subiu correndo as escadas com seu primeiro sargento. Esta não é uma entrada real, é um assalto.

Para ver que o dispositivo não é de uma visita amigável, o duque da Normandia e seus convidados não precisam de uma longa observação. Jean le Bon tem o capacete em mente, a viseira apenas levantada. Ninguém nunca colocou um capacete para viajar. Os convidados sabem disso muito bem para não entenderem no momento em que o rei se armou para entrar na casa de seu filho.

Além disso, nenhuma ilusão pode subsistir. O sargento bate com força na porta para obter silêncio. Ouvimos gritar "Não deixe ninguém se mover, ou ele está morto". É o sargento? Não é antes o marechal Audrehem, que flanqueia o rei, com a espada na mão?

Em torno de Jean le Bon, reconhecemos agora seu irmão Philippe d'Orléans, seu segundo filho Louis d'Anjou - ele governará a França desde o menino Carlos VI e morrerá rei de Nápoles - e seus primos de Artois, Jean e Charles. Também vemos o inimigo jurado, o adversário hereditário dos Harcourts: Jean de Tancarville. A cena que se passa em 5 de abril de 1356 no castelo de Rouen é também um episódio da velha rivalidade dos grandes barões normandos. Faz parte, depois de meio século, da correta continuação do terrível duelo que Philippe le Bel teve que parar.

Na mesa principal, ninguém está orgulhoso. O dono da casa, Carlos da Normandia, garante a segurança de seus hóspedes. Mas o rei da França não parece se lembrar de que está com o filho. Ele vai direto até seu genro, o rei de Navarra, e o agarra pelo colarinho.

Levante-se, traidor! Você não é digno de se sentar ao lado do meu filho!

Colin Doublel, o escudeiro de Navarra, está então ocupado "fatiando", ou seja, cortando a carne de seu mestre. Vendo este último bastante abalado, ele levanta sua faca em direção ao rei da França. Inspiração infeliz. O povo do rei o prendeu na hora.

Outros já estão levando o Rei de Navarra. Em vão Carlos, o Mau, observa que estamos em paz. É verdade que os instigadores do assassinato de Carlos da Espanha receberam cartas de remissão ... É verdade que o tratado de Valognes foi selado na devida forma ... Em vão o delfim Carlos implora. faz seu pai.

Você me desonra. O que vamos dizer e pensar de mim, que convidei o rei de Navarra e os barões que você trata assim para jantar? Eles vão dizer que eu os traí.

Será dito, de fato, e muitos pensarão que o banquete do Duque da Normandia foi uma armadilha. Vamos até acusar o prefeito de Rouen de ter despojado deliberadamente o postern.

O rei João está zangado demais para ouvir as queixas do filho. Isso até tem o efeito de agravar sua fúria. Ele empurra o príncipe para longe - vamos falar de um chute - e agarra uma maça de braços segurada por um sargento.

Jean d'Harcourt está lá, e pode se arrepender de estar à mesa, apesar dos conselhos do tio. O rei da França o insulta, acerta-o com uma marreta nas costas, sacode-o tanto com o espartilho da manta que parte da gola ao cinto. Ele também foi preso com dois ou três outros barões conhecidos por sua lealdade ao partido de Navarra.

O rei não para de gritar, de ameaçar: não comerá nem viverá até que os culpados sejam punidos. Essas observações lembram as horas que antecederam a execução do condestável de Brienne. O zangado John the Good é um vigilante com pressa.

Pensando bem, correr pode ser sábio. Não é certo que o rei seja, na Normandia, mais estimado do que grandes normandos como Harcourt. Não é certo que a hostilidade aos impostos não cimente o ódio à Coroa. Resumindo, o interesse de João II não é ficar em Rouen. Ele chama o rei dos ribauds, esse oficial que desempenha na corte o papel indefinível de executor de todos os empregos.

Ninguém fala sobre um julgamento. Não mais do que por Brienne. O rei é o juiz soberano do reino, e todas essas pessoas conhecem muito bem os seus direitos: a Corte, ou seja, o Parlamento, julga apenas em nome do rei. Se o rei exercer sua justiça pessoalmente, em vez de permitir que juízes sejam apenas seus delegados, quem poderá culpar? Por violação dos direitos dos feudos, por crime de vassalo rebelde a seu senhor, ele só pode julgar cercado por seu tribunal, isto é, por seus outros vassalos. Mas para um crime, o rei é juiz

porque tem alta justiça. O tribunal não tem nada a ver com isso. Conspirar contra a Coroa não é uma violação da lei contratual dos feudos.

Obviamente, o juiz supremo do castelo de Rouen está com o duque da Normandia, não com seu senhor, o rei da França. Sobre a justiça de seu vassalo, o suserano não tem outro direito senão o de julgar por recurso. Mas quem se importa, no tumulto de 5 de abril, com o juiz do duque Carlos? Os barões presos não saberão que estão condenados até que sejam conduzidos à morte. Desde a entrada do rei, entretanto, eles esperavam o pior.

Ainda não chegou a noite, quando três carroças levam Jean d'Harcourt e três de seus companheiros a um parque de diversões, ao norte da cidade, na estrada para Neufchâtel. Em alguns minutos, acabou. Em vão Harcourt tenta atrasar a execução anunciando revelações. O processo serviu muito. O delfim e o marechal d'Audrehem sugerem que tomemos tempo para ouvi-lo. O rei João permanece inflexível.

Liberte esses traidores!

Ele repetiu a frase duas vezes, com aborrecimento. Entregar não significa liberar. O executor improvisado faz seu trabalho; é um assassino condenado à morte, que assim obtém seu perdão. Harcourt é o primeiro a morrer, sem confissão. Ele traiu o rei; ele não merece apenas a morte, mas também o inferno.

Em suma, o baú foi colocado bem na frente do conde, e ele se ajoelhou contra ele, apesar de tudo, e a gola sobre ele, vendada.
E o carrasco bateu no pescoço de seu doloire. E teve seis choques para que a cabeça pudesse cair no chão.

Colin Doublel recebe um padre. Ele é culpado de ter levantado uma arma contra o rei, mas por lealdade ao seu mestre, não por traição deliberada.

Na comitiva do golfinho, reina o terror. As quatro vítimas do golpe de Estado morreram sem saber do que são acusadas. O rei de Navarra, em sua prisão, passará por uma vítima inocente da malícia, e as pessoas boas farão canções de pena dele. Philippe de Navarre tentará negociar com cautela a causa do irmão, para depois emitir, no final de maio, uma carta-desafio que é um monumento à insolência.

Vejo e sei que a razão e a justiça não se aplicam a você.

Ao mesmo tempo, muitos senhores normandos deixaram Jean le Bon saber que eles estavam retirando sua fé e sua homenagem. E voltando-nos, muito naturalmente, para o outro suserano possível, Eduardo III. Vemos até o velho Geoffroy d'Harcourt negociando o legado de toda a sua herança no Plantagenêt. Na cabeça dos navarros e de seus fiéis, não se trata de trair o rei da França, mas de repudiar um valois usurpador da coroa. Não importa se tiveram que passar por cem aventuras antes de negar a escolha feita em 1328 por barões que de alguma forma se assemelhavam a eles ...

João II acumulou falta de jeito e brutalidade. Mas ele pagou caro pela necessidade política em que os sucessores de Luís X se encontraram de manter seu novo trono: privar

a casa de Évreux de sua principal herança, Champagne. O sentimento profundo de Carlos, o Mau em sua prisão é que sua mãe foi roubada, que ele próprio foi roubado, que ele foi ridicularizado - Angoulême para Carlos da Espanha - e que no final ele é tratado como um criminoso.

Enquanto Jean le Bon, toda a corte e seus prisioneiros sobem o Sena para chegar a Paris pouco antes da Páscoa, a indignação espalha óleo. A capital está sussurrando. Carlos, o Mau, está preso no Louvre, depois no Châtelet, mas finalmente se julga que Paris não tem certeza: um dos fiéis de Navarra, Jean de Fricamps, acaba de escapar. O prisioneiro é então transferido para fortalezas mais isoladas, primeiro em Crèvecœur, finalmente em Arleux, perto de Douai.

Dessa prisão, o que João, o Bom, espera? Em Rouen, ele recuou da punição imediata de um príncipe da flor-de-lis. Sem dúvida, uma vez que sua raiva esfriou, ele não pensa mais em dar um exemplo. Mas o cativeiro de Navarra fornece, muito simplesmente, um fim conveniente para uma luta em que, de boa fé, o rei da França vê apenas uma longa série de conspirações e traições. João, o Bom, não pensa que colocou um oponente fora de ação em condições de lealdade questionável, violando as leis da hospitalidade e quebrando uma paz devidamente aceita. Ele pensa que colocou um sujeito incorrigível mau fora de perigo.

Quem melhor saiu do negócio foi Robert Le Coq. Sua dignidade episcopal certamente o protegeu. Ele aproveitará a oportunidade para manobrar à vontade nos Estados Gerais.

A CRISE FINANCEIRA.

Embora intrigas e mal-entendidos explodam no trovão de Rouen, a política financeira falha quase tão dramaticamente. No dia 8 de maio, uma nova sessão de estados permite medir o cansaço geral. Prelados e barões agora têm outras coisas a fazer, e a burguesia é responsável por mais uma vez modificar o sistema tributário. Eles esperam encontrar maneiras de aumentar a eficiência. Na verdade, eles apenas simplificam o cálculo do imposto.

É nesta ocasião que vemos levantar-se contra a autoridade do rei a de um Etienne Marcel que ainda não aparece como adversário, mas que já aparece como parceiro. Leal, até moderado, o reitor dos mercadores de Paris pensa que os interesses do rei e da comunidade empresarial parisiense estão, em última análise, muito próximos: a guerra é o bloqueio das rotas econômicas, é o agravamento da crise. A prosperidade do centro econômico de Paris não se adaptou bem aos combates no Sena. Quando em novembro de 1355 Étienne Marcel conduziu o contingente parisiense ao anfitrião real na Picardia, ele também serviu a fortuna da “mercadoria da água”, esta entidade mal definida que significa

o lucro que os burgueses de Paris obtêm um monopólio e amplo controle sobre todo o tráfego fluvial na região de Paris.

Que os ingleses fiquem quietos em Calais, e os barcos continuem a descer o rio carregados de vinho e madeira, para subir carregados de trigo, sal, feno e frutas. A posição política dos "mercadores de água" é bastante clara.

Em junho, o rei Jean liderou uma expedição contra a fortaleza de Navarra de Breteuil-sur-Iton. Parisienses e rouennais estão na vanguarda do exército real. Paris se pergunta sobre o rei de Navarra, mas a burguesia empresarial sente pouca solidariedade com grandes barões como Harcourt. Até então, a aristocracia nunca mostrou sua preocupação com a Place de Grève.

Tudo ficaria bem se o imposto fosse devolvido. Não é assim. As cabeças dos principais dirigentes da semana sangrenta de Arras podem muito bem estar expostas, presas na parede dos portões da cidade, ninguém se atreve a interferir no imposto real. À medida que se aproxima o momento da retomada das hostilidades, os cofres do tesouro estão vazios e a libra esterlina está entrando em colapso no mercado monetário. No final de julho, Jean le Bon tira as consequências, e de duas maneiras.

Em primeiro lugar, ele lembra ao Conselho aqueles que os círculos reformistas consideram responsáveis pela situação anterior, aqueles mesmos cujos Estados foram desgraçados seis meses antes. Nicolas Braque assume as contas, Jean Poilevilain as moedas. Para Marcel e seus amigos, esses retornos são o triunfo da especulação. No entanto, por motivos pessoais aos quais voltaremos, Marcel figura entre as vítimas da especulação. Ele está furioso.

Na burguesia parisiense, a confiança que era mantida no rei João está se desintegrando seriamente.

O segundo é a desvalorização. Sem dúvida inevitável, é sentida como a manifestação de uma virada política. O rei prometeu a moeda forte. O fortalecimento da libra também soa o toque de morte para a confiança. Os aluguéis não rendem mais, as anuidades se dissipam. Os burgueses de Paris, os de Amiens ou os de Rouen esquecerão, dentro de algumas semanas, de enviar para o exército real estes contingentes que normalmente constituem o grosso da infantaria. Quanto aos grandes proprietários de terras, prelados e barões, eles vêem sem prazer o valor de seu cens desmoronar novamente. A desvalorização alivia devedores, inquilinos e inquilinos por um tempo. Infelizmente para o rei, eles são mais sensíveis ao aumento dos preços dos alimentos. Em suma, todos estão rosnando, e com razão.

LANCASTRE NA NORMANDIA.

Por enquanto, Jean le Bon está lutando a campanha na Normandia contra os anglo-navarros. Nos primeiros dias de junho, Philippe de Navarre e Geoffroy d'Harcourt viram a chegada dos primeiros reforços que despacharam Edouard III. Há a tropa de Robert Knolles, que realizou a festa de Montfort na Bretanha e que acaba de fazer, em Cotentin, a sua junção com um corpo de exército recentemente desembarcado sob as ordens do duque de Lancaster. O Príncipe Negro está encarregado de Guyenne; A Normandia caiu para seu irmão mais novo, Lancaster, esse príncipe a quem a corte apelidou de João de Gante porque ele nasceu durante a tão difícil estada de Eduardo III e da rainha Philippa entre os flamengos.

Um filho ao norte, outro ao sul, Eduardo III dividia bem o comando. Com habilidade consumada, ele interpreta príncipes, agora adultos, para não ter, como dez anos antes, que abandonar a Inglaterra para si mesma e para os escoceses. Eduardo III não liderará mais os assuntos do continente pessoalmente.

Lancastre estabeleceu seu acampamento permanente em Montebourg, perto de Valognes. Fica ali a poucas horas de caminhada do riacho de Saint-Vaast-la-Hougue, cuja comodidade Eduardo III já havia experimentado dez anos antes. Antes que o Valois tivesse tempo de reagir, ele lançou uma expedição ao Sena. A história parece se repetir.

Evitando Évreux - o coração do domínio de Navarra - que os franceses haviam tomado alguns dias antes, os ingleses partiram para queimar Vernon e os subúrbios de Rouen. Em 4 de julho, eles se limitaram a Verneuil. Lancaster teve o cuidado de não perder tempo tomando o castelo de Vernon ou realmente ameaçando a cidade fortificada de Rouen. Ele está andando de carona, e só de carona. Então ele atende quando ouve que os franceses estão chegando.

Eles sitiaram Pont-Audemer, e Robert d'Houdetot estava usando suas forças ali por dois meses contra uma guarnição de Navarra perfeitamente capaz de resistir todo o verão. Ele imediatamente levanta o cerco: é o único lucro imediato de Lancaster e seus aliados. Ao mesmo tempo, Jean le Bon concentra suas forças no Basse-Seine e caminha, finalmente, nas pegadas de Lancaster.

Os ingleses não se importaram com uma batalha campal onde, já que o milagre de Crécy não poderia acontecer novamente, o exército francês teria a vantagem em números desde o início. Ele se dobra. Jean le Bon está procurando uma luta. Ele prendeu o filho do duque da Normandia e jogou o rei de Navarra, seu genro, na prisão. Ocorrendo nessas circunstâncias, uma derrota inglesa acabaria por suspender a hipoteca que pesava sobre a Normandia dos Valois. Como seu pai Filipe VI em 1346, Jean le Bon procura se juntar ao inimigo para forçá-lo a lutar. Um feito de força, aliás, que esta perseguição de 1356 onde é o exército mais pesado que alcança o passeio ligeiro ...

O cara a cara ocorre na frente de Laigle em 8 de julho. Toda a força francesa está agora concentrada. Todo o pessoal também, porque João Bom não pratica a dispersão de responsabilidades. A lição de Crécy obviamente não serviu. Ao seu lado, o rei da França tem seu filho mais velho, o duque da Normandia; o mínimo que podemos dizer é que o rei João tem bons motivos para não perder de vista seu herdeiro. Mas ele também tem seu irmão Orléans, seu policial Gauthier de Brienne, seus dois marechais Clermont e Audrehem. Não esquecemos a hecatombe de Crécy, mas o inventor da Ordem da Estrela não imagina por um momento que todos possam acabar mortos ou cativos. Para a beleza da destreza, todas as flores da cavalaria francesa devem ser colhidas. O vencido será Lancaster.

João, o Bom, envia dois arautos para propor a batalha aos ingleses. Os dois exércitos estão prontos, prontos para o combate. Este é um espetáculo extraordinário. Ninguém se move, nem um cavalo sai da fila.

Os franceses estão cansados dessa perseguição. O rei, portanto, prefere esperar até o dia seguinte para atacar. Os ingleses sabem que são poucos: a iniciativa não virá deles. Enquanto os oponentes se observam, o dia passa.

À noite, os vigias franceses veem as fogueiras do acampamento inglês. E Deus sabe se eles abrirem os olhos!

Eles vigiaram, pois estavam bem preparados para a luta, desde que os navarros não tivessem atirado antes daquele dia.

A manhã está chegando. Os franceses veem, acima de uma longa cerca viva, as silhuetas da cavalaria inimiga alinhadas. E João, o Bom, a soar as trombetas. Banners e flâmulas balançando ao vento. Teremos finalmente uma batalha a cavalo, uma verdadeira batalha, segundo as regras da cavalaria. É claro que nos surpreendemos um pouco por não ver nos ingleses o movimento de tropas anunciando uma manobra. Mas a cavalaria lancastriana estava protegida das sebes, e o rei da França preferia vê-la descoberta tomando a ofensiva. Atacar tanto a sebe quanto as lanças é muito.

As horas passam. No campo francês, o nervosismo vence. O que esses cavaleiros, talvez duzentas lanças, posicionaram-se em movimento enquanto o corpo principal do exército, invisível, se abrigava atrás deles?

No meio da tarde, é o coup de theatre. Os duzentos cavaleiros de repente esporam seus corcéis e desaparecem no bosque. Jean le Bon envia seus mensageiros para tentar entender. Atrás da cerca, não há ninguém.

Saberemos disso pelos camponeses. Desde a meia-noite, os anglo-navarros esvaziaram as instalações. Eles deixaram duzentos homens, montados nos melhores cavalos de corrida, para garantir a inércia dos franceses até a hora de zero. Agora, esses duzentos cavaleiros estão galopando para um encontro marcado na noite anterior. Os ingleses estão

a caminho de Cherbourg e os navarros avançam a passos largos rumo às fortalezas que já ocupam na Normandia. É a dispersão que incapacitará o exército do rei da França.

João, o Bom, tinha um exército forte, capaz de vencer uma batalha. Ele não tem como vasculhar a Normandia, em busca de empresas que se espalham. Um ganha Conches, o outro Breteuil. Lancastre está de volta a Montebourg. Knolles vai sitiar Domfront.

No fundo, Jean le Bon deve se considerar o vencedor. Ele ofereceu a batalha. Seu inimigo fugiu. E para cair imediatamente na armadilha que Lancastre e Navarre prepararam para ele: ele se sentará em frente a Breteuil, uma das praças de Navarra. Lá, com meios defensivos limitados, o capitão Sancho Lopiz - os normandos o chamam de Sanson Lopin - conseguirá imobilizar até meados de agosto um exército que sabemos estar custando ao contribuinte francês.

Este cerco de Breteuil é um lindo festival de arte militar. Como temos tempo - quem realmente pensa em Guyenne e o Príncipe Negro? - estamos revivendo a velha técnica da torre de assalto, graças à qual, há dois séculos e meio, Godfrey de Bouillon conseguiu penetrar com uma espada alta em Jerusalém. A escada é escalada individual; a torre é o ataque massivo.

Os da hoste tinham levantado e levantado grandes máquinas, que jogavam noite e dia nos telhados das torres, e que trabalhavam duro nelas.

E mandou o rei da França fazer um grande campanário de três andares, em grande número de carpinteiros, que eles dirigiam sobre rodas para onde quisessem. Duzentos homens poderiam entrar em cada andar, e todos eles ajudariam. E estava machucado e coriáceo para a linha muito forte. Muitos chamam de pá, outros uma rotunda de assalto.

Enquanto estávamos construindo e montando, os vilões do país foram obrigados a trazer, trazer e puxar uma grande abundância de madeira, e despejar tudo de volta nas valas, e aterrissar e aterrar sobre elas, para trazer a referida máquina sobre as quatro rodas até mesmo para as paredes para lutar contra aqueles de dentro. Então demorou um bom mês para encher as valas do lugar onde queriam assaltar e bater um papo.

Enquanto, na frente de Breteuil, o machado e a ligadura estão sendo tocados para o futuro prazer de um Froissart, o Príncipe Negro está entrando na campanha. Ele facilmente encontrou seu exército em Languedoc, pronto para uma nova pilhagem. Via Périgord e Limousin, chega a Berry em meados de agosto. Ele queimou os subúrbios de Bourges, fez uma tentativa em vão na frente de Issoudun, saqueou Vierzon, tomou Romorentin. A manobra torna-se clara ao sabermos que Lancaster saiu do seu entrincheiramento em Cotentin e, ainda ladeado por Philippe de Navarre, procura fazer a sua junção na Touraine com o exército da Guyenne.

Em Breteuil, o tempo parece longo. Por volta de 15 de agosto, tudo está pronto para o assalto. A vala é preenchida no local previsto, o gato é de constituição sólida e bem blindado com pele grossa.

Nesse campanário entrou um grande número de bons cavaleiros e escudeiros que desejavam avançar. E foi este campanário em suas quatro rodas colados e trazidos para a parede.
Os da guarnição tinham visto o dito campanário sendo feito e conheciam a ordenança, em parte, como deveriam ser atacados. Então eles tinham, de acordo com isso, canhões lançando fogo e grandes parafusos para parar tudo. Então agora eles se colocam para atacar este campanário e defendê-lo com grande vontade.
E desde o início, antes de dispararem seus canhões, eles vieram para lutar com os do campanário francamente, corpo a corpo. Foram feitas várias grandes aberturas de armas.
Depois de se plantarem, desaprovados, começaram a atirar com seus canhões e a atirar neste campanário e nele, e com esse fogo disparar vidraças abundantemente grandes e grandes que feriram e destruíram uma grande abundância.

Nocauteado, queimado, derrubado, os homens de armas do rei da França têm pouca escolha. Deixando seu "gato" caído ali, eles fogem. Do alto das paredes gritamos "Navarra", gritamos "Saint-Georges".

Nesse ponto, Jean le Bon faria bem em abandonar o cerco de Breteuil. A pequena guarnição de Sanson Lopin não é páreo para o exército real. No máximo, ela poderia se divertir arranjando tropas na Normandia que seriam mais úteis no Loire.

Mas o rei sabe que os dois exércitos ingleses tentarão se juntar. Daí em diante, de Basse-Seine a Limousin, será a frente única. João, o Bom, portanto, pressiona o cerco, requisita algumas centenas de camponeses para encher as valas ao redor da cidade, prepara as escadas. A sorte de repente parece estar se voltando a seu favor. O navarro Sanson Lopin cumpriu seu dever, mas não é um herói. Ao ver que a escalada vai levar a melhor sobre ele, ele negocia sua rendição: ele sabe que seus homens não podem defender todo o perímetro da cidade ao mesmo tempo.

Ao salvar sua vida e sua família, Lopin entrega Breteuil. Mais uma vez, Jean le Bon se vê vitorioso. Depois de Laigle, Breteuil. Como poderia o rei da França não ter em mente que é chegado o momento de garantir o triunfo duradouro dos Valois sobre o Évreux-Navarra e os Plantagenêts? Sua teimosia para lutar de qualquer maneira virá em grande parte de uma apreciação excessivamente lisonjeira de suas recentes "vitórias".

O PRÍNCIPE CAVALEIRO NEGRO.

O Príncipe Negro, no entanto, vence o Pays de la Loire. No início de setembro, ele está em Amboise. Do outro lado do rio, ele vê o exército Lancastrian. Resta agarrar a ponte: o rei da França está preso em uma pinça.

A posição de Jean le Bon é tanto mais precária quanto os navarros estão levantando suas cabeças na Normandia. Para garantir a liberdade das suas relações com Paris, o meirinho

de Cotentin terá mesmo de se mudar para o sul, de Coutances para Saint-James de Beuvron, a capital do seu bailio.

Jean le Bon reúne novas tropas, enfrenta Lorraine, suíços, alemães, escoceses. Todos os cavaleiros franceses se encontraram, rodeados por esses mercenários, nos primeiros dias de setembro em Chartres. E caminhamos em direção ao Loire. Em 8 de setembro, os primeiros destacamentos cruzaram a ponte Meung. O rei e o corpo principal do exército cruzaram o rio em Blois no dia 10. O delfim foi vigiar a passagem de Tours. Tanto para os ingleses quanto para os franceses, parece que o Valois detém o Loire. O Príncipe Negro não tem ilusões: pega e vai se instalar no sul do Indre, em Montbazon.

Em 13 de setembro, o rei da França está em Loches. O Príncipe de Gales recuou em La Haye-sur Creuse - hoje La Haye-Descartes - que teve de abandonar no dia seguinte, porque os franceses eram muito próximos.

Foi então que o rei João, até agora dono da situação, cometeu dois erros. O primeiro é rejeitar as ofertas de paz apresentadas pelo Cardeal Périgord; a segunda é manobrar rápido demais e, doravante, às cegas. Ele quer batalhar a todo custo.

Hélie Talleyrand, irmã do conde de Périgord, é uma grande figura do teatro europeu: bispo de Limoges em 1324, bispo de Auxerre em 1328, cardeal titular de Saint-Pierre-aux-Liens em 1331, cardeal-bispo de Albano em 1348, viveu durante trinta anos todos os grandes momentos da história europeia. Na cúria, ele lidera o "partido francês" que planeja as eleições pontifícias e negocia os chapéus cardeais. Por não poder ser papa, é daqueles que mantêm o poder pontifício dentro dos limites exatos e zelam pela escolha dos homens. Em 1352, ele se opôs à eleição de um homem santo que estaria um tanto perdido - como Celestin V no passado - em seu novo papel como árbitro das políticas europeias. Com um Innocent VI tão fraco quanto indeciso, Hélie Talleyrand tem rédea solta.

Porque o Cardeal do Périgord, se por três vezes perdeu a tiara, não perde a oportunidade de se colocar como mediador dos príncipes. Ele se intromete nos negócios de Nápoles, conspira na Provença, trata do delfim de Viennois. No conflito entre Valois e Plantagenêt, o filho do Conde de Périgord Hélie VII sente uma vocação natural de líder político e pacificador. Tanto porque é Périgord como porque a sua família, que remonta aos condes carolíngios, nada deve aos soberanos coroados ...

Inocêncio VI enviou dois legados para fazer a paz: Hélie Talleyrand de Périgord e o romano Niccolo Capoci. O primeiro é conhecido por sua hostilidade aos ingleses - logo diremos o contrário porque ele quer privar o rei da França da vitória - e o segundo é conhecido por sua desconfiança da França.

Jean le Bon faria melhor em ouvir o conselho do Cardeal de Périgord. Mas ele já se vê vitorioso. Paz, ele não se importa neste momento. Enquanto o inglês vagueia pela França como um reino conquistado, não é apropriado infligir uma correção a ele antes de tratar?

A obstinação de João Bom pareceria, sem dúvida, menos estúpida se não soubéssemos que ele não sairia vitorioso do caso.

O Príncipe Negro vê que seu oponente está procurando uma luta. Ele também vê que sua própria situação é ruim: o rei da França o tranca no triângulo formado pelo Indre e o Vienne, e a estrada para Bordéus não é mais vigiada. O príncipe queria conduzir sua cavalgada ao coração do reino Valois; um passeio pelo que restou da Aquitânia de Eleanor pode seguir.

Na verdade, João, o Bom, está ultrapassando seu oponente pelo leste, e isso sem fazer isso de propósito. De Loches, ele alcançou o Creuse, então cruzou o Vienne em Chauvigny. Acreditando que Poitiers estava ameaçado, ele agora está caminhando para o oeste. Ele não sabe que o Príncipe Negro ainda está ao norte desta estrada que vai de Chauvigny a Poitiers e na qual o exército real cavalga sem se preocupar com a direita.

Foi então que os cavaleiros de um pequeno destacamento inglês apareceram nesta mesma linha. Querem apenas atravessar a estrada discretamente para chegar, a sul de Poitiers, à estrada principal para Bordéus. Entre as tropas inglesas e a retaguarda francesa, é uma luta inesperada, em que todos saem perdendo: os franceses porque deixam alguns mortos no chão e três ou quatro barões se tornam prisioneiros. , os ingleses porque estão desmascarados e a vitória os pesa.

King John se vira. Isolado de sua retaguarda - Bordéus - pelo exército real, o Príncipe Negro foi isolado de seu apoio final, Lancaster, por pontes sobre o Loire muito bem mantidas pelos franceses para qualquer esperança de existir uma junção. É muito tarde para esquivar. Enquanto o Rei da França se prepara para aniquilar o invasor, o Príncipe Negro se prepara para a defesa. Pelo menos ele tem a vantagem de deixar os franceses entrarem: fica com a escolha do campo. Mais uma vez, os ingleses vão jogar a cerca e o caminho submerso.

É em Nouaillé, duas léguas a sudeste de Poitiers, que o Príncipe de Gales espera o Rei da França. Lá ele mantém um planalto suavemente ondulado, facilmente defendido pelo curso do Miosson e por uma linha de escarpa. Para atacar, Jean le Bon terá que assumir todos os riscos. Por precaução, o Príncipe Negro ocupará até uma altura vizinha, adequada para servir de observatório.

Os dois exércitos estão agora frente a frente: talvez dez mil anglo-gascões e vinte mil franceses. Mas é domingo. O dia 18 de setembro é passado em desfile, em conselhos de guerra, em patrulhas de reconhecimento. Em negociações infrutíferas também.

A velha raposa que é o Cardeal do Périgord ainda tenta evitar o confronto. Indo de um acampamento para outro, ele quer aproveitar a trégua dominical - ele a obteve sem dificuldade - para acabar com tudo isso. Começamos a murmurar no campo francês que o legado está jogando o jogo inglês. Em caso de batalha, a trégua terá permitido ao Príncipe

Negro fortalecer sua posição: trincheiras, represas, posições de tiro são montadas a toda pressa neste dia de domingo 18.

Acima de tudo, o inglês tem tudo a ganhar se pararmos por aí e ele está pronto para as concessões sugeridas pelo legado. O Príncipe de Gales também já causou pânico suficiente em Poitou e Berry. Ele concorda em libertar os prisioneiros levados no dia anterior, para devolver as fortalezas ocupadas por dois meses, para concluir uma trégua de sete anos. Em troca do que, ele sai da floresta e salva Bordeaux. Mesmo que seus capitães já se arrependam de ter perdido a sorte de um bom combate - eles não teriam vergonha de serem derrotados em números e como ficariam orgulhosos de serem vitoriosos em números - o Príncipe de Gales concorda em negociar.

João, o Bom, não ouve assim. A todas as propostas, a todos os gemidos do Cardeal de Périgord, ele se opõe à mesma resposta: que os ingleses se rendam à misericórdia. O Príncipe de Gales concorda em não buscar a vitória; o rei da França fala como se já fosse vitorioso. Ao longo do dia, Hélie Talleyrand usa sua paciência e seu talento. Em vão.

No dia anterior, o rei João foi razoável ao aceitar a trégua de Deus. Froissart dirá que foi "razoável em todos os sentidos". Agora, no último domingo, Jean le Bon é intratável.

Muitas vezes fomos irônicos, durante pelo menos três séculos, sobre esse rei que, amanhã, terá mergulhado a França na mais negra catástrofe e que, poucas horas antes da queda, se torna peremptório. De fato, neste domingo, 18 de setembro de 1356, o Príncipe Negro foi o mais fraco, seu exército faltou comida, sua capital foi descoberta e seu objetivo foi alcançado. Se João Bom se contentar em deixá-lo ir de novo, os príncipes europeus - e mais simplesmente os barões franceses - pensarão que o Plantagenêt, mais uma vez, insultou o rei da França com total impunidade. O reino não terá perdido nada, mas a Coroa de São Luís será manchada.

Se o rei não fosse desafiado em seu reino, seria menos malvado. Mas Geoffroy d'Harcourt ainda luta na campanha na Normandia, Robert Le Coq ainda conspira, Étienne Marcel fala alto em Paris. Os contribuintes pagaram ao exército e diremos que não adiantou. João, o Bom, não pode tolerar uma trégua que permita ao inglês regressar sem danos.

Enquanto trocamos comentários diplomáticos que passam o tempo, a batalha está fermentando. O inglês pretende jogar na defesa: ele reforça seus entrincheiramentos. Os franceses reservam a iniciativa para o assalto: aproveita as horas restantes para estudar o terreno. Em ambos os lados, graças à trégua de Deus, nos espiamos para reconhecer posições e estimar forças. A trégua também poupa os batedores do trabalho de se esconder, e as pessoas ficam felizes em ligar de uma parte para outra. Para os cavaleiros, é sempre um espetáculo de qualidade que um exército se prepara para a batalha.

É também a oportunidade de começar as façanhas do dia seguinte. O inglês John Chandos, futuro vencedor do Du Guesclin, conhece o Marechal da França Jean de

Clermont? Eis os dois barões que se desafiam imediatamente, sentindo-se ofendidos um pelo outro: acabam de notar, cavalgando no planalto, que ambos carregam, bordado no braço esquerdo e no peito, um mesmo "lema" feito de uma senhora loira em um raio de sol! Estes são os ingleses, diz Clermont: incapazes de inventar nada, quando veem algo de que gostam, levam. Resolveremos o caso amanhã.

Os batedores relataram, e em particular Eustache de Ribemont, que forneceu ao rei da França uma estimativa das forças anglo-gascão com base em uma exploração mais sumária. E Ribemont para sugerir uma tática para o dia seguinte: que evitemos arriscar o exército na estrada de acesso, muito estreita entre as sebes onde os arqueiros serão emboscados, e que, pelo contrário, ataquemos diretamente as defesas anglo-americanas. - Gasconnes sacrificando uma carga de cavalaria para "abrir e dividir os arqueiros". Depois disso, será fácil fazer o exército subir, a pé, pela escarpa.

Em vão Jean de Clermont objeta que vamos massacrar; os ingleses estão no fim de seus suprimentos e poderiam ser facilmente sitiados em seu planalto. João, o Bom, busca a vitória pela bravura, não pela fome. O colega de Clermont, o marechal Audrehem, sugere que um cerco ao planalto seria "covardia". A causa é ouvida. E a cavalaria francesa competirá em coragem para mostrar que nunca pensou em outra coisa. Clermont disse isso bem a Audrehem: não é porque ele propôs desistir do assalto que ele ficará em segundo lugar durante o ataque.

Você não será tão ousado a ponto de colocar o focinho do seu cavalo no meu traseiro.

A manobra sugerida por Ribemont é aceita. Trezentos cavaleiros são nomeados para o ataque; o policial Gauthier de Brienne e os dois marechais de Clermont e Audrehem irão comandá-lo. Assim que os arqueiros forem destruídos, os outros atacarão a pé, em uma frente contínua amplamente espalhada por mais de uma légua.

A noite de domingo mostra os franceses ocupados transformando seu equipamento de cavaleiro em preparação para um ataque de infantaria: eles removem suas esporas, recortam suas lanças - apenas um metro e meio - e cortam a ponta afilada de seus sapatos para o potro.

Na madrugada de segunda-feira, o cardeal de Périgord tenta uma última vez evitar a luta. É tarde demais. O sol nascente já põe fim à trégua. O legado vê mesmo alguns cavaleiros da sua escolta, chefiados pelo prior de Saint-Gilles da ordem do Hospital, Jean Fernand de Hérédia, despedirem-se para irem, ao lado do rei de França, cumprir o seu dever. braços na mão.

Os capitães do rei da França erguem seus estandartes sobre o interior de Poitou. A bandeira também flutua, orgulhosamente carregada perto do rei pelo cavaleiro Geoffroy de Charny, o teórico e o cantor do combate cavalheiresco. Tudo está pronto para a festa da cavalaria, que é uma batalha em boa forma.

Pouco se fala sobre a Ordem da Estrela. Mas o espírito que inspirou sua criação cinco anos antes preside tanto a estratégia quanto a retórica do rei da França. Em sua arenga na manhã de domingo, após a missa, o rei João o lembrou de forma irônica:

Entre vocês, quando estiveram em Paris, em Chartres, em Rouen ou em Orléans, vocês se desejaram, o berço em mente, na frente deles. Mas você está aí!

É hora de passar das proezas verbais para as proezas armadas. Improvisando sem dizer uma transferência da Estrela, e sem dúvida com os mesmos homens em sua maior parte, Jean le Bon tira de todo o exército nas várias "batalhas" senhoriais aquelas que ele considera como a "flor da cavalaria ", montado sobre“ flor de correio ". Durante várias horas, os marechais selecionam, de companhia em companhia, os cerca de trezentos cavaleiros e escudeiros que formarão a cavalaria de elite do rei, aquele que quebrará as defesas adversárias desde o início.

Ninguém pode estar errado. Esta flor da cavalaria está, por escolha do rei, condenada à morte. Ele fará com que a rota do exército se transforme em infantaria, mas sofrerá os primeiros tiros dos arqueiros ingleses. Há o combate dos Trinta neste primeiro ataque de Poitiers: uma tropa de elite que se abstém de recuar. O Star não era nada mais, uma seleção por destreza e lealdade.

Nem todo mundo está na linha de assalto. Jean le Bon é também a sua própria “batalha”, aquela que o envolverá até ao fim e que, se necessário, fará a última quadratura. Vinte e três estandartes flutuam lá, ao redor do Rei da França em seu cavalo branco. Vemos também três jovens príncipes que manterão juntos, um quarto de século depois, as rédeas do poder: Duque Louis d'Anjou, Duque Jean de Berry e o menino Philippe - ele tem quatorze anos - que são dirá "o ousado" e quem fará parte dos duques Valois da Borgonha. Eles serão os “tios do rei” quando a coroa da França chegar ao filho daquele que, por enquanto, ainda é apenas seu filho mais velho, o delfim Carlos e que - apesar da relutância de Jean le Bon, que se lembra de Rouen - comanda pessoalmente uma das "batalhas" acusadas de assalto em massa.

Para ficar seguro, o rei da França cercou este filho mais velho, cujas aventuras com o rei de Navarra dão origem ao temor de que ele seja um ingênuo e cujo temperamento é mais de um bibliotecário do que de um soldado. . Em torno do futuro Carlos V, vemos, portanto, alguns capitães experientes, alguns homens de confiança de Jean le Bon. Também o duque de Bourbon, que poderia ser, em caso de dificuldades táticas, o verdadeiro líder da "batalha" do delfim.

O exército está agora ordenado, enquanto mal amanhece o dia desta segunda-feira, 19 de setembro de 1356. O condestável Gauthier de Brienne e os marechais Jean de Clermont e Arnoul d'Audrehem abrirão a brecha nas defesas inglesas a cavalo; as grandes "batalhas" a pé, uma comandada pelo delfim, a outra pelo duque de Orléans, irmão do rei, esmagarão o exército do príncipe de Gales. As ordens são precisas: mate o máximo possível de

ingleses - lembramos Crécy - e leve o Príncipe Negro vivo. A “batalha do rei”, só intervirá quando for necessário, para libertar ou terminar.

Uma batalha de príncipes, pode-se pensar, esse choque de duas dinastias no coração da antiga propriedade Plantagenêt, a poucas léguas do palácio dos ancestrais de Eleanor. Na verdade, os comerciantes desempenharão um papel decisivo. Na "batalha" de Jean le Bon, vemos o "Arcipreste" Arnaud de Cervole e seu bando de caminhoneiros. Ao lado do Príncipe Negro, está Chandos, que, "para guardá-lo e aconselhá-lo", não deixará seu mestre de toda a luta; há alguns capitães contratados e, acima de tudo, vários senhores gascões para os quais a guerra é realmente uma profissão. Quem pode pensar que o capitão de Buch, Jean de Grailly, é outra coisa senão um homem de guerra?

Qualquer que seja o papel que retorne aos comerciantes, a ética é a da Jarreteira e da Estrela. Podemos ver isso claramente quando James Audley, um dos melhores estrategistas ingleses, vem expor o Príncipe Negro a quem um dia fez um desejo: o de ser o primeiro a atacar e o mais ardoroso no combate. 'ele estava um dia em uma batalha na qual o rei da Inglaterra ou um de seus filhos se encontraria envolvido. E pedir para acontecer na linha de frente. Audley vai suportar o ataque do marechal Audrehem.

As mesmas referências cavalheirescas com o porta-estandarte francês Geoffroy de Charny, que sugeriu a Jean le Bon, no dia anterior, renovar a luta dos Trinta. Que escolhemos cem campeões de ambos os lados e que eles encerram o caso. Mas a proposta de Charny deixa muitas chances para o inglês, e Jean le Bon não pretende se privar da vantagem que o número lhe dá.

John Chandos, por sua vez, teve que encontrar um equilíbrio entre as duras necessidades de um exército inglês faminto e numericamente inferior e os imperativos de honra. Os sábios querem romper e reconquistar o Bordéus, os ousados querem enfrentar os franceses, todos querem comer. Faz três dias que falta pão, enquanto ouvimos o barulho dos banquetes ostensivamente oferecidos pelos cavaleiros do rei da França em favor da trégua.

No meio da noite, o Príncipe Negro realizou um conselho. A tática foi interrompida de acordo com a visão do mentor Chandos: deixar a posição entrincheirada do Bois de Nouaillé, mas não para uma retaguarda onde a cavalaria francesa se divertiria despedaçando um exército em retirada, fora de suas defesas. A saída será em frente, sob o nariz dos franceses: um pergaminho ao longo da orla do bosque bastará, por um tempo, como defesa natural. No caso de uma batalha, o alívio de Maupertuis compensará a desvantagem dos números. Em suma, incapaz de atacar e incapaz de esperar mais com o estômago vazio, Chandos imagina uma provocação. Ou os ingleses passam ou a batalha começa com a menor desvantagem.

A BATALHA.

Eustache d'Auberchicourt é responsável por iniciar a provocação. Ao amanhecer, ele sai do Bois de Nouaillé com alguns cavaleiros e vai ocupar uma posição no caminho oco de Maupertuis, entre duas sebes que não escondem a manobra, mas acabam por quebrar um assalto da cavalaria francesa.

Infelizmente para os ingleses, Jean le Bon evita a armadilha. Em vez de dar o sinal para lutar, ele despachou alguns mercenários alemães da companhia do conde de Nassau. Auberchicourt foi desarmado e se viu devidamente amarrado a uma carroça francesa durante a batalha que se aproximava. Naquele momento, João Bom tem realmente o direito de dizer que fez bem em não ouvir o cardeal: o caso começa bem. Divertidos com a vitória fácil, os franceses aguardam o resto.

Todos os outros virão depois!

É o fracasso do compromisso imaginado por Chandos? Seguindo o conselho do Príncipe Negro, os partidários do lançamento rápido vencem. Não há nada para se envergonhar em evitar uma batalha perdida. Lancastrian não agiu de maneira diferente na frente de Laigle. Nas primeiras horas, o exército inglês foge da floresta e vence em boa ordem a estrada para Maupertuis. Os marechais Warwick e Suffolk lideram a guarda avançada com Captal de Buch, o Príncipe de Gales e Chandos o corpo principal do comboio, Salisbury e Oxford na retaguarda. Arqueiros galeses e irlandeses caminham pelo bosque para flanquear o exército.

João, o Bom, deixe estar. Ele só pode estar incerto. A manobra inglesa pode ser interpretada de duas maneiras: recuo ou nova finta. O Príncipe Negro deseja sair de uma situação ruim, mas o Rei da França ignora os pensamentos do Príncipe de Gales. Pode faltar o dom da adivinhação sem ser um completo idiota. Jean le Bon, por outro lado, vê muito bem que o terreno não se presta bem a um ataque. Além disso, na beira de um bosque e na luz do dia ainda fraca, ninguém pode ver com certeza se os anglo-gascões estão todos partindo ou se o grosso das forças opostas permanece sob cobertura, pronto para responder.

Na verdade, como sabemos, o Príncipe Negro e Chandos estão tentando, na mesma manobra, evitar o combate de maneira honrosa e garantir um novo campo de batalha favorável caso o Rei John decida atacar. É claro que os anglo-gascões perdem todo o lucro da obra de fortificação em que passaram o domingo. Mas para ficar na floresta eles não ganhariam nada. A comida não virá sozinha.

O que o Príncipe Negro não sabe é que Jean le Bon rejeitou a ideia de simplesmente esperar a vitória de um bloqueio fácil demais.

O policial e os marechais da França estão à frente, com sua batalha de elite. As batalhas comuns, a do delfim e a de Orleans, começam a preparar uma luta que eles não precisam travar.

Jean de Clermont é tão cauteloso, diante da manobra ambígua dos ingleses, quanto foi cauteloso no dia anterior, diante de seu entrincheiramento. O policial Brienne vale para Clermont. Mas eles têm que contar com Audrehem, que quer atacar imediatamente, não por um desejo vão de batalhar a qualquer custo - o marechal não é um tolo - mas porque ele vê os ingleses encontrarem em seu movimento uma nova posição forte. . No domingo, ele queria atacá-los antes que o Bois de Nouaillé fosse uma fortaleza. Na manhã desta segunda-feira, ele quer ocupar o vau do Miosson antes que o inimigo possa tirar o máximo proveito de uma posição duplamente protegida, por arbustos e por água. O vau é de capital importância para os ingleses em retirada: o marechal Audrehem concorda com John Chandos nesse ponto.

Qual é o ponto de espera? Através da vinha que desce suavemente para o Miosson, Arnoul d'Audrehem ataca, imediatamente seguido pelos alemães pelo conde de Nassau. Brienne e Clermont também atacam, mas marcam seu desacordo ao escolher outro objetivo: atacam a retaguarda inglesa, ainda fora de perigo.

Lembramos dos arqueiros que flanquearam a coluna inglesa. Eles só precisam se proteger das sebes e fileiras de vinhas para estarem em posição de tiro. Em poucos minutos, é a hecatombe. Gravemente ferido, Audrehem é feito prisioneiro antes de chegar ao vau. Clermont é morto antes de cruzar o caminho "mal fortificado com sebes e arbustos" que a estratégia inglesa conseguiu fazer numa armadilha improvisada.

Os escoceses do exército francês não desejam cair nas mãos dos ingleses. Nesse ponto da batalha, eles se retiram completamente.

A batalha ainda não está totalmente travada e Jean le Bon acaba de perder quase toda sua cavalaria de elite. Claro, a maior parte do exército está intacta, não sua capacidade de ataque. Esse sucesso inesperado devolveu aos anglo-gascões sua combatividade. Chandos e os outros mudam de ponto de vista: talvez não seja mais necessário recuar. Ao nascer do sol, os vaus de Miosson representaram a salvação de um exército isolado da estrada para Bordéus. Uma hora depois, eles se tornam parte de uma estratégia defensiva que visa a vitória, não a fuga.

O exército francês está finalmente pronto. Por ordem do rei, desce por sua vez em direção ao Miosson, concentrando o grosso das forças a oeste dos ingleses, atrás de um meandro pantanoso. A escolha dessa posição é estúpida: o chão esponjoso jogará contra o atacante.

Apesar dessa manobra geral, a luta recomeçou em desordem. Mais do que uma batalha ordenada, é uma série de feitos individuais de armas. Fraqueza permanente do exército francês, do que esta recusa tácita de uma disciplina tática: Jean le Bon conhece bem, que

tentou, pela portaria de 30 de abril de 1351, estruturar seu exército em companhias mais coerentes que o pó de bandeiras feudais, e que procuraram estabelecer, sobre os chefes naturais que são os vassalos do rei que vieram para o exército com seu contingente, a autoridade de alguns capitães escolhidos por sua aptidão para o comando. Vã esperança: na hora da luta, obviamente falta um comando. O rei está na retaguarda, com sua reserva, visivelmente incapaz de conceber o movimento de um exército engajado a não ser como a justaposição de estandartes necessitando de destreza. Gritamos "Montjoie!" St Denis! ", Gritamos" Saint-Georges! Guyenne! " Mas pedidos, ponto final. O arauto Chandos vai escrever em sua canção rimada:

Todo mundo pensa em sua honra.

É o caso de James Audley, que está realizando seu desejo. Atacando o primeiro, ferido várias vezes, ele foi finalmente retirado da luta por seus quatro escudeiros.

Trouxe ele muito fraco e muito triste para fora das batalhas, perto de uma cerca viva, para ele um pouco fresco e fã. E o desarmaram o mais suavemente que puderam, e ouviram suas feridas se fecharem e rasgarem e costurarem as mais perigosas.

Desta vez, é a batalha do golfinho que sustenta, do lado francês, o mais forte dos confrontos. Carlos até perdeu seu leal Maignelay, que carregava ao lado a bandeira com as armas da Normandia.

Os mortos se espalham pelo campo de batalha. O Príncipe Negro fez com que o Cardeal de Périgord, retirado para Poitiers, carregasse o corpo de seu sobrinho Robert de Duras, deitado sobre um escudo. Muitos pensarão que o Príncipe de Gales queria vingança: os ingleses ficam furiosos ao ver nas fileiras inimigas alguns dos cavaleiros que na véspera ainda estavam na comitiva do legado. Um é o diplomata do papa ou outro é um lutador, não os dois!

Agora João, o Bom, está tirando seus filhos da luta. Todos menos um, o mais jovem, Philippe. O senescal de Saintonge Guichard d'Angle garantirá sua escolta até Chauvigny, onde os príncipes estarão seguros por um tempo. O Dauphin Charles, Louis d'Anjou e Jean de Berry, assim, deixaram ao futuro duque da Borgonha a glória de estar ao lado de seu pai.

Tomada a tempo, a decisão teria sido acertada. Todos podiam entender que se tratava de proteger a pessoa dos filhos reais. Claro, eles são "muito jovens de idade e conselhos", como escreverá Froissart. Mas aos dezoito anos o golfinho já está há muito em idade de lutar, mesmo que tenha pouco gosto por armas.

Talvez o rei de repente tenha pensado em quanto custaria o resgate de um príncipe da flor-de-lis? Mais provavelmente, Jean le Bon percebeu de repente que todos os descendentes de Charles de Valois estavam lá, à mercê das fortunas da guerra. Para o chefe de uma casa real ainda incerta, arriscar a vida e a liberdade de toda a sua linhagem

masculina é extremamente imprudente. Que todos caiam nas mãos do inimigo, e renunciar à Coroa pode muito bem ser o único meio de redenção.

Depois dos Valois presentes em 19 de setembro de 1356 às margens do Miosson, o descendente mais direto de São Luís é Carlos, Conde de Évreux e Rei de Navarra: em outras palavras, Carlos, o Mau, por enquanto na prisão ...

Na verdade, Jean le Bon raciocina em Poitiers como no passado, em Crécy, o heróico rei cego João da Boêmia. Morto, de armas nas mãos, em vez de ceder, João da Boêmia deixou seu filho Carlos abandonar a luta, na véspera de se tornar imperador Carlos IV. Jean le Bon não fugirá, como fez seu pai, Filipe VI, naquele mesmo dia, em Crécy. Ele carregará suas responsabilidades até o fim. Mas isso garante o futuro da Coroa. Ele preserva a linhagem dos Valois.

Carlos da Normandia manterá a ideia de que não arriscamos a Coroa. Du Guesclin e alguns outros estarão lá para evitar que o rei da França enfrente perigos que não afetam apenas a pessoa real.

Uma decisão sábia, portanto, trazer os príncipes para fora. Tomado neste ponto da batalha, é catastrófico. Não arriscar todo o sangue da França de uma vez, é claro. Mas não para mostrar que não temos mais fé na vitória. Mas não se retirem da luta, com o golfinho e seus dois irmãos, uma tropa forte cuja força faltará gravemente ao lado do rei. A partida dos príncipes é uma evasão política; parece a muitos uma covardia, que destaca um esboço de perseguição iniciada por Warwick. Muitos cavaleiros do rei da França se permitirão escapar. “Vários os deixaram. "

O duque de Orleans, por sua vez, manobra com toda a sua batalha - trinta e seis estandartes, duzentos pennons - para vir e colocar-se atrás da batalha do rei seu irmão. Atrás da reserva! Desta vez, a posição do rei está vazia.

Jean le Bon é um homem valente; ele reage como tal. De seus inimigos a seus amigos mais leais, todos irão elogiar sua coragem neste dia. Este homem que não é gigante nem atleta, de quem Carlos V derivará seu amor por letras e livros, desmonta de seu cavalo, pega um machado de batalha - a espada dos cavaleiros é longa demais para um combate a pé - e enfrentou os marechais ingleses Warwick e Suffolk. A “batalha” do rei entra na briga.

Chandos disse isso ao Príncipe Negro alguns momentos antes: tudo será jogado em torno da pessoa real.

Deixe-nos dirigir-nos ao seu adversário, o Rei da França. Nesta parte está toda a força do trabalho. Sei muito bem que pela bravura ele não fugirá.

Na verdade, é em torno de Jean le Bon, cuja altura faz maravilhas, que o drama se desenrola, em algum lugar entre o vinhedo e uma pedreira na encosta. O condestável Brienne está lá, assim como o porta-estandarte Charny. Bourbon também, e tantos outros.

E o jovem Príncipe Philippe, que se torna útil ao guardar com bravura o pai: "à direita ... à esquerda ...".

O vento do desastre paira sobre o acampamento francês. João, o Bom, permitiu que seus melhores cavaleiros fossem mortos no combate inicial, permitiu que o grosso de suas tropas fosse deslocado em uma luta desorganizada, teve a reserva dada tarde demais para ter alguma utilidade. Seus seguidores agora estão caindo em torno dele. Charny morreu segurando a bandeira. Brienne também caiu como o duque de Bourbon, como o senhor de Pons. Os menos ousados saíram do local sem vergonha. Nem todo mundo é um herói e nem todo mundo tem os ingredientes para os Trinta.

E começou a virar
A volta e passeio a cavalo.

Jean le Bon não se surpreende com essas deserções. Pela manhã, ele separou os cavalos para desencorajar os candidatos a fugir. O rei ainda carrega no coração a humilhação da fuga do pai na noite de Crécy. Se a França ganhou ou perdeu neste vôo é uma questão que não se coloca.

Em alguns casos, por bandeiras inteiras, o exército francês é dissolvido. Falaremos muito sobre esses vazamentos, fora do cavalheirismo. Falaremos sobre isso no States General. Os próprios Jacques saberão a coisa e a repetirão enquanto a amplificam. Em breve, teremos o prazer de nos opor ao heroísmo do rei e à covardia dos nobres, esquecendo rapidamente os Bourbons e os Charnys. Falaremos sobre traição. A palavra, sabemos, está na moda.

O inglês faz prisioneiros: em particular Jean Fernand de Hérédia, a quem o Príncipe de Gales quer decapitar imediatamente para lhe ensinar a ser mediador à noite e a lutar na manhã seguinte. É Chandos quem salva a vida do futuro Grão-Mestre do Hospital: o Cardeal de Périgord, ele nos garante, pagará um bom resgate por seu povo.

Nesta profissão, alguns estão fazendo fortuna: como Auberchicourt, que deixamos preso a uma carroça francesa. Seus amigos finalmente libertaram a vítima episódica da infeliz provocação do amanhecer, e agora ele está ocupado levantando capital.

E foi dito que Eustace foi colocado de volta a cavalo. Desde aquele dia, ele adquiriu muitos conhecimentos de armas, e tomou e contratou bons prisioneiros, dos quais teve a tempo de obter grandes finanças e que o ajudaram a seguir em frente.

A sorte da guerra às vezes muda muito rapidamente. Um inglês perseguiu Oudart de Renty, um cavaleiro realista "que viu claramente que a batalha estava perdida sem se recuperar, por isso não queria colocar os ingleses em perigo". Mas agora o inglês se permite tomar o fugitivo por covarde e zombar dele:

Cavaleiro! Volte, pois é uma pena fugir!

Oudart ouve a coisa, pára seu cavalo morto; pega sua espada e espera o choque. Seu escudo desvia a espada do inglês. Este tem um berço forte em mente: Oudart dá um golpe tão forte com a parte plana da espada que o perseguidor é nocauteado. Quando ele volta a si, ele está no chão e uma espada aponta para seu peito. Oudart obterá um excelente resgate.

Ao mesmo tempo, o escudeiro de Picard, Jean d'Allaines, lucrou da mesma forma com o jovem lorde de Berkeley, que participou de sua perseguição na "flor de correio" pelo apostrófico:

Retorne, homem de armas! Não é honra nem bravura fugir dessa maneira!

Mas, no confronto, é a boa espada de Berkeley que voa no ar: uma notável lâmina de Bordeaux, que o cavaleiro inglês tenta em vão recuperar desmontando. Perfurado pela espada de Picard, ele promete tudo o que deseja em termos de resgate. Em troca do que estava vestido, ele foi levado para Châtellerault e lá foi tratado por duas semanas. Será, finalmente, levado em lixo para a Picardia. Tudo às custas de seu vencedor. A aposta vale a pena: custará a Berkeley seis mil ouro nobre ver a Inglaterra novamente. Nem todos os franceses perderam tudo em Poitiers.

Enquanto a sorte sorri para alguns, João, o Bom, reúne o que resta de seus fiéis. Defensivamente durante as primeiras horas de luta, o Príncipe Negro e John Chandos agora mudam para um ataque decidido. É chegada a hora, porque os anglo-gascões não estão menos exaustos do que os franceses. Os arqueiros galeses não têm flechas e devem deslizar até os cadáveres para recuperar as linhas já lançadas. Os cavaleiros ingleses e gascões estão cansados de um dia que começou muito antes do amanhecer e que se estende até a noite. Mas devemos acabar com isso.

Em um grande movimento de giro, o captal de Buch leva ao contrário o que resta da "batalha" do rei da França. Chandos pode então, de frente, lançar o ataque final. O tempo da defesa acabou. O Príncipe Negro entra na briga. Desde a manhã, ele mal saíra de seu observatório, na orla do bosque de Nouaillé.

Desta vez é o corpo a corpo. Os arqueiros pararam de atirar, porque ficaram sem munição e porque não devemos nos privar de um bom resgate. Quem quer que matasse o rei da França ou seu filho não teria direito a elogios. O caso termina com a espada, o machado, a maça.

Cavaleiros fortemente armados veem mal na confusão do combate. Mas de repente vemos que, antes do Príncipe de Gales, toda resistência cessou. As bandeiras francesas não flutuam mais acima das fileiras deslocadas. Não vemos mais as bandeirolas francesas. Chandos sente a necessidade de ver as coisas com clareza e simplesmente reagrupar suas tropas. Seguindo seu conselho, o Príncipe Negro se permite um tempo para recuperar o fôlego. Seu banner está preso em um arbusto, alto o suficiente para orientar a manifestação. Servimos uma bebida. Em Warwick, Suffolk, o príncipe pergunta se sabemos

onde está o rei da França. Ninguém sabe. Existem as sebes, existem os mortos, existe o tumulto.

Dois barões são responsáveis por buscar informações. Eles sobem em um monte.

Viu-se uma grande frota de homens armados, todos a pé, e que vinham muito devagar. Lá o rei da França corria grande perigo, pois os ingleses e os gascões eram donos dela e já a tinham dado a monsenhor Denis de Morbecque.

Morbecque não manteve seu prisioneiro por muito tempo. Assim que Jean le Bon lhe entregou a luva certa - ele teve que se render ou se deixar ser morto -, a multidão de ingleses e gascões argumentou pela captura. O rei então pediu que ele fosse levado à presença de seu primo, o Príncipe de Gales.

É o rei da França que é levado, explicamos aos dois observadores do Príncipe Negro, que veem rolando a seus pés uma multidão gritando de alegria e desesperada para lucrar com o caso.

O desejo de ter e desafiá-lo mais de dez cavaleiros e escudeiros.

Todo mundo jura que o prisioneiro real é seu. O barulho está no auge. De repente, a multidão se divide. É Warwick, marechal da Inglaterra, que empurra os contendores pela recompensa e se inclina diante do rei da França. Um prisioneiro talvez, mas um rei.

Jean le Bon não estava muito atrás. A visão do marechal o tranquiliza. Afinal, ele cumpriu seu dever até o fim. Ele agora tem a certeza de ser tratado de acordo com sua posição. As regras da batalha de cavaleiros continuam a governar os ritos.

Momentos depois, João, o Bom, Rei da França, e Eduardo, Príncipe de Gales, encontram-se cara a cara. Nem no passado nem naquele dia, os dois primos nunca se viram.

CAPÍTULO VIII

O reino decapitado

A DERROTA.

"Você perdeu seu pai. Isso é tudo o que João Bom encontra para escrever, para confortá-los e encorajá-los a pagar rapidamente seu resgate, a súditos mais ou menos atordoados com a notícia de sua captura. Não que a coisa fosse sem exemplo. Ricardo Coração de Leão fora prisioneiro do Duque da Áustria, São Luís prisioneiro dos mamelucos. Em ambos os casos, os súditos e vassalos do cativo não se sentiam órfãos. O cativeiro continuou sendo um dos perigos da guerra. Além disso, tanto Ricardo quanto Luís IX haviam sido levados para muito longe de seu reino, e a prisão os isolava mais obviamente de seu exército do que de uma administração civil e de um estado já organizado para viver sem eles em sua ausência.

Considerando que, desta vez, Jean le Bon se rendeu ao inglês no meio do campo francês. Estas são as estradas de Poitou e Angoumois que teve de percorrer com boa escolta para chegar a Bordéus. Foram os súditos do rei da França - homens ou não da Plantageneta - que o viram passar, resignado, mas não derrotado.

Pois a situação do cativo era brilhante. Eduardo, Príncipe de Gales, estava muito feliz com sua vitória inesperada para não tratar o rei da França com o maior respeito. Quanto mais ele a honrou, mais ele enfatizou o valor de sua captura. Jean le Bon estava longe de se desesperar: ele havia cumprido seu dever, havia perdido, mas como um cavaleiro leal e corajoso. Ao manter a prisão e pagar o resgate, o código feudal de honra não via nenhum dano, e a maioria dos costumes fazia do resgate do senhor cativo um dos casos em que os vassalos deviam ajuda financeira.

Se o rei se confundia com alguma coisa, só podia ser em pensar em seu filho mais velho, que devia a uma fuga inglória por ter escapado, livre, do apicultor de Poitiers. Charles partiu por ordem de seu pai. No entanto, a hierarquia das propriedades cavalheirescas colocava o prisioneiro atrás do vencedor, mas antes do fugitivo. Jean le Bon foi derrotado, é claro, mas com respeito às regras.

O jovem que se aposentou do combate em 19 de setembro de 1356 - ele nunca mais sentiria apetite por belos feitos de armas - era uma cabeça muito frágil para um reino bem

dividido. Carlos, Delfim de Viena desde a cessão, em 1349, deste principado do império pelo Delfim Humbert II, último filho da casa do Tour du Pin, era também, como sabemos, duque da Normandia desde 1355. Mas ele aos dezoito anos não tinha experiência real de governo. Seu pai dificilmente o associara aos assuntos do reino. O vienense, com quem fora investido aos doze anos, permanecera sob o governo real do povo do rei. A Normandia, onde Jean le Bon se lembrava de ter estado por tanto tempo, quando ele próprio era um duque, uma simples figura de proa da administração real, estava muito presente em Paris em todas as principais instituições da administração central da monarquia para atuar como um feudo autônomo. Em Rouen, Carlos celebrou para provar a si mesmo que era um duque e que era grande; ele conspirou contra o pai para provar a si mesmo que era maior de idade. Na verdade, ele não era nada.

Nos dias que se seguiram à derrota de Poitiers, e antes mesmo de fazer, em 29 de setembro, uma entrada inglória em Paris, Carlos assumiu o título de tenente do rei. Ele era o mais velho, e o único príncipe capaz de reivindicar o governo na ausência do rei: o irmão de João, o Bom, Philippe d'Orléans, estava nas mãos de Eduardo III. Pela primeira vez, o golfinho se sentiu livre para se mover. Mas ele estava terrivelmente sozinho e conhecia seu poder tão frágil quanto fugaz. Foi para assegurar este poder que em 1358 assumiu o título mais significativo de “regente”.

O tenente do rei é o representante do soberano. O regente é o chefe do governo real. Para quem se lembrava das incertezas da herança de 1316 e 1328, quando a rainha viúva esperava um filho, a palavra tinha uma consonância muito precisa: se havia regente, era porque não havia Rei. Vamos traduzir isso em termos políticos: a regência suprimiu qualquer inclinação de apelar para o rei das decisões do delfim.

As dificuldades vieram do lado onde eram menos esperadas. A burguesia parisiense, relativamente discreta durante os Estados Gerais anteriores, recentemente tocada pela desgraça de alguns arrivistas como Jean Poilevilain e Pierre des Essarts e rapidamente confortada por seu retorno à graça, esta grande burguesia até então dócil e acima de tudo preocupada com seus interesses a economia agora se levantava contra o golfinho e o mantinha bem alto.

O conflito estourou nos estados. Charles deve ter convocado-os novamente, porque o Tesouro estava vazio. Não se tratava apenas de pagar o resgate do rei, expressamente previsto na lei feudal, sem necessidade do consentimento dos contribuintes. O princípio não foi discutido por ninguém: o vassalo e seus homens devem defender seu senhor com armas na mão e, se for tarde demais, ajudá-lo com o dinheiro para se libertar. Por outro lado, o consentimento do país era necessário se quiséssemos dinheiro para manter as engrenagens da administração funcionando normalmente, para montar um exército tal que não estivéssemos mais à mercê do vencedor de um dia: em suma, para apoiar o estado.

ÉTIENNE MARCEL.

Para desgraça do delfim Carlos, os parisienses acabavam de eleger o reitor dos mercadores, personagem que já conhecemos: Étienne Marcel. Em si, a coisa não é surpreendente, e a eleição é muito clássica. Étienne Marcel era um dos burgueses mais ricos da capital, herdeiro de uma antiga família de fabricantes de roupas, além de cambistas, ocasionalmente fornecedores da corte, ricamente providos de propriedades de investimento e dívidas. Um empresário de sucesso, Marcel não era nada revolucionário. Ele era aliado de toda a burguesia parisiense, o Barbou, o Bourdon, a Coquatrix. Sua primeira esposa era filha de um vereador. A segunda era filha daquele Pierre des Essarts que vimos, desde o reinado de Filipe V, chegar aos mais altos cargos do governo financeiro; Pierre des Essarts havia regiamente dotado sua filha com três mil coroas de ouro. Étienne Marcel estava, portanto, tanto por sua família como por suas alianças, às portas desta nobreza que Philippe V tinha, desde 1320, conferido por cartas patentes a seu padrasto Pierre des Essarts. Ninguém poderia ter muitas dúvidas: o novo reitor dos mercadores um dia seria nobre.

Nesse caminho, o reitor dos comerciantes é um passo importante. Não é apenas o chefe desta organização altamente privilegiada, a "hanse dos comerciantes de água", que reúne no seu melhor interesse todos os grandes comerciantes que utilizam a hidrovia para o seu tráfego e que recebem uma parte. de qualquer lucro resultante do comércio parisiense. É também - porque Paris não tem comuna - uma espécie de município sem nome, um interlocutor necessário para a administração real, um representante qualificado, senão definido, dos interesses comuns dos parisienses e de sua vontade política comum. . Quando o rei quis convencer os parisienses - e em particular convencê-los a pagar impostos - ele recorreu ao reitor dos mercadores e seus quatro vereadores. De lá para o reitor dos mercadores atuando como o líder dos parisienses, não é longe. Diante do reitor de Paris, que está sentado no Châtelet e que na verdade é um meirinho, o reitor dos mercadores, cujo "Parloir burguês" domina a Place de Grève, fala de fato em nome da burguesia mais forte do reino.

Ser genro de Pierre des Essarts foi, durante dez anos, uma condição difícil de cumprir. Em outubro de 1346, o homem de confiança de Filipe VI, ao mesmo tempo conselheiro privado, banqueiro e - muito oficialmente - mestre das contas, fora, como muitos outros e como o próprio príncipe herdeiro João, preso no A desgraça coletiva das pessoas no poder durante o desastre de Crécy, coletivamente consideradas incapazes e malandras. O rei então precisava demais dos contribuintes para não satisfazer a opinião pública. Pierre des Essarts foi jogado na prisão e sua propriedade foi confiscada.

Étienne Marcel se via como genro do maior manipulador de dinheiro da comitiva real; ele era, no mesmo ano de seu casamento, genro de um prevaricador. Muito feliz por ser jovem o suficiente casado para não se ver envolvido no caso, o que levou o outro genro de

Pierre des Essarts, o secretário do rei Robert de Lorris, a também ir para a prisão, Étienne Marcel tinha mal teve tempo de vislumbrar a fortuna.

Se Pierre des Essarts tivesse sido enforcado, o genro sem dúvida teria se consolado. Mas, como as outras vítimas do expurgo de 1346, o mestre de contas saiu do jogo por uma taxa. Em maio de 1347, foi libertado da prisão, sem julgamento, sem nem mesmo uma carta de remissão em boa forma: ele simplesmente pagou uma multa colossal, cinquenta mil moedas de ouro para a "cadeira" - vimos o rei em majestade em seu trono - dezesseis vezes o que Marguerite des Essarts trouxera como dote para Étienne Marcel.

Por um tempo, o negócio pareceu melhorar. A desgraça foi esquecida. A prosperidade voltaria. Pierre des Essarts foi capaz de fazer fortuna novamente. Ele estava desempenhando seu antigo papel de banqueiro do rei novamente quando a Peste Negra o atingiu em 1349.

Étienne Marcel era um empresário astuto. Ele recusou a sucessão. Seu sogro havia administrado muitos fundos reais para que suas contas não fossem examinadas. Íamos encontrar peculato, fraude, transações ilícitas, registros mal mantidos. O rei salvou a vida de seu homem de confiança, mas agora ele não tinha motivo para poupar sua propriedade. Pior ainda, a oportunidade era boa para as finanças reais; houve muitos exemplos a esse respeito. Aceitar a sucessão, julgou Etienne Marcel, com uma aparência de bom senso, era correr o risco de ter que "reembolsar" muito ao tesouro real. O passivo pode muito bem exceder os ativos e até mesmo levar o dote.

O cunhado Robert de Lorris pertencia a esta comitiva real destituída ruidosamente em 1346 e regressou discretamente em 1347. Teve a amizade do duque da Normandia, ou seja, do futuro rei. Ele se sentiu confiante o suficiente para aceitar a sucessão.

Três anos depois, Jean le Bon reabilitou Pierre des Essarts. Este último não cometeu nenhuma falta. A multa havia sido indevidamente exigida. No final de 1354, o Tesouro contou escrupulosamente cinquenta mil moedas de ouro a Robert de Lorris, que assim herdou a fortuna de seu sogro, não no estado para o qual a havia trazido ao reconstituí-la antes morrer, mas no estado de seu pico.

Étienne Marcel ainda tinha no coração, em 1356, as cinquenta mil moedas de ouro, a duplicidade do governo régio e a astúcia de sua própria família. Duas vezes enganado pelas especulações financeiras do séquito real, ele não perderia a oportunidade de uma reforma ou de um acerto de contas. Frustrado com a fortuna pela boa sociedade política, este grande burguês estava pronto para declarar guerra à custa das alianças mais inesperadas.

OS ESTADOS DE 1356.

Mal se reuniram os Estados Gerais de Langue d'oil, em outubro de 1356, quando Étienne Marcel tornou-se o porta-voz de todas as demandas feitas por aqueles que consideravam a França um mal governada. Tantos impostos, para acabar batendo! Este é o ponto de vista do burguês médio. Mas o carisma real era muito forte, apesar da fragilidade dinástica, e não foi o lamentável estrategista João II que foi incriminado. Eles atacaram os conselheiros, os oficiais: a alta e a baixa administração. Os burgueses das boas cidades, parisienses à frente e Marcel à cabeça, exigiam reformas e, para começar, demissões.

Imediatamente chegaram a um entendimento com as outras pessoas insatisfeitas e, em particular, com os partidários do rei de Navarra, que estavam inclinados a acreditar que, tendo sido esmagados duas vezes em dez anos, os Valois haviam feito pouca surpresa. Por enquanto encerrado em Artois, no castelo de Arleux, Charles le Mauvais sabia que havia nascido tarde e que não voltaríamos na escolha de 1328. Mas, enquanto o rei vencido estivesse cativo, em Bordeaux depois, em Londres, seus partidários julgaram, por outro lado, que o lugar de um príncipe cujo avô era rei da França poderia muito bem ser o chefe do governo da França.

O líder desses “Navarre” sempre foi Robert Le Coq, Bispo de Laon. Marcel foi um reformador por ódio às pessoas no local, até mesmo por vingança. O Galo foi calculado por cálculo. Ele estava simplesmente perseguindo a retomada de uma carreira ao final da qual outros, que haviam começado como ele no Parlamento, haviam encontrado a Chancelaria ou o chapéu de cardeal.

Um homem estava faltando: Geoffroy d'Harcourt permanecera na Normandia. Ele morreria em novembro, em um péssimo envolvimento local.

No vácuo criado pelo evento de Poitiers, tudo parecia possível. Liderados por Robert Le Coq e Étienne Marcel, os estados chegaram a pedir uma espécie de participação no governo: que fosse eleito o Conselho, com quatro prelados, doze nobres e doze burgueses. Era, de fato, a realeza em tutela.

Em questões financeiras, não esperávamos os infortúnios da França. A partir de dezembro de 1355, os estados de Langue d'oil, onde Étienne Marcel já falava em nome das cidades, mas ainda aparentemente colaborava com Jean le Bon, impuseram condições muito estritas à sua contribuição: acima de tudo, exigiam que o imposto concedido para a defesa do reino foi destinado a esta defesa e somente a ela. Artois, Normandia, Vermandois já o tinha obtido, cada um por si. Desta vez, foi na escala de todo o reino que se estabeleceu o princípio: o que é concedido para defesa só pode ser encomendado por quem o concedeu.

Digamos desde já que os estados se iludiram. Poderíamos ter suspeitado disso observando o fracasso da tentativa anterior de Jean le Bon. O contribuinte estava disposto a pagar pela defesa local, pela de sua região ou de sua cidade. Ele estava menos convencido

quando se tratava da defesa do reino em geral. O povo representado pelos estados enfrentaria as mesmas dificuldades para levantar a ajuda que o antigo povo do rei.

Esses deputados estaduais, nós os chamamos de "eleitos". Existem funcionários eleitos em cada diocese, responsáveis por avaliar a base tributária e centralizar a receita para a cidade e o campo. Existem “generais eleitos” - três prelados, três nobres, três burgueses - para programar pagamentos e administrar a movimentação de fundos. Ambos serão responsáveis perante os estados, que estão gradualmente se estabelecendo como um órgão permanente de controle.

Essas boas pessoas ficaram um tanto perplexas com o novo poder conferido a elas no final de 1355 pela aflição de um rei que não tinha mais os meios para sua política. Mas eles se esqueceram de uma coisa: o remédio era caro. As boas cidades se cansariam de apoiar em Paris deputados dispostos a economizar nas despesas do rei, mas não em seu próprio sustento.

O que foi exigido em outubro de 1356 foi outra coisa. O Dauphin Charles teve que dar aos estados uma parcela do poder político. Deliberando teoricamente estado a estado, em três salas distintas, e de fato passando a maior parte do tempo em reuniões onde os três estados pareciam ser partidos opostos, os deputados demoraram duas semanas para formular suas reivindicações. Não havia como ajudar financeiramente o governo do delfim. Os membros até esqueceram que estavam lá para falar sobre isso. Por outro lado, a partir do segundo dia, os estados haviam demonstrado sua independência dizendo aos membros do Conselho Real que podiam se retirar: não trabalharíamos mais na presença deles.

No final de outubro, o delfim foi convidado a comparecer ao Convento Celestino, na margem esquerda, para ouvir as condições precedentes de auxílio financeiro. Os estados não se contentaram em exigir a demissão dos “maus conselheiros” e a libertação do Rei de Navarra, o que foi visto como uma simples medida circunstancial. Eles exigiram a constituição de um Conselho Soberano eleito: quatro bispos, doze cavaleiros, doze burgueses. Não havíamos antecipado um pouco ao designar, no início da sessão, uma comissão permanente de cinquenta ou oitenta membros? Parecia que tal comissão era mais capaz de acompanhar os negócios do governo do que uma assembleia de oitocentas pessoas com poderes muito desiguais.

Étienne Marcel já estava vendo afundar aqueles que o haviam enganado, e em quem via aqueles que acabavam de levar a França ao desastre. Robert Le Coq já se via no poder.

Como de costume, o Dauphin Charles economizou tempo. Ele invocou a necessidade de consultar o rei, seu pai e até mesmo o imperador. Ele tentou pechinchar. Por fim, sem esconder que teriam de ser convocados novamente, uma vez que nenhuma ajuda financeira havia sido votada, ele destituiu os estados em 2 de novembro. Robert Le Coq tentou fazer com que a sessão continuasse, apesar da proibição. Ele falhou.

Agora era perto do Natal. O duque da Normandia passaria as férias com seu tio, o imperador Carlos IV de Luxemburgo. Pegou a estrada para Metz, onde chegou três dias antes do Natal. Lá ele encontrou toda a corte imperial perante a qual, como Delfim de Viennese, príncipe do império, ele deveria prestar homenagem a seu principado. Mas estávamos tão preocupados em preservar certas aparências quanto em respeitar as formas da lei feudal: para que o filho mais velho do rei da França não parecesse submeter-se a uma intimação, ficou combinado que ele traria a seu tio, o imperador, de seu pai, o rei, um presente inestimável: dois espinhos da coroa de espinhos guardados na Sainte-Chapelle de Paris desde os tempos de Saint Louis.

A viagem para Metz, portanto, não teve nada a ver com derrota e não foi um grito de socorro. No máximo, por causa da presença da cardeal legada Hélie Talleyrand, o encontro assumiu o aspecto de uma conferência de príncipes cristãos. Na contagem que os arautos de armas fizeram no dia de Natal, havia, ao lado de uma centena de duques e marqueses, arcebispos e bispos, cerca de três mil e trezentos pares de esporas de ouro, em outras palavras três mil e trezentos cavaleiros. O Dauphin Charles estava ele mesmo em um grand arroi, com uma corte inteira e uma escolta forte. Ele tinha cavalos magníficos.

Eles falaram especialmente dos assuntos do Império. Carlos IV promulgou definitivamente a Bula de Ouro - ato solene selado com selo dourado, ou "bolha" - que definia a lei eleitoral e protegia assim o Império de novas crises de sucessão: a lista dos príncipes eleitores foi fechado.

Carlos IV pouco se importou em complicar o jogo político europeu, envolvendo-se nos assuntos internos da França. Ele conhecia história o suficiente para ter em mente o que custava a um imperador que deixasse de prestar atenção constante ao seu reino alemão. Ele conversou longamente com seu sobrinho, o Delfim de Viena, e o encorajou a resistir. Na melhor das hipóteses, ele prometeu instar os ingleses a suspender as hostilidades, agora que mantinha o rei da França cativo, e a aguardar o acordo de paz final. Isso foi tudo.

Enquanto o delfim estava ausente, a situação se deteriorou em Paris e a oportunidade se apresentou a Étienne Marcel para mudar para o partido popular que se opunha aos interesses da classe média alta perto do trono. Em Toulouse, os estados do Langue d'oc votaram a favor da ajuda, mas essa união de proprietários e credores impôs uma condição: o retorno à moeda forte. Mais ou menos, era o que exigiam na sua época as assembleias reunidas por Philippe le Bel e os barões reunidos nos movimentos feudais de 1314 e 1315. Era o que já havia prometido Jean le Bel. Bons estados de 1355. Quando temos anuidades e cobramos aluguéis, somos hostis à inflação.

Pensando mais nos impostos do que nos interesses das pessoas comuns, inquilinos urbanos ou rurais, mas sempre mais ou menos endividados, os comissários do delfim de Toulouse prescreveram a cunhagem imediata de novas espécies: um "grande branco na coroa »De excelente título - 958 milésimos - e que, emitido para apenas dois

subtorneamentos, mais do que dobrou de uma só vez o valor metal-prata dos torneios de libras.

Não poderíamos ter uma moeda forte na Langue d'oc e manter a moeda fraca na Langue d'Oil. O delfim e o seu conselho tinham decidido pelo Norte um reforço menor do que aquele para o qual se dirigia no Sul, reforço este que bastava para irritar os devedores sem qualquer vantagem do lado dos credores: estes se recusaram a votar o imposto. Em qualquer caso, os proprietários teriam achado uma mudança muito tímida que apenas reforçou um quarto dos torneios de libra.

Este reforço monetário foi publicado em 10 de dezembro pelo jovem Luís de Anjou, que atuava como seu irmão, o Delfim. Os parisienses ficaram imediatamente agitados. Etienne Marcel finalmente encontrou terreno favorável para lutar contra aqueles que o haviam prejudicado em seus interesses: seus próprios interesses. Ele assumiu a liderança. Uma delegação foi ao Louvre, foi recebida por Louis d'Anjou. Nós procrastinamos. Após dois dias de tumulto, o príncipe adiou a execução da portaria que prescrevia a nova greve.

O povo parisiense havia vencido os interesses daqueles que constituíam os estados. Étienne Marcel estava agora em desacordo: presidente da grande burguesia em novembro, revelou-se líder de companheiros e lojistas em dezembro. Ele sem dúvida ficaria surpreso se soubesse que não era leal ao rei. Quando o Delfim se aproximou de Paris, o Reitor dos Mercadores o encontrou fora da cidade e além da distância exigida pelo protocolo.

João, o Bom, porém, não deixou de ver um tolo. Em 12 de dezembro, quando Étienne Marcel ditava sua conduta ao governo de Louis d'Anjou, o rei da França considerou oportuno escrever de Londres ao reitor dos mercadores de Paris para agradecer os esforços feitos pelos estados para sua próxima libertação.

Mal voltou à capital, o tenente do rei tentou convencer os parisienses. Ele teve que agir rápido, pois não podíamos evitar uma nova sessão dos estados: as caixas estavam vazias. No entanto, os estados não poderiam deixar de agravar o caso. O golfinho teve duas semanas para acabar com a comoção; ele tentou forçá-lo.

Em 19 de janeiro de 1357, ele despachou uma verdadeira embaixada ao “Parloir aux bourgeois”: o arcebispo de Sens, o conde de Roucy, Robert de Lorris - de novo ele! - e alguns outros de seu Conselho, que pediram ao Reitor dos Mercadores e seus quatro vereadores que fossem imediatamente a Saint-Germain-l'Auxerrois - portanto, aos portões do Louvre - para ouvir uma comunicação urgente do governo. Houve dois erros contraditórios ali: era uma honra demais para Étienne Marcel mandar-lhe um arcebispo, e estava pressionando-o à fúria enviar-lhe seu cunhado Lorris, um homem de cinquenta anos. mil moedas de ouro.

Era por volta das dez da manhã quando os parisienses se apresentaram em Saint-Germain-l'Auxerrois. O povo do delfim estava esperando os vereadores, viram uma

multidão chegar e nem mesmo tentaram esconder que estavam armados. Estávamos à beira de um motim.

Um dos vereadores discursou para o povo da Cidade: eles estavam prontos para aceitar a nova moeda? Étienne Marcel respondeu secamente que os parisienses não fariam nada. Eles não permitiriam que a dita moeda funcionasse. Os conselheiros acharam por bem não responder. Eles se saíram bem.

O Reitor dos Mercadores e seus companheiros giraram nos calcanhares. Aos manifestantes que começavam a se espalhar pela cidade, ele deu a missão de parar todos os trabalhos e armar todos os parisienses. Estávamos indo deliberadamente para uma revolução parisiense.

O golfinho o evitou cedendo. Durante a entrevista com Saint-Germain-l'Auxerrois, ele permaneceu no Louvre, onde seus conselheiros rapidamente se juntaram a ele. Uma nova assembléia foi convocada para a manhã seguinte, composta de alguma forma e provavelmente, na maior parte, por aqueles que não deixaram Étienne Marcel partir. A sessão teve lugar no Palais de la Cité, na grande sala do Parlamento. O golfinho, desta vez, veio pessoalmente e tentou dar o melhor de si: encaminhou o assunto da disputa aos estados.

Disse-lhes que, embora o direito de ganhar dinheiro e de trocá-lo pertencesse ao rei por causa da herança da Coroa da França, no entanto, ele queria, para agradá-los, que o referido novo dinheiro não tinha Aulas.
Mas queria que, quando o povo dos três estados estivesse reunido, eles ordenassem, com nenhuma das pessoas do dito Monsenhor Duque que ordenasse esta, certa moeda tal que fosse agradável e lucrativa para o povo.

Ele perdoou o negócio do dia anterior. Ele demitiu os nove assessores que as fazendas - na verdade era Étienne Marcel das fazendas - haviam anteriormente apontado como culpados de peculato. Ele prometeu que eles seriam presos, julgados e privados de suas propriedades. A história recomeçou. Jean Poilevilain foi o único a não deixar Paris a tempo.

Marcel e seus amigos desconfiavam de promessas verbais. Qualquer que seja o custo para o delfim, eles exigiram e obtiveram um ato oficial.

OS ESTADOS DE 1357.

As propriedades foram convocadas para 5 de fevereiro de 1357. Eles permaneceram sentados por um mês, dominados por um Robert Le Coq que falava cada vez mais alto, mas que, entretanto, não conseguiu impor ao delfim a libertação do rei de Navarra. O primeiro

final desta sessão foi obviamente tributário. Os estados decidiram aumentá-lo e gastar o dinheiro arrecadado. Eles se reuniam para esse fim uma vez por trimestre.

Por dois anos, tivemos tempo, em boas cidades como em castelos, para esclarecer o que se entende por "reforma". O que os estados propuseram ao delfim como condição do imposto - e fizeram com que fosse promulgado pela portaria de 3 de março de 1357 - ia muito além do que Philippe le Bel tinha de aceitar, em tamanha necessidade política e financeira. cuja coroa pelo menos não foi contestada. A reforma de 1303, confirmada pelas cartas provinciais de 1315, visava alinhar os oficiais locais, o respeito pelas jurisdições senhoriais, a afirmação das prerrogativas feudais e das concessões eclesiásticas. Era a defesa do antigo sistema político contra a monarquia e seu novo aparato. A reforma de 1357 foi um novo sistema de governo, aquele que se pensava muito cedo desde antes da derrota dos estados de 1355: a monarquia sob controle.

Tudo estava presente nesta portaria de 3 de março e nos textos que imediatamente vieram complementá-la. Medidas pontuais, como a constituição de uma comissão de nove “reformadores gerais” encarregados de purificar a administração, mandar os culpados para a prisão e confiscar seus bens. Medidas transitórias, inclusive, como a destituição de todos os diretores até nova nomeação. Medidas de longo alcance, como a periodicidade das declarações e o escalonamento das receitas fiscais pelos “generais eleitos”. Compromissos, como a entrada no Conselho de seis delegados dos estados - Robert Le Coq era, não Étienne Marcel - enquanto pensávamos, algumas semanas antes, em simplesmente ter o mesmo Conselho eleito pelos estados.

Também havia lacunas. Nada foi feito para garantir o controle do governo em outras áreas além das financeiras. A política externa, em particular, permaneceu inquestionavelmente assunto do príncipe. Acima de tudo, os estados deixaram escapar o que teria sido o meio de um estrangulamento sobre o país: a nomeação de oficiais. No máximo, eles se arrogaram o direito de punir os culpados. O direito de escolher os homens permaneceu com o rei.

Já o delfim Charles notava um fenômeno que o ia salvar: cabeças giravam em Paris, onde alguns deputados se embriagavam de palavras e onde o reitor dos mercadores punha a cidade em estado de guerra sem ninguém saber ao certo fosse contra os ingleses ou contra uma possível reação armada do regente, mas o país permaneceu calmo. Os reitores continuaram a administrar o domínio real, os oficiais de justiça e os senescais para fazer justiça e arbitrar os mil e um conflitos da vida política local e diária. Os municípios simplesmente cuidavam da economia, até do abastecimento. Todos estavam mais ou menos preocupados com a defesa local. Em toda a França, falava-se muito mais sobre paredes a serem consertadas e guardas a serem fornecidos do que sobre o governo do reino. Em sua imensa maioria, os notáveis que administravam o reino não tinham a menor idéia de fazer o trabalho do delfim.

Ele foi passar várias semanas na Haute-Normandie e Vexin. O que viu e ouviu o confortou em sua vontade de resistir à pressão dos parisienses.

Foi então que, *deus ex machina, o* que não era esperado neste momento da história, o rei João interveio contra a maré, mais uma vez embaralhando as cartas do jogo político. Para o rei, uma coisa era clara: paz significava sua libertação. A retomada da guerra teria sido para mantê-lo em cativeiro. Na medida em que apenas a preparação de uma campanha contra os ingleses poderia justificá-lo, o imposto ia contra os interesses pessoais do rei. Que o Tesouro estava vazio e que o delfim não tinha mais nada para governar era outra coisa.

Em abril, Jean le Bon já havia provocado um motim em Paris, fazendo com que seus enviados publicassem as condições da trégua concluída em Bordéus e dizendo que, portanto, era necessário suspender as cobranças. Para Étienne Marcel e sua família, o fim das taxas foi o fim dos Estados Gerais e, portanto, o fim de qualquer esperança de convulsão política. A prova foi feita, ao mesmo tempo, pelas cartas que o rei dirigiu a várias comunidades de habitantes do reino para proibi-los de doravante deputados aos Estados. Foi necessária toda a duplicidade do golfinho para sair da situação, rejeitando a segunda-feira de Páscoa o que havia sido gritado em todas as encruzilhadas no Domingo de Ramos.

Se Jean le Bon estivesse em Paris, o caso teria sido sério. Ele estava longe, e os estados nada podiam fazer contra ele, nem os parisienses. Os contribuintes, por outro lado, ouviram favoravelmente que estavam proibidos de pagar impostos. Os diques foram diminuídos, e seriamente. Como os estados persistiram em buscar a recuperação, a massa do país deixou de segui-los. O passo em falso do rei arruinou o Tesouro a curto prazo, salvou o poder real a longo prazo.

Em agosto, o golfinho achou que havia chegado a hora de um golpe. Ele lembrou os vereadores sacrificados em janeiro, suspendeu o trabalho dos reformadores gerais e anulou a maioria de suas decisões, reintegrou os oficiais demitidos em março. Ele finalmente notificou, não sem brutalidade, ao reitor dos mercadores e aos vereadores que eles estariam daí em diante envolvidos nos assuntos municipais.

Era muito cedo Charles gozava de grande simpatia, mas não tinha exército. Étienne Marcel, por sua vez, tinha a massa de manobra representada pelos companheiros e os lojistas parisienses, e mantinha o sistema defensivo da cidade.

Na época, porém, o golfinho pensou que havia vencido. Marcel ficou envergonhado, Le Coq chegou às pressas à sua cidade episcopal de Laon. Alguns arranjos subsequentes, em setembro e outubro, fixaram a linha política desse novo governo: o delfim evidentemente poupou os parisienses que o pouparam. Na verdade, nós nos observávamos, e o acordo era apenas segundas intenções.

Étienne Marcel segurou o golfinho porque ele detinha a capital, com todo o aparato governamental e administrativo ali instalado há um século. Muito rapidamente, a condição

para manter a paz em Paris era a partilha do poder. Assombroso compromisso que este, que fez sentar permanentemente dois Conselhos de governo, um, “reformador”, em torno do reitor dos mercadores e do bispo de Laon, recordou no início de novembro, o outro, reacionário, em torno do golfinho e seus ex-conselheiros, finalmente encontrado. Vimos inclusive os dois governos colaborando para a convocação das fazendas, prevista para 7 de novembro: para que ninguém se negasse a obedecer à convocação, tínhamos duas cartas escritas para cada destinatário, uma em nome do tenente do rei, a outra em nome do Reitor dos Mercadores. Isso traduzia para a língua das chancelarias o fato de que havia cidades na França que não teriam obedecido ao tenente do rei se o reitor dos mercadores de Paris não os tivesse convidado para lá.

O RETORNO DE NAVARRAIS.

Os estados estavam em sessão há dois dias quando chegaram notícias que subitamente viraram o tabuleiro: o rei de Navarra havia escapado. Esperávamos isso há muito tempo. Tarde da noite de 8 para 9 de novembro de 1357, um grande barão ligado ao partido de Navarra, o governador de Artois Jean de Picquigny, havia simplesmente invadido o castelo de Arleux, no qual Carlos, o Mau, estava preso. . O escudeiro estava dormindo tão profundamente que se viu preso antes mesmo de saber como. O burguês de Amiens providenciou uma pequena tropa e várias carroças cheias de escadas.

Carlos de Navarra foi para Amiens, concordou em ser recebido como um burguês lá - era uma habilidade política - e bancou o soberano ao fazer os prisioneiros serem libertados como um sinal de sua entrada alegre em uma boa cidade. Ele também se divertiu notificando em todas as direções o que chamou de sua "parte" da prisão. Assim, para o Conde de Sabóia:

Que ele possa agradá-lo a saber que o agradecimento de Nosso Senhor e alguns dos meus bons amigos, eu saí de lá quando eu era, sem dizer adeus ao meu anfitrião, o 9 º dia de novembro, em boa saúde do corpo.

Sem dúvida, devemos culpar um sentido político apurado - mais do que um simples humor - as observações que fez em público na época sobre seus direitos à Coroa da França: eram superiores, disse ele, para aqueles de Edward III. O Navarra, portanto, não atacou seu primo Valois. Ele preferia uma posição de força no Conselho deste último a um questionamento aleatório sobre uma escolha de sucessão agora com trinta anos. Carlos, o Mau, lamentou ter nascido tarde demais e nunca desistiu de reivindicar champanhe, mas sabia que era tarde demais para colocar o Évreux antes dos Valois. O risco teria sido grande, depois de Poitiers, de ver os Plantagenêt vencerem.

Carlos de Navarra tinha coisas melhores para fazer. Jean le Bon era um cativo, e os jovens frágeis carregavam o fardo muito pesado de ser em Paris a flor-de-lis. O homem

maduro, o chefe político e o excelente cavaleiro que Carlos dizia ser, era disso que o governo precisava. O rei de Navarra não considerou desnecessário lembrar que ele também era um príncipe da flor-de-lis.

A fuga de Arleux foi um tapa na cara do golfinho. A bofetada se transformou em derrota quando Étienne Marcel, Robert Le Coq e alguns outros exigiram dele o que as duas rainhas da família Évreux, Jeanne e Blanche, já estavam implorando, as quais tinham chegado a notícia do "partement": o O delfim Charles teve de conceder um salvo-conduto ao cunhado, que se apressou a ir a Paris. Ele esteve lá em 29 de novembro, mas contentou-se em cruzar a cidade e dormir fora dos muros em Saint-Germain-des-Prés.

O discurso que proferiu na manhã seguinte, de uma plataforma que, em frente aos Pre-aux-Clercs, normalmente servia ao rei durante os torneios, foi uma repetição da de Amiens. O rei de Navarra era habilidoso o suficiente para não atacar diretamente o rei ou o delfim. Mas, ao longo de seu relato de seus "infortúnios", ele deixou seu ódio explodir contra os "maus conselheiros" que o difamaram, perseguiram e roubaram.

No ponto em que estava, o golfinho só poderia ceder novamente. Ele concordou em trazer seu cunhado para o Conselho. Ele concordou em examinar as queixas da família Évreux. Ele concordou, em 2 de dezembro, em percorrer todo o caminho para a reconciliação: desarmado e sem escolta, foi para o hotel da Rainha Jeanne em Évreux.

Charles, o Mau, estava hospedado lá com sua tia. Ele cumprimentou o tenente do rei com uma frieza afetada. Todo o partido navarro estava presente, toda uma corte e em armas. O delfim estava sozinho e a situação não era ambígua: lembramos as circunstâncias em que, vinte meses antes, os homens do rei da França prenderam o Navarra enquanto ele era hóspede do delfim. Naquela época, os dois jovens príncipes haviam realmente conspirado contra o rei João? Carlos, o Mau, fora, até onde se sabia, amigo do duque Carlos da Normandia, mas, desde Poitiers, este nunca sonhara em libertar o amigo e talvez cúmplice. Sem dúvida, ele sabia por experiência própria que o rei de Navarra gostava de pescar em águas turvas ...

Como por acaso, Étienne Marcel e alguns burgueses vieram no dia seguinte para pedir ao Conselho que decretasse uma reunião conjunta de nobres e boas cidades. Simples pretexto, vimos isso muito rapidamente. Robert Le Coq imediatamente sugeriu que os parisienses fossem convidados a ficar lá e comparecer à reunião do Conselho. Eles aproveitaram para dar sua opinião.

Senhor, faça gentilmente ao rei de Navarra o que ele exige de você, pois deve ser feito.

Foi uma convocação. O golfinho o considerou assim. Decidiu-se indenizar o conde de Évreux, rei de Navarra, para dar-lhe talvez o champanhe e - por que não? - Normandia, e para reabilitar seus amigos executados em Rouen em abril de 1356. Dadas as circunstâncias do caso de Rouen, o duque da Normandia era ridículo. Ele não teve escolha; ele fingiu estar feliz.

Por uma semana, os dois príncipes foram vistos juntos o tempo todo. Robert Le Coq era sua sombra. Em seguida, o Navarra tomou o caminho para seus domínios normandos - note-se que não lhe ocorreu a ideia de ir para Navarra - porque se dizia que a libertação de Jean le Bon era iminente e Carlos o Mau queria garantir a execução das decisões tomadas desde então. oito dias. A volta do rei poderia muito bem pôr em causa as vantagens adquiridas, se não fossem asseguradas.

O Navarra não se importou muito com reformas, pois tinha interesses a defender. Ele tinha que recuperar suas fortalezas o mais rápido possível, para que a paz entre João o Bom e Eduardo III não pudesse ser alcançada às suas custas. Ele também teve que presidir sua vingança: foi a Rouen para enterrar os corpos dos torturados em 1356. Quatro deles ainda estavam, decapitados, pendurados pelas axilas na forca. Eles tiveram um funeral grandioso na catedral.

Navarra recente, Étienne Marcel percebeu tarde demais: a espada com a qual contava estava falhando. Quando Carlos, o Mau, voltou a Paris após os dias revolucionários de fevereiro de 1358, ele encontrou no Reitor dos Mercadores um aliado muito relutante.

Nesse ínterim, o Reitor dos Mercadores reacendeu o ardor de suas tropas de segunda mão. Ele distribuiu chaperones vermelhos e azuis e broches de esmalte nas mesmas cores. Ele havia escolhido um lema, "Um bom final", sobre o qual se questionaria por muito tempo. Apesar de tudo, os parisienses se sentiram isolados. Muitos tendiam para o golfinho, portanto, para a lealdade. Mas temíamos o retorno de abusos, desperdícios, especuladores. Aqueles que tinham uma forte convicção reformista em relação a Étienne Marcel não viam para onde isso os conduzia. O próprio Robert Le Coq não sabia onde estava seu interesse, já que o rei de Navarra havia se retirado um pouco do assunto. Na verdade, Carlos, o Mau, tinha muitos motivos para parar por aí: Marcel com ciúmes dele, os parisienses não gostavam dele, o delfim o odiava.

Os mestres da Universidade de Paris inclinavam-se a favor da Cidade e de Navarra, mas eram sensíveis à imprecisão do programa político dos reformadores e às reivindicações do rei de Navarra.

Quanto aos estados, que se reuniram novamente em janeiro e fevereiro de 1358, foi sem o menor entusiasmo que concederam o imposto. No entanto, eles ecoaram novas preocupações: a insegurança estava crescendo no país.

O equilíbrio do medo apareceu bem quando um doleiro - um doleiro independente, mas não um mestre - assassinou no meio da rua Neuve-Saint-Merry o tesoureiro do duque da Normandia, ele próprio um doleiro. Briga entre colegas, talvez, mas que imediatamente assumiu dimensões políticas. O delfim prendeu o assassino à noite, que se refugiara na igreja de Saint-Merry, e o enforcou. O bispo zangou-se, tanto porque viu uma violação da franqueza de uma igreja como porque no caso ela tinha sido esquecida que ele era juiz. O assassino foi retirado da forca e um funeral religioso foi feito para ele. Até então, nada de

comum: não era a primeira vez que se discutia o direito de julgar um cadáver. A novidade, porém, foi a adesão imediata do Parloir à burguesia. O reitor dos mercadores aliou-se ao assassino, não por ser burguês - a vítima não era menos - mas porque foi vítima de um abuso de direitos cometido pelo delfim.

E vimos, no dia 27 de janeiro de 1358, duas procissões se cruzarem em Paris: o comboio fúnebre do tesoureiro seguido pelo regente e seus fiéis, o comboio fúnebre do camareiro, ou seja, do assassino, seguido por Étienne Marcel e dele.

O ASSASSINO DO MARÉCHAUX.

Foi em uma atmosfera particularmente pesada que estourou o tumulto de 22 de fevereiro. Riot preparado, motim sem motivo óbvio. Étienne Marcel estava em busca de um confronto, pois temia que a incerteza durasse até o retorno do rei João. Se a Navarra temia a paz com a Inglaterra, o reitor dos mercadores temia a paz simplesmente: fosse feito com os ingleses, com o Navarra ou com ambos, só poderia ser feito contra a burguesia.

De madrugada, três mil homens armados reuniram-se em Saint-Éloi, no coração da cidade. A intenção já era evidente para uma demonstração em grande escala. Por quê? Contra quem? Renaut d'Acy dá, involuntariamente, a essas pessoas que estão entusiasmadas porque estão preocupadas, o primeiro motivo para se comoverem. Acy era o advogado do rei no Parlamento. Era também o conselheiro de Jean le Bon, que acabara de trazer de Londres o texto de um projeto de tratado em que não se via senão um desmembramento do reino da França. Ora, Renaut d'Acy vivia na City, a norte de Notre-Dame, e estava a caminho de casa quando a multidão que circulava em torno de Saint-Éloi o reconheceu. Eles o insultaram, bateram nele e o cortaram em pedaços. Não adiantava, mas a febre aumentava na multidão. Étienne Marcel aproveitou para dar a ordem de marchar sobre o palácio.

Ao contrário do Louvre, que ficava fora das paredes de Philippe Auguste, o Palais de la Cité não foi projetado para resistência. Em um instante, os desordeiros estavam na sala do Delfim, acima da galeria de retrosaria. Charles estava lá, indefeso, acompanhado apenas por alguns parentes, em particular os dois marechais da Normandia e Champagne, Robert de Clermont e Jean de Conflans.

A conversa que se desenrolou dá a medida da má-fé que animou naquela manhã um reitor dos mercadores decidido com o drama. Ele perguntou furiosamente ao delfim quando ele iria decidir governar.

E amargamente pediu-lhe que quisesse tomar emprestado o fato da obra do reino e aconselhá-lo, uma vez que o reino, que estava para vir a ele, estava tão bem guardado que tais maneiras das companhias que reinavam não iam estragar ou roubar o país.

O tenente do rei já tinha problemas suficientes para manter uma parte do governo. Ele respondeu bruscamente. Havíamos confiado as finanças a outros, então nos voltamos para esses outros!

Qualquer coisa que ele fizesse de boa vontade, se tivesse dinheiro para isso. Mas quem quer que aumentasse os lucros e a justiça do reino tinha que fazê-lo. Deixe ele fazer isso!

Étienne Marcel estava apenas esperando por essas palavras. Ele disse:

Senhor, não se maravilhe com as coisas que está prestes a ver, pois elas foram decididas por nós e é apropriado que sejam feitas.

Alguns homens do Reitor dos Mercadores apreenderam Jean de Conflans e o mataram. O marechal da Normandia pensava que estava se salvando refugiando-se na sala ao lado, esquecendo-se completamente de que precisava defender seu duque; não foi menos morto. Os dois corpos foram exibidos no pátio; eles ficaram lá até a noite. E é em segredo que o povo do golfinho os enterrou.

Nem o marechal da Normandia nem o de Champagne se distinguiram contra a reforma, nem contra os Estados, nem contra os parisienses. O que eles indubitavelmente pagaram com suas vidas foi ser marechais e assumir a responsabilidade pela derrota com os outros.

Vestiam-no com toda a nobreza, aquela nobreza que não participara da última sessão das herdades porque as fazendas começavam a ser terceiras, ao lado do partido do delfim e do partido de Navarra. A nobreza falhou em sua missão, que era a de defender o reino: muitas pessoas expressaram nesses termos simples o complexo jogo político dos últimos dois anos.

O ajudante viu seus dois companheiros caírem. Ele ficou assustado. Étienne Marcel esperava apenas isso: velho familiarizado com a distinção entre bom príncipe e maus conselheiros, ele se passava por um protetor.

Senhor, você não se importa.

Para persuadir o jovem príncipe de que não estava arriscando nada, colocou na cabeça seu próprio capuz vermelho e azul, "feito de vermelho e pers, a pessoa da direita" e colocou sobre si o chapéu do delfim. .

Tendo assim tratado o tenente do rei como um igual, Marcel correu para a Place de Greve, onde a multidão crescia a cada minuto. A praça e as ruas vizinhas estavam lotadas de gente quando o reitor dos mercadores apareceu em uma janela do salão burguês. Ele disse algumas palavras. Em suma, ele e seus companheiros haviam cumprido seu dever, os perversos estavam mortos, o golfinho estava a salvo. O que a multidão acredita em tais palavras? O que ela entendeu, acima de tudo? Mesmo assim, Marcel foi aplaudido. Ele se considerou aprovado.

Ele então retornou ao palácio onde Carlos o recebeu novamente em uma residência da qual ele não era mais o mestre. O príncipe estava apavorado. Ele concordou em aprovar publicamente o duplo assassinato perpetrado poucas horas antes na sua frente. Ele era

amigo dos parisienses. Ele diria isso. Para demonstrar isso, ele imediatamente ordenou a seus seguidores e oficiais que usassem a acompanhante "festa do vermelho e do pers".

Étienne Marcel poderia estar feliz. Ele havia humilhado o tenente do rei até as lágrimas. Talvez naquele dia ele tivesse ido longe demais: naquela mesma noite ele começou a pensar que a presença do rei de Navarra em Paris era mais necessária do que nunca. Após o duplo assassinato da manhã, um retorno da fortuna seria cruel.

Paris não era a França. Étienne Marcel sabia disso, e o delfim também. Em Paris, os deputados burgueses das boas cidades do reino foram varridos pelo acontecimento, quando não voltaram para casa antes dele. Os que permaneceram não podiam ter certeza de serem elogiados em seu retorno. E o reitor dos mercadores para escrever de todos os lados aos órgãos da cidade para explicar-lhes a ação dos parisienses e obter seu consentimento. Mais por prudência do que por hostilidade, a maioria das cidades não respondeu. Alguns, como Amiens, onde os shovellers lideraram o movimento reformista, ordenaram que seus próprios burgueses usassem capuzes vermelhos e azuis. A agitação parisiense não foi imitada em nenhum lugar, exceto em Arras, onde o povo massacrou alguns nobres durante o dia 5 de março. Este foi, por enquanto, um caso isolado.

O GOLFINHO E A PROVÍNCIA.

O golfinho deu a impressão de um fantoche à disposição do Reitor dos Mercadores. Foi com a concordância deste que Carlos da Normandia assumiu, em 14 de março, o título de "regente". Ele deveria usá-lo, mais tarde, para manifestar sua própria autoridade. No momento, era uma douração adicional ao poder soberano que Etienne Marcel pretendia exercer indiretamente. Seu nomeado passou a ser um príncipe investido de soberania, embora temporariamente.

Étienne Marcel tem cada vez mais certeza do futuro. Tendo desejado a presença do rei de Navarra, rapidamente o fez entender que não deveria ficar muito tempo em Paris. Agora que o regente era sua criatura, Marcel poderia, sem dúvida, ser o primeiro na capital.

Os atos oficiais demonstram claramente a nova situação política. Eles são intitulados "Carlos, filho mais velho do Rei da França, regente do reino, Duque da Normandia e Delfim de Viena". Já não se questionava Jean le Bon. Étienne Marcel estava a salvo de uma recusa de Londres.

Durante estas semanas em que é apenas um fantoche, o regente zela para que a nobreza, ausente das últimas deliberações dos estados, dê finalmente o seu aval ao que os outros fizeram sem eles. Ele falha amplamente nesta missão: reunidos em Senlis, os nobres do norte da França - Picardia, Artois, Haute-Normandie - não dizem nem sim nem não. Quanto

ao rei da Inglaterra, ele se perguntou ao mesmo tempo se seria apropriado lidar com tais pessoas. O que exatamente eles representam?

É então que, pela primeira vez, vemos João Bom preocupado. Um secretário do rei, atravessando o Canal da Mancha no início de abril de 1358, trouxe ao regente uma mensagem verbal.

O duque da Normandia se sentia isolado. A mensagem real o confortou. De repente, ele inverteu a tendência. O reencontro de Senlis deu-lhe um motivo para deixar Paris sem renunciar abertamente a essa amizade dos parisienses à qual deveria, em todas as suas palavras, referir-se. Ele aproveitou para visitar as cidades da região de Paris. Vimo-lo em Compiègne, Meaux, Provins, onde presidiu aos Estados de Champagne. Sem dizer explicitamente, ele já estava apelando às províncias contra Paris.

Superficialmente, ele ainda estava jogando o jogo parisiense. Além disso, Marcel o flanqueara com dez burgueses encarregados de espioná-lo o tempo todo, controlar suas palavras e supervisionar suas conversas. Mas na realidade o regente estava sondando a província. Ele avaliou a resistência da França profunda à efervescência parisiense. Duplicidade rapidamente fecunda. Em 10 de abril, foi a primeira reviravolta. Depois de um discurso cheio de insinuações para explicar às propriedades de Champagne os eventos "muito maravilhosos" que ocorreram em Paris nas últimas semanas - os nobres de Champagne levaram mal o assassinato do Marechal de Champagne - o regente pediu aprovação e ajuda financeira . Os deputados responderam que pensariam nisso. Em todo caso, acrescentaram, não iriam mais a Paris.

Jogamos com o melhor. Os oradores das propriedades de Champagne declararam que as explicações fornecidas pelo rei dificilmente os satisfizeram. O marechal de Champagne realmente merecia a morte? Por quê ? Eles deixaram claro, não sem ironia, que confiavam nos normandos em questões relacionadas ao marechal da Normandia. Os dois parisienses presentes naquele momento obviamente esperavam que o regente respondesse afirmando a culpa do marechal Jean de Conflans. Eles ficaram maravilhados.

O regente respondeu que considerava e acreditava firmemente que o dito marechal de Champagne e o dito messire Robert de Clermont o haviam servido e aconselhado bem e lealmente, e que ninguém sabia o contrário.

Simon de Roucy, conde de Braisne, que falou pelos barões de Champagne, pegou o morcego na hora:

Monsenhor, nós, Champenois, que aqui estamos, agradecemos o que disse. Confiamos em que os homens que, sem motivo, mataram nosso amigo farão justiça.

O golfinho os havia convidado para jantar. Eles saíram juntos. A história teve algo para irritar Étienne Marcel; soube ao mesmo tempo os arranjos feitos pelo regente para esta

viagem a Champagne: ele havia estabelecido uma guarnição no castelo de Montereau e ocupado de surpresa o "mercado" de Meaux, uma espécie de acampamento entrincheirado formado pelo meandro do Marne. O delfim obviamente deu a si mesmo os meios para interromper a navegação rio abaixo para Paris e, portanto, o abastecimento da cidade via Sena, Yonne e Marne.

Os parisienses entenderam a manobra muito bem. Quando gente do regente veio ao Louvre para procurar a artilharia que ali estava, para conduzi-la pelo rio até Meaux, Marcel soube que seu espantalho ia ao ataque. Ele se opôs à transferência, confiscou a artilharia, mandou colocá-la na prefeitura e, com a maior regularidade, descarregou a carga.

Todos sabem que nós, Étienne Marcel, reitor dos mercadores e vereadores da cidade de Paris, para afastar e evitar os grandes escândalos e inconvenientes que estavam para ocorrer na dita cidade, pegamos e erguemos sessenta caixas de quadrados de dois pés, sessenta caixas de quadrados de sete pés, quarenta caixas de viretons, sessenta bestas de três a dois pés, doze bestas a serem disparadas de tiros, trezentos setas grandes para disparar as ditas bestas, doze fallots e dois centavos de torta, vinte e cinco baluartes, três canhões de mão ou barris e dois sem barris, seis libras de pólvora para disparar os barris, um carretel, um riser, cinco centavos de balas para bestas, vinte e cinco lanças e um buraco de arame para fazer cordas de besta.

No mesmo dia, Étienne Marcel enviou ao regente Carlos, por correio especial, uma carta que mais parecia um ultimato do que uma justificativa.

Seu povo de Paris sussurra muito alto sobre você e seu governo ...

Ele sabe muito bem, diz ele, o motivo de tudo e, em particular, o motivo dessa tentativa fútil de levar a artilharia do Louvre para Meaux. Ele adivinhou muito bem o conselho dado ao regente.

Senhor, qualquer um que seja o senhor deste castelo pode se gabar de que esses vilões de Paris estão em perigo, e que muito perto deles podem cortar suas unhas ...
Queira saber, temido senhor, que as boas pessoas de Paris não se consideram vilãs, mas são prudentes e leais, e esses os encontraram e irão encontrar. Mas dizem que quem faz a vilania é safado.

O golfinho continuou sua rodada. Ele encontrou apenas uma oposição real, a de Amiens. A cidade havia se declarado abertamente a favor dos parisienses; ela fez saber que as portas não se abririam para o regente. Este último preferiu não insistir e não ultrapassou Corbie.

Foi então que Carlos, a fim de organizar a ação provincial contra Paris, convocou os estados para 4 de maio em Compiègne. Se os delegados das boas cidades concordassem em se sentar, apesar de sua decisão anterior de nunca se sentar fora de Paris, Etienne Marcel e sua família estariam por toda parte.

O reitor dos mercadores tentou negociar a paz. Ele enviou o rei de Navarra ao regente, então uma delegação de professores universitários. O regente foi inflexível: ele sabia muito bem que a cidade inteira não era culpada, mas havia crimes que ele não podia perdoar. Dê

a ele cinco ou dez dos principais líderes, e veremos depois. Nos mesmos dias, ele confirmou aos Estados de Compiègne seu desejo de manter as reformas. Todos entenderam: reformas, sim, na medida em que condicionassem a ajuda financeira, mas a corda para os líderes da revolução parisiense.

Marcel também entendeu. Ele tinha o cerco reforçado, sua milícia manobrada. Dois notáveis, o mestre carpinteiro do rei e o mestre do Grand Pont, foram alojados na Place de Greve por terem conspirado para abrir as portas aos homens do regente Charles.

Os espíritos estavam preocupados. Eles entraram em pânico porque, durante a execução, o carrasco Raoulet foi atacado por um ataque epiléptico.

Ele caiu e foi atormentado por uma paixão cruel, enquanto espumava pela boca. Muitos parisienses murmuraram, dizendo que era um milagre e que desagradava a Deus que estivessem sendo condenados à morte sem causa.

Em meados de maio de 1358, a situação parecia bloqueada. O regente poderia matar a capital de fome, mas não tomá-la. Étienne Marcel resistiu em Paris, não conseguiu convencer o reino. O rei de Navarra simpatizou com os parisienses, mas pouco os ajudou. Além disso, suas tropas eram parcialmente estrangeiras e os parisienses dificilmente se sentiram tentados a introduzir Navarra e os ingleses na cidade sem saber como seriam obrigados a partir. Quanto às outras cidades, a maioria hesitou em aderir a um ou outro acampamento.

LA JACQUERIE.

O acaso precipitaria tudo. Porque nada é mais fortuito do que a coincidência que ao mesmo tempo empurrou os camponeses de Beauvaisis para uma revolta completamente diferente. La Jacquerie, que estourou graças a um incidente local, em Saint-Leu-d'Esserent en Valois, em 28 de maio de 1358, tem apenas ligações muito distantes com o que vem agitando a França e Paris há vinte anos, os Estados Gerais de Langue d'oil e a “Maison aux pilliers” na Place de Grève.

Pode ser mais uma revolta contra uma ordem estabelecida da qual o regente é o fiador e o símbolo. Um ano antes, talvez o Jacquerie tivesse sido isso. Em maio de 1358, ela veio no momento certo para cristalizar as reações, em benefício deste mesmo regente.

Todos aqueles que, desde a derrota, dificultaram a vida do delfim Carlos, tinham um denominador comum que não conheceram e que descobriram no final da primavera: todos menos Étienne Marcel, com seu antigo ódio que é assunto pessoal. , eram o que os Jacques queriam destruir. Os notáveis que queriam ser reformistas descobriram com horror que havia outras aspirações de reforma, e em outro grau, e que esses outros reformismos

levaram em primeiro lugar a plugá-los, empalá-los, queimá-los vivos. que só falava de reforma há dois anos. Ao rejeitar perante o fiador da velha ordem todos os tipos de notáveis para os quais reforma significa simplesmente assegurar o poder, os Jacques, sem nunca pensar nisso, dariam a vitória ao regente Carlos.

Quem são esses Jacques? Tudo, menos o maldito campesinato. É significativo que esta revolta, a mais dura que o Norte da França conhece há muito, se limite às terras mais ricas da bacia parisiense: Beauvaisis, Soissonnais, Brie. Não é a revolta da miséria, daqueles que morrem de fome. É a de um pequeno campesinato de proprietários em pequenas porções, se se pode usar a palavra dono para esta Idade Média, onde ninguém tem, sem dever nada a ninguém, a totalidade dos direitos sobre um bem. . Alguns ex-soldados, alguns ex-agentes estatais dos proprietários de terras, alguns padres sem paróquia complementam de forma útil a força da revolta e às vezes fornecem supervisão improvisada.

Esses camponeses médios de uma terra mais rica que a média, eles vêm sofrendo há quase um século. A terra não tem, em primeiro lugar, nas áreas onde nós pressionado, o XI na XIII século, a compensação ao extremo do limite razoável. Já se foi o tempo em que, quando tínhamos bocas para alimentar, ou quando queríamos vender um pouco mais no mercado, era apenas para aproveitar novos terroirs, a expansão das variedades cultivadas, a terra que o senhor estava oferecendo barato porque ele teve sua parte do lucro na expansão. Agora é tarde demais. Você tem que se contentar com o que tem, e há uma grande tentação de acreditar, se você viver mal, que poderia viver melhor em uma Terra maior.

A produção por excelência, nessas planícies limosas, é o trigo. Mas há meio século o preço do trigo - trigo e cevada, sobretudo, nessas ricas terras - estagnou em todos os mercados que abastecem a cidade consumidora. A população parou de crescer, a oferta superou a demanda e a campanha produtiva ficou em frangalhos.

Os produtos industriais ou artesanais que o camponês pede não acompanharam o trigo na sua desvalorização. O ferro das ferramentas e o tecido das roupas continuam sendo mercadorias caras. Pior ainda, a crise demográfica agravada pela Peste Negra está fazendo com que todos os preços disparem, incluindo o custo da mão de obra especializada. A colheita paga cada vez menos, mas é uma ruína trocar uma parte. Aqui está o drama desses camponeses que não estão na miséria, porque têm um arado, mas que vêem se aproximando o momento em que o arado com o arado de ferro ficará caro demais para eles. Este é o paradoxo dessas campanhas que foram as primeiras a conhecer o arado articulado e a praticar o rodízio de três anos.

Por muito tempo, a inflação amenizou o infortúnio do camponês cujas terras são censuradas. O aluguel da terra originalmente, o cens é fixado em moeda: um denário, um sou, dez sous. Quando você sabe que a moeda de contabilização - centavo, centavo, libra - continuou durante séculos a deteriorar-se e ela entrou em colapso desde o final da XIII

século, vemos o benefício do agricultor que, por a mesma terra devia um denário e ainda deve um denário. Para uma moeda, que foi de 0,35 grama de prata fina na XIII século, 0,11 gramas em 1350. Tem 0,03 gramas em 1355. A inflação e desvalorização, que é a manifestação tanto quanto a conseqüência é a ruína do senhor e a felicidade desse devedor crônico que é o camponês. Por um século, a lenta erosão da libra do torneio evitou muitas revoltas no interior da bacia de Paris.

Os senhores, entretanto, reagiram. Para restaurar sua imagem de forma insuficiente; o suficiente para aumentar o fardo do camponês, já que atinge o senhor, pela queda dos preços dos grãos. O senhor não pode revisar o cens - eles são fixados pelo costume - mas ele pode adicionar ao cens. É o "crescimento do cens", uma espécie de renda que compensa o colapso da renda da terra. É também, para todas as terras que são novamente concedidas, a fixação de um aluguel em espécie, o champart, que permite ao senhor tirar o melhor da colheita e vendê-la da melhor maneira, deixando o camponês vender sua parte quando os preços estiverem nos mais baixos.

A Peste Negra vem para derrubar evoluções lógicas. Não vamos tentar descobrir quem perde e quem ganha nessa fuga demográfica que atinge tanto a produção quanto o consumo. A Peste Negra é, acima de tudo, o efeito de um trovão. Ele quebra edifícios minados. Ele destrói equilíbrios instáveis. Também gera ódio por aqueles que veem os ricos morrerem com menos frequência do que os pobres, porque eles estão mais bem alimentados, com melhores moradas e mais isolados.

Foi então que a economia piorou devido a um certo número de acidentes: a derrota que mal aceitamos e que censuramos aqueles que tinham por função combater, a tributação que há dois anos vem aumentando. , o endurecimento do sistema senhorial numa época em que tantos senhores são, como o rei, cativos e sujeitos a resgates, o incômodo desajeitado dos receptores atacados de todos os lados por sua dureza quanto por sua incapacidade, o afastamento de tropas de caminhoneiros Insuficientemente atraídos pelo respeito pela vida camponesa ... Tememos os soldados desempregados desde a derrota de 1356, os capangas de Navarra que viviam no campo, os mercenários depravados pelos ingleses depois de seu equipamento. Muitas cidades - Paris como outras - fecham suas portas a quem não pode provar que é pelo menos conhecido por um burguês. Em todos os lugares, temos medo.

Mais do que uma revolta contra a miséria, a Jacquerie é uma resposta à angústia. É também a revolta de uma categoria social que perdeu em todas as frentes, que nem lucra, como fazem os trabalhadores sem-terra, com o aumento dos salários decorrente da regressão demográfica, e que nem lucra. do novo emprego oferecido pela guerra.

Mas eles são possuídos o suficiente para serem aparados, para serem tributados, para serem submetidos à requisição. A terra deles é fértil o suficiente para que as pessoas conversem com eles sobre "cultivo de cens" e arrendamentos além das frutas. Numa

mediocridade económica que vêem agravar-se, constituem um paliativo para o empobrecimento dos senhores da terra, bispos e abades, barões e cavaleiros, por vezes burgueses. Nem os prelados nem a burguesia ainda residem no campo. A revolta irá, portanto, atacar aqueles que ainda vivem em suas terras - onde eles viveriam? - e que ainda assim vivem tão mal: a pequena nobreza, os cavaleiros sem fortuna real, aqueles que estão lentamente arruinando a inflação, suficientemente dotados de terras para não se engajarem como mercenários no serviço dos príncipes, bastante mal providos de relacionamentos ou talento para ter sucesso nos novos caminhos da fortuna abertos pelo desenvolvimento da máquina monárquica.

O camponês ridículo e freqüentemente bestial do folclore urbano e das imagens aristocráticas é coloquialmente chamado de "Jacques Bonhomme". A revolta que eclodiu no final de maio de 1358 na planície de Valois tornou-se, portanto, para os nobres como para a burguesia, a "Jacquerie". Mas, muito rapidamente, a cidade e o castelo perdem a vontade de rir dos rudes.

Originalmente, houve uma briga na aldeia. Camponeses exasperados atacaram, em Saint-Leu-d'Esserent, os homens de armas que cruzavam a cidade sem cerimônia e procuravam tanto exercer pseudo-requisições como saquear abertamente. A aldeia é uma boa armadilha para os comboios de mercadorias que chegam a Paris. Os vilões estão fartos.

A novidade é que, pela primeira vez, eles estão em vantagem. As aldeias vizinhas descobrem com espanto e entusiasmo que simples camponeses acabam de matar um nobre. E imite imediatamente os heróis da época, pois cada um tem seus perseguidores. A revolta, portanto, se espalhou pelo campo de Beauvaisis, Soissonnais, Western Champagne. Em poucos dias, alcançou Montmorency, Le Tremblay, Longjumeau e Arpajon. É uma caminhada matinal da capital. Espalhou-se pela Borgonha, Lorena, Normandia, Artois, sem assumir nessas províncias o aspecto dramático que teve desde o início em Paris.

Todos os partidos então ocupados em brigar na capital estão desorientados. Ninguém previu a coisa. Ainda menos foi organizado. Porque a Jacquerie é o oposto de um movimento coerente: não tem líderes reais, não tem estrutura, não tem programa. Jamais saberemos exatamente o que os Jacques queriam senão para expressar sua raiva. O único slogan é: “Mate os nobres. "

É certo que, de uma massa de camponeses aprimorada por seu talento militar ou seu padrão de nobreza ao quebrar a proibição, alguns padres em pequenas porções e alguns notáveis rurais levados pela onda, alguns chefes parecem emergir, de acordo com as assembleias realizadas. na praça da aldeia ou no cruzamento. Freqüentemente, líderes episódicos, às vezes líderes relutantes. Assim, Guillaume Carle en Beauvaisis, ou Jacquin de Chennevières, “eleito” em Montmorency, apesar de sua recusa e com o acordo, não menos forçado, do reitor real.

Guillaume Carle, ou Calle, que atuará como capitão dos Jacques em suas últimas lutas, e que será o primeiro a pensar em formar relações táticas com a revolução parisiense, inicialmente aceita esse papel de líder apenas para evitar ser ele próprio massacrado. Alto, forte, falando abundantemente, este camponês bonito e não estúpido é no entanto apenas um daqueles líderes de reunião que levam ao saque de hordas desorganizadas, rapidamente inchadas pelos pescadores em águas turvas. Carle foi soldado e, quando comandar em batalha, vai querer traçar uma tática; mas ele só pode lamentar a indisciplina de homens que nem mesmo têm ideia do que pode ser uma organização militar. Na maioria das vezes, ele ficará impotente para estabelecer operações conjuntas. A realidade de Jacquerie são tantas gangues quanto vilas em revolta.

Para a maioria daqueles que intoxicam sua própria ousadia, é apenas uma corrida impetuosa. O retorno à ordem não será prejudicado por uma longa provação e eles sabem disso. Então, de que adianta se conter?

Por alguns dias, é terror. O sangue flui sem motivo. Mesmo as testemunhas mais simpáticas aos movimentos populares, mesmo as menos apegadas à ordem estabelecida, falam à vontade da crueldade gratuita dos Jacques. Assim, o prior das Carmelitas da Place Maubert, Jean de Venette, de quem sabemos que não costuma esconder sua predileção pelos pobres:

Eles mataram, massacraram e exterminaram todos os nobres que puderam encontrar, e até mesmo seus próprios senhores.

Não contentes com isso, eles derrubaram as casas e fortalezas dos nobres. O que é mais lamentável ainda, eles mataram as mulheres nobres e as crianças pequenas que encontraram.

Bem informado por testemunhas diretas, o cidadão Liege Jean Le Bel não esconde seu horror e multiplica os exemplos, tendo o cuidado de não querer relatar tudo:

Jamais ousarei escrever ou relatar os fatos horríveis ou os inconvenientes que causaram às senhoras. Entre outros fatos des-honestos, eles mataram um cavaleiro e o apressaram e o assaram. A senhora e as crianças viram.

Depois que dez ou doze forçaram a senhora, eles queriam forçá-la a comê-lo. Então eles a fizeram morrer um homem morto.

O código tácito de honra medieval protege mulheres e crianças. Essa violência é ainda mais escandalosa aos olhos dos contemporâneos. Mas estamos, para dizer a verdade, espantados ao ver até que ponto homens experientes na profissão das armas e um tanto protegidos por suas paredes não pensaram em se defender e a suas famílias contra bandos de vilões certamente incapazes de resistir. três dias o cerco de uma fortaleza.

Foi sem mais conselhos, sem armadura, mas varas de ferro e facas, para a casa de um cavaleiro. Si quebrou o hotel e matou ele, sua esposa e filhos. Em seguida, incendiou o hotel.

Depois, eles foram para um castelo forte e fizeram pior o suficiente, pois pegaram o cavaleiro e o amarraram a uma gravata muito forte, e estupraram a senhora e a garota diante de seus olhos. Então matou a senhora, grávida, e a menina, então o cavaleiro e todas as crianças. E queimou o castelo.
Assim o fizeram em muitos castelos e boas casas.

O NAVARRAIS CONTRA OS JACQUES.

O vento de terror que passa sobre a região de Paris e especialmente sobre a planície da "França" rapidamente reúne, por um senso de interesse comum, aqueles que se opõem aos palinodias e à derrota de D. João. Charles le Mauvais é inteligente o suficiente para saber que os aplausos nas ruas de Paris não são suficientes para colocá-lo em uma situação política. Ele é a vítima dos Valois, mas isso não constitui um programa de governo. Charles percebe que ouvir o chamado dos nobres é a melhor sorte para ele. Porque a nobreza está procurando um líder para responder à fúria dos vilões, e todos pensam naturalmente que este é o lugar de um príncipe. O rei de Navarra é rei demais para não pensar, apesar de todos os seus preconceitos contra a Coroa dos Valois, que tem tudo a ganhar tornando-se um defensor da ordem. Ele, portanto, coloca a nobreza do seu lado, e ele compra barato o reconhecimento do burguês possuidor o suficiente para se sentir desconfortável quando os feudos são queimados e o proprietário é morto sem verificar se ele é de fato da velha nobreza. Já os mercadores perdem tudo com a insegurança das estradas; sua estima é adquirida por quem voltará a permitir que os comboios avancem.

O astuto Navarra sabe muito bem que a sua intervenção no caso também lhe dá a oportunidade de aparecer como príncipe das flores de lis. Ele, portanto, sublinha a incapacidade do regente de assumir um papel militar demais para seu talento. Um rei capturado e derrotado, um delfim incapaz de lutar, o florete oferecido aos navarros por seus primos Valois merece destaque. Charles é inteligente o suficiente para não perder a oportunidade.

Étienne Marcel, porém, chega a outras conclusões. Enquanto alguns tremem por suas propriedades e esperam que ainda não tenham que tremer por suas vidas, as pessoas comuns dos comércios e pequenos negócios prontamente simpatizam com uma revolta que percebem como um movimento de miséria rural. No entanto, o reitor dos mercadores, que cada vez mais se esquece das razões de sua função, sente seu ódio pelo rei João e pelo delfim mais fortemente do que pelos interesses de solidariedade dos círculos de negócios. Faz.

Marcel também sabe que foi longe demais para esperar a clemência real. Se as coisas correrem mal para aqueles que animam estados desde 1356, ele certamente aparecerá na primeira viga da forca. Como o Jacques, ele só pode perder uma vez, e sua única salvação

está no endurecimento de sua posição. Por abalar a sociedade existente, os Jacques são aliados potenciais do reitor dos mercadores. Este só pode dar ouvidos aos avanços de Guillaume Carle.

Para esclarecer as coisas, montamos algumas operações o mais próximo possível de Paris. Alguns comerciantes e alguns Jacques reuniram-se para arrasar a mansão de Gonesse por um dos presidentes do Parlamento demitido em 1357, Pierre d'Orgemont. Outros saquearam, em Vaugirard, Issy, Viroflay, as luxuosas residências de campo do ex-primeiro presidente Simon de Bucy, um dos conselheiros do então golfinho fugitivo.

Marcel vai mais longe. Ele encarrega um de seus fiéis, Jean Vaillant, de liderar em auxílio de Jacques um pequeno exército, trezentos homens, lojistas arruinados pela crise e companheiros desempregados; eles fazem sua junção com Guillaume Carle em 7 de junho perto de Ermenonville.

Já, ficamos sabendo que Carlos de Navarra e sua tropa de cavaleiros se dirigem para a região de Creil, onde o grosso do Jacquerie se reúne no planalto de Mello. Os parisienses hesitam em marchar contra Navarra, seu amigo ontem. Carle e Vaillant, portanto, se separam. Os Jacques de Carles caminham sozinhos para ajudar os companheiros. A união de Jacques e a "revolução parisiense" durou apenas um dia.

O código de honra cavalheiresca só se aplica entre cavaleiros. Por isso julga Charles o Mau, não querendo tratar como iguais pessoas capazes de estripar mulheres grávidas. Sem escrúpulos, então. O rei de Navarra oferece Carle para negociar, recebe-o em seu acampamento, manda prendê-lo e envia-o a Clermont-en-Beauvaisis, onde se apressam a decapitar o chefe do Jacquerie. Quanto aos Jacques que saíram sem líder no planalto de Mello, a cavalaria do Rei de Navarra não tem dificuldade em despedaçá-los.

Neste momento - é 9 de junho - os parisienses chegam a Meaux. Eles ignoram que não têm mais aliados, seu amigo, o Rei de Navarra, aniquilando os aliados que encontram, os Jacques.

O caso Meaux foi uma verdadeira operação de “comando”, realizada em marcha forçada por uma tropa determinada e bem comandada. Meaux é, na margem direita do Marne, a antiga cidade episcopal dentro de suas muralhas. Na margem esquerda, num meandro facilmente defensável, encontra-se também o “Mercado”, bairro fortificado que o conde de Champagne construiu há um século ao cavar o canal que o transforma em ilha. Quando ele deixou Meaux em maio, o regente deixou sua esposa, a dauphine Jeanne de Bourbon, sua irmã e alguns outros parentes lá. Pegar o Mercado Meaux de surpresa é garantir reféns inestimáveis.

Vaillant e seus homens recolheram o que puderam encontrar camponeses armados caídos na estrada. Este será o rabo do Jacquerie. Alguns reforços chegam até eles na frente de Meaux, enviados por Étienne Marcel. De fato, há mil homens quando o prefeito de

Meaux, Jean Soulas, simplesmente abre as portas da margem certa para eles. A partir daí, é brincadeira de criança atravessar a ponte e chegar à margem esquerda.

Mas a guarnição do Mercado também acaba de receber reforços. Ali está, em particular, o conde de Foix e o "captal" de Buch Jean de Grailly, dois grandes senhores do partido de Navarra que comandam um forte contingente de soldados a cavalo e sargentos a pé. Deixando todas as questões do partido de lado, os cavaleiros não podem deixar a Dauphine e tantas nobres damas sob seus cuidados sem defesa: a futura Rainha da França está simplesmente em perigo de ser estuprada. Se alguém ainda não se emocionou com a violência recente do Jacquerie, talvez o Navarre se lembrasse de sua aliança com os parisienses. Embora ainda não conheçam o resultado da operação policial levada a cabo pelo seu rei em Mello, sentem-se solidários com as vítimas dos Jacques, portanto pouco dispostos a chegar a um entendimento com os burgueses que todos agora sabem que foram conquistados para a causa. Jacques.

Enquanto os parisienses ficam maravilhados com o traçado da ponte e, assim, poder chegar sem incidentes em frente ao recinto do Mercado, a porta desse mesmo Mercado se abre de repente. São os barões e seus cavaleiros que atacam. Os atacantes esperavam uma luta de escalada, não ser abatida, de costas para o Marne. Froissart deixou uma história colorida sobre o colapso dos parisienses:

Quando essas pessoas perversas viram assim ordenados (os navarros), embora não houvesse uma grande abundância contra eles, eles estavam tão loucamente na frente. Mas o primeiro começou a recuar, e os cavalheiros a persegui-los e atirar suas lanças e espadas contra eles, e eles massacraram.
Então, aqueles que estavam na frente e que sentiram o choque - ou que temiam tê-los - recuaram de uma vez em horror e aplaudiram uns aos outros.

E os cadáveres sobrecarregam o Marne na mesma hora em que os Jacques jazem em seu sangue no planalto de Mello. Aqueles que tiveram a sorte de não estar em Meaux nem em Mello sairão a toda velocidade para encontrar quem é sua enxada, quem é sua bigorna, prontos para jurar que nunca levantaram os olhos de seu trabalho.

Muitas coisas afundaram em 9 de junho de 1358. A aliança entre o Rei de Navarra e o Reitor dos Mercadores foi iniciada. Marcel perdeu suas melhores tropas. A nobreza até parou de tremer. A reação está próxima. Em Meaux, os habitantes pagarão caro por um conluio de um dia. A catedral será praticamente a única coisa que os golfinhos não incendiarão.

Em toda a região de Paris, a repressão é compatível com revolta e medo. Quem está convencido de ter sido "da companhia de Jacques" é enforcado sem grande julgamento. O rei de Navarra pode pregar moderação, mas os nobres eram humilhados demais para ter medo. Não conseguindo encontrar os culpados com a frequência que gostariam, eles atacaram as casas, os campos, as árvores. Neste lindo mês de julho, quando o trigo está amadurecendo, galopamos de alegria - com ódio também - no meio dos campos dourados.

Para muitos camponeses naquela época muito felizes para salvar suas vidas, é a fome garantida para o próximo ano.

Como no reverso um mês antes, tudo isso é pão abençoado para pescadores em águas turbulentas. Para os homens de armas que ficam ociosos e sem um tostão pela trégua, é uma diversão de escolha e um lucro significativo fazer fogueiras com choupanas, celeiros e mós depois de ganhar um machado, um presunto. ou um chapéu.

É verdade, escreve Jean de Venette, nossos inimigos mortais, os ingleses, não teriam feito o que os nobres de nosso país fizeram então.

O FIM DE ÉTIENNE MARCEL.

Em Paris, as coisas iam de mal a pior. Étienne Marcel andava em círculos. O regente se aproximou e se estabeleceu em Chelles. Seus partidários ergueram a cabeça na cidade e conspiraram quase abertamente contra o governo do Reitor dos Mercadores. A população burguesa cansou-se de agitação. Por muito tempo, os deputados das boas cidades se distanciaram. Estabelecido novamente em Saint-Germain-des-Prés e nomeado capitão da cidade, o rei de Navarra viu muitos de seus seguidores abandoná-lo para não ter que lutar contra o regente. Além disso, os parisienses que perderam um dos seus no caso do Marché de Meaux mal tiveram coragem de louvar a Navarra.

Ele poderia recuperar sua popularidade alimentando Paris. Como o Haute-Seine e o Marne foram detidos pelo Dauphin, Carlos, o Mau, tentou desbloquear as outras rotas de abastecimento. Ao se recusar a se abrir com ele, Senlis proíbe-o o caminho para a Picardia.

Ele sentiu a necessidade de reforçar suas tropas um pouco e recrutou novas tropas. Quando os parisienses viram que havia ingleses lá, ficaram indignados.

O rei de Navarra salvou a ordem pública; ele agora estava dominado pelos acontecimentos. Uma tropa sua atacou um grupo de homens do regente em 11 de julho em Bercy. O delfim teve tempo de abrir mão de suas reservas. A menos de uma légua da Porte Saint-Antoine, aproximadamente no local da futura Bastilha, o Navarre e seus reforços parisienses foram esmagados. Em Paris, gememos.

O povo do golfinho aproveitou a vantagem. Eles apareceram em vários lados, não muito longe da capital. Cruzando o rio perto de Charenton graças a uma ponte de barcos, eles saquearam algumas aldeias na margem esquerda. Étienne Marcel enviou uma tropa com a missão de destruir a ponte. As tropas foram espancadas.

Todos sentiram a impossibilidade de sair disso pelo confronto. A rainha Jeanne d'Évreux - a viúva de Carlos IV, o último dos Capetianos - ofereceu sua mediação e conseguiu convencer seus sobrinhos, o regente e o rei de Navarra, de que era necessário um

compromisso, diante da ameaça de recuperação hostilidades com a Inglaterra. Em 19 de julho, o acordo parecia adquirido: os dois príncipes se encontraram na ponte Charenton.

O golfinho perdeu o jogo e sabia disso muito bem. Suas tropas foram debandadas, por falta de pagamento e de ver com clareza o lucro que poderiam tirar desta guerra que não foi um. Certamente, ele havia mostrado sua força na frente de Paris, e seu adversário desempenhou um papel importante na aniquilação dos Jacques. Mas ele não podia ditar seus termos. Enquanto exercia o poder real, ele teve que compor. Sabendo que estava perdendo seu principal ativo aqui, ele concordou em levantar o bloqueio da capital. Em seguida, ele foi passar alguns dias perto de Brie-Comte-Robert e, finalmente, chegou a Meaux. A campanha por Paris terminou em fracasso: a vitória teria sido o retorno a Paris e o castigo dos rebeldes.

Os parisienses temiam as consequências dos eventos. Espantados por estarem aliviados, mas não ingênuos, eles se abstiveram de toda generosidade. Para eles, foi vitória, não paz. Eles recusaram ao povo do golfinho, que acreditava na coisa ouvida, o direito de entrar na cidade. E, como havíamos reconhecido alguns dos fiéis do regente sob seus muros em Paris, fomos queimar suas casas para não lhes dar esperança de um retorno sem intercorrências.

Naqueles dias tristes, o futuro Carlos V não parecia bem. Ele estava pensando firmemente em ganhar o Dauphiné, esse vienense que era terra do império, fora do reino, e onde ele poderia esperar tempos melhores para aqueles que não tinham temperamento briguento. Ele fixou a partida para 31 de julho. Os carrinhos, com a bagagem, partiriam de Meaux durante a noite de 30 para 31.

Aos poucos parisienses que secretamente o informaram que ele poderia preparar sua entrada sub-reptícia na capital e depois tentar um novo golpe, ele respondeu - dizem - que não colocaria os pés em Paris enquanto Étienne vivesse. Marcel e alguns outros. Se não foi dito assim, foi o pensamento do regente. Marcel e seus amigos souberam disso e sabiam que nenhuma solução negociada era possível.

Uma semana depois, o regente Carlos, duque da Normandia e Delfim de Viena, fez uma entrada triunfal em Paris. Em poucas horas, o horizonte político mudou.

Tudo aqui se deve ao comportamento dos poucos ingleses recrutados, como vimos, como homens de armas pelo Rei de Navarra e por enquanto ocupados em aproveitar a pseudo-paz de 21 de julho para beber e abrir caminho. Tabernas parisienses. Parados ali como em um país conquistado, eram odiados pela população, e os parisienses nunca perdiam a oportunidade de fazer negócios com o inglês isolado, a quem o vigor do vinho Suresnes às vezes privava de sua vitalidade natural. Depois de uma luta que deixou trinta ingleses mortos na calçada, providências gerais tiveram de ser tomadas, e Étienne Marcel achou conveniente mandar prender todos os ingleses que se encontrassem na cidade.

Primeiro, nos certificamos dos chefes: quarenta e sete homens, que foram presos enquanto no Hotel de Nesles tinham acabado de jantar com o rei de Navarra.

A situação era, portanto, paradoxal, neste quente domingo de 22 de julho de 1358, quando os parisienses festejavam a Sainte-Madeleine com longos goles de vinho rosado. Os ingleses presos na véspera viram a porta se abrir no meio da noite, Marcel sem saber o que fazer com prisioneiros tão volumosos. Mas eles estavam agora no campo, e lá se juntaram aos bandos de compatriotas dos quais a contratação do rei de Navarra os havia tirado. Ele sentiu o quanto sua situação estava errada e tentou explicar. Ele foi à Casa dos Pilares, arengou para a multidão reunida mais uma vez na Place de Greve. Ladeado por Etienne Marcel e Robert Le Coq, ele fez um longo discurso para lembrar aos parisienses que ele havia chamado os ingleses apenas para proteger a cidade do partido da derrota, especulação e reação.

As reprovações do rei de Navarra caíram por terra. Gritos surgiram da multidão: eles deveriam ter matado todos os ingleses. Como todos sabiam que o grosso das forças navarras estava estacionado em Saint-Denis, os curiosos observaram que era hora de ir para lá para matar o que restava dos ingleses.

Carlos, o Mau, percebeu, tarde demais, que deveria ter recrutado seus subornos em outro lugar que não entre os compatriotas dos vencedores de Poitiers. Ele tentou uma distração: propôs ir, com Étienne Marcel e uma tropa parisiense, acabar com as divagações de um bando de saqueadores que, entre tantos outros, infestavam o campo vizinho. Teria sido sensato adiar o caso para o dia seguinte, mas o rei de Navarra tinha pressa em mostrar aos parisienses o que ganhavam por tê-lo entre eles. Não esperamos quando se trata de acalmar uma multidão animada.

Portanto, partimos imediatamente, embora fosse mais tempo para as Vésperas do que para uma partida em uma expedição. Charles de Navarre e Étienne Marcel comandaram uma tropa que saiu pela Porta Saint-Denis e logo marcaram o tempo em frente ao moinho de vento que girava na encosta de Montmartre. Não sabíamos mais o que fazer e estava ficando tarde. Passamos meia hora imaginando para onde estávamos indo. Carlos, o Mau, ficou furioso, decidiu que amanheceria no dia seguinte e foi dormir em Saint-Denis no meio de seu exército.

A outra tropa, no entanto, deixou Paris pela Porte Saint-Honoré e chegou a Saint-Cloud, onde uma festa inglesa foi relatada. Na orla do Bois de Boulogne, cerca de cinquenta ingleses eram perfeitamente visíveis, ao ar livre. Não sem ingenuidade, os parisienses se precipitaram sobre eles. A maior parte dos ingleses estava à espreita na floresta e se desmascarou quando era tarde demais para pensar em mais cautela. Os ingleses eram lutadores profissionais, os lojistas e artesãos parisienses. Apenas um vôo rápido para a Porte Saint-Honoré salvou aqueles que não foram mortos a princípio.

O caso foi inglório. Entrou mal depois do Marché de Meaux. No meio de homens para quem a guerra não era assunto de caldeireiros e sapateiros, ela fazia as pessoas rirem. Aqueles que tremeram com a aliança de parisienses e Jacques pestanejaram à vontade, como o bom Froissart, que pintou a cena sem tê-la visto:

E um carregava seu berço na mão, o outro em uma bolsa ...

Em Paris, não queríamos rir. Como depois de todas as derrotas, o espancamento do Bois de Boulogne só foi explicado por traição. E o burguês a se perguntar sobre a estranha inação do rei de Navarra e seus homens. Não tinha ele, propositalmente, enviado tarde demais a expedição montada muito rápido contra os bandidos? Ele não tinha arrastado coisas na frente de Montmartre? Não tinha dormido em Saint-Denis para não estar em Paris?

Tínhamos visto - pelo menos foi dito - três cavaleiros deixando a tropa em frente ao moinho de vento e ganhando Saint-Cloud com uma rédea quebrada ... Charles, o Mau, não havia avisado os ingleses? Por mais que tenha sido aclamado, por mais que tenha sido repreendido.

Étienne Marcel voltou ao anoitecer com sua tropa. Tínhamos acabado de saber do caso Bois de Boulogne. Ele foi vaiado. E ele foi cortado de seu único aliado, o rei de Navarra, sábio o suficiente para agora ficar fora de Paris. Para voltar, Carlos, o Mau, esperou pelos reforços que seu irmão Philippe estava angariando em Cotentin. O novo perigo de Navarra foi exagerado na capital.

Ainda esfomeada rio acima pelo regente, agora esfomeada rio abaixo pelo rei de Navarra e seus ingleses, preocupada com as incertezas políticas do reitor dos mercadores, a capital ecoava todas as fofocas, todos os falsos rumores. Vimos conspirações em todos os lugares. Na verdade, as pessoas estavam agitando de todos os lados, alguns a favor da Navarra, outros a favor do Delfim. Aqueles que se calaram por medo do povo levantaram a cabeça quando este hesitou ou se dividiu. Este foi certamente o caso dos nobres que se refugiaram na cidade durante os dias de Jacques, mas os próprios burgueses se cansaram de uma aventura sem esperança. Um dos vereadores, Jean Belot, seria, alguns meses depois, um dos homens de confiança do regente vitorioso; É uma aposta segura que ele traiu Étienne Marcel mais do que o apoiou.

O reitor dos mercadores não poderia ficar muito tempo sem o rei de Navarra. Ele resolveu negligenciar a crescente relutância da população e trazer Carlos, o Mau, na noite de 31 de julho para 1º de agosto. Na noite anterior, os capangas de Etienne Marcel marcaram as casas dos suspeitos com uma placa. Muitas pessoas entenderam que os habitantes dessas casas foram designados para futuros assassinos. Sem dúvida, eles estavam certos.

A filosofia política desses burgueses era simples. Sua própria audácia os deixou em pânico, e eles sabiam o que havia acontecido com os Jacques. Depois de tanto

derramamento de sangue, não podíamos mais chegar a um acordo com o regente: tínhamos que continuar.

Se eles finalmente viram que era melhor que eles permanecessem vivos e com boa prosperidade deles e de seus amigos, do que o que eles foram destruídos. Parecia-lhes melhor ser morto do que morto.

Na manhã do dia 31 de julho, nada havia sido decidido. Étienne Marcel foi inspecionar o recinto, em particular a Porte Saint-Denis, que era a entrada normalmente prometida ao rei de Navarra para a noite seguinte. Em Saint-Denis, Carlos, o Mau, estava ganhando tempo. Em Meaux, começaram a deixar a bagagem: o regente desistiu.

Em frente ao portão, havia uma obra fortificada; o que foi chamado de bastide, ou bastille. Ninguém entrava em Paris pela Porte Saint-Denis se não fosse atacado pela pequena guarnição - cinco ou dez homens - que guardava a bastida.

Desde o início, o reitor dos mercadores pediu aos homens de serviço que lhe entregassem as chaves. Um mês antes, ninguém teria sonhado em recusar. As coisas haviam mudado, e os burgueses que foram colocados em guarda por acaso naquela época recusaram-se imediatamente. O chefe do distrito - diremos mais tarde o "guarda-quarto" - chamava-se Jean Maillart; era também o responsável pela casa de campo que garantia a segurança do seu bairro. Eles o chamaram.

Maillart era um comerciante de roupas abastado, outrora dedicado a Étienne Marcel. Mas suas convicções estavam mudando e ele recomendara aos seus homens que ficassem de olho no povo do rei de Navarra: Carlos, o Mau, poderia ter a idéia de passar por lá se decidisse voltar a Paris. . Além disso, Marcel não foi menos reticente para com seu ex-amigo Maillart: em vez de confiar nele, ele tentou enganá-lo.

Jean Maillart sentiu que havia enguias debaixo da rocha e recusou-se a dar ao reitor dos mercadores as chaves da bastida. Ao lado de Etienne Marcel, ele viu o tesoureiro do rei de Navarra. Ele não podia ter dúvidas quanto às intenções de seus interlocutores. O tom aumentou. Maillart viu isso como uma prova de que a aposta era importante.

Assim, enquanto Marcel ia jogar a sorte em outro lugar, na Porte Saint-Antoine, Maillart saltou a cavalo e desceu a rua Saint-Denis principal, gritando "Montjoie ao rei da França e ao duque!" Foi o grito de guerra do regente.

Qualquer um que se cansou do drama diário começou a correr atrás dele. A multidão está crescendo. Nos conhecemos em Les Halles. Já era significativo que essa boa gente não fosse com naturalidade, como em tantas ocasiões recentes, à Place de Greve. A manifestação foi contra a Câmara Municipal.

Em Les Halles, Maillart contou sua história. Iam ver o retorno navarro, aquele Navarra, por cuja culpa tantos irmãos e primos parisienses foram, no Bois de Boulogne, de coração partido pelos ingleses. Com a notícia de que o reitor dos mercadores traiu por sua vez, querendo pôr as mãos na bastide Saint-Denis ou na porta Saint-Antoine, a multidão

empolgou-se. Desde que Marcel partiu para a Porte Saint-Antoine, os manifestantes precipitaram-se para as ruelas que, logo acima da Place de Grève, se juntaram para formar a “grande” rue Saint-Antoine, a mais larga das artérias parisienses. . Uma bandeira de flor de lis foi vista flutuando sobre a multidão. Ninguém sabia de onde o chamado Pépin des Essarts a levara de repente. Mas não era mais hora de capuzes vermelhos e azuis.

Na porta, porém, as coisas iam mal para Étienne Marcel. As notícias foram mais rápidas do que ele, e os guardas o saudaram como seus colegas na Porte Saint-Denis. Marcel estava perdendo tempo negociando, enquanto os manifestantes começavam a chegar.

Em um instante, o reitor dos mercadores foi cercado. Ele foi convocado a gritar "Montjoie ao rei e ao duque!" Ele se recusou, finalmente gritou "Montjoie para o rei!" », Então o que quisermos. Ele estava acuado. Cada um apostrofou-o e despejou na algarada todas as suas angústias e todos os boatos dos últimos dias. Marcel não aguentou mais.

Na verdade, já estava planejado assassiná-lo, e já havíamos combinado a sentença que daria a ordem: "O que é isso?" »JI Totalmente ordenado pelos inimigos de Étienne Marcel, o enredo encontrou facilmente seu lugar na emoção, em parte espontânea, de burguês cansado pela aventura e pronto para a reação. A família Essarts estava lá, com força total. Os sobrinhos e outros genros de Pierre des Essarts estiveram na primeira fila do evento, garantindo a concretização do último ato da sua luta contra a ovelha negra introduzida no círculo das relações familiares e financeiras. O reitor dos mercadores queria se vingar de sua família. Eles não o haviam perdoado nada.

Um de seus companheiros caiu morto; sua bacia de ferro não o protegeu. Étienne Marcel desmaiou pouco depois, empurrou, bateu, pisou. Talvez um machado o tenha atirado. Três ou quatro parentes do Reitor dos Mercadores foram por sua vez expulsos e massacrados. Aqueles que souberam esconder a primeira hora escaparam com vida. Nós nos contentamos em colocá-los no Chatelet. Ninguém os defendeu: um parisiense já não se lembrava de ter seguido Étienne Marcel ou seu amigo Navarra.

UMA VITÓRIA INESPERADA.

Na manhã seguinte, 1 agosto, Maillart convocou a multidão em Les Halles, fez um longo discurso, sugeriu que fosse a Meaux. Para pedir ao regente Carlos que perdoasse tudo e voltasse o mais rápido possível à sua boa cidade de Paris, uma delegação foi formada: além de Simon Maillart, irmão de Jean, incluía o decano do capítulo de Notre-Dame, o mestre dos pedidos. Étienne de Paris, um grande canonista que acabaria cardeal, e o advogado do rei no Parlamento Jean Pastourel. Foi inteligente, neste caso, apelar a dois desses servidores do bem público - tanto do juiz-rei como dos súditos justiciáveis e administrados - em quem a competência jurídica passou a ser meio de promoção social, até mesmo um

caminho para fortuna e nobreza. O mundo dos juízes e advogados profissionais se manteve longe da turbulência popular e das rivalidades feudais. Nestes tempos de crise, no Châtelet, nas Contas e sobretudo no Parlamento, asseguraram a continuidade das funções do Estado. Ao lado do fabricante de roupas Maillart, símbolo do antigo núcleo da aristocracia burguesa, eles representavam uma força viva, uma lealdade, uma segurança.

O regente chegou a Paris na noite seguinte, 2 de agosto. Charles costumava fingir confiança: ele entrou com uma escolta curta. A história dos ingleses do rei de Navarra serviu de lição para ele: ele deixou os mercenários que ele mesmo recrutou na Alemanha nos portões. Em vez de armas, ele jogou ironia.

Enquanto ele estava passando por uma rua, um patife traiçoeiro, provavelmente, diria, tão alto quanto ele pudesse ouvir:

- Por Deus! Se eu fosse acreditar, você nunca tinha entrado. Mas, no forte, pouco faremos por você!

E, como o conde de Tancarville, que cavalgava em frente, ouviu a palavra e quis ir matar o vilão, o bom príncipe o segurou e respondeu com um sorriso, como se não o levasse em conta:

- Não vamos acreditar em você, lindo senhor.

Obviamente, o regente perdoou as pessoas comuns. Os líderes não iriam se safar. Foi formada uma comissão de inquérito composta por membros do Parlamento e oficiais de justiça reais. Antes mesmo da chegada do golfinho, as execuções começaram. Eles continuaram a oferecer aos espectadores um espetáculo de escolha. Em quatro dias, oito cabeças caíram. Um dos condenados, o capitão do Louvre, tinha dito "vários palavrões" para o rei da França e para seu filho: sua língua foi cortada antes de ser tirada.

No dia 10, tudo acabou. A Chancelaria selou as cartas com patente de anistia coletiva. Uma semana depois, uma carta de Londres chegou à Maison aux Pillars: King John agradeceu aos parisienses por terem reagido de maneira saudável "desvendando e revelando a cada um sua traição e sua malícia".

A repressão oficial não foi suficiente: houve também a vingança privada. Cortesãos astutos viram sua lealdade ser remunerada pelos bens confiscados dos denunciados. Manipuladores de dinheiro sem escrúpulos e especuladores desavergonhados, os irmãos Braque realizaram negócios notáveis, apesar da voz popular que os denunciou em vão durante dez anos. Quanto ao Chanceler do Rei de Navarra, que não pôde ser executado por ser cônego, foi massacrado por estranhos enquanto era trocado da prisão ...

Quando em outubro o regente quis retomar a investigação e julgar novos suspeitos, os parisienses ficaram preocupados. Charles era inteligente o suficiente para perceber que estava indo longe demais. Ele fingiu continuar, para não perder o prestígio, e deixou que se arrastasse. Os suspeitos foram finalmente libertados.

Além disso, era hora de pensar em outra coisa. O golfinho havia vencido até o fim, e isso quando ele pensou que havia perdido tudo. Não iríamos falar sobre a reforma do reino por muito tempo. Para aumentar o imposto do rei, os "eleitos" deveriam permanecer, mas os

estados seriam dispensados de cobrar impostos, e os funcionários eleitos seriam doravante nomeados pelo governo real.

A tutela da nação sobre a monarquia acabara de ser abortada. Quando voltarmos a falar, alguns anos depois, em eleger por escrutínio o povo do Parlamento e mesmo o Chanceler da França, será uma questão de garantir a coesão dos órgãos dos funcionários da administração pública. Será a vitória da cooptação, não da democracia. Como em 1358 o regente, Carlos V nunca governará a menos que seja esclarecido pela filosofia de seus conselheiros.

Isso significa que esse jovem frágil liderou a reação real com punho de ferro? Certamente não. Como está em seu temperamento, Charles deu voltas, finesse, puxou alguns fios, explorou oportunidades, deixou o tempo jogar. Observador atento dos acontecimentos, ele sabia como influenciá-los sem tentar perturbá-los. No entanto, ele pensou que estava perdendo o jogo e chegou perto disso. Tudo o que Carlos V já está lá: habilidade mais do que destreza e sabedoria para esperar. Os Jacques deram sorte, e os burgueses de Paris não gostam de longas aventuras.

CAPÍTULO IX

França cortada

ANARQUIA.

Se as coisas voltaram ao normal em Paris, o céu político não estava calmo. O governo de três quartos do reino escapou do regente. O imposto mal voltou aos cofres. A moeda entrou em colapso: de 1356 a 1360, perdeu nove décimos de seu valor. Quanto à guerra inglesa, nunca deixou de, apesar da trégua de Bordéus, despertar em inúmeras escaramuças onde ninguém sabia realmente se os soldados ingleses trabalhavam para o seu rei ou se simplesmente tentavam viver no campo.

Eduardo III e João, o Bom, haviam recrutado todos os tipos de pessoas. A trégua deixou essas pessoas ali, sem nenhum outro meio de subsistência além de saques e nenhum outro entretenimento além da violência. Havia ingleses, mas também alemães, espanhóis, italianos. O exército navarro se misturava a ele, formado por bandos mais ou menos coordenados, tão díspares e ociosos quanto o do rei da Inglaterra.

De vez em quando, um capitão conduzia uma verdadeira cavalgada pelo país, sem pegar o inimigo na batalha, mas não sem devastar o campo e ameaçar as cidades. O ex-tecelão Robert Knolles foi assim da Bretanha para a Borgonha à frente de seu partido inglês, fazendo tremer o Vale do Loire, resgatando Auxerre, queimando cem aldeias e tantos priorados. Ele não negligenciou, entretanto, coroar suas realizações estando armado com um cavaleiro. Outro passeio por pouco não conseguiu levar Amiens. Os países do Basse-Sena estavam nas mãos da Navarra, cujas fortalezas bastavam para paralisar qualquer economia comercial. As raras tropas do regente não se saíram melhor: Arnaud de Cervole, que era chamado de arcipreste porque fora escrivão, minou as campanhas de Berry e Nivernais, saqueou Nevers e massacrou os notável. As populações voltariam a estremecer, vinte anos depois, com o anúncio de seu nome.

Na grande Aquitânia, era muito pior. Os ingleses anteciparam ansiosamente o tratado e se comportaram em Quercy e Limousin como se já estivessem em casa lá. Ninguém poderia disputar a terra com eles. A população entendeu que o Valois não era mais nada na Aquitânia. Cansados de não serem defendidos e de ver os ingleses queimarem a safra, os

camponeses muitas vezes decidiram pagar às empresas inglesas o direito de cultivar e de colher.

O regente Charles demorou alguns meses para retomar a iniciativa. Ele encontrou algum dinheiro, reuniu tropas, conseguiu capitães mais sérios que o arcipreste. Mouton de Blainville - seu nome era o verdadeiro Jean de Mauquenchy, Sire de Blainville - foi liderar uma expedição em sua Normandia natal que tocou Graville e Saint-Valery-sur-Somme. Velho soldado de Jean le Bon, Le Baudrain de la Heuse voltou ao serviço na região de Rouen e dificultou a vida dos ingleses até que o fizeram prisioneiro. Com uma pequena tropa de quinze cavaleiros, Jean de Vienne, futuro almirante da França, levou uma vida difícil semelhante à de Navarra na Borgonha. O bretão Bertrand du Guesclin, capitão de Pontorson e Mont-Saint-Michel desde 1357, assumiu o comando na região de Melun. Em 1360, ele se tornaria estandarte de cavaleiro e tenente do rei nos condados de Alençon, Mans e Angers.

Como os anglo-navarros haviam dominado o país, eles tiveram tempo para se tornar impopulares. A população, portanto, contribuiu, no geral, para as tropas reais que estavam recuperando uma posição no norte do reino. No cerco de Saint-Valery, vimos as milícias de Amiens, Arras, Abbeville, Boulogne, Rouen e até Tournai reforçando o exército do regente. Os burgueses de Rouen desempenharam um papel decisivo na recuperação de Longueville, os de Caen na limpeza do campo em seu bairro, por muito tempo dominado por fortalezas anglo-navarras como a de Creully.

Em Troyes, vimos o bispo dirigindo a reação francesa da burguesia. Em Reims, onde o arcebispo Jean de Craon não deixava de ter certeza, os habitantes conseguiram mantê-lo afastado da defesa da cidade como a do castelo. Então, para mostrar sua determinação, o Rémois foi levar Roucy em nome do rei da França.

Como no passado os senhores feudais, as cidades se uniram para expulsar o inimigo juntas. Reims, Châlons, Rethel estabeleceram assim uma verdadeira rede de ajuda mútua, vigilância combinada da região plana, revivificação da vida econômica.

O maravilhoso foi adicionado a ela quando os camponeses uniram suas proezas ao gesto de luta contra os ingleses. Foi então popularizada por seis séculos de imagens patrióticas, a história do “Grand Ferré”, cujos ingênuos contadores de histórias rapidamente fizeram um compromisso entre o Hércules romano e o patriarca Jacó lutando com o Anjo.

Isso aconteceu em Longueil-Sainte-Marie, perto de Creil, no coração do país criado pelos Jacques um ano antes. Com a concordância do abade de Compiègne, seu senhor, cerca de duzentos camponeses de Longueil e da vizinhança fortificaram o feudo e se entrincheiraram ali por medo dos homens de armas, de qualquer nação que fossem. Seu capitão era um camponês chamado Guillaume L'Aloue. Seu tenente era uma espécie de gigante de aldeia, com costas fortes e braços de aço, chamado Grand Ferré. Além disso, o

melhor homem do mundo, não muito inteligente, mas muito disciplinado. Ele era modesto. Elogiamos sua honestidade. Um modelo de virtudes camponesas.

Sua integridade natural não foi à toa em sua reputação. Enquanto os nobres lucravam financeiramente com seus prisioneiros resgatando-os por sua fortuna, o Grand Ferré nem por um momento pensou em monetizar sua coragem. Seus inimigos, ele os matou, simplesmente. E o não menos honesto carmelita Jean de Venette a maravilhar-se com a contagem dos ingleses que Grand Ferré despachou sozinho, machado na mão. Um machado que um homem normal mal conseguia levantar ao nível do ombro com as duas mãos. ,

O raciocínio dos bravos camponeses de Longueil-Sainte-Marie e arredores era muito simples, e era praticamente o que se dizia uns aos outros, sem muita referência patriótica, todos aqueles que mais ou menos se armavam contra os ingleses neste ano 1359:

Vamos vender caro nossas vidas. Caso contrário, essas pessoas vão nos matar sem piedade.

Os ingleses estavam se iludindo quando pensaram que poderiam facilmente ocupar o feudo e fazer os vilões fugirem dele. O que eles viram foi um lugar fortificado pronto, abastecido com todos os suprimentos necessários. A surpresa deles foi grande: os camponeses deram as boas-vindas aos homens de guerra de machado na mão, e o Grand Ferré espalhou dezoito no chão por conta própria.

A sua esgrima era muito simples e tudo devia à técnica agrícola: grandes golpes oblíquos à altura da cabeça, "como se debulhassem o trigo com um mangual".

Para completar a lição, ele matou o porta-estandarte inglês e devolveu a bandeira aos assaltantes com o mínimo de meios possíveis: jogou-a na vala onde os fugitivos se debatiam.

Repugnados e, além disso, incomodados, os ingleses não se consideraram derrotados: voltaram com força no dia seguinte. Como havia mais deles, Ferré aproveitou o argumento para matar mais. Alguns se renderam; repelido o ataque, os aldeões completaram o caso decapitando os prisioneiros. Não tínhamos um carrasco; o Grand Ferré empunhou seu machado novamente.

Estava quente. O exercício alterou nosso homem. Ele matou sua sede com grandes golpes de água fria. Muito legal: ele está febril. Ele voltou para sua aldeia, Ribécourt, e deitou-se com o machado ao alcance.

Os ingleses sabiam que ele estava doente e aproveitaram a chance. Por precaução, eram doze. Mas a esposa do gigante os viu a tempo: “Aqui estão os ingleses. Na minha opinião, eles estão procurando por você. O que você está fazendo ? Os ingleses ficaram surpresos ao se ouvirem apostrofados assim que entraram no pátio: "Bando de ladrões. Você vem e me leva na minha cama! "

O Grand Ferré estava de costas para a parede. Os ingleses hesitaram. De repente, o suposto paciente se jogou sobre eles. Paralisados de terror, os ingleses rolaram no chão, uma cabeça e um braço a menos. Os sete que fugiram fugiram muito tempo.

A história termina aí. O Grand Ferré voltou a deitar-se, mas voltou a sentir sede. Eles trouxeram para ele uma tigela grande de água gelada. Ele morreu de febre alguns dias depois, tendo recebido os sacramentos com devoção. O país inteiro chorou.

Enquanto ele viveu, os ingleses não teriam voltado para a região.

Estamos lá no meio do maravilhoso. É Roland dividindo a "pedra bise", e é Godefroy de Bouillon dividindo o infiel e seu camelo em dois. Se fosse apenas uma notícia de tempos de guerra, sem dúvida amplificada e cristalizada em torno da imagem de um homem extraordinário, a história de Grand Ferré mereceria o esquecimento discreto de heroísmos obscuros. Mas é, para os contemporâneos que certamente o compreenderam muito mal, como para os historiadores que o vêem, o sinal de novas mentalidades. Assim como dois séculos antes os senhores feudais, os povos das cidades, os do campo se organizaram para garantir sua própria segurança. O Grand Ferré já teria sido personagem da época em que nasceram os primeiros municípios. Mas é pelas razões da sua luta - e da sua glória póstuma - uma nova cor, que é nacional.

Não vamos brincar com as palavras. Ferré matou os ingleses porque os via como os piores bandidos, não porque fossem ingleses. Mas é como inglês que a lenda imediata define as vítimas do gigante. E porque, para muitos, os bandidos eram ingleses, odiamos os ingleses. Naqueles anos em que o rei João definhava em Londres e quando tudo sugeria que o reino perderia algumas de suas províncias mais ricas, o povo da França se ressentia dos ingleses devassos que se preocupavam com Eduardo III e um incômodo apenas para aqueles cuja eficiência tática havia esmagado o exército do rei da França.

OS PRELIMINARES DE LONDRES.

A guerra - oficial, por assim dizer - recomeçava, no entanto, na medida dos meios que os Estados Gerais de maio-junho de 1359 acabavam de dar ao regente.

Este opta por terminar primeiro com a Navarra, por um lado porque o cativeiro do rei complicou o caso franco-inglês, depois porque era urgente retomar Melun, de quem era Carlos o Mau. estava garantido e poderia facilmente travar contra Paris. As três rainhas da casa de Évreux-Navarre estavam lá em segurança: a viúva de Carlos IV, a de Filipe VI e a esposa de Carlos o Mau. Melun poderia, portanto, ser uma boa captura para o golfinho. O cerco começou em 18 de junho de 1359.

Não fomos muito mais longe. O rei de Navarra soube que seu aliado inglês não servira de forma alguma aos interesses de Navarra durante as primeiras negociações em Londres. Por sua vez, o regente acabava de rejeitar as cláusulas desse primeiro tratado, negociou o melhor que pôde em Londres e sabia que sua recusa poderia significar o recomeço da guerra. Os dois príncipes concordaram, portanto, em acabar com isso antes de uma invasão inglesa que Carlos, o Mal, não queria mais, pois entendia que os ingleses não compartilhariam a conquista.

O tratado concluído em Mantes, e confirmado em agosto em Pontoise, deu ao rei de Navarra várias satisfações territoriais e prometeu-lhe uma forte indenização. Mas Carlos, o Mau, jurou, em troca, "trabalhar com todas as suas forças pela defesa do reino da França".

A reconciliação era uma fachada. Mal estabelecido no Louvre, onde era hóspede do Delfim, o rei de Navarra voltou a conspirar com os sobreviventes do partido de Etienne Marcel. Suas tropas surpreenderam o castelo de Clermont-sur-Oise. Seu povo se recusou a devolver Melun ao regente. Os dois príncipes continuaram a se observar. Talvez a paz tenha sido restaurada entre eles, mas a confiança não.

Enquanto Paris estava inquieta novamente e o delfim estava tentando acabar com a Navarra, Jean le Bon estava matando o tempo. Foi devidamente abastecido com vinho de Bordéus. Nós o deixamos festejar. Ele havia feito uma entrada solene de Londres para Westminster em seu cavalo branco, flanqueado por um Príncipe Negro tão encantado quanto respeitoso. A multidão admirou a presença do rei da França.

A mansão Savoy, na estrada de Londres a Westminster, depois o Castelo de Windsor, o Castelo de Hertford e finalmente o Castelo de Somerton eram prisões douradas. O rei João vivia ali, desde maio de 1357, em liberdade quase total, e se divertia o melhor que podia com sua comitiva. Ele recebeu seus amigos. Ele até deu a ceia ao rei e à rainha da Inglaterra. Ele estava lendo. Ele estava indo caçar. Seu lugar foi marcado na galeria do torneio.

Havia uma justificativa para tantas liberdades: o rei da França era conhecido por ser um homem de honra. Ele era um prisioneiro, um prisioneiro que permaneceria na Inglaterra, lealmente, até a conclusão do tratado, cujas cláusulas estavam sendo ativamente negociadas.

Jean le Bon podia não estar no fundo de uma masmorra, ele estava pronto para fazer muitas concessões para voltar a Paris. Ele escreveu isso sem maquiar seus súditos: era melhor amputar o reino do que perpetuar o cativeiro real. A ideia de que seus súditos teriam de sangrar por seu resgate, ou de que o trabalho paciente de dez gerações de reis da França seria arruinado, de forma alguma impediu que o egoísta e glorioso vencido de Poitiers dormisse. Ao lutar bravamente, ele cumpriu seu dever. Seus homens fariam o deles, libertando-o. E não havia necessidade de pensar em "recuperá-lo pela guerra": tal tentativa determinaria, acima de tudo, os ingleses a conduzi-lo a uma prisão mais distante e cruel.

O ponto de vista do delfim Charles e seu conselho era bem diferente. Não havia muita pressa: a trégua imposta depois de Poitiers pelos legados de Inocêncio VI demorou dois anos - até o outono de 1358 - para chegar a um acordo com os ingleses sobre os termos de paz. O regente e seus conselheiros queriam libertar o rei, mas não a qualquer custo para o reino. Para dar dinheiro pelo resgate da pessoa real, é claro. Mas ele tinha menos certeza de que a derrota teria de ser paga com terras, ou mesmo com partes inteiras da soberania desmembradas.

Depois de Crécy, ninguém pensou em negociar. Depois de Poitiers, era necessário tratar porque era necessário devolver ao rei sua liberdade. Poitiers teria sido uma catástrofe menor se Jean le Bon tivesse morrido em sua derrota. Carlos V aprenderá que o lugar do rei não está no auge da luta.

Em sua recusa de tratar a qualquer custo, o regente foi apoiado pelos "reformadores" e em particular pelos parisienses, que viram com preocupação as consequências políticas do novo pacifismo de Jean le Bon. A "boa paz" desejada pelo rei seria paga por cessões territoriais e nenhum costume proibia a Coroa de subscrevê-las. A nação não tinha voz sobre isso. Mas o fim da guerra significaria também o fim do imposto, e esses grandes burgueses que conseguiam fazer cair sobre a massa do povo o peso da tributação viam especialmente no fim do imposto o fim do consentimento. tributar: isto é, o fim dos Estados Gerais. Hostis à ajuda financeira enquanto lhes parecesse um fardo e enquanto essa hostilidade fosse um meio de pressão sobre o governo, já não o eram quando a ajuda financeira era o meio. para colocar este governo sob supervisão.

Foi em setembro de 1357 que os embaixadores de Eduardo III, João o Bom e o Regente Carlos se reuniram em Londres na presença dos legados papais. Os franceses esperavam o pior. Em abril de 1354, enquanto o Papa ainda esperava acabar com a guerra sem fim - na Bretanha, na Normandia - sem esperar um confronto direto entre os dois soberanos, Eduardo III fez suas reivindicações: ele queria tudo antigo Império dos Plantagenetas, tal como se constituiu no auge.

Ele precisava da Normandia, Maine, Anjou, Touraine, Poitou, Aquitânia e tudo isso em plena soberania. Ele não pretendia prestar qualquer tipo de homenagem a Valois. Ele não queria dever lealdade a seu primo na França. Podemos ver qual teria sido o resultado de tal divisão, pois Eduardo era, por outro lado, Rei da Inglaterra, enquanto João, o Bom, não tinha outra coisa senão seu reino e, de fato, o Delfim. Diante do Plantagenêt, o Valois teria sido um rei muito pequeno.

Se os franceses cedessem, Eduardo III poderia muito bem abandonar qualquer reivindicação à coroa da França. Seria uma piada. A coroa de Valois não teria mais grande significado político.

Para ter paz, e para que o adversário deixasse finalmente de reivindicar a sucessão dos Capetianos, Jean le Bon pensou, por algum tempo, em aceitar? Mesmo assim, na presença

do Papa, em Avignon, os plenipotenciários franceses recusaram as condições que haviam aceito ou fingiam aceitar alguns meses antes.

Essas exigências de 1354 são suficientes para iluminar o alívio dos franceses quando ouviram em Londres as reivindicações do vencedor de Poitiers. Além de um resgate de quatro milhões de ecus pela pessoa do rei e dos outros presos, Eduardo III exigia, em plena soberania, a ex-grande Aquitânia, com Limousin, Quercy, Rouergue e Bigorre. Mas ele não falava mais das províncias ao norte de Poitou. Ele não disse uma palavra da Normandia como Anjou.

Em troca do que, isto é, em troca de um terço do reino da França, o Plantagenêt cedeu seus direitos à coroa da França. Jean le Bon descobriu que a derrota precisava ser paga a um preço razoável e que o essencial estava seguro. Afinal, a aposta era a mesma que em outras circunstâncias, quando os reis da França confiscaram o grande feudo da Aquitânia dos descendentes de Eleanor. O rei da França queria privar o duque de seu ducado. O duque vitorioso privou o rei de sua homenagem.

Parecia tão normal que os legados papais, julgando o caso encerrado, deixaram a Inglaterra e foram para Avignon para relatar seu sucesso.

Eduardo III percebeu rapidamente que havia sido muito modesto na vitória. Como deveria, por outro lado, influenciar a decisão do Papa em um delicado assunto de nomeação episcopal, propositalmente adiou a conclusão do tratado definitivo, que poderia ser selado nas bases aceitas em Londres em janeiro de 1358. Quando soube que o delfim não era mais senhor de sua capital, quando soube da ascensão do rei de Navarra na escala da importância política, quando conheceu a insurreição parisiense e Jacquerie, o rei de A Inglaterra achava que a moderação não era mais necessária.

Os primeiros pagamentos do resgate foram atrasados, enquanto a França esperava para saber o preço exato para começar a pagar. Esse atraso foi suficiente para que Eduardo III justificasse o questionamento das condições do acordo. Para completar, ele piorou repentinamente os termos da detenção do rei vencido. João, o Bom, viu-se muito vigiado na Torre de Londres. O tempo dos torneios acabou. Metade dos criados tiveram de ser mandados de volta para a França. O rei João pode temer acabar em alguma masmorra.

Ao mesmo tempo, Edouard se dava bem com Charles, o Mau. O Tratado Anglo-Navarro de 1º de agosto de 1358 é um verdadeiro plano de partição do reino de Valois.

No dia anterior, na Porte Saint-Antoine, a maré da história havia mudado. Mas não se percebeu imediatamente, em Londres, o significado da restauração política realizada em poucas horas pelos partidários do golfinho. João, o Bom, estava disposto a aceitar qualquer coisa para não morrer na prisão. Os legados não estavam mais lá para garantir a justiça e os enviados do delfim não estavam mais lá para garantir que apenas o possível fosse aceito. Em 24 de março de 1359, o rei João concordou com um tratado que recordava, na dura

realidade da derrota, as opiniões que haviam sido consideradas quiméricas durante as negociações de 1354.

De Calais a Navarra, o reino da França perdeu toda a sua fachada marítima para o Plantagenêt. Não havia apenas, da Aquitânia à Normandia, toda a antiga herança de Henri II Plantagenêt e Ricardo Coração de Leão. Havia a costa da Picardia, o condado de Guines e o de Boulogne, a suserania da Bretanha. Todas as portas passaram para o vencedor. A França dos Valois encontraria-se, como a dos primeiros Capetianos, sem a menor porta no Canal ou no Atlântico. Rouen, Tours e Poitiers não estariam mais na França.

O tratado estipulava que discutiríamos os assuntos do rei de Navarra, bem como os da Escócia e de Flandres, antes do próximo solstício de verão. Havia uma boa chance de que o Navarra aproveitasse a oportunidade para recuperar Champagne de sua avó Jeanne.

O Valois, portanto, se veria reduzido à misericórdia, em uma capital de obediência incerta e em um domínio real cuja artéria vital, o Sena, levaria a um reino estrangeiro. O tratado que João, o Bom aceitou, estava arruinando o reino da flor-de-lis. Além disso, ele ficou com pouca ilusão. No texto preparado para ratificações, Eduardo III se contentava com o título de rei da Inglaterra, mas João foi designado apenas como "o rei da França".

Edward havia julgado mal os tempos. À medida que endurecia sua posição para aproveitar a fraqueza do regente, este subia a encosta. Carlos teve a audácia de convocar os Estados Gerais para submeter o tratado a eles. Ele obteve uma declaração de que "o tratado não era passável nem viável". E os estados a ordenar que uma boa guerra seja travada contra os ingleses. Eduardo III soube ao mesmo tempo que a França repudiava o que seu rei havia aceitado e que os estados acabavam de votar o subsídio com o qual um exército logo estaria a pé. Deixando John the Good em Londres, o delfim e sua família estavam de fato se preparando para negar Poitiers e retomar a guerra. O rei da França dificilmente poderia alimentar ilusões sobre a estima que se fazia em Paris de sua presença.

EDWARD'S RIDING VAINE III.

Estávamos no meio de um paradoxo. Tendo derrotado o rei da França, Eduardo III teria que lutar contra o regente, e isso para fazer aceitar as consequências de sua derrota por um reino já muito consciente de sua unidade para suportar um desmembramento. O rei da Inglaterra havia pedido demais. Agora ele tinha que dar um passo para trás ou lutar novamente. Em 28 de outubro de 1359, ele desembarcou em Calais como no desfile. O vencedor de Poitiers, o Príncipe Negro, estava ao seu lado. O duque Jean de Lancastre, quarto filho do rei, os havia precedido por um mês e já estava causando grandes estragos no campo da Picardia.

A esta nova tentativa do inglês, o regente Carlos opôs-se às mesmas táticas que tão bem o sucederam no ano anterior contra a Navarra e contra Étienne Marcel. Ele deixou o tempo correr. Ele manteve suas fortalezas firmemente, garantido que Eduardo III não cometeria o erro de se arruinar em um longo cerco. Calais bastou. O campo foi deliberadamente sacrificado; os camponeses tinham, na passagem do inimigo, apenas o recurso de se refugiarem na cidade vizinha, que no castelo da aldeia.

Foi uma boa viagem, mas uma viagem inútil em uma terra vazia. Edward, na verdade, não tinha meios para tomar uma cidade. Um mês inútil de espera diante das muralhas de Reims - de 4 de dezembro a 11 de janeiro de 1360 - é o suficiente para assegurá-lo. A metrópole de Champagne teve um excelente recinto, concluído desde o verão anterior. O capitão da cidade era um cavaleiro de alta linhagem, Gaucher de Châtillon, neto do condestável de Philippe IV e seus filhos. Ele havia feito todos os arranjos, mandou murar três dos portões, sacrificou a fortaleza vizinha de Porte-Mars, dobrou as valas, arrasou algumas casas adjacentes às paredes e teria facilitado a aproximação de possíveis sapadores.

Enquanto a maior parte do exército inglês perdia seu tempo no cerco de Reims, pequenos destacamentos conquistavam vitórias bastante fáceis na região. Assim, uma tropa foi tomar Cormicy, o castelo dos arcebispos de Reims, no qual trinta homens enfrentaram os ingleses por duas semanas. Outra tropa invadiu o vale superior do Aisne e de lá alcançou o Argonne. Seu líder era ninguém menos que este Eustache d'Auberchicourt, capturado nos primeiros minutos da batalha de Poitiers e libertado no auge da batalha; foi um homem sábio que pôs a mão, em Attigny, em três mil tonéis de champanhe e se tornou uma celebridade em todo o exército inglês, alterado, apesar do inverno, por um mês de vista das paredes de Reims.

Edward III tinha perdido seu negócio. Depois de Artois, Thiérache e Champagne, ele foi explorar a Borgonha. Ele realmente tinha pensado em receber a unção na catedral da coroação? Ele não parece. A resistência do Rémois, em todo caso, privou-o de toda ilusão. Ele ainda tinha que alimentar seu exército.

Philippe de Rouvre, duque da Borgonha, não foi de forma alguma tentado pela guerra. Nós tratamos. O duque prometeu aos ingleses tudo o que eles queriam, pagou o resgate e escapou impune. A louca cavalgada se voltou para Beauce.

Os franceses começaram a atacar um rei da Inglaterra que estava desperdiçando suas forças liderando uma corte inútil pela França. Pois Eduardo viera em grandes flechas, e as boas pessoas ficaram maravilhadas ao ver, em uma procissão de carroças de duas léguas de comprimento, barcos leves de couro fervido para pesca em lagoas, bem como moinhos manuais e fornos portáteis. para fazer pão. Essa equipe causou uma grande impressão, mas não avançou na solução do conflito. Em sua busca vã de combate, Eduardo III estava exausto.

Primavera chegou. Os ingleses estavam cansados. Muitos soldados se dispersaram. Os que permaneceram ficaram inativos na semana da Páscoa perto de Montlhéry. A festa foi triste. Eduardo III tentou, sem muita convicção, terminar como um cavaleiro: avançou à vista de Paris, ao lado de Notre-Dame-des-Champs, e pediu o "dia da batalha". O silêncio respondeu a ele. Se ele não estava lá, ele simplesmente tinha que ir. Uma violenta tempestade subjugou novamente o exército inglês, que se debateu na lama e perdeu seus famosos vagões sob as chuvas.

Más notícias vinham da Inglaterra nessa época. Uma flotilha francesa tocou Sussex e desembarcou uma tropa que tomou Winchelsea, algumas léguas de Hastings, onde Guilherme, o Conquistador, uma vez esmagou os anglo-saxões do rei Harold. O caso não foi dramático, mas foi o suficiente para despertar más lembranças e alimentar novas preocupações. Além disso, o regente estava lidando com os escoceses, e nada de bom poderia acontecer dessa forma para Edward. Claro, os atacantes de Winchelsea embarcaram assim que cometeram seu delito, mas eles zombaram da Inglaterra, e Eduardo III sabia que ele foi criticado em seu reino por perder seu tempo de boa vontade no continente.

Para não lutar contra a cavalgada inglesa, o Dauphin Charles começou a forjar uma reputação de invencibilidade que deixaria, alguns anos depois, para Bertrand du Guesclin, que se tornou o estrategista desta guerra surpreendente onde os mais fortes s 'use para não ser capaz de lutar.

O rei da Inglaterra cedeu. Ele aceitou as novas ofertas de mediação dos legados papais. O regente Charles também não estava infeliz, pois as cidades superlotadas eram tantos focos potenciais de insurreição e o descontentamento crescia com as dificuldades de abastecimento. Privado de peixes do mar na Quaresma, Paris murmurou: carne era proibida e tenca, barbo e lúcio do Sena e das valas não eram para os modestos bolsos. O vinho chegou mal. O preço do pão estava subindo. Além disso, as notícias da região plana não eram boas. Os ingleses da Normandia multiplicaram, muitas vezes com sucesso, os ataques contra as fortalezas reais, e uma tropa inglesa veio, não muito longe de Paris, para ocupar a de Isle-Adam. De Paris, às vezes era possível ver a coluna de fumaça que sugeria que uma vila estava em chamas. O inimigo saqueou Vaugirard, Vanves, Issy.

O sol estava envolvido. A primavera foi particularmente quente, e os vinicultores de Suresnes ou Chaillot, refugiados em Paris, lamentaram, pensando que a seiva estava subindo muito cedo e que as videiras não podiam mais ser podadas.

O TRATADO DE BRÉTIGNY.

A conferência de paz foi aberta em 1 de maio em Bretigny, perto de Chartres. O Padre de Cluny Androin de la Roche preside, em representação de Inocêncio VI. John of Lancaster - John of Ghent - chefiou a delegação inglesa; ele era conhecido por ser um homem de conciliação. Alguns grandes capitães também estavam lá: Warwick, Salisbury, Chandos, Grailly, menos pacifistas, sem dúvida, mas realistas. Eles podiam ver que essa guerra em que ninguém lutou não iria terminar em nada.

O regente havia nomeado seus representantes. Os homens de guerra estavam lá apenas pela forma: Jean Le Maingre, um dos marechais da França, que se autodenominava Boucicaut, e alguns grandes barões como Tancarville ou Montmorency. Acima de tudo, havia juristas, clérigos, burgueses. O advogado do rei Jean des Marès estava presente e notamos a presença de Jean Maillart, o arquiteto da queda inesperada de Etienne Marcel. É o bispo de Beauvais Jean de Dormans, chanceler da Normandia e um dos conselheiros do Delfim, duque da Normandia, que, ladeado por seu irmão Guillaume, conduz as negociações para a França.

Nós concordamos rapidamente. Em 7 de maio, uma trégua foi concluída. Em 8 de maio, chegou-se a um acordo sobre os trinta e nove artigos de um tratado que foi redigido na forma diplomática de uma carta do regente Charles proposta para ratificação pelo rei John. Em outras palavras, o Tratado de Brétigny não encerrou nem a guerra nem a disputa, mas alcançou um equilíbrio de demandas mutuamente aceitáveis.

Antes da reunião de Brétigny, os ingleses tiveram a oportunidade de avaliar o que era aceitável para seus adversários. Durante uma primeira conferência, em 3 de abril, em Longjumeau, os franceses se separaram assim que se tratou de manter o Plantagenêt com o título de rei da França. Uma semana depois, o legado falhou novamente em face da mesma exigência. No final de abril, Eduardo III e o Príncipe Negro sabiam que tinham de ceder nesse ponto.

O Tratado de Brétigny é, de fato, menos desfavorável a Valois do que as preliminares de Londres. Certamente, e isso é o mais grave, ainda se trata de um Estado soberano desmembrado do reino da França. Mas ficamos com a grande Aquitânia definida em 1358. Anjou e a Normandia permanecem com o rei da França. Os ingleses estão satisfeitos com algumas cabeças de ponte ao norte do Loire: Ponthieu, o condado de Guines e a maioria das pequenas cidades costeiras ao redor de Calais e Gravelines. Por mais perigosas que sejam essas cessões, elas não atingem nem o isolamento do reino da França nem a ruína do domínio real. E não paralisam a rede navegável do Sena e seus afluentes.

De quatro milhões de coroas para as quais foi estimado um ano antes, o resgate do rei João desce para três milhões, duas coroas contadas como um “nobre de ouro” inglês. Seiscentas mil coroas são pagáveis em Calais, dentro de quatro meses da transferência do

rei para Calais, quatrocentas mil coroas serão pagas em Londres um ano depois, o restante será contado em cinco anuidades de quatrocentas mil coroas. Tudo estará assegurado: na Aquitânia pela entrega imediata de certas fortalezas, em Calais pelos reféns.

Um refém não é necessariamente um prisioneiro. É alguém cuja presença garante a execução de um tratado e, mais geralmente, de uma obrigação. Muitos jovens príncipes passaram assim, ao longo da Idade Média, boa parte da infância como reféns, o que quer dizer que foram criados na corte de um príncipe estrangeiro, como símbolo de amizade ou simplesmente de não beligerância. Mas o refém é um convidado, e quem o recebe compromete a sua honra como convidado. A vida do refém, é claro, não está minimamente ameaçada. Mas há reféns e reféns, e vemos alguns tratados melhor do que outros. Também há alguns que têm mais dificuldade em suportar a distância e a relativa ausência de liberdade.

Em qualquer caso, os ingleses fizeram a escolha mais sábia. A lista de reféns não inclui menos de quarenta e um príncipes e altos barões. Existem o irmão do rei e três filhos, o duque de Bourbon, o delfim de Auvergne, os condes de Saint-Pol, Vaudémont, Forez, Ponthieu, Blois, Alençon, Harcourt , Eu, Porcien, Sancerre, Valentinois e muitos outros. O marechal Audrehem, levado em Poitiers, também está. Para tomar todo o baronnage francês como refém para seu rei, é jogar habilmente a lei feudal, que obriga o vassalo a expor sua pessoa pela vida, liberdade e honra de seu senhor. É brincar habilmente com a ética cavalheiresca, o que prova que esses vassalos, que se poderia pensar que não conseguiram salvar o rei de Poitiers, estão errados. Mas é também, e talvez acima de tudo, uma manobra política supremamente inteligente. Porque a lista de reféns realmente decapita a nobreza da França até o pagamento integral do resgate.

Boas cidades não são menos afetadas. Quatro burgueses de Paris são mantidos como reféns, bem como dois burgueses de cada uma das nove principais cidades do reino, ou o que restará delas: Saint-Omer, Arras, Amiens, Beauvais, Lille, Douai, Tournai, Reims, Châlons, Troyes, Chartres, Toulouse, Lyon, Orléans, Compiègne, Rouen, Caen, Tours, Bourges.

Esses reféns podem ser uma garantia financeira para o vencedor. Eles são, acima de tudo, uma promessa política e militar.

Os territórios cedidos devem ser devolvidos ao rei da Inglaterra em plena soberania. O que significa que a Aquitânia não fará mais parte do reino da França. Mas é estipulado o prazo de um ano para esta entrega, que deve ser acompanhada de certas formalidades legais, sob pena das populações não saberem que mudaram de soberano.

Prestará fiança ao referido Rei da Inglaterra e a todos os seus herdeiros e sucessores, e levará neles todas as honras, obediências, homenagens, ligeances, vassalos, feudos, serviços, reconhecimentos, juramentos, direitos, mãe *e todos os tipos de altas e baixas jurisdições, salvaguardas, senhorios e soberanias.*

A cessão, o preço da derrota do reino, e o resgate, o preço da captura do rei, eram, portanto, duas coisas muito distintas. O inglês podia exigir o pagamento de parte do resgate antes de libertar o rei da França, não a cessão dos territórios, que só pagava a paz, ou seja, a satisfação do vencedor. O que expressou essa satisfação foi sua renúncia a todas as outras demandas. Em uma palavra, a Aquitânia compensou o abandono definitivo dos possíveis direitos do Plantagenêt sobre a coroa de seu avô Philippe le Bel.

Enquanto o regente - e então o rei Carlos V - desconsiderou essa renúncia, esse contentamento e, portanto, essa paz, o lucro da vitória de Poitiers foi reduzido para os ingleses ao resgate do rei John.

No entanto, todos os esforços foram feitos para acelerar o processo. A vontade do golfinho era primeiro libertar o rei de seu pai. Então veríamos. O acordo foi alcançado em 8 de maio. No dia 10, Jean des Mares o leu publicamente para o Delfim, na presença do Conselho, o novo reitor dos mercadores Jean Culdoë e uma delegação da burguesia parisiense. A cena aconteceu no hotel parisiense dos arcebispos de Sens - Paris não foi sede do arcebispo até 1622 - que, alguns anos depois, seria integrado ao hotel Saint-Paul do rei Carlos V.

Entramos na capela, onde o arcebispo Guillaume de Melun celebrou a missa do Espírito Santo. *Cantou o Agnus Dei* , o regente subiu ao altar, estendeu a mão sobre a hóstia consagrada, colocou a outra mão sobre o missal aberto.

Seis cavaleiros ingleses estavam parados ali perto. Eles verificaram se não estávamos trapaceando. Muitos juramentos foram violados impunemente por terem sido feitos com muita facilidade em relicários vazios ou em livros profanos que substituíam o Evangelho ...

O texto do juramento fora providenciado em Brétigny. Charles leu em voz alta. Um sargento de armas parou na janela e gritou que a paz estava feita. Todos pegaram a estrada para Notre-Dame, onde o Te Deum era cantado.

No dia seguinte, o regente conduziu os seis ingleses à Sainte-Chapelle, mostrou-lhes as relíquias da Paixão, ofereceu-lhes um magnífico jantar e ofereceu a cada um um cavalo premiado. Seis cavaleiros franceses - três estandartes, três cavaleiros solteiros - acompanharam os ingleses de volta a Louviers, onde encontraram o Príncipe Negro. Lá, na igreja de Notre-Dame, em 15 de maio, o filho mais velho do rei da Inglaterra fez o que o filho mais velho do rei da França havia feito em Paris. Eduardo III reservou-se para a ratificação final, com João o Bom.

Agora que estávamos de acordo, era necessário libertar o perdedor de Poitiers. Carlos tributou cada diocese, forçou o imposto nas províncias do sul; pensava-se que o Norte havia sido muito mal administrado pela guerra para que se pudesse esperar muito. O povo do Sul não aceitou este raciocínio.

No início de julho de 1360, o regente informou aos ingleses que estava em condições de pagar dois terços da primeira prestação. E enviar, sob boa escolta, as quatrocentas mil coroas a Saint-Omer, onde foram colocadas em segurança nos cofres da abadia de Saint-Bertin. Antecipando o pagamento, Jean le Bon chegou a Calais. Eduardo III decidiu ser generoso: as quatrocentas mil coroas seriam suficientes por enquanto.

Paradoxalmente, era mais difícil entregar as promessas do que encontrar o dinheiro, ou pelo menos parte dele. Muitos barões enviaram moralidade vassálica a todos os demônios: eles não tinham necessidade de ir a Londres no lugar do rei. Cidades fortes protestaram, como La Rochelle:

Era mais caro ser reduzido a cada ano pela metade de suas posses do que estar nas mãos dos ingleses.

Nem é preciso dizer que os Rochelais sem dúvida teriam respondido de outra maneira se alguém tivesse pensado em reduzi-los em cinquenta por cento. Mas a sorte de La Rochelle era ser o porto atlântico do rei da França quando Bordéus estava no rei da Inglaterra. Demorou seis meses para fazer a cidade ceder.

O TRATADO DE CALAIS.

Em 24 de outubro, no entanto, um tratado em forma solene encerrou a guerra. Os dois reis foram reunidos em Calais. O delfim também, e o Príncipe Negro, que governaria a nova Aquitânia.

Na última quinzena, eles haviam banquetes e multiplicado declarações de amor fraterno. Por via das dúvidas, Eduardo III prometeu se reconciliar com o conde de Flandres, Jean le Bon assegurou que faria as pazes com Navarra.

Eles juraram manter a paz. Lá estavam os conselheiros dos dois reis, as duas cortes. Muitos motivos ocultos. Edouard ofereceu um último e luxuoso banquete entre todos. Ele anunciou que o número de reféns seria reduzido.

Jean le Bon deixou Calais no dia seguinte. Chegou a Saint-Omer, onde jogavam, depois a Hesdin, onde se encarregou de reorganizar o hotel real. Por Amiens, Noyon, Compiègne e Senlis, ele fez o seu caminho para Paris, aproveitando ao máximo sua liberdade recém-descoberta para ser aclamado. Na verdade, os súditos ficaram muito felizes em ver seu rei e não se perguntaram naquele momento o que isso lhes custava.

Em 13 de dezembro, sob um dossel de tecido de ouro, o rei da França fez a mesma entrada em sua capital que teria feito, vitorioso.

As ruas e a grande ponte por onde passou eram animadas, e era uma fonte, além da porta de Saint-Denis, que dava vinho em abundância como se fosse água.

Quando o tratado final foi redigido, os conselheiros do Delfim haviam obtido algumas alterações no Tratado de Brétigny. Acomodações estilísticas simples, às vezes, essas mudanças envolviam apenas uma restrição importante com a qual os ingleses parecem ter concordado prontamente. A entrega das seigneuries cedidas pelo rei da França ocorreria nas formas normais do feudalismo tradicional, e nenhuma alusão seria feita à soberania. A própria palavra soberania, que aparecia em três artigos do Tratado de Brétigny, desapareceu do Tratado de Calais.

Por outro lado, ficou acertado que as renúncias seriam trocadas perante Saint-André do ano seguinte - antes de 30 de novembro de 1361 - ou seja, um mês após o prazo estipulado para as cessões territoriais. Para estarem totalmente de acordo, os atos foram previamente redigidos. João, o Bom, renunciou a todos os seus direitos, incluindo a soberania, sobre os territórios cedidos. Eduardo III fez o mesmo para os territórios que o tratado deixou em Valois. Em outras palavras, os franceses cederam a soberania sobre a Aquitânia, os ingleses renunciaram à coroa da França.

O golfinho - é ele, são seus conselheiros? - teve aqui a capacidade de distinguir o efémero e o perpétuo: a posse de um feudo e a soberania. Cedeu na hora pelo direito de posse, sabendo que tinha um prazo para transferir a realidade dessa posse: a transferência só poderia ser feita na hora, porque a lei feudal exigia a entrega de um material, não um ato jurídico distante. Um procurador teve de ir e colocar na posse, seigneury por seigneury, o procurador do novo possuidor. Durante esse tempo, nada que tocasse a soberania foi cedido.

O regente permitiu que a propriedade fosse amputada. Ele não conseguiu evitar. Mas, afinal, o domínio real há muito havia desaparecido da Aquitânia. Quanto ao reino, ele não o eliminou com um visconde. O irreparável só viria mais tarde, após um trabalho interminável de feudistas e geômetras. Foi um ano de ganhos antes da divisão do reino. A diplomacia da procrastinação sucedeu à estratégia da procrastinação.

Aqueles que trabalharam pela paz colheram rapidamente os benefícios. O legado Androin de la Roche, abade de Cluny durante dez anos, recebeu o chapéu cardinalício no ano seguinte: os dois reis juntos o pediram. O chanceler da Normandia, Jean de Dormans, seria chanceler da França e, então, cardeal. Seu irmão Guillaume iria sucedê-lo na chancelaria.

O Papa, por sua vez, viu finalmente concretizada esta grande amizade dos príncipes cristãos para a qual, desde Bonifácio VIII, a Santa Sé e seus legados nunca deixaram de trabalhar. A hora da Cruzada pode parecer ter chegado. Decididamente não muito bom em olhar as realidades mais próximas no rosto, Jean le Bon decidiu que a primeira iniciativa que ele teve que tomar neste reino encontrado após quatro anos de ausência foi a “passagem d'Outre-Mer”. Em vez de se encarregar da recuperação de um país arruinado e de pensar que a derrota dos reformadores e a aniquilação dos Jacques não haviam

resolvido nenhum dos problemas colocados antes da derrota, o rei da França pensou em ser investido por Inocêncio VI como capitão-geral da cristandade no caminho para a tumba de Cristo. Em agosto de 1362, ele partiu de Paris para Avignon. Quando ele chegou a esta cidade em novembro, Urbain V havia sido coroado por duas semanas.

Jean le Bon deve ter tomado a margem esquerda do Saône e do Rhône, pela única razão de ser na terra do império. O reino não era seguro o suficiente. Outro rei pode ter percebido que o fato indicava outra ordem de prioridades.

O rei passou o inverno em Villeneuve-lès-Avignon - portanto no reino, na margem direita, em frente à cidade dos papas - e multiplicou os bons modos e as negociações infrutíferas. Na primavera, vimos a chegada do Rei de Chipre, Pierre de Lusignan, que veio em busca de ajuda. João, o Bom, o fez comemorar.

Muito se falou sobre a Cruzada. Na Sexta-feira Santa, o rei da França foi nomeado capitão-geral. Em seguida, ele fez um abundante suprimento de privilégios e indulgências canônicos e retomou a estrada para Paris. Lusignan juntou-se a ele lá. Aqui, novamente, a celebração foi memorável.

Não se poderia nem mesmo dizer que essas perspectivas de cruzada geraram decimes favoráveis ao tesouro real. Urbano V conhecia a miséria do clero. A renda do arcebispo estava tão arruinada quanto a dos mais modestos capelães rurais. O papa fora abade de Saint-Victor de Marselha e não se esqueceu da dilapidação de seus priorados. Em 27 de fevereiro de 1363, ele concedeu aos benefícios eclesiásticos da maior parte do norte da França uma redução fixa do imposto com base no qual o montante do décimo foi calculado. Enquanto João Bom pedia um decime, o Papa quebrou a imposição de um trigésimo decreto de seu antecessor.

Quando o rei da França finalmente assumiu o firme compromisso de partir para a Terra Santa, Urbano V concedeu-lhe um décimo por seis anos. Mas era para ser tributado à taxa reduzida. E o Papa especificou que os bispos eram responsáveis por criá-lo: eles cuidariam do uso que fosse feito dele. O rei foi pego em sua armadilha. A cruzada não lhe rendeu um centavo.

Os comissários Plantagenêt gradualmente tomaram posse dos territórios cedidos. Por motivos obscuros, a operação só havia começado em agosto de 1361, portanto, com grande atraso. Talvez tenha simplesmente levado alguns meses para preparar os arquivos. No outono, muitos vassalos já haviam prestado homenagem aos advogados de seu novo mestre e muitas cidades já haviam feito seu juramento de lealdade. Os oficiais do rei da França entregaram as chaves das portas e dos cofres, dos registros de impostos e dos títulos de estado sem contratante. A ordem foi dada em janeiro aos senescais de Saintonge, Poitou e Limousin, Quercy e Périgord, Agenais, Angoumois, Bigorre e Rouergue, bem como seus administradores:

Bocejar e entregar ao povo de nosso referido irmão (o Rei da Inglaterra) tendo neste poder, sempre que necessário for ou um de vocês, todos os livros, cadernos, papéis, registros, contas, cartas e cartas que tem você ou em outro lugar, onde você pode ter e saber, sobre terras, senhorios, domínios, soberanias e receitas.

Ao mesmo tempo, dois enviados de Eduardo III receberam em Paris vinte e seis livros de contas, devolvidos à Corte pelos oficiais das Senechaussees transferidos entre a época de Philippe le Bel e a de Jean le Bon. O mais antigo era o de Saintonge no ano de 1291.

Vinte e seis contas pela gestão de sete senechaussees durante três quartos de século: o povo do rei da França zombou dos ingleses ...

No entanto, apesar da oposição de alguns barões e de algumas cidades, aconselhados a pechinchar sua aceitação ou preocupados por não ter mais qualquer possibilidade de apelar ao rei da França contra a arbitrariedade previsível do Plantagenêt, a operação de transferência tocou seu termo na primavera de 1362. Mas, ao fazê-lo, a data prevista em Calais para a troca de isenções foi perdida.

Seguro de sua força, Eduardo III não demonstrou nenhuma preocupação a esse respeito. Ele não podia imaginar que o vencido do dia anterior pudesse pensar em fazer essas transferências de outra forma que não em plena soberania. As coisas foram feitas no terreno. Nós os celebraríamos mais tarde. Os promotores ingleses receberam as terras cedidas e ninguém prestou homenagem por essas terras ao rei da França. A soberania parecia resultar da ausência de homenagem.

Eduardo III estava muito seguro de si. Este é um dos raros erros graves deste grande reinado. O rei da Inglaterra e seus conselheiros também simplesmente viam o reino como uma pirâmide feudal, que o feudal controle do rei - desde Guilherme, o Conquistador - sobre seu reino inglês era desculpado.

Carlos V e seus juristas, mais familiarizados com as distinções entre o status das terras privadas e os conceitos de soberania, facilmente se convencerão de que um senhor que não presta homenagem é talvez um alleutier - aquele que não "mantém" o seu. bem de ninguém - mas não é, portanto, um soberano. O sul da França era, de fato, povoado por esses alleutiers que não eram vassalos de ninguém, mas que eram súditos do rei da França.

O rei João, o Dauphin Charles e seus conselheiros criaram conscientemente essa ambigüidade? Eles, com a duplicidade de juristas de visão longa, jogaram com a fiscalização e a suficiência de Plantagenêt? Acreditar no acaso, que teria assim preparado as subseqüentes finasseries dos advogados de Carlos V, seria pura ingenuidade. Nada menos do que acreditar em uma presciência extraordinária de Carlos V estabelecendo, mesmo antes de seu advento, a situação tenebrosa em que sua astúcia desenvolverá sofismas. Provavelmente tudo tem a sua parte, neste inverno de 1361-1362: a imprudência do inglês que deixa o tempo passar, a resistência das populações que não tem pressa em ver os oficiais do Príncipe Negro se instalarem no lugar de D. João, o silêncio

calculado dos franceses que têm o cuidado de não enfatizar a vantagem que se pode tirar da imprecisão jurídica que se estabelece ...

Por enquanto, Eduardo III concordou em tirar proveito das dificuldades financeiras de seu antigo adversário e ainda devedor. O imposto estabelecido para o pagamento do resgate em dezembro de 1360 acabou sendo de menor rendimento do que o governo de João, o Bom, esperava. A insegurança das rotas econômicas arruinou o imposto sobre transações comerciais em grande escala, a regressão demográfica reduziu a proporção de um imposto sobre o vinho e a fraude - que não era controlada por uma administração ainda embrionária - introduziu no sistema tributário muitos de perdas de capital e número de lucros ilícitos.

Quem disse demora no resgate disse prolongamento do cativeiro dos reféns. Embora a vida material ali fosse digna de sua posição, os príncipes estavam entediados em Londres e a burguesia custava caro às suas cidades. Reims gastou 1250 ecus por ano para manter os seus dois reféns. Soissons, Saint-Quentin, Compiègne, Chauny e Nesles uniram forças para pagar o deles. Sem duvidar por um momento de que a França aprovou a transação, os reféns fizeram um novo tratado com a Inglaterra em novembro de 1362. Eles simplesmente prometeram, além de todos os tipos de pagamentos imediatos e cessões imediatas já estipuladas em Calais, o penhor de quase todos os Berry. Sabíamos que Jean le Bon estava bem e que o Dauphin estava impotente. Enquanto aguardava a ratificação do novo tratado, Eduardo III transferiu seus reféns para Calais. O Berry contra príncipes e burgueses perfeitamente inúteis em Londres, o ganho era óbvio.

Foi então que o rei da Inglaterra manifestou uma demanda completamente inesperada e surpreendentemente moderna. Ele queria que este "tratado de reféns" fosse ratificado pelos Estados Gerais do Reino da França.

Já em Brétigny e Calais, o rei da França teve que se comprometer para que o tratado fosse jurado:

para ser mantida e mantida pelos prelados, quando eles fazem os juramentos de fidelidade, e os líderes da igreja de nosso reino, por nossos filhos, por nosso irmão o duque de Orleans, por nossos primos e outros vizinhos de nosso sangue, por os pares da França, pelos duques, condes, barões e grandes senhores, pelos prefeitos, jurados, vereadores e cônsules e universidades ou comunas de nosso reino, e por nossos oficiais na criação de seus cargos.

No entanto, em 1360, era apenas uma questão de jurar que o tratado seria aplicado. O juramento foi feito por cada um em seu a posteriori. Um juramento reconhecível, pode-se dizer, e que também deve ser reiterado:

E o dito juramento será renovado de cinco para cinco anos, para ficar mais nova memória.

Em 1363, ao contrário, era uma ratificação na forma jurídica, pela nação em corpo. Sem esta ratificação, o tratado não seria. Eduardo III queria envolver os representantes dos contribuintes de forma mais apreciável no assunto do resgate? Ele queria torná-lo um assunto de Estado, enquanto até então era apenas uma questão de vassalos preocupados com a liberdade de seu senhor? Ele queria lembrar os franceses de sua derrota?

A menos que, sentindo o que iria acontecer, Edouard estivesse simplesmente jogando a política do pior. Talvez o fim da demanda de intervenção estatal tenha sido deixar o bom papel para o rei da Inglaterra sozinho, pronto para acomodar, e o mau papel para os franceses, rei e povo unidos no mesmo esquecimento. exilados. O fato é que, apesar da opinião favorável do rei João, e seguindo a óbvia relutância do Delfim e de seus parentes a esse respeito, os estados reunidos em Amiens em outubro de 1363 rejeitaram o tratado. A libertação de alguns príncipes, barões e burgueses não valia Berry.

Por onze meses, os reféns acreditaram nessa libertação iminente. Eles foram trazidos de volta de Londres para Calais, onde levaram uma vida excelente. Eles aprenderam o fim de suas esperanças. Sem dúvida, eles seriam mandados de volta para a Inglaterra e em uma condição mais triste. O jovem Louis de Anjou - futuro rei de Nápoles - pediu permissão para peregrinar a Notre-Dame de Boulogne. Por uma questão de devoção, ele encontrou sua esposa em Boulogne, a quem não via há dois anos e meio. Ele fugiu com ela. O golfinho juntou-se a eles, tentou argumentar com o irmão. Foi em vão.

A culpa contra a honra era óbvia. Em Calais, a consternação reinou. O cativeiro não deixou de piorar durante a noite. Quanto a Eduardo III, que estava em Londres, ele não estava louco. Ele escreveu uma carta ao infrator:

Você manchou a honra de sua linhagem!

O chefe da linhagem era o rei. Jean le Bon não deixou que isso fosse dito duas vezes. Ele nomeou o Dauphin Charles como regente e, em janeiro de 1364, chegou a Londres para tomar o lugar de seu filho como refém. Observe a distinção: a honra não exigia que João Bom voltasse para sua própria prisão, porque os reféns garantiam o tratado, não a única liberdade do rei. Mas a honra exigia que o chefe da linhagem assumisse as falhas de sua família.

Eduardo III teve a elegância de receber o rei da França como da primeira vez. Ele o celebrou, hospedou-o no solar de Savoy. A oportunidade era boa para uma nova negociação, e o inglês sem dúvida pensou em substituir as cláusulas financeiras do tratado - cláusulas obviamente inaplicáveis - por cessões territoriais mais facilmente realizáveis e, a longo prazo, mais favoráveis ao vencedor.

A morte do rei João em 8 de abril de 1364 fez com que esse avatar - teria sido o sexto - abortasse as consequências de Poitiers.

Um funeral solene foi feito para o primo da França em Saint-Paul, em Londres. A decência o impôs. Política também: é preciso lembrar que em Londres sabíamos o valor de um rei da França. Pois a obrigação avassaladora feita ao reino da França de pagar o resgate de seu valente soberano não foi de forma alguma extinta com a morte do cativo. Se ele tivesse morrido enquanto estava prisioneiro por sua própria conta - que foi de 1356 a 1360 - que João, o Bom, ao morrer, privou o rei da Inglaterra de todo resgate. Resgatamos a liberdade de uma pessoa viva, não o direito de transportar um cadáver. Mas John the Good tinha sido libertado. O lugar que ocupava em Londres não era dele, mas de refém para pedir resgate. E Louis d'Anjou estava vivo e bem ...

Situação extraordinária: Jean prometeu na prisão o pagamento de sua própria libertação, quatro anos antes! Com morte ou não na prisão, em 1364, o rei capturado em Poitiers havia sido libertado a crédito em 1360. A França teria que continuar pagando.

CAPÍTULO X

O tempo das empresas

Carlos V tinha muitos negócios para ignorar que em sua ascensão o reino estava exangue, o domínio real arruinado, a Coroa pouco menos instável do que nos dias de Etienne Marcel. Pelo menos Charles já estava à frente do governo: exatamente desde que o rei John partiu para Londres. O regente tornou-se rei, portanto, sabia o que tinha que fazer: pôr fim aos conflitos internos do reino, acabar com os soldados despedidos de Poitiers, restaurar suas finanças e sua autoridade.

Pensava, a partir desse momento, em reconquistar o que o Tratado de Calais acabava de consagrar? É improvável, pelo menos por enquanto. O fraco Valois só podia se dar ao luxo de renunciar. Mas ele evitou o pior, no que diz respeito às preliminares em Londres, e atrasou, sem realmente procurar, o gesto irreversível que teria sido a troca de renúncias, aqueles atos pelos quais o rei da França teve de abandonar qualquer idéia. soberania sobre a Guiana, no entanto, que o rei da Inglaterra teve que renunciar a qualquer reivindicação sobre a herança dos Capetianos.

Dois casos obscureceram o horizonte político da geração anterior: a guerra na Bretanha e a rebelião de Carlos, o Mau. A reorganização do reino da França começou aí.

O TRATADO DE GUÉRANDE.

Os ingleses controlaram a Bretanha e a colocaram em uma seção regulamentada, sem demonstrar a menor preocupação com os interesses de seu protegido, o duque Jean IV, filho de Jean de Montfort e Joana de Flandres. Em 1356, Lancaster veio sitiar Rennes, pensando assim em acabar com o domínio do partido Blois - em outras palavras dos franceses - sobre o leste da Bretanha. A guarnição resistiu. Lancaster queria se consolar ali por ter perdido sua conexão no Loire com o Príncipe Negro - sabemos que ele não foi capaz de cruzar as pontes - e se viu ainda mais casado. O inverno passou. O inglês ergueu o assento.

Entre os cavaleiros que se destacaram na defesa de Rennes, notamos Bertrand du Guesclin. Um cavaleiro já conhecido por sua bravura e eficiência, um homem de experiência, tal era então o filho de Robert du Guesclin, Senhor de Broons, um pequeno feudo localizado no Rance, não muito longe de Dinan. Robert não era rico o suficiente para

garantir a fortuna de seus dez filhos, não era pobre o suficiente para realmente parecer um soldado aventureiro. Bertrand fizera da guerra sua profissão, mas era tanto por gosto quanto por necessidade. Um lutador em sua infância, brutal em sua meia-idade, ele foi atraído para o combate e seus lucros. Bertrand du Guesclin não era daqueles nobres de bochechas abatidas que se alistavam para não morrer de fome, mas sabia que o feudo paterno, herdado em 1353, só lhe oferecia uma mediocridade mal dourada para o futuro. Armado no ano seguinte pelo senhor de Caen Eustache des Mares, ele esperou trinta e cinco anos para usar as esporas de ouro - ou de ouro - dos cavaleiros. Claro, muitos nobres não podiam mais fazer isso e permaneceram escudeiros por toda a vida. Mas ele foi apelidado de cavaleiro aos quinze anos.

Du Guesclin estava em Rennes na companhia do capitão de Pontorson, a quem iria suceder, aliás. Desde o início da guerra, ele fora constantemente encontrado nas fileiras do partido de Blois; foi muito natural que ele passou ao serviço do rei da França. Ele serviu na Normandia, voltou para a Bretanha, voltou para a Normandia.

Na Bretanha, os ingleses se contentaram em manter suas posições. Para ambos parecia que nunca sairíamos disso.

O jovem duque João IV chegou da Inglaterra com uma mente muito nova. Criado na corte Plantageneta, ele aprendera a odiar seu protetor; ele pensou em chegar a um entendimento com Charles de Blois. Paz contra a divisão da Bretanha, ambos os príncipes estavam prontos para aceitar. Jeanne de Penthiévre se rebelou: ela não lutou por isso. Agora a herdeira era ela. Charles de Blois fez uma reverência. João IV foi rejeitado no campo inglês.

A guerra recomeçou para valer em 1363. Charles de Blois obteve algumas vitórias, em grande parte graças a Du Guesclin, que nesse ínterim se tornara um estandarte de cavaleiro. Ele tentou continuar a luta quando Du Guesclin venceu a Normandia para enfrentar o perigo de Navarra. Em vão, ele sitiou Bécherel. Ele parou aí. Uma nova negociação foi aberta na Évran. Uma segunda vez, Jeanne de Penthièvre frustrou qualquer acordo.

A iniciativa passou para João IV. Em agosto de 1364, auxiliado por John Chandos, o conselheiro militar do Príncipe Negro, e pelo capitão Robert Knolles, ele sitiou Auray. Charles de Blois chamou de volta Du Guesclin e tentou limpar a cidade. A batalha travada em 29 de setembro se transformou em um desastre. João IV soube dar sua reserva no último momento, o que perturbou a festa do rei da França. Charles de Blois permaneceu morto no campo de batalha. Olivier de Clisson ficou cego com uma lança. Du Guesclin teve que se render com apenas um pedaço de espada em suas mãos. Aquele que passará pelo modelo da cavalaria dos novos tempos - enquanto esperava por Bayard - foi preso pela terceira vez.

Quando soube que era viúva e que sua causa estava perdida, Jeanne de Penthièvre desabou. Carlos V assumiu o controle: era para compor. O Tratado de Guérande (12 de abril de 1365) consagrou a vitória do partido de Montfort: João IV foi reconhecido como duque da Bretanha pelo rei da França, a quem prestou homenagem. Na ausência de um herdeiro, ele deixaria a Bretanha para os descendentes de Jeanne de Penthièvre, que também manteve Penthièvre e Limoges, que lhe veio de sua mãe. A orgulhosa princesa resistiu por vinte e três anos antes de deixar escapar a sucessão de seu avô e de seu tio João III.

Um falso vencido aparece na história: Charles V. É o candidato dos ingleses que vence, e seu primo de Blois lutou por nada. Mas a Bretanha será homenageada; ela mora no reino. Numa época em que a Aquitânia talvez saia da soberania real, a Bretanha está firmemente ancorada lá. João IV pode muito bem recusar a homenagem a Liege - a homenagem prioritária - que seria politicamente vinculativa, e ele pode muito bem, quando veio a Paris em dezembro de 1366, apenas prestar a homenagem simples que o deixa livre de suas alianças, Carlos V ganhou o essencial. O rei tem um vassalo incerto, mas gosta o suficiente da paz para saber como evitar a imprudência. É melhor do que a secessão.

Ao aceitar o Tratado de Guérande, o Rei da França assinala outro ponto, contra os contendores da sua coroa: está de facto estipulado que o herdeiro masculino, seja qual for o seu grau de parentesco, prevalecerá doravante para o Ducado de Brittany em qualquer herdeira. Isso consagra o fracasso de Jeanne de Penthièvre, portanto, o fracasso do rei, mas sem acrescentar nada a uma falha patente em qualquer caso. Por outro lado, tal cláusula consolida a introdução da masculinidade na lei de herança. Depois de Poitou e da França, Bretanha: Robert d'Artois nasceu muito cedo.

O caso da Bretanha infelizmente não acabou. O tratado havia resolvido a sucessão de Jean III, sem convencer Jeanne de Penthièvre, que já pensava nos direitos de seu filho Henri. Mas ele não acalmou as tensões nascidas, na própria Bretanha, de um conflito para o qual duas gerações haviam usado suas forças.

A PATRIMÓNIO DE BORGONHA.

Enquanto marcava pontos na Bretanha sem aparentar estar, o Valois estava fazendo excelentes negócios na Borgonha, pelo menos por enquanto. Duque desde 1349, Philippe de Rouvre morrera em 21 de novembro de 1361, aos quinze anos, varrido pela segunda grande epidemia de peste. Agora ele era o último da longa dinastia de duques de um filho mais novo de Roberto, o Piedoso. Philippe de Rouvre era capetiano e sempre se considerou como tal. No Conselho do Rei, o partido da Borgonha freqüentemente desempenhava o papel principal, especialmente na época do Rei Filipe VI e do Duque Eudes IV. A morte do

último duque Capetian, portanto, abriu um risco um tanto esquecido: ver a Borgonha mudar para o Império.

O legado foi notável. Para o Ducado da Borgonha de seu avô Eudes IV, Philippe de Rouvre juntou-se aos condados de Borgonha - Franche-Comté - e Artois que sua mãe Jeanne teve de seus próprios ancestrais Othon de Bourgogne e Mahaut d'Artois. Só isso já merecia um interesse na sucessão do jovem duque. Mas sua jovem viúva não merecia o menor interesse: Marguerite era a filha e única herdeira do último conde de Flandres da casa de Dampierre, que havia, ao longo dos anos e através de casamentos, habilmente unido a Flandres os condados de Nevers e Rethel. O conde Louis de Male mantinha com firmeza, por enquanto, a herança flamenga, mas sua filha agora era viúva. Fazia muito tempo que não víamos uma festa tão bonita.

O caso aconteceu em duas etapas. Assim que soube da morte de Philippe de Rouvre, Jean le Bon pôs a mão no Ducal Borgonha. Um rápido exame da genealogia capetiana permitiu afirmar que o rei da França era o parente mais próximo. Não era filho de Joana da Borgonha, irmã do grande Eudes IV? Não havia necessidade de mais.

Enquanto na Borgonha os oficiais já comprometidos com a causa Valois mantiveram a notícia da morte em segredo e encheram os redutos em caso de um conflito que o bretão anterior temia, o rei mandou publicar cartas patenteadas unificando o ducado ao domínio real "por direito de proximidade, não por motivo da Coroa". João o Bom não entendeu, ele herdou. Os borgonheses descobriram que tinham um novo duque e que ele era o rei da França.

O conde de Tancarville foi despachado para organizar a apreensão e Nicolas Braque juntou-se a ele para zelar pelos assuntos financeiros. Arnaud de Cervole e sua empresa vieram para garantir a ordem; não havia necessidade de mostrar sua força. Burgundy permaneceu calmo. Em 23 de dezembro, João, o Bom, pôde fazer sua entrada solene ali.

Foi então necessário lançar um pouco de lastro. O rei era talvez o parente mais próximo do Ducal Burgundy, não Artois ou Comtale Burgundy. Para levar muito, ele arriscou perder tudo. Artois e Comté foram oferecidos à tia-avó materna do duque Philippe, ou seja, a Marguerite da França, descendente de Othon IV e Mahaut. Ela se casou com um conde de Flandres e era avó desta Margarida de Flandres que já pensava em se casar novamente. Em suma, passamos para Marguerite de Flandre, já cobiçada por sua herança flamenga, parte da herança borgonhesa.

Isso era arriscado: tudo dependia de duas viúvas que poderiam virar a mesa casando-se novamente contra os interesses do rei da França.

Foi então que João, o Bom, travou relações com seu cunhado, o imperador Carlos IV de Luxemburgo. Um ano se passou desde a morte de Philippe de Rouvre, e Marguerite ainda não tinha prestado homenagem ao imperador; em janeiro de 1363, por ato secreto, conferiu a investidura do condado ao terceiro filho do rei da França, Philippe, até então

duque de Touraine. Era o jovem de Poitiers - "Pai, cuidado ..." - e ele logo seria chamado de "o Ousado". Marguerite continuou cavalgando, mas estávamos nos preparando para o futuro.

Este mesmo Philippe de Touraine chegou em junho de 1363 como tenente do rei em Dijon. Três meses depois, seu pai o nomeou duque da Borgonha.

Mais uma vez, foi considerado oportuno não revelar a manobra tão cedo. Os borgonheses sabiam que a neutralidade de seu duque os havia preservado, no inverno do cerco de Reims, de serem saqueados pelas tropas inglesas. Eles também podiam ter a ideia de que a receita real seria mais pesada do que a dos duques. Por isso, mantivemos a notícia em segredo por algum tempo. Nessa política de "laissez-faire" muito distante do comportamento do impetuoso Jean le Bon, é possível vislumbrar a crescente influência, no governo real, do que viria a ser Carlos V.

O rei de Navarra demorou alguns meses para reagir. Seus direitos não podiam, em caso algum, anular os de Valois. Claro, ele imediatamente expressou seu interesse na sucessão da Borgonha, então ele teve tempo para se preparar. Quando ele pediu uma investigação, quando apelou da sentença do Tribunal de Pares, ficou claro que ele estava procurando uma briga. Em vão o papa, solicitado por

A BORGONHA

Jean le Bon, durante sua estada em Avignon, ofereceu uma mediação que a Navarra recusou sem dar qualquer razão. Por outro lado, o vimos em Bordéus, onde falou com o Príncipe Negro. Quando soubemos que o capitão navarro Sancho Lopiz - o Sanson Lopin de Breteuil - iria se reunir em Bordeaux com os ingleses, entendemos que a guerra estava se formando.

Contra seu primo Valois, Carlos, o Mau, começou a construir uma rede de alianças. Em agosto de 1364, ele fez as pazes com o rei Pedro IV de Aragão e pagou por sua paz na Espanha com promessas feitas às custas do rei da França. Aragão teria o Bas-Languedoc, os senechaussees de Beaucaire e Carcassonne. Mesmo assim, o rei de Navarra enviou seu irmão Luís para lutar ao lado dos castelhanos contra Aragão. Louis foi feito prisioneiro; a paz com Aragão foi comprometida no caso.

Ao mesmo tempo, para tomar o Ducado da Borgonha pela retaguarda, Carlos, o Mau, encorajou a formação de um partido de Navarra no Condado. Prevendo uma guerra na Borgonha, ele recrutou novas tropas, incluindo empresas já famosas, como a de Seguin de Badefol ou a de Bertucat d'Albret.

A Borgonha era apenas um pretexto. Carlos, o Mau, não escondeu seu jogo: ele tinha sua bandeira bordada com as armas da França - não de Evreux - e de Navarra. Íamos acertar velhas contas novamente, as de 1316 e 1328.

COCHEREL.

O dauphin Charles acabava de assumir a regência quando o rei John partiu para a Inglaterra. Ele decretou o confisco dos bens de Navarra. Ele também recrutou tropas. Ele os confiou a Bertrand du Guesclin, nomeado capitão-geral na Normandia.

Desde as brigas da aldeia e as façanhas do cerco de Rennes, Du Guesclin havia se tornado um mestre na arte de liderar. Não apenas um estrategista inteligente, mas um líder. Bom conhecedor de soldados, ele os recrutava com discernimento. Ele cuidava da distribuição do vinho e também do pagamento do salário. Ele poupou o sangue de seus homens, o que não o impediu de ironicamente com cinismo quando, para fazê-lo renunciar a um ataque, o duque de Lancastrian mencionou antes dele a perda de vidas humanas:

Bom para os sobreviventes. Sua parte na herança será ainda mais bonita.

Para o inimigo vencido, Bertrand du Guesclin não tem misericórdia. Se ele é um lutador - e os patifes de sua aldeia sabem algo sobre isso - a destreza não o interessa. O estratagema e a finta fazem parte do seu arsenal e ele não o esconde, sob o risco de discordar do "mais pudico e valente dos cavaleiros" da época de Jean le Bon, este Geoffroy de Charny cujo o Livro de *Cavalaria* codificado por duas gerações de honra no feito das armas.

Ele é pouco inclinado à diplomacia, sutileza política, nuances. Em sua fidelidade, ele está inteiro. Preso na rede de proteções que o ajudou em sua ascensão e que se chama Carlos da Espanha, Louis d'Anjou, Arnoul d'Audrehem, Charles de Blois, Du Guesclin naturalmente se encontrou do lado do Dauphin Charles, contra tudo o que atinge Navarre e seus aliados. Diante dos barões do partido de Navarra enredados em tantas contradições políticas e compromissos contraditórios - o Delfim contra o Rei, Étienne Marcel contra o Delfim, o Delfim contra o Jacques - Du Guesclin tinha apenas uma ideia: vencer o Navarra, os ingleses e o Montfort. Homem de armas de profissão, por assim dizer, não é de modo algum um mercenário pronto a servir quem o paga. Ele tem apenas um mestre: o Valois.

Uma coisa é confiscar os bens dos Navarra, outra é tomá-los. Em abril de 1364, Bertrand du Guesclin recebeu ordens para tomar sem aviso as fortalezas graças às quais Charles le Mauvais, conde de Évreux, controlava o Sena: Mantes, Meulan, Vétheuil e Rosny foram tomados em uma semana, o estratagema tomando o lugar de carneiro. Uma emboscada, um ataque relâmpago contra pessoas que mal sabem que estão em guerra, uma mão amiga

quando a porta se abre para deixar uma carroça passar, e voila. Carlos V - ele se torna rei na mesma semana - agora tem sua liberdade de movimento.

Poucos dias depois, chegou à Normandia o exército formado em Navarra - e também na Gasconha, para que se fale sempre do "inglês" de Cocherel - por Carlos, o Mau, que assumiu o pretexto de uma provável guerra com os 'Aragão vai aumentar novos impostos em seu reino dos Pirineus. Há mil homens lá, talvez mais. No final de abril de 1364, eles estavam nas margens do Sena.

À sua frente, Jean de Grailly, captal de Buch: um dos maiores senhores Gascon, até então vassalo e fiel capitão dos Plantagenetas. Ninguém pode estar errado, mesmo que os verdadeiros ingleses estejam ausentes de Cocherel - como eles estariam lá, quando a paz fosse feita? - a presença do captal de Buch estabelece um elo entre a guerra franco-inglesa e o conflito franco-navarro.

O captal não é um mercenário como Arnaud de Cervole ou Seguin de Badefol. Ele não está mais à venda do que seu inimigo do dia, Bertrand du Guesclin. O captalado de Buch é uma das mais antigas fortalezas da Gasconha. Jean de Grailly é neto de uma princesa da casa de Foix. Por meio dela, ele descende de Robert d'Artois; é primo do conde de Foix Gaston Phébus, grande caçador e estudioso, modelo de virtudes cavalheirescas e príncipe à beira da independência soberana. Ele também se casou com uma Albret, irmã desse Arnaud Amanieu d'Albret, cuja política reflete um desejo feroz de autonomia.

Quando esses homens fazem guerra, mesmo que o jogo da lealdade vassala e da clientela estabelecida os envolva em um acampamento e em um partido, é em seu próprio nome que lutam. Não é à toa que os encontramos um dia aqui, um dia ali, sem contradição política, mas sem a menor continuidade nacional. Jean de Grailly não é francês nem inglês, ele é o captal de Buch.

Suas reações são compatíveis com sua linhagem. Nós o vimos no Marché de Meaux cobrando a burguesia e os Jacques para libertar o delfim. Ter estado ao lado do Príncipe Negro em Poitiers não o incomodava de forma alguma. Nesse ínterim, ele cumpriu seu dever como cavaleiro cristão na cruzada prussiana, ao lado de seu primo de Foix.

A guerra inglesa acabou. O captal prestou serviço como vassalo gascão do Plantagenêt até o fim. Agora é paz, e ele não é homem para deixar suas armas em repouso voluntariamente. Para se manter ocupado e também para reconstruir suas finanças, ele serviu a Aragão, depois voltou para o rei de Navarra; este lhe pagou bem - seis mil florins, além de mil coroas de renda - e deu-lhe boas terras.

Quanto ao rei da Inglaterra, ele deixou estar. O Príncipe Negro até deu uma mão, sem muito sucesso, ao recrutamento de alguns outros notáveis gascões. A Paz de Calais proíbe o Plantagenêt de buscar outra briga com seu primo Valois, mas de forma alguma impede os vassalos da Guiana de se engajarem a título pessoal no exército de Navarra. Se o caso não foi muito longe, é porque os barões gascões se sentem muito mais inclinados para o

rei da França desde que Poitiers fortaleceu a autoridade de seu duque. O Príncipe Negro governa a Aquitânia e a torna um principado quase autônomo. A tranquilidade dos vassalos exige pelo menos um entendimento tácito com os mais fracos dos que se dizem senhores da Aquitânia. Muitos, portanto, rejeitaram as ofertas de emprego de Navarra. Alguns - como o inquieto Sir d'Albret - consideram apropriado alertar o regente Charles do que está acontecendo.

Em Paris, sabíamos muito bem o que esperar. Os captais de Buch foram embaixadores de Eduardo III em Brétigny, então nós o tínhamos visto, desde os primeiros dias do caso borgonhês, entre os plenipotenciários encarregados pelo rei de Navarra de protestar e reservar seus direitos. A coisa era óbvia: o exército navarro que ganhou a Normandia se pareceria em muitos aspectos com os conquistadores de Poitiers.

No início de maio, o captal fez sua junção, em direção a Évreux, com as tropas "Navarre" de toda a Normandia, Bretanha, Maine e até Berry. Mas faltavam muitos nomes na lista de chamada, e era possível sentir como a meia-volta do rei de Navarra havia entediado os barões normandos. Vimos muitos capitães encarregados de guardar um castelo de Navarra ou contratados por algum tempo com sua companhia de caminhoneiros. Mas o feudalismo normando estava de mau humor. O próprio Harcourt agora estava do lado dos Valois.

As coisas poderiam ter sido diferentes se Charles, o Mau, estivesse lá. Ele era conde de Évreux. Qualquer que seja sua linhagem, Jean de Grailly era um gascão.

O ataque de Du Guesclin ao Basse-Seine perturbou os dados da guerra. Os franceses haviam assumido a liderança, e o Navarra teve que perder tempo e arriscar um ataque reverso, e não mais contar com seus redutos de Mantes e Meulan. O captal teve que improvisar.

Também havia algo novo no fato de o rei da França ter morrido e um regente cujas fraquezas eram conhecidas foi sucedido por um rei que não sabia o que seria. Foi dada a oportunidade ao rei de Navarra de intervir quando, até então, os seus direitos nunca tinham sido realmente tomados em consideração: no momento da adesão à Coroa da França. Carlos, o Mau, nasceu tarde demais para o advento de 1328, e o de 1350 aconteceu facilmente. Em 1364, ele poderia aproveitar os constrangimentos dos Valois para questionar a sucessão, ou pelo menos para negociar a partir de uma posição de força uma compensação adequada para a família Évreux. Jean de Grailly não era um líder de bando, ele era um grande senhor ciente das questões dinásticas: ele colocou na cabeça para evitar a coroação.

João, o Bom, morreu em 8 de abril. Seus restos mortais foram transferidos para a França e seu funeral acabara de terminar. Em 7 de maio, pelo serviço de trinta, foi sepultado em Saint-Denis. Era hora de chegar a Reims. O captal de Buch não teve tempo a perder.

Du Guesclin não foi exceção. Ele tinha um forte exército no Sena, que ele sabiamente desvinculou do cerco de Rolleboise, uma pequena fortaleza na qual o caminhoneiro Jean Jouel e sua companhia foram presos. Jouel era completamente estranho ao conflito Franco-Navarro, mas sentia-se solidário com os inimigos do rei da França: juntou-se ao captal de Buch em Évreux. Durante esse tempo, Du Guesclin viu seu exército crescer. O capitão de Rouen, Mouton de Blainville, conseguiu o que Navarre e sua irmã, a rainha Blanche - a viúva de Philippe VI - ainda mantinham na margem direita: Gournay, Neufchâtel-en-Bray, Longueville. Em seguida, ele se aliou a Du Guesclin. Este também trouxe a companhia gascão de Amanieu de Pommiers, a companhia Comtoise de Jean de Vienne - o futuro almirante - e a companhia borgonhesa de Arnaud de Cervole, este clérigo do Perigord que fez profissão de lutar por quem o pagava e aquele chamado “o Arcipreste”.

O capitão de Buch segurou Evreux e Vernon. Du Guesclin enviou seu exército para Pont-de-l'Arche e se estabeleceu na margem esquerda do Eure. Grailly ocupou então a altura de Cocherel, deixando ao adversário a iniciativa do ataque. Assim já raciocinou o Príncipe Negro em Poitiers, nove anos antes.

Em Pamplona, Carlos, o Mau, manteve sua corte sem demonstrar a menor preocupação. A própria ideia de tirar o chefe de seu exército não lhe ocorrera. Não que ele tenha sido repentinamente atingido pela timidez, mas soubemos da queda de Mantes e Meulan após a partida das tropas para a Normandia, e o rei de Navarra pensou que seu exército, chegando tarde demais para impedir a queda das fortalezas , simplesmente teria que reconquistá-los.

Podemos nos surpreender ao ver Carlos, o Mau, enviar um exército tão forte sem parecer interessado nele. Na verdade, naquela época seus interesses estavam mais seriamente envolvidos no imbróglio espanhol do que nas margens do Sena. Navarre estava se aproximando de Aragão novamente. Na mente do rei, a ameaça castelhana prevaleceu por enquanto sobre a estaca normanda.

Em Cocherel, na manhã de 16 de maio de 1364, a batalha começou como o captal de Buch havia planejado, cujo pennon flutuava sobre um forte arbusto espinhoso, no topo do monte. Os franceses atacaram, com o grito de "Notre-Dame Guesclin!" », Grito com o qual os capitães haviam combinado no dia anterior. Não importa: Jean de Grailly pretendia dar-lhes tempo para desdobrar seu exército, a fim de ver com clareza.

A falha veio de Jean Jouel, ex-zagueiro de Rolleboise. Sem esperar pelas ordens do captal, ele atacou os atacantes. Os outros capitães o seguiram, apesar de um Grailly desconcertado, finalmente obrigado a seguir por sua vez aqueles que ele não podia mais conter.

O captal estava certo em ser cauteloso. A astúcia de Bertrand du Guesclin era conhecida por ele. Assim que os Navarreses iniciaram esse ataque inoportuno, os franceses faliram. Ao vê-los escapar assim, certos homens do captal se alegraram. A maioria achou que era

bom demais. Mas era tarde demais quando viram os duzentos homens de armas a cavalo, duzentos bretões frescos e prontos que Du Guesclin havia escondido em um bosque ao lado. O navarro havia acabado de passar por eles sem perceber. Eles agora ofereciam à manobra francesa um flanco desprotegido e reverso. Devolver uma carga de cavalaria é difícil: incapazes de resistir, os homens do captal entenderam que os fugitivos não. Preso entre o corpo principal do exército francês repentinamente imobilizado e o ataque de reversão liderado por um corpo de elite, os navarros não podiam ter ilusões sobre o resultado do combate.

O Captal de Buch foi o último a se render. Seu vencedor foi um bravo bretão chamado Thibaut du Pont, cuja fortuna começou naquele dia.

No futuro imediato, Carlos V triunfou. Esta foi de fato a opinião de Carlos, o Mau, que soube disso em Pamplona na noite de 24 de maio e decidiu naquela mesma noite preparar sua vingança.

Carlos V, ele soube de sua vitória ao se aproximar de Reims. No dia 19 de maio, a sagrada unção fez dele um verdadeiro rei, e o juramento de coroação o comprometeu a defender a fé: ele traçaria um argumento quatorze anos depois, na época do Cisma, para desempenhar um papel essencial na consolidação do Papa. Avignon.

Não havia tempo a perder. No dia 28, Carlos V e Jeanne de Bourbon fizeram sua entrada solene, um após o outro, em uma Paris adornada com mil cortinas e tapeçarias penduradas nas janelas da Grand Rue Saint-Antoine. Com pressa, sem dúvida, de retomar o governo, o rei havia precedido a procissão: entrou em Paris por volta do meio-dia, foi rapidamente rezar em Notre-Dame, depois chegou ao Palais de la Cité e pôs-se a trabalhar. Vestido de verde e branco - tentamos esquecer o vermelho e o azul - a burguesia o festejou ao longo de todo o percurso. À noite, a procissão da Rainha foi vista chegando, acompanhada por sua tia e suas cunhadas. O novo duque Philippe da Borgonha segurou o freio do cavalo real. Como na manhã, a procissão passou por Notre-Dame e chegou ao palácio. Houve um grande jantar. Os jogos ocuparam os próximos dois dias.

Não havia sombra no quadro. O rei do Chipre Pierre de Lusignan, que João Bom conhecera em Avignon, se destacou nos jogos. O bom burguês bebia pela saúde do rei e dançava porque era uma festa. Quem ainda pensava na velha aliança de parisienses e Navarra contra o delfim Carlos?

Entre os vencidos, não estávamos com boa aparência. Estavam os mortos, entre eles o impetuoso Jean Rouel. Havia os prisioneiros, Grailly em primeiro lugar, que teriam que se redimir. Carlos, o Mau, ajudou-os com seu tesouro.

Carlos V inaugurou seu reinado com um ato que soou a sentença de morte para as guerras feudais e que introduziu a noção restaurada do direito do estado no direito da guerra. Os prisioneiros franceses foram recusados - os gascões não são considerados como tais - o direito de resgate. Eles eram traidores: foram decapitados. Isso foi um lembrete da

diferença entre os tratamentos anteriormente reservados por Philippe le Bel para o inimigo inglês, tratado como um rei, e o conde de Flandres, tratado como um rebelde derrotado. Por um lado, foi reconciliação e casamento; para o outro, prisão.

A aspereza de Carlos V com os recrutas franceses do rei de Navarra significava o seguinte: a guerra privada pode ser um direito do cavaleiro, mas não há guerra privada contra o soberano.

A atitude dos barões foi, aliás, significativa, desde o início da campanha. Não havia mais um partido de Navarra. Em sua luta contra a coroa dos Valois, a casa de Évreux tinha acabado de perder.

Tudo isso não impediu que Carlos, o Mau, permanecesse poderosamente estabelecido na Normandia. Du Guesclin prolongou sua vitória de Cocherel ocupando alguns lugares - Conches, Bernay - e saqueando o condado de Mortain, depois removendo Carentan e Valognes do coração de Cotentin. Mas a maioria de suas fortalezas permaneceu em Navarrese. Ele manteve Breteuil e Orbec, Beaumont e Pont-Audemer. Ele manteve seu porto de Cherbourg, o que lhe garantiu o caminho livre para Bayonne e Navarra. Apesar de uma tentativa de cerco que foi rapidamente abandonada, sua capital resistiu: ele tinha Evreux.

As fortalezas de Navarra estavam novamente cheias de homens e comida. Pierre de Landiras substituiu seu primo, o captal, como o organizador da defesa. No final do ano, os efeitos militares da derrota foram compensados. Os navarros capturaram o forte Moulineaux, rio abaixo de Rouen, enquanto outros assumiram o controle do Cotentin. No Natal, Du Guesclin não guardava praticamente nada de suas conquistas da primavera.

Carlos V tinha a habilidade de não esperar até que a situação mudasse completamente antes de oferecer a seu primo um acordo aceitável. Charles le Mauvais sabia que Navarra não poderia mais financiar antes de uma guerra em que os contribuintes dos Pirenéus Ultramarinos se sentissem muito pouco preocupados. O inglês se absteve de intervir. O Captal de Buch estava com muita pressa de recuperar sua liberdade. Urbain V se envolveu muito apropriadamente. Resumindo, negociamos. Em março de 1365, o tratado foi concluído. Carlos, o Mau, viu-se confirmando a posse das propriedades normandas que não havia perdido ou que havia recuperado. Ele realmente perdeu apenas Mantes e Meulan - as fechaduras do bloqueio, as fortalezas estratégicas cuja transferência para o rei libertou a capital por muito tempo - e o condado de Longueville, um dos mais ricos seigneuries do Pays de Caux. O grande barão normando que permaneceu o rei de Navarra, portanto, viu seu poder assegurado no oeste da Normandia, mas não podia mais reivindicar o controle do Sena.

Em troca, Carlos V cedeu a cidade e a seigneury de Montpellier a seu primo. Esta troca da liberdade de navegação no Basse-Sena contra a utilização de um porto no Mediterrâneo - o único porto verdadeiro que os Valois tinham neste mar, e o único que Navarra teria -

diz muito. na pouca consideração que ainda era feita em 1365 das perspectivas econômicas oferecidas à França pelo tráfego marítimo com o Oriente. Tanto em Paris como em Avinhão, as grandes empresas toscanas dominavam o mercado financeiro e boa parte do mercado comercial. O rei da França, ao que parece, estava se saindo muito bem com esse intermediário obrigatório que restava entre a França e o Oriente, o comércio italiano.

Quanto a Longueville, Carlos V imediatamente doou-o a Du Guesclin. O escudeiro bretão era um conde. Nesse ínterim, sabemos, o vencedor de Cocherel havia sido derrotado em Auray e John Chandos esperava um bom resgate.

Enquanto os instrumentos de ratificação do Tratado Franco-Navarra foram trocados, o Tratado de Guérande pôs um novo fim ao caso bretão. Na primavera de 1365, Carlos V não havia vencido, mas pela primeira vez estava com as cartas abertas. Será que ele poderia adivinhar que um dia a filha de Carlos, o Mau, se casaria com o duque da Bretanha, João IV de Montfort, então rei da Inglaterra, Henrique IV de Lancaster?

EMPRESAS.

Se o rei da França está em paz com seus grandes barões, ele ainda precisa restaurar a ordem no reino. Porque as consequências da guerra são, em muitos aspectos, piores do que a própria guerra: em todo o país, as “empresas” são ainda mais formidáveis porque estão desempregadas.

Uma companhia é composta por cinquenta ou duzentos homens sob as ordens de um capitão que desempenha tanto o papel de empresário e administrador da companhia militar quanto o de senhor da guerra. Normalmente mais numerosa na aproximação da campanha anual do que após a desintegração do outono, a empresa cresce e diminui com as oportunidades, em torno de um grupo sólido e quase permanente, formado pelos companheiros mais antigos e fiéis da capitão, unido a ele por fortuna e não só por pagamento.

Pessoas de aventura, os capitães não são bandidos. Mais ou menos bem intitulados, muitas vezes mais relacionados do que dotados, muitos pertencem à velha nobreza. Estandartes de cavaleiros - com estandarte - ou cavaleiros solteiros, mesmo simples escudeiros, sua profissão é a guerra, mas uma profissão que de forma alguma os impede de cumprir as exigências da ética cavalheiresca. Um Mouton de Blainville e um Bertrand du Guesclin em um campo, um Jean de Grailly no outro, servem a um rei que os paga, mas não qualquer rei. Por mais mercenários que sejam, seu engajamento tem o significado de engajamento político. Mas há outros que dão o lance mais alto e que desejam mais intensamente a continuação da guerra do que a vitória final. Eles lutam por seu pagamento, pelo butim que se acumula durante as cavalgadas, pelo resgate que se obtém

do inimigo cativo e da cidade ameaçada. E aí todos os meios são bons e qualquer captura é excelente.

De príncipe a escudeiro, você pode encontrar de tudo entre os capitães. Até vemos à frente de uma empresa um clérigo desonesto como o "arcipreste" Arnaud de Cervole. Alguns bastardos, muitos cadetes, muitos anciãos com solares apertados. Da mesma forma, entre seus homens, encontramos pessoas de todas as esferas da vida, de todos os países. O lombardo está lado a lado com o brabançon, o alemão marcha com o espanhol, o liégeois compartilha o destino do bretão. Uma vez que ofereceram seus serviços, seu caminho cruzou o da empresa. Eles ficaram.

Gostaríamos, pelo menos, que ficassem onde estão. Mas as empresas estão se separando, se reagrupando. O soldado vai para a contratação, cansa-se da disciplina, busca em outro lugar uma aventura melhor e um lucro mais garantido.

Já em 1351 João Bom proibia aos homens de armas uma divagação que começava a preocupar e que podia levar os oficiais reais a pagar duas vezes, sem se dar conta, o mesmo homem em duas sociedades: autorização do condestável - ou de um marechal - e a retirada das listas de "vigilância" eram as condições estabelecidas para qualquer passagem de uma empresa para outra. Sete anos depois, ao instar seus capitães-gerais a recrutar no local as tropas necessárias à defesa de uma região, o mesmo rei tentou limitar os efeitos de um cosmopolitismo que facilmente conduzia à anarquia.

A diversidade não ficou menor na integração hierárquica das empresas. Alguns realmente pareciam um exército constituído: sempre retido pelo mesmo príncipe, com números mais ou menos constantes e para campanhas com horizontes conhecidos. Eles estavam sob as ordens da hierarquia monárquica - o rei, os príncipes de sangue - e da hierarquia feudal - os duques, os condes, os barões - mais visíveis nos grandes dias da "batalha" ordenada de acordo com as regras do que na rotina. emboscadas diárias e cercos silenciosos. Estavam também sob as ordens desses capitães-gerais, capitães fora das fileiras de seus pares e responsáveis por governar ao longo dos meses a guerra sem fim de mansões ocupadas ou incendiadas, estradas bloqueadas e desbloqueadas, comboios atacados e encontros casuais.

No outro extremo da profissão de guerra, as empresas se viam apegando-se o melhor que podiam ao exército em campo. O compromisso de três meses foi o seu lote. Um corpo livre mais do que um corpo de exército, eles eram a coisa de seu capitão, porque eles não tinham outro mestre real além dele. Coube ao capitão garantir, em doze meses, a comida e o entusiasmo dos que permaneceram ao seu lado enquanto aguardavam a volta do bom tempo.

Quando viajamos em uma aventura, não caímos em nossas mãos nenhum comerciante rico de Toulouse, Condom, La Réole ou Bergerac. Todos os dias, não deixamos de prestar atenção às nossas superfluidades e beleza.

O fim de uma campanha deixou-os com esperança nas próximas. Um tratado foi suficiente para destruir todas as esperanças. A guerra franco-inglesa acabou, a paz estava sendo feita com a Navarra, tudo parecia ter voltado ao normal na Bretanha. Os soldados que não voltavam para casa atraídos por uma vida organizada tinham que administrar. Você tinha que viver bem. Um Arnaud de Cervole, um Bétucat d'Albret, um Bernard de la Salle, um Seguin de Badefol não viveriam de sua renda aconselhando seus homens a se tornarem artesãos. Soldados eles eram, homens de guerra eles permaneceram. Mas não havia mais um inimigo.

Por falta de pagamento, saque e resgates regulares, chegou a hora do banditismo. O Príncipe Negro entendeu isso depois da paz: ele proibiu as companhias de seu próprio exército e permanecendo em Poitou ou Berry de retornar à Guyenne. João, o Bom, não os queria, mas não podia afastá-los. A população dos países devastados por esses bandos mais ou menos gascões rapidamente adquiriu o hábito de dizer "o inglês" para descrever os soldados em movimento. Não é exagero dizer que esses legados de uma guerra que ninguém realmente havia visto como um conflito de nações ajudaram a refinar um sentimento nacional. A Inglaterra foi culpada pelos delitos dos ingleses que, em sua maioria, eram de fato nativos da França.

Os tratados de 1365 puseram fora de serviço outras bandas, as que o rei da França mantinha ou reconstituíra na Normandia e na Bretanha, as que o Montfort nunca deixara de manter, as que o rei de Navarra havia assumido. A onda de 1360 aterrorizou Languedoc, Auvergne, Borgonha. Tinha culminado, no final de 1361, quando uma "grande companhia" formada em Champagne desceu, em total anarquia, o vale do Saône e o do Ródano, tomou e saqueou Pont-Saint-Esprit onde havia encontrado um “tesouro” - na verdade parte da receita do senescal de Beaucaire - e um resgate do Papa para não atacar Avignon. A onda de 1365 adicionou Ile-de-France e Normandy, Maine e Anjou ao mapa do desastre.

As empresas estavam atirando em todos os cilindros. Morávamos no campo, saqueavamos, tirávamos o que valia algum dinheiro. Os capitães negociaram com as cidades e aldeias o montante dos "pâtis", ou seja, os resgates a serem pagos pela vida dos habitantes, pela integridade das casas e pela chegada de mantimentos. Inocêncio VI e o povo de Avinhão não foram tratados de forma diferente pelos Tard-Vênus, porque assim se autodenominavam os caminhoneiros de 1361, amargurados apenas por saquear regiões já arruinadas por outros. . Os mercadores foram resgatados nas estradas e também em suas cidades. Para sobreviver, era preciso pagar incessantemente, e o camponês, sem conseguir dinheiro rapidamente, estremeceu ao pensar no próximo incêndio em seu sótão.

Na defesa, ele dificilmente era aquele local. Já em 1355, quando se tratava sobretudo de recolocar os soldados em combate e resistir às divagações dos ex-soldados inimigos, João, o Bom, autorizou os seus súditos a defenderem-se. Dez anos depois, a questão não se levantou mais: todos sabiam que tinham que confiar apenas em si mesmos.

O caso da "grande empresa" ganhou outra dimensão com a paz: privou dezenas de empresas de emprego. O perigo era sério e foram feitas tentativas de usar grandes meios. O Papa pregou uma cruzada contra o Tard-Venus. O marquês de Montferrat pegou alguns caminhoneiros alistando-os para uma expedição à Itália. A praga acabou de limpar o vale do Rhône por um tempo. Mas o grosso da tropa se viu em Languedoc, onde o policial Robert de Fiennes e o marechal Arnoul d'Audrehem se exauriram para persegui-los. Os Estados de Languedoc votaram um subsídio que permitia o levantamento de 1.500 "lanças" e 3.000 soldados de infantaria. Chegaram a contratar os vencidos da guerra em Castela, as poucas tropas que Henri de Transtamare, repelido por seu meio-irmão Pierre le Cruel, laboriosamente reunira ao norte dos Pirineus.

Finalmente, o povo do rei negociou. Os estados do Languedoc preferiram pagar para ver os caminhoneiros irem do que pagar por não terem conseguido vencê-los. Por dinheiro, Seguin de Badefol e seus homens - era a mais forte das companhias - deixaram Languedoc em paz. Mas eles alcançaram Lyonnais, Burgundy, Forez e se comportaram lá como de costume. Quando eles quiseram voltar para Auvergne, Transtamare e Audrehem bloquearam seu caminho.

No início de 1362, John the Good tentou organizar uma estratégia geral. Com um exército composto pela proscrição e pela retaguarda das regiões ameaçadas, complementado por algumas empresas “retidas”, incluindo a do Arcipreste, Jean de Tancarville teve de empurrar as empresas sem confissão para o sul, enquanto Audrehem teria de contê-los na fronteira norte do Languedoc. A junção dos dois exércitos era para encerrar o caso. Ninguém viu que as pinças assumiram duas frentes contínuas e que uma frente contínua exigia tropas então dificilmente imagináveis.

A campanha foi interrompida. No dia 6 de abril, em Brignais, perto de Lyon, a cavalaria francesa foi apanhada na armadilha que acreditava estar a armar e foi despedaçada pelos profissionais da guerra. O conde de la Marche Jacques de Bourbon e o conde Louis de Forez estavam entre os mortos. Tancarville e o Arcipreste eram prisioneiros. O marechal Audrehem chegou em 9 de abril, tarde demais.

As empresas lucraram alegremente com sua vitória. Claro, Transtamare continuou a travar guerra contra eles em Languedoc, onde suas tropas eram tão temidas quanto os caminhoneiros; muitos capitães, assim molestados, ficaram muito embaraçados com os prisioneiros que haviam feito em Brignais e acabaram libertando-os sem lucrar com eles. Alguns, porém, foram sábios o suficiente para negociar nesta ocasião uma nova contratação a serviço do rei: era a submissão disfarçada contra a segurança do emprego. Finalmente, havia alguns para se alistar no exército que Transtamare estava levantando antes de retornar à Espanha, um exército pelo qual o rei da França iria gastar cem mil florins. O mercado estava bom: contaram-se os florins, depois disso os caminhoneiros encontraram facilmente pretextos para deixar Henri de Transtamare ir sozinho.

A situação era, portanto, turva para dizer o mínimo. Entendemos que no outono, procurando chegar a Avignon sem incidentes, Jean le Bon preferiu a estrada que, pela esquerda do Ródano, passava pelas terras do Império. O reino da França não tinha certeza.

Enquanto isso, Seguin de Badefol fazia política em Lyon. Ele ocupou a rica cidade de Brioude em setembro de 1363, invadiu os Forez, tomou e resgatou a abadia de Savigny. Os estados de Auvergne pagaram um grande resgate por ele para evacuar a região. Ele se voltou para os Lyonnais e cortou o abastecimento de Lyon pelo Saône, colocando as mãos, no início de novembro de 1364, no pequeno reduto de Anse. Pensou então em jogar em duas mesas: ofereceu mais ou menos claramente ao rei de Navarra que lhe entregasse Anse, enquanto prometia aos habitantes devolver-lhes a cidade por quarenta mil florins pagáveis em dois termos. Carlos, o Mau, não gostava de ser enganado: mandou buscar Seguin de Badefol a Navarra, ouviu suas queixas e mandou-lhe servir frutas envenenadas.

O fim das guerras da Bretanha e da Normandia fez inicialmente, em 1365, apenas aumentar o número de companhias errantes. Os sucessos dos anos anteriores ecoaram. Desde Brignais, ninguém pensou em se privar. Vimos, portanto, os caminhoneiros convergirem para o centro da França, para Auvergne, Forez, Périgord. Tantos países acidentados onde a perseguição era difícil e onde era fácil surpreender a pequena cidade ou a rota mercantil.

Mas Carlos V também ganhou espaço de cotovelo. A Inglaterra não tinha motivos para retomar a luta, pelo menos enquanto o resgate do rei João fosse pago apenas parcialmente. Podemos fazer outra coisa. O rei tentou matar dois coelhos com uma cajadada só: afastar companhias indesejadas e retomar uma política externa ousada, um tanto negligenciada pelos primeiros Valois, que não se sentiam seguros de sua própria coroa para arriscar suas forças no exterior por muito tempo.

A primeira ideia foi a Cruzada. Os predecessores de Carlos V nunca a perderam de vista, e Jean le Bon até se cruzou numa época em que, no entanto, tinha outras preocupações. Nós pensamos sobre isso, mas naturalmente não fomos.

Mas Adrianópolis acabara de cair e o perigo otomano estava aumentando seu domínio sobre a Hungria. Urbano V, que se sentia ameaçado em Avignon pela errância de empresas e que acabava de fazer as pazes na Itália com Bernabò Visconti, senhor de Milão, pensou no primeiro a usar o ardor das empresas contra os turcos. O rei de Chipre já havia, em 1363, tentado alistar alguns para os combates no Oriente, mas o projeto não foi muito longe. O papa poderia ter oferecido aos patifes a remissão de seus pecados se eles concordassem em lutar contra os turcos, os caminhoneiros consideravam o caso muito arriscado para um lucro temporal muito incerto. Talvez tenha sido errado oferecer-lhes o Oriente como meta e o mar como rota. O Papa mudou de opinião: no ano seguinte, ofereceu a Europa Central e a rota terrestre. O imperador Carlos IV, que havíamos visto em Avinhão no Pentecostes de 1365, garantiu passagem gratuita e vivê-la na estrada.

O Papa ainda assegurou que tal intervenção levaria o imperador grego de Constantinopla, João V Paleólogo, a favorecer a união das igrejas. Mais uma vez, pensamos ver o fim do cisma que começou em 1054, na época do Patriarca Michel Cérulaire. O Ocidente romano já havia sofrido muitas decepções a esse respeito desde a Primeira Cruzada. Ainda podemos ter esperança.

Na época em que propuseram ao Rei da França esta solução para a divagação dos caminhoneiros, o Papa e o Imperador ofereceram o comando da nova cruzada ... ao Arcipreste. Ninguém pensou em sorrir.

Carlos V admirava o filho desse João, o Cego, que, rei da Boêmia, morrera como conde de Luxemburgo no campo de batalha de Crécy. Carlos IV de Luxemburgo iria receber, no coro de Saint-Trophime d'Arles, a coroa carolíngia - muitas vezes esquecida ao longo dos séculos - dos reis de Arles que o tornaram soberano destas regiões, através do Ródano, onde sabíamos que estávamos fora da França, mas onde negligenciamos voluntariamente a autoridade imperial. O rei da França fez saber que exerceria de bom grado o vicariato imperial ali. O imperador escapou.

Os planos para uma cruzada não eram claros. O Arcipreste novamente partiu em sua própria campanha. Ele semeou o terror na Lorena, alistado por algum tempo sob a bandeira do duque de Bar na guerra com Metz, arrancou dos Messin um resgate de dezoito mil florins. Então ele foi para a Alsácia, onde as pessoas ficaram rapidamente alarmadas com a chegada dos "ingleses", mas onde o imperador foi incriminado, cuja conivência com o Arcipreste era ambígua, mas conhecida. Carlos IV não pôde evitar a intervenção: ele voltou a dirigir, que se estabeleceu na Borgonha. Arnaud de Cervole interpretou habilmente o animal: não lhe pediram para alcançar os confins orientais da cristandade? Como chegar sem atravessar o Reno?

O Arcipreste agora estava tentando vencer em todas as frentes. Badefol o havia precedido neste jogo perigoso. Ao mesmo tempo saqueador e aposentado dos príncipes, aqui senhorio e ali chefe de bando, fazendo malabarismos com a herança de sua esposa - porque ele havia se casado - como com os florins do papa, prometendo a todos e nunca cumprindo suas promessas , Arnaud de Cervole acaba alienando a todos. Em 26 de maio de 1366, seus tenentes o assassinaram.

A EXPEDIÇÃO DO CASTILE.

Da Cruzada, Carlos V assumiu apenas um ponto em 1365: a expedição além das fronteiras. Mas o objetivo desta vez era mais próximo e era seduzir um soldado pouco inclinado ao risco distante. Era simplesmente uma questão de ir a Castela para destronar Pedro, o Cruel. Freqüentemente traído, o rei de Castela suspeitava com razão, mas seu

caráter severo e desconfiado desencorajou todas as lealdades no longo prazo. A hostilidade geral com que foi cercado em seu próprio reino foi suficiente para justificar a intervenção estrangeira. Pierre teve sua esposa, Blanche de Bourbon, irmã da Rainha da França, para morrer na prisão. A coisa era verdade. O rajouta da propaganda francesa: Pedro I primeiro se tornou um ogro sanguinário, cruzou com o judeu e cúmplice sarraceno de Granada ...

Havia um candidato ao trono: Henri, conde de Transtamare, meio-irmão de Pedro, o Cruel. Henri era um bastardo, mas tinha apoiadores. Ele havia sido deposto, mas desde então teve a oportunidade de se provar em Languedoc, a serviço de Valois contra os caminhoneiros. Ele poderia ser um rei de Castela muito aceitável.

Também tínhamos um aliado além dos Pirineus: Pedro IV, o Cerimonial, Rei de Aragão, um príncipe que não era menos brutal que seu vizinho de Castela, mas que se absteve de atacar um Bourbon. Um antigo e controverso caso de fronteira manteve entre Castela e Aragão uma antiga hostilidade, ocasionalmente intensificada por incidentes que marcaram uma inevitável rivalidade marítima.

Todos tentaram jogar o melhor. Sempre pobre, os aragoneses viam com bons olhos a França financiando a guerra; de um Transtamare colocado no trono de Castela com sua ajuda, ele poderia esperar a cessão das províncias em disputa. Carlos V tinha a visão oposta da aliança anglo-castelhana que - Louis d'Anjou, tenente do rei em Languedoc, não perdeu a oportunidade de lembrar a seu irmão disso - poderia muito bem colocar todas as forças de Pedro, o Cruel em uma possível retomada do conflito da Guyenne. Louis d'Anjou não acreditava na duração da paz celebrada em Brétigny e não queria ver os castelhanos cruzarem os Pirineus. Ao minar o poder de Pedro, o Cruel, os riscos de intervenção na França foram reduzidos de acordo. Claro, ainda era melhor substituir o rei de Castela por uma criatura do rei da França. Castela e Aragão ficariam ao lado do rei da França se a guerra da Guiana recomeçasse. Isso sem falar em Carlos, o Mau, ainda capaz de virar Navarra contra seu primo Valois e a quem a evolução da situação na Espanha sem dúvida acalmaria por um tempo.

O projeto da "cruzada" de Castela foi refinado durante o ano de 1365. Luís de Anjou foi muito longe nas negociações que conduziu em Toulouse com os embaixadores aragoneses. Falou-se em conquistar, em concerto, Navarra e depois Guyenne. Estava funcionando inteiramente para o rei da França. Pedro, o Cerimonial, exigiu que primeiro acabássemos com Castela.

Esse dinheiro exigia. Como de costume, dirigimo-nos ao Papa. Urbano V tinha estima pelo Rei de Castela; faziam-no acreditar que se tratava de financiar, em decimes sobre o clero, uma cruzada contra os mouros de Granada. Mas era óbvio que esta empresa aragonesa não chegaria a Granada sem atravessar Castela ... O Papa não olhou tão de perto: as empresas continuaram a ameaçar Avinhão.

Também precisava de um líder. Carlos V ofereceu Bertrand du Guesclin, que também era prisioneiro de John Chandos desde a derrota de Auray. O rei da França, portanto, deu sua garantia, pagou a maior parte do resgate e oficialmente acusou o bretão de liderar para fora do reino as companhias que infestavam a Normandia, a Bretanha e o país de Chartres.

Estranho comandar que esta cruzada. O Papa e Aragão uniram-se à França para enviar descrentes excomungados a Castela. E ninguém pensava que Du Guesclin seria condestável da França cinco anos depois. Mas esse "capitão-general" tinha sob sua autoridade o marechal d'Audrehem, o conde de la Marche e o senhor de Beaujeu!

O exército não era menos bizarro. Vimos ali, ao lado do vencedor de Cocherel, ex-vencedores de Poitiers como Eustache d'Auberchicourt, caminhoneiros do exército de Navarra dispersados na Normandia, veteranos das guerras na Bretanha. Ao todo, uma estranha coleção de cabides que assustou as populações tanto quanto quando não estavam unidas pelo rei da França. O governador da Borgonha, Jean de Sombernon, chegou a recusar-lhes a passagem: esqueceu que se tratava de um exército do rei. Forçado a ceder, ordenou que toda a região plana fosse "retirada", ou seja, o deserto diante de Du Guesclin. As cidades do Comtat Venaissin foram sitiadas.

As primeiras empresas foram em meados de novembro em Avignon, no final do mês em Montpellier. Todos se encontraram na Catalunha em janeiro de 1366. Em 5 de abril, as abóbadas góticas da catedral de Burgos ressoaram com o *Te Deum* cantado para a coroação de Henri de Transtamare, rei de Castela. A resistência do rei Pedro entrou em colapso em dois meses. Du Guesclin triunfou. Um dos primeiros atos do novo rei foi torná-lo duque.

Era preciso alegrar-se rapidamente. Os dias seguintes foram amargos. Em 23 de setembro, o Tratado de Libourne selou o acordo dos três inimigos de Carlos V. O Príncipe Negro formou um exército, o Rei de Navarra garantiu passagem, Pedro, o Cruel, ofereceu - sob condição de conquistá-los - Guipuzcoa e 200.000 florins em Navarra, Biscaia e 550.000 florins em inglês. Algumas empresas que ainda estavam perdidas no Languedoc começaram a se contratar no ramo. Eles deram lugar a muitos caminhoneiros que Du Guesclin havia levado para a Espanha e que já estavam recuando, julgando que a contratação iria falhar após uma vitória rápida demais.

O Príncipe Negro ficou encantado em abrir espaço para a recuperação francesa por meio de uma guerra na qual, em qualquer caso, ele não se comprometeu com o destino das aquisições de Brétigny. Outra vantagem: tudo foi financiado pelo ex-rei de Castela. Assim o Príncipe Negro deu uma política externa ao seu principado de Aquitânia a baixo custo: a ilustração foi a suntuosa recepção que reservou em Bordéus para os reis de Castela - Pierre le Cruel - e de Maiorca, para o rei de Navarra e o duque da Bretanha.

Nós nos apressamos. Em fevereiro de 1367, o exército anglo-gascão - principalmente inglês - cruzou o Col de Roncesvalles. O Príncipe de Gales e Aquitânia comandaram pessoalmente.

O exército de Du Guesclin e do rei Henrique avançou para enfrentar o inimigo. Henrique não queria que seu antecessor recuperasse uma posição em Castela. Mas, por ser um confronto, faltou um estrategista. Audrehem era hostil. Du Guesclin não foi favorável. Henry ganhou a decisão porque ele era o rei. Na frente de Najera, a meio caminho entre Pamplona e Burgos, eles foram esmagados. Os castelhanos dispersaram-se, os caminhoneiros Du Guesclin foram esmagados. Na noite de 3 de abril de 1367, Bertrand du Guesclin foi prisioneiro pela quarta vez na vida e Henri de Transtamare fugiu; ele foi encontrado em Montpellier.

A França realmente ganhou apenas uma coisa: os caminhoneiros que morreram em Najera não voltariam para vasculhar o Languedoc. Foi um lucro escasso.

O inglês também não ganhou muito. Pedro, o Cruel, obviamente não conseguiu pagar o saldo. Foi necessário levantar um imposto na Guyenne, onde se percebeu que uma política externa era uma coisa cara. O exército vitorioso foi dizimado pela disenteria. O próprio Príncipe Negro adoeceu, quase morreu e evitou do caso uma saúde deficiente que afetaria o governo da Guyenne. Quando soube que o Transtamare ficava no Languedoc e conviveu com o duque de Anjou para atacar um principado da Aquitânia onde o imposto era cada vez mais mal aceito, o Príncipe Negro considerou que estava perdendo tempo na Espanha .

Pedro, o Cruel, parecia ter vencido; seu triunfo foi apenas momentâneo. Não demorou muito para que Castela se levantasse contra ele novamente. Dois anos depois, em Montiel, Henri de Transtamare mataria seu meio-irmão com as próprias mãos durante negociações que não passavam de uma emboscada.

O próprio Du Guesclin vivia inconsciente. Em Bordéus, para onde o Príncipe Negro o tinha levado e onde esperaram muito tempo para falar de resgate, porque era melhor para a Guyenne que ficasse cativo, ele fez a arrogância e fixou ele próprio este resgate a tal preço - cem mil florins - que o inglês se perguntou se era uma piada. Orgulho deslocado que este leilão desnecessário? Certamente não. Outros capitães - Knolles em particular - deram o exemplo, divulgando, ainda antes de uma campanha, o preço do resgate que poderia ser exigido deles. A prática era vantajosa para esses homens de armas profissionais, que ganhavam a vida com sua profissão e não podiam jogar o modesto sob pena de ver o preço cair. Para superestimar seu resgate, Du Guesclin simplesmente aumentou a taxa de seus serviços subsequentes.

O Príncipe Negro ficaria feliz em manter seu prisioneiro, mas estávamos começando a conversar. Recusar-se a resgatar um prisioneiro para impedi-lo de lutar novamente

dificilmente era uma prática de cavalheirismo. O Sire d'Albret teria se lembrado disso: tal recusa passava por uma admissão de medo.

Sessenta mil florins foram negociados, o bretão recusando-se firmemente a ser avaliado por um preço inferior. Ele disse que tinha certeza da vitória final do rei Henrique e esperava que Castela pagasse metade do resgate. O rei da França não poderia deixar de pagar a outra metade. Além disso, acrescentou Du Guesclin, ele não sofreria se os soberanos se recusassem.

Se ele ganharia girando todas as fiandeiras da França.

Na verdade, todos se envolveram. O rei pagou metade do resgate, Jeanne de Penthièvre e alguns outros deram o depósito para o resto. Finalmente, Du Guesclin pagou por tudo sozinho, reembolsando o rei pelo que o Tesouro havia avançado. Ele havia mantido, de sua aventura espanhola, algumas senhorias do outro lado dos Pirineus. Ele os vendeu ao Rei de Aragão.

Du Guesclin deixou Bordéus em 17 de janeiro de 1368. Ele chegou a Languedoc, conversou com Anjou e Audrehem e foi colocar sua espada a serviço do rei Henrique de Castela.

Franceses e ingleses haviam lutado em Castela apenas com cores emprestadas. Carlos V mostrou grande zelo pela execução escrupulosa das cláusulas do Tratado de Brétigny-Calais. Não havia sinal de retomada da guerra. Além disso, o exército francês há muito havia sido dissolvido.

Precisamente Carlos V sabia muito bem que faltariam as companhias enviadas para a Espanha se fosse necessário constituir novamente um exército. Os saqueadores foram removidos; agora era preciso garantir um núcleo forte de empresas experientes, capaz de ser dobrado em tempos de operação. Esqueça: a seleção seria feita na Espanha.

O assunto era o conde de Armagnac, que delicadeza para ele visto que era vassalo do inglês e que não queria chamar a atenção para o que foi uma marcada preparação para a guerra. Em julho de 1367, Jean d'Armagnac estava em Paris. Em setembro, as empresas escolhidas na Espanha cruzaram o Col de Roncesvalles. Carlos V teve uma "detenção" de mil lanças preparadas; novecentos foram retirados das empresas assim devolvidas. Então o assunto terminou aí. Jean d'Armagnac iria desempenhar, apelando de seu senhor, o Plantagenêt, a seu suserano, o rei da França, um papel completamente diferente do que se esperava no desencadeamento da reconquista. Mas muitas empresas que haviam voltado da Espanha no final de 1367 - e mais uma vez indesejadas no Languedoc, onde a pilhagem recomeçou com mais vigor - encontraram-se dois anos depois no exército do duque de Anjou.

OS ERROS DO PRÍNCIPE NEGRO.

Carlos V, entretanto, deixou o tempo seguir seu curso. Como no passado contra Étienne Marcel, ele fingiu boa vontade e se contentou em contar as falhas do adversário. Ele fingiu pagar o resgate de Jean le Bon, ele pediu as transferências territoriais estipuladas em Brétigny.

O resgate do rei João foi sancionado com a libertação dos últimos reféns, Jean de Berry, Pierre d'Alençon e alguns outros. Os impostos tinham sido criados especialmente para cumprir os prazos - impostos indiretos sobre o consumo, muito impopulares porque afetavam tanto os pobres quanto os ricos -, mas tinham servido principalmente para financiar a política interna e o combate às empresas. Do resgate de três milhões, Eduardo III exigira em 1360 apenas quatrocentas mil coroas para libertar João, o Bom. Cinco anos depois, o primeiro milhão ainda não havia sido pago quando Carlos V, tendo consolidado a situação monetária ajustando o franco em abril de 1365 - o franco duraria assim vinte anos - propôs aos prazos ingleses que ele tentei segurar. Era um milhão em 1366, um milhão e meio em 1367.

A transferência dos territórios cedidos foi concluída em 1362. Das renúncias planejadas em Calais - Eduardo sobre seus direitos à Coroa, o Rei da França sobre sua soberania na Guiana - ninguém mais falou. Todos pensaram que tinham uma vantagem numa situação que parecia reflectir o primado do direito, sem pôr em causa o resultado das negociações que considerávamos difíceis. Depois de Poitiers, depois de Najera, o que Eduardo III poderia temer de uma soberania francesa sobre a Guyenne, uma soberania cuja memória estava se apagando? Quando percebeu a arma legal que havia abandonado em Valois, era tarde demais.

A Aquitânia já estava relutante contra o Príncipe Negro. No entanto, este último o tornara seu feudo pessoal: por cartas patentes de 19 de julho de 1362, o ex-ducado havia sido erguido para ele como um principado, de modo que os tributos passaram a ser pagos ao Príncipe de Gales e não mais ao representante do rei-duque seu pai, mas como ao príncipe da Aquitânia em pessoa. Isso era satisfação em princípio, que mal tocava o fundo das coisas. O valente cavaleiro, o capitão do gênio, o modelo de coragem e energia que tantas vezes conquistou a admiração de seu próprio povo e de outros nos campos de batalha, poderia muito bem ter um grande selo, moedas de ouro e moedas. para dobrar sua corte, ele não tinha nem os meios para suas ambições nem, talvez, um senso político compatível com sua nova situação.

Enganado por Pedro, o Cruel, que deveria ter financiado a expedição a Castela, desperdiçando o ouro e a prata dos aquitanos na vida da corte, ele queria se igualar à corte de Londres, sobrecarregando o aparato administrativo e os encargos permanentes do principado, o Príncipe Negro pesava mal o peso político dos infelizes resultados financeiros de suas companhias. Da independência administrativa aos limites da

independência política, ele não havia percebido a importância financeira. Como um rei, ele tinha um selo de majestade sobre o qual podia ser visto sentado sob um dossel, coroa na cabeça e cetro na mão. Mas Eduardo III postulou em princípio que a Aquitânia não precisava mais do Tesouro inglês.

A ideia que o primeiro dos Cavaleiros da Jarreteira tinha de sua autoridade principesca correspondia melhor à hierarquia feudal de uma Inglaterra onde tudo era dominado pelo rei do que a dos senhorios Gascon, desses pequenos estados dos Pirineus nas fronteiras do autonomia, deste país em que persistia uma forte propriedade camponesa livre, muitos "alleux" que não estavam vinculados por nenhum senhor, até mesmo alguns seigneuries que não eram feudos. Autoritário e raivoso tanto quanto generoso, seu temperamento o levou ao despotismo. A tradição burocrática da administração anglo-normanda o levou a uma visão sistemática das realidades políticas. A nuance lhe escapou, assim como o particularismo. Não faltou a altura de visão, nem o espírito de decisão que faz maravilhas no combate. Mas ele carecia de clarividência e se sentia mal por ter que poupar seu principado. Ele não estava lá enquanto esperava para reinar sobre a Inglaterra?

Ele tinha visto Aquitains hostil ao rei da França e pronto para comemorar sua ascensão a Bordéus. Ele não sabia que os aquitains não eram hostis a Valois, mas à autoridade real, não eram rebeldes às autoridades fiscais de Jean le Bon, mas a quaisquer autoridades fiscais reais. Os gascões toleraram bastante bem os episódicos tenentes enviados de Londres pelos Plantagenetas; eles agora não toleravam esse mestre residente que falava alto e era caro.

Neste principado resultante da divisão de Brétigny, o rei da França tinha conivências extraordinárias. Eles ajudariam tanto na ação legal para desmantelar tratados quanto na ação militar. Eles privariam o Príncipe da Aquitânia de muitos vassalos, ofereceriam aos Valois capitães e soldados, até mesmo fortalezas.

Dois homens representam esses barões da Aquitânia que se aliaram deliberadamente - e não por simples hostilidade aos Plantagenêt - ao lado dos Valois e que deveriam estar entre os principais arquitetos da reconquista: Jean d'Armagnac, já nomeado, e Renaud de Pons. O grande senhor Saintongeais que foi o pai de Pons serviu ao Príncipe Negro até Najera. Ainda o vemos em 1369 ao lado de John Chandos. Até a época de Agincourt, Renaud de Pons foi um dos capitães mais leais de Carlos VI.

O questionamento da situação política criada em Brétigny não partiu de Carlos V. Como em outros lugares, este deixou assim. O movimento veio dos grandes feudatórios Gascon. Na sua reunião em Angoulême, em janeiro de 1368, os estados da Aquitânia votaram pelo levantamento de uma nova fouage: dez sous por "fogo" durante cinco anos. Assim como os estados reunidos em Paris ou Toulouse pelos Valois, a reunião de Angoulême não incluiu todos os beneficiários. A insegurança das estradas dissuadiu algumas cidades de deputar aos estados, o mau humor manteve alguns barões em casa. Jean d'Armagnac e seu

sobrinho Arnaud Amanieu d'Albret estavam entre eles. Declararam que a decisão tomada em Angoulême não lhes dizia respeito e que a busca não lhes seria retirada.

O Príncipe da Aquitânia tentou convencer Armagnac. Em vão: a fouage era apenas um pretexto. O barão protestante respondeu zombando abertamente de seu senhor: ele era tão pobre que não podia comer até se fartar, nem fornecer sua filha ...

A ameaça veio depois da ironia. Armagnac recusou-se a permitir que o povo do príncipe aumentasse os impostos em seu feudo antes de consultar juristas, canonistas e civis. Ele até tinha ouvido o conselho de teólogos. Isso queria dizer que o caso ultrapassava dez soldos por incêndio. O Príncipe da Aquitânia afirmou que o imposto seria cobrado em Armagnac. Se ele tivesse cedido, não teria havido um único contribuinte no principado.

A lei feudal não ignorava que um vassalo podia entrar em conflito com seu senhor. Jean d'Armagnac apelou para seu suserano, o rei da Inglaterra. Então, sem esperar o resultado da investigação ordenada por Eduardo III, ele decidiu que seu suserano havia se esquivado de suas obrigações.

AS CHAMADAS DE GASCÕES.

Foi então que Eduardo III poderia se arrepender de não ter continuado a troca de renúncias. Em lei estrita, Carlos V ainda era soberano na Aquitânia, acima do duque-rei. Jean d'Armagnac sabia bem disso, e também Sire d'Albret.

Para vir a Paris, os dois barões tinham os melhores pretextos. Em 4 de maio de 1368, Arnaud Amanieu d'Albret casou-se com a irmã da Rainha Jeanne de Bourbon. Jean d'Armagnac era tio do noivo e, através de sua segunda esposa, prima da noiva. Todo o tribunal estava presente: podíamos falar sobre os assuntos da Gasconha sem chamar a atenção.

A determinação de Jean d'Armagnac deixou Carlos V e seus conselheiros perplexos. Incentivá-lo a apelar ao soberano, a aceitar seu apelo, era romper com o espírito de Brétigny em uma de suas construções essenciais: a independência soberana da Aquitânia Plantagenêt. Mal havíamos feito a pergunta até então. Agora era preciso decidir. A questão era saber se queríamos vingança, se queríamos na época, se tínhamos os meios. É claro que aceitar ou recusar um recurso era, em teoria, apenas uma decisão formal: não significava concordar com o apelante ou provar que ele estava errado. Nesse caso, a decisão imediata foi mais política do que qualquer coisa que os juízes pudessem dizer a seguir. Recusar o apelo era renunciar definitivamente a toda soberania sobre as regiões perdidas em 1360. Era a receita. Aceitar era guerra.

O Príncipe Negro já estava mobilizando algumas tropas contra as rebeliões que se multiplicavam com a aproximação dos catadores do fouage. Em Paris, sabíamos o que esperar.

Carlos V, no entanto, consultou os juristas. O espírito de Brétigny era uma coisa, a letra outra, e aquele que tornava possível aceitar o chamado. Juristas e barões também concordaram: não apenas o rei poderia, mas ele tinha que aceitá-lo. Carlos V não podia se esquivar do dever de justiça implícito na soberania. Ele iria escrever mais tarde:

Se nos recusássemos a atender ao seu pedido, seria falta de justiça e eles teriam um motivo legítimo para procurar outro suserano.

Estávamos indo para uma pausa. Em 1 ª Junho para um feudo anuidade do Tesouro, Arnaud Amanieu Albret emprestou ao rei da França um tributo "liege": em outras palavras, apesar de todos os tipos de precauções legais para homenagem anteriormente emprestado, esta significava publicamente que, em caso de conflito, o Sire d'Albret seria encontrado no lado Valois. Mas ninguém poderia pensar que Arnaud Amanieu estava sacrificando seu senhorio. O Plantagenêt teria, portanto, a escolha entre perder parte de seu principado ou conquistá-lo de armas nas mãos. Nesse ínterim, Arnaud Amanieu prestou alguns serviços contra as empresas que regressavam da Espanha e iam até à região de Paris. Ninguém foi enganado. A estaca do tributo a Liège estava na Aquitânia.

Em 30 de junho, Carlos V se reuniu com seu Conselho no hotel Saint-Paul. Estavam lá Berry e Burgundy, os grandes oficiais, oficiais do Hotel, notáveis da vestimenta parisiense, como os presidentes do Parlamento e o Provost de Paris Hugues Aubriot. Pouco foi discutido: o caso estava maduro. Nós votamos. Dos trinta e seis eleitores, trinta e seis votaram que o recurso deveria ser aceito.

Os advogados de Carlos V chegaram ao cinismo. Jean des Marès, Simon de Bucy, Pierre d'Orgemont e alguns outros ajudaram a redigir um ato oficial, ainda mantido em sigilo por algum tempo, que definiu a atitude do rei da França: incluía o inevitável reação inglesa por uma violação deliberada da paz. Se as renúncias previstas em 1360 não fossem trocadas, seria culpa apenas dos ingleses.

Caso, por ser recebido o referido recurso, o rei da Inglaterra ou o príncipe seu filho nos façam guerra ou façam-no contra o recorrente, o que não deveriam fazer, considerando a paz, nós não faríamos renúncia à jurisdição e soberania do Ducado da Guyenne.

Armagnac e seus amigos não pretendiam ser ameaçados de abandono um dia. Eles repudiaram seu senhor, o príncipe, mas o rei da França prometeu-lhes nunca renunciar à sua soberania sobre suas terras. Cada membro do Conselho teve que jurar pelo evangelho que ele nunca aconselharia tal renúncia. Extraordinariamente, ouviu-se que os irmãos do rei, Berry e Burgundy, também prestavam juramento no caso de ascenderem ao trono.

Assegurado o apoio real e forte de promessas financeiras, o partido dos recorrentes logo cresceu, em uma ambigüidade constante do que era real hostilidade ao fouage e do que foi pretexto fiscal para a rebelião anti-inglesa. O problema surgiu em termos diferentes para cada barão e para cada cidade. Para alguns, que viram no Plantageneta um mestre nascido da derrota, a oportunidade parecia oferecida pela Providência. Os habitantes de La Rochelle, Cahors ou Périgueux, em sua maioria, nunca consideraram os ingleses um legítimo suserano. Para outros, que incomodavam pensamentos de relativa independência - portanto, Archambaud, conde de Périgord - e que se acomodavam tanto melhor a uma autoridade superior quanto mais distante estivesse, o governo de Paris era melhor do que o de Bordeaux.

Para outros, finalmente, a situação política estava confusa e manter um status quo favorável aos negócios parecia preferível aos riscos de um conflito sempre paralisante. A burguesia de Bordeaux estava acostumada por dois séculos a ter um rei em Londres porque ele era duque em Bordéus, e um rei em Paris porque era o rei do duque. O chamado dos barões do Gascão, portanto, só confundiu uma situação em que só nos encontrávamos se evitássemos nos colocarmos certos problemas. Muitos Bordelais acharam isso natural porque não era novo, e pensaram primeiro no que tornava a cidade próspera: o comércio do vinho de toda a bacia do Garonne com todos os mares do Norte.

E então, foi a primeira vez que Bordeaux foi realmente a capital de um estado. Os ex-duques de Aquitânia, até a época de Aliénor, tinham sua residência principal em Poitiers. Agora, enquanto o aumento das administrações centrais exigia que qualquer príncipe estabelecesse em uma cidade os órgãos de seu governo e sua justiça, Bordeaux encontrou uma nova razão para seu título de metrópole. A administração, a justiça, as finanças estavam em grande parte no coração da cidade, no Château de l'Ombrière. Estava se desenvolvendo um serviço público, atendendo ao novo Estado e também ao público, ao litigante, ao contribuinte. Essa função gerava seus lucros, e para todas as camadas da população, para todos os negócios. A ascensão de Paris por um século, a de Avignon por cinquenta anos, bastou para iluminar o povo de Bordéus. Nesse lado, os apelantes tinham poucas esperanças de serem ouvidos.

Outros, por outro lado, calçaram as botas de Jean d'Armagnac, a começar por Albret, que finalmente se envolveu plenamente e teve seu auto de apelação registrado por dois notários em 8 de setembro. Archambaud de Périgord imitou-o em novembro. A cidade de Rodez aderiu ao apelo. Em 3 de dezembro, Carlos V escreveu a todas as cidades da Aquitânia para justificar sua decisão: na verdade, ele as incitou a novos recursos, habilmente virando contra o Príncipe Negro os argumentos tão freqüentemente usados contra a administração dos Capetianos e dos Valois .

Nosso sobrinho, o Príncipe de Gales, ordenou que eles fossem libertados sem seu consentimento e colocando o país em cativeiro perpétuo, contra suas antigas liberdades e concessões que devem ser mantidas e mantidas pelo próprio tratado de paz.

Liberdades, franquias, eram palavras que não ressoavam em vão aos ouvidos da burguesia e dos pequenos senhores ... Em três meses, oitocentas cidades e aldeias declararam-se submetidas ao rei da França.

Carlos V teve seus advogados a seu lado. Além disso, o duque de Lancaster não deixou de ironizar: "Ele não é um rei sábio, ele é um advogado!" Mas esse rei escrupuloso queria ter certeza de que não havia sido lisonjeado, e esse rei prudente queria ter certeza de que outros juristas não diriam o contrário. Ele pediu aos juristas das Universidades de Toulouse e Montpellier uma consulta. Os mestres de Bolonha foram até abordados. Talvez os canonistas da cúria papal também tenham soado.

Ao mesmo tempo, o rei buscava o consenso da raça política. Ele escreveu a vários príncipes pedindo-lhes que tornassem o ponto de vista francês conhecido em casa. Assim se dirigiu a Lorraine, a Savoy, a Brabant. O conde de Flandres Louis de Male evitou comprometer-se: aprovando o rei sem o dizer com franqueza, recusou-se a cooperar:

Quero que você tenha e sempre terei conselhos tão bons e maduros que saiba exatamente o que fazer. Quanto a mostrar este fato e publicá-lo em meu país e em minhas cidades ..., me parece que não é apropriado publicar tais coisas diante de pessoas que nada entendem e não sabem como o que isso pode cuidar. E, por se tratarem de pessoas rudes e simples, esta publicação, creio eu, não seria lucrativa para o referido fato.

Carlos V não vacilou. Com relação a Flandres, sua principal preocupação era de outra ordem. Em setembro de 1368, o conde Louis de Male deu - com certa relutância - sua filha e herdeira Margarida em casamento ao duque Philippe de Borgonha. Flanders veio para Valois.

Ao mesmo tempo, o rei da França estava empurrando sua vantagem para além dos Pirineus, pois tinha ali uma obrigada que poderia se tornar o mais precioso dos aliados. Henri de Transtamare totalmente comprometido com a aliança francesa. Sua vitória, alguns meses depois, faria Valois ganhar o que havia sido uma aposta tão arriscada. No alvorecer do ano de 1369, Carlos V tinha, portanto, do Ebro ao Escalda, o suficiente para dar lugar ao poder inglês. Em 28 de dezembro de 1368, um Conselho ampliado - quarenta e oito príncipes, barões e oficiais - concluiu que o procedimento poderia ser continuado.

Dois oficiais reais foram enviados de Toulouse pelo senescal Pierre-Raymond de Rabastens, que havia alguns dias mantinha as cartas de citação prontas. Um era Bernard Palot, jurista, doutor em direito e juiz senescal; o outro era Jean de Chaponval, um cavaleiro que fora meirinho e conhecia o direito feudal.

O Príncipe Negro estava doente. Desde a Espanha e a disenteria, o vencedor de Poitiers era frequentemente condenado a ficar na cama. Vieram ler para ele a citação que o

encerrou em Paris, perante a Corte do Rei, no dia 2 de maio seguinte. Um vento de raiva passou pela sala. O príncipe levantou-se em seu travesseiro, olhou de soslaio para os enviados do rei da França e chamou sua comitiva para testemunhar:

Acho, pelo que vejo, que os franceses me consideram morto. Se Deus me der verdadeiro conforto e se eu puder sair desta cama, ainda vou causar muitos problemas a eles.

Uma simples carta trouxe a resposta a Paris:

Certamente atenderemos ao seu pedido, mas siga em frente e com toda a nossa empresa.

Outro mensageiro passou por Palot e Chaponval, que voltavam para casa sem ousar pedir salvo-conduto. O senescal de Agen mandou prendê-los e executá-los.

Carlos V não deixou de explorar - e de ter explorado pelos homens da pena em seu pagamento - um ato que obviamente violava os costumes diplomáticos, mesmo que o Príncipe Negro procurasse exonerar-se fazendo com que os dois enviados fossem informados tinham sido punidos pelo roubo de um cavalo e, no resto, não tinham salvo-conduto. O rei da França ia mesmo falar sobre esse caso, em público, nove anos depois, a seu tio, o imperador Carlos IV. Forçando a realidade a seu lado, o autor de Le *Songe du Verger* - um dos juristas de Carlos V - não terá medo de fazer vítimas "duas personalidades do Conselho" e de usar a triste história de Palot e Chaponval para pintar um quadro sombrio dos crimes atribuídos ao Príncipe da Aquitânia:

O dito Príncipe Negro tratou duramente os súditos da Guyenne, impondo-lhes tamanhos, impostos, imposições e várias outras ajudas extraordinárias importáveis e contra a razão, sem licença e licença do rei, seu senhor soberano. E ele já havia posto o país da Guiana em servidão perpétua, porque sem conhecimento da causa e sem razão tomou todos os seus bens e partes, os encarcerou e fez-lhes várias outras reclamações inumeráveis. E quando ele viu que os ditos assuntos queriam chamar tais queixas, ele os machucou ou mutilou, prendeu ou tratou de outra forma muito severamente.

A QUEBRA DO TRATADO DE CALAIS.

Eduardo III viu imediatamente que tinha tudo a perder na guerra. Ficou bem entendido, entre Londres e Brétigny, que o tratado ia aos limites extremos das concessões aceitáveis ao rei da França. Além disso, os ingleses correram o risco de ter de conquistar a França castelo após castelo. Por outro lado, o questionamento dos tratados poderia fazer perder todos os benefícios da vitória de 1356. Eduardo tentou assim evitar a guerra. Para discutir o mérito de aceitar os apelos, ele enviou uma embaixada a Paris. Ao mesmo tempo, exigia que acabássemos com a entrega dos territórios - houve algumas disputas, especialmente por Montreuil-sur-Mer - e que finalmente pagássemos o restante do resgate.

Depois da libertação dos príncipes, tínhamos deixado em Londres alguns reféns de menor patente, simples cavaleiros ou burgueses, que o rei da França agora achava mais econômico deixar onde estavam. Eduardo III, portanto, se sentiu enganado. Ele garantiu que o resgate estava mal garantido, pois a liberdade dos reféns não era valorizada. Acrescentemos que os reféns, aos poucos, foram morrendo de velhice e que Carlos V estava ansioso para substituí-los em Londres.

Realizada em janeiro de 1369 enquanto o senescal de Toulouse convocava o Príncipe Negro para comparecer, a resposta francesa deixou poucas esperanças de paz. Carlos V pesou contra o resgate não pago os danos causados na França, após a conclusão do tratado, pelos subornos ingleses sem emprego. É verdade que as companhias de memória infeliz contavam com vários ex-soldados do Príncipe Negro, os de Poitiers e os de Najera. Mas o argumento era novo. Eduardo III viu isso como uma prova de que o tempo de boa vontade havia passado. No entanto, ele aproveitou a oportunidade mais tênue: aceitou os arranjos territoriais propostos pelo rei da França, arranjos desfavoráveis aos Plantagenêt, mas que, pela vantagem que ofereciam aos Valois, davam esperança de que ainda se pudesse negociar e evite a guerra.

Eduardo III percebeu que havia errado em esquecer por oito anos essa troca de renúncias que agora atribuía o bom papel a Carlos V. Ele se ofereceu para prosseguir, acrescentando que estava pronto para aceitar uma arbitragem do rei da França entre o príncipe da Aquitânia e seus vassalos rebeldes, desde que o Valois estivesse disposto a se apresentar como árbitro, não juiz de apelação. Édouard largou o imediato para salvar o futuro. A oferta foi ignorada. Carlos V não cedeu no painel. O que ele procurava era a guerra.

Além disso, ele o preparou com energia, e antes de tudo enchendo o Tesouro. Em fevereiro de 1369, os estados de Languedoc votaram por um subsídio. Em Langue d'Oïl, o fouage votado seis anos antes sempre foi levantado a cada trimestre para financiar o despejo de empresas. Manteve-se o imposto sobre o sal, as ajudas ao vinho e às mercadorias, teoricamente para resgate de João Bom. Mas ninguém mais recusou ao rei da França os meios de seu governo. O imposto ainda era estabelecido pelos "eleitos" de 1355, mas desde a queda de Etienne Marcel, eles não eram mais do que oficiais reais. Ninguém se deixou enganar pelo termo "extraordinário" que continuou a qualificar o imposto: Carlos V estabeleceu uma administração permanente da base, da arrecadação e das despesas. "Generais sobre o fato da ajuda ordenada para a guerra" regiam as finanças. Tesoureiros e tesoureiros de guerra escolhidos por sua competência como administradores e financiadores - Jean Le Mercier, Étienne Braque e alguns outros - deviam assegurar o pagamento regular do pagamento e, para limpar este pagamento, um controle real e quase permanente sobre trabalhadores.

A restauração da estabilidade monetária facilitou muito os recrutamentos. O franco criado em 1364 e ajustado em 1365 não mudou desde então, e os saldos oferecidos pelo rei da França permaneceriam os mesmos durante a guerra. O franco era ouro fino e valia vinte soldos. O grande era de prata fina e valia quinze deniers. Os homens de armas tinham confiança.

A preparação para a guerra chegou ao ponto de organizar uma "preparação militar" das reservas. Bestas foram identificadas. O rei incentivou competições de arco e flecha. As fortificações de cidades e castelos passaram por severas inspeções.

O duque de Anjou já organizou seu exército na frente do Languedoc, o duque de Berry, na frente de Poitou.

Eduardo III não foi deixado para trás nesta febre das vésperas da guerra. Seu filho mais velho sem dúvida não ameaçou Carlos V de aparecer em Paris com 60 mil homens, como Froissart contou, tentou com freqüência melhorar as réplicas de seu herói, mas ele foi obrigado a constituir um forte exército. No inverno, reforços foram enviados da Inglaterra.

Mais delicada era a questão do dinheiro. Eduardo III conseguira, na primavera, enviar como precaução uma soma grande o suficiente - cerca de 130.000 libras tournois - ao príncipe de Aquitânia para que ele pudesse recrutar no continente sem ter que contar com o fouage, objeto da rebelião. Mas o rei da Inglaterra tinha que chegar a um acordo a cada ano com os Comuns, o que parecia não entender como uma Aquitânia autônoma, dotada de seu próprio governo e seus recursos ordinários e extraordinários, não poderia se defender sem um cordão umbilical sempre conectado ao o tesouro inglês. Eduardo III teve que renovar todos os anos a concessão de ajuda à exportação de lã, sua principal receita. E os Commons haviam recebido mal a expedição espanhola. Como eles iriam levar a ideia de uma nova guerra para aquela Aquitânia, que os mercadores ingleses acharam custar mais do que trouxeram de volta?

A resposta veio em junho, quando os deputados viram que o rei não podia discutir suas condições. O preço da ajuda foi a abolição da etapa de Calais, ou seja, a liberdade de comércio exterior. Então, uma epidemia de peste, que atingiu a Inglaterra no verão de 1369, causou um bom quarto da receita do imposto assim concedido, um imposto muito proporcionalmente à atividade econômica. A situação só foi restabelecida com a conivência do Papa: o clero pagou um decime.

Nas semanas que antecederam a guerra, o inglês não sabia para onde se virar e poderia se arrepender de ter sido tão ganancioso em Brétigny. Quando Lancaster estava pronto para chegar a Bordeaux com um forte exército - quinhentos homens de armas e seiscentos arqueiros - o Ponthieu foi visto se levantando. O advogado Guillaume de Dormans, irmão do chanceler e ele próprio futuro chanceler de Carlos V, havia viajado pela região e feito contato com os notáveis de Abbeville, Rue, Saint-Valery e Crotoy. Em 29 de abril, Abbeville abriu suas portas ao mestre dos besteiros da França, Hue de Châtillon, acompanhado por

seiscentas lanças. Oito dias depois, o povo do rei da França possuía toda Ponthieu, esta herança que Eduardo III tinha de sua avó e que em Brétigny lhe havia sido confirmada. As guarnições inglesas mal conseguiram o direito de sair livremente com seus móveis!

O caso foi conduzido tão bem que perturbou o plano de campanha estabelecido por Eduardo III. Os franceses eram esperados perto de Armagnac e foram encontrados em Abbeville. O rei desviou seu filho lancastriano para Calais, agora ameaçado, e confiou-lhe uma centena de homens de armas e todos os arqueiros planejados para a Aquitânia. Outro filho, Edmond, conde de Cambridge, futuro duque de York, foi contratado para liderar a outra metade do exército para Bordéus. A resistência inglesa estava dividida. A iniciativa mudou de lado.

Em Paris, sabíamos que o Príncipe Negro estava doente. A chegada de Cambridge a Bordéus foi interpretada como um alívio.

Ironia? Cortesia? Rotina? Em 26 de abril, Carlos V enviou aos soberanos ingleses um presente de cinquenta pipas de vinho Beaune. O vinho chegou com a notícia de Abbeville. Eduardo III aceitou muito a merda e mandou de volta o vinho e o barco. Ele acreditava que o rei da França queria insultá-lo, enviando-lhe um simples copeiro como embaixador? É improvável, mas foi falado em Londres.

O caso de apelação estava caminhando para sua conclusão. Em 9 de maio, os Estados Gerais se reuniram na grande câmara do Palácio. O rei e a rainha estavam lá, junto com o duque da Borgonha e quatro outros príncipes da flor-de-lis. Havia o cardeal Jean de Dormans - o chanceler - e três arcebispos, quinze bispos, abades, teólogos, juristas. As boas cidades tinham deputados. A sala estava cheia. A falha do Príncipe da Aquitânia foi notada.

Os dois irmãos dormanos, o chanceler Jean e seu irmão Guillaume, se revezaram na arenga. Um longo relato das queixas contra os ingleses foi ouvido. Então o rei falou. Foi modéstia ou escrúpulo prolongado? Não foi antes a precaução final na forma jurídica, antes do ato irreversível? Carlos V pediu que eles fossem bons o suficiente para dizer se ele tinha feito "algo que não deveria ter feito". A assembléia teve até o dia seguinte para pensar a respeito.

Os prelados e nobres se reuniram de fato no dia seguinte, que era o dia da ascensão. Os irmãos Dormans voltaram a falar, chegando finalmente ao objetivo preciso do encontro: as chamadas. Quando se tratava de sua adesão, os juristas do rei valorizavam muito as cidades, mas quando se tratava de discuti-los, a burguesia era considerada estranha aos direitos dos feudos.

O rei questionou os participantes, um por um. Não houve deserção: o rei da França estava certo, o inglês errado. No ponto em que as coisas estavam em maio de 1369, os amigos do Plantageneta devem ter se desculpado.

Os estados foram convocados na íntegra na manhã de sexta-feira. Uma rápida exposição foi ouvida e as boas cidades uniram seu acordo ao dos prelados e nobres. Foi lido o memorando inglês relatado em janeiro, junto com as respostas propostas pelo Conselho. Todos aplaudem. Foi decidido com entusiasmo que o texto da resposta real seria comunicado ao Papa e ao Imperador.

Essa rejeição das propostas inglesas, todos sabiam, foi a ruptura do Tratado de Calais. Na verdade, tanto em Ponthieu quanto na fronteira do Armagnac, a luta havia começado. A decisão do rei e o voto dos Estados Gerais apenas oficializaram o desacordo e a recusa de compromisso.

O próprio Carlos V concluiu o debate com algumas frases cuja eloqüência firme impressionou os presentes. O mínimo que se pode dizer é que, no caso Ponthieu, o atalho histórico foi descarado:

Tudo o que foi feito em Guyenne e Ponthieu foi feito por meio da justiça e de acordo com o tratado de paz, enquanto o Rei da Inglaterra em Ponthieu e o Príncipe de Gales na Guyenne prosseguiram por meio da guerra e fez.

Íamos ter guerra, e a culpa era do inglês. O rei ordenou procissões de vitória e deu aos duques de Anjou e Berry a ordem de partir para a ofensiva. E, em 30 de novembro, sem o menor constrangimento, ele fez sua Corte notar o crime do vassalo da Aquitânia que usou armas contra seu senhor o rei da França. O Tribunal declarou o confisco do ducado.

Em 19 de junho, na igreja da abadia de São Bavo, em Ghent, Philippe da Borgonha, irmão do rei, casou-se com Margarida de Flandres. O banquete foi memorável. O rei havia emprestado suas violas, o conde d'Eu seus talheres. Um século depois, o resultado da união será chamado de estado do Ousado. No momento, apesar do interesse econômico da burguesia empresarial ainda ligada à Inglaterra, e embora a França pagasse caro por isso devolvendo ao condado de Flandres os três castelenos anteriormente anexados - Lille, Douai e Orchies - o casamento de Filipe, o Ousado e Margarida de Flandres, significou o isolamento de Calais e o fechamento de Bruges aos navios ingleses.

Todos sabiam que Louis de Male havia feito de tudo para evitar o casamento francês. Ele havia prometido sua filha ao conde de Cambridge, e foi necessária a conivência da viúva de Flandres, filha de Filipe V, para prevalecer sobre o inglês. Não foi dito que a arrogante princesa abriu a blusa na frente do conde Louis, seu filho, e ameaçou este último cortar o peito para jogá-lo aos cachorros se Margarida não se casasse com um príncipe francês? Por mais suspeita que seja, a história pertence ao estilo da época. A condessa viúva certamente nunca teria atirado o peito aos cachorros, mas não é impossível que ela tenha dito tal coisa. Ela teria, com mais certeza, deserdado seu filho de Artois, e o conde de Flandres foi anexado a Artois.

E então, sabíamos que foi necessária a extraordinária bondade do Papa para romper o noivado inglês. Embora Urbain V tivesse acabado de autorizar o casamento francês do

duque de Bar, apesar dos laços de família que se opunham a isso por lei, ele determinou que o parentesco do conde de Cambridge e a herdeira de Flandres não permitia o casamento . A intervenção pontifícia foi repleta de insinuações: Urbain V tomou partido.

Eduardo III fez de tudo para evitar a guerra. Ele entrou na defensiva. Ele tinha poucos aliados. Ele não tinha esperança de lucro real. Pelo menos ele não perdeu a oportunidade de marcar um ponto. Antes da reunião do Parlamento em Westminster em 3 de junho de 1369, ele anunciou que estava retomando o nome e o título de Rei da França, abandonado em Calais em 1360. A velha disputa pela sucessão dos Capetianos estava bem esquecida, e nós há muito não falava dos direitos de Isabelle da França. A coroa francesa de Eduardo III não era um objetivo, era uma resposta. Nem mesmo uma discussão. Um golpe de brilho e uma reversão da iniciativa.

Em 1369, a questão não era ir para Reims, mas manter a Aquitânia porque era rica e era herança dos Plantagenetas, e manter Calais porque uma cabeça de ponte era útil .

João de Lancaster acabava de assumir, em nome do rei seu pai, a defesa de Calais. Ele não conseguia pensar que seu neto um dia reinaria para sempre sobre a França e a Inglaterra. Para isso, Lancaster terá executado o último dos Plantagenetas, filho do Príncipe Negro, e aproveitado a loucura de Valois Carlos VI.

CAPÍTULO XI

A reconquista de Carlos V

O CUSTO DA GUERRA.

Antes de embarcar na reconquista das terras perdidas por seu pai, Carlos V se certificou dos tendões da guerra. O sistema tributário foi fortalecido em 1363 pela adição de um fouage, enquanto se continuava a cobrar os impostos sobre o consumo estabelecidos para o resgate de João, o Bom e na verdade alocados para todos os tipos de despesas militares, guerra contra o navarro ou luta contra as empresas. Ele havia sido modificado em 1366: a taxa de escavações foi reduzida, seu levantamento estendido. Inicialmente concedido por um ano, esse imposto direto estava em seu quinto ano, quando Carlos V deu os passos finais para a guerra.

Foi feita uma tentativa de substituir as incrustações por um novo imposto indireto sobre a moagem de trigo. A ideia foi abandonada rapidamente. Em dezembro de 1369, os estados de Langue d'oïl contentaram-se em renovar indefinidamente as escavações e os impostos sobre o consumo. O rei era o senhor de suas finanças. Tinha, de fato, um imposto permanente.

Em seu leito de morte, meditando diante da coroa da França, Carlos V foi tomado de escrúpulos. O direito do rei de impor seus súditos dessa maneira era bem fundamentado? O último ato de Carlos V será arruinar o governo do menino Carlos VI, abolindo as fouages.

A concessão fundamental de um imposto ilimitado no tempo na Langue d'oïl, a concessão anual de um imposto pelos Estados do Languedoc, tudo isso em nada impediu a velha negociação. Continuamos, cidade por cidade, província por província, a discutir acaloradamente o valor do imposto.

Aqui, foi um artifício de base tributária: o senechaussee de Carcassonne, argumentando a devastação causada pelas empresas, obtida em 1370 para não contabilizar mais 90.000 incêndios mas apenas 35.623 cada negociando por sua parte, Languedoc como um todo passou de 210.000 para 83.000 incêndios. Nem é preciso dizer que esses fogos não têm mais nada a ver com lareiras de verdade, com chaminés fumegantes. O "disparo" tornou-se um coeficiente de distribuição. Anteriormente contabilizada por 1.333 incêndios, a

cidade de Albi agora era contabilizada por 140: isso significa simplesmente que o povo de Albi teve que pagar

da soma concedida pelos Estados do Languedoc. Cabia aos albigenses providenciar para que, "o forte carregando o fraco", a distribuição real entre os habitantes levasse em conta as diferenças de fortuna.

Lá, foi simplesmente a figura que se discutiu, durante um ou vários anos. A passagem do passeio - ou do granizo - era a melhor justificativa. Até o mais duro dos oficiais reais sabia o que restava da produção em torno dos traços de um exército em campanha. Após a passagem de Knolles em 1370, após a de Lancaster em 1373, houve ondas de atrasos, reduções e reduções.

O imposto também foi pago em espécie ou em serviços. Quer uma cidade tenha reconstruído suas muralhas ou restaurado seu castelo, quer tenha fortificado seus portões ou adquirido uma artilharia, todas essas são razões para reduzir o que era devido ao rei em dinheiro. A despesa teve que ser compensada. Era preciso também remunerar o zelo e a fidelidade. O povo do rei sabia muito bem que havia cidades a serem administradas com cuidado.

As negociações locais nem sempre foram na direção do alívio. Carlos V não teve vergonha de fazer os contribuintes pagarem por sua própria segurança. Era o que devíamos pelas necessidades do reino e o que devíamos ser daqueles que protegíamos. Os súditos do rei, que tinham a guerra em casa e sabiam qual seria sua ruína, muitas vezes pediam uma carga tributária adicional, contanto que tivessem a garantia de que os lucros seriam afetados a eles.

Foi assim que os estados da Normandia votaram sem barganhador, ano após ano, as somas necessárias para que o exército do rei pudesse tirar Saint-Sauveur-le-Vicomte, esta fortaleza de Cotentin de onde pairava uma guarnição inglesa ameaça permanente em todo o oeste da Normandia. Cinco impostos excepcionais permitiram aos normandos pagar por várias tentativas de cerco. Por fim, pagaram os cinquenta e cinco mil francos que foram dados aos ingleses como preço de partida.

A carga mais pesada que as cidades carregavam era a do recinto. Desde o tempo de Filipe VI, nós construímos, elevamos, reforçamos. Mas levou alguns anos para que os líderes da cidade entendessem que era tarde demais, quando o inimigo estava lá, para verificar os portões. A proteção em tempos de guerra era uma preocupação constante em tempos de paz. Os vereadores e os cônsules se acostumaram com essa ideia. Eduardo III, Lancastrian e o Príncipe Negro deixaram isso claro para os normandos e Poitou, assim como Charles le Mauvais e Du Guesclin. Os Jacques deram uma lição aos parisienses. O Arcipreste e seus companheiros chegaram aos Languedocians e Auvergnats.

Muitas cidades transbordaram de seus muros na época do crescimento populacional. Alguns, como Paris, continuaram a crescer graças a um êxodo rural que as calamidades mal abrandaram. Todas essas cidades que tinham verdadeiros bairros “fora dos muros” sabiam que era preciso escolher: sacrificá-las ou fortificá-las. Mas o simples fardo da manutenção às vezes era pesado demais para a burguesia. O povo de Toulouse foi visto desistir de usar tijolos de boa qualidade, bem cozidos no forno, para consertar suas paredes e se contentar com a terra batida simples, que eles sabiam, no entanto, que se esfarelaria ao sol e derreteria com o aguaceiro.

O rei ajudou nesta dura consciência das necessidades da guerra: a portaria de 19 de julho de 1367 prescrevia uma verdadeira “nacionalização” das fortalezas. Os mestres dos castelos fortificados tiveram que colocá-los em condições de resistir a um cerco, fornecer-lhes alimentos e munições, fornecer-lhes artilharia e tudo isso às suas custas. Se não pudessem, deveriam mandar demolir os altos muros, para que o inimigo não os pudesse usar depois de os ter tomado com muita facilidade. Podemos adivinhar o que custou a tantos pequenos senhores já atingidos pela crise econômica e muitas vezes forçados pelos novos costumes políticos a adquirir uma "segunda casa" em Paris, Rouen ou Toulouse.

Quanto às cidades, o decreto de Carlos V deu-lhes a escolha entre incluir seus subúrbios ou arrasá-los. Veríamos mais tarde indenizar os donos dessas casas queimadas ou demolidas porque constituíam um escudo gratuito para os amadores de minar ou escalar.

A partir desse mesmo ano de 1367, Carlos V enviou seu homem de confiança Étienne du Moustier para inspecionar as fortalezas da Normandia. Os oficiais de justiça, por sua vez, fizeram um tour pelos seus possíveis pontos de apoio com especialistas. Quando a guerra finalmente estourou, em 1370, o tesoureiro da guerra Jean Le Mercier ainda estava em turnê pela Normandia.

Parece que a estratégia real distinguia de antemão duas frentes: a da ofensiva contra a Aquitânia e a da cavalgada inglesa ainda possível de Cherbourg ou Calais. Mas nenhuma região estava protegida das divagações de tal passeio.

A campanha de Crécy havia chegado perto dos muros de Paris. No entanto, foi um bom momento que a capital transbordasse de seu recinto para o norte, ou seja, a muralha de Philippe Auguste que deixava de fora de qualquer defesa as extensões para o norte, oeste e leste do "grande ruas »Saint-Denis e Saint-Martin, Saint-Honoré e Saint-Antoine. Louvre ambiente para aqueles de Saint Paul Hotel, um cinto de novos bairros expandiu a Paris XIII século e casas proliferaram na estrada para a Flandres ou o Vexin, fora de portas velhas que nenhuma pessoa ' já não sabiam como fechar e que estavam em vias de se tornarem simples locais da topografia parisiense.

Essa situação não deixou de preocupar os responsáveis pela ordem, pois os moradores dos subúrbios rapidamente entraram em pânico e superlotaram o centro da cidade, onde as casas esvaziadas pela Peste Negra foram rapidamente ocupadas por novos parisienses.

Em 1360, Jean de Venette ficou comovido ao ver com seus próprios olhos os habitantes de três importantes cidades da margem esquerda, Saint-Germain-des-Prés, Saint-Marcel e Notre-Dame-des-Champs, abandonando suas casas e suas casas. móveis para se instalar na apertada Paris.

Esta cidade amontoada no seu antigo recinto como um espartilho inconveniente e que por vezes teve que sacrificar o seu entorno urbano - Saint-Germain-des-Prés foi parcialmente destruída - só encontrou um novo equilíbrio interno com a duplicação da sua superfície. defensável. Sob a liderança do enérgico reitor Hugues Aubriot, um novo muro foi erguido na margem direita - uma pena para Saint-Germain-des-Prés - e incluiu distritos agora essenciais para a manutenção das atividades administrativas e políticas, bem como para a sobrevivência. economia da cidade. Isso salvou os ricos hotéis dos príncipes e notáveis do serviço público estabelecidos rio abaixo em torno do Louvre, rio acima perto da residência real de Saint-Paul. Da mesma forma, as casas de milhares de artesãos e lojistas foram protegidas, ao longo das estradas da Picardia, Flandres e Hainaut, depois de Porte Montmartre, Porte Saint-Denis e Porte Saint-Martin.

Finalmente, na subdivisão dos novos "belos bairros" da Porte Barbette e da Porte du Chaume, os novatos das finanças e da guerra esculpiram as residências que o tecido urbano muito apertado nas proximidades do Sena e do " Croisée de Paris ”não permitia mais que as pessoas se sentissem à vontade na cidade velha. O hotel Barbette deixará um nome na história quando Luís d'Orléans foi assassinado quando partiu para visitar a Rainha Isabel. As folhas de hotéis Clisson na parte lateral dos Arquivos Nacionais atuais, a silhueta de suas duas torres na paisagem parisiense do XX século.

Esta decisão, que triplicou a margem direita sem aumentar a margem esquerda, teria graves consequências para Paris. A partir de agora, a cidade dos financistas, oficiais, confeiteiros e cambistas é a margem certa. Dizemos apenas “a cidade”. O outro lado é "a Universidade", habitada por clérigos, professores, advogados, livreiros, pergaminhos.

Aubriot terminou a sua obra começando a construir às custas do rei, de frente para a estrada de Champagne, esta bastida de Saint-Antoine cuja posteridade faria “a Bastilha”. A primeira pedra foi lançada, não sem solenidade, em 22 de abril de 1370. Uma contrapartida da torre de menagem do Louvre no leste, a Bastilha com oito torres era acima de tudo o posto fortificado na estrada para Vincennes. Ela guardava o portão que garantia a segurança do rei. Os ingleses não tiveram nada a ver com isso. A memória de Etienne Marcel, sozinha, explica essa atenção dada ao escoadouro da rua principal de Saint-Antoine. Ali, a galope a cavalo, o rei estava a salvo naquela que era ao mesmo tempo a mais segura das fortalezas e a mais agradável das residências, este castelo de Vincennes onde nasceu.

Tendo assim implementado uma defesa passiva sistemática do que havia sido salvo do desastre em Brétigny, Carlos V sentiu-se protegido de surpresas. Faltava montar o exército

de reconquista. O exército de João o Bom, meio feudal meio assalariado, tinha demonstrado suficientemente sua incapacidade - falta de coragem, falta de disciplina acima de tudo - para Carlos V pensar desde o início que a primeira condição de Recapture of the Lost Lands em 1360 foi um exército renovado, recrutado e organizado em novas bases e capaz de uma nova estratégia.

PROJETOS DE ATERRAGEM.

Por um tempo, os franceses pensaram em atingir o Império Plantageneta no coração. A velha ideia, já acalentada por Filipe, o Belo, de um desembarque na Inglaterra voltou a ganhar forma graças à aliança castelhana. A frota do rei Henri de Transtamare estava pronta para cruzar o canal. Esperava-se que os escoceses e galeses não pudessem perder essa oportunidade de revolta. Aquitânia então cairia sem a necessidade de carregar ferro e fogo para lá e, portanto, sem novas ruínas. A extensão dos preparativos encomendados desde a primavera de 1369 por Carlos V é suficiente para mostrar a importância do assunto: o rei da França não queria um simples desvio, para aliviar a futura frente da Aquitânia. Ele queria um ataque direto ao trono da Inglaterra. Os Valois não o esconderam, o golpe direto em Londres renderia frutos mais rapidamente do que uma mordidela nas posições do Príncipe Negro na Aquitânia. Carlos V, portanto, "brevemente traria a paz" ao reino da França.

O estado da Marinha Real não era brilhante. Alguns portos tinham navios suficientes para garantir a liberdade de navegação comercial dentro de um raio limitado. Na maior parte, o golpe para L'Écluse pela frota de Eduardo III não foi superado. Carlos V fez um esforço, ordenou o armamento de cinco galés para proteger a costa do Languedoc, cinco outras para a costa da Normandia. Ele fez contato com os Grimaldi, senhores de Mônaco, que lhe ofereceram alguns barcos e - embora sua reputação tivesse diminuído na França desde L'Écluse e Crécy - os insubstituíveis besteiros genoveses. Ele também contratou um almirante aragonês. Ao mesmo tempo, ativou a obra do Clos des Galées de Rouen. Mas todo o caso foi devido à participação castelhana.

Desde o início, porém, o projeto foi falho. Os franceses não tinham experiência da Inglaterra e tinham algumas ilusões sobre a recepção que poderiam receber das populações anglo-saxãs. Olivier de Clisson, a quem recordamos ter sido criado através do Canal da Mancha com o futuro Duque da Bretanha, disse-o bem ao Conselho:

Não estão tão bem vestidos, nem estão habituados a ir para a Inglaterra e fazer guerra lá, como os ingleses devem cruzar o Canal da Mancha e vir para a França.

As alianças francesas foram precipitadas. O novo rei de Castela era devedor de Carlos V, mas ainda tinha muito que fazer em casa para travar uma guerra à distância. Os escoceses

haviam concluído com a Inglaterra tréguas suficientemente vantajosas para não questioná-los muito rapidamente. Muitos galeses estavam cansados da guerra. O rei da França deu ouvidos aos partidários da guerra a todo custo, interessado em trazer a guerra para a Inglaterra: alguns escoceses, alguns galeses no exílio como o príncipe Owen. Ele tinha ouvido o conselho de quem esperava - e com razão - o desembarque de um exército inglês e achou melhor passar à frente do inimigo na ofensiva. Além disso, nessa hipótese pode parecer preferível devastar o campo inglês e, assim, poupar as cidades e vilas da França.

Uma ajuda inglesa ao Chef de Caux - Sainte-Adresse, perto de Le Havre - em julho de 1369, reforçou a ideia de que era urgente um ataque com força.

Philippe da Borgonha foi o responsável por liderar a expedição. O orçamento que lhe foi atribuído permitiu-lhe reter mil lanças. O almirante aragonês Perillos seria flanqueado por um chefe de Montpellier, Jean Colombier, que se juntaria ao Canal, e Etienne du Moustier, já responsável pelos armamentos reais de Clos des Galées e Harfleur. Para gerir as finanças do negócio, antes e depois da "passagem", o tesoureiro Pierre de Soissons foi nomeado "escrivão do exército marítimo". O guarda Clos, Richard de Brumare, foi instruído a prestar atenção especial à artilharia.

Os navios requisitados em todos os portos do Canal se reuniram em Harfleur e em Leurre - o futuro Havre - e vimos a foz do Sena se transformar em um armazém gigantesco onde cavalos, munições, pratos despejavam. , beba e coma pelos cinco ou seis mil homens que eram esperados. Havíamos planejado duzentos barris de vinho e a mesma quantidade de sidra, mil toucinho de porco e cem mil arenque, doze mil libras de vela. Os carpinteiros pregavam os planos inclinados para o carregamento dos cavalos, as costureiras cosiam a lona dos cochos de aveia.

O LANCASTRE RIDER.

Enquanto nos perguntávamos em Leurre quando veríamos as galés do Rei de Castela, soubemos, no início de agosto de 1369, que o duque de Lancaster e seu exército acabavam de desembarcar em Calais. O rei da França - por sua vez - foi forçado a mudar seus planos.

Filipe da Borgonha foi condenado a realizar um contra-ataque contra Calais, que deixaria uma lamentável memória. Carlos V havia proibido seu irmão de se engajar plenamente: profundamente marcado pela memória de Poitiers, o rei vivia com medo dessas "batalhas" em que um reino era perdido ou vencido em poucas horas. Além disso, Philippe deu provas de sua bravura, mas ele era um capitão medíocre. Quando ele chegou a Tournehem em 23 de agosto, os ingleses dominaram toda a região ao redor de Calais. Ele fez uma pausa.

Os dois exércitos realmente se observaram por três longas semanas. Falou-se em fazer os campeões lutarem em campo fechado: uma espécie de luta renovada dos Trinta, mas seis contra seis. A ideia congelou sozinha.

A mordomia não mudou seus planos tão rapidamente quanto os homens de armas. Os suprimentos acabaram. O duque da Borgonha estava farto. Ele levantou acampamento e, deixando os ingleses livres para ir aonde quisessem, simplesmente voltou a Paris.

Jean de Lancaster não esperava tanto. Ele foi devastar Ponthieu, então o país de Caux. Em uma marcha forçada, ele estava indo em direção a Harfleur, claramente determinado a destruir a frota francesa ali. A guarnição salvou a cidade. Lancaster avaliou que ao permanecer na ponta do país de Caux correu o risco de cair em uma armadilha e não insistiu. O exército inglês voltou para Calais.

Os navios ingleses cruzaram durante toda a expedição. Carregados com o saque que o exército fazia nas aldeias, os barcos iam e vinham entre a costa e a frota.

Lancaster não havia cruzado o Sena, mas as coisas não estavam melhores para o rei da França no oeste da Normandia. Amaury de Craon e Olivier de Clisson tentaram em vão tomar Saint-Sauveur-le-Vicomte, esta fortaleza legada por Geoffroy d'Harcourt ao Rei da Inglaterra e dada por ele aos seus fiéis Chandos. Finalmente, Carlos, o Mau, acabara de pousar mais uma vez em Cherbourg; a notícia não augura nada de bom para Carlos V.

A cavalgada de Lancastrian pode parecer um golpe em vão. Foi repleto de consequências. O seu rápido sucesso fez esquecer o dispendioso fracasso da promenade militar de 1359 - recordamos o cerco de Reims - e ancorou o envelhecido estado-maior que governava a estratégia inglesa na ideia de que nada mudou desde os tempos. grandes passeios vitoriosos. Até o fim, Eduardo III e seus filhos só iriam conceber a resposta ao avanço francês na frente da Guiana na forma de ataques que levassem a França através de Calais a Bordéus ou de Bordéus a Calais. Nesta guerra o inglês iria desperdiçar suas forças e seu dinheiro, mesmo que o Parlamento se mostrasse cada vez mais parcimonioso. Ninguém se perguntou, no governo de Eduardo III, se a receita do imposto não teria sido melhor empregada para aliviar a defesa da Aquitânia.

Dessa série de viagens, a França emergiria sem sangue, os vestígios dos Knolles, Lancastrians e Buckinghams caindo no campo em uma longa série de aldeias queimadas e colheitas saqueadas. Mas Carlos V tinha visto na retirada do duque de Borgonha, sem dúvida meio premeditada, o início de uma estratégia de desprezo que iria fazer, durante dez anos, sua resposta usual às ofensivas inglesas. Lancaster poderia muito bem desfilar, e os aldeões normandos gemem em seus celeiros carbonizados: o reino inteiro pagou menos do que na aposta arriscada de um dia de batalha. No final das contas, o inglês gastou muito dinheiro para não tomar uma única cidade. Os despojos não compensaram o custo da expedição, e poucos resgates foram ganhos nesse tipo de caminhada. O mestre dos

besteiros Hue de Châtillon foi um dos poucos que teve que se redimir - o rei o ajudou - por ter sido estupidamente pego em uma emboscada diante de Abbeville.

Demorou alguns meses para Carlos V admitir que não era mais hora de ir para a Inglaterra. Em setembro, um ataque incendiou Portsmouth. No início de dezembro, independentemente da estação, o rei fez uma nova tentativa, menos ambiciosa que a primeira: era simplesmente ir e incitar uma possível revolta no País de Gales em favor de Owen. A frota zarpou, enfrentou mau tempo por dez dias e finalmente voltou ao porto. O ano em que o rei da França queria levar a guerra ao inimigo terminou com uma série de fracassos retumbantes.

GUERRA NO MAR.

Carlos V foi um homem que tirou lições da experiência, a sua e a de seu pai. Por um lado, ele entendeu que os passeios foram em vão, e que o terreno tinha que ser ocupado, pé quadrado por pé quadrado. Por outro lado, ele experimentou que deveria contar com as frotas aliadas apenas como um complemento à sua. Mas ele tinha que controlar o Canal da Mancha.

Le Clos des Galées recuperou a sua atividade desde os primeiros anos da guerra. Criado o almirante da França em dezembro de 1373 para substituir o incompetente e talvez desonesto Aimery de Narbonne, Jean de Vienne trocou todo o pessoal durante a noite e reorganizou todos os serviços cujo trabalho contribuiu para dar aos esquadrões do rei uma base logística. consistente. Um “mestre de Clos des Galées” se encarregou da compra, construção e manutenção de navios em todos os portos do reino. O ritmo dos canteiros de obras foi aumentado: em 1377, a frota real já contava com 120 navios de guerra, incluindo trinta e cinco embarcações de alto nível, capazes de enfrentar mar agitado e transportar artilharia pesada.

O rei da França poderia doravante proteger seus comboios mercantes, manter a costa da Normandia protegida de surpresas e até mesmo aparecer na costa inglesa. De 1377 a 1380, uma dúzia de portos - incluindo Portsmouth e Yarmouth - foram queimados, por exemplo. Em várias ocasiões, os londrinos, por sua vez, experimentaram o estado de alerta.

Os ingleses realmente tentaram, em 1372, um empreendimento em grande escala. Eles então tiveram que enfrentar uma esquadra castelhana, finalmente chegou, fiel aos compromissos do rei Henri de Transtamare. Quando sabemos a importância das relações marítimas para a Aquitânia mais uma vez dependente da Inglaterra, podemos medir o significado político de uma batalha como a de La Rochelle.

O esquadrão inglês era considerável: trinta e seis navios de guerra, quatorze barcaças mercantes carregadas de homens e dinheiro. Jean de Hastings, conde de Pembroke, o

comandou com o título de tenente do rei no principado da Aquitânia, cujo significado aparece quando sabemos que o Príncipe Negro, gravemente afetado pela doença, havia retornado à Inglaterra no ano anterior e que seus irmãos Lancaster e Cambridge tinham outras coisas a fazer além de salvar o estado de seu irmão mais velho. Nesta primavera de 1372, foi a Pembroke que Eduardo III confiou a tarefa de organizar a defesa da Aquitânia.

As alianças marítimas de Carlos V dificilmente preocuparam os ingleses. Os Valois sempre estiveram sozinhos no mar, mas as coisas mudaram desde 1369 e Eduardo III só percebeu isso tarde demais. O rei de Castela estava finalmente em posição de pagar sua antiga dívida de gratidão e, quando soube que a esquadra inglesa estava atacando Aunis, mandou montar cerca de vinte galés sob as ordens do almirante de Castela, o excelente O genovês Ambrogio Boccanegra, sobrinho próprio do primeiro dos doges, Simone Boccanegra. Este esquadrão foi emboscar em La Rochelle para aguardar a chegada dos ingleses.

Carlos V não foi deixado de fora. Tinha enviado ao Atlântico a pequena frota que já tinha à sua disposição: oito galés, que de alguma forma garantiam a presença francesa no Canal da Mancha. Seu líder era outro genovês, Rainier Grimaldi. Essas galeras cobriam uma dúzia de barcaças carregadas com duzentos a trezentos homens de armas sob as ordens de Owen, o galês. Mas, se as galeras de Grimaldi chegaram a tempo, foi avançando sobre as pesadas barcaças que só ficaram à disposição de Owen. Este último não resistiu ao prazer de zombar dos ingleses: fez uma aterragem em Guernsey sem futuro. Em seguida, foi diretamente a Castela, a fim de pleitear o processo de desembarque no País de Gales para o qual Henri de Transtamare não estava de forma alguma resolvido. Owen ainda estava em Santander quando ouviu a notícia de La Rochelle.

Na verdade, foi na costa de Aunis que a reunião ocorreu em 22 de junho de 1372. Boccanegra tinha o número dele. Ele também era, e de longe, um melhor barqueiro do que Pembroke, a quem ele imediatamente cortou o acesso ao porto. Contra o fogo rápido dos arqueiros ingleses, Boccanegra não tinha apenas o de seus besteiros: ele havia embarcado a artilharia de pólvora. As flechas e os parafusos foram em vão quando entraram nas tábuas. As bolas quebraram as costelas.

O noivado de 22 de junho rapidamente se tornou uma desvantagem para os ingleses. Quatro barcaças mercantes foram tomadas pelos castelhanos, que entusiasticamente atiraram ao mar as tripulações vencidas. Alguns teriam perseguido de bom grado o resto do esquadrão inglês imediatamente. Boccanegra moderou suas tropas e soou a retirada.

Os ingleses pensaram que se vingariam no dia seguinte. Contava sem a astúcia genovesa: Boccanegra simplesmente ouviu a maré tocando. Ele disse isso aos seus tenentes:

Eles estão nos esperando em mar aberto. Na primeira maré, vamos correr até eles e aqui está o porquê. Nossas galeras são leves. Suas grandes naves, ao contrário, suas grandes barcaças são pesadas e muito carregadas. Eles não serão capazes de se mover na maré baixa e nós os atacaremos com fogo e calado.

Pembroke não estava em uma missão para destruir o esquadrão inimigo; se fosse esse o caso, ele teria lutado contra a maré. Pembroke estava tentando entrar em La Rochelle. Um esquadrão inglês vitorioso, mas meio afundado em combate em alto mar, teria sido um mísero reforço para as fortalezas sitiadas na fronteira da Guiana. A manhã de 23 de junho encontrou o estado-maior inglês ainda deliberando sobre a maneira de derrotar os castelhanos.

Foi então que Boccanegra atacou. Na maré que mal subia, ele de repente lançou suas galés, cada uma empurrando contra um navio inglês uma fogueira de sebo e óleo. Os ingleses acreditaram na batalha para mais tarde, para a hora da maré alta. Eles não tiveram tempo para fazer nada além de atirar flechas desnecessárias.

Atingidos pelo fogo, três navios ingleses pegaram fogo. O vento comunicou o fogo. Era a hora da brisa terrestre. Os genoveses atacaram a favor do vento.

Os porões ingleses continham os cavalos do exército de reforço. Sentindo-se enfumaçados, os pobres animais esmagaram as anteparas, dispararam entre os navios em chamas, explodiram nas armações. Os marinheiros e soldados que escaparam do fogo e dos chutes se encontraram no mar.

A nau capitânia conseguiu se desvencilhar. Ele foi levado a bordo: os castelhanos viram ali alguns bons resgates a exigir. Os prisioneiros foram enviados a Castela, acorrentados dois a dois no fundo do porão. Só o conde de Pembroke foi estimado em cento e trinta mil francos. Naquela época, Bertrand du Guesclin, retornado à França, tinha pouco a ver com seu ducado espanhol de Molina; ele pensou que estava fazendo uma transação vantajosa ao ceder este ducado ao rei Henrique, que o havia dado a ele, em troca do qual o rei de Castela lhe entregou o tenente de Eduardo III. Mas Pembroke era diabolicamente pobre: ele não conseguia nem encontrar o dinheiro para a primeira prestação, dez mil francos. Pode-se pensar que o rei da Inglaterra seria generoso com seus desajeitados fiéis; Isso não aconteceu. Pembroke morreu em 1375, ainda prisioneiro em um castelo na Picardia, e Du Guesclin nunca viu um centavo do resgate.

Carlos V não queria que seu condestável se arrependesse de ter abandonado qualquer ideia de retornar a Castela. Ele deu-lhe cinquenta mil francos. O bom negócio fora para Henri de Transtamare.

CABEÇAS E SOLDADOS DA RECONQUISTA.

Os franceses não conseguiram desembarcar na Inglaterra, os ingleses haviam perdido sua frota de guerra. No final das contas, tudo se desenrolou na terra, fortaleza após fortaleza. O destino do Principado da Aquitânia seria dominado apenas pelos “homens de armas e calados” das companhias e guarnições.

A estratégia dos franceses era simples e dependia tanto dos hábitos de Bertrand du Guesclin quanto do caráter do rei. Carlos V era um inimigo de proezas desnecessárias e tendia a pesar - no segredo de seu gabinete ou das deliberações do Conselho - o custo político e financeiro de cada operação. Não há grandes cavalgadas, portanto, a serem conquistadas através do país, e menos ainda daquelas batalhas regulares em que o destino do país se desenrolava entre a primeira hora e a hora das completas. Claro, Carlos V havia pensado em um ataque a Londres, mas um sucesso em Londres sem dúvida teria despojado toda a defesa da Guyenne de uma vez; um ataque contra Agen ou Bordéus não teria bastado.

A reconquista, portanto, são dez anos de uma lenta progressão de uma verdadeira frente de ocupação de terras. São dezenas de fortalezas removidas pacientemente e sistematicamente ocupadas ou desmanteladas. Não é o avanço deslumbrante de ataques unilaterais, mas o avanço metódico e obstinado de peões que são guarnições, em um tabuleiro de xadrez feito de cortinas com ameias, pontes fortificadas e encruzilhadas vigiadas.

A guerra é o máximo possível, ou seja, talentos e finanças. A retaguarda está assegurada, o exército é fornecido - lembramos Tournehem - e o pagamento é pago no devido tempo. A sabedoria governa as táticas e também a logística. Você só mantém um cercado se puder defendê-lo e se ele puder ser usado para manter a área circundante. Caso contrário, a Picareta do Demolidor o coloca fora do alcance do inimigo. Nas grandes cavalgadas de Knolles, Lancaster e Buckingham, Carlos V e seus capitães responderam com guarda e vigia. Não enfrentamos o inimigo cavalgando, nós o perseguimos em seus flancos. Tudo isso é menos brilhante do que a "batalha", mas é mais certo.

Não vamos concluir que não existe estratégia. A resposta da defesa passiva é muito deliberada. É uma recusa em lutar por iniciativa do inglês. O inimigo escolhe o momento de atacar: aquele que lhe dá a vantagem. Por que aceitar isso?

Tal estratégia não é dada como certa, e Carlos V deve conter aqueles que, mesmo dentro de seu Conselho, lamentam abertamente a ousadia dos velhos tempos. Assim, em setembro de 1373, no auge da cavalgada conduzida de Calais pelo Duque de Lancaster:

Vários barões e cavaleiros do reino da França e cônsules das boas cidades sussurravam uns aos outros e diziam em público que era um grande incômodo e grande tristeza para os nobres do reino da França - onde há tantos barões, cavaleiros e escudeiros cujo poder é tão renomado - quando eles assim deixaram os ingleses passarem à vontade, e não foram combatidos.

A resposta vem de Bertrand du Guesclin, que fará eco ao Duque de Anjou e Olivier de Clisson:

Aqueles que falam em lutar contra os ingleses nem consideram o perigo que podem correr. Não estou dizendo que não foram lutados, mas quero que seja uma vantagem para nós, pois eles sabem aproveitar quando os acertar.

Esta guerra onde nada se aventura no destino de um "dia" traduz em arte militar a ideia que o rei Carlos V. tem de comando. Pedindo desculpa pela sua delicada saúde por nunca ter estado presente em na frente de batalha como seu pai e seu avô eram, ele está ciente de tudo e toma todas as decisões ele mesmo. Ele supervisiona pessoalmente a qualidade dos capitães, bem como a oportunidade das escolhas táticas. Para travar tal guerra - e travá-la assim - Carlos V não ganha nenhuma glória, mas ele recupera seu reino.

Alguns fiéis atribuirão seu nome a este trabalho de boa administração tanto quanto de boa guerra. Du Guesclin é obviamente o primeiro. Retornado da Espanha em julho de 1370, foi nomeado condestável da França em 2 de outubro. Às vezes como comandante-em-chefe, às vezes ao lado de Louis d'Anjou, ele será o arquiteto da reconquista. Olivier de Clisson vive e luta na esteira de seu compatriota Du Guesclin, a quem sucederá como policial em 1380. Defetor do partido Montfort e especialista em assuntos ingleses, Clisson comanda principalmente no Ocidente, principalmente na Bretanha. Quanto ao almirante Jean de Vienne, proprietário de terras do condado de Borgonha e que continua a ser um dos chefes do exército, embora seja o responsável pela frota, é um organizador, um técnico dos cercos , um treinador de máquina.

Não esqueçamos o estrategista medíocre que é Hue de Châtillon, o mestre dos besteiros. Este grande barão é a devoção feita homem. Há muitos como ele no exército de Carlos V. Soldados sem gênio, mas fiéis e sólidos, são o pilar da defesa de uma região contra o ataque inglês ou a ocupação em vigor dos territórios reconquistados. Assim, o marechal da França em 1368, Mouton de Blainville - na verdade ele é chamado de Jean de Mauquenchy, Sire de Blainville - permanece na Normandia o chefe insubstituível da equipe permanente.

Finalmente, existem os príncipes. Presentes no Conselho quando se decide a guerra e seus meios, estão à frente do exército na Guyenne ou na Normandia, verdadeiros tenentes do rei - com ou sem o título - já que Carlos V está no coração de seu governo e não na vanguarda. Com exceção do Duque da Borgonha, que se revelou mal em 1369 e que ocupa bastante os negócios de suas propriedades - vamos vê-lo no entanto no exército real, na Normandia, em 1378 - todos os príncipes das flores de Eles desempenham mais ou menos esse papel de capitão-geral. Até Jean de Berry, que ficará sob o comando de seu sobrinho Carlos VI, o homem do meio político feliz e que será lembrado como um destacado patrono, pouco adequado à profissão de capitão, nesses anos de sua juventude comandou o exército de seu irmão, o rei. O duque de Berry esteve em 1369 à frente do exército de Langue d'oïl, Maine e Normandia em Forez e Lyonnais. Vamos encontrá-lo, ainda tão ineficaz, na Guyenne, depois em Berry. No longo prazo, porém, Carlos V se cansará de desperdiçar seus soldados, confiando-os a seu irmão.

Mais estimado na frente das tropas é o duque Louis de Bourbon. Quase sempre aparece como o segundo de seus cunhados nos grandes teatros de operações, a menos que lhe seja

confiado o comando nessas regiões difíceis de prender que são Auvergne e países vizinhos. Seu primo Jean de la Marche serve por sua vez, em Limousin, em Marche, na Normandia.

O primeiro lugar entre os príncipes, entretanto, vai para Louis d'Anjou. O jovem que não conseguiu manter seu contrato de refém em Londres mudou muito em poucos anos. Ele é o mais velho dos irmãos do rei. Como tal, ele será por muito tempo o herdeiro do trono, e Carlos V verá nele o regente que poderá tornar necessário o nascimento tardio do futuro Carlos VI. Estabelecendo a mais estranha das ligações - a adoção - com a antiga dinastia angevina que ainda reina no sul da Itália, ele mais tarde pensou em assumir em Nápoles o lugar dos netos de Carlos de Anjou, irmão de Santo Louis. Nesse ínterim, ele é o tenente por excelência de seu irmão. Ele é o único com uma autoridade ampla e duradoura. Sozinho ou quase, ele tem direito à iniciativa. Mesmo tendo um quadro pessoal, partilha com o rei o direito de recrutamento das empresas - agora dizemos as “rotas” - que ficarão retidas no serviço. Seus marechais detinham na frente do Languedoc o lugar que os marechais da França ocupavam em Langue d'oïl. Não é exagero dizer que a manutenção do Languedoc e a redução da Guyenne são, antes de tudo, da responsabilidade do duque de Anjou.

Atrás destes grandes, cuja permanência de guerra faz comandantes profissionais, o exército de Carlos V é ao mesmo tempo, paradoxalmente, o exército de profissionais nascido da desagregação das antigas companhias e o exército cavalheiresco ressuscitado. depois dos dramas de Crécy e Poitiers.

Uma geração se passou. As ilusões caíram, com o colapso dos teóricos da honra codificados nas ordens da cavalaria ou nos tratados da casuística militar. Nem os líderes, nem os combatentes do exército que retomou a luta em 1369 estavam entre esses valentes perdidos e derrotados nas margens do Clain. Mas sofreram a humilhação da derrota, do cativeiro real, do desmembramento de um reino que ainda acreditamos ter sido fundado pelos troianos do padre Anquises e cujo rei se autodenomina "imperador em seu reino" . Eles têm em combate a amargura da vingança.

Do exército feudal, dificilmente resta a questão. Claro, ainda usamos o "alerta geral" para levantar as tropas necessárias para a defesa rápida de uma região. Mas esse é o fim dos barões servindo na hoste real com o contingente devido por seu feudo, um contingente limitado no tempo e em termos de número, e tão inseguro quanto as próprias alianças feudais. O rei "retém" soldados profissionais, os paga e os mantém. E é também o fim do backbench inchado e inutilizável que, se fosse realmente chamado, arruinaria para sempre a economia do campo e também da cidade. Os camponeses nos campos, os artesãos nas oficinas, os soldados do exército. No máximo, pode-se às vezes convocar a bancada de uma região definida para enfrentar uma emergência limitada: assim, no bailiado de Rouen em 1369, quando os soldados do duque de Lancaster emergiram.

Isso em nada impede a retenção dos barões - Louis de Sancerre, os Sire de Pons são "retidos" - e de conduzir os filhos à reconquista das terras perdidas pelos pais. Não reconhecemos mais a cavalaria francesa, e Christine de Pisan homenageia o fenômeno ao seu herói Carlos V:

A cavalaria da França, que havia se tornado, por assim dizer, amortecida pelo pavor das más fortunas do passado, foi despertada por ele, ressuscitou e recolocou em cena com grande ousadia e boa sorte.

E o bom cavaleiro Froissart, outrora um grande admirador de Eduardo III e do Príncipe Negro, a vibrar em uníssono com este cavaleiro francês:

Os ingleses costumavam dizer que sabíamos melhor dançar e empinar do que fazer guerra. Mas a hora mudou. Eles vão descansar e empinar. E vamos manter nossos passos e nossas fronteiras.

Se olharmos de perto, vemos que a essência do talento de Carlos V é escolher seus capitães e mantê-los, e assim manter as mesmas tropas. Os capitães são bons cavaleiros, de linhagens excelentes onde o treinamento militar não é negligenciado. Certamente, a imagem distorceu o personagem de Bertrand du Guesclin e generalizou abusivamente seu caso. A maioria dos capitães de Carlos V aprendeu a lutar de outra forma que não espancando patifes nas encruzilhadas da aldeia. Mas o rei distingue quem sabe comandar, e não hesita em colocar os cavaleiros sob as ordens de um simples escudeiro, desde que este tenha se mostrado um líder melhor. Quanto às tropas, são experientes, acostumadas a manobrar juntas. À força de renovar as deduções, é quase um exército permanente que o rei da França mantém desde 1369. No campo, ele encontra sua conta.

Na maior parte, capitães e soldados são simplesmente súditos do rei que se alistam porque suas terras não os alimentam, porque seu senhorio não é tal que possa carregar uma ambição, porque eles desejam desempenhar um papel nas dimensões do reino. Os móbiles do Conde de Comminges ou de Enguerran de Coucy, que comanda seus duzentos homens de armas, não são os de Bertrand du Guesclin, que em quinze anos passa da capitania de Pontorson à polícia da França, e não são os de Philippot La Vache, Beaupoil ou Petit-Jean de Lorraine, que servem ao duque de Anjou dez soldos por dia.

Esses "homens de armas" vêm de todas as classes sociais, de todos os níveis da alta e baixa nobreza. Foi notado que os bretões eram numerosos lá; Du Guesclin deve ter pressionado muitos compatriotas, mas há alguns que, como Clisson ou os Rohans, não precisam de nenhum introdutor. Além disso, é em todo o reino que se mantém, muito viva, a ideia de que a guerra do rei é assunto da nobreza e que a nobreza vive normalmente da profissão das armas.

Os vassalos dos tempos antigos não eram diferentes quando trocavam o serviço armado pela segurança material conferida pelo feudo. A nobreza da XIV século não negligenciar os saldos do rei, e isso é normalmente ela cobiça esses lucros reais da guerra que são os despojos e resgates. A única diferença que a moral cavalheiresca introduz aqui entre o homem de armas em guerra e o ladrão de estrada é baseada na personalidade das vítimas:

uma coisa é resgatar um inimigo vencido, outra é taxar os burgueses e vilões ameaçando estuprar suas esposas e incendiar suas casas.

A pequena nobreza da França foi suficiente para fornecer ao rei cinco ou seis mil homens de armas, dos quais ele poderia, na melhor das hipóteses, financiar a retenção, e os cerca de dois mil e quinhentos homens de armas e mil besteiros que eram ano, a força permanente de Carlos V: o exército reteve doze meses em doze e reviu a cada mês, o exército que protege a França de surpresas.

Os não nobres que desejam seguir carreira no exército estão, em teoria, confinados às fileiras mais modestas. Eles são criados, sargentos, costureiros. Na melhor das hipóteses, são besteiros. Mas Carlos V, que supervisiona pessoalmente a escolha dos capitães e que, se esforçando para fazer seus soldados realmente pagarem, pretende ter apenas soldados de verdade, é muito mais sensível às qualidades militares do que às origens sociais. Vemos claramente escorregar entre os homens de armas montados em cavaleiros que seriam totalmente incapazes de provar sua nobreza. Além disso, o Boit-l'Eau e o Bonhomme dificilmente tentam esconder sua condição mesquinha, e ninguém se deixa enganar por situações ambíguas em que todos encontram uma vantagem. Eles lutam bem. Eles são pagos como escudeiros. Para o inferno com a lei! O exército de João, o Bom, os teria rechaçado. Ela provou a si mesma?

Os burgueses estavam prontos para ocupar o lugar dos nobres no ardor do grande movimento anti-nobiliar que se seguiu à derrota de Poitiers. Eles ficam menos entusiasmados quando a emoção esfria. Quem se importaria se eles vencessem o campo? Quem faria os companheiros trabalharem? O burguês ficará, portanto, satisfeito com o que contribui mais diretamente para sua segurança diária: a guarda e o relógio. Eles praticam com o arco, e até com a besta, com tanto mais zelo que o rei favorece as irmandades de atiradores e que ali se reúnam entre homens, para falar e para esvaziar potes de vinho vermeil. Ir para o exército é outra coisa. Deixe os nobres fazerem seu trabalho lá ...

Isso significa que Carlos V não recruta soldados estrangeiros? Claro, existem os besteiros, raramente nativos do reino. Eles são piemonteses ou toscanos, provençais ou loreninos, catalães ou castelhanos, até mesmo alemães. Acima de tudo, eles são genoveses, sob as ordens de capitães que têm o nome de Grimaldi, Spinola, Doria. Existem também algumas companhias de soldados montados que vieram - pelo menos em parte, porque o ambiente militar raramente é homogêneo - de toda a cristandade: alguns alemães, alguns escoceses, alguns galeses. Do príncipe no exílio ao último dos reiters, encontramos todos os tipos de pessoas, e cada caso é uma exceção. Então, o conde Henri de Transtamare ou o nobre galês Owen Lawgoch.

Já o conhecemos pelo nome que os franceses lhe deram - Owen, o Galês - quando não o chamavam simplesmente de Yvain. Owen é sobrinho do último dos príncipes independentes de Gales, Llewelyn, e é um ódio ancestral pelos ingleses que o empurra,

desde a época de Filipe VI, no exército de Valois. Ele é um daqueles que os ingleses não puderam aceitar em Poitiers. Por um tempo, o príncipe Owen se consolou travando guerra em outro lugar, servindo a várias causas na Itália. Mas ele voltou assim que soube que os ingleses seriam mortos novamente. Ele ajudou a persuadir Carlos V de que um desembarque na Inglaterra era possível. Ele tomou Guernsey, perdendo assim a Batalha de La Rochelle. Haverá muitas lutas, até seu assassinato em 1378, durante o cerco de Mortagne.

É o corpo principal do exército, formado por homens de armas montados e seu acompanhamento de valetes e sargentos. São os "alistados", que atiram em vez de bater: formam um corpo de especialistas, governado por seus capitães e policiais que são técnicos e não príncipes, sob as ordens do mestre dos besteiros, Hue de Châtillon. . Tudo separa os homens de armas e os homens de carga. Tudo, por outro lado, os aproxima dos marinheiros: origens semelhantes, mesmo tipo de contratação, remuneração comparável, mesmo lugar distinto na tática. Além disso, não é a presença de besteiros a bordo o que constitui grande parte do navio de guerra?

E então há a artilharia; só apareceu nas primeiras lutas da Guerra dos Cem Anos por causa do barulho, mas encontrará seu uso em uma guerra de cerco. A artilharia de pólvora ali rivaliza com as antigas "máquinas", balistas e trabuco, que ainda veremos por muito tempo ao pé dos recintos sitiados. Mas o canhão é por excelência a arma que abre brechas nas paredes e que destrói a resistência da burguesia com as casas destruídas. Na outra direção, desmorona as torres de assalto, esmaga os acampamentos. Afunda navios, quebra pontes, corta estradas.

Já na época de Du Guesclin, não se podia imaginar mais empreender um cerco sem alguns "perrières de pólvora" que atiram bolas de vinte a quarenta libras, mesmo sem as poucas peças grandes adequadas para lançar blocos de cem ou duzentos. livros. Os fundadores de Paris, Caen ou Saint-Lô entregam armas de todos os formatos, de todos os calibres. Existem formidáveis, que pesam mais de uma tonelada e custam o preço de uma guarnição. A maioria dessas armas atira em bolas de curta distância de uma ou duas polegadas, o que não causa um dano muito considerável: não é surpreendente que muitos estrategistas ainda prefiram alavanca, mola e com catapultas, que lançam simples pedaços de rocha que não precisam ser calibrados e que nunca explodem matando seus servos.

Tudo isto custou ao rei, nestes anos de reconquista que são de um esforço financeiro particularmente sustentado, de seiscentas a oitocentas mil libras por ano. Mas Carlos V não esqueceu a reprovação tantas vezes feita a seu avô e a seu pai: desviar da guerra os recursos concedidos para a guerra. Ele sabe que a primeira preocupação dos estados reformadores era colocar as mãos, em nome dos contribuintes, na utilização dos recursos arrecadados para a defesa. O desperdício de impostos e as vendas atrasadas levam tanto a tumultos quanto à derrota. E Carlos V criou todo um sistema de tesoureiros de guerra

responsáveis por garantir, no próprio teatro de operações militares, o pagamento regular de tropas.

Chegamos ao ponto de sistematizar o uso, até então limitado, do adiantamento de salários: este "empréstimo" do soldado é em muitos casos suficiente para dissuadir o mercenário de buscar uma fortuna melhor durante a campanha.

Assim, o cavaleiro Guillaume Bordes, que serviu com sua companhia de 1 de Novembro de 1369-1 março 1370, recebeu no final do seu contrato 12.212 14.137 livros devido a isso - 87% - e recebe o saldo no mês seguinte. Dez anos depois, por seu serviço no Languedoc durante o verão de 1380, o capitão Colart d'Estouteville também recebeu 86% de seu salário antes do final da campanha. Esses números são indicativos da vontade real. Eles permitem adivinhar o estado de espírito das tropas.

Carlos V não apenas dotou a França de um exército regularmente pago, portanto disponível para a guerra. Ele restabeleceu uma situação política comprometida por vinte anos pela má administração de Philippe VI e Jean le Bon. Não se trata mais de permitir qualquer papel de defesa aos representantes dos Estados Gerais, a todo este sistema em vigor desde 1355 e do qual os "eleitos" eram a peça central. Assim como se encarregava do recrutamento de empresas, o rei organizava e controlava o pagamento dos saldos. Portanto, para a reconquista do reino desmantelado em 1360, tudo depende dele.

A OFENSIVA francesa.

Na maior parte, o caso durou quatro anos. Mesmo antes de a guerra ser oficial e Lancaster ter gasto suas forças arruinando os camponeses da Picardia, Louis d'Anjou havia, desde o início de 1369, lançado sua ofensiva ocupando o leste do principado da Aquitânia: o Rouergue , Quercy, parte de Périgord e Agenais. Houve poucos problemas, pois esses países em geral receberam e apoiaram mal a dominação inglesa. Há muito reforçada pela presença de Chandos, a cidade de Montauban resistiu até agosto. Millau hesitou por um longo tempo: os cônsules discutiram sobre os direitos de Carlos V, consultaram juristas, pechincharam suas manifestações. Bourdeilles e La Roque-Valzergues tiveram de ser tomados de assalto. Mas, na maioria dos casos, as portas se abriram diante dos soldados do rei da França. Rodez e Périgueux venceram sem luta, Najac se ofereceu, Cahors - e toda Quercy depois de Cahors - se deixou persuadir pela pregação ardente do Arcebispo de Toulouse Geoffroy de Vayrols.

No norte, o duque de Berry não era homem para dirigir seus negócios a todo vapor. Os franceses tomaram La Roche-Posay e perderam La Roche-sur-Yon. O visconde de Rochechouart oferecera seu castelo e Chalusset fora levado em Limousin, mas Chandos liderara uma incursão até Anjou. O futuro era incerto.

Já no sudoeste, a pressão do Armagnac já estava cedendo às fronteiras da Gasconha. Lectoure, Auvillar, Fleurance, Condom passaram para o rei da França, assim como a antiga cidade de Eauze, que ainda lembrava ter sido, nos tempos merovíngios, sede do arcebispado.

A campanha de 1370 foi decisiva. Cada grupo fez um esforço considerável, os ingleses despachando Lancaster com reforços - ele se juntou ao Príncipe Negro em julho - e o rei da França acrescentando aos seus irmãos Du Guesclin, convocado por um alto preço. Em ambos os casos, foi um segundo brilhante, mas Lancaster teve que substituir um doente - o Príncipe Negro voltaria para a Inglaterra - enquanto Du Guesclin simplesmente veio para aumentar a capacidade de manobra francesa, primeiro retransmitindo Anjou no Garonne, completando então Berry ao assumir o comando de Limousin enquanto o irmão do rei lutava em Poitou.

Moissac caiu em maio. Agen não demorou a chegar. A captura de Aiguillon - a fortaleza antes da qual o exército do futuro João o Bom tanto pisou enquanto Eduardo III cruzava a Normandia impunemente

A RECONQUISTA DE CHARLES V

- deu aos franceses o controle definitivo desta encruzilhada estratégica que era a confluência do Lot e do Garonne. No início de agosto, Sarlat finalizou por vez.

Lancaster assumiu a defesa de Bordeaux e Saintonge. Du Guesclin colocou o lugar de Périgueux em posição de apoiar um cerco. Ele bloqueou as três estradas de Bordeaux, Angoulême e Limoges, apreendendo Montpon, Brantôme e Saint-Yrieix.

O duque de Berry e o marechal de Sancerre durante este tempo lançaram uma ofensiva contra Limoges de Berry. Por vários meses, a cidade havia sido disfarçada de emissários do rei da França e especialmente de seu bispo, o futuro cardeal Jean de Cros. A burguesia de Limoges tinha a sensação de que não era mais hora de pertencer aos ingleses, e o povo de Carlos V tinha bons argumentos: prometiam a criação de duas feiras anuais, fonte garantida de novos lucros para a "mercadoria. " local. O duque de Berry fez uma entrada triunfal na cidade - a antiga cidade episcopal - em 24 de agosto, e partiu na mesma noite, deixando uma pequena guarnição na cidade. Enquanto o irmão do rei havia entrado sem a menor dificuldade em uma cidade que se oferecia, o triunfo foi considerado exagerado. Mas havia algo mais sério: enquanto Du Guesclin cuidadosamente fortalecia seu domínio sobre Périgord, diluir Limoges a esse ponto era imprudente.

Em meados de setembro, o povo de Limoges viu chegar um exército inglês. O Príncipe Negro, Lancaster, Cambridge, todos estavam lá e muito zangados. Obviamente, a operação não era secundária aos olhos do comando inglês. Talvez a queda da cidade de Limoges tenha movido Lancaster, que mal chegava à costa, mais intensamente do que a perda mais

antiga de Périgueux e Agen. Este foi o primeiro grande sucesso francês desde a chegada de reforços, e Lancaster teve que justificar sua presença na Aquitânia. Íamos mostrar ao povo de Carlos V que as coisas haviam mudado, e ao povo de Limoges que erraram em mudar de lado.

O cerco foi breve. Uma mina bem localizada foi violada. Em 19 de setembro, os ingleses estiveram na cidade. Foi uma matança. Alguns cavaleiros foram resgatados. Os cidadãos foram massacrados, suas casas arrasadas. O Príncipe Negro até mandou demolir o recinto. O exemplo foi desencorajar outras manifestações pela causa de Valois.

O próprio bispo Jean de Cros foi ameaçado de morte, preso e exilado em Avignon. Foi lá que o advento de seu primo Gregório XI trouxe-lhe um chapéu vermelho de cardeal.

ROBERT KNOLLES.

Carlos V estava preocupado com propaganda. Pouco foi dito no tribunal sobre o massacre de Limoges. Além disso, os parisienses, entretanto, tinham algo com que se preocupar. Quinze anos depois do Jacques, os ingleses de Robert Knolles devastaram Ile-de-France. Das muralhas da capital, mais uma vez, pudemos ver a fumaça das aldeias queimadas.

Knolles havia desembarcado em julho com uma força bastante forte: 1.500 homens de armas a cavalo, como muitos arqueiros. Para transportá-los de Southampton para Calais, foram necessários nada menos que 43 barcaças. A ideia era ousada: “resgatar” a herança dos Plantagenetas. A cavalgada era tomar posse desse reino da França, do qual Aquitânia e Ponthieu eram apenas dois membros. Os poderes do Príncipe da Aquitânia permaneceram intactos e o direito do Rei de Navarra sobre a herança de Évreux permaneceu seguro. Além disso, o novo empreendimento deveria simplesmente levar à ocupação de toda a metade norte da França.

Desde o início, foi uma operação de saque, em grande parte improvisada. Os soldados de Knolles estavam muito mais preocupados em resgatar cidades e aldeias sob pena de saque do que em consolidar a realeza francesa de Plantagenêt. O resultado só poderia ser negativo: a França sofreu muito, os ingleses não ganharam nada.

As instruções de Carlos V eram estritas: recuse qualquer luta, não ceda a nenhuma provocação. Em particular, as guarnições das cidades sitiadas foram proibidas de tentar essas surtidas, que muitas vezes terminavam em desastre: Caen experimentou isso em 1346, Joana d'Arc seria a vítima em 1430. Sabíamos que o exército de Robert Knolles não estava suficientemente equipado para um assento comprido. As ordens eram para deixar os ingleses perderem seu tempo na frente de portas fechadas, a única segurança para os camponeses que se refugiavam em massa, assim como para os cidadãos enclausurados.

O rei e seus conselheiros estavam cientes da desvantagem apresentada pela defesa passiva: ela sacrificava completamente o campo pela cidade. Podemos constatá-lo assim que Knolles atacou Arras: ele nada podia fazer contra a cidade, mas as abadias de Saint-Vaast e Mont-Saint-Éloi foram saqueadas, os subúrbios queimados, a colheita foi pisoteada no dia anterior. da colheita. Na verdade, uma defesa mais ativa de Arras não teria salvado o país plano.

Os ingleses avançaram em poucos dias: duas a três léguas pela manhã, descanso e festa à noite. Eles assim ganharam Roye, então Noyon. Eles queimaram Pont-l'Évêque, pouparam os Soissonnais cujo senhor era Enguerran de Coucy, genro de Eduardo III, depois fingiram atacar Reims e finalmente Troyes. Depois de cruzar os Gâtinais, eles vieram ameaçar o sul de Paris. Houve algumas escaramuças, perto da aldeia de Saint-Marcel, perto da Montagne Sainte-Geneviève. Villejuif, Gentilly, Cachan, Arcueil estavam em chamas. Carlos V resistiu: ninguém respondeu.

Knolles queria brincar de príncipe. Em 24 de setembro, ele implantou seu exército no campo de batalha na planície de Villejuif. Ele não teve a honra de uma resposta. Olivier de Clisson resumiu no Conselho toda a doutrina real sobre o assunto, uma política em vez de uma estratégia:

Senhor, você não precisa usar seu povo contra esses loucos. Deixe-os ir e fique satisfeito. Eles não podem tirar sua herança nem chutar com fumaça.

A fumaça estava realmente subindo sobre as aldeias do interior de Paris, mas um rei da França não perde seu reino por aldeias em cinzas. De Poitiers, sabíamos como um rei da França perde sua herança. Não é certo que os lavradores de Bicêtre e os viticultores de Vanves contivessem facilmente a raiva ao verem inativos as centenas de homens de armas que formavam a guarnição de Paris.

Os ingleses se contentaram em invadir Beauce. Depois, evitando Vendôme e Le Mans, tentaram chegar à Bretanha para passar lá a má temporada. Mas as pessoas começaram a reclamar na comitiva de Knolles, discutidas por aqueles que queriam uma parte melhor do saque.

O caso foi interrompido. Em Paris, ficamos comovidos. A notícia do saque de La Rochelle reforçou a determinação do rei. Aceite a batalha dos ingleses, não. Bata neles, sim.

Convocado há muito tempo, Du Guesclin acabava de chegar. Ele foi nomeado condestável e pôde estabelecer suas condições: um deles foi um empréstimo forçado aos oficiais reais, cujo enriquecimento ninguém poderia negar, e à classe média alta de negócios de algumas grandes cidades imediatamente tributáveis, como Paris e Rouen. Com o dinheiro arrecadado, o novo condestável foi reunir tropas na Bretanha e na Normandia. Em 1 dezembro, ele deixou Caen à frente de seu exército.

Entre os ingleses, a discórdia estava produzindo seus primeiros efeitos. John Minstreworth chamou Knolles de "velho bandido". A bandeira da revolta foi levantada quando a abordagem do condestável da França foi sabida. Vários capitães declararam que não tinham nada para fazer na Bretanha - onde Knolles tinha seu castelo em Derval, perto de Châteaubriant - e se recusaram a ir mais longe. Alguns, como o marechal Thomas Granson, simplesmente seguiram seu caminho.

Du Guesclin, no entanto, forçou a marcha pelo Maine. Ele estava na vanguarda, tendo deixado Clisson, Vienne e Audrehem com o corpo principal do exército. O exército francês alcançou Granson na madrugada de 4 de dezembro perto de Pontvallain e o derrotou. No dia seguinte, Du Guesclin capturou a fortaleza de Vaas, onde Minstreworth havia se entrincheirado. Então ele continuou até Bressuire um terceiro de inglês em plena debandada. No dia 6, ele estava em Saumur. O Maine foi inocentado, os franceses fizeram prisioneiros capazes de resgate, Knolles partiu e as guarnições inglesas em Anjou - em Ponts-de-Cé e em Lion d'Angers em particular - desapareceram.

Uma guarnição inglesa controlou Saint-Maur, que Du Guesclin não se preocupou em sitiar por muito tempo. Ele, portanto, pagou pela partida dos ingleses e teve o resgate pago por um imposto sobre o tráfego do Loire. Esta "morte do Loire" ainda estava crescendo na época de Turgot ...

A RESPOSTA DE 1371.

O policial voltou a Paris. Em 1 janeiro de 1371, ele passou as tropas de guarda que manteve para a campanha da primavera. Havia 1.135 homens de armas - 54 cavaleiros, 1.080 escudeiros - um exército de quatro a cinco mil homens. Lancaster, por sua vez, recuperou dos franceses a fortaleza de Montpon, um dos raios de proteção de Bordéus. Ninguém parecia disposto a esperar pelo verão.

O ano foi perdido, no entanto, de ambos os lados, na procrastinação. Du Guesclin atacou muito cedo, mas falhou em fevereiro antes de Ussel. O inglês do senescal Thomas Percy - sucessor de John Chandos - sequestrou Moncontour e matou todos os defensores. Olivier de Clisson chegou tarde demais para salvar o lugar e insuficientemente equipado para recuperá-lo. Pouco depois, os caminhoneiros Gascon pagos pelos ingleses ocuparam Figeac.

Ao mesmo tempo, o povo do Rei da França estava estabelecendo inteligência na outra parte da cidade de Limoges, o "Castelo". A cidade do visconde foi assim chamada, ao lado da “Cidade”, cidade do bispo. Os habitantes da cidade sabiam o que custava ouvir os partidários do rei da França, mas os do castelo se sentiam muito mal protegidos de roubos

pelos ingleses e não queriam ser os últimos a se beneficiarem dos privilégios. ofertas econômicas, lembramos, por Carlos V para aqueles que se reuniram.

O povo do rei jogou duplicidade. À viscondessa de Limoges, que era ninguém menos que Jeanne de Penthièvre, Carlos V prometera devolver Limousin para ser reconquistada. Aos cônsules, ele ofereceu a senhoria de sua própria cidade. Nós malharíamos muito mais tarde. Após dois séculos de litígios, o acordo foi a vitória dos viscondes. Nesse ínterim, repleta de privilégios tangíveis e promessas vazias, a burguesia do Château abriu suas portas, em abril de 1372, ao exército do marechal de Sancerre.

O ano de 1371 foi, portanto, uma época de trégua. Após a rápida conquista do leste da Aquitânia pelos franceses, cada um consolidou suas novas posições. Acima de tudo, Carlos V resolveu novamente sua disputa com o Navarra, que viera à Normandia para leiloar sua neutralidade. Mas a posição do Navarra era difícil de sustentar: os normandos de Cotentin não apreciavam a soldadesca anglo-navariana de Saint-Sauveur-le-Vicomte, e o príncipe de Gales desconsiderava uma aliança navarreira incluindo o caso de Castela. o fizera entender que era desnecessariamente caro. O jogo duplo do Rei de Navarra foi, portanto, um fracasso. Forçado a escolher, ele relutantemente se voltou para a França.

No final de março de 1371, Carlos V estava em Vernon, flanqueado por Du Guesclin e Mouton de Blainville. Lá ele conheceu seu primo de Navarra. Este último demonstrou boa vontade: genuflexão perante o rei da França, homenagem feudal aos seus baronatos normandos, fez tudo o que estava ao seu alcance para reconquistar o seu lugar na vida política francesa. O tratado concluído em Vernon deu vantagens à Navarra em Montpellier, selou a transferência para Valois dos antigos lugares da casa de Évreux no Basse-Sena. Ainda era necessário colocar em linha as guarnições normandas feitas de subornos mais inclinados a devastar o país circundante do que respeitar os tratados: Du Guesclin e Clisson dedicaram parte do ano para neutralizar efetivamente lugares como Breteuil, como Bécherel e outros. Conches.

O ANO DECISIVO: 1372.

A guerra realmente recomeçou em 1372. A frente havia se endurecido, e Du Guesclin poderia combinar sua ofensiva com a dos duques de Berry e Anjou. A aniquilação da frota de Pembroke em junho soou a sentença de morte para as capacidades de intervenção inglesas na Guyenne. O caso do Château de Limoges havia marcado os limites da confiança que as populações tinham no futuro do Principado da Aquitânia.

Até então fiéis ao seu soberano inglês, Poitou, Angoumois e Saintonge se deixaram ocupar sem muita resistência pelos soldados do rei da França. Ladeado por Clisson e Sancerre, Du Guesclin liderou o negócio em poucas semanas. Montmorillon e Chauvigny

caíram em suas mãos. Eles tomaram Moncontour e aproveitaram uma trégua em Poitou para ir ocupar Sainte-Sévère em Berry. Em 7 de julho, o condestável da França entrou em Poitiers: as portas foram simplesmente abertas por um partido francês - formado principalmente pelas classes mais baixas - para que os ingleses não ganhassem velocidade.

A perda de Poitiers foi um golpe severo no moral dos nobres Poitiers, que permaneceram fiéis ao Príncipe Negro. O exército do captal de Buch, que chegara tarde demais na frente de Poitiers, se desfez. Os ingleses ganharam Niort, os gascões de captal Saint-Jean-d'Angély, a maioria de Poitevins Thouars.

Partindo para depois a conquista de Poitou, que devia ser ocupada fortaleza por fortaleza, Du Guesclin lançou uma ofensiva contra Aunis. Lá ele poderia lucrar com o choque causado pela vitória naval de Boccanegra. Renaud de Pons foi portanto sitiar o castelo de Soubise, na foz do Charente. Ao saber disso, o captal de Buch marchou sobre Soubise e saqueou o acampamento francês de surpresa; o Senhor de Pons e vários de seus companheiros viram-se prisioneiros. Mas assim que Jean de Grailly destrancou Soubise dessa forma, Owen, o galês, chegou no meio da noite, nem um pouco triste por fazer as pessoas esquecerem que ele estivera ausente em La Rochelle. Os anglo-gascões foram empurrados em sono profundo. O capitão Jean de Grailly e o senescal de Poitou Thomas Percy foram, por sua vez, prisioneiros.

Poucos dias depois dessa batalha com as tochas, Soubise caiu. Em 24 de setembro de 1372, Saintes, por sua vez, abriu suas portas. O senescal inglês tentou em vão forçar os habitantes à resistência. O bispo de Saintes, Bernard du Sault, pregou abertamente pelo rei da França. Ele ganhou.

As ilhas de Aix e Ré também foram ocupadas. Tanto por mar como por terra, a rota direta de La Rochelle a Bordéus foi cortada. Du Guesclin se encarregou de bloquear a estrada enquanto Owen se apresentava na frente de La Rochelle. Os moradores decidiram que o melhor era negociar vantagens sérias para seus negócios. Em 8 de setembro, a cidade abriu suas portas. A partir de então, contra Bordéus, La Rochelle seria o porto da Aquitânia francesa.

A resistência inglesa estava entrando em colapso. Angoulême e Saint-Jean-d'Angély renderam-se por sua vez. Thouars caiu um pouco mais tarde, após uma longa defesa.

Permaneceu um forte núcleo de barões de Poitou leais ao seu senhor, o Plantagenêt. Eles se reuniram em Surgères, uma pequena fortaleza entre La Rochelle e Saint-Jean-d'Angély, e viram-se sitiados. Esperando contra todos os motivos, eles obtiveram, em 28 de setembro, uma trégua até o dia de Santo André, comprometendo-se a render-se nessa data se seu senhor o rei da Inglaterra não os tivesse resgatado. O processo foi nada menos que tradicional. Em muitas ocasiões, ele tornou possível terminar um cerco sem economizar em ataques e carnificinas. Mas os barões de Poitou também obedeciam à lei feudal: iam

ver se seu senhor lhes daria essa proteção que fora, desde os primeiros tempos dos vassalos, a contrapartida normal dos serviços dos vassalos.

Du Guesclin estava seguro de si ao conceder a demora pedida pelos Poitevins: desde o caso Soubise, já não havia força capaz, no final da temporada, de ir desbloquear Surgéres.

E no dia dezembro, no convento franciscano de Loudun, eles viram uma cerimônia estranha. Havia, por um lado, os dois irmãos do rei da França, Berry e Burgundy, o condestável Du Guesclin e seu acólito Clisson, por outro lado os representantes de "prelados, clérigos, barões, senhores, damas e outros. do país de Poitou e Saintonge ". Eles se apresentaram e prestaram homenagem a Carlos V. Este último concedeu uma anistia geral, devolveu os bens confiscados, confirmou os privilégios. Os barões de Poitou se divertiram. O rei da França ganhou adesão plena lá.

Os vencedores desta campanha de 1372 fizeram uma entrada memorável em Paris em 11 de dezembro. Como em um triunfo antigo, as pessoas boas viram os prisioneiros e, particularmente, o captal de Buch. Em Cocherel, ele poderia se passar por um aliado natural do rei de Navarra, e fora tratado, prisioneiro, com tanta consideração quanto se gostaria de vê-lo no partido Valois. Dez anos se passaram e Jean de Grailly estava apenas começando a agir como um barão rebelde contra seu rei. Os tempos eram diferentes: o confisco da Aquitânia abalou a situação dos vencidos. Grailly não passava de um sujeito revoltado, e Carlos V perdera seu tempo, depois de Cocherel, tentando seduzi-lo. O capitão se viu na forte torre do Templo, tendo algum motivo para mastigar ali sua amargura se soubesse que os barões de Poitiers haviam encerrado a guerra com privilégios. Grailly deveria permanecer no Templo até sua morte. Carlos V não o perdoou por ter desprezado os avanços do rei da França.

As Aunis e os Angoumois foram unidas ao domínio real. O appanage de Jean de Berry termina em Poitou.

DIVERSÕES.

Os anos seguintes - de 1373 a 1375 - foram de consolidação. O exército de Carlos V ocupou metodicamente as fortalezas passadas durante o rápido avanço em direção a Aunis. Lusignan, Niort, La Roche-sur-Yon foram tomadas sem muito combate. Os anglo-gascões tentaram um contra-ataque: foram empurrados em 21 de março de 1373, em Chizé. A partir de então, as cidades sabiam que estavam sozinhas. Alguns deles tiveram lucro: por muito tempo leal ao Plantagenêt, Figeac negociou em 1373 uma transação que era no mínimo surpreendente, pela qual o rei da França comprou a cidade de seus habitantes, às custas dos contribuintes de Rouergue e Quercy.

Eduardo III tentou algumas diversões. Ele enviou tropas para a Bretanha, onde Jean IV de Montfort se declarou contra seu senhor Carlos V. Entre os bretões, uma geração havia se passado desde a batalha das duas Joanas, e foi facilmente esquecido que não devíamos aos ingleses não suportar a estreita tutela do rei da França. Com um duque criado na Inglaterra e sucessivamente casado com duas inglesas, os bretões não mais sentiam aquela tutela inglesa. Os ingleses controlaram o ducado e Robert Knolles representou Derval no barão bretão. Alguns não hesitaram por muito tempo e seguiram Olivier de Clisson, que se tornara clientela de Valois porque se sentia mal pago em troca de sua lealdade ao amigo de infância, o duque João IV. Ele não tinha dado a Chandos uma terra que Clisson cobiçava? É verdade que Clisson deu mostras de seu temperamento indo demolir o castelo de Chandos no Gâvre, do qual mandou transportar as pedras para sua casa, em Blain, para construir seu calabouço ...

Eduardo III teve que reagir se não quisesse perder sua posição na Bretanha. Concluído em Westminster em 19 de julho de 1372, um tratado une Inglaterra e Bretanha "contra todos", na verdade contra Carlos V. Dois meses depois, um pequeno exército inglês desembarcou em Pointe Saint-Mathieu: trezentos homens de armas, três cem arqueiros.

Liberando sua pressão sobre Poitou, Carlos V dirigiu um exército para a Bretanha sob as ordens dos Duques de Berry, Borgonha e Bourbon. Clisson estava ao lado deles. Essa demonstração de força foi uma simples caminhada militar: Carlos V fora informado do Tratado de Westminster, e parecia justo para ele enviar algumas cópias dele para a Bretanha, onde muitos barões levaram muito mal o progresso do controle inglês. Tudo isso é suficiente para encorajar o duque João IV a ser mais cuidadoso. Ele prometeu que os ingleses voltariam a embarcar e se apressou em esquecer sua promessa.

Na primavera de 1373, Salisbury desembarcou em Saint-Malo com um forte exército: dois mil homens de armas e tantos arqueiros. Ele queimou uma frota mercante castelhana no porto e imediatamente ocupou a região como se ocupa um país conquistado. Os bretões protestaram.

Apoiado militarmente, João IV entrou em isolamento político. Em 28 de abril de 1373, ele embarcou em Concarneau para a Inglaterra. Foi a partir daí que em agosto ele dirigiu um desafio a Carlos V na devida forma.

O desvio fez maravilhas. Está marcada no atropelamento dos anos de consolidação da conquista da Aquitânia. Em vez de continuar em Poitou, Du Guesclin mudou-se para a Bretanha. Em 20 de maio de 1373, ele estava em Rennes. Fougeres, Dinan, Guingamp, La Roche-Derrien, Vannes e Josselin foram capturados sem dificuldade. Quimper e Concarneau estavam à custa de um ataque. Nantes negociou uma rendição vantajosa. Salisbury refugiou-se em Brest, de onde Du Guesclin não poderia desalojá-lo, apesar de dois meses de cerco que não impediu os ingleses de abastecer a cidade investida por mar. O policial compensou isso indo resgatar Jersey e Guernsey.

O balanço do desvio bretão foi, entretanto, negativo para Eduardo III. Du Guesclin aproveitou a oportunidade para ocupar o ducado, e os gascões não aproveitaram o relaxamento da pressão militar para resistir ao avanço francês. Todo o caso da Bretanha fora conduzido a favor das tréguas concluídas na frente de Poitou. A manobra havia mudado.

Eduardo III tentou uma ação mais direta. Em 12 de junho de 1373, ele instituiu seu filho Jean de Lancastre como "tenente especial e capitão-general" no reino da França. No dia 16, ele prescreveu orações pelo sucesso de seu empreendimento. No dia 23, deu ordem para embarcar o exército, que estava montado há várias semanas. Os ingleses arruinariam a França em suas forças vitais. Na verdade, íamos retomar as palavras de Knolles, sem mais nem menos método. Dois dias depois, Lancaster pousou em Calais. O duque da Bretanha João IV o acompanhou.

Começou uma viagem fantástica, que levaria os ingleses de Calais a Bordéus em cerca de seis meses, através de um país devastado, dezenas de cidades aterrorizadas e centenas de aldeias em cinzas. Organizado admiravelmente em termos de logística, o negócio, como o de Knolles, improvisou na falta de estratégia. Ninguém jamais saberá se Lancaster estava realmente pensando, no auge do verão, em passar o Natal na Guyenne. Ele havia definido uma tática muito simples: andar sempre em frente. Mas, após um certo momento de sua progressão no país inimigo, ele não conseguia encontrar uma saída, exceto para a frente. Gloriosa e aterrorizante em seu início, a cavalgada terminaria miseravelmente, o exército derretendo dia a dia e sofrendo com dificuldade o assédio diário dos homens de Du Guesclin. Talvez alguns tivessem jogado de bom grado a carta desesperada do heroísmo em uma luta: a estratégia definida no Conselho por Carlos V e seus conselheiros os recusou.

Picardia, Artois e depois Vermandois foram arrasados em agosto de 1373. Com uma tropa forte, Filipe de Borgonha observou em seu flanco direito os movimentos dos ingleses, protegendo Paris e as pontes do Sena. Lancaster teve que passar mais para o leste e perdeu seu tempo em direção a Laon, depois em direção a Reims e em direção a Troyes.

O inglês entendeu que não poderia chegar a Paris e que sua retaguarda estava bloqueada por Du Guesclin, logo reforçada por Louis d'Anjou e parte de seu exército do Languedoc. Ele ainda acreditava que poderia, como Knolles uma vez, chegar à Bretanha. Mas o duque da Borgonha ainda continha o flanco direito do passeio e segurava suas pontes e fortalezas. Lancaster viu com angústia ampliar constantemente seu movimento girando em torno da Bacia de Paris. Vencido por Clisson na frente de Sens, ele se viu em Nivernais, depois em Bourbonnais.

O outono estava chegando. Voltar a Calais foi um sonho. Lancastre e Montfort mergulharam no Maciço Central sem procurá-lo. Eles acabaram no planalto de Limousin. Os cavalos estavam mortos, os homens famintos. Eles não puderam recuperar suas forças

até que encontraram algumas cidades prontas para abrir sem luta: Tulle, Martel, Brive. Foi lá também que eles ficaram com raiva. Montfort permitiu que a expedição continuasse seu curso inútil sem ele.

Quando João de Lancaster chegou a Bordéus, havia perdido um em cada dois homens, e os sobreviventes costumavam jogar as peças mais pesadas de suas armaduras no rio para não ter que carregá-las todas.

O glorioso Lancaster, que havia zombado de seu primo Valois quatro anos antes, ganhou a reputação de um capitão lamentável no caso. Os ingleses não foram espancados, foram vítimas de incapacidade. Quanto ao desvio, ele falhou; no máximo se poderia dar conta do passeio o abandono, durante o verão, das operações até então realizadas por Louis d'Anjou em Bigorre.

Todos estavam cansados da guerra. Em quatro anos, três viagens arruinaram a França. Como sempre em tal caso, a epidemia foi enxertada na miséria, e a recorrência da peste apareceu como fruto das colheitas queimadas. Cansados de reconstruir constantemente e semear sem colher, o monge e o camponês saíram para a estrada. As terras em pousio triunfaram e o preço do trigo disparou. Eles nunca foram tão caros em Languedoc como em 1374. No inverno seguinte, as pessoas morriam de fome no campo. Não admira, então, que o banditismo floresceu. Os refugiados agravaram a insegurança das cidades.

No verão de 1374, Louis de Bourbon assumiu o controle de Tulle e Brive enquanto Du Guesclin restaurava alguma ordem nas estradas de Languedoc. Em seguida, o condestável e o duque de Anjou haviam, em 21 de agosto, feito sua entrada em La Réole: a fechadura de Bordeaux havia aberto suas portas "graciosamente". Na verdade, o que poderia fazer o burguês de La Réole, que sabia que o duque-rei já não estava em condições de ajudá-los? A guarnição do castelo reparou nisso, que em vão demorou duas semanas a hora da sua capitulação, à espera de um reforço que não veio.

Os franceses haviam progredido na Guyenne tanto quanto possível. Em 5 de outubro de 1372, o Príncipe Negro tirou as consequências ao renunciar ao seu principado, embora a doença lhe desse um vislumbre de que poderia nunca ser rei da Inglaterra. Mas Du Guesclin sabia muito bem que os ingleses não permitiriam que Bordeaux fosse tomado sem uma defesa feroz, e os Bordelais não estavam prontos para mudar de lado. A ruptura com o mercado inglês foi a ruína do grande comércio de Bordéus, o dos vinhos. Continuar era uma guerra sem fim, e Du Guesclin sabia disso muito bem.

Além disso, Carlos V tinha coisas melhores a fazer do que deixar seu exército quebrar os dentes com a defesa de Bordeaux. Na primavera de 1375, Jean de Montfort e o conde de Cambridge desembarcaram em Pointe Saint-Mathieu e ocuparam Saint-Pol-de-Léon, Morlaix, Guingamp e Tréguier. Eles só pararam na frente de Saint-Brieuc.

Durante esse tempo, Jean de Vienne sitiou Saint-Sauveur-le-Vicomte, cuja ameaça, desde a época de Geoffroy d'Harcourt, nunca cessara de pairar sobre o Cotentin e mesmo

sobre todo o oeste da Normandia. Este cerco foi certamente um dos empreendimentos mais importantes da guerra e o mais caro. Jean de Vienne começou, em 1374, garantindo o bloqueio por meio do fortalecimento dos nós rodoviários do bairro. No início de 1375, ele apertou o dispositivo, colocou um verdadeiro exército sob as paredes da fortaleza e forneceu aos atacantes uma poderosa artilharia, feita de dispositivos mecânicos - balistas e catapultas - além de canhões de todos os calibres. , da culverina manobrável ao bombardeio capaz de lançar bolas de cem libras.

A guarnição inglesa resistiu, mas eles viveram no inferno. Conversamos longamente sobre o terror do capitão Thomas Chatterton que um dia viu, de sua cama, um bloco de pedra entrar em seu quarto, quebrando as grades da janela antes de ricochetear nas paredes.

Entrou uma peça de maquinário nesta torre, por uma treliça de ferro que quebrou. E, portanto, Chatterton foi devidamente avisado de que o trovão havia descido ali, e não tinha certeza de sua vida, porque esta peça da máquina, que era redonda, pelo forte golpe que foi dado a ela (a força do tiro) , carola em todo o interior da torre. E quando ela caiu, ela desabou no chão e entrou em outro andar.

Finalmente, nós tratamos. Foi inglório, mas muito realista para ambos. Os ingleses não aguentaram mais e os franceses sabiam que o ataque era impossível. Em 3 de julho de 1375, Chatterton rendeu Saint-Sauveur. Ele havia obtido uma indenização de 55.000 francos, que os normandos pagaram tomando empréstimos de todas as partes, inclusive do Tesouro Real. Para Carlos V, a queda da tão temida fortaleza foi um sucesso. Falar de vitória seria abusivo.

THE BRUGES TRÊVE.

Em 1 julho os esforços Gregory finalmente deram alguns frutos: uma nova trégua foi celebrado por um ano, em Bruges entre o duque de Borgonha ao rei de França eo duque de Lancaster para o rei da Inglaterra . A França estava indo bem: Carlos V manteve suas conquistas, incluindo La Réole, enquanto João IV devolveu as suas, ainda mantendo apenas Brest e Auray.

Carlos V havia usado todos os recursos oferecidos pelo talento de seus advogados. Composto naquela época, Le *Songe du verger* reflete muito bem o estado de espírito dos negociadores franceses, apoiando-se em uma situação de fato - a reconquista - mas se recusando a ter direitos adicionais para eles. O Tratado de Brétigny ainda estava em vigor? Quem foi o responsável por seu não cumprimento com relação às isenções? Em suma, se recolocássemos as coisas no estado em que estavam em 1369 - a tese inglesa, obviamente - ou se a situação de 1355 fosse restaurada - a tese francesa - e fosse de facto a conquista de “Eduardo III ou o de Carlos V?

Era tudo um debate entre clérigos, e os juristas não tinham outro propósito senão convencer os juristas da Cúria, cada um se esforçando para colocar o Papa ao seu lado. Na verdade, conhecíamos o equilíbrio de poder, e pouco importava para o rei da França se os ingleses estavam convencidos ou não. Os negociadores ingleses sabiam que Saint-Sauveur-le-Vicomte estava prestes a capitular, e eles tiveram tempo para aprender que, em 1 º junho Cognac tinha aberto no exército de Charles V.

A conferência de Bruges foi uma troca de cavalos: falou-se em cortar a Aquitânia em duas, ou mesmo em três. Cada um manteve, no entanto, suas posições em relação à soberania. As duas embaixadas passaram por um período terrível quando os legados papais expressaram a ideia de um estado soberano da Aquitânia até a morte de Eduardo III, então um feudo simples mantido pelo rei da França sob o futuro rei da Inglaterra. No entanto, é uma ideia desse tipo que permitirá, sessenta anos depois, o duque da Borgonha, Philippe le Bon, emergir com honra de sua guerra com Carlos VII.

O governo de Carlos V deu amplo espaço a juristas e filósofos aristotélicos, mas foi profundamente realista. Uma trégua, como sabíamos, significava que dezenas de empresas desempregadas se veriam nas estradas com extrema necessidade de subsistência. Não esperamos: uma experiência bastava. Enguerran de Coucy recrutou com urgência tropas para uma expedição em que vinha pensando há muito: a conquista do patrimônio que lhe veio, na Alsácia e na Suíça, de sua mãe habsburgo. Carlos V financiou parcialmente o caso, pelas mesmas razões pelas quais financiara a expedição a Castela.

Os caminhoneiros que Coucy liderou no Reno devastaram algumas aldeias em Champagne e Lorraine, mas acreditava-se que não estaria mais em questão na França. O fracasso final da empresa jogou os soldados de volta à França. As tropas tiveram que ser engajadas para combatê-los. Voltamos a uma situação que Louis d'Anjou conhecia há quinze anos no Languedoc.

Nesse ínterim, a trégua foi estendida até 1377. O Papa teria preferido uma paz final. Quer concordássemos ou não, era óbvio, entretanto, que a guerra havia acabado. Carlos V estava envelhecendo: em 1377, tinha quarenta anos - Du Guesclin tinha sessenta - mas sua saúde sempre fora frágil. Não é por acaso que ele acabava de publicar os grandes decretos elevando a maioria real para treze anos (agosto de 1374) e organizando uma possível regência (outubro de 1374). O sábio rei sentiu que não tinha o direito de deixar seu reino desmembrar, mas ele não queria deixar o peso de uma guerra para um herdeiro de apenas nove anos de idade. O triunfo pessoal de Carlos V, em janeiro de 1378, a visita a Paris de seu tio, o imperador Carlos IV de Luxemburgo e do futuro imperador Venceslau, não poderia ser suficiente para mascarar a fragilidade da Coroa da França: tudo iria descansar. em uma criança.

Eduardo III tinha sessenta e cinco anos. Ele agora parecia um grande velho. Ele foi criticado por se importar mais com sua bela amante do que com seu reino. Em abril de

1376, o Parlamento exigiu reformas, obteve o afastamento da jovem, que era considerada cara, teve os mestres da administração financeira demitidos e alguns especuladores presos. Eduardo III agora não conseguia reagir. Ele morreu em 21 de junho de 1377. Seu filho mais velho, o Príncipe Negro, Eduardo, Príncipe de Gales e ex-Príncipe da Aquitânia, morrera no ano anterior (8 de junho de 1376). Ricardo II era uma criança de 12 anos. O homem forte do reino poderia ter sido o tio Lancastrian, um político tacanho e, sabemos, um homem de guerra de talento limitado. Mesmo sem prever a tragédia, era de se esperar, de um Conselho dividido entre a comitiva do duque de Lancaster e os ex-conselheiros do Príncipe Negro, um governo difícil. Na verdade, Lancaster foi rapidamente relegado para segundo plano. A Inglaterra estava sem cabeça.

LIQUIDAÇÕES.

As hostilidades recomeçaram no final da trégua, não as ações principais. O duque de Anjou e o condestável tomaram Bergerac, sem poder avançar mais na estrada para Bordéus. John of Vienna saiu do seu lado para saquear alguns portos ingleses - Folkestone, Portsmouth - e devastar a Ilha de Wight. Em 1378, o novo tenente do rei da Inglaterra, John Nevill, organizou uma contra-ofensiva limitada, recuperou alguns lugares, libertou Bayonne, que havia sido tomada pelos castelhanos. A testa congelou.

Houve outras frentes e outras dificuldades. O rei de Navarra fomentava uma nova conspiração - foi-lhe atribuída a intenção de mandar assassinar Carlos V - e pensava em retomar as hostilidades com a ajuda da desordem. Eles prenderam seu camareiro, depois sua secretária, que confessou tudo que eles próprios queriam tirar da floresta. Em particular, eles revelaram que Carlos, o Mau, estava contando com os ingleses para uma boa parte do reino, incluindo Champagne e Borgonha. Carlos V não esperou: enviou Du Guesclin para ocupar, na primavera de 1378, o condado de Évreux e os outros lugares navarros da Normandia, Conches, Carentan, Mortain, Avranches. Durante esse tempo, Jean de Bueil foi o encarregado de apreender Montpellier. Carlos, o Mau, sentiu-se subitamente constrangido com o seu porto de Cherbourg: vendeu-o aos ingleses.

Na Bretanha, nada foi acertado e os juristas pediram a Carlos V que tomasse as medidas finais. Os poucos barões bretões em rebelião aberta contra o duque Jean IV - Clisson, Rohan e alguns outros - achavam que a ofensiva não apresentava riscos. João IV foi, portanto, chamado a comparecer e depois julgado à revelia. Em 18 de dezembro de 1378, após uma semana de debate em um parlamento onde os pares se sentavam, o duque da Bretanha foi condenado por crime. O Parlamento decretou o confisco do ducado.

Desde o início da guerra, a Bretanha sempre serviu de cabeça de ponte para os ingleses, uma cabeça de ponte capaz de se transformar em uma frente reversa para aliviar a

Aquitânia inglesa. Carlos V havia reduzido a Aquitânia; ele agora pretendia ser o mestre da Bretanha. A política real tinha sua consistência.

Mais uma vez, Jean de Montfort pediu ajuda a seu aliado, o rei da Inglaterra. A maioria dos barões bretões não gostava do inglês - que era o que Clisson e seus amigos confiavam - mas viam muito claramente que a autoridade de um rei da França seria mais restritiva do que a de um duque cliente do rei de Inglaterra. Em boa parte favorável, até então, à intervenção de Valois, a Bretanha recusou-se a enfrentar uma sentença que assinalava o fim da autonomia política. Foi então que vimos entrar em cena a velha Jeanne de Penthièvre, a quem Carlos V havia enganado no caso Limoges e que em vão indicou ao Parlamento que na ausência de um criminoso João IV havia tinha um reclamante no partido francês: seu próprio filho, Henri. É verdade que seria de se espantar que os Valois não conhecessem mais de um pretendente à coroa da Bretanha quando se tratava de confiscá-la. Jeanne de Penthièvre fez saber que ficou ao lado de Jean de Montfort, seu inimigo de longa data. Alguns grandes barões, como o Sire de Lavai ou o Visconde de Rohan, o imitaram.

O passo de Carlos V como secretário devolveu ao ducado sua unanimidade. Retornando da Inglaterra à frente de um pequeno exército, João IV teve apenas de colher os frutos dessa unanimidade habilmente orquestrada. Eles cantaram o gesto do infeliz órfão uma vez criado na corte inglesa. Um notário do duque, Guillaume de Saint-André, escreveu um *Livro do bom duque Jean,* que foi amplamente distribuído. Ao mesmo tempo que um apelo, era um apelo à resistência. Os bretões defenderiam suas "liberdades" até a morte.

O governo do rei da França deu isso como certo. Ninguém mais falou em conquistar a Bretanha. Após a morte de Carlos V, o duque de Anjou lembrou que era genro de Joana de Penthièvre: ele fez prevalecer o acordo. Muitos barões bretões o ajudaram: viram a Bretanha exausta por uma guerra sem fim. O segundo Tratado de Guérande (4 de abril de 1381) rendeu a Jean de Montfort seu ducado e ao rei da França a homenagem do duque da Bretanha. A guerra de sucessão iniciada quarenta anos antes com a morte do duque João III finalmente acabou.

Du Guesclin e o duque de Berry foram a Auvergne e Gévaudan para colocar alguns caminhoneiros na fila. Foi lá que o condestável morreu em 13 de julho de 1380, em frente a Châteauneuf-de-Randon. Carlos V teve tempo de fazê-lo construir um túmulo em Saint-Denis, bem contra o que ele havia preparado.

Ao mesmo tempo, o adversário mais ferrenho da Casa de Valois, o Conde de Évreux, Rei de Navarra, realmente desabou. O rei de Castela Henri de Transtamare tinha sido fiel à sua dívida de gratidão para com um rei da França que o acolheu e apoiou até o triunfo final: os castelhanos estiveram em La Rochelle, em frente a Cherbourg, na costa inglesa. E Henrique lembrou-se muito bem da aliança anglo-navariana que havia fortalecido o trono de Pedro, o Cruel, contra ele. Duas razões, portanto, para responder ao apelo de Carlos V quando

este, após a descoberta de novas parcelas de Carlos, o Mau, queria que Castela atacasse diretamente Navarra. Um exército castelhano foi sitiar Pamplona, enquanto uma frota ia atacar por mar a guarnição inglesa de Bayonne. Aproveitando ao máximo a aliança inglesa - a única que lhe restava - Carlos, o Mau, venceu o Bordéus. Ele obteve alguns reforços lá, que trouxe de volta para Bayonne. Isso não salvou Navarre.

Em 1379, a posição de Carlos, o Mau, era insustentável. Ele pediu uma trégua, teve que dar os principais castelos de seu reino como penhor. Ao mesmo tempo, ele se endividava para pagar a desnecessária intervenção dos ingleses. Mas ele não tinha mais a receita de suas propriedades normandas, os primeiros credores se apoderaram da receita de Navarra e seus súditos se mostraram cansados de pagar por uma apólice que mal os preocupava. Incapaz de pagar, ele foi para a própria Navarra para a ruína política. Até a sua morte em 1387, aquele que fora um dos primeiros barões franceses e em quem, como em Eduardo III, corria o sangue de Philippe le Bel e de Saint Louis, viveria doravante na impotente amargura do ser. passou muito perto de um grande destino.

NOVAS PREOCUPAÇÕES.

O equilíbrio da Europa mudou rapidamente, e particularmente neste ano de 1380 quando íamos ver morrer, em 16 de setembro, um Carlos V que, tendo em seu leito de morte venerado a coroa de espinhos e a coroa da França , pensou ser seu dever, em uma crise final de consciência quanto aos seus bons direitos, suprimir os chicotes e assim privar seu filho de todos os meios de governo.

Na Inglaterra, o menino Ricardo II tinha outras preocupações além da Guyenne e da Bretanha. Ele teria a insurreição em Londres.

Em Castela, Henri de Transtamare - dizia-se também Henrique, o Magnífico - morrera em maio de 1379, e seu filho olhava mais para Portugal, onde tinha direitos, do que para a França, onde nada tinha a ganhar. As dívidas de seu pai não eram dele.

No império, Carlos IV morrera no final de 1378. Wenceslas tinha pouco interesse neste reino dos Valois, ao qual seu pai e avô estavam ligados por tantos laços pessoais e memórias íntimas. Estávamos longe do rei da Boêmia, que viera morrer em Crécy de armas nas mãos, e do irmão da rainha da França, pronto para desempenhar seu papel nas tensões internas da sociedade política francesa.

E então houve o cisma. Desde o verão de 1378, a cristandade teve duas cabeças, e novas clivagens foram estabelecidas na Europa conforme os príncipes se aliassem, com convicção ou resignação, entre os fiéis do papa romano Urbano VI ou entre os de Clemente VII. que foi, em muitos aspectos, uma criatura da França - primeiro dos cardeais franceses,

depois do rei da França - e que naturalmente veio se estabelecer em Avignon porque era conveniente e porque era Cuidado.

A clivagem entre os príncipes refletia no seio da Igreja os antagonismos nascidos de confrontos anteriores, nada eclesiais. Tínhamos visto a vantagem que Carlos V sabia tirar de uma conivência papal favorável a casamentos frutíferos. É surpreendente que o Grande Cisma Ocidental tenha visto o Rei da França em uma obediência e o Rei da Inglaterra na outra? Mas essa clivagem se refletiu, nas margens das obediências, por um fortalecimento das fronteiras políticas. Nas dioceses onde os senescais dos Valois e os dos Plantagenetas travavam uma guerra de atrito, à qual os bons eram tão sensíveis quanto as raras batalhas, apesar das tréguas, veríamos a guerra eclesial sendo acrescentada ao quadro. Às vezes, havia dois bispos, geralmente dois cobradores dos impostos papais.

A competição pelos sacramentos, pela pregação, pela cobrança de impostos, este confronto - ignorado pelos países onde a autoridade real tinha podido decidir por todos e evitar cada caso de consciência - tornava a crise da cristandade infinitamente mais sensível à lealdades provenientes das fronteiras da Gasconha ou das fronteiras flamengas da França e do Império do que aquelas das regiões onde o Grande Cisma parecia ser assunto de políticos e de clérigos. O cisma, para o parisiense médio, era a disputa entre papas e reis e uma das preocupações dos mestres da Universidade; mas não havia dúvida sobre a validade das ordenações e, portanto, sobre a legitimidade do pároco. Sabíamos que havia dois papas, ou melhor, que os outros tinham um antipapa. Mas em Paris, o papa era Clemente VII, e em Londres era Urbano VI. Enquanto em Bordéus, perguntamos a nós mesmos.

Último avatar da sociedade política nestes meses em que desapareciam os protagonistas de um drama, Louis d'Anjou viu brilhar outras perspectivas além das de um tenente do rei no Languedoc. Em Nápoles, a rainha Jeanne pensava em transmitir à nova casa de Anjou, isto é precisamente ao irmão de Carlos V, esta coroa outrora oferecida à primeira casa de Anjou, ou seja ao irmão de São Luís. Jeanne d'Anjou não tinha mais herdeiro e estava em dificuldades. Ele precisava de um sucessor e de um campeão. Em 29 de junho de 1380, ela adotou Louis d'Anjou.

Mas o reino de Nápoles estava em péssimo estado e o duque Luís sabia que praticamente precisava conquistá-lo. Foi imaginado para adornar a expedição com as cores lisonjeiras da Cruzada. Ao emprestar dinheiro ao Papa de Avignon e oferecer-se para ir e abrir para ele os portões da Cidade Eterna, Luís de Anjou habilmente misturou os dois negócios de modo que Clément VII acabou financiando a conquista da Sul da Italia. Basta dizer que o clero francês arcaria com o custo das ambições angevinas.

Mesmo em Paris, os príncipes tinham outra coisa em mente. O advento de uma criança os empurrou para a frente. Os interesses um do outro entrariam em conflito direto. Foi no Conselho Real que o duque de Anjou preparou seus negócios italianos, no Conselho que

Filipe da Borgonha zelou pelos interesses econômicos de seu novo estado, no Conselho que Jean de Berry e Louis de Bourbon buscaram fortuna. Ir e lutar à distância seria deixar espaço para outros. O Conselho teve que ser ocupado. A nova fase da Guerra dos Cem Anos surgiria dessa necessidade.

Por enquanto, a situação havia se estabilizado. Na verdade, o que restou ao rei da Inglaterra dessa Aquitânia que foi herança de seus ancestrais?

Em torno de Bordéus, a Gasconha inglesa ia de Blaye, na Gironda, a Castillon, na Dordonha, a Rions, no Garonne, e a Buch no oceano. Atrás de Bayonne, os ingleses guardavam Dax e Saint-Sever-sur-l'Adour. Isso foi tudo.

No coração dessa encolhida senhoria, Bordeaux estava sofrendo. A economia sofreu com o corte com o sertão e a precariedade das relações marítimas. Na época das grandes faltas de alimentos, em 1373, 1374 e 1375, era necessário importar da Inglaterra o trigo e o feijão de sobrevivência. Mas as exportações de vinho despencaram: em média trinta mil barris por ano antes do recomeço da guerra, no apogeu do principado da Aquitânia e na estrada aberta para Londres e Bruges, e apenas dez ou onze mil barris desde então derrotas.

Os julgamentos também foram muito mistos quanto ao principado. Não tinha ela agido como uma cortina entre a Inglaterra e a Aquitânia, uma cortina entre o Tesouro inglês e o financiamento da defesa da Aquitânia? O rei-duque, com todos os recursos de sua Coroa, não teria ele assegurado a defesa com mais eficácia do que um príncipe sem renda apoiado por um irmão sem talento? Tínhamos mantido a memória de Eduardo III ladeado por um deslumbrante Príncipe Negro. Desde então, vimos um Príncipe Negro doente ser substituído por um Lancastriano incapaz. Certamente, o povo de Bordeaux viu o advento de Ricardo II com esperança. Mas não era a Inglaterra em crise que sustentaria a vida de uma Aquitânia residual, onde o Grande Cisma agravou ainda mais a impressão de isolamento.

CAPÍTULO XII

Os frutos amargos da guerra

QUARTOS DE PRÍNCIPES.

Dois países enfraquecidos pela guerra, pela minoria do rei, pela rivalidade dos príncipes, são depois de 1380 os protagonistas de uma luta já meio-secular. Os três cavaleiros do Apocalipse - a guerra, a fome, a peste - caíram sobre países enfraquecidos por duas ou três gerações por uma crise das estruturas econômicas, uma inadequação das estruturas sociais legada pela era feudal, uma impossível busca de equilíbrio entre o comércio exterior e o mercado monetário.

Aos olhos dos franceses, para quem a Guerra dos Cem Anos é feita apenas de batalhas em ordem e de cercos em ordem, a Inglaterra teve a boa parte desse conflito que se trava no continente. O inglês viu as batalhas intermináveis da revolta no País de Gales e as da guerra da Escócia de uma forma difícil de dissociar, viu os seus portos do sul queimarem, as suas frotas mercantes afundarem e o indispensável mercado flamengo encerrado. para a produção de lã da Inglaterra. Ele pagou décimos, décimos quinze e vinte de sua fortuna, títulos para tanto e impostos para tanto o saco de lã. Tudo isso por uma Aquitânia que ele acha difícil considerar inglesa e que, no final das contas, vê perdida. As misérias de um não são iguais às do outro. O cansaço é igual.

Dentro do governo de Ricardo II, é a luta aberta para se apoderar dos parcos lucros da Coroa. O povo do Príncipe Negro acredita que tem o direito de colocar as mãos sobre o filho de seu antigo mestre, que morreu muito cedo para ter reinado, mas a mãe - e tutora legal - do jovem rei era apenas princesa de Gales para seu segundo casamento , e os filhos da primeira cama também acreditam ter direitos sobre a nova fortuna de sua mãe.

Entre os descontentes, o primeiro é Jean de Lancastre, seguido de seu filho Henri de Derby, o futuro Henri IV. Lancastriano nutre a amargura usual do mais velho daqueles que não reinam. Ele é Charles de Valois, ele é Charles o Mau: em suma, aquele que viu a fortuna de perto. Preferimos passar sem o regente, em vez de chamá-lo, mas a comissão encarregada do governo - uma comissão eleita pelo Parlamento - não via outra política senão a de Eduardo III. Levantamos uma captação, mandamos uma carona para a França, planejamos uma expedição a Portugal. O Parlamento se desacredita. A boa gente das

cidades e do campo rapidamente percebe que os novos mestres valem os antigos. Em suma, havia apenas pessoas descontentes na Inglaterra no início de seu reinado.

Carlos V, ao contrário, organizou fortemente o que se seguiria à sua morte. O mais velho de seus irmãos, Louis d'Anjou, teria a regência do reino, Borgonha e Berry teriam a tutela dos filhos - Rei Carlos VI e seu irmão mais novo Luís - e os antigos conselheiros experientes teriam, em um conselho de governo, a realidade do poder político. Mas as coisas aconteceram de maneira diferente quando o sábio rei morreu. Louis d'Anjou assume o poder sem pedir nada a ninguém. Os outros tios do jovem rei, Berry, Bourgogne e Bourbon - este último, tio materno - entraram no Conselho apenas para equilibrar melhor a influência dos conselheiros de Carlos V, que assim foram rapidamente eliminados. Seus irmãos então concordaram em enviar Jean de Berry para Languedoc. Mas a sucessão dos angevinos de Nápoles atraiu Louis d'Anjou para a Provença e a Itália, e o duque Louis de Bourbon não era páreo para o filho de um rei. Philippe da Borgonha é, portanto, o senhor do reino.

Carlos VI tendo atingido em 1381 a maioridade fixada por decreto de seu pai, os príncipes concordam admiravelmente em não pensar que isso pudesse ter qualquer efeito sobre o governo. Mesmo os ausentes se aproveitaram disso, como Louis d'Anjou, que fez com que a França financiasse sua expedição italiana.

O pessoal da alta administração de Carlos V é, portanto, mais ou menos oficialmente marginalizado. Jean Le Mercier está exilado. O ex-reitor de Paris Hugues Aubriot está preso nesta Bastilha que construiu, e isso porque não respeitou os privilégios da Universidade ... Ninguém se engana: os príncipes ouvem conduzir sua própria política, no melhor de seus interesses particulares. Anjou precisa do Tesouro Real para conquistar o sul da Itália, e a Borgonha precisa colocar as mãos em Flandres. Homens competentes são escassos, porém, e conselheiros desgraçados às vezes voltam em silêncio, no mesmo ou em outros papéis.

Na luta secreta por influência de um lado a outro, de financistas ricos a príncipes gananciosos, só uma coisa é certa: a ausência política do rei. Carlos VI é mantido separado. Na idade em que seu pai governava um reino indefeso, ele o deixou ir.

Ao seu lado, alguém está mastigando a mordida. Louis, duque de Touraine e futuro duque de Orleans, começa a querer seu lugar no concerto dos príncipes e sua participação nos lucros da monarquia.

O casamento do rei em julho de 1385 trouxe à cena política outra vontade provisoriamente contida: Isabel da Baviera. A tutela, seja ela qual for, é inadequada para esta princesa inteligente e teimosa cujo séquito bávaro protege as manobras dos conselheiros do duque Filipe de Borgonha. O casamento bávaro foi arranjado, no entanto, por um duque da Borgonha muito interessado em reconciliar os Wittelsbachs que reinam em Hainaut e na Holanda, bem como na Baviera. Seu primeiro objetivo é facilitar a

aquisição de Brabant pela Borgonha. Ao acreditar que Isabeau será voluntariamente o joguete da política flamenga, Philippe le Bold estava redondamente enganado.

EXPLOSÕES POLÍTICAS.

As brigas dos príncipes, porém, nada tiveram a ver com a onda de explosões políticas que abalou a Europa na década de 1380, quando os filhos nascidos após a Peste Negra atingiram a idade adulta e os últimos idosos que sobreviveram desaparecem. lembrança de tempos de paz. Fenômeno geral, essas insurreições que abalam a Itália industrial e Flandres, bem como os grandes portos comerciais, Lübeck, Bruges ou Rouen, e as pequenas cidades como Béziers ou Le Puy, bem como as capitais como Londres e Paris.

E, no entanto, quantas diferenças existem entre cada uma dessas explosões de raiva que o fisco aqui determina e ali o egoísmo dos círculos ricos, que em um caso acende a fúria dos artesãos e em outro a angústia dos camponeses. É a mística igualitária de uma espécie de evangelismo social que anima os ingleses no exato momento em que os parisienses se levantam sem pensar um só momento no Evangelho. Alguns lutam por privilégios, outros contra privilégios, se de fato atacar um privilégio não é reivindicá-lo e buscar um novo equilíbrio de forças econômicas ou direitos políticos não significa necessariamente minar o antigo equilíbrio.

Em todos os lugares, os motivos são locais, as queixas são pessoais. Os líderes não podem ser suspeitos de consulta internacional. O contágio óbvio não exclui a espontaneidade. A revolução está no ar e cada um decide por suas próprias razões ou pelo nervosismo do momento.

Foi no Languedoc que eclodiram as primeiras revoltas urbanas em 1378 e 1379. Mas já, em julho de 1378, a insurreição de Ciompi perturbou Florença; vai manter a Toscana em turbulência por mais de três anos. Flanders começou a se mover em 1379; no ano seguinte, ela estava em crise. As cidades do norte da França, por sua vez, estão agitadas. O ano de 1381 viu Londres nas mãos dos camponeses e Lübeck nas mãos dos açougueiros. Os Maillotins dominaram Paris em 1382, enquanto Rouen foi atormentado por Harelle.

Um enredo, claro que não. Mas uma situação revolucionária. A Peste Negra e suas recorrências provavelmente retardaram sua explosão em uma população dizimada e horrorizada, que teve que reconsiderar após o derramamento de sangue todos os dados da vida social. As tensões da década de 1380 são muito diferentes das da virada do século, mas são da mesma ordem.

A distribuição de responsabilidades na cidade só satisfaz os "magnatas", donos do crédito público e privado, da organização fiscal, dos regulamentos profissionais nos quais o tempo de trabalho e a remuneração são registrados tanto quanto os critérios.

capacidades de recrutamento e mobilidade no espaço e na profissão. A distribuição de lucros e custos na região coloca cidade e campo em competição, porto e hinterland, cidade industrial e cidade comercial. No caso da Flandres, além do desejo de independência ou da tradição de fidelidade ao rei da França, existem os complexos elos gerados pela necessidade da lã inglesa e a conveniência do mercado francês.

A revolta que eclodiu em Flandres em 1379 não deveu nada a Flandres. Forte população trabalhadora, rígido controle econômico dos patrícios e organizadores financeiros, uma posição debatida do poder de um conde para a qual as circunstâncias durante um século colocaram em jogo um equilíbrio político surpreendente entre a Inglaterra e a França e entre Bruges e Ghent, tudo isso é suficiente, sem isso temos que evocar o exemplo de Brunswick e Gdansk já nas garras das convulsões, ou o de Florença dominada pelos Ciompi.

Já que, em 18 de junho de 1378, de uma janela do Senhorio, Benedetto degli Alberti proferia seu grito "Viva o povo! Florença não passa de tumulto e seria muito mais simples reduzi-la a uma luta dos pequenos contra os grandes, a uma luta dos trabalhadores para ocupar as funções municipais e para desalojar os grandes mercadores e banqueiros. Alberti é um homem rico, como Salvestro dei Medici - um primo distante do ramo que dará a Como e Laurent o Magnífico - e o cheiro de velhas brigas políticas ou profissionais contribui mais ou menos para colorir ou fortalecer os novos confrontos. Existem os magnatas e os proletários, mas também os guelfos e os gibelinos, os tecelões e os tintureiros, os florentinos e os lucquois.

É uma coincidência que, no enorme tráfego financeiro alimentado pela taxação papal, a crise de Florença em última análise apenas beneficie Lucquois? Seria outra se, após uma tentativa de saquear o tesouro do Senhorio, os insurgentes florentinos enforcarem cinco saqueadores que se acredita serem trabalhadores flamengos? Imaginar a solidariedade de classe seria ignorar a dura realidade dessa época: esses flamengos em crise vieram comer o pão dos florentinos em crise.

A REVOLUÇÃO FLEMISH.

Se Flandres surgiu em 1379, foi na sequência de um incidente que está totalmente inscrito no mapa da Flandres. Sabemos que Bruges, o centro de todo o comércio internacional no norte da Europa, é apenas um porto medíocre, necessariamente associado a um porto marítimo externo - L'Écluse - e mal conectado por estrada. água para seu interior. Ao contrário do tráfego de Rouen ou Bordéus, o tráfego continental em Bruges só pode ser rodoviário. Não é o pequeno Reie que pode ser comparado com as grandes artérias comerciais que já são o Mosa, o Escalda e seus afluentes.

O grande porto flamengo de Bruges, portanto, atende mal aos interesses da grande cidade industrial de Ghent. A fortuna de Bruges deve-se ao Mar do Norte, ao Báltico e ao Atlântico, e não ao comércio das cidades. O mercado flamengo de tecidos, por outro lado, está tanto nas feiras continentais e nos nós das rotas terrestres como nos cais de Bruges. Assim que Flandres quis assegurar sua independência, teve que reorganizar sua infraestrutura: não depender de Paris ou Lyon, da feira de Lendit ou de Chalon - quase não falamos das feiras de Champagne desde o início do século - e também não dependem do grande porto do Escalda, Antuérpia, que a geografia coloca à saída da indústria flamenga, mas que a história colocou em Brabante. A indústria de Brabant já se aproveitou disso. Os flamengos sabem que o lucro veio às custas deles.

O conde Louis de Male perdeu a luta para colocar a sucessão de Flandres fora do alcance da ganância de Valois. Pelo menos ele poderia dar ao município a grande estrada de acesso ao mar que faltava. Ele autorizou o povo de Bruges a cavar um canal entre o Lys e o Reie. O objetivo era desviar o tráfego da Flandres Ocidental de Antuérpia. Até então desconhecidos do tráfego fluvial, o povo de Bruges competiria agora, tanto para o sul como para Kortrijk, com os residentes de Ghent. Eles compreenderam rapidamente que o caso estava reduzindo a influência de seu local comercial. Liderados pelo colega Jean Yoens, os barqueiros de Ghent saíram para sabotar o trabalho dos escavadores contratados por Bruges com uma picareta. O patriotismo municipal fez o resto. Os tecelões apoiaram a causa dos barqueiros. Com a ajuda de um canteiro de obras que mal havia sido inaugurado, os habitantes de Ghent iniciaram a insurreição contra o poder.

O negócio do canal foi rapidamente esquecido. Os tecelões abriram caminho contra o conde Louis de Male e o patriciado dos negócios, misturados no mesmo ódio. As solidariedades locais finalmente deram lugar ao espírito de classe: os tecelões de Ypres e Bruges aderiram ao movimento.

Uma espécie de governo popular foi estabelecido em Flandres. Ele reuniu tropas, sitiou Oudenaarde, onde um forte partido da grande burguesia estava entrincheirado. A contagem negociada, prometeu confirmar as franquias municipais. No final de 1379, os espíritos foram esfriados pelo inverno. Pode-se acreditar que o caso acabou.

A trégua deu a todos tempo para reflexão. Os açougueiros, os peixeiros, os armarinhos, os padeiros de Bruges rapidamente julgaram que os tecelões os estavam lançando sem consideração em uma aliança antinatural com a cidade rival: os residentes de Ghent só tinham que se defender sozinhos. É verdade que os habitantes de Ghent não incitaram uma revolta no interesse dos habitantes de Bruges. Quando os tecelões de Bruges se viram, em 1380, ameaçados em sua hegemonia pelos outros ofícios, perceberam que seus colegas de Ghent não os ajudavam.

Os residentes de Ghent ficaram sozinhos na Flandres. Mal abastecidos, muitas vezes ameaçados pelo exército do conde Luís, nas garras do desemprego, viveram desde 1380

em estado de sítio quase permanente. Seus verdadeiros aliados estavam em Mechelen - em Brabant - e em Liège: duas cidades cujos interesses, inscritos na rede fluvial, se opunham ao de Bruges. E todas as cidades da França que iriam se levantar, por uma razão ou outra, contra os poderosos e contra os ricos, o fariam com o grito de "Vive Gand!" "

Foi então que Philippe Van Artevelde, filho do herói de 1345, assumiu o comando do movimento Ghent para especificar os objetivos e dar ao caso alguma coesão. A ideologia, em particular, foi esclarecida: era uma espécie de democracia direta. Contatos foram feitos com a Inglaterra para evitar um novo bloqueio de lã. Mas Artevelde trabalhou acima de tudo para reduzir a rivalidade entre cidades que se opunham a interesses externos, mas que poderiam unir um denominador comum de política interna: Bruges, Ghent, Ypres

sofria da mesma preponderância dos círculos financeiros, das mesmas vendas fracas de produtos industriais.

Artevelde era o oposto de um economista. Ele não se perguntou - ninguém ao seu redor se perguntou - por que os lençóis de Bruxelas ignoraram a queda. Homens de uma Idade Média feudal em uma crise econômica que ainda não era moderna, Artevelde e sua laia encontraram razão apenas no próprio sistema de que sofreram: sua demanda era expressa em termos de privilégios e as relações de a produção foi analisada apenas de acordo com os modelos corporativos mais rígidos. Enquanto isso, a iniciativa estava se expandindo para a indústria livre de fabricantes rurais, para o benefício de financistas mais exigentes. A cortina de centros secundários - aldeias ou pequenas cidades - era um prêmio nos mercados. Artevelde acreditava resolver todas as dificuldades unindo em uma política comum as corporações rivais que a crise afetou. O sindicato fez pouco mais do que amplificar a revolta.

Os habitantes de Ghent tinham, em janeiro de 1382, nomeado Artevelde “capitão da Comuna”. Em 3 de maio, ele iria estourar em Bruges durante a cerimônia do Santo Sangue, a preciosa relíquia trazido de Jerusalém para o XII século e preservadas na capela superior de Burg Square, ao lado da Câmara Municipal. Com muita devoção, o povo de Bruges não estava em guarda como de costume. Ninguém podia se defender, e o conde Louis de Male só encontrou a salvação em uma fuga inglória. Ele teve que nadar nas valas para não ser parado nos portões da cidade.

Os tecelões de Bruges sempre se inclinaram para Ghent. As outras profissões se deixam levar pelo entusiasmo do momento. Artesãos ou lojistas, os habitantes de Bruges, que eram suspeitos de indiferença em relação à revolução, foram massacrados. Os residentes de Ghent e seus aliados da época eram mestres de Bruges. As outras cidades não demoraram muito para se juntar aos mais fortes. No outono de 1382, Artevelde estava de fato governando Flandres. Primeiro refugiado em Lille, Louis de Male não tinha mais a

escolha de sua independência: como seu pai, Louis de Nevers, no passado, ele pediu ajuda ao rei da França.

OS "TRABALHADORES" INGLESES.

Longe de ser capaz de aproveitar a oportunidade dessa fraqueza temporária para se intrometer novamente nos assuntos do continente, Ricardo II e seus conselheiros viveram tempos sombrios em 1381, e alguém poderia ter se perguntado se a coroa da Plantagem As redes, já abaladas por rivalidades por influência em torno do jovem rei, não se veriam varridas em poucos dias por um dos maremotos mais furiosos que já varreram a ilha: os "Trabalhadores". Não era mais hora de se preocupar com Bordeaux, Agen ou Poitiers, Calais ou Ponthieu: o inglês estava com medo em Londres.

É o fisco que, como em muitas outras ocasiões, atrai o trovão revolucionário aqui. A Inglaterra não suportou os estragos da guerra, mas suportou o fardo financeiro. Há tantos anos que o Ducado da Guyenne está na defensiva, o contribuinte inglês não deixa de fornecer as remessas que alimentam o fundo do “Constable” em Bordéus, pois é assim que o chefe da a administração financeira do ducado. Como sabemos, custa mais manter um país com guarnições permanentes do que conquistá-lo em viagens rápidas. O atacante escolhe sua hora, não o defensor. Em suma, as receitas do ducado não são suficientes para cobrar, e os ingleses questionam o lucro desta guerra sem fim. Para eles, é uma merda.

O imposto é pesado, mas não cabe bem. A defesa do contribuinte medieval é a fraude e a procrastinação. Em 1377, o imposto era uma grande quantia per capita; em 1380, aumentou para três grandes. Por um tempo, as comunidades urbanas e rurais tentam se esquivar falsificando papéis. Aqui fingimos esquecer as meninas, ali as viúvas. Diante da escassa receita do Tesouro, o governo de Ricardo II reagiu: os comissários foram eles próprios revisar as listas. Milhares de nomes são reintegrados nas listas: milhares de vezes três muito dinheiro, ou três dias de trabalho para um trabalhador rural.

A insurgência não tardará a chegar. No final de maio de 1381, Essex e Kent - leste de Londres - foram os primeiros a serem afetados. Poucos dias depois, o Centro muda, depois o Norte. De Sussex a Norfolk, os castelos estão queimando, com seus chartriers, testemunhas de um sistema social questionado desde os primeiros dias do movimento. O pregador John Bail, cujo evangelismo proletário deve muito à veemência dos “espirituais” da ordem franciscana algumas gerações antes, rapidamente ganhou popularidade desenvolvendo algumas idéias simples.

Quando Adam estava beijando, quando Eva estava girando, onde estava o cavalheiro?

No longo prazo, a crise tem outras causas além do constrangimento dos consultores financeiros de Ricardo II. Há um sistema senhorial cada vez menos adaptado às novas

condições econômicas, estatutos pessoais atrasados em relação ao que o continente vive - a servidão ainda não é pesada e extensa? - e agravado pelas premissas de uma reação senhorial que se deve em parte ao despovoamento. Não nos esqueçamos do poder temporal da Igreja da Inglaterra: o povo de Cambridge irá naturalmente atacar os colégios! No exato momento em que os trabalhadores se armavam contra a ordem estabelecida, o mestre de Oxford John Wycliff pregou e fez seus discípulos pregarem um reformismo antieclesiástico que a Igreja condenaria em 1382.

São poucas as mortes nesta guerra social que é a revolta dos trabalhadores: alguns agentes do fisco real, alguns senhores recalcitrantes, alguns mercadores enriquecidos rapidamente. Mas muitos nobres escapam fazendo causa comum com os rebeldes, e muitos burgueses se sentem profundamente solidários com seu protesto.

A grande diferença entre os trabalhadores ingleses e os tuchins do Languedoc, mesmo os velhos Jacques da planície da França, é que os trabalhadores sabem mais ou menos o que querem. Um programa ? Talvez não. Mas eles vão formular demandas específicas, e sabem desde o início para onde vão: vão para Londres, onde está o rei e onde há comida em abundância.

A revolta contra a pobreza não é duplicada, como no Languedoc ao mesmo tempo, com um suprimento incontrolável de pessoas desocupadas sem fogo nem lugar. A Inglaterra não tem suas empresas esperando a guerra. Nas estradas de Essex e Kent, só há camponeses esmagados por um indiferente imposto estranho às dificuldades económicas que fazem parte da situação desastrosa da XIV século, quando homens e onde a falta estagnar preços agrícolas.

Principalmente, há Wat Tyler. É o Carle inglês, mas Guillaume Carle era um estrategista medíocre e Mérigot Marqués não tinha cabeça política. Tyler não é apenas um tribuno de aldeia - rapidamente flanqueado pelo ardente John Ball - e um polemista capaz de arengar a mentes comuns. Ele é um líder, que coordena a ação dos Trabalhadores, que canaliza sua raiva e negocia por eles. Wat Tyler sabe como evitar mortes desnecessárias. Muitos burgueses, que não reprimem o medo de um massacre, não hesitam em mostrar sua simpatia pelo movimento camponês. O departamento de impostos não é o inimigo comum?

Em duas semanas, os Trabalhadores estão em Londres. A cidade resistiu apenas uma noite: a ordem de abrir uma porta veio de vereadores favoráveis à insurreição.

A escala do movimento desconcerta o governo de Ricardo II. São vinte mil homens, talvez cinquenta mil, acampados na cidade, que queimam alguns hotéis aristocráticos e fazem um pequeno saque, mas que uma disciplina enérgica rapidamente põe de volta no caminho da ordem. Os saqueadores são enforcados. O burguês respira melhor. Londres terá apenas que fornecer comida; ainda assim, alguns camponeses se esforçam para pagar pelo que comem.

As vítimas não caem por acaso. Eles são os conselheiros impopulares do jovem rei, os responsáveis por uma política desastrosa: o continente perdido e a ilha em ruínas. Como nos velhos tempos em torno de Jean le Bon, falamos sobre traição. Não seria esta mesma palavra, decididamente carregada de significado nesta época em que a fidelidade vassálica ainda era uma das bases de uma certa sociedade, que o infeliz lançaria dez anos depois, cujas imprecações desencadearam a primeira crise de loucura de Carlos VI? Existem traidores, acredita-se na Inglaterra em 1380. Parece natural castigá-los.

Tyler e seus homens não querem o saque e não querem o derramamento de sangue. Isso fica claro quando eles se propõem a negociar com o rei, não sem antes terem feito ou permitido que os responsáveis pela política financeira fossem executados, e quando eles moldam o que começa a parecer um programa. Trata-se simplesmente de romper os fundamentos da sociedade: abolição da servidão, abolição dos regulamentos que constituem o direito do trabalho, redistribuição das terras da Igreja aos camponeses. Ricardo II ganha tempo, finge desistir. Ele não pode recusar abertamente, mas sabe que Robert Knolles está ocupado reunindo um exército bastante forte.

Em 15 de junho, de repente é a reviravolta, imediata, brutal. O rei sabe que Knolles está pronto. Durante a negociação, a comitiva real pressiona Tyler para elevar o tom. A tribuna popular está inteira e ele não pensa por um momento que essa negociação possa se transformar em uma provocação. Ele cai na armadilha e se permite impertinências. Independentemente do protocolo - quem o teria ensinado? - ele bebe um litro de cerveja debaixo do nariz do rei. Numa algarada com um conselheiro, ele profere uma palavra infeliz. Tiramos nossas armas. Tyler cai morto.

O exército real então expulsa os camponeses, perplexo com a rápida mudança da situação. Os soldados profissionais têm pouca dificuldade em enganar essas pessoas valentes que não desconfiam: os camponeses estão cercados. A aventura acabou. Muito felizes por terem sido libertados vivos, os Trabalhadores voltam para suas aldeias, com o exército de Knolles em seus calcanhares. Alguns transtornos tardios serão reprimidos pelos soldados.

A reação se manifesta ao mesmo tempo em condados assolados pela insurgência. Bassinet na liderança, o bispo de Norwich lidera uma operação de limpeza que coloca em xeque os descontentes de cinco ou seis condados.

Ricardo II, portanto, vence. O caso todo não durou um mês. Algumas execuções são suficientes para o exemplo. A anistia em dezembro chega no momento certo para tranquilizar a população sem passar por fraqueza. Das concessões que mal foram feitas a Wat Tyler, obviamente não há mais dúvidas. Mas entendemos que os ingleses tinham algo mais a fazer, nesses anos de 1381 e 1382, do que lucrar no continente com a fraqueza temporária do rei da França.

OS FRANCESES CONTRA O FISC.

Que o governo de Carlos VI estava em grandes dificuldades, entretanto, é o mínimo que se pode dizer. Longe de ser capaz de reprimir a insurreição que minou o futuro legado do Duque da Borgonha em Flandres, ele teve que enfrentar em todo o reino uma extraordinária onda de insurreições, filhas tanto do fisco em princípio quanto da falta de jeito do a política fiscal, a miséria mensurável de países em ruínas e o desânimo que a psicose de guerra sempre engendra.

A resistência ao fisco manifestou-se no rescaldo da morte de Carlos V. Mû de escrúpulos, ele tinha em seu leito de morte decretado a abolição das incrustações. Mas ele se apegou a esse imposto direto, e os bons entenderam muito rapidamente que o imposto foi abolido como um todo, ou seja, as ajudas indiretas que pesavam no consumo diário. Por convicção, mas também para limitar as convulsões de suas cidades, os notáveis uniram forças. Quando, em novembro de 1380, com o retorno da coroação, o rei uniu os Estados Gerais de Langue d'oïl, foi-lhe dito que deveria privar-se definitivamente - para tempos de paz - de qualquer recurso que não fosse a renda. ordinário do domínio real e dos direitos reais. Um início de agitação popular apoiou as reivindicações dos estados. Houve uma pequena rebelião em Paris em frente ao palácio.

O reitor dos mercadores canalizou o ardor da burguesia: uma petição foi dirigida ao rei. O advogado Martin Double foi enviado para arengar ao governo. Double era o advogado do rei: a burguesia parisiense ainda pensava em termos de petição e petição, e nomear um servidor fiel da monarquia para expressar seu ponto de vista não lhes parecia de forma alguma paradoxal. Não era uma questão de revolta, nem mesmo de reforma.

A fúria popular estava se voltando contra os judeus, no entanto. Um rabino foi morto, algumas casas saqueadas. A multidão exigia a expulsão dos judeus, sobretudo culpados - nesta época de dificuldades econômicas - de exercer uma função que o direito canônico teoricamente proibia aos cristãos: o penhorista. Metade por um espírito de proselitismo, metade por um desejo de intimidar, alguns parisienses arrancaram algumas crianças judias de seus pais, com a intenção declarada de batizá-las e a intenção óbvia de fazer as comunidades judaicas fugirem. O reitor Hugues Aubriot, o homem de confiança de Carlos V, fez com que os filhos fossem devolvidos aos pais. Em alguns círculos, não devemos perdoá-lo pelo gesto. De facto, cuidando das crianças como protegera em Châtelet os pais que a tempo conseguiram refugiar-se na pequena fortaleza à saída do Grand-Pont, Hugues Aubriot apenas cumpria o seu papel de reitor: procurava limitar tumulto.

Em Saint-Quentin, Compiègne, Laon, os beneficiários da ajuda haviam, nas semanas anteriores, sofrido algumas rejeições e causado alguns movimentos de bairro. Nada além de muito comum: desde a época de Filipe, o Belo, os cobradores de impostos e os fazendeiros viam outros.

Ansioso por pôr fim ao caso dos judeus sem aumentar a massa da população, o governo real só podia ter uma atitude ambígua. Ele ordenou a restituição aos judeus dos bens roubados durante o saque de novembro: joias, talheres, roupas de segunda mão. Nem uma palavra foi dita sobre os IOUs que incendiaram algumas casas: seu desaparecimento aliviou, entre outros devedores, muitos nobres que todos sabiam que mais ou menos pressionavam para saquear. Mas, na época em que tranquilizou os judeus, o governo de Carlos VI preparou uma portaria, que foi publicada em 20 de março de 1381: privava-os do direito de propriedade e limitava a taxa de juros tolerada para o empréstimo de dinheiro. .

O anti-semitismo não desarmou. Qualquer pretexto era bom para correr aos judeus. Em 1394, o rei acabaria com esse tipo de agitação privando-o de um objeto: todas as comunidades israelitas seriam expulsas do reino.

Contra os impostos, no entanto, seguiram-se motins. Carlos V suprimiu as escavações e o governo dos duques, tios de Carlos VI, por sua vez suprimiu a ajuda. Mas você tinha que viver bem. Os estados de novembro de 1380 haviam concedido um imposto direto, cujo levantamento não podia oferecer as vantagens que, pela sua regularidade, obtinha qualquer imposto sobre o consumo. Por conseguinte, as negociações foram retomadas no início de 1382 sobre o tema das ajudas indiretas.

Com habilidade diabólica, o povo do rei conseguiu discutir o assunto apenas com pequenos grupos de notáveis, deixando cada um ignorar o que o outro tinha ouvido e aceito. Os negócios em Paris, certamente temidos, foram recebidos um a um, e em Vincennes, onde nenhum apoio popular conseguiu vencer as paredes da fortaleza durante a audiência dos delegados. A restauração geral da ajuda foi finalmente publicada em 17 de janeiro de 1382, mas às escondidas, na hora do almoço. Quase ninguém percebeu. Os que ouviram acreditaram que a medida era falsa: ninguém falava em arrecadar o novo imposto.

Em meados de fevereiro, os parisienses ainda entenderam que algo estava acontecendo. Os agentes do rei preparavam o imposto, as receitas eram entregues aos fazendeiros. O sigilo não era mais possível. Nas encruzilhadas e nas tavernas, as pessoas se consultavam. Alguns disseram em voz alta que não pagariam em hipótese alguma. Quatro burgueses foram presos. Jean des Mares, um advogado muito popular e disposto a apostar tanto em suas conexões quanto em sua eloqüência veemente, tentou algumas medidas para pelo menos adiar o imposto. Os espíritos estavam febris. Podemos temer o pior.

Foi então que o povo de Rouen se revoltou. Os estados da Normandia aceitaram um imposto; os burgueses aprenderam que os oficiais reais se preparavam para exigir mais do que os estados admitiam. Em 24 de fevereiro, duzentos ou trezentos operários de cortinas se levantaram. O alarme soou. O povo se reuniu no Mercado Velho, depois foi sacudir a porta do prefeito e dos ex-prefeitos. As prisões foram esvaziadas. A casa dos

notáveis suspeitos de ter ganho dinheiro suspendendo os antigos impostos foi saqueada. Deve-se dizer que nenhum agricultor teria sido encontrado para tais pesquisas se não houvesse algum lucro.

Houve várias mortes. A maioria dos grandes burgueses escapou refugiando-se nos conventos. Mas o capítulo da catedral foi saqueado e a abadia de Saint-Ouen sofreu a fúria dos desordeiros. Na verdade, ninguém pensava mais em impostos reais. O inimigo agora eram os ricos.

No ex-prefeito Guérout de Maromme, os desordeiros quebraram os móveis, jogaram na calçada o que podiam passar pelas janelas, beberam parte da adega e quebraram as caudas de vinho que não podiam beber. Era uma questão de saque, não mais de evasão de impostos.

No dia seguinte, muitas pessoas se cansaram desse "harelle". Os praticantes haviam assumido o controle, mas não sabiam o que fazer dos oficiais reais maltratados no dia anterior. O povo temeu a reação e sentiu que iria pagar o preço. Uma delegação foi pedir perdão ao rei. Esperava-se que ela voltasse de Paris com a confirmação da antiga "carta aos normandos", que fundava os direitos do rei de coletar impostos e os limitava de forma muito estrita. A resposta do governo real foi lacônica:

O rei irá para Rouen. Ele saberá quem comeu o bacon!

AS CAMISAS.

Comparado com os eventos que agora sacudiam Paris, o caso de Rouen fora insignificante. Após as negociações de janeiro, a calma voltou à capital. Os grandes burgueses não se orgulhavam muito de seu comportamento e nem se importavam em dizer a todos que, nas negociações em Vincennes, mais ou menos cederam às exigências reais. Mas a calma escondeu uma ilusão. Embora o imposto estivesse bem e verdadeiramente decidido, ninguém o esperava mais.

Ficamos, portanto, surpresos ao ver, nos últimos dias de fevereiro, os agricultores montando o sistema de coleta. As reuniões recomeçaram com força total. Falamos novamente de uma conspiração. Jean des Marès quis intervir novamente, acreditando que pelo menos atrasaria a percepção. Talvez ele tivesse tido sucesso se nenhum detalhe fosse recebido sobre o "harelle". Era óbvio que os notáveis de Rouen ficaram bastante impressionados ali. O governo poderia inferir que Jean des Mares e sua turma não tinham interesse em tais circunstâncias.

O governo dos duques ganhou vinte e quatro horas por meio de um subterfúgio. Em 28 de fevereiro, os pregoeiros anunciaram a todas as encruzilhadas de Paris que os pratos do rei tinham acabado de ser roubados, ou pelo menos parte deles. O evento era novo. Foi um

ótimo concerto de comentários. Na confusão, os pregoeiros acrescentaram que o imposto sobre as transações de varejo seria suspenso na manhã seguinte. Ninguém ouviu.

À tarde, a percepção foi finalmente julgada. Oficiais e fazendeiros concordaram em evitar publicidade. O leilão não foi uma surpresa: os novos fazendeiros eram os mesmos homens que os contemporâneos de Carlos V haviam conhecido no cargo dois ou três anos antes.

E no dia 1º de março pela manhã, os parisienses acordaram sabendo que algo estava acontecendo, mas ignorando o quê. Os rumores mais contraditórios circularam em silêncio oficial.

O motim estourou quando um fazendeiro alegou que cobrava imposto sobre as vendas de um vendedor de agrião. Dos corredores do mercado, a insurreição ganhou toda a margem direita, depois cruzou as pontes. Senhores do ofício desconcertados com as mudanças econômicas, trabalhadores desempregados e artesãos ameaçados em sua clientela se viram lado a lado. Os patrões tinham medo do fisco, os clientes tinham medo do alto custo de vida. Alguns ficavam felizes em discutir com o pessoal do reitor. Outros lutavam contra a falência lutando contra as autoridades fiscais.

Todos acreditaram na morte do cobrador de impostos e acreditaram que isso bastaria para restaurar a prosperidade. Na fúria dos desordeiros, uma parte do sonho desmoronou: estava ligada ao antigo mito da Idade de Ouro.

Só uma certeza: esses primeiros desordeiros eram gente pequena, que ia pôr as mãos na casa de um fazendeiro, a de um usurário ou a de um burguês rico demais. Gente pequena entre os quais havia, desde o início do caso, um certo número daqueles marginalizados que eram os camponeses que se refugiaram na cidade e os lacaios sem emprego. Rapidamente vimos o surgimento de outros marginalizados: gussets profissionais e jacarés da rodovia.

Como de costume, atacamos os judeus. Alguns foram massacrados, outros foram batizados imediatamente. Também atacamos os doleiros, pelo menos aqueles que não eram espertos o suficiente para gritar ao mesmo tempo contra o fisco. De forma mais geral, os proprietários, os mercadores, os advogados e os oficiais do rei foram atacados. Os belos hotéis da margem direita estavam em chamas. Os arquivos serviram como fogueira. Mais tarde, foi dito que muitos nobres haviam pressionado pela demissão ou não resistiram, muito felizes de ver virar fumaça, desta vez novamente, os IOUs anteriormente partiam com credores de todos os matizes.

Pode-se esperar uma reação real. Portanto, as armas eram necessárias. A multidão irrompeu pelas portas da prefeitura, na Place de Greve, e ali apreendeu cerca de dois ou três mil tacos de chumbo anteriormente armazenados neste arsenal improvisado para prever o caso em que algum Knolles viesse forçar as portas. da capital.

Aqueles que seriam chamados de "Marretas" e, mais raramente, de "Maillotins", foram buscar reforço nas prisões. Le Châtelet, Le For-l'Évêque, Tiron foram assim forçados. Os portões do palácio, por sua vez, cederam.

A princípio surpresa, depois tentada a uivar com os lobos e relutante em elogiar as autoridades fiscais, a burguesia estabelecida agora estava preocupada com a virada dos acontecimentos. Eles queriam o fim do imposto, não o saque da capital. Já havia cerca de trinta mortos. Ele tinha certeza de que o rei um dia pagaria a conta.

Uma delegação foi improvisada: advogados, mestres da Universidade, alguns mercadores, que se encontraram com o duque de Borgonha na porta Saint-Antoine e vários conselheiros do rei que vieram de Vincennes para isso. Os parisienses estabeleceram condições: abolição de impostos, anistia geral. O povo do rei os empurrou de volta.

A insurreição havia procurado em vão um líder. Os Maillotins tinham, em For-l'Évêque, libertado, entre outros, o ex-reitor Hugues Aubriot, que estava preso desde o ano anterior por ter violado alguns privilégios da Universidade e que preocupava o governo dos duques em uma péssima maneira de defender um dos ex-servos de Charles V. Aubriot era a bête noire de notáveis, clérigos, estudantes. Por enquanto, os desordeiros esqueceram que ele tinha sido o mestre da polícia e se obrigaram a ver nele apenas o adversário amargo dos privilegiados e a vítima dos poderosos da época. Ele foi oferecido para liderar a insurreição.

Aubriot foi muito cuidadoso para cair na armadilha. Filho de um doleiro de Dijon, fora procurador do duque de Borgonha, depois seu meirinho em Dijon, antes de se mudar para o serviço do rei. Ele era advogado, administrador, construtor. Não é um desordeiro. O interesse do rei o opôs ao Hôtel de Ville e à Universidade, não à demagogia. Ele viu que aceitar a proposta dos Maillotins era se condenar, mais cedo ou mais tarde, a ter a cabeça cortada. Não se perdoaria um crime de lesa-majestade a um ex-reitor de Paris.

Ele pensou por um momento em se constituir novamente prisioneiro do bispo, então preferiu dormir em seu lugar. Mas na manhã seguinte ele deixou a capital sem ser notado. Ele foi encontrado em Avignon com o Papa Clemente VII.

O governo dos duques tinha pressa em pôr fim a isso. Se os parisienses encontrassem seu Artevelde, as coisas poderiam continuar assim. A revolta fiscal pode se espalhar por todo o reino. Muitas cidades já estavam barulhentas, na maioria das vezes com o grito de "Viva Ghent, nossa mãe!" " Na Normandia, Champagne, Picardia, os agentes fiscais levantaram voo. Amiens, Orleans, Lyon se recusaram a pagar qualquer coisa com o novo imposto. Também tornou-se urgente punir os manifestantes em Gante e os de Rouen.

O clero se misturou. Em 13 de março de 1382, o rei concedeu uma anistia geral. Cerca de quarenta líderes estavam isentos de perdão: eram gente pequena, os notáveis que lideraram as negociações correram o risco de represálias. Uma dúzia de enforcamentos

marcou a passagem da justiça do rei. Os outros manifestantes ficaram com medo: o reitor perdoou, no dia 25 de março, aqueles que haviam sido mantidos fora da anistia.

Os grandes burgueses parisienses estavam satisfeitos. A repressão atendeu às suas necessidades: reprimiu por muito tempo a agitação popular. Eles estavam com medo no dia 17 de março, haviam confiscado a revolta do dia 13. A luta contra o fisco acabou, assim, por consolidar a posição dos donos e dos donos e garantir sua paz. O caso Maillotins terminou com o triunfo de demagogos e bons faladores, defensores dos contribuintes em fevereiro, da ordem em março e, finalmente, das liberdades parisienses.

REPRESSÃO.

Era fácil perceber que o rei não havia concedido nada. Os estados reunidos em Compiègne votaram pela suspensão da ajuda. Os deputados parisienses discutiram o montante da contribuição, mas hesitaram diante de uma resistência que teria despertado novamente as massas. Na realidade, a burguesia parisiense confiava nos residentes de Ghent. Em todos os cabarés, nas bochechas ou nas pistas de boliche, nos mercados e nas lojas, todos conspiravam em palavras sem querer se aventurar. Significativa a esse respeito é a renúncia do fabricante de roupas Aubert de Dampierre. Denunciado por conspiração contra o fisco, deixou-se prender sem nem mesmo pedir socorro: ele mesmo disse, uma insurreição teria causado muitas mortes. Inimigos da tributação, mas igualmente da desordem, assim eram os bons burgueses de Paris. Se a vitória flamenga neutralizasse o poder real, então veríamos.

Enquanto Paris se assentava e Flandres se organizava sem sua contagem, Carlos VI cuidou de Rouen. Quando ele entrou na cidade em 29 de março, as cabeças dos principais instigadores do “harelle” já haviam sido cortadas, os sinos do campanário baixados, a fortificação do portão de Martainville demolida, as correntes retiradas das ruas e as armas confiscadas. burguês. Para que ninguém se esquecesse, o governo real aboliu a Comuna e revogou os privilégios das “mercadorias” de Rouen. Para completar, um imposto particularmente pesado atingiu a cidade.

Aterrorizados, os residentes de Rouen ficaram em silêncio por quatro meses. Mas, quando uma nova ajuda ao consumo foi imposta aos estados da Normandia, a raiva se instalou. Em 1º de agosto de 1382, enquanto os coletores de impostos liquidavam seu contador, uma segunda "Harelle" quebrou o Palácio do Pano. O oficial de justiça detinha a cidade: o incidente não tinha amanhã. O povo do rei, entretanto, usaria essa recorrência como um argumento para esmagar Rouen para sempre.

As cidades insurgentes haviam travado várias batalhas sem qualquer coordenação. Claro, o burguês tinha escrito muito. Eles haviam se informado, encorajado um ao outro.

Diante da repressão real, as cidades ficaram sozinhas, cada uma por si. Os duques - levando o jovem rei a todos os lugares - puderam puni-los um após o outro, demorando muito.

Em agosto de 1382, Filipe da Borgonha fez com que o Conselho decidisse sobre a prioridade de uma ação na Flandres. Havia interesse suficiente. Em 18 de agosto, Carlos VI levou então a Saint-Denis a bandeira cuja presença no exército tornava a campanha de Flandres mais do que uma cavalgada: a defesa da ordem monárquica. Em vão os habitantes de Ghent procuraram obter a posição do rei como árbitro entre o conde e eles próprios: esqueceram que o duque da Borgonha já se sentia conde de Flandres. E Filipe, o Ousado, também pretendia dar à empresa as cores da Cruzada: íamos garantir a obediência de Flandres ao Papa Clemente VII. Nesta época em que a Igreja tinha duas cabeças, qualquer ação política poderia encontrar uma nova ressonância ao se inscrever no drama da cristandade.

Artevelde não tinha escolha. Ele se voltou para a Inglaterra. Ricardo II dificilmente ficou satisfeito em ver os franceses colocarem as mãos em Flandres e aderiu à obediência de Urbano VI. As extensões da obediência de Avignon só podiam preocupá-lo. Artevelde, portanto, obteve promessas muito vagas sem dificuldade. Ele ficou satisfeito com isso.

Em 18 de novembro, o exército real deixou Lille na chuva. No dia seguinte, uma manobra habilidosa permitiu ocupar a ponte de Comines e, assim, cruzar o Lys. No dia 21, Ypres se inscreveu. A defesa de Artevelde estava errada: ele contava com os Lys. Para evitar que Ghent fosse sitiada, ele agora precisava lutar em campo aberto.

O exército de Ghent avançou até Roosebeke, formado lá em um triângulo voltado para o exército real, colocou sua artilharia no topo da colina e esperou pela luz do dia para atacar. Era 27 de novembro. Ao amanhecer, na névoa que aumentava lentamente, os habitantes de Ghent atacaram, soltando gritos aterrorizantes. A cavalaria francesa cedeu alguns passos. Por medo da confraternização com as comunas rebeldes, a infantaria foi deixada para trás.

Os residentes de Ghent não perceberam que estavam sendo manipulados. A cavalaria, tendo cedido no centro, envolveu-os pelas asas. E o massacre começou, com maça e machado em vez de espada. Bassinets voaram, caveiras explodiram sob as bobinas. A vitória estava, a partir de agora, suficientemente assegurada para que a fidelidade dos sargentos do rei da França fosse garantida: interviu-se para despachar os feridos com a faca.

Assim que foram derrotados, os flamengos não passavam de rebeldes contra Deus e o rei. Seus bisavôs conheceram esse destino em Mons-en-Pévèle. Seus cadáveres foram deixados para os cães e pássaros. Por atenção especial do Conde Louis, o corpo de Philippe Van Artevelde foi enforcado, para a edificação do povo.

Bruges então assumiu a liderança. A cidade aceitou a soberania real, repudiou todos juntos a aliança inglesa e a obediência do Papa Urbano VI, até concordou em pagar uma

multa pesada. Kortrijk ficou surpreso: os franceses carregavam no coração as esporas de ouro que ainda decoravam a abóbada da igreja de Notre-Dame e que eram de seus ancestrais. Philippe de Bourgogne também teve uma ideia mais imediata: apreender nos arquivos de Kortrijk as cartas enviadas, dizia-se, por parisienses nos últimos dois anos. Não foi dito que esses mesmos parisienses acabavam de parar na estrada para Flandres com os suprimentos esperados pelo exército real? Incapazes de encontrar provas da trama nos arquivos, os franceses colocaram fogo na cidade.

Os únicos que finalmente escaparam foram os residentes de Ghent que ficaram em casa. Alguns milhares de seus compatriotas morreram em Roosebeke, mas o duque Philippe viu claramente que a cidade não podia aceitar a ruína que a multa exigida inicialmente significava: trezentos mil francos. Sitiar Ghent no início do inverno era correr um risco desnecessário. A vitória foi retumbante; o duque da Borgonha achou por bem ficar satisfeito com isso. Seu sogro, o conde de Flandres, se beneficiou de uma intervenção que lhe devolveu a autoridade, mas não queria que os franceses se arrastassem em casa. Philippe sem dúvida viu que seu interesse não era perpetuar a ocupação. Palavras encobertas, todos concordaram em deixar isso aí.

O exército real também tinha outras tarefas em vista. Ela caminhou em Paris. Em 2 de janeiro de 1383, o rei estava em Compiègne. A capital pretendia preparar a entrada solene de um vencedor. O reitor dos mercadores e vereadores foi a Compiègne para acertar os detalhes da cerimônia. Na verdade, todos tremiam desde que tínhamos aprendido em Paris no dia 1er dezembro, a vitória de Roosebeke e a bolsa de Kortrijk. Algumas prisões, entre 5 e 10 de janeiro, fizeram os mais otimistas entenderem que o rei de forma alguma perdoara os Mallets.

Em 11 de janeiro, Carlos VI deixou a bandeira em Saint-Denis e partiu para Paris. Algumas centenas de parisienses foram ao encontro do exército até Montmartre, na esperança de apaziguar o rei ao recebê-lo. Seu entusiasmo para fazer pedidos foi diminuído.

Retorne a Paris. Quando eu estiver sentado no lugar da retidão, venha e pergunte e você encontrará uma parte.

A resposta do jovem rei parecia verdadeira. Da estrada de Senlis à de Melun, três soldados cercaram a posição de Paris. O rei usava sua armadura. Como Jean le Bon em Rouen no passado. O soberano veio como um vigilante.

Alguns homens de armas foram destacados na frente do exército. Dobrando-se sobre os burgueses que voltavam desanimados, eles foram tomar posições no Louvre.

Os parisienses acharam inteligente mostrar sua força e, talvez, simplesmente mostrar sua lealdade. De qualquer forma, colocaram um contingente da milícia municipal na passagem do rei, com arcos, bestas e marretas. O rei aceitou o assunto muito mal.

Chegamos à porta Saint-Denis, aberta para a entrada do rei. Mesmo assim, os sargentos foram levantar as folhas, removê-las das dobradiças e virá-las com grande estrondo. O gesto simbólico foi compreendido por todos. O povo do rei havia feito o mesmo no ano anterior em Rouen. Os privilégios de Paris acabaram.

Enquanto o rei ia a Notre-Dame para cantar um *Te Deum,* Olivier de Clisson e o marechal de Sancerre ocupavam em força o Grand e o Petit-Pont. Uma guarnição foi estabelecida no Hôtel Saint-Paul, outra na Bastilha. Uma tropa foi alojada em Innocents, a poucos passos de Les Halles e Châtelet, pronta para intervir com urgência na cidade. Para garantir a mobilidade nas manobras, os sargentos do rei retiraram as correntes das ruas e as carregaram para o Louvre.

No dia seguinte, três dos principais líderes da época dos Maillotins foram enforcados: dois costureiros, um ourives.

O terror desceu sobre Paris. As prisões se seguiram por vários dias: primeiro de todos os notáveis foram apreendidos, "os principais perpetradores e assessores de rebeliões e desobediência", depois foram para a arraia-miúda, muitas vezes vítima de vingança e ciúme da vizinhança sem muita relação com os acontecimentos. de 1382. Qualquer um que sussurrou por três anos viu-se presa de comissários reais oficialmente encarregados de investigar, mas na realidade garantir que o desejo de conspirar não voltasse logo para os parisienses. Durante este tempo, o exército pilhou, espancou, estuprou.

Aqueles que fugiram da cidade porque sabiam o que esperar não foram esquecidos. Eles foram convocados a retornar, e então seu banimento e o confisco de suas propriedades foram pronunciados.

Em 19 de janeiro, seis homens foram levados para a forca. Entre eles, o velho Nicolas Le Flament, um carpinteiro muito estimado, que havíamos visto entre os negociadores parisienses em março como em maio de 1382, e que se passava por um reformador liberal. Algumas pessoas se lembraram muito bem de que uma vez ele fora visto na comitiva de Etienne Marcel durante o massacre dos marechais.

Em 20 de janeiro, os parisienses sabiam que haviam lutado em vão. O apoio indireto foi estabelecido a partir de 1º de fevereiro de 1383 para todas as mercadorias, especialmente vinho e sal. O rei nem mesmo consultou os estados.

As execuções continuaram até o final de fevereiro, sem que houvesse qualquer questão de julgamento. Enforcados ou decapitados, várias dezenas de parisienses pagaram o medo que inspiraram no governo real. O advogado Jean des Marès foi, no dia 28 de fevereiro, uma das últimas vítimas desta repressão. Demagogo e conciliador, este novo Robert Le Coq desempenhou durante três anos o papel ambíguo de quem acalma os tumultos que em parte desencadeou. Sua morte satisfez especialmente aqueles a quem sua óbvia ambição política não deixou de preocupar. Des Marès fora, nos primeiros dias de seu

reinado, o eloqüente defensor dos direitos do duque de Anjou à regência. Philippe de Bourgogne e Jean de Berry se lembraram disso.

O rei finalmente descontou sua graça. Uma pesada multa cobrada a toda a cidade e algumas centenas de confiscos puseram à tona as finanças reais e de muitos cortesãos.

Era sobretudo importante quebrar a alma da resistência parisiense privando a cidade do único órgão de coesão política e económica que conhecia, este município que não o era, porque Paris não tinha foral: o reitor os mercadores - o reitor e seus quatro vereadores - só representavam a cidade na medida em que o poder real achava conveniente, ou seja, quando o rei precisava de um interlocutor. Em 27 de janeiro de 1383, o reitor dos mercadores uniu-se ao reitor de Paris: a cidade doravante não tinha outro líder senão o oficial real. Todas as jurisdições profissionais foram dissolvidas. Os ofícios não tinham mais o direito de se reunir, exceto para uma missa. O reitor de Paris, o advogado Audouin Chauveron, até foi se instalar na Place de Grève na famosa “Maison aux pilliers”: não havia mais prefeitura.

Durante esse tempo, os comissários reais estavam encarregados de "reformar" Rouen. O motim de 1º de agosto contra os funcionários fiscais anulou os efeitos do perdão real. O segundo "harelle" ia pagar ainda mais que o primeiro. Mas durou apenas algumas horas, e o povo de Rouen achou que havia sido esquecido. Eles ficaram maravilhados quando viram os reformadores reais - a quem aplaudiram, acreditando que tinham vindo para organizar o perdão real - prender imediatamente trezentas pessoas. Multas coletivas e multas individuais recaíram sobre Rouen. Os burgueses foram banidos, alguns fugiram para escapar da multa. A cidade ficou sem sangue.

Mais do que os notáveis, que conseguiram poupar parte de sua fortuna e reconstituir rapidamente a base econômica de seu poder, o calvário arruinou a burguesia média, que lucrava muito na prosperidade geral, mas tinha poucos de reservas. Privada de sua autonomia municipal, privada dos privilégios que protegiam o comércio de Rouen no Basse-Seine, a sociedade de Rouen estava perdida.

A concessão, em 1391, de uma nova constituição municipal, que deixava o real oficial de justiça com todas as realidades de governo local, não foi suficiente para garantir a recuperação econômica. O crime de Paris não foi menor do que o de Rouen, e o rei teve mais medo em Paris; mas ele não desejava a ruína de sua capital, uma vez que estava subjugada. O aperto foi, portanto, liberado mais rapidamente em Paris, e vimos este paradoxo: o restabelecimento mais rápido da autonomia municipal em uma cidade que nunca teve um município real e os privilégios comerciais de uma burguesia que tantas vezes abalou a realeza. A extraordinária personalidade de Jean Jouvenel, nomeado “guarda do reitor dos mercadores” em 1389, não era estranho a esta restauração. Pegando os interesses econômicos de Paris, Jouvenel moveu uma série de processos no Parlamento, que ganhou. A partir de 1400, os parisienses podiam comerciar no Basse-Seine sem passar

por intermediários dos Rouennais, enquanto o recíproco, a montante de Paris, continuava proibido aos Rouennais. Essa desigualdade de condições e oportunidades ainda alimentava a amargura dos normandos na época de Luís XI.

OS TUCHINS.

Ghent, Rouen, Paris, Laon, é tudo um. Os motivos foram semelhantes. As excitações alimentavam-se umas às outras. Nîmes, Carcassonne, Alès, Béziers, era outro mundo, onde se importava pouco com os proletariados urbanos do Norte e onde se via com outros olhos a dureza dos tempos, os efeitos da guerra, a crises econômicas.

Languedoc havia sido muito pouco afetado pela guerra franco-inglesa. Lembramos a cavalgada do Príncipe Negro, um ano antes de Poitiers. Desde então, a Guyenne e a Normandia haviam captado a atenção dos beligerantes. Agenais, Périgord, Limousin pagaram um preço mais alto na guerra do que as planícies do real Languedoc. E, no entanto, de Toulouse a Béziers, as pessoas não deixaram de viver no terror e de experimentar a miséria dos tempos de guerra.

A Peste Negra atingiu fortemente a planície em 1348. A "praga das montanhas" em 1363 esvaziou a área montanhosa de seus homens, tanto em Béarn quanto em Rouergue. As “empresas” da década de 1360 haviam cruzado o país, pilhando e resgatando por juros, queimando e saqueando por prazer ou vingança. A grande empresa havia causado estragos, e as tropas de Du Guesclin que chegaram à Espanha fizeram o mesmo. A paz do Languedoc, que o duque Louis d'Anjou governou como tenente do rei, foi, portanto, durante o reinado de Carlos V, uma série interminável de cercos, ataques e ataques. Na melhor das hipóteses, os transportadores rodoviários acomodaram-se à negociação e acabaram com o pagamento de "patis". Na pior das hipóteses, eles eram apenas banditismo.

Com o despovoamento, a prosperidade rural entrou em colapso. O deserto progredia neste país que ainda assistira, de 1220 a 1340, à criação de quatrocentas ou quinhentas bastides, novos centros de desmatamento, ocupação de terras exploráveis, de desenvolvimento. O limite das safras desceu até a encosta da montanha e regrediu nas costas. Estava diminuindo em torno das aldeias.

A prosperidade das cidades, porém, morria de insegurança. Faltavam transações nas feiras, e a área de influência dos mercados refletia a ansiedade de quem hesitava em lançar nas estradas, ameaçava seus ativos e a vida deles. Duramente atingidas por epidemias, privadas desta guerra que não era uma das suas faculdades de recuperação, as populações urbanas foram definhando. Em muitas cidades do norte, a atividade econômica ainda estimulava a migração das populações rurais para o emprego urbano. Em Languedoc, fora

de Toulouse e Montpellier, o colapso continuou. Cidades médias, como Albi ou Nîmes, assim como as grandes cidades de Cévennes e Causses, haviam perdido metade de sua população em poucos meses e não estavam se recuperando disso. Pior ainda, a situação estava piorando. Havia mais casas vazias em 1450 do que em 1350.

Tudo somado para chegar a essa queda. Os três cavaleiros do Apocalipse, a guerra, a fome e a peste só multiplicaram as crises ao esgotar a longo prazo feito da estagnação dos preços dos cereais, a timidez dos investimentos, uma atitude de esperar para ver favorecida pela o afastamento político do poder e a atração exercida sobre o dinamismo pela concentração em Paris das oportunidades fortunas oferecidas pelo serviço do rei.

Tudo também contribuía para incitar os homens à revolta, aos quais a sucessão de infortúnios não dava esperança ao retorno iminente desta época de ouro que nem sequer podiam identificar, como o faziam os homens da Langue d'oil, com a época do santo rei Luís IX.

Em primeiro lugar, ali como noutros locais, estava o peso do imposto. Os estados de Langue d'oc faziam menos barulho do que os seus homólogos de Oïl, mas também existia a sensação de que a carga fiscal ultrapassava o lucro das populações, ou seja, o custo da defesa. O imposto estava lá, pesando sobre uma economia esfarrapada, e também as empresas, que vasculhavam o campo e ameaçavam a cidade. Não é por acaso que no seu leito de morte, quando muitos contribuintes travaram uma luta aberta contra o fisco, Carlos V se interrogou sobre os méritos deste imposto graças ao qual tinha podido governar.

A distribuição da carga tributária apenas exacerbou as tensões sociais. Sentia-se mais duramente na cidade do que no campo, porque todos viam melhor o destino do seu vizinho ali e porque a riqueza ali se estreitava mais com a pobreza extrema. O trabalhador rural não sabia o que o "nobre" fazia em seu palacete, coberto de seus privilégios fiscais, enquanto o companheiro sabia muito rapidamente o que havia decidido, a seu favor, os notáveis que se sentavam no hotel dos cônsules. Por um bom século, neste mesmo Languedoc, a autoridade - a de Alphonse de Poitiers, depois a do rei - teve que arbitrar periodicamente em cada cidade esses conflitos nascidos em torno de algumas escolhas, sempre as mesmas: imposto direto ou indireto, imposto quota ou imposto de distribuição? Não admira que em todas as ocasiões os ricos no comércio ou no artesanato - até mesmo a pequena nobreza urbana, tão presente nos órgãos municipais do sul da França quanto ausente daqueles do norte da França - preferiram o imposto sobre o consumo ao imposto sobre a riqueza e optaram, em vez disso, pelo imposto per capita e pelo imposto sobre tanto por libra de renda.

Enquanto a carga piorava, o caso facilmente se transformava em ódio social. Em tal clima, não havia necessidade de um motivo imediato para levar as pessoas comuns a

atacar os ricos, seus hotéis e seus cofres, sua situação na cidade, seu lugar no hotel de. cidade.

Assim, em 1378 e 1379, vimos o motim surgir de uma conjunção agravada de miséria e injustiça. Os habitantes de Le Puy se levantaram contra a ajuda. Nîmes, Montpellier, Alès seguiram o exemplo. Os senhores e os notáveis enfrentaram-se, enforcaram alguns líderes - portanto, em Clermont-l'Hérault - e deram às massas a satisfação efémera de um funcionamento mais democrático das instituições municipais. Mas Carlos V e seus conselheiros viram o perigo perfeitamente: Étienne Marcel e seus homens com o capuz vermelho e azul não foram esquecidos.

Muito disso se deveu à emoção coletiva, muitas vezes a causas ilusórias e desenvolvimentos ilógicos. “Como alimentar nossos filhos? Questionado sobre o povo piedoso de Le Puy, reunido em torno da Virgem para uma oração comum, antes de sair para saquear alguns hotéis patrícios. “Vamos fazer como os outros! Gritaram muitos manifestantes em potencial quando souberam que uma cidade próxima havia se levantado. O alarme soou. Nada parecido para aumentar o nervosismo um do outro.

A emoção não foi menor entre os ameaçados por esta raiva dos “menus”. Não era para dizer, em Béziers, em 1381, que o popular queria matar os ricos para casar à força com as viúvas mais ricas e bonitas?

A nomeação de um novo tenente para o rei teve então o efeito de um detonador. Louis d'Anjou tivera tempo para fazer um balanço das dificuldades específicas do país. Mas seu lugar era agora em Paris. Carlos V sentia que estava morrendo e queria perto dele esse irmão já nomeado para a regência? Já se tratava de preparar, em particular através de negociações financeiras, a expedição à Itália que tornaria o duque de Anjou rei de Nápoles e o Papa de Avinhão Clemente VII Papa de Roma? Mesmo assim, Carlos V ligou de volta para o irmão.

Um nome então circulou em muitos lábios pelo Languedoc: um iria nomear, para suceder ao duque de Anjou, o conde de Foix Gaston Fébus. Na verdade, Carlos V estava pensando nele, que sempre foi o baluarte da presença real no sul. A aristocracia se reconhecia neste príncipe de alto escalão, os burgueses sabiam que ele era um homem de ordem, os "pequenos gostavam dele". Infelizmente, Carlos V morreu antes de chamá-lo. Os tios de Carlos VI dividiram os lucros do poder. Jean de Berry foi nomeado tenente do rei em Languedoc.

Jean de Berry é lembrado como um patrono suntuoso e iluminado, amante das belas-letras e das iluminações delicadas. Seus contemporâneos notaram especialmente a dureza com que ele soube espremer o contribuinte. Os gostos do príncipe amante das artes eram onerosos, e seu amor pela intriga política não era menos. A notícia de sua tenência suscitou as piores preocupações do sul.

Gaston Fébus pensou por um momento em rebelião. As cidades do Languedoc hesitaram. Alguns ofereceram sua filiação a uma verdadeira ação de resistência. O conde de Foix seria a cabeça. Desde o fim da casa de Saint-Gilles e a passagem do condado de Toulouse pelo domínio real, Foix pôde reivindicar a primeira posição entre os grandes senhores feudais da orla do Languedoc. Mas Gaston Fébus era um homem sábio. Vassalo do rei da França, foi um aliado mais do que fiel. De que adianta comprometer uma situação tão vantajosa? Neste ano de 1381, quando Languedoc hesitou em ceder a uma decisão do governo real, não havia nada que sugerisse que o trono de Valois iria vacilar. Carlos VI era uma criança, mas seu conselho era formado por príncipes com já longa experiência política e que sabiam dividir o poder sem se dividir. Não seria razoável se passar por tenente do rei contra a vontade real.

Com a reverência de Gaston Fébus, Jean de Berry poderia entrar em suas boas cidades sem correr grandes riscos. E foi assim que, em 8 de setembro de 1381, os cônsules de Béziers deliberaram sobre a organização da vinda, então iminente, do tenente do rei.

As pessoas comuns não param por aí. Ele não sabia a que distância estavam os Conselhos do Rei da França em Paris, desde a época de Guillaume de Nogaret, povoada por barões e juristas sulistas. Mas ele não conseguia entender por que Languedoc deveria ser governado por um homem do Norte. Não ajudou muito o que foi dito sobre a rapacidade do duque. Os artesãos e lojistas de Béziers ficaram alarmados ao saber que seus cônsules se preparavam para abrir a cidade ao intruso. Cônsules, bem alimentados, aliados de Berry, era um todo, e Béziers continuava sendo uma das cidades onde o governo dos abastados se exercia com a maior arbitrariedade e a mais visível injustiça.

Em frente à prefeitura, a multidão aumentava. Havia tecelões lá, colegas artesãos e aradores também. Eles chutaram a porta. A torre começou a queimar. Os notáveis tinham a escolha entre grelhar vivos e pular da janela para se espatifar no chão.

Como em muitas outras ocasiões, a raiva alimentou a raiva. Os desordeiros saíram, pelas ruas, para ferir os cidadãos que estavam no comando. Os hotéis mais ricos de Béziers foram saqueados. Nove mortos foram contados. Havia dez na prefeitura.

Movimento limitado, ao que parecia, do que esta insurreição improvisada. Ninguém o havia preparado e ninguém o havia liderado. A repressão severa, também limitada à cidade de Béziers, pareceu encerrar o incidente. A burguesia poupada enforcou quarenta e um manifestantes cujas identidades eram conhecidas. Para atacar os espíritos, quatro dos mais ardentes na matança foram mortos com um machado, uma prensa que servia de bloco na praça principal. Quatro meses depois, Jean de Berry marcou sua entrada em Béziers com a imposição de uma multa formidável, que os notáveis conseguiram - não sem bom senso - para se esquivar do peso. Mas muitos moradores que não participaram da rebelião acharam o preço um pouco alto.

Em todo o Languedoc, a chegada de Jean de Berry cristalizou o descontentamento. Aqui liderado pelas autoridades municipais, ali contra elas e seus aliados da burguesia, o movimento era tão diverso quanto suas causas. Algumas cidades chegaram a um entendimento: assim, Toulouse enviou reforços para a cidade de Rouergate de Saint-Antonin. Esses acordos não são suficientes para criar uma ilusão: as iniciativas permaneceram espontâneas, dispersas, até desordenadas. Mas em poucos meses todo o Languedoc se viu nas garras da insurreição dos "menus" contra o povo do rei e os notáveis dos consulados.

Sem programa, sem exigências, exceto o falecimento do fisco e de seus beneficiários. Movimento vão contra a miséria, contra a angústia, mas que se transforma em guerra social dentro das comunidades urbanas onde as histórias de impostos mal distribuídos em benefício dos ricos, heranças desviados, salários bloqueados, caves cheias ou vazias e, muito incidentalmente, opinião política.

Não menos desordenadas que a insurreição, as reações municipais jogaram nas ruas os desordeiros mais comprometidos: aqueles a quem o exemplo de Béziers, inchado pela tradição oral, deixava entrever a sombra de uma forca. Formaram-se bandas que não melhoravam a segurança do campo e que ameaçavam as cidades. Certos consulados, como o de Nîmes, ficaram do lado dos insurgentes, e nobres e patrícios foram perseguidos oficialmente. Cavaleiros e escudeiros entraram no movimento por oportunismo, às vezes por hostilidade para com a administração real em todas as suas formas. Foi assim que um rico jurista de Carcassonne, Pierre Boyer, adquiriu equipamentos para várias bandas.

Rapidamente deu-se um nome a estes bandos errantes: os “Tuchins”, aqueles que se encontravam “à margem”, ou seja, na charneca. Os maquisards, diríamos.

Os tuchinhos encontraram nas estradas principais outros viajantes bem conhecidos, os últimos condutores das companhias "quebradas" por Carlos V. Ainda se encontravam nas montanhas de Auvergne e Velay, nas calçadas de Rouergue e Quercy. Pessoas sem ódio e sem vínculos - ao contrário dos citadinos que estavam fora de sua proibição - mas prontas para toda pilhagem e violência porque tinham que viver e não tinham mais nenhuma outra indústria, os caminhoneiros eram mais experiente em combate e no cerco de cidades muradas do que tecelões ou carpinteiros mais familiarizados com brigas de encruzilhadas. Seus talentos os tornaram complementares. O ex-soldado fez o treinamento militar do ex-companheiro.

A caça aos tuchinhos começou em 1382, quando Carlos VI ofereceu um perdão geral a todos aqueles que voltaram à ordem. No ano seguinte, o governo de Jean de Berry no Languedoc usou gentilmente a repressão armada ao mesmo tempo que punição tributada. Em Lyon, em julho de 1383, uma assembleia formada pelos promotores de algumas cidades de Langue d'oc não pôde deixar de votar pelo restabelecimento da ajuda. Em 1384, Berry e seu pessoal de finanças fixaram a enorme multa que Languedoc teria de pagar em

quatro anos para resgatar seus “crimes” em 800.000 francos. A distribuição foi modulada: 468.000 francos no total, 332.000 francos nas cidades mais culpadas. Cada um se safou da melhor maneira possível, com chicotadas e impostos adicionais sobre o consumo. A carne de açougue, em particular, era altamente tributada.

Jean de Berry então lançou a grande operação policial que iria purgar o Languedoc de seus últimos tuchins. A maioria foi esmagada. Os que escaparam do massacre voltaram para suas barracas e foram esquecidos pelas autoridades. No outono de 1384, a ordem reinou novamente de Nîmes para Toulouse.

Na verdade, nada foi resolvido, exceto que o governo dos consulados deu mais atenção aos pobres. Certas cidades, que ainda não tinham pensado nisso, tinham os bens dos proprietários avaliados para fins de tributação. Estávamos caminhando para um imposto proporcional às fortunas. Também imaginamos coeficientes inteligentes que salvaram os maiores ativos das autoridades fiscais. No geral, os tuchin não estavam recebendo nada, mas não pediram nada. Eles haviam aterrorizado qualquer pessoa cujas mãos não tivessem calosidades. Eles foram postos de volta ao trabalho sem rodeios.

Quanto aos soldados desempregados, cerraram fileiras e reconstituíram as suas pequenas tropas para levar a cabo o saque que lhes ocupou o lugar de profissão na ausência de uma guerra real. Alguns ousaram equipar-se com covis, converter-se em castelos abandonados ou em bases permanentes facilmente tomadas, tão convenientes para o inverno quanto para guardar o butim. Ventadour em Limousin, La Roche-Vendeix em Auvergne - isto foi Mérigot Marchés, que acabaria decapitado com grande espetáculo nas Halles de Paris - tornou-se assim por volta de 1390 fortalezas proibidas.

A população ao redor não deixou de protestar. Os estados de Auvergne delegados a Carlos VI. Os caminhoneiros foram desalojados de suas masmorras. Mas era preciso mais para desencorajar Mérigot Marchès. No ano seguinte, ele recrutou abertamente novas tropas nas condições usuais: sem salários, mas despojo garantido. Para haver "o abandono da pilhagem e do ladrão", encontrava-se gente em Auvergne de 1391.

A CRUZADA INGLESA EM FLANDERAS.

O governo de Ricardo II viu sem prazer o rei da França assumir o controle da situação. Roosebeke ameaçou os interesses ingleses na Flandres tanto quanto o fracasso das revoltas contra as autoridades fiscais, que asseguraram ao rei sua capacidade de financiar uma política e possivelmente uma guerra. O inglês, portanto, deu ouvidos complacentes às palavras de Urbano VI e seu fiel bispo de Norwich Henri Despenser, que atualmente pregava a Cruzada contra os capangas de Satanás, partidários de Clemente VII. Mais especificamente, esta cruzada foi dirigida ao conde de Flandres Louis de Male. Filipe da

Borgonha, genro do citado conde, não raciocinou de maneira diferente quando mandou carregar a bandeira diante do exército do rei da França em guerra contra os rebeldes de Flandres.

Em 23 de fevereiro de 1383, em Westminster, o Parlamento aprovou a cruzada. Alguns pensaram no mercado de lã inglesa e na segurança de Calais. Os outros tinham em mente, sinceramente, a unidade dos cristãos comprometida pelos clementistas. A cúria romana queria retomar o uso do centro financeiro de Bruges, por onde normalmente transita o produto da tributação papal cobrada no norte da Europa, na Grã-Bretanha e na Escandinávia. A força, como pudemos ver, não poderia fazer a França ou Castela mudar a obediência, não mais do que na direção oposta Alemanha ou Inglaterra. Mas ela podia mordiscar as margens. Flandres era uma dessas margens, onde a autoridade dos dois papas era combatida no terreno e onde era possível conquistar algumas cidades - não menos importantes - para a causa de um ou outro papa.

O caso foi adiado por causa da questão de quem deveria estar no comando. O rei não estava pronto. O bispo disse que estava pronto, mas os barões questionaram sua experiência militar. E muitos ingleses ficaram surpresos que alguém atacou Flandres, onde as cidades hostis à sua contagem eram planejadores urbanos de coração, em vez de um país inteiramente dedicado à causa de Avignon.

A expedição ficou pronta na primavera. Despenser recebeu a cruz em 17 de abril em Saint-Paul, Londres. Os pregadores iam de paróquia em paróquia. Algumas vozes isoladas se levantaram contra a cruzada, como a do teólogo John Wycliff, ainda hostil aos pontos de vista excessivamente seculares da Igreja.

Em 17 de maio, o exército inglês desembarcou em Flandres. O bispo de Norwich foi flanqueado por alguns capitães experientes, Hugh Calverley, William Elmham, Thomas Trevet. Mas Despenser estava muito seguro de si para ouvir os conselhos dos homens de guerra. Tendo mal reunido um quarto do exército planejado, lotado de clérigos inquietos e irmãos mendigos tagarelas e desempregados, ele se imaginou marchando contra Ghent imediatamente. Em 20 de maio, os cruzados entraram na cidade. Eles o despediram.

Flanders ficou indignado. O conde Louis, que estava em Lille, enviou uma embaixada para perguntar em que condição ele estava em guerra com a Inglaterra. Ficamos surpresos ao ver uma das cidades menos fervorosas em seu sentimento clementista ser sangrada em nome da Cruz. O bispo respondeu que poupariam os que se diziam urbanistas. Então ele liderou seu exército contra outras cidades. Os ingleses ocuparam Dunquerque, Bergues, Bourbourg, Cassel, Poperinghe. Em 8 de junho, eles sitiaram Ypres.

Mais uma vez, Louis de Male tinha apenas um recurso: ele se voltou para o rei da França e, na prática, para Philippe da Borgonha. O exército real foi convocado para Arras em 15 de agosto. O bispo de Norwich não disse duas vezes: no dia 10 de agosto, ao saber que

Carlos VI já havia deixado Paris, levantou o cerco a Ypres e recuou sobre Bergues e Bourbourg.

Em 8 de setembro, os franceses sequestraram Bergues. Uma semana depois, após uma tentativa de resposta e algumas horas de negociações lideradas pelo duque João IV da Bretanha, um pouco envergonhado por ter de lutar contra seus ex-aliados ingleses, a guarnição de Bourbourg capitulou e recuou para Calais. Os de Gravelines, por sua vez, negociaram sua capitulação: Carlos VI ofereceu quinze mil francos. Custou menos do que um assento. Então ele mandou desmontar o quadrado.

O caso acabou. Concluímos uma trégua. Quando Despenser voltou para a Inglaterra, foi mal recebido. A Cruzada de Flandres custou caro, tanto clérigos quanto leigos. Pareceu aos mais ferozes que o jogo foi rapidamente abandonado. Os capitães que lucraram com sua rendição foram acusados de traição. No Parlamento de outubro de 1383, o novo Chanceler Michel de la Pole observou que não poderíamos fazer guerra contra todos. O Commons protestou que o bispo de Norwich havia recebido dinheiro para uma campanha que, de fato, não havia ocorrido. Ele foi chamado para prestar contas.

PHILIPPE LE HARDI, COUNT OF FLANDERS.

Filipe da Borgonha agiu - e fez o rei agir - apenas em seu próprio interesse. Em 30 de janeiro de 1384, a morte de seu sogro Louis de Male o fez conde de Flandres. Ele tomou posse de seu condado, encontrou apenas uma resistência: Ghent. No ano seguinte, os residentes de Ghent tentaram capturar Bruges e, com a ajuda de reforços ingleses, ocuparam o porto externo de Damme. O Conselho do Rei da França decidiu fazer uma nova expedição. As tropas já estavam concentradas na eclusa, prontas para um possível desembarque na Inglaterra. Eles foram dirigidos contra Damme, que caiu em 28 de agosto de 1385. Mas não foram adiante. Os franceses devastaram a Flandres marítima, mas não ousaram atacar Ghent.

Os flamengos estavam cansados da guerra. Por seis anos, o país sofreu tumulto após tumulto. A aliança inglesa certamente conquistou a hostilidade do rei da França e só produziu efeitos favoráveis medíocres. Os flamengos haviam verificado com demasiada frequência, durante um século, que os ingleses finalmente chegaram quando era tarde demais para não mostrar seu ceticismo diante das promessas de uma nova aliança inglesa.

AS ALIANÇAS DA BAVARIA

Os burgueses perceberam especialmente que precisavam contar com seu novo senhor, o duque Philippe. Desde a época de Philippe le Bel e Guy de Dampierre, o conde de Flandres sempre se sentira dividido entre suas inclinações para a independência e sua necessidade de recorrer ao rei quando as cidades mostravam um gosto muito agudo pela autonomia. Ora, o conde de Flandres Philippe le Bold era ele próprio duque da Borgonha e senhor do Conselho Real. Sua independência exigia uma Flandres forte e próspera, mas não implicava que ele estivesse dissociado da política francesa. Pela primeira vez, o reino da França deveria estar a serviço dos interesses flamengos.

Ghent fez aberturas para o novo conde. Três emissários - um cavaleiro, um açougueiro, um barqueiro - encontraram o povo de Filipe, o Ousado. A conferência de paz se reuniu em Tournai em dezembro de 1385. A falta de jeito dos moradores de Ghent quase comprometeu tudo: eles vieram com tanta pompa que os franceses ficaram com inveja. A retribuição do duque da Borgonha, que queria ver os habitantes de Ghent de joelhos, por sua vez, não impediu a paz. A duquesa de Brabant e a condessa de Nevers se misturaram oportunamente.Em 18 de dezembro, houve paz. Liberdade de comércio, liberdade de adesão a um ou outro papa, os residentes de Ghent ganharam tudo, mas o duque venceu Ghent. A entrada solene que fez em sua nova capital em 4 de janeiro de 1386, ao lado da herdeira Margarida de Flandres, sua esposa, marcou o início de uma nova história: a do estado da Borgonha.

O duque Philippe tinha em mente alguns grandes desígnios: pôr fim ao cisma ocidental, dissuadir os ingleses de se intrometerem novamente nos assuntos flamengos, estabelecer marcos nos vários principados que ocupavam a região entre o Reno e o Escalda. Ele também desejava renovar no império os laços de uma política francesa um tanto relaxada, apesar de Carlos V, desde a época em que Philippe le Bel e sua família expressaram ali suas ambições.

A família bávara - os Wittelsbachs - havia assumido Hainaut e a Holanda desde o casamento da condessa Marguerite com o imperador Luís da Baviera. Filipe da Borgonha casou com grande pompa sua filha com o conde Guillaume, herdeiro dos dois condados, e seu filho - o futuro Jean sem Peur - com uma das irmãs de Guillaume. Então, para completar, ele deu a Carlos VI a bela e morena Isabeau, filha de um dos três irmãos que dividiam o Ducado da Baviera para sua esposa. O casamento foi celebrado em Amiens em 17 de julho de 1385. O jovem rei se apaixonou no local.

A aliança bávara não foi suficiente, com suas esperanças de um legado em Hainaut e na Holanda. Filipe, o Ousado se alistou - e contratou o rei, seu sobrinho, ao lado de sua tia Joana de Brabante, contra o duque de Guelders, então ele concordou, em 1388, em tratar de forma a não empurrar o Ducado de Guelders ainda mais para a aliança Inglês.

Porque ainda estávamos longe da paz. De vez em quando estendíamos as tréguas, mas sempre falávamos sobre a guerra. Os preparativos bastante avançados para um desembarque na Inglaterra tornaram possível, como vimos, responder imediatamente ao ataque do Ghent em Bruges. Os preparativos para a "descida" foram retomados em 1386. Enquanto o duque de Lancaster usava as forças da Inglaterra para tentar em vão conquistar o que ele chamava de reino de Castela - ele se casou com uma filha de Pedro, o Cruel - e lá continuou sua antiga disputa contra o Transtamara e seus Aliados franceses, enquanto os escoceses assediavam a fronteira inglesa com a conivência mal disfarçada da França, Philippe le Bold reuniu tropas em Flandres, preparou sua frota no porto da eclusa e mandou construir material de cerco em excelente carvalho "Pré-fabricado" que pode ser montado em três horas.

Tudo pronto. Quando o rei estava na eclusa, não embarcamos. O duque de Berry fez com que o Conselho decidisse que iríamos juntos para a Inglaterra, o rei e seus tios cavalgando à frente do exército. Mas Berry ainda estava em Languedoc e não tinha pressa em vir. É verdade que Jean de Berry não lamentou ver seu glorioso irmão da Borgonha perder uma oportunidade de se exibir. Quando ele finalmente chegou, em 14 de outubro, era tarde demais. O tempo estava pesado, os dias eram curtos. A frota do Clisson, que havia passado o tempo semeando o terror na costa inglesa, foi levada pelos ventos para a armadilha do Tamisa, e os ingleses despedaçaram vários navios. Berry decidiu que falaríamos sobre a "descida" novamente na primavera.

No inverno passado, conversamos sobre isso novamente. Uma frota foi armada em Flandres, outra na Bretanha. Mas o duque João IV da Bretanha estava preocupado em ver as tropas concentradas em Tréguier, chefiadas por um homem como Clisson, por cuja hostilidade era conhecido. Ele convocou Clisson a Vannes, prestou-lhe grande honra e mandou prendê-lo no final de um jantar. Por algum tempo, falou-se em enforcar ou queimar o condestável da França. Por fim, João IV considerou conveniente resgatá-lo. Custou cem mil francos para o Clisson, que também perdeu no caso todas as suas fortalezas na Bretanha. Mas o ano de 1387 havia passado. Ninguém mais falou em invadir a Inglaterra.

Por outro lado, era preciso acalmar Olivier de Clisson, que queria devolver a espada de seu condestável se o rei não lhe fizesse justiça. Borgonha e Berry não desejavam lutar contra João IV. Eles o persuadiram a pedir perdão. O duque da Bretanha afastou o medo que o exército de Clisson lhe causou. Ele veio a Paris, ajoelhou-se diante do rei e devolveu o resgate.

Outro ano se passou. Os ingleses procuraram especialmente Castela, onde Lancaster continuou a perder tempo e dinheiro. Os franceses estavam cansados de financiar frotas que nunca pousavam no Canal da Mancha. Todos concordaram, em agosto de 1388, com uma nova trégua.

OS MARMOUSETES.

Quanto a Carlos VI, ele estava, em seu vigésimo ano, cansado da tutela que lhe era imposta por tios visivelmente interessados no governo do reino. Seu irmão mais novo, o petulante Louis de Touraine, exortou o rei a lançar um jugo que muitos começaram a se surpreender. No final de outubro de 1388, durante uma breve estada em Reims, Carlos VI convocou o Conselho.

O caso foi bem encenado e os duques nada esperavam. O cardeal de Laon, Pierre Aycelin de Montaigu, foi o primeiro a falar: o rei não tinha idade suficiente para governar a si mesmo e sábio o suficiente? Carlos VI não deixou a discussão se arrastar: agradeceu a seus tios por terem se dedicado ao reino. Berry e Bourgogne tentaram em vão obter um período de reflexão. Eles finalmente negociaram uma compensação que teria desmembrado o reino: Guyenne para um, Normandia para outro. O jovem rei teve coragem de recusar. Os duques só podiam ceder.

Carlos VI chamou ao poder os antigos conselheiros de seu pai, Jean Le Mercier, o Bureau de la Rivière, Jean de Montagu e tantos outros que os duques cuidadosamente mantiveram fora do mercado por oito anos. Enobrecidos ou não, eles eram burgueses e eram pessoas velhas. O partido dos duques os ridicularizou dando-lhes um apelido: o poder estava nos "Marmousets".

Os barbons eram políticos experientes e contavam com o apoio de muitos partidários de Carlos V. Entre eles estavam o marechal Sancerre e o condestável de Clisson, pouco inclinado a esquecer o conluio dos tios do rei e seu inimigo, o duque da Bretanha. Mas, na realidade, todos haviam encontrado desde o início um líder, líder da insurreição política contra os tios e líder de uma reação não menos política contra os interesses flamengos e borgonheses. O verdadeiro senhor do Conselho, aquele que orientaria a política francesa de acordo com os seus próprios interesses, ligados aos de sua esposa Valentim Visconti, filha do Senhor de Milão, era o duque Luís de Touraine, único irmão do rei. Ele logo se chamaria Louis d'Orléans.

CAPÍTULO XIII

Armagnacs e borgonheses

AS AMBIÇÕES DO PRÍNCIPE LOUIS.

Louis de Touraine na vanguarda da cena política, isso significava uma nova política externa. Louis não se importava com a indústria flamenga. Era na Itália que ele tinha seus interesses: em agosto de 1389, seu casamento com Valentine, filha de Jean-Galéas Visconti, tornava-o senhor do condado de Asti e possível pretendente em qualquer remodelação do mapa político italiano.

Após dois anos de uma guerra desesperada, Luís de Anjou morrera em 1384, praticamente despojado da herança napolitana que perseguia enquanto defendia na Itália a causa do Papa Clemente VII de Avignon, o segundo eleito da dupla eleição papal de 1378. O jovem Luís II de Anjou agora carregava o título real - "Rei de Jerusalém e da Sicília" - mas esse título era desprovido de qualquer substância. Aqueles que ficaram desapontados com a política italiana do Papa Urbano VI naturalmente se voltaram para este novo príncipe francês. Florença ofereceu Carlos VI para negociar um desmembramento da senhoria de Milão. Em seguida, falamos novamente de um antigo projeto de "reino de Adria" esculpido nos estados da Igreja para o maior benefício de Visconti. Tudo isso poderia ser a ocasião para fazer triunfar a causa do Papa de Avinhão: às custas do Papa de Roma, o interesse de Clemente VII coincidia estreitamente com o do Duque Luís de Touraine.

O fato de o duque de Borgonha ter aceitado em Flandres um compromisso nada lisonjeiro para o papa de Avignon - liberdade de obediência, cada um escolhendo seu papa - acrescentou a esse conluio uma nota puramente eclesial: Louis de Touraine apareceu como o campeão do papa legítimo contra um antipapa de Roma contra quem a Borgonha realmente não ousou lutar.

Uma nova abertura veio de Gênova. Em 1392, a aristocracia genovesa ofereceu a Carlos VI a soberania da cidade, desde que fosse destituída do governo popular que ocupava o poder desde a eleição de Simone Boccanegra em 1339. Para Louis de Touraine, foi finalmente, a oportunidade de realmente intervir nos assuntos italianos e, portanto, de preparar o reino de Adria. Enviado como tenente do duque em seu condado de Asti, Enguerran de Coucy tomou a cidade de Savona em 1394.

Muitos genoveses temiam que Louis de Touraine fosse apenas um espantalho, um simples executor da política milanesa de Visconti. Empurrados em segredo pelos florentinos e pelos emissários do duque da Borgonha, eles devolveram sua proposta e se entregaram ao rei da França. Em 27 de novembro de 1396, o Doge Antonio Adorno deu lugar a um governador francês, primeiro o conde de Saint-Pol, depois o marechal Boucicaut. Esta dominação francesa duraria assim até 1409. Fazia parte da tradição dessas cidades italianas que não hesitavam em escolher seus podestados de fora para serem governadas por homens estranhos às facções locais.

Ao mesmo tempo, Carlos VI apoiou o Papa de Avinhão - Clemente VII, depois, a partir de 1394, o aragonês Pedro de Luna que se tornou Bento XIII - tanto contra o seu adversário romano como contra os adversários que na França lhe valeram a própria continuação do Grande Cisma. Para reduzir o Papa de Roma, o "assalto", ou seja, a força, falhou. Restava o caminho da cessão ”: que os dois papas se retirassem. Muitos adeptos de Bento XIII, portanto, se levantaram contra seu papa sem aderir ao outro.

Louis de Touraine tinha todo o interesse na vitória do Papa de Avignon. Filipe da Borgonha encontrava-se naturalmente entre os que defendiam o contrário: a "cessão". O dinheiro desperdiçado na expedição de Louis d'Anjou teria sido, sem dúvida, mais bem gasto em outro lugar. Filipe da Borgonha disse isso, e assim se opôs deliberadamente àqueles que queriam apoiar tanto a causa de Bento XIII quanto a do duque de Touraine.

Este último, porém, acreditava estar bem no lugar. Seu irmão Carlos VI lhe devia por ter finalmente pensado em ser mestre em casa. Quando o rei fez, no inverno de 1389-1390, uma longa jornada pelo Languedoc, Louis de Touraine não hesitou em fazer disso seu triunfo pessoal. Em Avignon, uma visita foi feita a seu protegido Clemente VII. O duque de Berry perdeu a tenência de Languedoc, e seu homem de confiança, Bétizac, foi demitido de sua administração financeira, então enviado para a fogueira pelo crime de heresia: esta queixa era em todos os aspectos preferível à acusação de peculato, que muito evidentemente teria tocado o próprio tio do rei. Em Toulouse, Carlos VI celebrou o velho Gaston Fébus, vítima do egoísmo dos duques de Borgonha e Berry. Chegou-se mesmo a um acordo pelo qual o Condado de Foix e o Visconde de Béziers deviam regressar à Coroa. O fracasso da política do tio foi gritante.

RIVALIDADES EM TORNO DE UM REI LOUCO.

Tendo se mostrado em Languedoc, Carlos VI sentiu a necessidade de al-1 aparecer na Bretanha. O duque João IV conspirou mais ou menos abertamente com os ingleses, e o condestável da França, Olivier de Clisson, instou fortemente o rei a uma demonstração militar contra seu antigo inimigo. Um seguidor de João IV, Pierre de Craon, organizou um

ataque em resposta: Clisson foi atacado, uma noite de junho de 1392, na saída do hotel Saint-Paul onde acabara de jantar com o rei. O policial foi apenas ferido, tendo conseguido refugiar-se na padaria de um padeiro vizinho. Mas ele era ridículo. O rei levou a coisa para o alto. Como Craon havia buscado proteção de João IV, Carlos VI decidiu levar o duque da Bretanha à razão.

Berry e Burgundy tentaram acalmar o sobrinho. Foi em vão: os Marmousets empurraram, ao contrário, uma expedição que levou, depois de tanto conluio, a aparência de uma ofensiva dos servidores fiéis - o condestável - contra as intrigas incessantes dos príncipes.

Carlos VI já sofria de "febres". Depois de uma crise particularmente violenta, mas em que ninguém detectou o início da loucura, foi necessário, alguns meses antes, mantê-lo na cama e monitorá-lo de perto. O desastre tornou-se evidente quando, durante esta viagem à Bretanha, em agosto de 1392, um incidente na estrada perturbou a compreensão do rei. Era o primeiro encontro de um fanático, que gritava para ele que fora traído. Então veio o choque de uma lança em um berço: um momento de sono de um homem de armas exausto por esta longa estrada sob um sol escaldante. Desta vez, falava-se de loucura: o rei fazia comentários incoerentes.

Carlos VI foi trazido de volta para Le Mans e depois para Paris. Naturalmente, o tribunal e a cidade falavam de traição, veneno, bruxaria. Alguns dias de descanso, e pode-se acreditar que Carlos VI foi curado. Mas ele estava cansado. Os duques concordaram em livrá-lo dos cuidados do governo. Desde as primeiras horas, os Marmousets foram expulsos do Conselho sem muita consideração. Sabíamos que eles se enriqueceram rapidamente. Ninguém lamentou a saída dos doces.

Clisson retirou-se para seu castelo em Josselin. Bureau de la Rivière e Jean Le Mercier ficaram presos por algum tempo. Montagu refugiou-se em Avignon.

A loucura de Carlos VI foi experimentar muitas remissões. Mas os duques de Berry e da Borgonha estavam no poder e viram muito bem como haviam sido expulsos em 1388: encontraram-se intimamente unidos para enfrentar seu novo adversário, aquele com quem não contávamos em 1380. mas aqueles quatro anos de governo real acabavam de amadurecer: Louis de Touraine, que em 1392 se tornou Louis de Orleans.

O jovem príncipe era tão impopular quanto seus leais Marmousets, cuja sabedoria política era para muitos sinônimo de tributação e burocracia. Luís era considerado insaciável: duque de Touraine e Orleans, conde de Angoulême, de Périgord, de Dreux, de Soissons, de Porcien e até de Blois; no entanto, ele teve que recorrer ao tesouro real para garantir a vida de sua corte. e o financiamento de sua política pessoal. Na França, Itália e Alemanha, ele manteve uma clientela de príncipes e cidades cuja lealdade era tão incerta quanto cara. Incapaz de comparar suas ambições com seus meios, ele fez de tudo para

acumular ódio. Sabíamos que ele tinha tendência ao luxo, à frivolidade. O próprio Jouvenel des Ursins o censurou por isso, anos depois:

Ele se governou de maneira nenhuma para seu prazer.

Em torno dele, era a festa permanente, uma festa da juventude da qual o rei participava - em suas remissões - e a rainha Isabel, cuja vida teria se transformado, sem algumas derivações muitas vezes imprudentes, em viuvez prematura. Mesmo antes da doença do rei, o tom foi estabelecido. A cavalaria - a dublagem - dos jovens príncipes da Casa de Anjou e a coroação da Rainha Isabel foram, em 1389, celebrações de prestígio monárquico. Para os participantes, foram também, muito simplesmente, oportunidades de diversão. Louis d'Orléans não percebeu que não era mais hora de brincar.

Este jovem estava no poder pela primeira vez em muito tempo, porque o jovem Carlos V havia se sentido muito solitário, antes e depois de sua ascensão, em um mundo muito difícil onde ele permaneceu sozinho enquanto seus contemporâneos mantinham um hotel em Londres como reféns . Sem desconfiar, a jovem geração contemporânea de Carlos VI brincou de renovar os tempos e divertiu-se com o exotismo nascido do transporte através dos tempos como no espaço. Essas eram as festas de uma cavalaria bem vivida: justas e torneios de armas provavam que o tempo para as proezas não havia acabado. Foram também as alegrias de uma cavalaria imaginária mantida nos debates literários pela fidelidade aos romances arturianos.

Esses jovens que podiam se divertir, porque tinham o Tesouro e porque a França finalmente havia vencido uma guerra que se acreditava ter acabado, não perceberam o descontentamento que os cercava. Fúria dos contribuintes que pensavam nas possíveis poupanças, amargura dos clérigos e médicos que previram as reformas a serem realizadas e viram que eram mal atendidos, hostilidade de uma nobreza que não teve participação plena na a festa, o descontentamento era geral em torno de Louis d'Orléans e sua família.

O irmão do rei passou aos olhos de muitas pessoas por um diletante da política. Que o gosto pelo exótico empurrou a corte, em janeiro de 1393, para um "baile dos selvagens" que terminou mal porque as tochas da escolta de Orleans incendiaram lãs de selvagens presas ao campo - foram cinco mortes - e não deixaram de acusar o jovem duque de ter desejado destruir o rei.

As coisas pioraram com os rumores causados pelas relações afetuosas do duque de Orleans e sua jovem cunhada. Isabeau da Baviera era uma morena bonita, inteligente e brincalhona. O fato de ela se dar muito bem com o irmão do rei logo gerou muita conversa.

Nesta vida de corte mantida com grandes despesas por Isabel e Louis d'Orléans, nem tudo era frívolo. Vimos que as opiniões políticas às vezes se desenvolviam lá em escala europeia. A comitiva não era feita apenas de foliões, e ali se encontrava, ao lado desses comerciantes sumariamente qualificados, em bloco, de Marmousets, certo número de homens de pluma que faziam em particular da chancelaria. Orleans, um centro de

renascimento intelectual. Os secretários do Duque, o Gontier Col, Ambrogio dei Migli, Jean de Montreuil, Jacques de Nouvion ou Thomas de Cracow - notaremos o cosmopolitismo - tiveram discussões com seus colegas da chancelaria papal de Avignon, Jean de Muret ou Nicolas de Clamanges, correspondências graças às quais este primeiro humanismo francês foi refinado, condenado a afundar na guerra civil.

Ao mesmo tempo, o talentoso Christine de Pisan ajudando toda Paris estava fascinado pelo grande discussão levantada em torno das teses da misoginia clerical e cinismo sentimental fez a XIII século pelo velho *Roman de la Rose.* Éramos a favor dos *romanos,* como Col ou Montreuil em nome de um humanismo moral que devia tanto a Petrarca quanto a Ovídio, ou éramos contra essa sátira amarga da naturalidade feminina que deleitou gerações de homens e particularmente clérigos. Na *Epístola ao Deus do Amor,* Christine de Pisan fez-se, em 1399, a teórica do equilíbrio entre os impulsos do coração e os prazeres dos sentidos. Gerson ficou do lado de seu acampamento, por hostilidade ao espírito de alegria que sustentava o *Roman de la Rose.* Isabel da Baviera se envolveu.

Em 24 de fevereiro de 1401, reuniu-se no Hôtel d'Artois - que era a residência parisiense do Duque de Borgonha - a "Cour d'Amour constituída por Carlos VI e na realidade por seus tios Bourbon e Burgundy para arbitrar os jogos poéticos onde tratavam da honra das damas. Nenhum dos trinta e seis assentos nesta Corte do Amor foi dado a uma mulher. Por outro lado, os borgonheses e os armagnacs tinham acabado de adquirir um novo campo fechado, onde se comprometeram a lutar como em outros lugares.

Confrontado com o comportamento fútil do sobrinho, Filipe da Borgonha podia fingir indignação. Na verdade, ele tirou proveito disso com cuidado. Regente do reino porque primeiro príncipe de sangue, Luís de Orleans, de fato, viu-se afastado das engrenagens do governo. A doença do rei deixou apenas um verdadeiro senhor da França: foi Philippe le Bold, duque da Borgonha. Desde que recebesse uma participação nos lucros, o duque de Berry voluntariamente ficou do lado de seu irmão.

O primeiro fruto da política da Borgonha foi a paz com a Inglaterra. Ricardo II e Filipe, o Ousado, se deram bem: ambos tiveram que salvar uma economia em dificuldades. Em Leulinghen em 1393, em Boulogne em 1394, e finalmente em Paris em 1395, os plenipotenciários deixaram claras as condições do acordo. A cláusula essencial era o casamento de Ricardo II com a muito jovem Isabelle, filha de Carlos VI. A princesa estava devidamente dotada: oitocentos mil francos. As tréguas de 1398 foram estendidas até ... 1426.

Um comerciante italiano estabelecido em Paris fez saber na Toscana que não lhe mandavam mais armas. Ele não tinha mais a venda. Por outro lado, tecidos e joias preciosas podiam ser enviados a ele com urgência. A festa estava para começar. Paz, casamento, prosperidade, era tudo um.

Os italianos não estavam sozinhos no mercado. Os altos lissiers de Arras ou os ourives parisienses logo encontraram mais clientes do que podiam satisfazer. Em toda a França, houve afluência, naqueles anos, das feiras onde se realizavam negócios.

Houve uma festa, de fato. Em 27 de outubro de 1396, em frente às tendas armadas perto de Ardres, os dois reis se abraçaram publicamente. Fizemos um banquete. Richard levou Isabelle, com quem se casou em 4 de novembro em Calais. A outra filha de Carlos VI casou-se pouco depois com o futuro duque da Bretanha. A guerra terminou como sempre, com casamentos. Boas práticas foram atacadas. Os ingleses venderam Brest em 1397 ao Duque da Bretanha e Cherbourg em 1399 ao Rei de Navarra Carlos, o Nobre - filho de Carlos, o Mau - que trocou, cinco anos depois, com o rei da França todas as suas posses normandas pelo que formaria o Ducado de Nemours.

Uma página da história teria sido definitivamente virada se Ricardo II não tivesse multiplicado seus erros na Inglaterra. Ele agora tinha a Igreja contra ele, e em particular o arcebispo de Canterbury, bem como a maioria dos barões. O progresso do absolutismo real não parou de preocupar todas essas pessoas. O principal oponente, o duque de Derby - filho mais velho de Lancaster - havia encontrado refúgio na França, onde se deu bem com Luís d'Orléans para minar a política da Borgonha favorável a Ricardo II. Retornando à Inglaterra no verão de 1399, ele se tornou rapidamente o senhor do reino. Ricardo II encontrou-se na prisão; em 30 de setembro, o Parlamento o declarou deposto. As circunstâncias de sua morte nunca foram conhecidas. Vários de seus conselheiros foram executados; os outros ficaram em silêncio. O novo rei, o ex-duque de Derby, adotou o nome de Henrique IV. Ele não escondeu que uma das falhas de seu antecessor foi fazer um pacto com a França.

A SUBTRAÇÃO DA OBEDIÊNCIA.

A política de Luís de Orleans afundou da mesma maneira ao lado de Avignon. A intransigência de Bento XIII - “uma mula de Aragão” - incomodou quem o esperava para fazer, por meio de uma concessão, a prova da sua vontade de unidade. Em vão a corte da França tentou atrasar em 1394 a eleição de um novo papa após a morte de Clemente VII; o mensageiro do rei havia chegado tarde demais. Na verdade, os cardeais se apressaram em evitar ceder a uma forma de "cessão" que foi feita contra eles assim que a outra obediência foi a única a ter seu papa.

A política fiscal de Bento XIII afastou dele muitos clérigos, cansados de pagar de todas as maneiras e de serem excomungados pelo menor atraso no pagamento das inúmeras prestações com que os coletores papais pontuaram o ano litúrgico. Os decimes se sucediam para financiar empreendimentos políticos onde ninguém reconhecia a

justificativa teórica para qualquer decime, a Cruzada. Os "anates" privaram os novos beneficiários de um ano inteiro de sua receita líquida. Devidos pelos párocos aos seus bispos ou arquidiáconos, a fim de os compensar pelos custos das visitas pastorais, as procurações "foram reservadas à Santa Sé: os prelados ficaram livres para fazer as suas visitas, desde que não o fizessem. não perceba nada. Sob este regime, os bispos ficaram cansados.

A reserva "vazia" representava uma ameaça ainda mais séria à vida religiosa. O rendimento das prestações - bispados, arquidiáceas, mosteiros, priorados, paróquias, capelas, prebendas - foi reservado à Santa Sé ao longo do tempo que separou a morte ou renúncia do último titular e a prestação do seu sucessor. Mas a Cúria não hesitou em deixar intencionalmente alguns lucros vagos com o único propósito de aumentar essa receita. Vivemos em dioceses sem bispo por meses, até anos. As paróquias ficaram sem pároco. O povo cristão começou a se preocupar com a administração dos sacramentos.

Os financistas de Avignon, como os de Roma, inventaram o subsídio "caritativo", ou seja, a contribuição amigável. Isso era o que era exigido quando não havia justificativa para a exigência. Apesar de tudo, o Tesouro Pontifício estava vazio. O Papa tomou emprestado de seus cardeais, seus oficiais, seus banqueiros. Ele estava recebendo o dinheiro de futuras receitas adiantadas por seus coletores. Passou pelos usurários. Não se difundiu menos a ideia de uma corte de Avinhão empanturrada de ouro, do ouro das igrejas e do ouro dos cristãos.

A fúria dos clérigos juntou-se à suspeita do duque da Borgonha. A Universidade de Paris carregou consigo a sua parte nas responsabilidades de Carlos V no início do Cisma, mas viu claramente que não se partia de lá e começou a inclinar-se para o caminho da "cessão". O Papa teve de ser persuadido a renunciar, no interesse geral, o da Unidade. Jean Gerson - um dos mais moderados, porém, entre os teólogos parisienses - já pregava em 1391 contra o assalto, ao qual Luís de Orleans permaneceu ligado porque servia às suas ambições italianas. O apagamento político do irmão do rei, a partir de 1392, fez com que as posições do papa de Avignon desabassem em Paris.

Um voto na Universidade deu, em 1394, o favor à forma de conselho, à forma de compromisso e, sobretudo, à forma de cessão. Ninguém queria ouvir mais nada sobre o ataque. O rei ouviu os mestres, mas adiou sua resposta. Em fevereiro de 1395, ao contrário, Carlos VI e seu Conselho apoiaram a assembléia do clero que votou, por maioria de três quartos, o princípio de uma medida a favor da cessão. Uma embaixada foi enviada a Avignon. Bento XIII não cedeu. Faltava apenas fazer a cessão contra a vontade do Papa: era a "subtração da obediência".

Entre a Universidade de Paris e a Santa Sé, era uma guerra. Para fazer os franceses aceitarem a subtração da obediência, os mestres nada pararam, nem mesmo diante de verdadeiras viagens de pregação nas províncias. Tiraram vantagem disso para colocar o

papado em julgamento, para denunciar seus abusos, para enumerar seus vícios. A solução do cisma exigiu a reforma da Igreja.

Esse tema da reforma há muito era caro aos intelectuais, tanto aos escolásticos da Sorbonne quanto aos humanistas da chancelaria de Orleans. A marcante hostilidade do duque da Borgonha a um papa que parecia ter obstruído voluntariamente a união dos cristãos teve o efeito de confundir as mentes da Borgonha com a reforma. Para velhos mestres como Courtecuisse, para jovens como Cauchon, o caminho para o ideal passou pelo sucesso político de Philippe le Bold.

Parecer bem preparado, um novo conselho da Igreja da França foi realizado em agosto de 1396. O patriarca de Alexandria Simon de Cramaud - um dos grandes canonistas que deixou as escolas de Orleans - não estava lá para presidir, como no ano anterior, durante uma sessão particularmente hostil ao Papa. Os amigos do duque de Orleans aproveitaram-se disso para tentar a conciliação. O abade de Mont-Saint-Michel, Pierre Leroy, tentou anular a decisão de subtrair. Ele não teve sucesso. Mas a ideia estava no ar: se o Papa não "cedesse", passaríamos sem Papa. Não se tratava de se pronunciar sobre a legitimidade da segunda eleição de 1378, aquela que havia aberto um cisma. A questão era puramente prática: os cristãos deveriam ser restaurados à sua unidade, e a cessão parecia ser o caminho.

Enquanto o governo de Carlos VI tornava conhecida sua posição aos príncipes estrangeiros - falada a Ricardo II em 1396, ao imperador Venceslau em 1398 - e os reformadores agitavam por todos os lados, o bispo de Cambrai Pierre d 'Ailly, o modelo dos moderados entre os médicos parisienses e um dos que tinham alguma influência sobre o rei, de quem ele tinha sido o confessor, fez a última viagem a Avignon e Roma. Os dois papas competiram em teimosia.

Em 22 de maio de 1398, durante um novo conselho francês presidido, desta vez por Cramaud, o clero finalmente decidiu. Uma disputa escolástica foi ouvida em que pontos de vista opostos foram devidamente defendidos. Cramaud reduziu o assunto a uma fórmula simples:

Um cisma inveterado se torna uma heresia.

Poucos foram os que realmente defenderam o Papa. No máximo, ouvimos alguns apelos corajosos em favor da autoridade papal. Terminado o jogo oratório, procedeu-se à votação; para que o Papa não escapasse, os duques de Borgonha e Berry assistiram à votação. Houve 123 votos em 213 para a subtração de obediência. Em 28 de julho, quando o resultado foi proclamado, havia 16 votos para um conselho, 20 votos para uma etapa final e 247 votos para subtração. Os duques haviam obtido retificações de voto que dobraram sua vitória.

O decreto retirando do Papa a obediência da Igreja da França foi imediatamente publicado. O galicanismo acabava de fazer um de seus avanços mais significativos: a Igreja

da França se governava e o rei legislava por decreto. Na época, os clérigos não perceberam que tinham simplesmente mudado de mestre, restaurando suas "liberdades".

A subtração da obediência foi um fracasso. Ela desafiou Bento XIII sem pôr fim ao cisma. Castela seguiu a França. Aragão, Navarra, Béarn, Sabóia, Escócia recusaram. Cercado em Avignon pela coalizão de seus inimigos locais, Bento XIII conseguiu escapar em março de 1403 e encontrou com o conde da Provença, que também era Luís II de Anjou, um refúgio que foi uma bravata política.

Todo o lucro da subtração aparentemente foi para os arcebispos. Eles confirmaram as eleições episcopais, julgaram as oficialidades diocesanas em recurso. Eles eram o chefe de uma hierarquia provincial decapitada acima deles. Na verdade, a ganância colidiu para eliminar os benefícios eclesiásticos, e foi o rei quem foi convidado a se colocar como árbitro. O governo aproveitou isso para tributar as receitas da igreja em várias ocasiões. Muitos clérigos lamentaram a autoridade papal. Pelo menos quando o Papa abusou, nós poderíamos jogar o Rei da França. Contra os abusos do rei, os clérigos não tinham recurso, pois eles próprios se privavam do contrapeso que era a autoridade do papa.

Louis d'Orléans teve de ceder, mas a vitória dos mestres parisienses não convenceu de forma alguma seus rivais tradicionais. Os mestres de Roma escreveram que a solução do cisma exigiria o reconhecimento do único papa legítimo, o papa romano. Os mestres de Toulouse tiveram a visão oposta de Paris e escreveram um longo livro de memórias em favor da restituição da obediência. Os de Orléans foram os primeiros, em setembro de 1401, a dizer em voz alta o que muitos pensavam sussurrar: não sairíamos assim.

Logo, apenas os parisienses permaneceram obstinados contra Bento XIII. Luís II de Anjou havia retornado à obediência do papa a pedido de seu sogro, o rei Martin de Aragão, e de sua jovem esposa, a rainha Yolande. Os estados da Bretanha alegaram não ter sido consultados, o que foi correcto. Em 29 de abril de 1403, Castela restaurou sua obediência ao Papa. A França só poderia seguir, o que fez em 28 de maio. Já era tempo: a política de Philippe de Bourgogne estava a ponto de dividir a Igreja da França em duas.

Foi o triunfo dos moderados, de Jean Gerson em particular. No dia 4 de junho, ouviu-se a homilia em plena frente da Universidade, em homenagem à glória de um poder pontifício regenerado pela provação. Na verdade, os mais a favor do Papa esperavam que Bento XIII tivesse aprendido as lições do caso. A tão desejada reforma viria do próprio Papa. Foi também a vingança de Louis d'Orléans: a política de seu tio não levou a lugar nenhum, e a prova estava feita.

Infelizmente, Bento XIII não entendeu nada. Ele fez isso de propósito para anular as eleições episcopais e da abadia que ocorreram por cinco anos. Por instigação de Filipe, o Ousado, que não desarmou, Carlos VI manteve-os na força. Os senhores parisienses tinham a sensação de que não eram muito generosos com eles em Avignon para o cálculo dos benefícios vagos: reclamaram com o rei.

A tributação papal caiu novamente sobre a Igreja da França. Bento XIII achou sensato oferecer a Louis d'Orléans uma quantia de cinquenta mil francos como recompensa por sua lealdade e para ajudá-lo nos assuntos italianos. Na verdade, esses assuntos também eram do Papa. Essa generosidade, feita às custas dos clérigos que pagavam impostos, aumentou o clero. Os círculos favoráveis a tudo o que tinha o nome de reforma, tanto na Universidade como no "vestido" parisiense dela resultante, no Parlamento em particular, julgaram com severidade este renascimento dos abusos tantas vezes denunciados. Eles guardavam rancor do Papa, mas ainda mais contra Luís d'Orléans: sua necessidade de dinheiro, que era difícil de justificar, inspirou muito diretamente suas escolhas políticas nas circunstâncias.

A burguesia se manteve afastada de disputas teológicas e debates canônicos. Como todos os cristãos do reino, apenas uma coisa realmente importava para ele em matéria eclesial: que continuássemos a batizar, a casar e a enterrar. Enquanto o Cisma dividiu apenas bispos e médicos, foi um drama, mas um drama vivido de fora. O burguês lamentou que houvesse dois papas, mas ele teria ficado mais envergonhado de ter dois padres, ou não ter um.

OS PRÍNCIPES, A REFORMA E O TESOURO.

As sequelas da repressão de 1382-1383 foram muito mais dolorosas, e a burguesia, cautelosa pela experiência, evitou qualquer erro que pudesse comprometer o restabelecimento gradual de sua situação econômica e, portanto, de seus privilégios.

Os parisienses buscavam justamente essa reconstituição paciente de uma organização municipal que era, na base e acima de tudo, uma infraestrutura comercial. Eles haviam obtido em 1389 que o reitor dos mercadores fosse novamente distinguido do reitor real de Paris. O advogado Jean Jouvenel fora nomeado - pelo rei - "guarda do reitor de mercadores do rei". É claro que ainda estávamos muito longe de um reitor de mercadores eleito pela burguesia, mas o governo dos Marmousets sabiamente escolheu um notável, um parisiense recente, mas relacionado com todas as boas famílias da capital. A função era tênue: era cuidar da manutenção da malha viária e da gestão do patrimônio da cidade. O homem foi capaz de dar alívio. Não demorou muito para que ele fosse considerado um verdadeiro reitor de mercadores. A prática diária deu-lhe o título. Quando ganhou em nome da cidade uma ação judicial no Parlamento contra os Rouennais, Jouvenel passou por protetor dos assuntos parisienses. Seus sucessores rapidamente se esqueceram de que foram nomeados pelo rei.

Louis d'Orléans sabia como fazer inimigos. Já era considerado caro. A raiva dos parisienses agravou-se quando o duque instou, em 1404, a seu feal o reitor de Paris

Guillaume de Tignonville a desalojar o sucessor de Jouvenel para se estabelecer na Place de Grève. Orleans era o príncipe dos abusos e das cobranças. Philippe le Bold tirou proveito dessa reputação. Ele se passou por um reformador.

As posições do duque da Borgonha nos assuntos do Grande Cisma combinavam facilmente com suas declarações de política interna. Quando Luís de Orleans impôs uma grande contribuição, na primavera de 1402, a Borgonha conquistou popularidade fácil para si mesma, repetindo que recusava a parte de cem mil coroas que, ao que parece, ninguém havia oferecido. Falaríamos muito sobre esse caso e sobre algumas outras coisas do mesmo tipo.

Quando ele morreu em 26 de abril de 1404, Philippe le Bold, portanto, deixou seu filho, Jean sans Fear, fundos vazios e um ativo político significativo: o nome de Borgonha era popular.

Jean sans Peur não tinha a presença do pai, mas seu prestígio era dele. Os clérigos diziam que era sutil, os nobres sabiam que era corajoso. Na cruzada contra os turcos, ele havia feito mais do que seu dever, comandando aos vinte e quatro anos o corpo de exército dos franceses engajado muito cedo e sozinho contra o exército de Bajazet. Nicópolis fora, em 25 de setembro de 1396, um verdadeiro desastre para a cristandade. Para Jean sans Peur, foi um feito brilhante. Foi, portanto, um príncipe coroado com a glória dos cruzados - mesmo cruzados derrotados, como vimos na época de São Luís - que se levantou, nesta primavera de 1404, contra o caçador de prazeres Luís de Orleans. O ambicioso duque da Borgonha rapidamente entendeu que a palavra mágica era "reforma". A grande sabedoria de João, o Destemido, foi não procurar, em sua ascensão, derrubar a política de seu pai tão rapidamente.

O estado da Borgonha era, no entanto, muito difícil de governar, e o novo duque se viu monopolizado por ele. Não vendo que a chave para as finanças da Borgonha estava em Paris, ele tentou colocar seus negócios em ordem, desde os dois Borgonha até o Mar do Norte. Mas a divisão da sucessão com seu irmão Antoine foi complicada pelo entrelaçamento das duas heranças de Flandres e Borgonha. Em suma, Jean sans Peur estava ausente do tribunal.

Ele logo percebeu os inconvenientes dessa ausência. O Tesouro Real até então havia pago as responsabilidades das finanças da Borgonha. Desde a morte de Philippe le Bold, a generosidade do rei - ou melhor, do Conselho dominado por Orleans - dificilmente foi para a Borgonha. De cem ou duzentas mil libras por ano - 185.300 libras em 1403-1404 -, o total de doações e pensões pagas ao duque de Borgonha pelas finanças reais caiu em 1406 para 37.000 libras. O dinheiro do rei representou 38 a 59 por cento das finanças de Filipe, o Ousado; ele era apenas 24 por cento do filho. Jean sans Peur entendeu que uma de suas principais receitas secaria se ele deixasse um quarto em Paris.

O risco de crise financeira foi agravado por um risco político: a redução da generosidade real obrigou o duque a aumentar os impostos em seus próprios principados. Assim, tomou o caminho de uma nova explosão na Flandres. De qualquer forma, Jean sans Peur estava caminhando para um golpe.

Louis d'Orléans, enquanto isso, tirava nove décimos de sua renda do tesouro real. Para a realização do Conselho, cabia à autorização das despesas e, mais ainda, aos retrocessos do imposto. O imposto real era cobrado em todo o reino, mas os príncipes gostavam de lucrar com o que surgisse neles. Luís de Orleans não faltou, portanto, a uma reunião do Conselho, ele se beneficiou da óbvia lassidão política de Jean de Berry, e ele facilmente colocou seus fiéis lá. Ele, portanto, ocupou todos os cargos-chave na administração governamental e financeira.

A reviravolta de Isabel da Baviera veio muito bem para apoiar as já sólidas posições do irmão do rei. Em períodos de remissão, Carlos VI procurou retomar seu governo e garantir a validade das decisões tomadas em sua "ausência". Melhor do que ninguém, a rainha poderia garantir a continuidade política. Anteriormente envolvida, como elo essencial, na rede de alianças matrimoniais estabelecidas por Philippe le Bold, Isabeau claramente emergiu dela em 1405. Há muito uma estranha ao jogo político, ela conseguira se encontrar ao lado de Louis d'Orléans em entretenimentos da corte e participar da visão política da Borgonha no tabuleiro de xadrez europeu. Mas o tempo da política bávara já havia passado, o duque da Borgonha não era mais o mesmo e Isabeau sentia mais claramente que ele tinha que ficar do lado de um lado ou do outro.

Talvez o irmão mais novo do rei estivesse distraindo a rainha de sua viuvez intermitente? Ainda assim, se divertindo juntos, eles atraíram a desaprovação geral. Eles contaram o custo de roupas, joias, músicos. Daí para falar de má conduta, havia apenas um passo, que ninguém deu. Tivemos que esperar por Brantôme ...

O primeiro confronto entre os príncipes rivais - o primeiro confronto da nova geração - ocorreu em 1405. Orleans procurava há três anos reviver a guerra contra a Inglaterra e vingar Ricardo II, que ele, entretanto, não havia seguido em seus esforços de paz. Em várias ocasiões, ele desafiou o novo rei Henrique IV de Lancaster. Ele ordenou o levantamento da ajuda para financiar um desembarque através do Canal. Jean sans Peur não queria mais uma vez arruinar Flandres: era contra a guerra e contra este imposto mais do que contra qualquer outro. Ele se recusou a ser criado em seus principados. Então, para mostrar seu temperamento, ele veio a Paris para fazer uma manifestação armada.

Em agosto de 1405, chegamos perto da guerra civil. O exército da Borgonha controlou as planícies ao norte de Paris. Criado a toda pressa, o de Orleans assumiu posição no sul. Louis d'Orléans e Isabeau deixaram Paris às pressas. O delfim Louis, uma criança que nunca reinaria, os seguiu no dia seguinte. Jean sans Feur ficou sabendo disso, alcançou a escolta do príncipe a cavalo e juntou-se a eles em Juvisy. Em seguida, ele trouxe o delfim e

seus companheiros de volta a Paris: na falta de nada melhor, ter o herdeiro da Coroa em mãos deu ao duque de Borgonha uma sombra de legitimidade.

Jean sans Peur estabeleceu-se em Paris, recebeu a Universidade, teve um vasto plano de reforma desenvolvido perante o rei que afetou o hotel real, bem como o sistema de justiça ou a administração nacional, e afetou a convocação dos Estados Gerais para 'explicar na frente deles. Ele aproveitou isso para sugerir que os estados tinham algum direito sobre o governo do reino. Sentindo-se insuficientemente armado nesta capital, que ainda lhe era muito estranha, convocou seu irmão Antoine, duque de Limbourg, para reforçá-lo com oitocentas lanças. Então ele começou a excitar os parisienses contra seu rival. Os oficiais reais tiveram o cuidado de não tomar partido. O burguês ficou quieto.

Tudo terminou em abraços. Em outubro, a rainha e o duque de Orleans voltaram a Paris. Nós festejamos. Orleans aproveitou a oportunidade para atrair definitivamente seu tio de Berry para seu partido: o último sobrevivente dos irmãos de Carlos V era por natureza hostil àquele de quem vinha a agitação.

O impetuoso John without Fear foi gradualmente abandonando a política inglesa de seu pai. Mas, se ele cobiçava Calais, nada fez para retomar a cidade. Louis d'Orléans, por sua vez, fez uma demonstração militar inútil perto de Bordéus. A única coisa certa era que estávamos caminhando para uma guerra estrangeira, tanto quanto para uma guerra civil.

Os duques de Borgonha e Orleans estavam engajados em grandes campanhas de propaganda. Eles escreveram para príncipes e cidades. A ambos os lados deram a conhecer sua versão dos acontecimentos de 1405, suas queixas recíprocas, seu programa de governo. Falava-se do esbanjamento do dinheiro do rei pelo duque Luís, do sequestro do delfim pelo duque João. A correspondência acabou se cruzando, dando a impressão de troca de injúrias.

Jean Without Fear percebeu que ele mal conseguia convencer. As pessoas na Bancada de Auditoria disseram a ele que agiriam de acordo com sua consciência. Os príncipes, como o rei de Navarra Carlos, o Nobre, o duque de Berry ou o duque de Bourbon, expressaram sua preocupação diante de um programa político - o governo pelos estados - que lhes parecia adequado para conduzir o reino à anarquia. Quanto ao Conselho, era em sua maior parte povoado por criaturas de Louis d'Orléans; as observações feitas lá fora pelo duque da Borgonha encontraram pouco eco ali.

Os únicos que se alinharam deliberadamente ao duque João foram, nestes anos 1405 e 1406, os mestres da Universidade que passaram a unir no mesmo plano teórico a reforma da Igreja e a do reino. Talvez alguns já tenham julgado que poderíamos aplicar aqui o "assalto" anteriormente defendido na Igreja.

O discurso de Jean Gerson diante de toda a corte em 7 de novembro de 1405 faz parte dessa reflexão sobre a reforma, mas são palavras de um homem profundamente apegado à autoridade real e à harmonia pública. “Vivat Rex! Assim começou o discurso. Há muito

adquirido por teses reformistas, Gerson foi, no entanto, um moderado. Jean sans Peur usou sua autoridade moral para recuperar o terreno perdido na opinião pública após os eventos do verão.

Citando Aristóteles e Santo Agostinho, mesmo Plutarco e Boécio, Gerson está de fato na linha reta definida um século e meio antes por Tomás de Aquino. Sua teoria do poder soberano é a do consentimento dos vários membros do corpo social para o bem comum. O contrato entre o rei e seus súditos procede, para Gerson, da única vontade divina: deve haver apenas um príncipe, pois há apenas um Deus. Mas o poder do rei vem do consentimento, o contrato sendo sancionado por Deus como é a transmissão hereditária do poder. É deste mesmo contrato que o Conselho assume o seu papel: é o órgão de percepção do corpo social, graças ao qual o soberano pode assumir o bem comum. O rei, portanto, não é um juiz do Conselho e é obrigado a seguir seus conselhos.

O Senhor não deve apenas pedir por isso, mas crer e executar, e mantê-lo em segredo. Porque, de outra forma, pareceria apenas zombaria ou uma forma de semblante: pedir conselho e não fazer nada com ele.

O Conselho por excelência são os Estados Gerais. O rei deve consultar as universidades, o Parlamento, a nobreza, o clero. Pode-se notar que Gerson não dá muita importância à burguesia.

O rei aqui entra em um sistema político. Ele não é o todo, nem o mestre. Ele é o chefe disso. Mas a velha imagem da cabeça e dos membros prevalece. Ninguém pode viver sozinho.

Jean Sem Medo pensou que tinha vencido. Uma portaria de janeiro de 1406 estabelece que na ausência - doença - do rei, o poder cabia conjuntamente aos príncipes e ao Conselho. Faltava ainda dominar o Conselho, Conselho reduzido a cinquenta e um membros, cuja nomeação gerou novas disputas. Foram selecionados treze prelados, trinta e oito leigos. Era um compromisso, mas os fiéis de Louis d'Orléans tinham a maioria: vinte e quatro ou vinte e cinco conselheiros confiáveis, enquanto a Borgonha tinha apenas dez ou doze. Os outros estavam muito indecisos e prontos para serem discretos. Tudo dependeria deste pântano, entretanto.

As escolhas de 1406 representaram um mal menor. A reorganização do Conselho em abril de 1407 agravou o desequilíbrio. O número de vereadores caiu pela metade porque, argumentaram Orléans e sua família, muitos participantes dificultaram o trabalho. Alguns bispos sem uma posição política bem definida partiram. Mas os leigos obedientes da Borgonha estavam todos entre os expulsos. Dos vinte e seis conselheiros da nova lista, Jean de Bourgogne só podia contar com o bispo de Tournai, que permaneceu no conselho, e com Régnier Pot, que entrou nele. Além disso, havia uma verdadeira equipe de príncipes - Luís II de Anjou, Jean de Berry e Luís de Bourbon - que bloqueava qualquer intervenção autoritária na ausência do rei doente.

Jean sans Feur não tinha mais nada a esperar. Ou recorreu ao "assalto", ou então os recursos do reino da França lhe escaparam definitivamente. No auge da justa verbal que duplicou, pela propaganda, as operações puramente políticas, cada um dos adversários havia levado um emblema e um lema. À frente de seu primo, Luís de Orleans havia escolhido a vara retorcida, em outras palavras, o clube. Jean sans Peur teve a vantagem da resposta: seu emblema era o avião. Depois do golpe de força de Orléanais no Conselho, ou o avião entrou em ação ou não serviu mais. O capanga do duque de Borgonha, um escudeiro normando pronto para qualquer coisa chamado Raoulet d'Anquetonville, foi rondar as residências parisienses da família real.

O ASSASSINADO DE LOUIS D'ORLÉANS.

Em 23 de novembro de 1407, ao deixar o Hotel Barbette, rue Vieille-du-Temple, onde acabara de fazer a visita à rainha devida a uma mulher que havia dado à luz recentemente, o duque Louis d'Orléans se encontrou cara a cara com homens de armas. Como o Escrivão do Parlamento deveria escrever entre duas audiências, o duque estava "muito pouco acompanhado". Usando um guisarme - uma alabarda com um gancho - seus atacantes o derrubaram de seu cavalo enquanto cortavam seu pulso com um machado. Em seguida, eles racharam seu crânio na calçada. Os vizinhos levaram o corpo para o Manto Branco.

O reitor Guillaume de Tignonville fechou os portões da cidade, reuniu à noite os responsáveis pela ordem pública e lançou seus investigadores na madrugada.

Toda Paris soube muito rapidamente o que estava acontecendo. Trinta e seis horas após o ataque, Tignonville pôde fazer seu primeiro relatório ao Conselho: anunciou que a investigação estava progredindo e que encontraria provas sem dificuldade, se estivesse disposto a deixá-lo revistar os hotéis dos príncipes. A emboscada ao Hotel Barbette foi cuidadosamente preparada, mas os assassinos foram notados, constatou-se que estavam há vários dias no Hotel de l'Image Notre-Dame, de onde observavam facilmente as idas e vindas em frente ao hotel da rainha. Era óbvio que o crime não tinha nada a ver com namoro com cortadores de bolsa. Os vizinhos, por outro lado, viram os assassinos fugirem: a trilha levava ao Hôtel d'Artois, a residência parisiense do duque da Borgonha.

Anjou, Berry e Bourbon declararam com desprendimento que era bem possível fazer uma busca em sua casa. Burgundy chamou seus dois tios de lado e confessou-lhes em voz baixa que o crime fora cometido por ordem dele. O diabo o empurrou. Os assassinos foram escondidos no Hôtel d'Artois. Nós nos separamos sem dizer nada em voz alta. Os príncipes ficaram surpresos.

No dia seguinte, 26 de novembro, houve o Conseil no Duc de Berry's no Hôtel de Nesles. Quando Jean sans Feur se apresentou, seu tio Berry trancou a porta. A Borgonha

considerou a situação perigosa: poderia muito bem ser impedida. Ladeado por Raoulet d'Anquetonville, o executor das suas baixas obras em frente ao Hotel Barbette, saiu imediatamente de Paris e só parou em Bapaume, na madrugada do dia 27.

Em vez disso, as pessoas se parabenizaram. Orleans era caro e não valia muito. Os bons foram irônicos, como esperava Jean sans Peur: "o pau retorcido está nivelado", o avião cortou os nós. Além disso, as pessoas tendiam a culpar o irmão do rei por todos os infortúnios do país, incluindo a loucura de Carlos VI. O duque Louis não havia tentado herdar? Sua morte iria consertar muitas coisas de qualquer maneira. Significou a vitória da Borgonha, portanto, a abolição da ajuda, do governo pelos estados, a punição do teimoso papa, a paz com a Inglaterra e muitas outras felicitações. Todas as coisas que se podiam apreciar em comparação com um presente cujas nuvens pareciam relacionadas com o domínio de Orléans, mesmo que quinze anos antes pudessem ser com a política da Borgonha.

Depois de uma pequena, mas real prosperidade, a situação econômica voltou a piorar. Os salários estavam estagnados, como estavam estagnados desde o final do crescente período de 1350-1360, mas a estabilidade monetária manteve as dívidas em um nível elevado. Desde desvalorizações, muito limitada de 1385 e 1389, a moeda subiu 27 %, e ela permaneceria lá até 1411: o "guénar" foi atingido 74 peças marc, 5 negadores 12 grãos índole - 458 milésimos de prata fina - por um valor de 10 negadores de torneio por moeda. Estávamos muito longe das moedas de dois ou quatro deniers do final de 1360. A moeda forte, como bem sabíamos, beneficiava os ricos, os proprietários, as mesmas pessoas que ergueram a cabeça quando começamos a esquecer o surto insurrecional de 1380-1382. O novo guarda do reitor dos mercadores de Paris, Charles Culdoe, não era filho e neto dos reitores dos mercadores?

Isso significa que, ninguém realmente lamentando Louis de Orleans, sua viúva se viu sozinha. Valentine Visconti estava em Château-Thierry enquanto seu marido estava saindo da casa da rainha. Ela lamentou ostensivamente - até seus carroções de viagem estavam pendurados em preto - e chegou a Paris, onde o rei não pôde evitar recebê-la. Mas obteve de Carlos VI apenas uma decisão de princípio: a Borgonha seria despojada de seus possíveis direitos à regência. O rei prometeu fazer justiça, mas os raros fiéis da duquesa Valentim esperaram em vão que Jean sans Peur fosse citado perante o Tribunal dos Pares. A viúva acabou se aposentando em Blois. Para muitos, a página foi virada.

Jean sans Peur já estava erguendo a cabeça. Estabelecido em Amiens, recebeu os enviados dos príncipes, consultou os juristas, preparou a sua resposta às acusações da duquesa de Orléans. O teólogo Jean Petit, que em maio de 1406 havia sido perante os príncipes e o Parlamento o veemente porta-voz dos adversários do Papa de Avignon e de seus partidários, os mestres de Toulouse, veio a Amiens para preparar seus argumentos. E, em 28 de fevereiro de 1408, pronto para posar de vigilante e não de acusado, o duque

da Borgonha fez uma entrada solene em Paris em júbilo que Louis d'Anjou e Jean de Berry lhe pediram em vão que adiasse. Nunca ocorreu a ninguém a ideia de que aquele cujo retorno estávamos comemorando era um assassino.

Em 8 de março, diante de toda a corte - os duques da Bretanha e da Lorena tinham vindo para a ocasião - e sob a presidência do Delfim Louis, Jean Petit fez para o duque de Borgonha um discurso que ficaria famoso sob o nome *de - Desculpas pelo tiranicídio.* Por quatro horas, o teólogo passou por cima das Escrituras - "A raiz de todo mal é a ganância" - e desenvolveu um silogismo ardente: é lícito libertar o povo cristão do tirano que destrói com seus excessos e luxúrias aqueles a quem ele deveria proteger, mas o duque Luís de Orleans era um tirano, então foi uma obra piedosa executá-lo. A primeira parte do discurso foi firmemente baseada na história sagrada e nas autoridades da antiguidade clássica. O segundo foi, mais do que uma demonstração dos abusos do duque Luís que teriam sido possíveis, mas que teriam designado muitos outros príncipes com a faca do vigilante, uma coleção de acusações coxas e fofocas inverificáveis. A conclusão deixou apenas uma coisa no escuro: havia um juiz do rei, e João, o Destemido, não estava qualificado para ocupar o lugar do Tribunal dos Pares.

É sobre isso que desenvolveu, no dia 11 de setembro, em frente ao mesmo tribunal, o orador escolhido pela duquesa Valentim, o abade de Cerisy. Charles d'Orléans estava lá, ao lado de sua mãe. Ele ouviu o abade pedindo a punição dos assassinos. John without Fear havia extorquido cartas de remissão do rei doente. Os príncipes fingiram não levar isso em consideração. Em julho, o duque da Borgonha foi chamado em busca de ajuda por seu cunhado, o bispo de Liege, Jean de Bavière, que os Liegeois sitiaram em Maestricht; sua partida restaurou aos príncipes uma aparência de coragem. Eles cancelaram as cartas de remissão e decretaram que a justiça seria feita. Se o duque não chegasse a um acordo o mais rápido possível, faríamos guerra contra ele. Tropas foram levantadas.

A situação mudou repentinamente em novembro. Soubemos ao mesmo tempo da morte de Valentine Visconti e do retorno a Paris de um duque da Borgonha, reforçado por uma vitória sobre Liégeois que lhe rendeu o apelido de “destemido”. O duque John tinha seu exército pronto; Anjou e Berry esqueceram completamente que falaram em ir à guerra com ele. Carlos de Orleans, que havia contratado suas joias para conseguir o dinheiro dessa guerra, partiu para mastigar sua amargura.

Burgundy estava certo de sua força, não de sua retaguarda. Uma primeira vez em Chartres a 9 de março de 1409, uma segunda vez em Bicêtre a 2 de novembro de 1410, os adversários fizeram as pazes, sem querer realmente lançar uma guerra de consequências incertas para todos.

Em seu partido - seu tio-avô Berry, sua tia Isabeau, seus primos Anjou e Bourbon - Charles d'Orléans encontrou mais incentivo do que apoio. Ele finalmente conheceu seus melhores apoiadores no sul da França, onde eles não tinham os mesmos motivos que em

Paris para serem borgonheses. Um era o condestável Charles d'Albret, o outro o conde Bernard d'Armagnac. Um casamento cimentou o entendimento. Carlos de Orleans era, aos dezoito anos, viúvo de uma filha de Carlos VI, esta Isabel, cuja política borgonhesa por algum tempo tornou-se rainha da Inglaterra; ele se casou novamente com Bonne, filha do conde d'Armagnac. A opinião pública não demorou a considerar Armagnac como o verdadeiro líder do partido.

Jean sans Peur não ficou de fora. Ele havia reunido em sua causa o inimigo hereditário da Coroa dos Valois, o rei de Navarra Carlos, o Nobre, filho do próprio Carlos, o Mau. Fiel à aliança tão completamente traçada vinte anos antes - e que Isabel ficou tentada a esquecer - o duque Luís da Baviera trouxe a força de seu exército e sua própria aliança com o duque Carlos de Lorena. O duque de Sabóia também se juntou a este partido da Borgonha especialmente rico, é preciso dizer, dos descontentamentos que haviam feito na aristocracia e na burguesia francesa a política financeira de Luís de Orleans e, em parte, mais difícil de avaliar. , sua atitude favorável ao Papa Bento XIII.

OS PARISIANS.

Um grupo de descontentes se destacou em Paris: os açougueiros. Proprietários de suas barracas, operadas por criados assalariados, os açougueiros parisienses eram na verdade grandes burgueses, capitalistas, ricos o suficiente para dominar o pequeno mundo do artesanato, poderosos o suficiente para impor sua organização de uma função. econômico essencial, insuficientemente considerado, entretanto, para se integrar verdadeiramente à alta burguesia. Confortáveis em um sistema corporativo em que o malthusianismo era a regra e a livre empresa a exceção, os açougueiros eram, entretanto, mais presos do que outros em sua profissão, e o fechamento não era inteiramente deles. Locatários de uma atividade que se contentavam em financiar e governar, sabiam muito bem que os notáveis da "mercadoria" - os cambistas, os fabricantes de roupas de novo e já os haberdlers - não consideravam um açougueiro totalmente notável. .

Fortalecidos pela massa de manobras constituída por seus criados e esfoladores, os açougueiros - e as dinastias de açougueiros, como o Le Goix ou o Saint-Yon - estavam prontos para desempenhar um papel na vida política parisiense. Mas seu avanço social só poderia passar pela violência.

Philippe le Bold tornou-se popular defendendo reformas que eram em parte poupança pública. Seu filho, Jean sans Peur, tornou-se apoiador apoiando sistematicamente os interesses do comércio parisiense e dando aos elementos mais ativos da população de uma capital onde tudo estava em jogo o benefício de uma generosidade interessada. A restauração progressiva dos privilégios parisienses foi, a partir de 1409, um dos frutos

dessa política. A conclusão foi, em 20 de janeiro de 1412, o restabelecimento de um reitor dos mercadores que se assemelhava, tanto pela eleição quanto pelo caso àquela feita a ela, a um verdadeiro município. Ao mesmo tempo, Jean sans Peur fazia o uso mais político possível do vinho de Beaune: muitos notáveis parisienses recebiam dele, em "filas" cheias, o suficiente para tratar seus amigos da saúde do Duque de Borgonha. Seis açougueiros, pelo menos, e dois esfoladores simples como Denis de Chaumont e Simon Le Coutelier dit Caboche participaram dessas doações em 1411, que também foram nesse mesmo ano para um chefe de contas, um secretário do rei, um cirurgião. e - a opinião pública não deve ser indiferente a isso - a mestres capazes de pregar como Pierre Cauchon ou o mestre do convento dos Mathurins.

A partir de então, a Borgonha foi dona da capital e, em particular, dona das ruas. Quando seu tio Berry quis entrar em Paris, os açougueiros se encarregaram de impedi-lo de fazê-lo e, em seguida, supostamente destruíram as portas e janelas do Hôtel de Nesles para que o intruso soubesse que não tinha mais razão para fazê-lo. estar em Paris. Os mesmos açougueiros conseguiram do governo real que as receitas do bispo de Paris e do arcebispo de Sens fossem confiscadas: Gérard e Jean de Montaigu foram contados como notórios Armagnacs. Quanto ao reitor de Paris Bruneau de Saint-Clair, não teve a sorte de agradar aos carniceiros: foi substituído pelo homem de confiança do duque Jean, Pierre des Essarts.

Quando o duque entrou em Paris em 23 de outubro de 1411, os açougueiros estavam à frente da delegação que, em nome da cidade, o acolheu. Os Saint-Yons, o Le Goix e alguns outros se vingaram de uma burguesia parisiense que sempre relutou em abrir-lhes espaço.

Com uma milícia de quinhentos homens, os açougueiros controlaram a capital e aumentaram suas patrulhas ali, dia e noite. Para manter a região, eles montaram um verdadeiro exército, que, alguns anos depois, foi sumariamente definido por Jouvenel des Ursins, filho do próprio Jean Jouvenel:

Mil e seiscentos a dois mil bons companheiros, armados com cota de malha, jacques e saladas.

Eles teriam, assim armados, representado apenas uma força medíocre em uma batalha campal. Para saquear aldeias e enfrentar bandos oponentes dificilmente melhor constituídos, eles eram formidáveis. Foram a Bicêtre para incendiar a casa de campo do Duque de Berry. Em Saint-Denis, depois em Saint-Cloud, finalmente na planície de Beauce, eles enfrentaram o exército Armagnac. O açougueiro Thomas Le Goix, tendo morrido à frente de seus homens, teve um funeral principesco na Abadia de Sainte-Geneviève, presidido pelo próprio Duque de Borgonha. Ninguém achava que isso era demais para um açougueiro.

Foi bem feito. Dizia-se que o duque da Borgonha mostrou claramente que deveria ser servido, visto que demonstrava amor por aqueles que davam sua festa.

Já, uma clivagem foi estabelecida em Paris entre um partido da Borgonha voluntariamente inclinado à violência em sua ala em marcha - os açougueiros e os esfoladores - e um partido da paz pública que também era o velho partido, acadêmico e robin, do reforma política, bem como reforma da igreja. O duque da Borgonha reivindicou apoio deste partido de paz, muito mais do que a burguesia reivindicou dele. Mas a violência de Armagnac deixou pouca escolha para os amantes da ordem e da paz: eles mal podiam escolher seu acampamento no confronto.

Os Armagnacs declarados, em qualquer caso, estavam ausentes de Paris. Designar um transeunte como tal era condená-lo ao linchamento. Acusar um burguês de conivência com os Armagnacs que controlavam parte do campo vizinho era mandá-lo para a forca. Além disso, quase nunca falavam "o povo de Orleans" e ainda falavam muito pouco "os Armagnacs". Costumávamos dizer "os bandidos". Os soldados de Bernard d'Armagnac trabalharam muito bem para merecer esse nome, e os do conde d'Alençon não se saíram melhor quando invadiram o sul da Normandia.

Em outubro de 1411, os padres parisienses leram, no púlpito, a excomunhão dos caminhoneiros fulminados anteriormente por Urbain V. Jouvenel des Ursins contará que então se hesitou em batizar as crianças cujos pais não eram borgonheses ou os chamados tal. E, para que as coisas ficassem claras e se soubesse bem de que lado estavam Deus e os seus santos, passou-se às estátuas dos santos um lenço cruzado: a cruz de Santo-André em saltire, a insígnia dos borgonheses.

Alguns eram oficialmente zelosos. O município de Caen ordenou que as casas dos simpatizantes de Orleans fossem queimadas.

Este aumento da violência levou a muitas reações que nada tinham a ver com o conflito entre os príncipes: ódio e fúria de todos os tipos foram expressos ali, e de alguma forma integrados no confronto dos poderosos. Vimos verdadeiras revoltas camponesas: foi assim que algumas centenas de camponeses de Laonnois - com a ajuda do meirinho de Vermandois e seus sargentos - sitiaram o conde de Roussy em sua fortaleza de Pont-Arcy-sur-Aisne, e finalmente o fez capitular.

O RETORNO DO INGLÊS.

Foi então que voltamos a falar dos ingleses. Por dez anos, nós os vimos em várias ocasiões, mas nenhuma de suas empresas havia ultrapassado o nível de uma simples afirmação de presença na costa da Normandia. As aldeias de Cotentin em 1405, Fécamp em 1410, sofreram desembarques com objetivos incertos. Atritos eram diários na fronteira da Guyenne. Mas, para o resto do reino, a guerra inglesa era coisa do passado.

Henrique IV de Lancaster, entretanto, teve o cuidado de não desprezar uma oportunidade de intervir na França, e as duas partes que se enfrentaram em torno do rei enfermo não podiam negligenciar o fator decisivo que essa intervenção inglesa em seus negócios poderia ser. Uma aliança anglo-borgonhesa tomou forma em setembro de 1411, apesar das aberturas concorrentes feitas por Charles d'Orléans; tinha por sanção um projeto de casamento do futuro Henrique V com uma filha do duque de Borgonha. Lancaster ofereceu um contingente armado. O assunto era sério.

Em 18 de julho de 1411, Charles d'Orléans fez Jean sans Peur desafiar as regras. Foi uma guerra. Le Bourguignon respondeu no mesmo tom:

Temos uma grande alegria no centro de sua desconfiança. Mas quanto ao conteúdo neles, você e seus irmãos mentiram e mentem falsamente, mal e injustamente, como traidores que são.

No outono, as operações começaram na Picardia. João, o Destemido, pegou Ham. Tendo os contingentes flamengos considerado que seu serviço tinha durado tempo suficiente, ele não pôde suportar seu esforço. Charles d'Orléans aproveitou isso para tentar tomar Paris. Ele ocupou Saint-Denis no norte, Saint-Cloud no sudoeste. A chegada dos soldados ingleses permitiu ao duque da Borgonha chegar a tempo de desbloquear a capital. Os partidários de Charles d'Orléans se dispersaram.

Havíamos contado lá sem os parisienses. Eles receberam muito mal seus salvadores ingleses. Eles foram forçados a escapar o mais rápido possível. Felizmente, o inverno deu a todos uma pausa. Berry e Orleans aproveitaram a oportunidade para tentar recuperar a aliança inglesa. Eles ofereceram a Henrique IV um ducado de Aquitânia reconstituído em sua antiga extensão. O inglês concordou em enviar em troca mil homens de armas e três mil arqueiros aos príncipes confederados. O tratado foi assinado em Eltham em 8 de maio de 1412.

Os papéis foram invertidos. Jean Sem Medo posou como defensor da Coroa. Ele levou consigo o rei e o delfim Luís, mandou hastear a bandeira e lançou uma ofensiva em larga escala contra os "inimigos do reino". Eles eram os príncipes e os ingleses, misturados na mesma ameaça.

No início de julho, todos perceberam que estavam perdendo tempo e dinheiro. Os borgonheses não puderam tomar Bourges, os Armagnacs não viram os ingleses chegando, a burguesia em toda parte repreendia o custo desses jogos de príncipes. Todos se encontraram em Auxerre na presença do rei para discutir a paz. Havia até representantes dos órgãos constituídos - Parlamento, Contas - e doze médicos da Universidade de Paris. As cidades também tinham deputados, como se fossem estados-gerais.

Foi fácil concordar em renunciar a alianças estrangeiras. Mas o Tratado de Auxerre (22 de agosto de 1412) mal foi jurado quando os ingleses desembarcaram em Cotentin, em Saint-Vaast-la-Hougue. Eles cruzaram a Baixa Normandia e chegaram a Anjou. Foi a primeira grande atração desde Buckingham, trinta e dois anos antes. Um novo escândalo

nesta guerra em que pensávamos ter visto de tudo, os homens do Conde de Clarence não tinham medo de cortar macieiras ... A vontade de ruína superava a vontade de vencer. O camponês normando precisava se lembrar disso.

Charles d'Orléans percebeu um pouco tarde que eles haviam brincado com fogo chamando os ingleses. E o Tratado de Auxerre não permitia mais que ele usasse sua aliança. Ele se encarregou de mandá-los embora. Mas Clarence tinha dentes longos. Orleans tinha que oferecer, pelo Tratado de Buzancais, algumas centenas de milhares de libras das quais ele não tinha o primeiro denário. Para garantir o pagamento, deu ao irmão mais novo o refém Conde de Angoulême, o avô do futuro Francisco I .

Os ingleses ganharam Bordéus, onde não deixaram de reavivar a guerra. Bourbon e Armagnac tiveram que enfrentar isso. Eles tomaram Soubise em Saintonge, mas descobriram que o caso havia fortalecido a força Anglo-Gascon. É previsível um amanhã difícil na fronteira da Guiana.

A boa gente recebeu com alegria a notícia da paz de Auxerre. Gritamos “Natal! »Nas ruas de todas as cidades. Mas a dupla reviravolta de Charles d'Orléans o tornava grotesco.

Não havia dúvida de que os ingleses deveriam voltar. Apesar de suas divisões, o reino de Valois teve que se preparar para a retomada da guerra estrangeira. Jean sans Peur persuadiu o rei a convocar os Estados Gerais de Langue d'oil. Seu acordo era necessário para financiar um exército. Esta poderia ser a ocasião para levar a cabo algumas dessas reformas administrativas e financeiras prometidas por dois duques sucessivos da Borgonha. Também pode ser o terreno fértil para uma daquelas escaladas demagógicas em que o duque João foi um mestre do passado e onde o partido aristocrático de príncipes só poderia afundar. Em suma, os estados foram chamados quando a situação se revelou crítica. Ela era.

OS ESTADOS DE 1413.

As propriedades se reuniram no Hotel Saint-Paul nos últimos dias de janeiro de 1413. Os príncipes do grupo de Orleans temiam uma emboscada; eles foram representados. Diante do rei flanqueado pelo delfim Louis, o duque da Borgonha permaneceu, portanto, senhor do assunto. Ele jogou ao fragmentar a assembleia fazendo com que os deputados deliberassem província por província e por ordens separadas - nobreza, clero, cidades - dentro de cada província. O resultado desta explosão foi que certas reuniões nem puderam ser realizadas, por falta de membros: as províncias de Bourges e a de Lyon, por exemplo, não estavam representadas. Uma província poderia revelar-se perigosa, a de Sens, que incluía Paris; portanto, formamos um grupo separado com a Universidade e o município de Paris.

Só a província de Reims estava suficientemente representada para que suas opiniões tivessem qualquer influência. A França central estava ausente, a Normandia muito pouco presente. Os deputados podiam muito bem conceder todos os impostos desejados, não era certo que os contribuintes os pagassem.

Jean sans Peur fez jus à sua reputação de reformador. No dia 31 de janeiro, a pretexto de relatar o trabalho desenvolvido pela província, um de seus assessores, o abade de Moûtiers-Saint-Jean Simon de Saulx, fez uma arenga com acentos facilmente populares: era preciso taxar os príncipes, para ceder aos oficiais enriquecidos, despedir os incapazes - o Parlamento era o alvo - e reorganizar todo o sistema financeiro. Acabar com as candidaturas de conveniência, com a acumulação e duplicação de escritórios, com arrendamentos agrícolas da administração estadual!

Saulx até exigiu medidas suntuárias. Limitar o luxo dos oficiais reduziria suas tentativas de enriquecimento.

Assim que um mafioso for escrivão de um colecionador, secretário, tesoureiro ou general (assistentes), ele será vestido e recheado com marta e outras roupas ricas, tanto que não os conhece mais. E não estão contentes, querem o cinturão de Brehaigne na bunda, e não se dignariam a dar jantar a ninguém se não tivessem hipocrisia e todas essas despesas fossem do rei.
Todo mundo quer estar em tão boas condições que não se conhece o dono do valete.

7 de fevereiro foi a última grande sessão. Apesar do frio intenso, aconteceu no grande pátio do Hotel Saint-Paul: nenhum quarto comportaria a todos. O teólogo Benoît Gencien, um monge de Saint-Denis que pertencia a uma das famílias mais antigas da burguesia parisiense, fez eco ao abade de Moûtiers-Saint-Jean: a salvação do reino não passou pelos impostos adicional - o que teria afetado uma população já esmagada - mas por meio de uma melhor gestão das receitas reais. Gencien era um tolo, cujos argumentos não valiam muito e não ousava dizer com clareza o que as propriedades esperavam: o esbanjamento do dinheiro do rei tinha que parar. Ele foi criticado por sua timidez. Mas a ideia de financiar a defesa sem mais cobrança tinha tudo.

O revezamento passou, no dia 13 de fevereiro, para a carmelita Eustache de Pavilly. A Universidade e o município parisiense solicitaram uma nova audiência para afastar os maus efeitos do tímido discurso de Benoît Gencien. Pavilly pregou vigorosamente a reforma.

Na verdade, os deputados ainda não tinham partido, e Paris facilmente se arrogava o direito de prolongar os Estados Gerais. Aqueles que, em sua sábia divisão das províncias e das ordens, Jean sans Peur quisera afastar, acabavam de tomar os chefes dos Estados.

Assumindo sozinha o papel anteriormente delegado aos estados como um todo, a Universidade teve um longo papel lido, no qual as queixas levantadas contra a administração real foram desenvolvidas. A essência do argumento, que levou duas horas para ser lido ao público, era que o pessoal das finanças havia roubado o dinheiro do rei.

As compras de imóveis, o luxo das roupas e da mesa, tudo mostrava que o serviço ao rei havia enriquecido. Teria sido fácil provar que a maior despesa fora incorrida pelos príncipes, mas isso teria sido denunciar a Borgonha tanto quanto Orleans. Tal como o Parlamento, as Contas, a Sida e o Tesouro estavam nas mãos dos Armagnacs e dos Marais - moderados, pouco empenhados e principalmente apaixonados pela paz - foi um jogo justo cobrá-los.

O pessoal de finanças exigiu explicitamente que suas contas fossem verificadas. A Universidade não se deixou enganar. Ele tinha certeza de que as escrituras estavam em ordem.

O que os teóricos da reforma, e neste caso os mestres parisienses, propõem? Primeiro, algumas medidas de contingência: revogações, apreensões, multas. Seria tudo em vez de impostos. Depois, algumas reformas fundamentais: redução do número de funcionários administrativos, reorganização do judiciário, fortalecimento do controle de contas. Para preparar tudo isso, tanto as reformas quanto as listas de réus, o delfim nomeou uma comissão. Nesse ínterim, em 24 de fevereiro, o rei conseguiu suspender todos os oficiais; restabeleceríamos mais tarde aqueles que não condenaríamos. O saneamento foi brutal. A máquina administrativa estava paralisada.

Enquanto o comitê começava a trabalhar, o ânimo esquentava em Paris. Entre os notáveis reformistas dos estados - e, portanto, da comissão - e as pessoas comuns acima das quais os açougueiros falavam cada vez mais alto, havia pouca comunicação. Mestres como Gencien ou Pavilly não estavam acostumados a informar os lojistas sobre suas escolhas políticas. Na rua, as pessoas se preocupam com o silêncio dos notáveis.

Tudo foi pretexto para rumores e emoções. Os erros do governo real - na verdade, o da rainha Isabel e do delfim - apenas agravaram essa tensão. O despreocupado Dauphin Louis estava dando festas demais para um país em dificuldades financeiras. A rainha era generosa demais com o duque Luís da Baviera, seu irmão, que comandava um grande trem para Paris às custas do contribuinte francês e que acabava de receber o condado normando de Mortain.

A estupidez do golfinho e as manobras falsas como a demissão e depois a retirada do impopular reitor Pierre des Essarts, que ia de uma festa a outra, ajudaram a ancorar nas mentes a ideia de que estávamos preparando uma má jogada. . Falava-se de um complô, de um sequestro do rei, de uma intervenção armada contra Paris. Conforme os boatos circulavam, eles aumentavam.

OS CABOCHIANS.

Na tarde de 27 de abril, um primeiro motim abalou Paris. O devorador Caboche e seus amigos açougueiros comandavam o negócio, com os ultras do partido borgonhês. Em sua maioria, lojistas, artesãos e companheiros só se armavam porque se julgavam ameaçados. Na manhã seguinte, vários milhares de homens armados se reuniram na Place de Grève, em frente à Maison aux pilliers. O reitor dos mercadores, o doleiro André d'Épernon, tentou argumentar com eles, mandá-los para casa. Foi em vão: os parisienses foram investir na Bastilha, onde Pierre des Essarts, que sabia que era odiado, se refugiou ao retornar. Ele tentou negociar sua saída, viu que arriscava ser cortado na garganta e, finalmente, decidiu entrar no jogo. Jean sans Peur, por sua vez, tentou acalmar os desordeiros. Ele não conseguiu convencê-los a se dispersar.

A multidão reuniu-se em frente ao Hôtel du Dauphin, que ficava a poucos passos de distância, na rue Saint-Antoine, muito perto de Saint-Paul. O delfim teve que aparecer em uma janela, para ouvir o vereador Jean de Troyes, que exigiu que os "traidores" fossem entregues à multidão. O golfinho respondeu que não tinha traidores em sua casa. Mas seu chanceler pensava, erroneamente, que tudo isso era muito vago e achou que ele escapou perguntando por nomes. Queríamos os traidores; quais traidores? Jean de Troyes tinha uma lista de cinquenta nomes pronta, que entregou imediatamente. O chanceler teve que lê-lo duas vezes no tumulto. Houve alguns problemas: seu próprio nome abriu a lista.

Os parisienses apreenderam cerca de quinze pessoas, incluindo o chanceler e o duque de Bar, primo do rei. Jean sans Peur tentou bancar o moderador: ele fez com que os cativos fossem devolvidos a ele e os levou para casa. O golfinho não foi enganado; ele denunciou o jogo duplo do duque de Borgonha:

Sogro, este motim é causado por seu conselho. Você não pode se desculpar por isso, porque as pessoas em seu hotel são as principais. Saiba com certeza que uma vez você se arrependerá disso, e não fará o trabalho para seu prazer.

No dia seguinte, para evitar um canhão nas ruas, Jean sans Peur incitou Pierre des Essarts a deixar a Bastilha e se render. Ele deu a ela sua garantia de que sua vida seria salva. Poucos dias depois, esquecido da palavra dada, entregou aos parisienses todos os prisioneiros pelos quais era responsável e que começavam a incomodá-lo.

A chegada dos deputados de Ghent realçou o caráter revolucionário do caso. Na verdade, o processo nada teve a ver com os acontecimentos recentes. O povo de Ghent expressou um desejo: que o filho mais velho do duque da Borgonha, o futuro Philippe le Bon, viesse e vivesse entre eles. As circunstâncias deram um impacto inesperado à chegada desta delegação. O reitor dos mercadores ofereceu um banquete aos residentes de Ghent. Os acompanhantes foram trocados. Os flamengos prometeram aos parisienses ajuda militar e também financeira.

A comissão estadual, entretanto, estava trabalhando muito seriamente na redação de uma lei de reforma. Foi, na maior parte, um texto muito sábio, uma vasta compilação de arquivos, que pegou palavra por palavra, enquanto introduzia coerência geral, muitas das ordenanças de Carlos V e os principais textos regulamentares publicados no anos 1380 a 1408. A ideia de que estavam fazendo a revolução certamente não ocorreu a nenhum desses notáveis, nobres, prelados, grandes burgueses e médicos que tentaram restaurar a ordem na gestão do reino da França, nas contas de dinheiro público, no sistema monetário.

Por outro lado, os estados pouco participaram da constituição, no dia 10 de maio, de uma comissão improvisada para julgar os policiais acusados de peculato. Cada vez mais excitado, mas mais ouvido na rua do que nos estados, Eustache de Pavilly acabava de ler, durante uma nova manifestação, uma segunda lista de sessenta "traidores". A maioria eram simplesmente burgueses que não quiseram pegar em armas em fevereiro, violando as ordenanças. O bando de carniceiros e esfoladores encarregou-se, no dia 11, de ir prender esses novos traidores.

Após dois meses de ausência total, Carlos VI estava melhorando. Os açougueiros tinham acabado de impor algumas nomeações favoráveis ao delfim: Caboche tinha a custódia da ponte Charenton, seu colega Denis de Chaumont a da ponte Saint-Cloud. O rei teve a sabedoria de não revogar nada. Ele pegou a acompanhante branca dos borgonheses, que foi oferecida a ele com respeito pelos notáveis da Câmara Municipal. Depois, esperou que o trabalho dos estados, ou melhor, da comissão, terminasse. Ninguém sabe o que realmente lhe foi dito sobre o que aconteceu durante sua última doença.

Os motins não pararam. Multidão reunida em Strike, manifestação barulhenta em frente ao hotel Saint-Paul, confabulações até o cair da noite, os dias se seguiram e se assemelharam.

Em 22 de maio, o caso atingiu um novo nível de escalada política. A multidão ocupou três pátios da residência real. Sob o pretexto de que precisava ser esclarecido sobre os acontecimentos dos últimos dois meses, o rei foi apostrofado pelo inevitável Pavilly. Jean de Troyes leu uma terceira lista de suspeitos, todos os quais a multidão pretendia apreender no local. Toda a comitiva da rainha foi nomeada lá, começando com seu irmão, o duque da Baviera, e quase todas as damas e damas de honra. Apesar das orações de Isabeau, das lágrimas do golfinho e do jogo duplo de um Jean sans Feur que entrava em pânico com a audácia dos parisienses e tentava apaziguar a multidão sem liberar a pressão sobre o rei, tudo isso o mundo estava realmente parado. Luís da Baviera se entregou para evitar uma briga com a rainha.

A receita finalmente estava pronta. Foi dado a conhecer ao rei. Em três sessões intermináveis, nos dias 26 e 27 de maio, Carlos VI teve os duzentos e cinquenta e nove artigos lidos no tribunal e os deputados reunidos no Parlamento. Na noite do dia 27, o rei declarou que aprovava todos os arranjos. Os assistentes juraram observar a portaria.

Ninguém poderia adivinhar que ela iria se passar por "cabochienne". Nem tenho certeza se o analfabeto Caboche estava na sala.

O decreto foi na realidade obra de uma dúzia de homens, incluindo alguns daqueles grandes médicos parisienses que foram movidos pelos compromissos nos assuntos do Cisma tanto quanto pelo ideal político, contra a atitude de Luís de Orleans, para desejar globalmente uma reforma dos negócios públicos, fosse a Igreja ou o reino. Trabalho sistemático que só devia às circunstâncias ter visto a luz do dia a esta hora e poder mostrar uma ostensiva desconfiança para com o mundo tão diverso dos servos do rei, o decreto "cabochiano" traduziu vinte anos de reflexão e experiência.

Conselheiros do rei ou do duque de Borgonha, às vezes ambos, o bispo Jean de Thoisy, o abade Simon de Saulx, os mestres Jean Courtecuisse e Pierre Cauchon não são improvisadores, mesmo que sejam apaixonados. O teólogo Courtecuisse tem a seu crédito intervenções nas assembleias do clero, embaixadas em Avignon, delicadas missões na Inglaterra e Alemanha. Cauchon é um advogado sólido, ambicioso, mas escrupuloso. Alguns cavaleiros com retidão comprovada e dois conselheiros do Parlamento com já longas carreiras completas - com um único burguês, o vereador parisiense Jean de l'Olive, um dono da mercearia, em outras palavras um grande comerciante de bens de luxo - esta comissão na qual é difícil ver um grupo de conspiradores. Seu trabalho é, em última análise, uma reforma, no sentido que a palavra sempre teve no vocabulário medieval: um retorno legal às boas práticas.

A publicação da portaria dificilmente acalmou o entusiasmo popular a que o texto tão pouco devia. Alguns dos prisioneiros foram vistos decapitados. Pierre des Essarts foi um deles. Os moderados tiveram que se esconder. Jouvenel foi preso por alguns dias. O Chanceler da Universidade, Jean Gerson, encontrou a salvação refugiando-se no labirinto do sótão de Notre-Dame.

Estava ficando evidente que Jean sans Peur não restauraria mais a ordem. Ele teria perdido toda sua popularidade lá. O exército dos príncipes estava concentrado na Normandia, mas seus líderes hesitaram em atacar Paris: a ofensiva poderia terminar em derramamento de sangue. Nós negociamos. Em 28 de julho, em Pontoise, Berry e Borgonha concordaram em um caminho de compromisso que, se os moderados recuperassem a coragem em Paris, significaria o fim dos cabochianos. O reitor da Universidade e o Reitor dos Mercadores eram partes no acordo.

A REAÇÃO ARMAGNICA.

Na capital, poucos foram os que não se cansaram da violência e perderam tempo. Estávamos cansados de açougueiros. A hegemonia deles não trouxe nada. Os mestres

queriam que a reforma fosse aplicada: isso pressupunha um retorno à ordem. Os oficiais que não foram arrastados pela crise queriam simplesmente trabalhar em paz, aqui o seu interesse e o dos negócios públicos coincidem muito. Não é à toa que encontramos, à frente de uma reação que não foi Armagnac, mas apenas anticaboquiana, o advogado Jean Jouvenel. Ele tinha sido o restaurador paciente e eficiente das liberdades parisienses. Como advogado do rei no Parlamento, ele agora cuidava dos interesses da Coroa.

Jouvenel era um dos que desconfiava sobretudo da desordem, do improviso, da anarquia. “Não se deve voar com o vento que sopra”, disse. O vento estava muito forte e Jouvenel não estava sozinho em sua opinião. Como provinciano que era - viera de Troyes para Paris por volta de 1380 - sentia que a França não estava acompanhando as convulsões da capital. As pessoas nas províncias sabiam muito bem o que haviam pensado, meio século antes, dos excessos parisienses dos Estados Gerais.

Em 2 de agosto de 1413, na Prefeitura, o huchier - marceneiro - Guillaume Cirasse deu o sinal para a rebelião contra a ditadura dos açougueiros. No dia 3, em seu distrito da Cidade, Jouvenel cuidou do assunto. Conduziu ao Hotel Saint-Paul uma delegação composta pelos bons burgueses da Cidade, finalmente disposto a correr alguns riscos para não se deixar levar pela turbulência. Ouviu-se apenas um grito: “Paz!” No dia 4, na Place de Greve, os cabochianos tentaram contar-se. Eles já estavam em minoria entre a multidão reunida. Alguém gritou para que os partidários da paz se alinhassem à direita e os demais à esquerda. Os parisienses interpretaram a fórmula com muita exatidão: partidário da paz, que significava inimigo dos cabochianos. A multidão moveu-se para a direita. Quando Jouvenel chegou, os cabochianos fugiram.

O golfinho veio por sua vez. Ele encontrou novos ocupantes na casa do pilar. Três novos vereadores foram nomeados, incluindo o huchier Cirasse. Jean de l'Olive permaneceu no cargo, o que mostra muito bem que, àquela altura do caso, ninguém ainda pensava em culpar os autores do decreto reformador.

Foi a vitória da ordem, da paz, de uma burguesia cansada de gritos e de sangue. Mas foi o retorno dos Armagnacs, e a moderação não era deles. Jean Jouvenel e sua turma foram rapidamente ultrapassados. Ninguém queria ter sido cabochiano: ninguém mais era, portanto, borgonhês. Falou-se em prender o duque da Borgonha, que decidiu fugir em 22 de agosto. Usando o pretexto de uma caçada em Vincennes, ele tentou levar o rei embora. Jouvenel e Luís da Baviera juntaram-se a ele e trouxeram de volta o infeliz Carlos VI, agitado e inconsciente. Oito dias depois, o duque de Orleans fez sua entrada em Paris.

Em 5 de setembro, antes que a corte se reunisse no Parlamento, com a presença do rei, o decreto reformador foi revogado como "publicado repentinamente e apressadamente". Acima de tudo, foi feito sob ameaça. Para ser honesto, ela era "cabochiana". O texto foi rasgado publicamente.

Os instigadores dos distúrbios da primavera foram impiedosamente processados. Os mais comprometidos foram executados - Caboche conseguiu seguir Jean sans Peur - e os outros foram simplesmente banidos. O terror do Armagnac estava começando, o que valia muito a pena o dos cabochianos. Praticamente um prisioneiro no Louvre, o dauphin escreveu a Jean sans Peur para pedir sua ajuda. O duque veio, em fevereiro de 1414, a Saint-Denis; ele finalmente hesitou em entrar em Paris. Inspirado por Luís da Baviera e por Bernard d'Armagnac e seu genro Charles d'Orléans, o rei declarou o duque da Borgonha um rebelde e convocou o exército para travar uma guerra contra ele. Mais uma vez, retiramos a bandeira de Saint-Denis. A emoção que esse gesto simbólico de culto monárquico inspirou no passado estava começando a se desvanecer. A campanha terminou em Arras.

Os príncipes estavam cansados. Em fevereiro de 1415, eles fizeram as pazes. Bernard d'Armagnac continuou a manter Paris, onde aumentava o peso da tributação da qual, vinte anos depois, os parisienses ainda se lembrariam. O rei afundava cada vez mais na loucura. O dauphin Louis morreu indiferente em 18 de dezembro de 1415. Seu irmão Jean, duque de Touraine, o sucedeu como herdeiro da Coroa.

Os mestres da Universidade, no entanto, tinham outras preocupações e os assuntos da Igreja, até então intimamente ligados aos do governo da França, agora atraíam a atenção fora do reino, para Constança onde ficava finalmente abriu, em novembro de 1414, o conselho da unidade redescoberta. Um Gerson, um Cauchon, um Gencien desempenharam um papel frequentemente preponderante. Não havia dúvida de que eles controlariam a cena política em Paris. Gerson contentou-se em apresentar a uma comissão do Conselho o debate que havia aberto em Paris desde o início da dominação do Armagnac, a fim de condenar a doutrina enunciada em 1408 por Jean Petit, a famosa *Apologie du tyrannicide.* Os padres do Conselho o dispensaram, dispensando os adversários de costas um para o outro. Então paramos de conversar com Constance sobre os assuntos franceses.

Os açougueiros parisienses pagaram o preço por sua dominação efêmera. Os mais envolvidos na festa da Borgonha haviam fugido. Os outros tentaram em vão ser esquecidos. Na primavera de 1416, esta instituição privilegiada que foi chamada de Grande Boucherie - com seu vasto edifício, ao norte do Châtelet - foi pura e simplesmente suprimida. A liberdade do comércio de carne puniu os rentistas que se tornaram demagogos. Foram necessários oito anos para que os açougueiros, sempre intimamente unidos, pudessem reconquistar, graças à expulsão dos Armagnacs, parte de seus privilégios e reconstituir a infraestrutura de seu monopólio.

Temos que acreditar que os açougueiros se tornaram insuportáveis em outras cidades. Os de Chartres perderam seus privilégios ao mesmo tempo: foram punidos por sua "arrogância".

Jean sans Feur estava sozinho. Ele novamente experimentou as tentações de uma aliança inglesa da qual conhecia os riscos. Como em 1411, ela poderia tirá-lo do isolamento perigoso. Inauguradas em janeiro de 1414, antes mesmo de o duque da Borgonha desistir de retornar a Paris, as negociações terminaram em 23 de maio nas convenções de Leicester. Se o inglês viesse para conquistar "sua herança francesa", Jean sans Peur o ajudaria contra Orleans, Berry e os outros príncipes do partido Armagnac, e ele permaneceria neutro entre os dois reis. Ele teria sua parte na conquista e voltaríamos a falar de uma homenagem feudal a Lancaster.

Tudo isso, que foi um verdadeiro crime, não impediu o duque Jean de assegurar, durante as conversas com Carlos VI e os príncipes de Armagnac em fevereiro de 1415, que ele não estava de forma alguma comprometido com os ingleses.

Na verdade, como em 1412 Carlos d'Orléans, o duque da Borgonha se veria envolvido nas contradições de sua política. Por causa dessa hesitação contínua dos príncipes franceses diante de uma aliança inglesa que os tornava mestres do jogo, mas os comprometia, Lancaster teria sido mal aconselhado a não lucrar.

CAPÍTULO XIV

Um reino legado

A CONQUISTA INGLESA.

Henrique V reinou sobre a Inglaterra por dois anos, para ser exato desde a morte, em 20 de março de 1413, de seu pai Henrique IV de Lancaster, o vencedor sobre Ricardo II. Diante de uma França dividida, o primeiro dos Lancastres jogou uma partida de gangorra feita do mais óbvio oportunismo. Henrique IV fora aliado daquele - Borgonha ou Orleans - que lhe ofereceu a oportunidade de intervir. O segundo Lancaster não era homem para esperar por eventualidades como aquela.

Foi uma calculadora fria que este rei preparou para reinar. Seu pai era um rei improvisado. Henrique V fora educado por dez anos na arte de governar e comandar. Príncipe de Gales, ele lutou em sua fronteira. Ele ocupou o lugar de Calais. Ele tinha participado do Conselho onde as alianças continentais foram decididas. E ele sabia que era notavelmente apoiado por seu irmão Jean, o duque de Bedford.

Desde sua ascensão, ele começou a construir um plano de ação sistemático contra a França. Houve uma fase diplomática, para colocar os Valois no lugar errado, e a inevitável fase militar. O objetivo era grande: terra recuperação ocupada no início do XIII século por Philippe Auguste e se apossar da terra vendida a Edward III em 1360 pelo Tratado de Brétigny-Calais, Charles V tinha finalmente ganhar depois de uma luta de dez anos que os ingleses continuaram a considerar uma violação do tratado. Da Normandia aos Pirineus, Henrique V de Lancaster cobiçou nada menos que a metade do reino dos Valois.

A construção de Lancaster foi dominada pela grande reivindicação diante da qual Edouard III, neto da França que era, hesitou por muito tempo: Henrique V levantou o direito de Isabelle da França sobre a herança dos Capetianos. Como no passado Navarra, ele se apresentava menos como um inimigo da França do que como um competidor de Valois pela Coroa de Saint Louis.

Esta posição fez dele o defensor da lei, da equidade e da paz. Se fosse necessário recorrer às armas, se houvesse guerra, a culpa seria do usurpador Valois. Tomando Deus e seus santos como testemunhas, o inglês deu a conhecer ao duque João, o Destemido, e depois ao governo de Carlos VI. Para fortalecer seu direito à coroa da França, ele pediu a Valois a

mão de sua filha Catarina. Aparentemente paradoxal, a atitude de Henri V era profundamente coerente. Mas não poderia haver um único jurista na França para confirmar o raciocínio.

O ano de 1414 transcorreu em vão em todo o Canal. O governo de Carlos VI pretendia entrar no jogo, mas precisava ganhar tempo. Um ducado independente da Aquitânia foi prometido. Falou-se em pagar o resgate de João Bom. O casamento de Catherine foi preparado. O dote seria considerável: dois milhões de francos.

No início de 1415, Henrique V tinha certeza de que os franceses não cederiam em um ponto: jamais o abandonariam a Normandia. Os conselheiros de Charles VI sabia muito bem o que tinha custo para Capétien não sendo, o XI e XII séculos, mestre de seu acesso ao mar. Em fevereiro, os britânicos estavam a preparar as tendas de exército, tropas recrutadas, regulamentos de serviço de campo revisados. Em abril, a frota estava pronta para a travessia. Navios holandeses foram até fretados para aumentar o número.

O inglês estava procurando guerra. Ninguém poderia estar enganado, especialmente os embaixadores enviados a Winchester em junho pelo governo de Armagnac. Eles finalmente ofereceram a mão de Catarina, com um dote de 850.000 coroas e a maior parte da Aquitânia. Não era isso que queria Henri V. Ele voluntariamente bloqueou o caso, exigindo garantias excessivas e prazos de pagamento muito curtos para que o tesouro francês pudesse sustentá-los. Os enviados de Carlos VI esperavam a manobra e receberam instruções firmes. Quase insultaram o inglês, passando a sombra de Ricardo II para a discussão. Um rei que fosse um verdadeiro rei da França não lidaria com um príncipe que não fosse um verdadeiro rei da Inglaterra.

Henri V implorou que eles fossem embora e especificou que os seguiria de perto na estrada para a França. Em 28 de julho, ele enviou um ultimato a Carlos VI. Em 11 de agosto, ele embarcou em Portsmouth.

A frota inglesa aterrissou na ponta extrema da margem direita da foz do Sena, no local denominado Chef-de-Caux. Dois mil homens de armas, seis mil arqueiros, talvez doze mil ao todo, pousaram em segurança. Foi um exército de conquistas, não uma jornada.

A maior parte do exército foi, por ordem do rei e do duque de Clarence, sitiar Harfleur. Alguns destacamentos cruzaram o país de Caux para fazer valer a sua presença. Henrique V mandou ler uma proclamação para os normandos: ele tinha vindo para restaurar suas franquias. Foi inteligente referir-se às liberdades da época de Saint Louis. Os ingleses se esqueceram voluntariamente de que São Luís havia organizado solidamente na Normandia a conquista de seu avô Filipe Augusto.

Harfleur era a chave para a navegação no Sena e, portanto, para abastecer Paris e Rouen com produtos do comércio marítimo. Fornecendo grande parte da Bacia de Paris, o celeiro de sal de Harfleur foi um dos primeiros da França. Uma colônia espanhola e portuguesa

contribuiu para a prosperidade dos negócios lá por mais de um século. O porto era seguro e bem equipado. Harfleur poderia ser um segundo Calais. Henri V não o escondeu.

O governo de Carlos VI não previra um ataque tão repentino ao porto externo do Sena. Estávamos acostumados a ver os ingleses passarem pelo Cotentin - rota herdada das amenidades outrora oferecidas por Geoffroy d'Harcourt - ou por sua cabeça de ponte em Calais. Harfleur foi, portanto, mal defendido: cem lanças, efetivas que a chegada do Sire de Gaucourt e sua tropa trouxeram, em 18 de agosto, a quatrocentas. Em meados de setembro, Gaucourt despachou mensageiros confiáveis para o rei e o delfim; eles foram instruídos a não esperar nada imediatamente porque o exército real não estava pronto.

Não era mais necessário suportar o bloqueio e os canhões, particularmente mortal para uma pequena cidade onde nenhuma casa estava longe o suficiente das paredes para estar a salvo de fogo. Todas as noites, os habitantes remendavam as paredes do muro que desabou durante o dia sob a chuva de balas de canhão, mas esse heroísmo levou diretamente ao massacre que se poderia esperar para o dia em que os ingleses iriam invadir. A ideia de que o cerco de Harfleur tinha pelo menos a vantagem de conter o inglês no início de sua cavalgada e de enfraquecê-lo - especialmente porque a disenteria era comum entre os sitiantes - não lhe ocorreu. um momento Gaucourt e sua família. Este homem corajoso, que encontraremos novamente em Orleans no tempo de Joana D'Arc, era um excelente atirador de espadas, mas um capitão mal dotado para estratégia. Ele tentou uma saída à força, mas falhou. Em 22 de setembro, ele perguntou aos ingleses suas condições.

Henri V não tinha condições. Friamente exigiu as chaves da cidade, mandou expulsar toda a população, confiscou tudo o que se encontrava nas casas e foi devotar-se com devoção a Saint-Martin. Os homens de armas tiveram que fornecer seus nomes e prometer sua honra de que iriam se constituir prisioneiros em Calais antes de 11 de novembro. Henrique V não estava sobrecarregado, por enquanto, com cativos que precisavam ser alimentados e transportados.

O cerco durou mais de um mês e a ocupação da nova casa inglesa demorou três semanas. O inglês entendeu que não poderia mais conquistar a França antes do inverno. Ele sabia muito bem que não tomaria Paris em alguns dias. Ele, portanto, adiou para a primavera seguinte a ofensiva massiva que talvez nunca tivesse sonhado em completar em uma única campanha, mas o tamanho das tropas engajadas em agosto, o que não sugere que ele simplesmente pretendia prepará-la. Em 8 de outubro, Henri V deu ordem para chegar a Calais. A campanha de 1415, no entanto, terminou com a aquisição de uma excelente cabeça de ponte na Normandia.

A cavalgada até Calais também teve a vantagem de semear o pânico e provocar os Valois. O objetivo geral da campanha de Eduardo III em 1346 foi repetido: retroceder, o mais perto possível da costa, parecendo dominar o país.

O exército de Carlos VI, entretanto, estava terminando de montar. Quando Henri V deixou Harfleur, os franceses estavam em armas em Rouen. Mas eles estavam desunidos lá. Borgonha e Orleans jogaram o melhor desde que souberam do desembarque inglês, e Carlos VI não foi capaz de aproximar os pontos de vista. Orléans e seu sogro, Bernard d'Armagnac, tentaram evitar a presença no exército do duque Jean sans Peur, com razão temendo que ele aproveitasse os acontecimentos para retomar fora de Paris uma potência que lhe escapara por o efeito da lassidão da burguesia parisiense. Armagnac tinha apenas um objetivo real: manter a Borgonha o mais longe possível do rei e do delfim. Mas as tropas da Borgonha não foram recusadas: o duque Jean poderia muito bem enviar seu contingente. E o governo de Armagnac cobraria impostos do duque da Borgonha e do duque de Orleans, da mesma forma, com quinhentos homens de armas e trezentos besteiros.

Jean sans Peur recusou abertamente. Ele cumpriria seu dever como um grande feudatório. A honra o proibiu de ficar em casa quando o rei foi atacado. Observe que ele se esqueceu completamente dos termos de determinado tratado, por mais recente que seja ...

Armagnac manteve a posição real. O duque da Borgonha tirou a consequência lógica: se ele excedia o exército do rei, suas tropas também o excediam. Ele proibiu seu filho, o futuro Filipe, o Bom, de se juntar ao rei. Ainda mais sério, enquanto os ingleses marchavam sobre o Somme, Jean sans Peur informou à nobreza da Picardia que eles deveriam se abster. Em campo, Henri V já havia vencido.

Henri V estava pensando em cruzar o Somme pelo mesmo vau de Blanque Taque que uma vez salvou Eduardo III. Ele desistiu quando lhe disseram - o que parece ter sido errado - que o vau estava fortemente guardado. Passando rio acima em Voyennes, em 19 de outubro, alcançou 24 Maisoncelle. Foi aí que a notícia da chegada iminente dos franceses o obrigou a interromper a marcha para Calais, marcha que, sob a chuva torrencial, se transformou em recuo. Os franceses eram numerosos. Se eles queriam não ser dizimados em ordem de marcha, os ingleses tinham que se preparar para a batalha. Além disso, o exército de Carlos VI bloqueou a estrada para Calais: estabelecido no estreito platô que separa Azincourt de Tramecourt, os franceses estavam se concentrando.

O inglês vinha apenas de um lado e estava preso em solo naturalmente pesado e encharcado de chuva naquele dia. A cavalaria do rei da França não deixava de formar a praça, evitando-se assim, no terreno à sua escolha, da menor possibilidade de manobra. Pior ainda, a chuva condenou os homens de armas a permanecerem a cavalo a noite toda, enrolados em suas armaduras. Pela manhã, homens e animais estavam exaustos. A dois disparos de flechas, os ingleses haviam passado a noite em suas tendas, garantidos de que os franceses não atacariam na lama.

Estava ali um velho príncipe, que vivera em sua infância as primeiras horas da derrota de Poitiers. Era Jean de Berry. Ele aconselhou desistir da batalha. Na melhor das hipóteses, o filho de João, o Bom, conseguiu garantir que não fossem assumidos pela Coroa os mesmos riscos de sessenta anos antes: o rei e o delfim seriam mantidos separados.

Na manhã de 25 de outubro de 1415, os dois exércitos se observaram. Três a quatro horas se passaram. Henrique V havia organizado sua cavalaria na batalha. A bagagem era guardada na parte de trás, nas aldeias. Os capelães recitaram orações. Durante esse tempo, os franceses encurtaram suas lanças para dar conta do terreno. Já sabíamos que a lama não permitia mais cargas de cavalaria de lança longa. Feito isso, a cavalaria francesa esperou com firmeza.

Por volta das onze horas, o inglês ordenou o assalto. Ele havia distribuído seu exército por uma frente de ataque muito grande. Jogando com mobilidade, os arqueiros escorregaram para todos os lados, protegendo-se atrás das árvores, até mesmo atrás das estacas que carregavam na frente e cravaram no chão para atirar. Iniciado sob as flechas, o massacre da cavalaria francesa foi finalizado com espada e machado pelos homens de armas ingleses, sua disposição tornada capaz de atacar todos juntos uma "batalha" francesa emaranhada também em sua formação. justa. Na maioria das vezes, os franceses não sabiam nem mesmo manusear suas armas. Não foi uma luta, foi uma debandada e um massacre.

À noite, o chão estava coberto de mortos. Havia alguns ingleses, incluindo o duque de York, tio-avô do rei Henrique V. Mas milhares de franceses desapareceram na batalha, como os dois irmãos de Jean sans Peur, o duque Antoine de Brabant e o conde Philippe de Nevers , como o duque Jean d'Alençon, descendente de Charles de Valois, ou como Édouard, duque de Bar, ex-vítima dos cabochianos. O condestável Charles d'Albret, conde de Dreux, também estava morto. Ele tinha sua parcela de responsabilidade na falha estratégica que havia sido a formação em batalha.

Henrique V não quis se sobrecarregar com prisioneiros e deu a ordem de executar os franceses que, feridos ou não, se renderam e pensaram em escapar com o preço de um resgate. Apenas os príncipes tinham direito a qualquer respeito, cujo resgate poderia ser tal que reabastecesse o tesouro de Winchester. Os duques de Orleans e Bourbon estavam entre eles.

Os ingleses se ressentiram de seu rei por tê-los privado do lucro da vitória. Os mais sensíveis julgavam que executar prisioneiros dessa forma ia contra a ética de um cavaleiro. Os mais realistas observaram que os prisioneiros do rei não eram considerados incômodos.

Ainda havia franceses que acharam o dia bom. Os saqueadores seguiram, como sempre, o exército para aproveitar os negócios e furtar atrás dos soldados. Eles notaram durante a batalha que a "carroça" inglesa estava insuficientemente protegida na retaguarda

enquanto a linha de ataque se afastava, avançando em direção ao exército francês. Assim que os homens de armas tiveram o suficiente para fazer na frente, os patifes saquearam descaradamente a bagagem dos vencedores. À noite, percebeu-se que a coroa de Henri V havia desaparecido.

A carnificina de Agincourt não mudou muito nas relações franco-inglesas. Henri V embarcou em 16 de novembro em Calais. Mas a derrota perturbou o equilíbrio de poder no mundo político dentro do reino da França. Orleans, Bourbon e alguns outros estavam deixando o jogo, e o velho duque de Berry ficou enojado. Feito policial em 31 de dezembro, Bernard d'Armagnac continuou a manter Paris, mas, diante de uma rainha sem poder, um rei doente, um novo delfim sem experiência, Jean sans Peur continuou sendo o único líder político.

No início de dezembro, ele reuniu o exército que havia retido para se juntar ao exército do rei e assim veio ameaçar a capital. Seus soldados devastaram o campo. O duque estava em Lagny, hesitando em atacar uma capital onde os Armagnacs estavam prontos para vender caro suas vidas.

Armagnacs e borgonheses começaram a lutar em todas as aldeias de Ile-de-France e Champagne. Em Paris, a proximidade do exército da Borgonha apenas exacerbou a reação de Armagnac. As pessoas nem ousavam mais pronunciar o nome do duque da Borgonha na cidade.

A vida cotidiana dos parisienses refletia severamente a situação política. Pessoas eram enforcadas por terem guardado uma arma em casa, ou por terem deixado um vaso de flores no parapeito da janela que poderia servir de projétil contra os sargentos do rei. E um homem pago pelo governo - e alimentado pelo noivo - seria convidado para a festa de casamento para garantir que ninguém "murmurasse nada". Traduzamos que era necessário convidar um espião para que a menor reunião de família não se transformasse em conspiração.

No campo, apenas um medo ditou o comportamento dos aldeões: o dos homens de armas, fossem eles quem fossem. O tempo dos grandes passeios estava de volta, e sabíamos o quanto isso custava ao vilão comum. Todos aqueles que se acreditavam diretamente ameaçados abandonaram celeiros e gado para buscar refúgio na cidade. Paris, Rouen e Amiens ficaram superlotados durante a noite. A segurança não ganhou nada e os suprimentos tornaram-se essenciais.

O governo Armagnac tentou reagir. Eles foram tantos fracassos. Uma ofensiva em Harfleur falhou em 1416. Aberturas diplomáticas em direção ao rei dos romanos Sigismundo de Luxemburgo só resultaram, em março de 1416, em uma viagem do futuro imperador a Paris, onde ele se comportou como um soberano antes de chegar a Londres e dar-se bem com Henri V. O burguês parisiense ficou ofendido por Sigismundo, que assistia à missa em Notre-Dame, não havia dado nada à oferta e se considerava generoso ao deixar

uma coroa para as crianças. coro. O rei dos romanos recebia as esposas dos notáveis e as fazia beber em excesso; então ele deu a cada um deles um anel de lixo. O parisiense se considerava desprezado. Quando soube do Tratado de Canterbury, ele se considerou uma aposta: Sigismundo e Henrique V concordaram em conquistar a França.

No mesmo dia em que os dois soberanos estavam negociando em Canterbury, 15 de agosto de 1416, uma frota francesa - composta principalmente de navios genoveses - foi enviada para a baía do Sena. Harfleur permaneceria com os ingleses.

DOMINAÇÃO DE BURGUNDY.

Jean sans Peur tirou lições da situação. Esquecendo seus irmãos que morreram em Azincourt, ele foi oferecer sua amizade a Henri V. Os dois príncipes passaram uma semana juntos em outubro. O duque da Borgonha dava um passo decisivo em seu abandono da causa dos Valois: ele reconhecia os direitos de Lancaster e de seus descendentes:

Aquele e aqueles que, por direito, são e serão reis da França.

O acordo era, por enquanto, de alcance limitado: Jean só se comprometeria a intervir quando a vitória estivesse à vista. Pelo menos o rei da Inglaterra poderia avançar sem temer que a força do estado da Borgonha se levantasse contra seu empreendimento.

Jean sans Peur havia pelo menos negligenciado uma coisa ao reconhecer os "direitos" do inglês: que ele próprio era um Valois e que não seria duque de Borgonha se o um século antes, havíamos preferido Isabelle a Philippe de Valois.

Em 29 de junho de 1417, a frota francesa foi destruída na frente de La Hougue. Por trinta anos, os ingleses dominaram o Canal. A estrada para a Normandia era gratuita. Em de agosto, Henrique V voltou a desembarcar, desta vez em Trouville, com um forte exército de dez mil homens. Como no passado em Harfleur, ele expulsou a população de Caen, que havia resistido. Chegando a este ponto do outro lado do Canal, os ingleses estabeleceram em Caen o centro administrativo da conquista que se iniciava. Henrique V não buscava mais glória rápida em uma viagem fugaz. Chegara a hora da conquista, ou melhor, da reconquista.

As coisas correram muito rápido. Argentan e Alençon caíram em outubro. Ansioso por evitar uma invasão que não o ameaçasse, o duque da Bretanha em novembro fez as pazes com o vencedor. Yolande d'Aragon, rainha da Sicília e duquesa de Anjou, concordou com os ingleses em proteger a herança de seu filho mais novo, o futuro Carlos do Maine. A queda de Falaise e de Évreux, no início de 1418, marcou o término da conquista no oeste da Normandia. Apenas a Place de Cherbourg ainda resistia. Henri V poderia, portanto, voltar-se novamente para o Sena. Em 23 de junho, ele ocupou Louviers.

Desde o outono de 1411, Jean sans Peur havia retomado a cobiça de Paris. Ele conhecia a crescente impopularidade de Bernard d'Armagnac e seus seguidores, cuja tirania trouxera a Paris apenas uma longa procissão de misérias e terrores. A vida ficou paralisada, tanto por um verdadeiro estado de sítio quanto pelo colapso monetário. O marco de ouro - o marco de Paris valia 244,75 gramas hoje em dia - passou de torneios de cerca de sessenta ou sessenta e cinco libras sob Carlos V e Carlos VI para mais de cem libras desde maio de 1417. De seis libras, o a marca de prata subiu para mais de cinco quilos. O novo tipo de ouro, a ovelha, era uma moeda nojenta que não era mais nem mesmo ouro fino e pesava um terço a menos por um valor quase igual. Quanto à florete de prata, seu valor intrínseco não chegava à metade do valor dos últimos grandes itens emitidos pelo governo da Borgonha antes da reação de 1413.

Em todos os círculos, os ruídos mais desconcertantes circulavam à vontade. Eles não estavam dizendo que os Armagnacs mandaram fazer machados de batalha e armaduras pintadas de preto, para melhor perpetrar um golpe noturno ruim? Na verdade, o governo de Bernard d'Armagnac e seu refém, o novo Dauphin Charles, haviam perdido completamente as rédeas do poder. Ele vivia com crédito, com crédito forçado semelhante à extorsão. Jean sans Peur gostava de jogar a carta anteriormente jogada por seu pai contra Louis d'Orléans: ele anunciou que iria abolir os impostos.

Em seguida, foi procurar a rainha Isabel da Baviera em Tours, que o delfim Carlos e seu cúmplice Bernardo d'Armagnac haviam julgado aconselhável remover de Paris. Isabeau se sentiu um tanto esquecida recentemente. Ela não se recusou a entrar no jogo do duque da Borgonha. Ambos se estabeleceram em Troyes. Como Carlos VI estava no momento completamente "ausente", Isabeau declarou-se oficialmente investida do governo:

Pela graça de Deus, rainha da França, tendo, para a ocupação de meu senhor o rei, o governo e a administração deste reino.

O duque da Borgonha conhecia a situação instável. Ele sentiu que havia chegado o momento de lidar com seus adversários. Uma conferência se reuniu, perto de Montereau, sob a presidência dos legados enviados pelo novo Papa Martinho V, representante eleito da unidade fundada em novembro de 1417. Pode-se acreditar por um momento que a paz foi feita. Quando chegou a hora de concluir, Bernard d'Armagnac escapuliu.

Em Paris, o ânimo voltou-se mais uma vez para Jean sans Peur. Um dos descontentes, o mercador Perrinet Leclerc, falou com Villiers de l'Isle-Adam, um dos capitães que lutou na campanha pelo duque da Borgonha. O pai de Perrinet estava de guarda na Porte Saint-Germain-des-Prés; na noite de 28 para 29 de maio, ele abriu a porta. No início da manhã, no tumulto dos parisienses despertados com grande barulho, os borgonheses eram donos da cidade antes que os Armagnacs pudessem organizar a resistência. O policial Bernard d'Armagnac se escondeu com os vizinhos; ele foi preso de qualquer maneira.

O reitor de Paris Tanguy du Châtel mal teve tempo de sequestrar o delfim Charles, de carregá-lo nos braços - o jovem ainda tinha dezesseis anos - para a Bastilha, depois para organizar sua fuga para Melun. Charles não veria sua capital novamente até dezenove anos depois. Nesse ínterim, ele seria o rei de Bourges.

Apesar da presença em Paris do rei, a quem os vitoriosos borgonheses percorriam as ruas, torcendo por ele como se realmente tivesse se libertado da tutela tirânica dos Armagnacs, a capital estava nas garras da anarquia. L'Isle-Adam mostrou-se incapaz de canalizar a fúria de seus homens e não tinha autoridade sobre os parisienses. Jean sans Peur enviou seu advogado de confiança, o advogado Philippe de Morvilliers, que acabara de presidir, em Amiens, ao Parlamento estabelecido por Isabel para a época da dominação Armagnac em Paris. Morvilliers só conseguia ver a desordem. Ele tirou pelo menos uma vantagem pessoal do caso: em 22 de julho de 1418, foi nomeado primeiro presidente do Parlamento de Paris. Um advogado de qualidade, autor de um tratado sobre as instituições municipais de Amiens, Morvilliers nunca tinha se sentado no Parlamento como conselheiro. No entanto, deverá presidir durante quase vinte anos aos destinos deste tribunal onde, diga-se, manteve em funções boa parte dos conselheiros que constituíram o Parlamento de Carlos VI, Parlamento que tantas vezes procurou se manter fora da luta. Política.

O duque John teve o cuidado de não vir pessoalmente. Ele estava em Troyes, ele ficou lá. Sem dúvida, não lamentou ver os seus inimigos massacrados, o que não poderia ter permitido que acontecesse sem protestar se estivesse presente: os seus apoiantes não o teriam agradecido. Jean sans Peur se viu em uma situação desconfortável durante os dias cabochianos. Cinco anos depois, ele estava se afastando.

Em 12 de junho, o primeiro dia revolucionário nasceu de um boato falso: o de um contra-ataque do Armagnac. O povo parisiense comum foi abrir prisões. Como em 1413, os açougueiros não foram os últimos a liderar o assalto e massacre dos Armagnacs que a prisão protegeu por duas semanas. Entre as vítimas destacam-se o policial Bernard d'Armagnac, o chanceler Henri de Marle, o primeiro presidente Robert Mauger. O irmão do chanceler, o bispo de Coutances Jean de Marle, também estava entre os mortos.

No Châtelet, os prisioneiros fizeram uma defesa. Nós os fumamos. Eles pularam das janelas e foram recebidos em piques.

Devíamos contar um total de várias centenas de mortos, muitos dos quais eram apenas partidários da "paz", cuja exasperação havia permitido, cinco anos antes, a reação anti-borgonhesa. Os magistrados massacrados estavam obviamente entre aqueles sem os quais o decreto "cabochiano" não teria sido quebrado.

Os elementos mais duvidosos da população parisiense, os inevitáveis pescadores em águas turbulentas, muito rapidamente se envolveram no que deixou de ser um ajuste de

contas e se transformou em uma festa sangrenta. Mulheres grávidas eram estripadas, cadáveres mutilados, piadas eram feitas.

Jean sans Peur chegou em 14 de julho. Ele estava trazendo a rainha. A alegria prevaleceu sobre a fúria. Gritamos “Natal! Se não fosse pelo inglês que ameaçou Rouen ao mesmo tempo, poderia-se em Paris acreditar que a paz havia voltado. Além disso, o governo da Borgonha começou imediatamente a organizar a França como se nada tivesse acontecido. Novos titulares foram dados a todos os cargos vagos na justiça real, finanças e administração. Conselheiros, tesoureiros, oficiais de justiça, novos rostos apareceram e cabeças conhecidas reapareceram. Mas parecia que os Armagnacs pertenciam ao passado. O policial estava morto, o Dauphin Charles era praticamente desconhecido. Tanguy du Chatel e seus poucos companheiros representavam, longe da capital, tudo o que restava de um partido que fora o duque de Orleans.

Um novo alerta, na noite de 20 de agosto de 1418, engendrou um novo dia revolucionário, o 21. Desta vez, os desordeiros estavam organizados como em 1413. O papel antes desempenhado por Caboche foi assumido pelo carrasco, um chamado Capeluche. Ele se especializou em matar mulheres. O prazer que ali teve levou-o a matar gente inocente que ninguém se atreveu a defender, sem o menor pretexto.

Caboche, no entanto, teve a vantagem. Ele tinha uma função altamente conceituada no hotel do duque da Borgonha. Ele não ouviu mais falar de agitação popular.

Jean sans Peur ainda teve coragem de reagir. Mandou prender de repente Capeluche, que o incomodou com a sua familiaridade e em particular lhe ofereceu uma taça de vinho inadequada. O duque da Borgonha foi gentil o suficiente para usar demagogia, mas odiava ser tomado por um homem do povo. Foi nomeado um novo carrasco, que iniciou as suas funções decapitando Capeluche. O próprio último afiou o machado e aconselhou seu sucessor.

A matança mal havia cessado quando estourou uma epidemia de varíola. Só no Hôtel-Dieu morreram 5.311 doentes. Os cronistas falavam de cinquenta mil, oitenta mil e até cem mil mortos. Mesmo levando em consideração o exagero, é provável que a varíola tenha levado dezenas de milhares de parisienses. O duque da Borgonha controlava a capital, mas era exangue.

A hostilidade ao fisco - de uns e de outros - havia gerado uma onda de xenofobia justificada pelos lucros de alguns grandes comerciantes toscanos e genoveses que haviam entrado, como agricultores da arrecadação, na máquina tributária. Muitos "lombardos" foram massacrados ou ameaçados em 1413, outros o foram em 1418. Vendo que a epidemia consolidava a catástrofe económica das execuções, dos banimentos e das saídas precipitadas de homens que contavam entre o seu grande número. clientes e seus parceiros de negócios, os sobreviventes decidiram partir. Paris tinha no início do XIV

século, as feiras de Champagne sobre como um dos locais de trabalho na Europa Ocidental; a saída dos lombardos, nos anos 1418-1420, contribuiu para o declínio deste local.

Durante esse tempo, Rouen resistiu aos ingleses. Mas Rouen fora ocupada pelos borgonheses desde o início de 1418, e era em nome do duque da Borgonha que se dirigia a defesa, defesa para a qual um contingente parisiense contribuiu brilhantemente. A cidade estava bem abastecida de artilharia e a guarnição era forte o suficiente para responder aos ataques ingleses. A Time, porém, estava jogando contra Rouen. Os ingleses bloquearam o Sena, mantiveram um contra-cerco em todo o cerco feito de um dique, uma vala e estacas. O povo de Rouen só poderia vencer se Jean sans Feur viesse tomar os sitiantes pela retaguarda.

Jean sans Peur tinha muito que fazer em Paris. Ele permitiu que Rouen contivesse as forças do rei da Inglaterra por tanto tempo quanto possível. Mesmo quando em novembro ele avançou até Pontoise com um pequeno exército, sua intenção obviamente não era se engajar totalmente contra os ingleses. No Conselho de dezembro, todos concordaram: não havia nada a ser feito por Rouen.

A ALIANÇA INGLESA.

O cardeal Orsini falhou na primavera anterior em reconciliar o duque da Borgonha e o delfim. Ele ainda queria obter uma vitória diplomática e uma tentativa de mediação em favor de Rouen. Ele foi ver Henrique V, deu-lhe um sermão, mostrou-lhe um retrato da apetitosa Catarina da França, que quase fora rainha da Inglaterra em 1415 e continuava sendo uma menina para se casar. Henrique V rejeitou as propostas do legado.

O inglês estava orgulhoso. Cherbourg acabara de capitular em 29 de setembro. Henrique V sabia que Ruão não tinha nada a esperar, e era apropriado que as outras cidades do reino tivessem uma ideia do que esperar se tornassem difícil abrir as portas para aquele que se apresentava como o rei da França. O conselho era válido tanto para parisienses quanto para outros.

Rouen estava vivendo um pesadelo. A fome era tanta que os ratos foram vendidos. Os defensores queriam reduzir o número de bocas para alimentar: expulsaram mulheres, crianças e idosos. Henrique V se recusou a deixá-los passar. Era dezembro. A maioria dos infelizes morreu de frio nas valas.

No início de janeiro, os notáveis perguntaram ao rei da Inglaterra suas condições. Não havia nenhum. Alguns falavam em fazer uma surtida em massa depois de colocar fogo na cidade. Mas teria sido suicídio coletivo. O povo de Rouen desistiu, sem saber que as palavras acabariam por lhes servir. Pois Henrique V já tinha ouvido falar nisso, e a ideia parecia perturbadora: ele queria uma cidade, não cinzas. O arcebispo de Canterbury, Henri

Chicheley, aproveitou esses arranjos para forçar seu rei a um acordo. English e Rouen discutiram quatro dias e quatro noites. Em 19 de janeiro, Rouen finalmente capitulou. Custou trezentas mil coroas aos habitantes, que demoraram dez anos para pagar. O clero veio em procissão para encontrar o vencedor. Eles enforcaram o capitão borgonhês que liderava a defesa.

A vitória de Henri V foi retumbante. Ele havia conseguido o que faltava ao grande Eduardo III sessenta anos antes. Ele também tinha acabado de acumular contra ele um capital de ódio que seu irmão Bedford iria pagar o preço.

Enquanto os ingleses ocupavam o resto da Normandia sem provocar qualquer outra reação, os dois governos de Carlos VI continuaram a se chocar. Cada um tinha uma sombra de legitimidade, e tanto o delfim quanto a rainha se adornavam com o título de tenente do rei ausente. Tinha-se para ele o Centro e o Oeste da França e - essencialmente - o Sul. O outro ficava aproximadamente a leste e norte. Foi, portanto, excluído que a vitória pudesse resultar do equilíbrio de poder. Mas ele parecia certo de que os ingleses continuariam lucrando, cidade após cidade, com a paralisia resultante da divisão. Na primavera de 1419, Jean sans Peur tentou negociar.

Ele se voltou primeiro para Henri V, oferecendo-lhe todos os territórios anteriormente cedidos pelo Tratado de Brétigny-Calais. Ele acrescentou a Normandia, que Lancaster já detinha após três anos de conquista. Isabel da Baviera aprovou a proposta. Em 30 de maio de 1419, todos se encontraram em um acampamento montado para a ocasião perto de Pontoise. Lá estava Henrique V, a rainha Isabel, o duque da Borgonha e até a princesa Catarina, sempre pronta para o casamento inglês se o caso fosse encerrado. No meio da crise, Carlos VI permaneceu em Pontoise.

O acordo tropeçou nos detalhes e em uma manobra final do Dauphin Charles. Vendo-se isolado, ele tentou fazer as pazes com urgência com Jean sans Feur. Os seus enviados chegaram a Pontoise enquanto Isabelle hesitava pela última vez perante a aliança inglesa, ou melhor, perante o preço a pagar.

No Conselho, a maioria era favorável a um entendimento com os ingleses, não com o delfim. Henrique V, e somente ele, representou uma ameaça. Melhor deixar para ele o que ele já tinha e dar-lhe o que seus pais tinham, do que vê-lo ficar com o resto. O que compramos pela metade da França era o direito de ficar com a outra metade. A principal reivindicação de Lancaster, a Coroa da França, permaneceu fora dessa negociação. Isabeau e o duque Jean sabiam bem: ao ceder a Aquitânia e a Normandia, eles salvaram o essencial.

Era uma política realista. O governo do delfim tinha por trás uma boa parte da França, mas sua administração ainda era embrionária e não recebia impostos nem exército desta França. Contra Lancaster, o Dauphin Charles - o futuro Carlos VII - foi inútil. O Lancaster, por outro lado, ajudaria a reduzir o golfinho, portanto, a restaurar a unidade. Como disse

o chanceler da Borgonha Nicolas Rolin em pleno conselho: a aliança inglesa conseguiu a paz, que a reconciliação com o delfim não proporcionou.

Em vão, alguns conselheiros evocaram os velhos argumentos de Carlos V contra o Tratado de Brétigny. O jurista Jean Rapiout, que acabava de ser nomeado Presidente do Parlamento, lembrou que o domínio real era inalienável e desmantelou a genealogia lancastriana: mesmo que a Coroa fosse transmitida por mulheres, Henrique V não era o mais velho dos descendentes Isabelle da França, filha de Philippe le Bel. Na verdade, as circunstâncias da ascensão de Henrique V ao trono da Inglaterra dificilmente levaram os juristas a apoiar seus direitos ao trono da França.

Os políticos seguiram Rolin: a guerra precisava acabar. Talvez eles tivessem ganhado o dia se Henrique V, exasperado com a procrastinação de seus interlocutores, não tivesse ele mesmo interrompido as negociações elevando ainda mais suas exigências. O Conselho de Isabeau decidiu se reconectar com o Dauphin. Jean sans Peur, a essa altura do caso, não se opunha mais a ela. Metade da paz era melhor do que nenhuma paz.

A RECONCILIAÇÃO IMPOSSÍVEL.

O duque da Borgonha, portanto, deixou o inglês lá e alcançou Melun. Em 8 de julho, ele conheceu o Dauphin Charles. A entrevista foi dolorosa. O duque ainda hesitou em realmente se comprometer.

Tanto valia a pena falar com um burro surdo quanto consigo mesmo.

Em 11 de julho de 1419, o tom aumentou. Ligada ao duque como ao delfim, uma dama de honra da rainha Isabel acalmou os adversários. Eles juraram que queriam paz. Eles iriam empurrar os ingleses juntos. O texto do acordo foi levado às pressas a Carlos VI, que o ratificou em Pontoise no dia 19. Pelo reino, as procissões de agradecimento marcaram o início da esperança.

Não era uma mulher que mudaria o temperamento de Jean sans Feur. Embora tenha jurado paz ao delfim, ele ainda esperava chegar a um entendimento contra ele com Lancaster. Henri V ocupou Pontoise em 31 de julho. O duque da Borgonha e Carlos VI se encontraram em Troyes, e Jean sans Peur começou a se preparar para a nova entrevista com o Dauphin, marcada para 26 de agosto em Montereau.

O duque não queria apenas uma entrevista com seu oponente. Ele queria atrair o jovem Charles para Troyes e, assim, colocá-lo na linha. Na presença do rei e da rainha, o que o delfim poderia fazer? O duque da Borgonha, naquela época, tinha muita certeza de seu poder sobre Carlos VI.

De adiamento em adiamento, a entrevista com Montereau ocorreu em 10 de setembro de 1419. Um cercado havia sido erguido no meio da ponte. O duque e o golfinho se encontraram ali, cada um com alguns companheiros. O corpo principal de cada tropa estava esperando em ambas as margens. Mais uma vez, os dois príncipes apostrofaram um ao outro. A raiva estava aumentando. Cada um tinha a mão no punho da espada. As pessoas ao redor estavam nervosas. Em um fragmento, nós quebramos. Tanguy du Chatel empurrou o golfinho para o lado. Houve uma confusão. Jean sans Feur foi esfaqueado.

Cada uma das testemunhas teve sua versão do drama. Acredita-se que Tanguy du Châtel tenha desferido o golpe fatal.

As coisas foram muito rápido a partir de então. O partido da Borgonha ficou atrás do novo duque Philippe e de sua mãe, a duquesa Margarida. A ideia de um acordo com o delfim foi rapidamente descartada, embora Charles a estivesse considerando seriamente. Os borgonheses estavam preparando sua vingança. O novo duque encolheu os ombros quando o Inquisidor de Reims, durante o serviço solene celebrado em Saint-Vaast em Arras em memória de João, o Destemido, publicamente o aconselhou a confiar na justiça do rei.

Não havia brecha agora na festa da vingança: ela passou pela aliança inglesa. Henrique V, vendo se abrindo novas perspectivas com as quais não ousaria sonhar, tomou o cuidado de não apressar nada. A alternativa aberta aos borgonheses por seu controle sobre a pessoa do rei e sobre a capital foi resolvida por si mesma. A partir de 12 de setembro, a burguesia de Paris jurou vingar o duque Jean por todos os meios e se reunir com os ingleses para fazê-lo. O fato de Jean ter sido morto durante uma negociação foi o suficiente para demonstrar que era inútil tratar com os Armagnacs.

Poucas pessoas pensaram em observar que Jean sans Feur fora, doze anos antes, o instigador de outro assassinato. Cativo na Inglaterra desde Azincourt, Carlos de Orleans tinha poucos amigos, e muitos dos amigos de seu pai, como a própria rainha Isabel, há muito estavam excitados.

O TRATADO DOS TROYES.

Os embaixadores franco-borgonheses e de Henrique V encontraram-se em Arras em novembro. Em 2 de dezembro, as preliminares foram concluídas, que os dois reis ratificaram no dia 25. Nós nos encontramos novamente em Troyes em janeiro de 1420. O acordo foi desnecessário.

Em 20 de maio, Henri V chegou a Troyes. Finalmente, o contrato de casamento foi assinado com Catarina da França. Depois de esperar tanto tempo, ela seria rainha por dois

anos. Ninguém poderia imaginar, quando ela se casou novamente com Owen Tudor, que seu neto seria o primeiro dos reis Tudor, Henrique VII.

O tratado foi selado em 21 de maio. Ele fez de Henri V filho de Carlos VI e Isabel. A fórmula era ambígua: ele era filho porque era genro, mas seus direitos eram os de filho, não os de genro na tradição dos Capetianos e dos Valois.

Pela aliança de casamento feita para o bem da paz entre nosso filho, o rei Henrique, e nossa querida e muito amada filha Catarina, ele se tornou nosso filho e de nossa querida e amada companheira, a rainha ...
Às vezes, após nossa morte e daí em diante, a Coroa e o reino da França, com todos os seus direitos e pertences, permanecerão perpetuamente para nosso filho, o rei Henrique e seus herdeiros ...
Ao longo de nossa vida, nosso filho, o rei Henrique, não nomeará ou escreverá de forma alguma ou fará com que seja nomeado ou escrito rei da França, mas se absterá de usar o nome mencionado em todos os pontos enquanto vivermos ...
Durante nossa vida, nomearemos, chamaremos e escreveremos ao nosso filho rei Henrique em francês desta forma: nosso querido filho Henrique, rei da Inglaterra, herdeiro da França.

Por escandaloso que parecesse daquele momento a muitos juristas e à maioria das pessoas boas, inclinados a se espantar que o rei da França pudesse assim dispor de sua coroa, uma coroa que os juristas de Carlos VII iriam demonstrar que ' não era propriedade do soberano, o Tratado de Troyes não introduziu, ao tornar o genro herdeiro, uma prática absolutamente alheia à mentalidade dos homens habituados às realidades feudais. Um conde de Anjou se tornou rei de Jerusalém por ter se casado com a herdeira. Um príncipe de Portugal - Ferrand - fora conde da Flandres nas mesmas condições. Um capetiano - Charles de Vatois - se viu imperador do Oriente porque se casou com uma Courtenay. O duque da Borgonha era conde de Flandres somente através do casamento de Philippe le Bold e Marguerite, filha de Louis de Male ...

Todas essas sucessões de sogro para genro tinham uma base dinástica comum: a ausência de um filho. O Tratado de Troyes, portanto, barateou os direitos do Dauphin Charles.

Considerando os horríveis e enormes crimes e ofensas perpetradas no reino da França por Carlos, o chamado Delfim de Viena ...

Não foi dito que Carlos não era filho de Carlos VI e Isabel, e ela não admitiu, como já foi dito muitas vezes, que o delfim era um bastardo. Mas ele era apenas "supostamente" um golfinho, o que significava que não era realmente. Ao julgar que o Tratado de Troyes tornava o futuro Carlos VII um bastardo, a opinião pública não se enganou.

A união dos dois reinos era puramente pessoal. Haveria apenas um Lancaster como rei, mas permaneceu um reino da França distinto do reino da Inglaterra. Cada um manteve suas instituições, seus direitos, seus recursos, sua moeda. As conquistas que o rei da Inglaterra continuaria a fazer às custas do delfim seriam feitas em benefício do Reino da

França, não da Inglaterra. A única exceção foi a Normandia, que Henri V manteve como patrimônio.

Ninguém tinha ilusões sobre a condição do rei Carlos VI. O Tratado de Troyes deu a Henrique V o direito de governar sem demora seu futuro reino da França, de arrecadar impostos e de nomear oficiais lá. Em suma, Henri V era regente da França. A disputa que surgiu em 1328 de um desprezo comum pelos direitos hereditários de Isabelle, irmã dos últimos Capetianos, pode parecer finalmente resolvida.

O rei da França e seu novo herdeiro, portanto, encontraram-se lado a lado para tomar Sens, depois Montereau e finalmente Melun, que, no entanto, resistiu quatro meses. O 1 st de dezembro, a dois reis e duas rainhas - mãe e filha - em Paris fez uma entrada solene. O burguês aplaude. A *Paixão foi* tocada em frente ao Palácio. Houve um *Te Deum* em Notre-Dame. Carlos VI fundou o Hotel Saint-Paul. Henrique V foi ficar no Louvre: a fortaleza era mais segura.

Claro, nem todos estavam dispostos a aceitar que o rei da França se desfizesse de sua coroa como uma mera herança. Muitas pessoas ficaram preocupadas com o caso. Nunca tinha sido visto antes. Mas houve tantas coisas que esta geração viu que teriam surpreendido os contemporâneos de Carlos V. Era algo inédito para um rei que deserdou seu filho. Mas já havíamos ouvido falar de um rei louco, "ausente" quinze vezes de seu governo, jogado na meia-idade entre facções prontas para matar para abrir as portas do Conselho? Para os burgueses que gritavam “Natal! »Na passagem dos dois reis, foi simplesmente paz. Muitos não pediram mais.

Quatro dias depois, uma assembléia se reuniu chamada de Estados Gerais. Carlos VI assegurou-lhe que aceitara o Tratado de Troyes em total liberdade. Os deputados deliberaram até 10 de dezembro, então declararam que aprovaram a paz. Henri V fez o juramento dos barões redigido; todos tinham que afixar seu selo antes de deixar Paris. Em caso de ruptura, ele seria o criminoso.

Os mestres da Universidade acharam que havia chegado o momento de falar de seus privilégios. Eles foram mal recebidos. De qualquer forma, era tarde demais para eles. Mudar de lado agora era negar a si mesmo.

A guerra continuou, porém: nem um nem outro ficaram satisfeitos com a situação. Apoiado pela Borgonha, Henri V queria governar a totalidade de seu futuro reino. Consolado, por algum tempo, por uma aliança bretã e amparado pela lealdade de um Languedoc que acabara de viajar com lucro, o delfim Carlos pretendia reinar todo o reino de seus pais. Na primavera de 1421, o exército Armagnac esmagou os ingleses em Baugé; Clarence foi morto no noivado. Mas, enquanto o exército do delfim sitiava Chartres, o de Lancaster ocupou Dreux e Épernon. Meaux, Compiègne e Senlis caíram nas mãos dos ingleses na primavera de 1422. O destino das armas parecia favorável a Carlos VI e a seu genro Henri V. A morte iria frustrar a tendência.

Em 31 de agosto de 1422, o rei da Inglaterra morreu em Vincennes de hemorragia intestinal. Em seu leito de morte, ele recomendou a seu irmão Jean de Bedford e a seus parentes que iriam compartilhar as responsabilidades de manter sempre a aliança borgonhesa. Melhor, Henrique V queria que Bedford deixasse Filipe, o Bom, governar pelo filho que seria rei aos dez meses, o filho nascido do casamento há muito esperado de Henrique V e Catarina. Bedford ouviu apenas o segundo termo do desejo do moribundo: ele tomaria para si o governo da França se a Borgonha não o quisesse. Ele decidiu que a Borgonha não queria.

Morrendo, o Segundo Lancaster estava ficando sábio: antes de jurar que seu desejo último era partir para uma cruzada quando ele teria dado a paz à França, ele implorou aos que deveriam estar nos negócios que não fizessem as pazes com eles próprios. dizendo golfinho sem pelo menos manter a Normandia, sua conquista. A declaração rejeitou sua própria reivindicação da Coroa da França. Nesse realismo dos últimos momentos, Henrique V reconheceu implicitamente a legitimidade do futuro Carlos VII.

O corpo foi fervido. O primeiro serviço fúnebre foi celebrado em Saint-Denis em 16 de setembro. Dois meses depois, Henry V estava em Westminster.

Durante esse tempo, Carlos VI também estava declinando. Ele morreu em 21 de outubro, quase na miséria. Bedford tornou-se regente do jovem Henrique VI. O regente estava em Londres, onde seu irmão estava sendo enterrado. O pobre Carlos VI teve que esperar o retorno do duque de Bedford para ser enterrado por sua vez.

Filipe da Borgonha já havia se decidido: seu destino não estava em Londres nem em Paris. Ele não se importou.

CAPÍTULO XV

Os três França

DIVISÃO TERRITORIAL E DIVISÕES POLÍTICAS.

Os dois França. Os três França. Em sua simplicidade, a fórmula marca um dos momentos mais sombrios da história nacional. Triste efeito do Tratado de Troyes, a divisão da França figura muito bem no mapa o colapso da construção capetiana, que já passa, em muitos aspectos, por construção nacional. Existe um reino de Carlos VII, um reino de Henrique VI, um estado da Borgonha de fato independente.

Se olharmos mais atentamente para as realidades políticas, esta divisão, que decorre de uma guerra civil e que vai transpor outra guerra civil para o conflito secular, denota sobretudo o fracasso absoluto da política implementada em Troyes. A França três é o aborto das ambições de Filipe, o Bom, que esperava governar toda a França em nome do novo rei Lancaster. É o fim de uma esperança inglesa, que era unir, graças a um vínculo pessoal, todo o reino da França ao reino da Inglaterra. A dupla monarquia esboçada em Troyes só poderia viver se Lancaster realmente cingisse as duas coroas.

Mas está fora de questão ir a Reims - onde Eduardo III, no passado, pelo menos tentou acessar - e o governo do regente inglês deve admitir que metade do reino da França ainda lhe escapa. A política de Isabeau, Philippe le Bon e Henri V foi baseada em um postulado: o Dauphin Charles desapareceu da competição.

E agora, para metade da França, Carlos continua sendo o rei. Um rei questionável e debatido. Menos discutido, em última análise, do que o inglês. Ao sobreviver à sua deserdação, Carlos VII salvou a monarquia francesa no momento em que ela estava em seu ponto mais baixo. Os negociadores de Troyes não previram o rei de Bourges.

Mapeada em grande escala, a situação é simples. Henri VI se sente em casa na antiga herança dos Plantagenetas, na Normandia, logo no norte do Maine e, é claro, no que resta da Guyenne. Ele está em casa, por força do tratado, nos "países de conquista" que são a região de Paris e a região de Chartres, Champagne e Brie, sem falar em Calais, que é inglês desde 1347. Ele também tem a homenagem da Bretanha, mas o duque Jean V concorda em jogar entre as partes o jogo de equilíbrio ao qual ele ganha uma quase independência. Acrescentemos as partes francesas do jovem estado da Borgonha, o Ducado da Borgonha,

os condados de Flandres e Artois, de Rethel e Nevers, de Mâcon e de Charolais; mas os ingleses devem muito ao duque de Borgonha para falar como um mestre aos borgonheses. Equilibrado por seus principados de império - os condados de Borgonha, Namur, Hainaut, Holanda e Zelândia e parte de Flandres - o estado de Filipe, o Bom, escapa facilmente das garras políticas do Rei da França ainda mais quando este é um inglês que deve ao duque da Borgonha uma coroa ainda incerta. Além disso, Philippe le Bon colocou provisoriamente as mãos em duas províncias, Champagne e Picardia, sobre as quais ele não tem outro direito senão o direito de receber um alto preço por sua aliança. Ele os administra para o rei menor. Na verdade, ele tem.

Em Carlos VII permanece o Sul: o sul deste Loire, cuja travessia se tornará o primeiro objetivo dos ingleses. O cumprimento dos desenhos formulados em Troyes passa pela ponte de Orléans. A maior parte da Aquitânia, todo o Languedoc, Anjou, Touraine, todos os principados do Centro - Berry, Marche, Bourbonnais, Auvergne, Velay, Forez - mantêm a sua lealdade ao Rei Valois e dão-lhe o seu apoio. militar e financeiro. Indo de Dauphiné aos pântanos Poitevin e de Carcassonne a Beaugency, a França de Carlos VII poderia, entretanto, ser enganada por sua extensão; mas é, na maior parte, o antigo campo de caça das "empresas", o antigo domínio dos tuchinhos. Ela sofreu muito. Ela é pobre.

O mapa da França dividida é fácil de desenhar. O jogo da fidelidade e da clientela é mais complexo, de forma que o cartão pouco diz sobre a realidade do compartilhamento. Franceses de um lado, anglo-borgonheses do outro: a imagem é inaceitável, ainda que incluamos na análise, para qualificá-la, a evolução política dos príncipes territoriais que, como o duque da Bretanha ou o conde de Foix, perturbava os equilíbrios sucessivos movendo-se de um acampamento para outro. Em apenas cinco anos, de 1422 a 1427, João V da Bretanha não jurou o Tratado de Troyes, juntou-se a Carlos VII e depois aderiu à causa de Henrique VI? E o conde de Foix Jean de Grailly, primo do captal de Buch tantas vezes levantado contra Jean le Bon, não abandona a causa da Borgonha para se tornar em 1425 governador do Languedoc por Carlos VII?

A festa mais coerente é sem dúvida a da Borgonha. Seu líder não é questionável nem quanto à sua legitimidade nem quanto ao seu valor na cavalaria. Um político sábio, o duque Philippe rapidamente se mostrou um organizador lúcido, um diplomata realista. Ele não se esquece de seu pai assassinado traidores em Montereau e não desiste de sua vingança. Mas acima de tudo, ele deseja a grandeza de seu principado. A vingança é um de seus motivos, não sua obsessão. A aliança inglesa entrou na política de Filipe, o Bom; não é seu fundamento.

O duque viu claramente que, para completar uma conquista sem a qual o Tratado de Troyes permaneceria letra morta, os ingleses precisavam dele tanto quanto ele precisava deles para enfrentar o perigo do Armagnac. Em seu leito de morte, Henri V recomendou a sua família que mantivesse a aliança com a Borgonha. Philippe le Bon não ignora isso e

pode colocar um preço alto em sua amizade, até mesmo em sua simples neutralidade. Lançado no campo inglês pela vontade dos ultras do partido Armagnac, ele lembra que em Montereau a intenção de seu pai era negociar com o Dauphin para que a defesa contra o invasor inglês pudesse ser assegurada. O assassinato de Jean sans Peur não fez com que os ingleses perdessem seu status de invasores.

Azincourt também não foi esquecido. Muitos cavaleiros da Borgonha ainda têm essa matança em mente, que os chocou tanto quanto o terror de Armagnac. No final, os barões da Borgonha sofreram mais com Agincourt do que com a rua parisiense, e as vítimas parisienses da fúria de Armagnac não tinham outro borgonha senão etiqueta e sentimento. Homens da Flandres e da Borgonha, Artois e Franche-Comté, esses homens não apoiaram Bernard d'Armagnac nem Tanguy du Châtel.

O duque Philippe se sente ainda mais desconfortável na aliança inglesa, pois tem a impressão de não ter ganho nada lá. Dentro da dupla monarquia esboçada em Troyes, ele obviamente reservou um papel em linha com seu pai e avô. Deixando os Lancastrianos na Inglaterra e os Valois na França, a construção política de Jean sans Peur fez do primeiro dos príncipes da flor-de-lis o verdadeiro senhor do governo estabelecido em Paris. Agora, o duque de Berry morto e o duque de Orleans cativo, o duque de Anjou monopolizado pelos assuntos italianos, o duque de Borgonha é de fato na França o primeiro de sangue real. Talvez o desenvolvimento de um estado borgonhês com destinos independentes tivesse sido diferente se Philippe le Bon tivesse realizado a ambição de Philippe le Bold e Jean sans Peur: governar o reino da França em Paris.

Agora existe Bedford. Um Bedford que multiplicou os avanços a seu cunhado de Borgonha, mas que não hesitou em assumir o governo do continente, deixando para isso os assuntos da Inglaterra a seu tio, o bispo de Winchester Henri Beaufort - cardeal em 1426 - e seu irmão Humfrey, duque de Gloucester.

Bedford não divide o poder porque não compartilha a França. Se o próprio Filipe da Borgonha desistiu de reivindicar a regência - os borgonheses dizem, talvez para não sublinhar um fracasso político - ou se Bedford realmente o expulsou desse exercício temporário de soberania, isso não nada muda ao essencial: a conquista do reino da França por seu legítimo herdeiro Henrique V não deve levar à amputação desse reino. Nada mudou com Henrique VI. É toda a França que John de Bedford pretende governar, independentemente dos príncipes que o ajudaram e o ajudaram a conquistá-la. Para Lancaster, não existe uma França inglesa e uma França borgonhesa. O Ducado da Borgonha está no reino e não confere nenhum direito à coroa da França.

E então, Philippe le Bold era "filho do rei da França". Nos tempos difíceis da minoria de Carlos VI, Filipe, o Ousado, era irmão e tio do rei. Philippe le Bon é apenas o sobrinho-neto de um rei. John of Bedford é filho e irmão de um rei. E ele é o tio do rei.

Portanto, não se trata de compartilhar o poder ou de compartilhar o tesouro real, esse tesouro para o qual os desejos da Borgonha e de Orléans convergiram durante vinte anos, esse tesouro sem o qual Filipe, o Ousado, não poderia sustentar seu principado. Borgonha ...

Philippe le Bon obteve apenas um lucro limitado com o Tratado de Troyes em termos de valor e de tempo: esta administração provisória de Champagne e Picardia que é uma isca porque Champagne não é mais rico em seu antigo feiras e que a Picardia está enfraquecida pela guerra. Devemos continuar a conquista do reino de Bourges que as terras tomadas a Carlos VII seriam dos ingleses e somente eles: seriam do rei da França, e o rei da França é Henrique VI. Philippe le Bon sabe disso agora: na melhor das hipóteses, ele será pago por seu serviço.

O duque até descobre, não sem amargura, que suas ambições territoriais correspondem às dos lancastrianos, mesmo na Holanda, onde a nova dinastia da Borgonha gradualmente transfere seu centro de gravidade político. Pôr as mãos no Mosa e no Escalda, abrindo-se para o mundo através da Antuérpia, esta é a esperança declarada do Duque Philippe. Seus objetivos são chamados de Hainaut, Holanda, Brabant.

Acontece que a única filha e herdeira do último conde de Hainaut, Holanda e Zelândia, Jacqueline da Baviera, era então a esposa do duque de Brabante, um homem franzino cuja diplomacia dos tribunais há muito descontava a esterilidade. Ao casar sua sobrinha Jacqueline com um homem doente, Jean sans Peur sabe o que está fazendo: ele está preparando o estrangulamento da Borgonha sobre a herança.

Mas a nobreza de Hainaut é cautelosa. A futura união de heranças é, na verdade, a anexação à vizinha e ainda rival Flandres. Não é de admirar, então, que em 1421 os barões encorajassem Jacqueline a buscar apoio na Inglaterra que Gloucester, regente na ausência de Bedford, nem sonhava em recusar. Muito mais, ele cortejou a condessa, que ainda não era viúva. Este último nada pedindo melhor do que casar novamente, Gloucester até se encarrega de obter a anulação do casamento de Brabant. Em março de 1423, Jacqueline da Baviera casou-se com Humfrey de Gloucester, que anunciou sua intenção de ir ao continente para garantir a independência dos estados de sua esposa.

Podemos adivinhar a fúria de Philippe le Bon quando soube, em outubro de 1424, do desembarque em Calais de um exército inglês: Gloucester partiu para conquistar Hainaut. Nem um pouco triste por deixar seu irmão cometer um erro e lembrar ao duque de Borgonha que ele ainda depende dos ingleses, Bedford deixa passar.

No espaço de algumas semanas, chegamos perto da reversão das alianças. A Borgonha constitui um exército, e muitos partidários de Carlos VII se perguntam se não será, como seu pai, o duque Jean em Azincourt, o verdadeiro baluarte da França contra a invasão inglesa. Poton de Saintrailles, leal aos Armagnacs, futuro companheiro de armas de Joana

d'Arc e futuro marechal da França, de repente se viu, como muitos outros, no exército borgonhês marchando sobre Hainaut.

Para Bedford, é hora de encerrá-lo. Ele forçou seu irmão a parar com a ofensiva. Além disso, o pano já está queimando entre os cônjuges: Gloucester abandona sua esposa um tanto por uma criada, com quem ele simplesmente retorna para a Inglaterra. O papa vai desfazer o casamento da Baviera e Gloucester vai se casar com sua amante. Quanto a Philippe le Bon, ele respira.

Três anos se passam. Em 1428, o duque da Borgonha assumiu a herança de sua prima Jacqueline. Mas ele entendeu que a intenção dos ingleses certamente não é facilitar sua expansão na foz do Reno.

Por outro lado, ele sabe que se envolver demais nas operações militares no Loire corre um sério risco: o duque de Bourbon poderia muito bem aproveitar a oportunidade para atacar os Nivernais, ou mesmo os Charolês. As visões distantes de Philippe le Bon estão na Holanda, mas ele não pretende perder no caso o que tem certeza na França.

A atitude dos parisienses é igualmente ambígua. Certamente, o que o vestido e a aristocracia empresarial contava com Armagnacs deserta Paris. Os homens que estiveram em vantagem entre 1414 e 1418, e que não foram massacrados quando os borgonheses entraram na capital, estão agora nas margens do Cher ou do Indre. Os fiéis do partido da Borgonha permanecem em Paris, bem como um pequeno povo compartilhado, mas no qual os Armagnacs de coração guardam para si a expressão de seus sentimentos. A Paris que se move e fala é adquirida, sem condições, ao Duque de Borgonha. A tirania dos Armagnacs não está esquecida, nem os excessos das autoridades fiscais do condestável Bernard d'Armagnac.

Mas esta Paris não é para todos os ingleses. Eles também estão lá, e os parisienses que são mais hostis aos Armagnacs dificilmente estão convencidos da utilidade dos ingleses quando o povo de Carlos VII está ao sul do Loire. O perigo está longe.

No entanto, é Bedford quem governa Paris, de seu hotel em Tournelles, enquanto Isabelle está envelhecendo na solidão do hotel Saint-Paul, onde morrerá em 1435. Expulso do governo, Philippe le Bon deixou Paris para sempre. Depois de fevereiro de 1424, não o vemos mais, exceto por uma estada de uma semana em 1429. Os parisienses, que são borgonheses de coração, mas não ingleses, rapidamente repreenderão o duque Philippe por tê-los deixado. Quando, em 1461, os filhos dos contemporâneos de Joana d'Arc viram o duque de Borgonha novamente em Paris, participando da entrada solene de Luís XI, um açougueiro perguntou-lhe severamente: "Nós o desejamos muito!" "

Além disso, o duque querido pelas pessoas comuns de Paris é Jean sans Peur, o cruzado, o herói de Nicópolis. O demagogo também, com uma generosidade espetacular. O empresariado deve-lhe o restabelecimento, em 1412, do município suprimido para punir Paris por ter abalado a monarquia nos tempos dos Maillotins. Os intelectuais da

Universidade encontraram nele o príncipe sem o qual as “reformas” nada mais seriam do que discursos sem efeito e discursos sem futuro. Philippe le Bon dificilmente é conhecido do parisiense médio. Temos visto pouco disso. Ele é filho de seu pai. Não muito mais.

Paris realmente sente o domínio inglês? No Hôtel de Ville, no Châtelet, os assuntos da cidade estão nas mãos dos parisienses. Reitor de Paris de 1422 a 1436, Simon Morhier era filho de um conselheiro do Parlamento, ele próprio um ex-mestre do Hotel d'Isabeau. Os tenentes civis Jean Sauvage e Jean de Longueil, o tenente do crime Jean L'Archer são juristas parisienses. O reitor dos mercadores Hugues Le Coq é conselheiro do Parlamento; seu sucessor, Guillaume Sanguin, é um doleiro de longa data na Grand Pont. Convencido Bourguignon, o primeiro Presidente do Parlamento, Philippe de Morvilliers, é um advogado de Picard que veio a Paris como conselheiro do Châtelet em 1411. Em todas as jurisdições, em todas as administrações, na Igreja e mesmo na Universidade, os anciãos os seguidores de Jean sans Peur estão no poder.

Claro, existem os soldados ingleses. A burguesia os odeia porque são soldados barulhentos e briguentos, não porque são ingleses. Vemo-los muito nas tabernas e são bons clientes das prostitutas de Glatigny ou do bordel de Tiron, mas são poucos na população parisiense. No auge dessa ocupação que não é nenhuma, o capitão da Bastilha John Fastalf tem sob suas ordens apenas oito homens de armas e dezessete arqueiros. Incluindo os aleijados, os ingleses não são trezentos em Paris. Por mais despovoada que seja, a capital ainda tem entre cinquenta e cem mil habitantes.

Se o parisiense vê pouco os ingleses, é, por outro lado, sensível à vantagem econômica que lhe dá a situação resultante da vitória anglo-borgonhesa. A maior parte do comércio de terras de Paris é feito com os países do Norte, Picardia, Artois, Flandres, Hainaut. A estrada para Arras ou Lille é mais importante para a prosperidade da capital do que a estrada para Lyon ou Bordéus. É a rota da roupa, do vinho, do woad também, essa coloração azul que o Sul chama de pastel e que então conhece a preferência dos clientes da moda.

Conhecemos muito bem a área das relações econômicas em Paris. Os louages conta para estabelecimentos comerciais na feira Lendit nos saber a origem dos participantes da feira no final da XIV século, uma centena de cidades, grandes e pequenas, dos quais dois terços são norte de o Sena, o Oise e o Aisne. As relações comerciais de Lendit não alcançaram Orleans, Le Mans ou Auxerre. Todas as cidades de Meuse e Scheldt estão lá, não as do Loire.

A outra base da prosperidade parisiense, com o entroncamento da estrada, é o rio. Ele apóia os grandes mercadores, fretadores do tráfego fluvial que irriga todo o norte da França, ambos comerciantes de vinho, madeira, trigo, sal e patrocinadores do tráfego financeiro sustentado por todo o comércio importante. Ele também traz à vida o pequeno povo dos portos e da navegação, o mundo dos descarregadores e medidores, medidores e pregoeiros; ele faz fortuna com corretores e vendedores juramentados.

No entanto, este tráfego fluvial é do interesse dos países do Sena, Yonne, Marne e Oise. Com o custo de algumas remessas, os vinhos de Orléanais e os do Pays de Beaune chegam aos portos parisienses. O arenque de Dieppe e Rouen chegou ao Maciço Central. Mas os comerciantes de Arras e Amiens, os de Abbeville e Lille estão entre os maiores clientes de port au vin. Apesar dos dois portos, o rio ainda é a melhor forma de transportar o vinho de Beaune até as mesas burguesas das cidades flamengas. A estrada é longa, mas poupa a carga dos solavancos que separam os tambores.

No total, os países que compõem o reino de Bourges respondem por menos de cinco por cento da frequência dos portos parisienses, e isso em tempos de unidade e paz. O burguês de Paris dificilmente lamenta suas relações com Touraine, Poitou ou Berry. Mas ele sabe muito bem que metade dos barris descarregados no Porto Vin vem da Borgonha, que os milhares de calotes de arenque vêm da Normandia e que os melhores clientes são, em última análise, as grandes cidades do Norte. As escolhas políticas são, portanto, fáceis.

Basta dizer que todos têm interesse em manter o status quo, mesmo que ninguém realmente quisesse a definição. Rouen aux Anglais, Paris na França de Henri VI, é o Sena navegável. Isto significa o vinho de Auxerre e Beaune, trigo da Picardia, madeira das margens do Aisne, feno das margens do Basse-Sena. O Sena livre é o arenque e a cavala do Mar do Norte, o sal da Bretanha, o ferro normando e o estanho inglês. Paris inglesa? De forma alguma, mas Paris capaz de sobreviver porque seu rei é o mesmo que reina em Rouen. O rei que reina em Berry está fora de questão.

Assim, o reino de Henrique VI não pode ser confundido nem com o partido lancastriano, que quase não existe, nem com uma adesão política à hegemonia borgonhesa. Os franceses toleram o inglês, mas não porque ele seja inglês; eles são borgonheses, mas muitas vezes não é do interesse.

A OCUPAÇÃO.

Como os franceses aceitaram o que recusaram um século antes, quando Eduardo III foi impedido de entrar no trono da França por não ser "um nativo do reino"? Primeiro, porque um estado de coisas foi estabelecido pela força: a vitória inglesa mudou as condições. Depois porque o Tratado de Troyes nada tem a ver com os “direitos” dos descendentes de Isabelle de França. Não é porque ele é da linhagem de Philippe le Bel que Henrique VI reina na França, mesmo que seja nessa posição que ele carrega - como seu pai o carregava bem antes de 1420 - o duplo título. real simbolizado pelas armas conjuntas da França e da Inglaterra: leopardos e lírios. Henrique VI obtém seu poder da vontade expressa por Carlos VI ou por aqueles que falaram por ele. Ele é o herdeiro de Valois, não seu concorrente.

O que está em questão, portanto, não é mais a transmissão da Coroa por mulheres. É direito do soberano dispor da Coroa.

Fatores pessoais desempenham um papel excepcional aqui. Mas isso não é algo novo: Filipe VI de Valois não triunfou no passado sem dificuldade porque era um homem adulto e um excelente cavaleiro? Claro, Henrique VI era uma criança. Mas há Bedford: um homem de trinta e três anos, cuja inteligência sutil, energia controlada e sabedoria prudente são apreciados. A França ocupada testou severamente a severidade do vencedor, Henry V. Bedford é lúcido o suficiente para não levar os vencidos ao desespero. A França não é mais a conquista de Henrique V, é a Coroa de Henrique VI.

Diante desse político que é Jean de Bedford, os franceses veem apenas um príncipe sacudido pela história, um príncipe que dificilmente se atreve a usar seu nome de Carlos VII. Em suma, um rei falot, filho de um louco e de uma mulher de péssima reputação. Carlos VII passa pelo homem - alguns dizem o líder, outros pensam que o refém - de um partido desacreditado pelos excessos cometidos depois de 1413. O ódio aos Armagnacs conta muito na fraqueza política de Carlos VII .

Dito isso, a maioria dos novos súditos de Henrique VI enfrenta a situação, mas não demonstra entusiasmo. Os oficiais do novo regime lutaram para obter juramentos de lealdade. De todos os lados, apesar do incentivo oficial - e de preços - à denúncia, há verdadeiros movimentos de resistência.

Em países onde a população se sente governada pelo duque da Borgonha, essa noção não faria sentido. Tem alguns em países claramente sujeitos ao inglês, em Ile-de-France e especialmente na Normandia. É preciso também distinguir o que é ódio aos ingleses e o que é hostilidade ao soldado. Desde a época de Carlos V, não tratamos indiscriminadamente como ingleses muitas empresas sem contratar e muitos soldados à solta? Não é o próprio burgundiano “Bourgeois de Paris”, sempre disposto a tratar os Armagnacs como traidores, salteadores e sarracenos, que em 1423 estigmatiza a devastação do campo pelos ingleses como teria feito na França. quando "inglês" e "estrada" eram sinônimos?

O vinho era muito caro, fazia muito tempo. E havia muito poucas uvas nas vinhas, e novamente os ingleses e os borgonheses estragaram isso pouco como fariam com os porcos, e ninguém ousou falar nisso.

Por outro lado, o vocabulário oficial, dos capitães ingleses e dos juízes franceses, confunde mais ou menos conscientemente resistência e banditismo. Os "estrangeiros" proibidos de receber em casa são clientes e cúmplices, e os tesoureiros e partidários de Carlos VII são enforcados com a mesma qualificação.

É verdade que a miséria vem em auxílio da lealdade a Valois. O camponês que vira ladrão ou o viticultor que vira saqueador na Normandia, Valois ou Ile-de-France é um aliado objetivo do rei de Bourges, ainda que a ruína, o pousio e o fogo tenham mais a ver com sua determinação de que o Tratado de Troyes inaceitável. Na cidade, os infelizes podem

mendigar e não se privar dela. Podemos ver isso claramente quando o capítulo de Paris deve ordenar aos mendigos que fiquem perto das portas da catedral: não podíamos mais nos ouvir cantando em Notre-Dame, tanto que os mendigos faziam barulho ao redor do coro, e os cônegos o tinham. Chega de caminhar nos excrementos deixados ao longo dos corredores por mendigos e seus filhos. Infelizmente, não são suficientes para alimentar seu mundo. Todo mundo sofre de angústia proporcional à sua condição. A miséria da cidade, como a do campo, jogou nas estradas das planícies uma multidão de infelizes - ex-proprietários e ex-trabalhadores - que irritaram Bedford mais do que ajudaram Carlos VII.

Cada um estava tão sobrecarregado com o pagamento de sua casa que muitos na época abriram mão de suas próprias heranças para pagar o aluguel e, por desconforto, venderam suas propriedades no chão, e deixaram Paris como gente desesperada. Alguns foram para Rouen, outros para Senlis; os outros tornaram-se bandidos de madeira, ou Armagnacs.

Os fiéis do rei Valois não são menos impopulares do que o “jacaré” das estradas. Depois de tomar a floresta, ele também deve viver do habitante. Porque, se é possível plantar em Paris ou Rouen sem fechar uma oficina ou loja, não se pode manter os “maquis” na floresta normanda e cultivar seu jardim ao mesmo tempo. Para muitos aldeões que barricaram suas portas à noite, o lutador da resistência e o ladrão de estradas, é a mesma coisa. Ele é um ladrão de galinhas.

Nessa resistência no país ocupado, os nobres são poucos. Aqueles que seus compromissos políticos anteriores levaram a não aceitar o novo regime simplesmente se juntaram ao exército de Carlos VII. Muitos deles eram conhecidos demais para correr o risco de permanecer ali. Outros, muito naturalmente, foram para onde estamos lutando. O manto - clérigos e leigos - está igualmente ausente da resistência aos ingleses. Os fiéis de Carlos VII estão em Poitiers, onde se reúne o Parlamento, em Bourges, onde está instalada a Câmara de Contas. Eles estão em Chinon ou Loches com o rei. Em Paris ou em Rouen, os "mestres" da justiça e da administração, como os da Universidade, são precisamente os velhos pilares do partido da Borgonha, ou então aqueles que o partido da Borgonha instituiu depois do partida dos Armagnacs.

No entanto, em 1420 os cônegos de Paris o fizeram de propósito para eleger para o bispado o teólogo Jean Courtecuisse, que era um homem de caráter, enquanto o governo anglo-borgonhês tornava conhecida sua preferência por um homem de Palha. No entanto, os mesmos cânones mantiveram durante anos o estilingue do manto contra o fisco inglês. Isso não impede, também, que dez anos depois os juízes eclesiásticos de Rouen comecem a considerar que "filho de inglês" é um insulto tão sério quanto "filho da puta".

Pelo contrário, a burguesia das cidades, o mundo dos comerciantes e lojistas, evolui de forma muito sensível. O desejo de reformas e, em particular, de uma reforma da gestão das finanças públicas, considerada o produto de uma cobrança de impostos que afecta principalmente as empresas e o capital burguês, tem conduzido parte da "mercadoria" ao

partido de Borgonha e, finalmente, no acampamento inglês. No fundo, porém, a burguesia é - e continua sendo - o partido da paz. O vencedor inglês - e parece ser - e podemos ver que a prosperidade econômica exclui a hipótese de uma vingança de Carlos VII. Mesmo a preservação do patrimônio familiar exige a aceitação do fato consumado. Ainda assim, algumas famílias chegam a se dividir, pelo menos aparentemente, quando a herança é estabelecida em um e nos outros reinos da França. Na maior parte, só pode haver uma atitude simples: mais os ingleses do que, novamente, a guerra.

Muitos Armagnacs de coração, que deixaram o norte da França e particularmente Paris entre 1418 e 1420, voltaram de 1424. Foi por razões familiares, ou por razões de saúde, que eles recentemente ganharam o ao sul do Loire. Eles juram. Se necessário, eles provam isso por boas testemunhas. Ninguém se deixa enganar. As viúvas e os filhos obtêm facilmente a remissão que os restabelece. Homens válidos, especialmente aqueles que vimos mais ou menos envolvidos na vida política, têm alguma dificuldade em se fazer acreditar.

À medida que a guerra continua, o ponto de vista burguês muda. Um açougueiro parisiense encontra-se na prisão porque recebeu uma carta de seu velho pai de Tours, e um velho quase cego é levado para o Châtelet porque veio de Vendôme para Paris para terminar seus dias na casa de o filho dele. Jeannette Bonfils, conhecida como La Bonnefille, corre grande risco de ser punida por ter se correspondido com o mestre do Monnaie du Puy, que é simplesmente seu amante. Só sai impune porque tem provas: está grávida ...

O parisiense também se esforça para arriscar a vida quando vai colher suas vinhas em Chaillot ou Suresnes. A insegurança bloqueia as estradas porque faz com que as portas sejam fechadas. Estabelece-se o desemprego: em 1430, o município terá de reduzir de sessenta para trinta e quatro o número de vendedores juramentados, porque não há trabalho para todos; na verdade, haverá apenas quatorze. Chegamos até a proibir os pregoeiros de anunciar mais de uma morte por dia ... Isso, naturalmente, fora dos tempos de epidemias.

E então há o desencanto. Tínhamos muita esperança de um governo da Borgonha. A decepção é grande demais para não se traduzir em lealdade. Ninguém mais fala dessas reformas que constituíam todo o programa do partido da Borgonha. Ninguém sequer sonhou em reeditar o grande decreto reformador de 1413, essa reorganização da administração real imposta pelos estados e quebrada por um acordo com o movimento cabochiano. A única reforma efetiva é a da moeda. Apenas os credores apreciam o fortalecimento.

Ao mesmo tempo, certas aderências ao inglês causam endurecimento. Porque há círculos em que existe uma vantagem, assim como há pessoas que ultrapassaram o ponto sem volta em sua lealdade a Lancaster. Diante dos ultras do partido de Armagnac, que sabem que a reconciliação viria às suas custas, estão os ultras do partido borgonhês, que

foram longe demais para sua devoção aos ingleses não assumir a aparência de Carlos VII. traição real. Havia Tanguy du Châtel e sua laia. Pierre Cauchon e sua família.

O regime inglês obviamente fez fortuna para aqueles a quem a destruição do reino permitia desempenhar um papel até então delegado a outros. É o caso dos advogados de Rouen, que agora podem realmente competir com os parisienses sem ter que se fazer parisienses: a criação de um Grande Conselho da Normandia e o desenvolvimento das prerrogativas do antigo Tesouro da Normandia transferem para Rouen os regulamentos. muitos casos em que os advogados locais encontram mais interesse do que se tudo tivesse sido concluído em Paris. É também o caso dos mestres de Caen para quem a vitória inglesa vale a criação de uma Universidade que Paris lhes recusou durante um século. Como todas essas pessoas iriam querer a vingança de Carlos VII?

O que damos a alguns, tiramos de outros. As roupas parisienses suportam amargamente a perda de clientela que a independência judicial da Normandia significa. Os mestres estabelecidos entre a montanha Sainte-Geneviève e a rue du Fouarre consideram-se traídos no caso Caen e às vezes o dizem. É de se perguntar se Bedford não está organizando sua conquista sem Paris. Não é o fracasso da França de Lancastre que estamos estabelecendo assim? Em muitas mentes, essas reações se transformarão, especialmente depois de 1430, em vantagens para Carlos VII.

O REI DE BOURGES.

Ele tem dificuldade em sustentar uma posição da qual o mínimo que podemos dizer é que permanece ambígua. Como convém ao filho mais velho do falecido rei, ele assumiu o título de rei, mas ainda é, para muitas pessoas, o golfinho. Ainda não é sagrado, mas o rei é rei há muito tempo pelo direito de linhagem, não pelo direito de coroação. Mas será que aqueles que dizem "o golfinho" estão convencidos da bastardia de Charles? Claro que não: se assim fosse, usariam expressões tradicionais que qualificaram tantos usurpadores, como "aquele que se diz ...", ou "aquele que se comporta em ...", ou "aquele que finge ser ... ". Dizemos "o golfinho" porque o consideramos o verdadeiro filho de Carlos VI. Mas não sabemos bem o que é.

Aparentemente, ele é o mais fraco. Ele sabe isso. Mas ele acaba de fazer um ponto essencial, sem suspeitar: o Tratado de Troyes não desistiu de toda a França.

Carlos VII tem seus seguidores. Ele pode contar com alguns príncipes, como o duque de Anjou, conde da Provença ou como o duque de Bourbon. Ele também pode contar com a casa de Orleans e seus clientes. Aproveitou a dedicação dos oficiais, do sul e do centro da França, que abandonaram a França dos anglo-borgonheses. A ideia de um tribunal lânguido nas margens do Cher ou do Indre corresponde mal à atividade de que

testemunham os registros de casos tratados pelas altas instituições que se sentam ao sul do Loire.

As curvas reversas da vitalidade política podem ser vistas muito bem se examinarmos as instituições que dividiram o desmembramento de 1418. Existem duas Câmaras de Contas - Bourges e Paris - em vez de um, e dois Parlamentos - Poitiers e Paris - em vez de um. Tanto no norte como no sul do Loire, os comerciantes que têm assento nos tribunais experimentam as mesmas dificuldades materiais, o mesmo desejo real de esquecer o direito de cooptação, o mesmo atraso no pagamento das penhoras.

Mas em Paris é a funda, depois a revolta. Os conselheiros do Parlamento decidiram, a partir de 1420, pagar a si próprios tomando as suas promessas com o produto dos confiscos que decretaram. Em 1421, eles falaram em "cessar", ou seja, em fazer greve. Depois de 1430, nenhum ano passará sem algumas semanas, ou mesmo alguns meses, de "cessação". A ideia não partiu de Poitiers.

No início, o desequilíbrio resultante da ruptura de 1418 parecia favorável ao Parlamento da Borgonha. Mas se há oitenta magistrados em Paris em torno do primeiro presidente Philippe de Morvilliers em 1418, o número cai para cinquenta por volta de 1430. Eles serão vinte e um em 1435. Em Poitiers, ao contrário, não estávamos em apenas 21 começaram em torno de Jean de Vailly, depois Jean Jouvenel; mas há trinta e três magistrados no Parlamento de 1430, quarenta no de 1435. Degradação constante de um lado, crescimento constante do outro, e isso muito antes de Joana d'Arc. Isso faz parte de um movimento e o acelera; não o cria.

Sejamos realistas: a inflação digital reflete o poder do grupo social mais do que o crescimento imediato da atividade. Um empurra seu filho, o outro seu irmão. Não obstante, é significativo que estejamos ativamente seguindo uma carreira em Poitiers, ao mesmo tempo em que abandonamos um Tribunal em Paris, cujas perspectivas, devemos acreditar, parecem curtas. Certamente há muito cálculo na dedicação dos servos de Carlos VII. Por trás do cálculo, existe um julgamento político. O rei que é voluntariamente pintado como pobre e abandonado por todos não é tão pobre nem tão abandonado quanto as imagens fáceis sugerem. Claro, os borgonheses dizem que o suposto delfim não tem como pagar ao sapateiro. Como se os tribunais nunca tivessem pago os fornecedores em dinheiro ... Mas, segundo os documentos, a renda de Carlos VII é duas ou três vezes maior que a de Henrique VI no continente. O departamento de impostos de Valois está bem servido, sua justiça é feita, suas tropas são pagas.

Carlos VII não é menos rico em alianças. A amizade do duque de Sabóia, a neutralidade episódica do duque da Bretanha, as tréguas com a Borgonha freqüentemente deixavam o rei de Bourges o mestre de concentrar suas forças contra os ingleses.

Por outro lado, não se pode dizer que Carlos VII seja realmente senhor de si mesmo. Aos vinte anos, aquele que só se tornou golfinho tarde, em 1417, após o desaparecimento de

seus dois irmãos mais velhos, ainda não superou a própria fraqueza. Um pai louco, uma mãe duvidosa, uma recusa pública, isso é o suficiente para fazê-lo se questionar. Influenciado, até mesmo versátil, ele não foi criado para governar nem para lutar. Este temeroso refugia-se na dissimulação. Incapaz de governar de verdade, o jovem rei finge passar o tempo nos feriados porque na verdade não sabe o que fazer.

Então ele deixa seus parentes agirem. E é aí que reside o desastre. O pátio de Loches ou Chinon é um terreno fértil para a intriga, a calúnia e o coup-fourré.

A alma forte dessa agitação política é Yolande d'Aragon, a viúva do rei de Nápoles, Louis Il d'Anjou. Desde que Carlos VII se casou com Marie d'Anjou em 1422, a Rainha Yolande foi a madrasta do Rei da França. Desde que o desastre de Verneuil em 1424 desacreditou a comitiva militar do rei, ele domina uma corte onde pode se lisonjear para encontrar novamente um posto e uma influência perdida na Itália. Ela não apenas governa a mente de seu genro, mas também oferece a ele favoritos que se tornam governantes.

A Rainha Yolande obteve seu primeiro sucesso em 1424. Os ultras do grupo Armagnac são postos de lado: as mesmas pessoas que organizaram a emboscada de Montereau e comprometeram o Dauphin. O grão-mestre do Hotel Tanguy du Châtel, há muito o homem de confiança do Delfim, o ex-reitor de Paris dos Armagnacs, o autor da emboscada, vai encerrar sua carreira como escudeiro e vinhedo. Beaucaire. Robert Louvet, Pierre Frotier, Robert Le Maçon também foram expulsos. Yolande d'Aragon pode então estabelecer homens devotados a ela, forjar novas alianças, convocar moderados capazes de conceber uma política real acima do simples acerto de contas.

O novo homem forte no governo é Arthur de Richemont. Irmão do Duque da Bretanha, Richemont é um capitão valioso, muitas vezes brutal, mas um estrategista notável. Ele será o organizador da vitória. Como o condestável Jean Stuart, conde de Buchan, acabado de morrer na Batalha de Verneuil, Richemont não esperou muito pelo título que significaria seu poder: em 7 de março de 1425, ele era condestável. E imediatamente criar seus próprios seguidores. Normand Jean de Graville substitui Berrichon Jean de Torsay como mestre dos besteiros. O senhor de Boussac, Jean de Brosse, torna-se marechal.

A nomeação de Richemont foi importante para a condução das operações. Ela era ainda mais no cenário diplomático. O irmão do duque da Bretanha casou-se com uma das irmãs do duque da Borgonha. Como Bedford, Richemont era cunhado de Filipe, o Bom. Yolande estava, portanto, inclinado a vê-lo como o mediador de uma possível reconciliação. Nesse ínterim, ele desempenhava um papel no sucesso representado para Bedford por uma aliança matrimonial com a casa da Borgonha.

O novo policial era um trapaceiro. Ele rapidamente sobrecarregou a corte com suas agitações, sua astúcia e até mesmo seus planos. Carlos VII suspeitava de um homem que traiu o rei da Inglaterra após ter jurado lealdade a ele. Ele se cansou de um mentor que

brincava com homens. Quando se tornou evidente que as intrigas de Richemont pouco contribuíram para a reconciliação com a Borgonha, seu favor caiu.

Recentemente, o policial conquistou o favor real de outro conspirador nato, o Poitevin Georges de la Trémoille. O homem era de grande linhagem. Seu pai usava a bandeira na época de Carlos VI. Georges tinha sido de todos os partidos, e seus contemporâneos o conheciam camareiro de Jean sans Peur, então amigo fiel de Bernard d'Armagnac, então defensor da paz. Ao se casar em 1416 com a condessa Jeanne d'Auvergne, viúva do duque de Berry, ele subiu ao nível dos grandes barões; mas o casamento fracassou e a condessa encerrou seus dias no isolamento de seu castelo de Saint-Sulpice, às margens do Tarn. La Trémoille permaneceu mestre de alianças ambíguas, um primo de todos, envolvido em todos os negócios. Jogando um contra o outro, ele realmente só pensava em seus próprios interesses. Richemont percebeu tarde demais: La Trémoille havia assumido seu lugar no poder. A coisa foi notória em 1427, oficialmente em julho de 1428.

Até então, a rivalidade de cortesãos e a sucessão de favoritos apenas colocavam em risco a seriedade do governo. Tínhamos visto Pierre de Giac, favorito ao lado de Richemont em 1425, repentinamente despojado de seu pedestal, preso, julgado e afogado por um julgamento um tanto precipitado. Seu sucessor na estima real, Le Camus de Beaulieu, foi assassinado impunemente em frente ao Château de Poitiers em 1427. Tudo isso passou por turbulência na corte, não por crises políticas.

Com Georges de la Trémoille, as coisas mudaram. O novo mestre do governo real pretendia totalmente não ser vítima de reveses da sorte. Ele atacou seu ex-protetor Richemont e declarou guerra abertamente aos seguidores do condestável. A priori, todos eram suspeitos de um dia fomentar alguma conspiração.

Um capitão enérgico e sem escrúpulos, um antigo cúmplice de La Trémoille, foi nomeado senescal de Poitou; sua administração seria apenas uma longa série de abusos e saques. O terror desceu sobre a região plana, composta de aldeias queimadas, escudeiros resgatados, meninas estupradas. Até mesmo os cobradores de impostos reais eram ocasionalmente dispensados de suas receitas pelos capangas do favorito. Enquanto Richemont se refugiava em seus castelos de Fontenay-le-Comte e Parthenay, onde se vingava cunhando dinheiro sem se preocupar com a autorização real, seus seguidores foram literalmente perseguidos com a aprovação do rei. O visconde de Thouars Louis d'Amboise foi lançado na prisão. O bispo de Luçon teve seu temporário apreendido. Por lese-majesté, André de Beaumont, Senhor de Bressuire, e Antoine de Vivonne, Senhor de Lazay, foram presos, julgados pelo Parlamento e decapitados em Poitiers em maio de 1431. Lese-majesté deveria trazer sombra a tudo -poderoso favorito.

O pátio tornou-se um campo fechado. O Rei de Bourges deixou passar, incapaz de evitar esta guerra marginal na qual

ainda seus seguidores. A rainha Yolande de Aragão foi esmagada por suas próprias manobras. Os convictos Armagnacs começaram a temer que a preocupação com seus títulos de senhoria levasse La Trémoille à paz a qualquer custo com os ingleses. Muitos já caíram em desgraça no caso de reconciliação com a Borgonha. Já os moderados temiam as faltas do favorito.

Neste centro de intriga, muitas pessoas iriam pensar que a chegada de uma virgem enviada por Deus para reviver a guerra nada mais era do que uma encenação de Armagnac, uma tentativa final dos ultras anteriormente expulsos. De qualquer forma, foi outro obstáculo no caminho para um acordo.

Chegamos perto desse compromisso em 1424. Depois de um ano de negociações conduzidas por intermediário da Amédée VIII de Sabóia, a trégua de Chambéry suspendeu as hostilidades entre Carlos VII e Filipe, o Bom. Este e Richemont se conheceram em dezembro de 1424 em Mâcon, e os dois príncipes completaram a rede de conivência estabelecida pelos casamentos felizes das irmãs da Borgonha. Já cunhado de Bedford e Richemont, Philippe le Bon ofereceu outra de suas irmãs - ele tinha seis - a Charles de Bourbon, conde de Clermont. Na verdade, ele queria acima de tudo proteger as suas províncias do sul - Nivernais, Charolês e Mâconnais - de um ataque sempre possível dos Bourbonnais. Todos, portanto, se beneficiaram com a trégua, exceto o inglês, que se viu sozinho em sua conquista inacabada.

O EQUILÍBRIO DAS FRAQUEZAS.

Esta é a primeira chance de Carlos VII. A Inglaterra não consegue suportar o peso de uma ofensiva real. A França lancastriana traz pouco. Os impostos estão chegando lentamente, com um grande desperdício de descontos concedidos e inevitáveis contas não pagas. Henri V restabeleceu em 1421 as ajudas indiretas suprimidas na mesma época, em um momento de escalada demagógica, por Jean sans Peur e pelo Dauphin Charles. Mas é difícil encontrar agricultores para pagar um imposto normalmente impopular e cujas dificuldades econômicas arruínam ainda mais sua renda. O imposto direto não é melhor: tributado em oito mil libras parisienses em 1423, o clero parisiense obtém uma redução para duas mil libras e paga apenas a metade. Quando, em 1424, se tentou cobrar um novo imposto sobre a capital, a burguesia relutou: queria cobrar as festas do regente e nada mais.

A Inglaterra, portanto, dificilmente carrega o peso de sua vitória. Vencer em Azincourt ou em Verneuil é uma coisa, segurar a conquista e finalizá-la é outra.

Dizer que a ocupação inglesa está em déficit seria traduzir em termos contábeis simples um fracasso retumbante. Enquanto os franceses estão pagando o suficiente para odiar um governo cujas demandas não são inferiores às do falecido Luís de Orleans, os ingleses estão começando a se arrepender tanto de sua meia vitória quanto das tentativas feitas por ela. completo. O Tesouro inglês paga os salários dos membros do Conselho Real de Paris, paga as despesas do hotel do regente Bedford, paga as guarnições de Ile-de-France ou Normandia. Todos os ingleses da comitiva de Bedford que retornam ao continente após uma estada em Londres são responsáveis por trazer o dinheiro de volta. Os banqueiros lombardos de Londres, Rouen e Paris não pararam de organizar divisas para a França. O genovês Jean Sac fez fortuna ali: pagou aos capitães ingleses algumas dezenas de milhares de marcos de prata que o Tesouro inglês reembolsou ao seu sócio londrino, o banqueiro Spinola.

Os fiéis de Henrique VI gastam seu tempo adiantando as quantias necessárias para o cumprimento de sua missão. Quer queira quer não, todos os tipos de pessoas no continente descontam as receitas futuras do Tesouro da Ilha. Em muitas ocasiões, o próprio Cardeal Beaufort adianta os rendimentos provenientes da tributação inglesa: vamos vê-lo, em 1434, pagar sozinho, na França, 18.000 marcos reembolsáveis em três anos sobre os rendimentos do imposto. indireto.

As "esterlinas" invadiram o continente. Em dezembro de 1430, nada menos que duas naves - defendidas por cem arqueiros - eram necessárias para trazer o pagamento de Winchester para Dieppe.

Ao mesmo tempo, como vimos, a guarnição da Bastilha, sob as ordens de John Fastalf, é de oito homens de armas e dezessete arqueiros. Na mesma função, Thomas More tinha nove homens de armas e vinte e oito arqueiros no ano seguinte. Menos de trezentos ingleses em Paris, isso é o que se chama de ocupação inglesa. Apesar do ônus financeiro, esmagador para a Inglaterra, a presença inglesa se deve à conivência dos franceses. O besteiro que, em setembro de 1429, trata Joana d'Arc como uma obscena e um suborno antes de "angustiá-la" com um azulejo bem ajustado, este besteiro é um parisiense honesto, não um suborno inglês. Ainda estamos no tempo em que o “Bourgeois de Paris” - sem dúvida um cônego de Notre-Dame - escreveu em seu diário “os traidores Armagnacs” quando queria falar sobre o povo de Carlos VII. Quando ele os chamar de "franceses", tudo acabará com o reino de Henrique VI.

Enquanto isso, as coisas estão muito ruins na Inglaterra. Bedford ocupada em Paris, Beaufort e Gloucester choram em Londres. O cardeal força a ocupação da Torre de Londres. O caso ameaça se transformar em uma guerra civil. Forçado a retornar à Inglaterra, Bedford ficaria lá de dezembro de 1425 a março de 1427. Isso dificilmente deixaria a possibilidade de lançar na França a ofensiva geral que completaria a construção

da dupla monarquia lancastriana. Ficamos muito felizes em ver Carlos VII perdendo seu tempo em Touraine.

No sul do Loire, as estruturas são sólidas, mas a cabeça política é fraca. No norte, são as estruturas políticas e financeiras que não seguem uma conquista muito rápida. Ninguém, nestes anos que se seguem à morte de Henrique V e de Carlos VI, está realmente decidido a fazer a guerra.

Em ambos os lados, as pessoas boas se dão bem com isso. Até o aparecimento de Joana d'Arc, a época de Bedford e do Rei de Bourges era de pouca prosperidade. Certamente, não é esse o movimento de negócios que vimos entre 1380 e 1405, naqueles anos em que podíamos acreditar que a guerra havia acabado, quando homens, dinheiro e mercadorias circulavam quase livremente. . No entanto, a Paris de Bedford negocia com Arras e Lille como Tours negocia com Lyon e Rouen com Londres. Comerciantes de Rouen, Dieppe, Caen, Saint-Quentin se registraram em 1424 no hanse de Paris para poderem negociar no meio do Sena. Alguns anos depois, não haverá um único registro.

Em seguida, vemos os normandos nas feiras de Genebra; é verdade que têm de percorrer a rota da Flandres e do Reno. A feira Lendit, que cessou após os problemas de 1418, reabriu suas barracas perto de Saint-Denis em 1426; ainda é mantida em 1428, talvez até em 1429. A receita do porto comercial de Neuilly é alugada por 36 libras em 1425, 48 libras em 1426, 66 libras em 1427, 80 libras em 1428. Claro, ainda estamos longe do aluguel de 1.410 - 320 libras - mas a recuperação é óbvia. Pequena prosperidade, ainda, do que a dos confeccionistas de Saint-Lô ou dos tecelões de Fougères; em nossas curvas centenárias, parece um começo efêmero, mas aqueles que o experimentaram podem ter acreditado que estavam saindo do calvário.

No campo, o mais ousado esboçou uma reconstrução rural que consistia na restauração de edifícios, recultivo de campos e reconstituição de gado. Reconstrução muito tímida, limitada a algumas terras boas, e rapidamente abortada. Mas tornará o colapso da década de 1430 mais sentido. Depois dos jovens adultos de 1380, é uma nova geração que perde as ilusões em 1430. Quando a turbulência passar, levará muito mais tempo para que todos se acostumem. ideia de que você pode realmente voltar ao trabalho e que é realmente razoável investir.

Tanto para as regiões onde temos o sentimento diário do drama nacional, mesmo que não seja vivido por todos como nacional. É dessa Langue d'oïl sem sangue que os deputados dos Estados Gerais de Poitiers farão em março de 1431 o quadro sombrio.

Há o povo da Igreja e seus lucros desolados e destruídos, suas casas demolidas e demolidas ... Os mercadores que estão acostumados a freqüentar feiras e mercados não se atrevem a percorrer o país para fazer e conduzir o fato de suas mercadorias. Os lavradores não ousam e não podem manter os animais para fazerem sua lavoura, nem ficam nas planícies, por dúvida do perigo de seus corpos e de perderem o resto de sua herança.

INSEGURANÇA.

Assim que nos afastamos desses países do Sena e do Somme, do Loire e do Vienne, a economia melhora um pouco. Mas muito pouco. Aquitânia e Languedoc, assim como Auvergne e Dauphiné, estão cientes dos efeitos da insegurança e do peso de um sistema tributário de guerra que deixa poucos meios para a vontade de reconstrução econômica. É todos os anos que os Estados Gerais ou Provinciais - mesmo ambos - sobrepõem ajudas indiretas e ajudas diretas, ou seja, o imposto que esmaga a todos e o que atinge a fortuna, grandes e pequenos. Somente no ano de 1425, no centro da breve calmaria, Carlos VII exigiu 550.000 libras tournois da Langue d'oïl, 250.000 da Langue d'oc. Um porto em crise como La Rochelle deve 14.000 libras. Um país pobre e agrícola como Haut-Limousin deve 13.000. Por um pouco de prosperidade, isso é muito.

Quanto à insegurança que dissuade o comerciante de se aventurar nas estradas e o camponês de ir traçar seus sulcos, é fruto da fraqueza real, da confusão política e da nova errância de soldados sem emprego. A Guerra dos Cem Anos não é apenas a guerra entre a França e a Inglaterra.

Existem, portanto, conflitos puramente marginais, mas que não param de enfraquecer o país e de arruinar os tesouros. Mesmo quando não têm relação direta com o confronto dos soberanos, atingem redes maiores de alianças ou clientes e envolvem homens engajados, por outro lado, em outros conflitos. Ambos são resolvidos da mesma maneira: em aldeias incendiadas, em cidades resgatadas, em comerciantes roubados, em impostos mais pesados. A revolta do sobrinho de Gregório XI é um daqueles casos que nada têm a ver com a Coroa da França, mas que viraram de cabeça para baixo a vida de uma região pelo tempo de uma geração.

Raymond Roger, conde de Beaufort e visconde de Turenne, simplesmente exigiu o pagamento das dívidas de seu tio quando, em 1386, ele pegou em armas contra o papa Clemente VII. Na verdade, ele queria abrir espaço para uma aliança entre a Santa Sé e os angevinos da Provença, uma aliança que ameaçava diretamente algumas de suas fortalezas, como Saint-Rémy ou les Baux. Ele recrutou caminhoneiros, veio ameaçar Avignon. Apesar de vários tratados e resgates substanciais, Raymond de Turenne e seus homens devastaram o Comtat Venaisin e a Provença Ocidental por quase quinze anos. O governo de Carlos VI tentou colocar ordem na senhoria do Papa, o conde Jean III d'Armagnac se envolveu e Turenne finalmente se viu ao lado de seu genro Jean Boucicaut, marechal de Carlos VI, que viera para organizar o cerco de Avignon na hora da subtração da obediência. A hostilidade ao duque de Anjou por ser conde da Provença acabou levando o sobrinho de Gregório XI a se tornar um dos executores da política antipontifical do duque de Borgonha.

Da mesma forma, vemos os conflitos eternos entre os príncipes dos Pirineus renascendo no Languedoc. Conhecemos as revoltas do conde de Foix Gaston Fébus, candidato à

autonomia política e ao cargo de tenente do rei no Languedoc na época de Carlos V e seus irmãos. Vimos o conde de Pardiac e o pai de Barbazan lutarem sob o comando de Carlos VI por algumas terras em Toulouse. A guerra estourou quando Archambaud de Grailly - o tio do captal de Buch derrotado em Cocherel - reivindicou em 1398 a sucessão de Foix que sua esposa poderia reivindicar. Outra guerra opôs em 1403 o conde Bernardo VII de Armagnac - o futuro mestre de Paris - e seu aliado o conde de Pardíaco da condessa de Comminges.

O eclipse político do duque de Berry opôs-se um ao outro em 1411 a Jean de Grailly, conde de Foix, capitão-geral do rei pela graça de Jean sans Peur, e um Bernard d'Armagnac pouco inclinado a partir Languedoc caiu na obediência da Borgonha. Vimos até Armagnac, em 1412, apelando para os ingleses. Era a época em que, governando os borgonheses em Paris, Jean sans Peur se passava por defensor da coroa dos Valois, portanto, por inimigo natural dos ingleses. Não admira que Foix tenha recrutado caminhoneiros para lutar contra os ingleses. Armagnac era naturalmente contra essa política.

Para o povo do Languedoc, tudo isso se traduz em poucas palavras: impostos, insegurança, devastação.

Os mestres da realeza dos Armagnacs, é o filho de Bernardo VII, o visconde de Lomagne, que sucede a Foix como capitão-geral no Languedoc. A ganância de Armagnac não estava menos em Toulouse do que em Paris: a população, portanto, favorecia a Borgonha, chegou a um entendimento com Isabel, negociou uma adesão vantajosa. As cidades do Languedoc estão em Jean sans Peur alguns dias antes de Paris.

Triunfa o conde de Foix, que se acha borgonhês por ser o inimigo hereditário de Armagnac, da mesma forma que a Sorbonne se tornou borgonhesa por hostilidade a Luís d'Orléans e às autoridades fiscais papais. As sequências da história são imprevisíveis.

Jean I de Foix revela então um talento político extraordinário. Longe de vingar as velhas querelas, ele assume os interesses comuns do Languedoc. A partir de 1418, ele comprou o deslocamento das empresas de caminhões. Em vez de pegar o delfim pelas costas, ele obteve dele o título de tenente e capitão-geral em Languedoc e Guyenne, depois concordou com Albret, Astarac e até mesmo Armagnac para expulsar o povo do Príncipe de Orange - um grande barão da Borgonha - que levaram a Toulouse com os estados de negociações do Languedoc tão impopulares quanto as demandas dos predecessores do Armagnac. Em 1419, um levante de Toulouse deu a vitória ao partido de Foix. Orange foge. O governo borgonhês de Carlos VI não tinha meios para discutir a autoridade que se instaurava em Toulouse: o rei confirmou a João de Foix a tenência que o delfim já lhe dera. Para garantir, nós até adicionamos Auvergne ao Languedoc e à Guyenne.

Para a população do Sul, ingleses e saqueadores, é exatamente o mesmo. A aliança da Borgonha e Lancaster, portanto, inclina a opinião pública ao lado de Carlos VII. Jean de Foix preside com flexibilidade esta adaptação política que, na verdade, é apenas um desejo

perpétuo de paz. Longe das intrigas parisienses e dos coup-fourrés do Conselho, os burgueses do Languedoc - e ainda mais os camponeses - não entendem que se possa questionar sobre o rei e não admitir que se ceda aos ingleses a Coroa da França. Eles querem o fim da guerra e dos ataques, o fim dos impostos também. As viagens inglesas deixaram muitas memórias dolorosas entre Bordéus e Carcassonne para que o desejo de paz levasse a Lancaster.

Mesmo que o tempo para grandes passeios tenha passado, a ameaça inglesa ainda está lá, muitas vezes confundida com a ameaça Armagnac. Analisar esses casos em termos parisienses é condenar-se a nada entender. Em 1423, os ingleses sitiaram Bazas. André de Ribes, caminhoneiro mais ou menos ao seu serviço, mas que se autodenomina bastardo de Armagnac, devasta os toulousain e apodera-se de Lautrec em 1426, prometem sete mil coroas em 1427 como preço de partida, recomeça a pilhagem no ano seguinte, para tentar receber o saldo do que era devido a ele nos termos do tratado de 1426. Ele finalmente veio a ameaçar as terras albigenses do conde de la Marche Jacques de Bourbon. Este, então, contrata um rival do bastardo de Armagnac, um caminhoneiro castelhano que se mostrará pior que Ribes: Rodrigue de Villandrando. Ribes é capturado e executado. Villandrando permanece.

Considerando-se mal pago, o castelhano conseguiu então conviver com alguns caminhoneiros já tristemente conhecidos no Languedoc, como Andrelin e La Valette, e constituiu um verdadeiro exército, sediado entre o Monte Lozère e a rede Vivarais. Os homens de Villandrando cruzam o Bas-Languedoc, saqueiam o Velay, ameaçam Lyon.

Para não atacar Lyon, o motorista exige quatrocentos ecus. Embora a soma seja modesta, os Lyonnais consideram que é perigoso ceder à chantagem. Eles se recusam. Quando finalmente concordam em pagar - para não ver toda a região plana devastada - já é tarde: são oitocentas coroas que devem ser pagas. E Villandrando colocar, sem o menor constrangimento, os fundos assim obtidos junto a uns poucos financiadores de Lyon responsáveis por fazê-los crescer ...

Ao mesmo tempo, um ex-pedreiro que se tornou líder de banda, Perrinet Gressart, cortou os países do Loire e Cher, entre Bourges e La Charité. Devasta os arredores de Sancerre, ameaça uma vez o rei em Bourges. Carlos VII estava tão preocupado por ter o futuro Luís XI protegido das grossas paredes do castelo de Loches.

O infortúnio de alguns faz a fortuna de outros. Uma corte real e uma Câmara de Contas são suficientes para fazer de Bourges um mercado consumidor de importância diferente do que antes. Poitiers tirou grande proveito de um Parlamento, um Tribunal de Ajuda e, em breve, uma Universidade. Esta é a felicidade dos financistas, mas também dos armarinhos, dos estofadores e dos ourives, mas também dos comerciantes, dos pedreiros e dos ferreiros. A vantagem das comunidades urbanas não é menor que a dos indivíduos,

empresários ou simples artesãos: Poitiers completa seu recinto, constrói uma nova prefeitura, se compromete a desenvolver o Cours du Clain.

Alguns empresários ousados viram as costas para um mercado regional bloqueado e olham para os portos do Mediterrâneo e as passagens alpinas. Cansado dos pelos do pai e pouco ansioso por repetir em Bourges as especulações monetárias que quase deram errado, Jacques Coeur parte nas principais rotas económicas. Ele fundou um contador em Montpellier. Ele se associa com os italianos. Em 1432, ele estava na Síria. A tempestade que o entregou aos bandidos da Córsega em seu retorno não foi suficiente para desencorajá-lo. Mas o tempo de incerteza passou, e Jacques Cœur agora considera razoável especular sobre a vitória de Carlos VII.

Aqui e ali, a vida econômica está passando por um renascimento. O mesmo vale para os Lyonnais que, em fevereiro de 1420, conseguiram a criação de duas feiras anuais com substanciais isenções fiscais. Mas esses reavivamentos são precários, e muitos sinais de dinamismo são tantas provas de uma ilusão comum. A burguesia Lyonnaise terá de assumir todo o negócio vinte anos depois.

Durante esses anos de incerteza política e econômica, os ingleses carregaram o mais pesado da carga militar: eles tinham que atacar. Carlos VII pode permanecer na defensiva. Se ele não chegar ao fim de sua conquista, Lancaster, ele, se extraviou. O fardo é ainda mais pesado porque, nos países já conquistados, tem de enfrentar o assédio incessante das bandas e guarnições "Armagnac" ainda existentes. Porque os homens de Carlos VII não perderam Compiègne até junho de 1422 e ocuparam a ponte Meulan desde o primeiro dia do ano 1423. Orsay e Marcoussis, ao sul de Paris, eram redutos de Armagnacs, e a burguesia não parava. reclamar porque a estrada de Orleans está nas mãos de inimigos, enquanto seus amigos borgonheses devastam o campo.

Na véspera da Epifania (1422), o Duque da Borgonha veio a Paris, que trouxe uma infinidade de homens em armas que causaram muitos danos às aldeias em torno de Paris, porque não havia mais nada depois deles que pudessem levar embora se não estava muito quente ou muito pesado.
E os Armagnacs estavam do lado da Porte Saint-Jacques, da Porte Saint-Germain e da Porte Bordelle até Orléans, o que causou tanto dano quanto os tiranos sarracenos.

Nessa situação precária, a espionagem causou muitos problemas aos ingleses. Espionagem que os capitães ingleses e os meirinhos franceses leais a Henrique VI acabaram vendo por toda parte, mas que não era de todo imaginária. "Seus inimigos, que sempre tiveram amigos em todos os lugares ..." A frase do burguês, borgonhesa no coração, não é uma simples desculpa para uma derrota inglesa. Isso reflete uma realidade: os Armagnacs se encontram na planície das conivências que um duque da Borgonha facilmente encontraria, mas com as quais um capitão de ilha não pode contar.

Antes de pensar em acabar com a conquista ao sul do Loire, os ingleses devem, portanto, acabar com o norte. A ideia, portanto, surgiu, muito naturalmente, de atacar as possessões da Rainha Yolande, Maine e Anjou. Essas regiões são, para ambas as partes beligerantes, a chave estratégica para qualquer aliança útil com a Bretanha.

Cabe a Clarence liderar a primeira ofensiva em Anjou. Irmão de Henri V e Bedford, Thomas de Clarence não lamenta a oportunidade que finalmente foi dada de brilhar um pouco. Em 22 de março de 1421, em Baugé, foi apanhado numa armadilha dos franceses - ou melhor, do exército franco-escocês - do futuro condestável Stuart. Clarence acreditava que os “Armagnacs” eram menos numerosos. Stuart joga com facilidade. O irmão de Henri V será encontrado entre os mortos.

O ano de 1423 finalmente viu a limpeza sistemática da região de Paris. Bedford pretende ficar quieto em sua porta e não retomar a conquista até depois. A região de Chartres, Perche, Brie e Valois foram quase esvaziadas de suas guarnições de Armagnac.

Em direções opostas, duas ofensivas marcam este ano 1423. Os ingleses atacam no Maine e são repelidos. O exército de Carlos VII tenta chegar a Champagne e é derrotado. Porque o rei de Bourges tem um exército.

O EXÉRCITO DO REI DE BURGES.

Em suas estruturas humanas, esse exército dificilmente se assemelha ao de Carlos V e Carlos VI. Longe vão as distinções estabelecidas de acordo com a origem social dos combatentes - tal pagamento para o escudeiro, tal para o cavaleiro - bem como pela especialidade militar e pelo armamento. O besteiro entra na linha. Isso significa que o calado está integrado à manobra em nível de companhia, não mais de “batalha”, ou seja, de corpo de exército. Não há mais companhias de recrutas, não há mais capitães ou policiais de besteiros. O comando único é - um século após o desastre de Crécy - a padronização da besta.

Essa simplificação das hierarquias militares é difícil de interpretar. O que está claro é que distinguimos cada vez menos - não faremos mais distinção depois de 1438 - o estandarte do cavaleiro, o cavaleiro simples, o estandarte do escudeiro, o escudeiro simples. Todo mundo é um "homem de armas" com 12 libras por mês, ou um "homem de carga" com seis libras. É simplesmente porque Carlos VII dificilmente pode encontrar mais cavaleiros para servir em seu exército? Ou porque o povo do rei não pode, por falta de arquivos que ficaram em Paris, ou por falta de arautos de armas experientes, saber com certeza quem merece o pagamento de um estandarte de cavaleiro ou de um cavaleiro, um quádruplo e o outro dobro - no tempo de Joana d'Arc novamente - do salário dado ao simples escudeiro? Não é que a distinção não faz mais sentido, que ambos estão equipados

de forma semelhante e são igualmente eficazes? E que, por muito tempo, o estandarte não conduz mais os homens de seu contingente feudal sob sua bandeira?

É pelo serviço que ele espera, não por sua origem, que Carlos VII recruta e paga mercenários. Não importa para ele que sejam dublados. Já o bônus de comando vai para o capitão encarregado de sua companhia, capitão escolhido pelo rei. Os capitães de Carlos V, já, percebiam um "estado" que se somava ao total dos saldos que lhes deviam pelos seus homens de armas. Enquanto seus homens recebiam, dependendo de suas condições e equipamentos, de seis a sessenta libras por mês, Enguerran de Coucy, por ser capitão contratado pelo rei, e não por ser um dos grandes barões do reino, tinha em 1377 um "estado" mensal de quinhentas libras, que se somava à pensão que o Tesouro lhe servia, como a muitos outros grandes senhores, como preço de sua fidelidade e de seus serviços políticos.

Carlos VII, portanto, só tira a consequência extrema dessa hierarquia de remuneração: ele apenas remunera a responsabilidade real, a do capitão.

Na realidade, e embora saibamos perfeitamente as desvantagens de tal recrutamento, o exército de Carlos VII é composto em boa parte por subornos vindos de fora: escoceses, lombardos, piemonteses, aragoneses, castelhanos. Eles, pelo menos, desde que não nos esqueçamos de pagá-los, não trairão. As disputas internas da França são indiferentes a eles. Antes de 1420, o delfim assegurou os serviços de Jean Stuart e Guillaume Douglas. No pior momento do reino de Bourges, é Stuart quem se torna policial: os escoceses já são mais de seis mil - incluindo quatro mil arqueiros de valor comprovado - no exército do "golfinho manso", e são dois navios espanhóis. que estão indo para a Escócia para assumir.

Não pense que Carlos VII despreza a cavalaria francesa. Ele não a encontra pronta para servi-lo. Depois de vinte anos de guerra civil, a nobreza está cansada, talvez cética, certamente cautelosa. O senhor fica em casa e espera para ver para que lado o vento vai virar. No cerco de Orleans, metade dos homens de armas vêm de Territórios Ultramarinos e Ultramarinos. São dez capitães escoceses, cinco espanhóis e o italiano Théaude de Valpergue, que encerrará sua carreira na administração real como meirinho de Mâcon e senescal de Lyon.

O poeta Alain Chartier pode estar escandalizado com tal abdicação dos defensores naturais do comum, nada ajuda. Eles preferem “o conforto de sua casa”. Na verdade, Carlos VII fez de tudo para desencorajar a virtude militar de sua nobreza. Fazemos uma carreira mais rápida nas antessalas de Loches ou Chinon do que nos campos de batalha, e o dinamismo do rei não é tal que alguém tenha medo de ficar do lado mau enquanto espera. O tribunal vive no irreal e Dunois passa por um original porque prefere ir para a batalha.

Quem quiser lutar bem tem todos os direitos, e o rei não olha muito de perto. Agora não é hora de provas de cavalheirismo. Há algo para todos: o rei que é servido, os grandes homens que fazem seus próprios homens lutarem, os soldados que ganham a vida. Ex-

escrivão e ex-carroceiro, o doleiro e cortador de dinheiro Auvergnat, Pierre Begon se faz passar por um nobre, pois nomeou seus dois filhos como capitães a serviço do rei. O que é surpreendente que, no mesmo ano, uma camponesa de Lorena consiga ser confiada a homens de armas? Os quadros antigos estouraram e estamos prontos para tudo. Muito depois das primeiras vitórias e da retomada de Paris, o condestável de Richemont não hesitará em alistar para o cerco de Meaux umas boas vinte companhias de esfoladores, ou seja, três ou quatro mil subornos sem outro status social senão saber como bater e lutar de boa vontade.

A GUERRA NÃO DECIDIDA.

É, portanto, um estranho exército que Carlos VII lançou em 1423 a caminho de Reims. De alguma forma, as tropas leais a Carlos VII realmente derrotaram o campo a leste de Paris e, em particular, ameaçaram a cidade da coroação. A coisa não podia deixar indiferente um rei que não esperasse Joana d'Arc para saber o que a sagrada unção lhe conferiria como força política. Entre essas bandas mal coordenadas, uma junção era desejável. Ela encalhou em 30 de julho de 1423 em Cravant, perto de Auxerre. Os parisienses fizeram fogueiras. Dançamos nas ruas.

Entre os homens de armas que assim venceram a campanha em nome de Carlos VII, aparece um certo Étienne de Vignolles. Seu apelido, La Hire, chegará à lenda e até mesmo aos jogos de cartas.

Dois meses depois de Cravant, Suffolk viu sua ofensiva contra o Maine estilhaçada na charneca de Gravelle, em 26 de setembro, pelos escudeiros famintos do conde de Aumale. Os ingleses subestimaram esses "Armagnacs" nos quais viam mais bandidos do que soldados regulares. Na realidade, os angevinos - e Yolande d'Aragon, como viúva de Louis II de Anjou - tinham forte lealdade entre os nobres de Maine e Anjou. Muitos homens de armas que viviam separados em seus castelos dilapidados estavam prontos para lutar de graça pelo único prazer de atacar e pelo único, mas real, lucro de resgates e saques. Queimar uma fazenda não os incomodou muito. Violar a virtude de uma garota parecia uma distração para eles. Mas eles não suportavam receber um golpe sem devolvê-lo, e atacar primeiro era o comando fundamental de seu catecismo. Por nada no mundo eles não teriam se juntado a Carlos VII em Chinon. Lutar por ele, em casa, parecia uma honra para eles.

Melhor nosso trabalho do que sair perambulando na quadra e ver quem tem as pontas mais bonitas, as maiores protuberâncias ou o chapéu mais descascado do jeito que agora.

É um velho soldado que formula assim, em seu romance *Le Jouvencel,* a ética desses pobres mas valentes cavaleiros que preferiam os equipamentos às intrigas. Para subestimar sua capacidade de reação, Suffolk foi para o desastre. Infelizmente para Carlos VII, essas "espadas de ferro" não formaram um exército permanente.

Bedford aprendeu com a experiência. Ele preparou a campanha de 1424 como os passeios de antigamente. Ao mesmo tempo, Carlos VII descontou o lucro dos atritos que surgiram na aliança anglo-borgonhesa e o dos primeiros comícios bretões. Ele estava colocando em pé de guerra um exército que seria o da reconquista. Aos homens de armas da Rainha Yolande foram acrescentados os recrutados em Languedoc, Dauphiné, Auvergne. Genoveses, aragoneses e escoceses foram alistados.

Os dois exércitos estavam em vigor, o comando não era igual. De um lado, Bedford, do outro uma dezena de líderes ciumentos uns dos outros: Aurnale, Alençon, Coulonces e alguns outros, que iam arruinar qualquer tática geral para não dar a impressão de que aceitavam uma autoridade. .

A reunião aconteceu no dia 17 de agosto em frente à Verneuil-sur-Avre. Os franceses eram os mais numerosos. Eles atacaram primeiro: a cavalaria atacou, os sargentos a pé o seguiram mal. Os escoceses foram mortos sozinhos. Os italianos, que deviam virar o inimigo, preferiram saquear a bagagem. Como no passado em Crécy, como no passado em Azincourt, os arqueiros ingleses fizeram maravilhas. Aumale permaneceu entre os mortos.

Carlos VII se viu a caminho da coroação e a caminho de Paris. Ele sentiu sua falta de coragem desmoronar. Em meio à turbulência da corte, ele agora cuidava de suas amantes. Verneuil estava prolongando a guerra de vinte anos. Foi então que muitos parisienses no exílio desde 1418 começaram a negociar seu retorno.

Mas a vitória inglesa não foi decisiva. Verneuil deixou seu reino de Bourges para Carlos VII, uma negação permanente do Tratado de Troyes e, portanto, da presença inglesa em Rouen, Caen ou Paris. O verdadeiro resultado da vitória foi a estagnação da guerra. Isso poderia ter apenas dois termos: a entrada de Carlos VII em Rouen ou a de Henrique VI em Toulouse.

Mas Bedford tinha outras preocupações além de cruzar o Loire. Gloucester ameaçou a aliança da Borgonha com suas ambições na Holanda e criou problemas na própria Inglaterra. Por quatro anos, não houve dúvida na França de se envolver em operações limitadas. Seu principal efeito foi estabelecer a autoridade de Henrique VI em Maine: Salisbury entrou em Le Mans, depois de ter canhoneado o recinto, em 2 de agosto de 1425. Os nobres leais a Carlos VII conquistaram o reino de Bourges.

Nesta estagnação, o cerco de Mont-Saint-Michel facilmente se tornou um símbolo. Os ingleses haviam começado em 28 de setembro de 1424 o bloqueio de uma ilha cuja fraqueza eles conheciam: a guarnição era composta por duzentos homens de armas normandos, alguns habitantes resolutos e monges. Cerca de vinte barcos ocuparam o mar

desde o início da primavera. O oficial de justiça Nicolas Burdett bloqueou a costa e controlou a Ilha de Tombelaine, que seria o ponto de partida para o ataque final.

O capitão do Monte era um normando, o cavaleiro Nicolas Paynel. Ele jogou a única carta que lhe restava: o tempo. As paredes do Monte desafiavam a escalada e uma frota improvisada de barcos enfeitados conseguia abastecer os sitiados nas noites sem lua. Liderados por Yvon Prious, conhecido como Vague-de-Mer, os marinheiros do Mont e os dos portos bretões vizinhos permitiram aos defensores deixar o sitiante fugir.

O duque João IV da Bretanha percebeu que a queda do Monte determinaria o retorno dos ingleses ao ducado. Mal decidira intervir quando os marinheiros de Saint-Malo se adiantaram a ele: em 16 de junho de 1425, a frota de Saint-Malo embarcou nos navios ingleses. Os defensores do Monte enxamearam. Iam aguentar, fiéis a Carlos VII, sob a autoridade do novo capitão Louis d'Estouteville, até a chegada de um exército francês em 1444. Não demorou mais para o arcanjo São Miguel passar para o protetor da flor-de-lis.

A vitória de Dunois sobre Warwick em Montargis também teve a aparência de um feito em 1427. O Bastardo de Orleans - ele não receberia o condado de Dunois até 1439 - era então um jovem cavaleiro de vinte e quatro anos, ansioso para defender Orléanais de seu meio-irmão, o duque Carlos, cativo de Azincourt, mas também para se tornar conhecido ao contribuir para a vitória do que fora, contra os borgonheses, a festa de seu pai, Luís de Orleans.

Bedford não recuperou realmente o controle da conquista até 1428. Os bandos de "bandidos" que controlavam sua autoridade entre o Sena e o Loire não se desarmaram, e estava claro que nenhuma manifestação militar veria o fim. Os britânicos limparam repetidamente o país. Assim que os "Armagnacs" foram expulsos, eles foram vistos novamente. Nas cidades, e em particular em Paris, as conspirações tornaram-se raras à medida que os partidários de Carlos VII se cansavam, mas essas conspirações continuavam perigosas como sempre. Bedford sabia bem, alguns homens bastaram para abrir os portões da cidade, e o campo fervilhava de Armagnacs prontos para lucrar com a menor porta entreaberta. Somente a redução do reino de Bourges poderia levar à submissão dos súditos de Henrique VI. Para que ninguém reivindicasse mais Carlos VII, não deveria haver mais Carlos VII.

A decisão de ocupar Orleans a todo custo e cruzar o Loire foi tomada durante uma reunião realizada em Paris no verão de 1428 pelo Conselho do Regente. Algumas semanas depois, Thomas de Montagu, conde de Salisbury, desembarcou em Calais com um exército fortemente equipado, que completou na França.

O cerco de Orleans prometia ser longo e difícil. Bedford organizou suprimentos de trigo e carne, depois se estabeleceu em Chartres, o centro do sistema. Em 12 de outubro de 1428, Salisbury estava na frente de Orleans. Ele havia se dado ao trabalho de limpar as

estradas secundárias ao passar e ocupar os lugares mais próximos no Loire: Jargeau, Meung, Beaugency. Ter a ponte de Orléans era apenas uma questão de paciência.

Ninguém pensava que Orléans pertencesse ao duque Carlos e que essa honra cavalheiresca proibia atacar a propriedade de um prisioneiro. Afinal, Philippe Auguste, no passado, não se envergonhou de escrúpulos durante o cativeiro de Jean sans Terre. Acima de tudo, todos entenderam que o cerco de Orléans foi o momento decisivo de um conflito em que Carlos de Orléans já não tinha sua parte. Era Carlos VII que Bedford estava atacando, não o poeta prisioneiro.

Entre os sitiados, havia pouca esperança. O melhor guerreiro de Carlos VII foi Richemont, e o condestável então manteve uma guerra aberta contra seu rei, ou melhor, contra aqueles que o suplantaram em favor do rei. A Assembleia Geral dos Estados em Chinon tentou uma mediação, que os poderosos da época tentaram frustrar: La Trémoille conseguiu desperdiçar o produto do imposto votado em Chinon, em vez de financiar o levantamento de novas tropas. . Diante de capitães experientes como William de la Pole, conde de Suffolk ou como John Talbot, os franceses só tinham o ardor ainda desajeitado do jovem Dunois. Poton de Saintrailles, La Hire e os outros tenentes de Dunois eram bons homens de armas, bravos e resistentes. Eles não eram estrategistas. Quanto aos burgueses, que desempenhariam um papel decisivo em certos momentos da defesa, eram, contudo, apenas burgueses. Dunois tinha, na verdade, apenas alguns milhares de soldados. Sua primeira vitória foi não se desesperar desde o primeiro dia.

O povo de Orleans tivera muito tempo para fortalecer sua posição. Desde a época de João de Lancaster e do Príncipe Negro, eles sabiam o preço de uma ponte de pedra sobre o Loire. Eles também sabiam que os ingleses não se contentariam em usar a ponte: a captura da ponte foi o saque de Orleans. A maior parte do orçamento municipal foi, portanto, dedicado, durante quinze anos, ao desenvolvimento de fortificações exemplares. Apoiada ao sul pelo Loire, a cidade tinha uma forte muralha. A própria ponte era guardada no seu centro por uma bastide, “Saint-Antoine”, e na sua extremidade sul por um verdadeiro forte, “les Tourelles”. A ponte terminava apenas em uma língua de terra, ela própria conectada à margem esquerda por uma ponte levadiça. Uma fortificação de terra, o "boulevard" des Tourelles, protegia o acesso. A sua porta, "Sainte-Catherine", foi defendida por uma obra.

Abastecimento não faltou: era sabido que os ingleses não atirariam contra a ponte por onde passavam os comboios do sul. Teria sido para destruir o objeto de sua luxúria. Mas Salisbury teve a habilidade de enviar de barco pela margem esquerda uma pequena tropa que apreendeu, no dia 21 de outubro, o Fort des Tourelles. Dunois mandou cortar a própria ponte. A cidade estava realmente isolada.

Salisbury teve a infeliz ideia de ir ver sua conquista. Uma bala de canhão o atingiu na cabeça; ele morreu três dias depois. Como ele havia saqueado a igreja de Notre-Dame-de-

Cléry alguns dias antes, os franceses queriam ver isso como um castigo do céu. Suffolk e Talbot compartilharam o comando e aumentaram o bloqueio.

Um sistema de fortificações inglesas dobrou as fortificações francesas, até bloqueando o acesso à ponte na margem esquerda. O dispositivo era impressionante. Foi inadequado. Os ingleses instalaram-se em suas próprias bastidas, que eram mal conectadas entre si, ao passo que teriam de tomar as dos Orleanais. Como no Mont-Saint-Michel no passado, eles contavam com o tempo. Mas Dunois também contava com tempo. E a duplicação das fortificações apenas aumentara o perímetro: os ingleses não eram mais numerosos.

Questão crucial de todos os assentos, o reabastecimento também estava chegando

mal para os sitiantes do que para os sitiados. Depois do exército de Salisbury, os bandos de Armagnac voltaram para a retaguarda dos ingleses. A comida destinada aos sitiantes era ameaçada na estrada, aquela que se levava para o Orleanais dificilmente cruzava o bloqueio. E o conteúdo dos vagões pelos quais lutamos geralmente se perdia na lama: o que faltava a alguns não era comum para outros.

Em fevereiro de 1429, o caso do arenque acabou desacreditando os franceses sem promover o cerco. Charles de Bourbon, conde de Clermont, estava em Blois com um exército. Ele decidiu cortar a rota de um comboio de arenques - trezentos carroções, dizia-se - que Fastalf estava dirigindo para Orleans para garantir a subsistência dos sitiantes durante a Quaresma. Mas ele teve a estupidez de lançar seus escoceses sem esperar por uma saída do Orleanais com a qual sabia que podia contar. Os ingleses tiveram tempo de vê-lo chegar e se refugiar, perto de Rouvray-Saint-Denis, no meio dos vagões. O conde da cavalaria de Clermont ridicularizou-se ao ser cortado em pedaços entre os capacetes virados. Os feridos com cheiro de arenque foram recolhidos. Ele mesmo ferido, Dunois escapou por pouco. Quanto aos Orleanais que tinham ido ao encontro de Clermont, foram salvos pela inação dos sitiantes, que consideraram que não deviam cobrir um comboio de arenques: permaneceram nas bastidas para ver a guarnição sair e voltar.

Clermont nem mesmo interveio na luta. Ele havia deixado os escoceses fazerem isso. No entanto, ele se juntou aos sobreviventes do exército de Dunois para entrar em Orléans. Sua popularidade não estava garantida na cidade; ele ficou lá muito pouco. Mas ele levou consigo o que restava do exército real.

A burguesia ficou sozinha, mal ousando esperar que um novo exército viesse para desbloquear a cidade. O moral estava em seu nível mais baixo. O cerco não poderia durar para sempre. Os defensores agora estavam ficando sem comida e munição. Mas eles sabiam que rendição era massacre, incêndio criminoso, pilhagem. Eles tentaram negociar

uma nova proteção: eles se voltaram para o duque de Borgonha. Carlos VII não estava em posição de se opor a isso: era um mal menor.

Saintrailles e alguns burgueses vieram oferecer a Philippe le Bon um mercado estranho: ele combinou com os ingleses que se apresentassem em seu lugar na frente de Orleans, e a cidade se rendeu a ele. Com exceção de Dunois, todos haviam esquecido que havia um duque de Orleans.

Philippe le Bon aceitou o acordo. Nós o vimos em Paris, onde ele tentou convencer Bedford. O regente levou o assunto mal.

Eu ficaria muito zangado se tivesse batido nos arbustos para que outros tivessem que ter os filhotes

Bedford poderia muito bem se recusar a compartilhar, Orleans ainda não era dele, e o exército de cerco não estava em melhor situação do que o sitiado. Os franceses desabaram entre os arenques, mas os arenques falharam com os ingleses. Um segundo comboio foi despachado. Um grupo de camponeses de Gâtinais também bloqueou seu caminho. Na frente de Orleans, eles estavam tão cansados da guerra quanto atrás das muralhas.

Dunois, no entanto, considerou capitular. Mais alguns dias e os ingleses poderiam consertar a ponte. Aquitânia e Languedoc são deles. A Guyenne inglesa não estaria mais isolada. O reino de Bourges seria destruído.

O Bastardo de Orleans estava lá em suas reflexões quando soube que Gien tinha visto uma garota estranha. Enviado por Deus, ela foi ver o rei. Carlos VII estava em Chinon. Dunois despachou dois homens de confiança para lá.

Em Chinon, Carlos VII também estava cansado. Alguns sugeriram que ele abandonasse o jogo, que ganhar o Dauphiné, que se refugiar em Castela, que se juntar à Escócia. Como Carlos V, anteriormente, pronto para deixar Meaux e ir para o Dauphiné poucas horas antes do colapso de Etienne Marcel, Carlos VII estava se preparando para o abandono de um reino que considerava perdido.

CAPÍTULO XVI

Jeanne d'Arc

AS VOZES.

Jeanne nasceu por volta de 1412. Ela faria dezoito anos, mais ou menos. Jacques d'Arc, seu pai, era lavrador, camponês próspero. Isabelle Romée, sua mãe, era piedosa. Ambos eram leais ao rei da França Carlos VII. Em Domrémy, no Royal Barrois, isso era considerado normal. Apesar de algumas incursões de ingleses e borgonheses, que causaram muitos estragos e queimaram Domrémy em 1428, o capitão dos Vaucouleurs Robert de Baudricourt manteve seu châtellenie na obediência de Valois. Uma ilha de lealdade como tantas outras, esta é Domrémy.

No dia em que ouviu vozes celestiais aconselhando-a a obedecer a Deus, Jeanne ficou comovida, mas não surpresa. Ela guardou a mensagem para si mesma. Ela tinha então doze ou treze anos, idade em que ninguém se preocupa com nada. Quando suas vozes - o arcanjo São Miguel e as duas Santa Catarina e Margarida - lhe revelaram que ela deveria expulsar os ingleses e fazer com que o rei fosse coroado, Joana ainda sentia os limites de suas forças. Ela fez ouvidos moucos.

Ela acaba conversando com o tio sobre isso. Este último a levou para Baudricourt. O bravo soldado se divertiu e depois dispensou a garota que estava perdendo seu tempo. Estávamos começando a conversar com Vaucouleurs sobre o cerco de Orleans. O evento foi preocupante o suficiente para que esquecemos uma virgem provavelmente excitada, mas não perigosa.

Baudricourt viu Jeanne retornar mais ou menos na época em que o conde de Clermont se encarregara de interceptar os arenques de Fastalf. Mas desta vez, o bom povo de Domrémy estava acompanhando o mensageiro de Deus. Já fazia um ano que a jovem só falava de sua missão: as pessoas ao seu redor defendiam sua causa. No ponto em que estava o reino da flor-de-lis, o que não era permitido fazer?

Um incidente aconteceu para abrir o caminho para Chinon para Jeanne. O duque Charles de Lorraine estava doente. Ele descobriu que um místico estava falando sobre ela. Ele mandou chamá-la para curá-lo.

Carlos de Lorraine foi um daqueles príncipes que os laços de família forjados em toda a Europa afastaram de compromissos decisivos. Antigo inimigo de Luís de Orleans e ainda adversário dos Armagnacs, antes brigava com o partido da "paz" parisiense e seu porta-voz Jean Jouvenel, esse borgonhês no fundo não tinha menos amizade com os angevinos de Nápoles. Sua filha e herdeira, Isabelle, havia se casado com René d'Anjou, filho desta rainha Yolande que desenhava os fios políticos do reino de Bourges.

O duque Charles esperava por saúde. Ele recebeu uma lição. Jeanne o aconselhou a não trair mais a esposa. Então ele iria melhorar. Atordoado, o duque deu pequenos presentes para a garota e a mandou embora. Ela tivera a audácia de pedir - em vão - ao futuro rei René que a acompanhasse até Chinon. Quando ela voltou para Vaucouleurs, uma virgem que havia sido recebida pelo Duque de Lorraine foi levada a sério.

Baudricourt recorreu a grandes meios para descobrir com quem se tratava: mandou-a exorcizar pelo pároco. Vimos que ela não estava possuída pelo demônio. Afinal, eles não disseram que a França havia sido perdida por uma mulher - Isabeau, obviamente - e que uma virgem iria salvá-la? Não disseram que a vingança de Deus seria acompanhada de muitos milagres? Na França de Carlos VII como na de Henrique VI, as profecias eram abundantes. Jeanne poderia se enquadrar em qualquer uma dessas previsões.

Profetisas, tínhamos visto outras por cinquenta anos. O Great Western Schism forneceu material para muitas revelações, para muitos pontos de vista sobre a salvação do mundo e o fim dos tempos. Os conselhos das santas mulheres inspiradas no drama da Igreja quase não foram seguidos, nem os de Santa Catarina de Sena nem os outros. Mas a ideia de que uma mulher pudesse ver a solução para os males comuns da cristandade não foi para surpreender os contemporâneos de Carlos VII. Jeanne valia bem as anteriores, e as pessoas próximas a ela sem dúvida estavam muito orgulhosas de que, pela primeira vez, o evento estava acontecendo diante de seus olhos. Os outros, estávamos conversando sobre isso. Este nós conhecíamos. Dois escudeiros se ofereceram para levar Joana d'Arc ao rei.

Baudricourt ofereceu espada e roupas de viagem, roupas de homem que ninguém pensou na hora em censurar a jovem. Os habitantes contribuíram para o cavalo. Jeanne pegou a estrada para Chinon. Ela estava lá em 6 de março.

Carlos VII, a princípio, ficou desconfiado. Depois de dois dias, parecia que Jeanne não era perigosa. Ela foi recebida. O favor não foi extraordinário: Isabel também havia recebido em 1398 a vidente Marie Robine, uma boa camponesa da Gasconha que queria pôr fim ao cisma da Igreja.

O rei, entretanto, continuou em guarda. Claro, Joan reconheceu desde o primeiro momento aquele que tentou desviá-la ao se misturar com a multidão de cortesãos. Mas tínhamos visto outras bruxas. O sobrenatural ainda impressionava os homens da Idade Média, mas o sobrenatural não poderia ser uma boa fonte. Alguns teólogos foram designados para interrogar a menina, enquanto uma missão de franciscanos foi enviada a

Domrémy para uma investigação rápida. A conclusão foi que Joana tinha uma vida e uma moral puramente boas, tão piedosa quanto ignorante, perspicaz, "bem-intencionada" quanto aos infortúnios da França. O inglês tinha que ir, o borgonhês para se reunir. Sem meias medidas na análise política de Jeanne. "Deus quer" era o seu lema, que esclarecia tudo.

Instado por seu confessor Gérard Machet, Carlos VII começou a levar o assunto a sério. Jeanne contou-lhe um segredo desde o início? No processo de reabilitação em 1456, Agostinho Jean Paquerel, ex-capelão da Donzela, relatou que ela havia, por Deus, reassegurado Carlos VII quanto à sua legitimidade.

De Messire, digo-lhe que é o verdadeiro herdeiro da França e filho do rei. E ele me manda procurá-lo para levá-lo a Reims.

Revelação um pouco fácil, alguns julgarão. Se lembrarmos que em 1420 o Tratado de Troyes negava a Carlos o título oficial de "filho do rei da França" e que em 1429 poucas pessoas apostavam na vitória de Valois, e se notarmos que - Joana não queria revelar o segredo do rei a outros - Carlos VII não tinha interesse em inventar uma conversa tardia que enfatizasse a lembrança de suas dúvidas, pode-se pensar que tal declaração realmente incomodou o rei de Bourges.

Jeanne foi enviada para Poitiers. Havia uma infinidade de médicos lá. Eles ficaram impressionados com o extremo bom senso da garota. Um Limousin que falava com sotaque forte - o mesmo de que Rabelais zombava - perguntou em que língua seus santos falavam; Jeanne respondeu sem rodeios: "Melhor que o seu!" "

Os teólogos também ficaram impressionados com uma coisa: a jovem não estava apenas determinada a orar, ela estava determinada a lutar. Saímos do tipo conhecido pela profetisa.

Para maior segurança, Jeanne foi examinada por uma parteira. Era assim que se sabia que ela não era um homem e que era virgem. Bruxa, o comércio com o diabo não a teria deixado intocada. O caso foi, portanto, ouvido. Jeanne foi trazida de volta para Chinon. A opinião dos médicos foi favorável.

ORLEANS.

Orleans então parecia perdido. Por que não deixar Joana d'Arc tentar a sorte? Basta dizer que o colocamos à prova. Ela recebeu armadura, teve Cristo pintado em um estandarte entre dois anjos; bordado na seda, o grito “Jesus, Maria! Fez a empresa parecer uma cruzada. Joan tinha visto uma espada em um sonho: ela foi encontrada para ela e um fornecedor a restaurou. O maravilhoso continuou a obscurecer o caso.

Os inimigos de Joana pareciam ter o julgamento de Deus contra eles. Um homem de armas que a viu passar por Chinon na antecâmara real foi muito esperto: que ela foi dada a ela uma noite, e veríamos se ela era virgem. Jeanne tinha ouvido. Enquanto o homem jurava garantir sua aposta, ela o repreendeu: "Você nega a Deus e está tão perto da morte ..." O blasfemador foi encontrado afogado.

Enquanto o ânimo esquentava, os homens de guerra entraram em cena. O duque de Alençon ofereceu seus serviços. Descendente direto de Charles de Valois, portanto do rei Philippe III, Jean d'Alençon era de sangue real. Uma vez derrotado e capturado em Verneuil, e então liberado por um resgate de vinte mil saudações de ouro, ele teve que se vingar dos ingleses. Em todos os aspectos, seu apoio à mobilização Joana d'Arc. Outros, de menor nascimento, ofereciam de forma bastante simples - mas não de graça - seu braço e sua empresa: por exemplo, Poton de Saintrailles, Gilles de Rais, Étienne de Vignolles dit La Hire, Ambroise de Loré, Jean de Bueil. Todos lutaram na guerra de Carlos VII e dos Angevins no Maine e Anjou, em Champagne e em Gâtinais.

Boa vontade não faltou. Até vimos a chegada dos irmãos de Jeanne, Pierre e Jean. Raramente as táticas foram menos sub-reptícias do que a última tentativa de Carlos VII em favor de Orleans. Toda a França sabia disso. Na maioria das vezes, as pessoas estavam céticas. Muitos seguiram Joan "para descobrir o que poderia ser feito e experimentar". No ponto em que estávamos ...

Para maior segurança, Jeanne recebeu um escudeiro que seria uma espécie de mentor militar: o bom Gascon Jean d'Aulon.

O exército estava em Blois, ou pelo menos o que restou dele depois do caso do arenque. As tropas que tinham vindo com Joan se juntaram. O marechal de Boussac assumiu a liderança da operação, com Jeanne ao seu lado. Cruzamos o Loire e chegamos a Orleans pela margem esquerda. Apesar do conselho da Donzela, os capitães de Carlos VII decidiram contornar a cidade pelo sul e pelo leste e atacar os sitiantes ao norte, na estrada para Paris. Aqui é onde a defesa inglesa era mais fraca: eles naturalmente desconfiavam do sul, não do norte.

Dunois deixou a cidade sitiada e se juntou ao exército de socorro em Sologne.

Jeanne tinha razão em fazer ressalvas à estratégia imaginada por Boussac: as águas do Loire estavam pesadas. O exército voltou para Blois. Durante esse tempo, com apenas alguns companheiros, Jeanne estava chegando a Orleans de barco; ela estava lá em 29 de abril.

Este foi um cerco muito estranho, onde a cidade sitiada foi reduzida à fome, mas os defensores entraram e saíram quase livremente, enquanto os sitiantes, estabelecidos em fortes de um bloqueio incompleto, morriam de tédio. e desperdiçou o dinheiro do contribuinte inglês. A multidão aplaudia Jeanne: talvez as coisas mudassem.

La Pucelle tentou uma manobra diplomática final. Ela avisou Henrique VI, Bedford e Talbot de que eles deveriam retornar à ilha.

Devolva à Donzela enviada por Deus as chaves de todas as boas cidades que você tomou e estuprou na França ... Eu vim de Deus, o Rei do Céu, corpo por corpo, para expulsar você da França 1

Nesta data, a arrogância fez rir. Os sitiantes fizeram Joana d'Arc manter uma boa rudeza. Demorou mais para desconcertar uma garota que falava por Deus: ela foi pessoalmente chamar William Glasdale para evacuar o Fort des Tourelles, na margem esquerda. Naturalmente, os ingleses se abstiveram de obedecer.

A partir daí, porém, tudo correu muito rápido. O corpo principal do exército real estava voltando de Blois com um comboio de provisões. Ele chegou em 4 de maio na frente de Orleans, contornou a cidade pelo norte e atacou a bastide Saint-Loup, a leste da muralha inglesa. A luta já estava feroz quando Jeanne e sua família souberam da notícia; enquanto os ingleses se recuperavam, uma surtida liderada por Jeanne deu a vitória aos franceses. Na noite de 4 de maio, uma das partes principais do dispositivo de cerco havia caído. Mas Jeanne não gostou muito que o caso tivesse acontecido sem que ela soubesse. Ela disse isso bruscamente.

Na verdade, os capitães continuaram a desconfiar dela. Foi novamente sem ela que eles deliberaram no dia 5 e decidiram atacar a cidade fortificada dos agostinianos na margem esquerda no dia seguinte. Dunois queria que ele acreditasse que eles atacariam o recinto pelo noroeste. Jeanne voava bem e não desistia: na manhã do dia 6, ela mesma lançou o assalto contra os agostinianos. O resultado foi que essa nova vitória parecia a todos ser sua. A desconfiança dos capitães se voltou contra eles.

Os ingleses já estavam entrando em pânico. A primeira convocação de Jeanne a fez rir muito. Agora, corria o boato de que excelentes soldados haviam sido espancados por uma mulher no dia anterior. A outra carta da Donzela, eles responderam sem a menor ironia: que ela iria ficar com suas vacas, ou eles a queimariam. Nesse ínterim, eles se fecharam tolamente em suas bastides. Eles se esqueceram que em um cerco é o sitiante que é o atacante.

O dia 7 de maio foi decisivo. Os franceses queriam descansar e o capitão da cidade, Raoul de Gaucourt, recusou-se a alargar uma nova onda de assalto. Jeanne os forçou a invadir a bastide des Tourelles, aquela que fechava a ponte ao sul. Levando-se para a linha de frente, ela desempenhou um papel importante lá: ela envergonhou os soldados. Quando a vimos, gravemente ferida por uma seta de besta que perfurou seu ombro - ela se acreditava morta e chorava - e ainda capaz de ir e colocar sua bandeira no cercado de terra, os franceses avançaram a defesa inglesa. Jeanne estava gritando "É tudo seu, e entre!" Isso é o que eles fizeram.

A ponte estava limpa, Orleans desbloqueado. Persistir na margem direita seria suicídio. Em 8 de maio, Talbot suspendeu o cerco.

HORA PARA VITÓRIAS.

O efeito superou a causa. Os ingleses perderam uma vitória, mas a frente permaneceu o que era seis meses antes. Por não saberem como coordenar sua defesa ao longo de uma linha de cerco muito esticada, os sitiantes permitiram que suas bastidas fossem tomadas uma após a outra. Mas sua retirada foi mais perceptível do que o avanço francês. Neste mês de maio de 1429, Carlos VII não havia feito nenhum progresso e Bedford ainda governava, em Paris, um bom terço da França. No entanto, a saudação de Orléans pareceu ser a primeira parada durante muito tempo dada ao avanço inglês. Em Baugé, como em La Gravelle, Bedford fizera poucos investimentos. O Mont-Saint-Michel não poderia passar por um ponto estratégico. Em Orleans, diante de um reino da Inglaterra cansado de financiar a guerra, o regente havia apostado tudo.

A propaganda dos partidários de Carlos VII se organizou. Jeanne não dissera aos teólogos de Poitiers que iria libertar Orléans para lhes dar o sinal que pediam, o sinal de uma missão divina que terminaria em milagre, quase sem ser divina? Orleans, agora, estava limpo. Tínhamos o sinal.

O inglês recuou diante de uma mulher. Jeanne havia encorajado os soldados; ela parecia um capitão. O principal é que os ingleses eram ridículos. O tribunal e o povo muitas vezes tiveram medo. Cantamos até Dauphiné.

Para trás, inglês covarde, para trás!
Tem a gota e o cascalho,
E o pescoço rasibus cortado!

Dando o melhor que pôde na velhice com a alegria da renovação prevista, Christine de Pisan se envolveu.

O ano mil quatrocentos e vinte e nove
Retomava o sol brilhando.
Ele traz de volta os bons tempos novos
Que não tínhamos visto com o olho direito
Desde um longo tempo...

Em Avignon, os clérigos se perguntaram se essa garota não era o instrumento da Cruzada. Refugiado em Lyon desde a derrota do partido da "paz", o chanceler da Igreja de Paris, o teólogo Jean Gerson, estudou cuidadosamente o que se sabia sobre Jeanne. Ela era piedosa, modesta, generosa. Pelo que ele sabia, podia-se apoiar o fato da Donzela,

porque sua causa final é uma das mais justas: devolver o rei ao seu reino, empurrar para trás e derrotar o mais odioso dos inimigos.

O bravo escudeiro Jean d'Aulon incomodará menos casuística quando testemunhar em 1456:

Todos os fatos da dita Donzela pareciam-lhe fatos mais divinos e milagrosos do que o contrário. Era impossível para uma virgem tão jovem fazer essas obras sem querer isso e a orientação de nosso Senhor.

O entusiasmo de Jean d'Aulon chegava a atribuir à Providência o fato de que, na promiscuidade dos campos, ninguém sentia o menor desejo amoroso por Joana.

Não insistindo que ela era uma jovem linda e bem formada, e que várias vezes, ajudando-a a se armar ou não, ele tinha visto suas tetas e nunca suas pernas nuas enquanto a fazia curar suas feridas, e que aproximava-se dela muitas vezes, e também que ele era forte, jovem e em boas condições, porém, nunca, por qualquer visão ou toque que ele tinha da dita Donzela, seu corpo não foi movido por nenhum desejo carnal em direção a ela. E da mesma forma nenhum outro de seu povo e escudeiros, como aquele que fala já os ouviu dizer e relatar várias vezes.

Os ingleses e franceses concordaram imediatamente neste ponto: o sobrenatural estava entrando em guerra. Deus ou diabo, a questão estava aí. Os ingleses não podiam esquecer que pensaram ter visto Joan morta por causa do dardo de sua besta e não podiam acreditar que a ouviram ordenar o ataque. Acima de tudo, se ela não fosse uma bruxa, eles teriam sido derrotados. O sobrenatural era uma boa desculpa para a derrota. Bedford mais tarde o escreveria a seu sobrinho Henrique VI para se justificar:

Grande parte da razão para o desastre são, em minha opinião, as idéias malucas e o medo irracional inspirado em seu povo por um seguidor e capanga do diabo chamado de Donzela.

Os franceses, por outro lado, lembraram-se da ordem de recuo dada por Dunois poucos minutos antes do que seria sua vitória. E Jeanne não era uma adivinha? Ela não tinha anunciado a Carlos VII que seria ferida em Orleans antes de libertar a cidade? Ela tinha sido ouvida prevendo uma morte estranha - "sem sangramento ... " - para o capitão do Turrets, Glasdale, que a insultou. E Glasdale foi afogado ...

Enquanto novas energias - vários jovens cavaleiros e escudeiros - se alistavam sob a bandeira da flor de lis, muitos capitães que, em 7 de maio de 1429, se sentiram oprimidos pelos acontecimentos, guardaram rancor contra Joana. De que adianta sua experiência com armas se uma virgem lhes deu uma lição? Jeanne não estava ajudando, que não hesitou em lembrá-los de sua responsabilidade ao ditar sua estratégia. Para Guillaume Aimery, que lhe perguntou em Poitiers por que Deus precisava de homens armados se queria libertar o reino, ela respondeu de uma só vez:

Em nome de Deus, os homens de armas lutarão e Deus dará a vitória.

Ajude a si mesmo e o céu o ajudará. Esta era de fato sua política e seu catecismo. O assunto foi duro para o ex-derrotado de Cravant e para os de Verneuil. O aborrecimento dos profissionais de guerra foi medido quando o Conselho discutiu a possível continuação da campanha. Os chefes do exército decidiram que as tropas poderiam ser dissolvidas. Os mestres da política real começaram a temer por sua posição. La Trémoille viu-se

suplantada em favor do soberano. O arcebispo de Reims Regnaut de Chartres ficou preocupado ao ouvir alguém que não era bispo nem médico falando "em nome de Deus". Orleans estava destrancado; isso foi o suficiente para o ano. Sem a intervenção de uma Dunois agora adquirida por Jeanne, teria sido o fim da equipe. O Bastardo de Orleans venceu a decisão.

Desta vez Carlos VII especificou o objetivo, bem como as estruturas do comando. Tivemos que limpar a área de Orleans. O comando ia para o Duque de Alençon, que deveria consultar a Donzela em tudo e para tudo.

Alençon primeiro atacou Jargeau, onde Suffolk estava entrincheirado; a pequena cidade caiu em 12 de junho. A ponte Meung foi ocupada no dia 15, Beaugency no dia 17. Talbot fugiu a tempo e se juntou ao exército que Fastalf já havia reunido. Os franceses os atacaram no dia 18 em Patay, apesar da relutância de alguns companheiros de Joana d'Arc, ainda sofrendo com as derrotas sofridas em campo aberto, em Verneuil como em Azincourt. Mas o dinamismo mudou de lado. A carga francesa não deu aos arqueiros ingleses tempo para se emboscarem. Talbot se tornou um prisioneiro. Fastalf salvou parte das tropas ao soar a retirada.

Agora tudo parecia possível. A Guy de Laval, que então veio vê-la, Jeanne prometeu, oferecendo-lhe uma taça de vinho, que o faria beber o melhor de Paris. Ao mesmo tempo, Bedford estava sitiando a capital. Apesar dos esforços da comitiva real para diminuir o papel da Donzela nas vitórias recentes, a garantia de Joana agora estava fazendo muito mais do que qualquer outra consideração política para trazer o espírito de vitória de volta ao acampamento de Carlos VII.

O rei, entretanto, permaneceu indeciso. Ter escapado do pior já parecia uma grande fortuna para ele, e ele hesitou em ir além. Jeanne estava falando sobre a coroação. Muitos tinham outras idéias em mente. Alençon, em particular, que queria atacar Paris e libertar a Normandia, em outras palavras, libertar seu ducado de Alençon. La Trémoille sabia que Richemont queria se juntar ao exército francês de Patay e que Jeanne estava pressionando o rei a esquecer a traição do policial. Para a favorita, Jeanne agora representava uma ameaça: todos sabiam o que a volta de Richemont significaria para La Trémoille. Felizmente Dunois interveio para ajudar Jeanne a forçar a vontade do rei: iríamos a Reims.

O pânico reinou em Paris. A pregação ardente do cordelista irmão Richard já havia entretido uma agitação popular por dois meses que nada tinha a ver com os acontecimentos em Orleans, mas agravou o nervosismo geral. Bedford podia temer qualquer coisa. Ele achou melhor escrever a Filipe, o Bom, pedindo-lhe que viesse o mais rápido possível para visitar sua cidade fiel. O duque já havia chegado antes da queda de Orleans, e sabemos que Bedford o recebeu mal. Ele voltou, mas resmungando, e ficou apenas cinco dias.

As pessoas boas estavam preocupadas. Inimigo jurado dos Armagnacs, o “burguês de Paris ecoa - embora assegure que não acredita - a lenda de Joana d'Arc um tanto confundida com São Francisco de Assis:

Afirmam que, quando ela era muito pequena e cuidava das ovelhas, os pássaros do bosque e do campo, quando os chamava, vinham comer seu pão no colo.

Realmente faltou sorte em Bedford: com uma semana de intervalo, um bezerro com duas cabeças, 2,5 metros e duas caudas e um leitão com duas cabeças nasceram em Chanvrerie, perto de Saint-Eustache.

Mas ele tinha apenas quatro pés.

Tudo isso obviamente anunciava grandes convulsões. Dobramos o relógio, colocamos canhões nas paredes. Houve uma grande procissão. As aldeias vizinhas se esvaziaram. Clamart, Meudon, Bourg-la-Reine encontraram-se em Paris. Aos cidadãos reunidos em 14 de julho, em frente ao Palais de la Cité, a história da traição de Montereau foi contada pela centésima vez. Então Filipe, o Bom, foi embora, levando consigo sua irmã, a duquesa de Bedford. O regente ficou sozinho em Paris. No dia 4 de agosto, prudentemente foi se estabelecer em Pontoise. Os parisienses se sentiram abandonados.

Tudo o que puderam encontrar para acalmar as coisas foi fazer o irmão Richard ir embora. O povo voltou para suas tabernas, suas bolas, seus dados. As medalhas que o Cordelier distribuíra foram atiradas às urtigas. O irmão Richard encontrou refúgio em Troyes.

Carlos VII entrou na campanha em 29 de junho. Ele contornou Auxerre, chegou a Troyes em 10 de julho, quando o irmão Richard tinha acabado de chegar. Ele se vingou dos borgonheses que o exilaram, explicando aos Champenois que Deus estava com esta Donzela. Ele deu como prova o fato de que sobrevoou as fortificações.

Durante esse tempo, Joan prevaleceu no Conselho sobre a equipe esperar para ver, entre os quais ele estava curioso por contar com o arcebispo de Reims. Foi decidido invadir Troyes. Os moradores limitaram os estragos no tempo: por meio de uma anistia e um aumento significativo de seus privilégios comerciais, eles abriram suas portas. A partir daquele momento, Carlos VII não encontraria mais resistência. Em 16 de julho, ele estava em Reims.

Jeanne conheceu o pai lá, que naturalmente se esquecera de sua antiga intenção: afogar ele mesmo a filha se ela um dia saísse com os soldados. Ela também conheceu René d'Anjou, duque de Bar e futuro rei de Nápoles; lembramos que ela já havia pedido em vão a proteção desse príncipe para chegar a Chinon. Apenas seis meses se passaram desde as aproximações incertas de Baudricourt.

Carlos VII ofereceu a Joana um lugar ao seu lado durante a coroação. Ela estava lá, com o estandarte que desempenhou um papel tão importante diante dos Tourelles.

Em 17 de julho de 1429, Carlos VII realmente recebeu a unção. Ele não precisava ser rei da França. Por mais de dois séculos, a hereditariedade havia feito o rei, não a coroação. Discutido em sua legitimidade, o filho de Carlos VI e Isabel precisava ser reconhecido. No reino de Lancaster, surpreendia-se sinceramente: Deus permitiu a coroação de um "chamado rei". Gente boa, que não era ingênua, ironizou o fato de que havia um rei real - Henrique VI - e uma farsa, mas que apenas a farsa era sagrada.

As conspirações eram raras em Paris havia cinco ou seis anos: desde que os parisienses exilados em 1418 começaram a retornar. A partir da coroação de Reims, as parcelas se multiplicaram. Obviamente, a confiança estava voltando aos silenciosos apoiadores de Carlos VII. A anistia concedida aos habitantes de Troyes foi comentada nas tabernas. A fé da Borgonha estava começando a derreter. O duque Philippe pouco se comprometeu durante sua última visita, e a população ficara impressionada. A polícia prendeu um pedreiro que, ironicamente, perguntou a um fiel do partido da Borgonha por que o duque viera a Paris.

Era para se opor à coroação do Delfim?

Ao reviver a guerra, Joan perturbou a pouca tranquilidade que se poderia ter em certos aspectos pela paz. Nas regiões próximas a Paris, foi um desastre. Os tempos mais sombrios estavam chegando para a economia rural, bem como para o comércio. Negócios desempregados, campos em pousio, portos desertos, feiras em ruínas, estamos na década de 1430.

Mas, como estava colocando a França de volta à guerra, Joan quebrou o silogismo dos pusilânimes: prosperidade é paz e paz é o status quo. Assim que os efeitos da guerra foram novamente tolerados, a paz não exigia mais a vitória de Lancaster. Carlos VII conquistou, na desgraça da época, uma série de partidários dispostos a esquecê-lo quando ainda era possível um descuido favorável aos negócios.

Porque a guerra continuou. Sagrado, Carlos VII teve que retornar à sua capital. Politicamente, era essencial. Estrategicamente foi decisivo. Bedford entendeu o que estava em jogo. Obteve de seu tio Beaufort a ajuda das tropas arrecadadas com grandes despesas para a cruzada boêmia, a cruzada pregada contra os fiéis do teólogo herético Jean Huss, que morrera na fogueira quinze anos antes.

Enquanto Bedford estava construindo seu exército, Carlos VII e Joana d'Arc se aproximaram de Paris. Soissons, Laon, Château-Thierry, Provins submeteram-se sem hesitação. Compiègne negociou sua capitulação. A lealdade borgonhesa das cidades da Picardia começou a vacilar. No final de julho, as negociações franco-borgonhesas foram iniciadas em Arras. Eles terminaram em uma trégua. O principal foi termos negociado. Todo mundo tinha visto que Filipe, o Bom, nem mesmo tentou impedir Carlos VII de chegar a Reims.

La Trémoille e os apoiantes da conciliação levantaram as suas vozes no Conselho: em vez de continuar a lutar, não poderíamos chegar a um acordo definitivo com a Borgonha? Então os ingleses partiriam por conta própria. Jeanne e seus amigos - incluindo o duque de Alençon - ficaram furiosos quando ouviram a decisão de retirar o exército real. A partir daí, acabou: duas semanas após a coroação, a Donzela não tinha mais atrás de si toda a França de Carlos VII, ela era a porta-estandarte do partido dos Armagnacs.

Bedford achava que havia conquistado um ponto ao cortar a estrada para o Loire de seus inimigos. Ele foi segurar Montereau e ocupou Bray-sur-Seine. Carlos VII voltou. Estávamos indo para Paris.

Em vez de atacar a capital imediatamente, o exército primeiro travou a posição. Compiègne, Senlis, Beauvais foram ocupados. Em 26 de agosto, Jeanne estava em Saint-Denis. Com o duque de Alençon, ela preparou a ação contra Paris. Acima de tudo, ela esperava pelo rei: era ele quem deveria entrar em Paris.

O TEMPO DE XADREZ.

Carlos VII permaneceu em Compiègne. Recebeu ali os enviados de Filipe, o Bom. Para Jeanne e sua família, o golpe foi duro: o duque da Borgonha fingiu negociar enquanto endurecia sua atitude, pois os sucessos de Jeanne em Champagne e Valois o faziam temer pela Picardia e pelas relações entre Borgonha e Holanda. Em 28 de agosto, a trégua foi estendida até o Natal.

Os britânicos foram, pelo menos por enquanto, excluídos dessa trégua, mas os termos do acordo eram extremamente ambíguos. As cidades-ponte do Sena, incluindo Paris, foram deixadas de fora da trégua, e o duque da Borgonha manteve o poder de defender Paris. A trégua, no entanto, estendeu-se às cidades de Picardia e Valois, ou seja, às cidades que se preparavam para se render ao rei da França. O acordo de Compiègne congelou a situação em que estava evoluindo em favor de Carlos VII, e deixou-lhe apenas o direito de lutar onde a evolução era menos favorável. Você sempre pode tomar Paris ou Rouen, mas essas cidades não estavam dispostas a abrir suas portas. Em Paris, em particular, a memória do terror de Armagnac não foi apagada e se temeu a vingança dos vencidos de 1418. O melhor que o rei tinha a fazer era retornar a Berry.

O duque de Alençon apressou as coisas: foi buscar Carlos VII, trouxe-o de volta a Saint-Denis e ordenou um ataque à capital. Em 8 de setembro, um pouco antes do meio-dia, o exército real removeu facilmente as primeiras defesas do portão Saint-Honoré.

No recinto, havia parisienses, borgonheses, raros ingleses. O dispositivo militar estava sob as ordens de um capitão da Borgonha que, em 1418, fora um homem de confiança de Jean sans Peur antes de chegar aos olhos de todos os fiéis de Bedford: Jean de Villiers,

Senhor da Ilha -Adão. Um homem de armas digno da reputação dos piores motoristas de caminhão, e que conquistou grande popularidade em Paris massacrando muitos Armagnacs. Ele não negligenciou a garantia de sua fortuna adicionando os presentes de Bedford ao produto de seu saque. Ele teria sido o primeiro a se surpreender se soubesse que entraria em Paris sete anos depois, à frente dos soldados de Carlos VII. Aqueles que o consideravam um ladrão teriam se espantado se soubessem que seu neto um dia seria Grão-Mestre da Ordem de Rodes.

O ataque foi interrompido. Os soldados do rei haviam tomado o "bulevar" de terra batida e cruzado a vala seca, mas faltava passar pela vala cheia de água e pelo muro alto. Iam dizer que Jeanne desconhecia, até ao último momento, a existência desta segunda vala e que algumas pessoas tomavam o cuidado de não o mencionar a ela. Em Paris, porém, os partidários de Carlos VII dificilmente ousavam se desmascarar. O portão Saint-Honoré não abriu. Joana d'Arc foi carregada, ferida na coxa. O besteiro que a insultou antes de atirar era um bom parisiense, não um ocupante. E o "burguês" anotou naquela noite em seu diário:

Uma criatura em forma de mulher, com eles, chamada de Donzela. Quem foi, só Deus sabe.

O milagre de Orleans não aconteceu novamente. O porta-estandarte de Jeanne recebeu um ataque de besta no pé, levantou a viseira para ver um pouco melhor e removeu o ferrão, fez um segundo ataque entre os dois olhos.

Por volta das quatro horas, os parisienses lançaram um fogo de artilharia que fez os atacantes correrem. Eles compensaram ateando fogo ao celeiro que os Mathurins tinham na porta de Montmartre. Não foi glorioso.

A popularidade de Joan caiu repentinamente no exército real. As perdas foram severas. Não dormimos em Paris. O rei se opôs a uma nova tentativa, e até lhe pareceu que seria sensato deixar Saint-Denis. O outono estava chegando: o ano estava acabado. Carlos VII estava cansado. Ele concordou em estender a trégua a Paris. Significou o abandono de qualquer reclamação imediata.

O inglês engasgou. Bedford voltou a Paris em 18 de setembro, fez suas devoções em Notre-Dame, aparentemente deixou uma moeda de ouro no altar. Philippe le Bon veio por sua vez, no dia 30, com um grande pátio que desfilava da Porte Saint-Martin ao Hotel Saint-Paul via Beaubourg. Finalmente, no início de outubro, o Cardeal Beaufort foi visto chegando. Todos tomaram conselho em 13 de outubro. Philippe le Bon foi nomeado tenente do rei Henry VI, governador de Bedford da Normandia. Antes que alguns burgueses se reunissem no grande salão do palácio, a trégua foi proclamada.

Tínhamos tido medo de guardar apenas o desejo de um brilho sem riscos. Bedford mandou despedir Saint-Denis. Os habitantes da pequena cidade abriram rapidamente as portas para Joana d'Arc.

A política da Borgonha era tão inconsistente quanto a de Carlos VII. Como o rei, seu adversário, o duque estava cercado por conselheiros que atiravam em hue e dia. À vitória relativa dos partidários de um acordo com Carlos VII, os da aliança inglesa a todo custo responderam sugerindo aos ingleses que o duque talvez não se opusesse à passagem de seu exército pelo Nivernais. Tratava-se de colocar à disposição a ponte Charité-sur-Loire, ponte que o caminhoneiro Perrinet Gressart ocupou durante seis anos, que sabíamos estar a funcionar por conta própria, mas que foi toda adquirida pelos ingleses.

Bedford viu a possibilidade de tomar Carlos VII em um vício: ataque por La Charité, confiar o ataque reverso a Richemont, que estava deprimido em Poitou e meditando sobre sua desgraça. O condestável ainda estava com ânimo de ter sido afastado primeiro do poder, depois do combate, quando queria lutar por Carlos VII, Bedford podia contar com sua intervenção.

Carlos VII e seu conselho descobriram o que estava acontecendo. A melhor maneira de evitar o caso era desalojar Gressart de suas três fortalezas, Cosne, La Charité e Saint-Pierre-le-Moûtier. A operação oferecia muitas vantagens, além de privar os ingleses de uma ponte. Afastou a ameaça que ainda pairava sobre Bourges, a de um simples ataque de pilhagem. Liberou a navegação no Loire. Forneceu uma ocupação para Joana d'Arc. Alguns viram esta última vantagem acima de tudo. Eles se consolaram do fracasso final pensando que o principal era que Jeanne os havia deixado em paz por algumas semanas. Basicamente, o fracasso diminuiu o halo da Donzela. Na corte de Carlos VII, nem todos lamentaram.

A campanha no Loire terminou em fracasso. Saint-Pierre-le-Moûtier foi tomado de assalto, mas La Charité resistiu. A saída de Perrinet Gressart em dezembro causou pânico no acampamento dos sitiantes. O exército real nem teve tempo de carregar sua artilharia. Em caso de sucesso, Charles d'Albret e o marechal de Boussac teriam conquistado a vitória contra eles; eles deixaram Jeanne derrotada. Carlos VII achou que havia se safado enobrecendo toda a família Arc. Os irmãos de Jeanne estavam felizes. Ela não pediu nada.

Ao norte do Loire, Carlos VII, no entanto, marcou pontos. La Hire ocupou Louviers, depois Château-Gaillard. Laval, por sua vez, caiu nas mãos dos franceses. Mas já estava no final da temporada. Paramos aí.

O inverno foi triste para todos. A população se sentiu mais do que nunca em guerra. Os borgonheses ficavam pouco à vontade na frente de seu aliado inglês, como na presença do rei sagrado em Reims. Carlos VII fez bem em parar por aí com uma reconquista impossível. O partido da rainha Yolande venceu no Conselho e as pessoas se acostumaram com a ideia de que qualquer solução para o conflito passaria pela reconciliação com a Borgonha. Jeanne foi proibida de ir e lutar na Normandia ao lado do duque de Alençon. Muitas pessoas, e La Trémoille em primeiro lugar, estavam especialmente ansiosas para ver a Donzela de Orleans começando a ser esquecida. Chegaram a trazer outra vidente, uma

certa Catherine de la Rochelle, que muito oportunamente anunciou que Deus pouparia a reconciliação franco-borgonhesa.

A festa da guerra, a de Joana d'Arc, não era mais apenas a festa da vingança, dos Armagnacs, dos ex-cúmplices de Tanguy du Châtel. Pela primeira vez, graças às vitórias de 1429 e apesar do fracasso diante de Paris, tornou-se razoável não ceder em todos os pontos para ter paz. Para homens como o duque Jean d'Alençon, o tempo da defensiva havia passado, e a trégua em Compiègne parecia uma barganha idiota. Não paramos quando estamos no caminho da vitória.

O cansaço de alguns, a amargura de outros, tal foi o inverno de 1429-1430. A única satisfação foi a de Perrinet Gressart a quem Bedford deu algumas terras na Normandia.

O único que realmente venceu, entretanto, foi o duque da Borgonha. Sua política de mudança, inspirada no chanceler Nicolas Rolin, era inconsistente apenas nas aparências. Filipe, o Bom, desempenhou seu lugar no concerto dos príncipes europeus e, a esse respeito, não teve nenhuma vantagem em esperar a vitória de nenhum dos dois reis da França. Henrique VI e Carlos VII precisavam igualmente do duque da Borgonha, que estava perfeitamente ciente disso. Philippe bancou o soberano e, ostensivamente, afastou sua coroa da realeza em crise. Casou-se com grande pompa, no dia 10 de janeiro, em Bruges, filha do Rei de Portugal e de uma princesa inglesa. Ele criou nesta ocasião uma ordem de cavalaria, o Velocino de Ouro, que seria o símbolo político do vínculo ainda muito pessoal que unia os vários membros do estado da Borgonha. O Velocino de Ouro era uma elite, trinta e um cavaleiros, mas uma elite em grande parte recrutada das encostas do Jura às margens do Zuiderzee.

Filipe, o Bom, atraiu Carlos VII durante esse período, estendendo as tréguas até março. Ele estava negociando em dinheiro seu apoio militar aos ingleses. Enquanto propunha uma conferência tripartida para o mês de abril, ele concentrava tropas no Oise e se preparava para a retomada de Compiègne.

COMPIEGNE.

Recusando-se a cumprir as cláusulas da trégua, os habitantes de Compiègne mantiveram-se firmes, desde o verão, em sua lealdade a Carlos VII. Mas Compiègne ameaçou as relações da Borgonha e da Picardia, bem como as de Paris com Flandres e Artois. Não ficou claro, na comitiva de Carlos VII, que o duque da Borgonha não se adaptaria por muito tempo a tal ameaça.

Foi, portanto, por iniciativa própria - e sem outro exército senão uma pequena tropa de fiéis - que Joana D'Arc deixou, no final de março, Sully-sur-Loire, onde acabara de passar parte do inverno, para chegar à região de Paris e tentar reviver a resistência das cidades

conquistadas oito meses antes. Ela realmente teria que defendê-los. Felizmente, ela tinha a opinião pública do seu lado: a burguesia que suportou a dominação da Borgonha por dez ou doze anos e se uniu rapidamente a Carlos VII sabia muito bem o que os esperava se as tropas do duque Philippe estavam voltando. O povo de Compiègne expulsou eles próprios os borgonheses: não tinham ilusões e tudo os conduzia para Jeanne.

Em 20 de maio de 1430, o exército da Borgonha sitiou Compiègne. Guillaume de Flavy comandava a guarnição. No dia 23, apesar do bloqueio, Joana d'Arc juntou-se a ele. Flavy era um valente, um bom capitão, mas não gostava de ser considerado incapaz de dirigir sozinho a defesa da cidade e estava vinculado a La Trémoille. Parece que ele achou Jeanne um pouco incômoda.

Não havia tempo a perder, e a Donzela se acostumara a atacar em vez de tagarelar. Diante de Soissons, alguns dias antes, ela chegara quando o capitão acabara de abrir as portas aos borgonheses. Em Compiègne, ela decidiu imediatamente por um contra-ataque. Por volta das seis horas da tarde, naquele mesmo 23 de maio, a guarnição fez uma surtida.

Os borgonheses cederam por alguns quartos de hora. Eles estavam esperando por reforços, que Jeanne não sabia. Ela deixou suas tropas se afastarem da cidade: a saída repeliu os sitiantes, ninguém então pensando em zelar pelas rotas de retirada. De repente, Jeanne e sua família se viram apanhados na retaguarda. Foi a debandada. Jeanne tentou evitar o pânico, foi para a retaguarda de sua tropa em retirada. Ela rapidamente se viu isolada, com quatro ou cinco companheiros, no centro da confusão da Borgonha. Um arqueiro Picard aproximou-se dela, puxou a sela e derrubou o cavaleiro. Jeanne foi levada. Pierre d'Arc, seu irmão e o fiel Jean d'Aulon foram levados com ela.

Flavy não participara do caso. Ele não fez nada para libertar uma garota que se intrometeu no comércio de homens.

O arqueiro pertencia ao bastardo de Wandonne, que pertencia a Jean de Luxembourg. Apesar de um grande nome, ele era apenas um pobre senhor, incapaz de negociar tal prêmio sozinho. Ele se apressou em vender sua propriedade a alguém mais forte do que ele. Além disso, o costume reconhecia no soberano um direito de preferência para qualquer prisioneiro valioso - no valor de dez mil francos ou mais - e o bispo Pierre Cauchon viera, desde as primeiras horas da captura, fazer ofertas por parte de de Regent Bedford. Jean de Luxembourg cuidou de Jeanne por alguns dias, depois percebeu que ela era incômoda: ela não havia tentado escapar do castelo de Beaurevoir-en-Cambrésis? A corda havia se quebrado e a Donzela foi encontrada, ferida e inconsciente, na vala. Morto, ela não teria valor. Luxemburgo achou aconselhável acelerar a transação.

Por dez mil libras tournois, Jeanne tornou-se prisioneira dos ingleses. Carlos VII nem mesmo tentou entrar na negociação. Na verdade, o direito às armas deixava ao vencedor a opção de escolher entre o cativeiro e o resgate. O inglês, não mais que Jean de Luxemburgo, não tinha obrigação de oferecer a Jeanne a chance de redenção. Mas parece

que ninguém pensou realmente em resgatar a Donzela enquanto havia tempo: enquanto ela era prisioneira de guerra, um soldado derrotado, mas devidamente resgatável ou trocável. Os ingleses fariam o possível para torná-la outra coisa: uma culpada.

Se não fosse apenas alguns fiéis, a captura de Joana d'Arc fez todos suspirarem de alívio. Naquela mesma noite, Philippe le Bon enviou os primeiros mensageiros encarregados de levar a notícia às boas cidades de sua obediência. Para os ingleses e borgonheses, não foi apenas uma vitória e o fim de uma ameaça, foi a negação da missão divina de Joana. Deus não estava com ela. Se ele estivesse com ela, eles teriam sido contra Deus. Os soldados aprenderam com alegria que não a encontrariam mais em seu caminho nos dias de combate. Os políticos - especialmente clérigos e acadêmicos - não deveriam mais contar com isso em suas crises de consciência. Filipe, o Bom, queria vê-la com os próprios olhos, na prisão.

Para Carlos VII e sua comitiva, o alívio não foi menor. A queda de Joana foi o fim do reinado dos ultras. Íamos tentar a grande reconciliação. Claro, ainda não estávamos esquecendo Orleans, Patay e Reims. Mas, depois dos primeiros dias de vitória, Jeanne não se saiu melhor do que as outras. Os moderados se limparam ao observar que a política da Donzela não levava a nada, exceto a uma guerra perpétua.

O arcebispo de Reims Regnaut de Chartres não estava muito entusiasmado no ano anterior para ir à cidade da coroação. Ele pensou ter posto fim à lenda de Joana, fornecendo aos seus diocesanos sua versão dos fatos:

Ela não queria acreditar em conselhos, mas fazia tudo para seu prazer.

A única pessoa responsável por sua desgraça era ela. Havia, nessa visão das coisas, um elemento de verdade. Acima de tudo, havia o reflexo exato do que estava sendo dito no tribunal. Além disso, tínhamos acabado de encontrar melhor: um pastor de Gévaudan, chamado Guillaume, que fez previsões e se viu à frente de uma tropa. Os ingleses o levaram e o afogaram no Sena sem lhe render a honra de um julgamento. O arcebispo-chanceler fez muito disso:

Ele disse nem mais nem menos do que Jeanne la Pucelle havia feito.

Obviamente, o arcebispo não tinha memória da libertação de Orleans e da coroação de um rei da França. Um traidor, Regnaut de Chartres? Certamente não. Um escrivão tacanho, que se acreditava um político inteligente.

Carlos VII pensava naquele a quem devia ser o "verdadeiro rei"? Nada confirma a declaração do veneziano que relatou, alguns meses depois, a raiva do rei e seu desejo de vingança. Jeanne havia morrido. Jeanne foi esquecida. Carlos VII foi usado para sucessivos favoritos. Ele ainda sabia o que devia a Richemont? Ninguém mais falava de Joana, nem do rei do que os outros. Ele nem disse uma palavra sobre isso, um quarto de século depois, na época da reabilitação.

O desaparecimento de Joana d'Arc não reverteu, porém, a situação política e militar. No terreno, o desmoronamento do poder lancastriano continuou sob os golpes dos partidários de Carlos VII, muitas vezes desorganizados, sempre favorecidos pela crescente cumplicidade da população. Maine agora escapou dos ingleses, que se retiraram na Normandia como em Champagne. Em Paris, Rouen, Caen, Cherbourg, as parcelas estavam aumentando.

Normandia resmungou. Estados reunidos em Rouen em agosto de 1430, Bedford exigiu uma ajuda excepcional de torneios de 120.000 libras. Tivemos que usar a soma da seguinte forma:

Dez mil libras tournois no pagamento da compra de Jeanne la Pucelle, que se diz ser uma bruxa, uma guerreira que lidera o osts do golfinho,
dez mil livres tournois pelo fato do cerco de Louviers, ou aquele de Bonmoulins se Louviers puder ser entregue sem um cerco,
e o restante ao pagamento dos salários dos capitães e soldadores do referido ducado da Normandia e país da conquista.

Os contribuintes costumavam pagar o preço da derrota: resgate de seu rei vencido, resgate de sua cidade tomado ou em perigo de ser tomado. Eles acharam ruim ter que pagar o preço pelo inimigo vencido. Os menos suspeitos de complacência para com Carlos VII descobriram que riam de si no Conselho de Bedford.

Philippe le Bon obteve menos vantagens da aliança inglesa do que os ingleses da aliança borgonhesa. Por outro lado, ele viu muito bem o que seu compromisso com os ingleses lhe trouxe: a rebelião de Cassel, a revolta do príncipe-bispo de Liège Jean Heinsberg e a hostilidade do duque Frederico da Áustria, o futuro imperador Frederico III. O tratado franco-austríaco de 22 de julho de 1430 não teve outro objetivo senão conter a pressão da Borgonha de ambos os lados. E poderíamos adivinhar a mão do rei da França - já - no movimento Liège. Uma tentativa feita em junho de 1430 pelos borgonheses do Príncipe de Orange de apreender o Dauphiné morreu em Anthon, onde o governador Raoul de Gaucourt - o ex-defensor de Orleans - e o caminhoneiro Rodrigue de Villandrando os encurralaram em um caminho na floresta como uma armadilha, infligiu-lhes tal derrota que os caminhoneiros de Villandrando puderam se dar ao luxo de saquear impunemente durante quatro anos os charolês e os maconhenses.

Bedford finalmente teve uma ideia que havia surgido melhor alguns anos antes: eles iriam coroar Henrique VI rei da França. O jovem rei recebera a coroa de Eduardo, o Confessor, no ano anterior; ele não tinha o de Saint Louis. Faltava ainda organizar uma verdadeira expedição e, sobretudo, admitir o irreparável: o caminho para Reims estava fechado. O vereador parisiense informou a Londres que a ordem estava garantida em Paris. O Conselho Real superestimou o efeito político de uma coroação da qual, porém, era óbvio que ela apareceria como uma consagração com desconto, fora da cidade de Saint

Remi, sem a Ampola Sagrada: em suma, a coroação que não foi queria Carlos VII. Os Valois esperaram em vez de terem uma coroação ruim. O Lancaster esperou e teve uma coroação ruim.

Na verdade, os ingleses só tinham uma coisa em mente: fazer com que Joana d'Arc fosse rejeitada pela Igreja e condená-la à morte. Era a única forma de acabar com os feitiços de quem já não podia ser feiticeira, pois não queríamos que viesse de Deus. As derrotas continuaram. Era por isso que Jeanne ainda estava lançando feitiços de sua prisão, como costumava fazer nos campos de batalha. O negócio, portanto, não era se vingar, mas se proteger. A má-fé de Joana era a única explicação honrosa para as derrotas, e alguém cometeria um grave anacronismo ao suspeitar do papel desse tipo de raciocínio no comportamento dos homens da Idade Média. O próprio Bedford disse isso: nada mais acontecia desde que Jeanne apareceu. Da bruxa, os vestidos de ferro do regente ainda estavam com medo, embora ela estivesse à mercê deles.

Não foi o suficiente para matá-la. Ainda assim, ela tinha que estar errada. Um julgamento eclesiástico era, portanto, desejável, e a acusação era direta: heresia, bruxaria, má moral. O caso deve ter sido menos perigoso ali do que perante um tribunal secular, capaz de não reter o único crime que poderia levar Joana ao cadafalso, o da traição. Invocar a heresia era mais fácil. Quanto à moral de Jeanne, deve-se dizer que ela entrou mal, a julgar por todo o seu comportamento, nos cânones da época.

PIERRE CAUCHON.

Mas a Universidade estava assumindo a liderança. Os mestres confiavam na ortodoxia da fé. Eles pretendiam julgar a atitude de Jeanne e fazer com que o culpado fosse apresentado à Inquisição. Em 26 de maio de 1430, três dias após a captura da Donzela, eles a denunciaram como "veementemente suspeita de vários crimes que cheiram a heresia". Em 21 de novembro, eles escreveram a Bedford para ficarem surpresos com "uma espera tão longa".

Chance fez as coisas bem. Recolhida em Compiègne, na diocese de Beauvais, Jeanne foi, em matéria de fé, julgada pelo bispo de Beauvais. E Pierre Cauchon, bispo de Beauvais há dez anos, já fora um daqueles mestres da Sorbonne que eram reformadores por ideal e borgonheses por oportunismo. Basta dizer que Cauchon era o homem certo para o trabalho. Acrescentemos que Beauvais estava doravante em Carlos VII e que o bispo vivia exilado em Rouen, onde o capítulo da catedral lhe deu todas as autorizações necessárias para que aí realizasse o seu tribunal.

Bedford consentiu em confiar Joan aos clérigos para que fosse julgada, mas não havia dúvida de cedê-la. Inocente ou culpado, seria devolvido aos ingleses. Condenada, ela seria executada. Inocente, iríamos procurar outra coisa ...

O regente estava tomando suas precauções. Na Universidade, que queria um julgamento em Paris, ele recusou categoricamente. A cidade estava mal protegida de um possível golpe, e Bedford não tinha garantia alguma contra uma possível manifestação de independência universitária. Em Rouen, e com Cauchon como juiz, o governo ficou quieto.

Não classifiquemos tão rapidamente o Bispo de Beauvais entre as almas negras de nossa história. Cauchon não é tolo nem canalha. Sem dúvida, ele pagou caro demais, à luz da história, por um sobrenome facilmente considerado um rótulo. Mas ele é um homem preconceituoso, cujo raciocínio está bloqueado pelo silogismo infalível do teólogo que ele é profundamente. Um homem de ciência e um mestre na ciência de Deus, ele só pode estar errado no pecado. Se ele se enganou e enganou os outros, então ele é rebelde a Deus.

O compromisso político de Cauchon faz parte do rigor das cadeias lógicas. Este sessenta anos já viveu muitas lutas, e isso sem deixar muito de sua função primordial, a de mestre na Universidade, mestre em artes, licenciado em direito canônico, doutor em teologia, subiu todos os níveis de uma bela carreira que o tornou reitor da Universidade no final de 1403, o vidame de Reims em 1410, padre conciliar em Constança em 1414, bispo de Beauvais em 1420.

No momento em que a Universidade de Paris, multiplicando tratados e pregando para apressar a reforma da Igreja, contra a reserva ao Papa dos benefícios eclesiásticos e contra os abusos da tributação papal, buscou na subtração da obediência a Bento XIII finalmente a saída do Cisma Ocidental, um homem se levantou como o protetor do Papa de Avignon, como um campeão de seu poder temporal, como um censor de seus adversários. Esse homem era o duque Louis d'Orléans. A subtração de julho de 1398 - a Igreja da França organizada sem o papa - foi uma vitória dos mestres parisienses, a restituição da obediência a Bento XIII foi em maio de 1403 uma vitória de Louis d'Orléans e seus partidários - entre os quais o teólogo Gerson - contra a maioria dos mestres dos quais Cauchon seria, cinco meses depois, reitor.

Para todos, na Paris daqueles anos, estar contra Orléans é estar na Borgonha. Os dois duques competem pelo Conselho, pelo Tesouro, pelo poder. Filipe, o Ousado, liderou o Conselho na luta contra a causa de Bento XIII. Seu filho João, o Destemido, o azarado herói da cruzada de Nicópolis, está do mesmo lado. Ele encontrará, após o assassinato de Louis d'Orléans, seus melhores advogados nas fileiras da Universidade. A *Apologie du tyrannicide* pronunciada perante o tribunal pelo mestre teólogo Jean Petit é um modelo de dialética universitária.

Os senhores das províncias apóiam muito mal a hegemonia política dos parisienses. Os de Orleans, especialmente os de Toulouse, desempenham um papel decisivo na

restauração da obediência. Para um Cauchon, como para tantos outros, a grande crise da cristandade, a crise política do reino da França e a rivalidade congênita das universidades só podem formar um único quadro, no qual estão inscritos o raciocínio e os compromissos. pessoal. Na realidade complexo, este quadro é aparentemente muito simples. Nestes termos simples, Cauchon encontra-se Bourguignon.

Que Jean sans Peur exige reformas profundas do sistema administrativo, e que para lutar contra o desperdício financeiro de Isabel da Baviera e Luís de Orleans, e esta é a equação ainda melhor colocada para mestres inclinados a desenhar os traços de uma futura reforma da Igreja. Como não estar do lado do reformismo político quando em Paris se pensa em reformar a instituição eclesial e quando em Constança se consegue fazê-lo? Como poderiam simples clérigos não acreditar que tudo pode ser permitido quando, depois de haver discutido a união dos cristãos, ela se faz em Constança pela arbitragem dos padres conciliares contra os três papas?

Claro, o reformismo rapidamente se transforma em demagogia, as esperanças dos intelectuais desmoronam sob os excessos dos devoradores do açougue parisiense, a aliança inglesa compromete a pureza da linha política. Mas é tarde demais: as escolhas finais estão feitas. Em fevereiro de 1409, Pierre Cauchon juntou-se ao conselho do Duque da Borgonha. Em fevereiro de 1413, ele fazia parte da comissão encarregada pelos estados de preparar o decreto de reforma. Nós o encontraremos no Royal Council em Bedford.

O terror Armagnac - do qual Cauchon escapou por pouco antes de vencer Constance - e o assassinato de seu protetor Jean sans Peur em setembro de 1419 apenas ancoraram os mestres, juristas e teólogos do partido da Borgonha em um ódio profundo por tudo. o que o golfinho Charles representa. Vistas da Sorbonne ou da sede episcopal de Beauvais, as oscilações políticas do reino de Bourges - Yolande, Richemont, La Trémoille - são apenas simples rugas. Todos em Bourges ou Chinon têm apenas um nome: os traidores de Armagnac.

Para um homem como Cauchon, Joan não poderia, portanto, vir de Deus. Como Deus poderia ter expulsado ele, o bispo, de sua própria catedral? Se a missão de Joan é de natureza divina, Cauchon dedicou trinta anos de sua vida ao mal.

Em seus compromissos, nunca houve nada baixo, e sua fidelidade borgonhesa não se baseia em juros. No julgamento de Joan, Cauchon agora vê a oportunidade de ocupar seu lugar na luta contra o que ele acredita ser a emanação do inferno. Ele conduzirá os negócios com uma paixão que o engana, com uma devoção que se aproxima do servilismo, com um ódio que o cega.

Preso no silogismo de sua vida, ele se recusa a ver a verdade, porque ela o condena na medida em que ele não sai das categorias mentais que foram aquelas de toda a sua vida. Se a guerra tivesse sido diferente, ele sem dúvida veria em Joana um inimigo vencido. Depois de tantas fendas fratricidas, a guerra aqui escapa à lei das armas. Para o teólogo

Cauchon, Jeanne é má. E então, para o bispo, o que é essa mulher cristã que dá aulas aos clérigos e cuja religião é mais adequada para o diálogo direto com os santos do que para o intermediário obrigatório da Igreja?

Para erradicar o mal, todos os meios são bons, inclusive os piores, ou pelo menos aqueles que assim são aos nossos olhos. Porque não adianta discutir o procedimento. Mais ou menos bem implementado por juízes tendenciosos, é o procedimento da época. Jeanne morrerá porque teve uma recaída, como os Templários uma vez. Como tantos outros. E seria inútil discutir a crueldade da tortura final. Em um ano normal de paz, o parisiense viu enforcamento ou decapitação, queimar ou ferver, girar vivo ou arrastar atrás de um cavalo cerca de cinquenta condenados, muitos dos quais não tinham nada a acusar a não ser roubo. Por ter roubado um barril da adega de um mosteiro, uma mulher foi enterrada viva. Outro subiu à estaca por ser cafetão. Não hesitamos em pendurar pelas axilas aqueles que tínhamos tirado primeiro com um machado, e o homem enforcado que os ladrões trouxeram para pegar suas calças foi enforcado novamente para garantir.

O homem da Idade Média sabe muito bem que só o demônio é o responsável pela possessão. Mas ele acha normal queimar uma bruxa. Culpado não significa responsável. Moralista juiz e estão no XV século, duas operações separadas.

Cauchon se torna o servo dos ingleses porque a causa da Borgonha não teria triunfado sem eles. Para o bispo, a aliança inglesa é um seguro contra os seguidores de Bernard d'Armagnac e Tanguy du Châtel. É também a garantia contra os oficiais prevaricadores anteriormente denunciados pelos Estados Gerais e contra os cristãos que suportam com demasiada facilidade o cisma. Portanto, é melhor atropelar algumas regras de direito, para permitir que o capitão inglês de Rouen, o conde de Warwick, mantenha Joana a ferros em sua prisão quando ela deveria estar na prisão do arcebispo de Rouen. Melhor iniciar o procedimento sem esperar pela Inquisição, em outras palavras, a justiça do Papa. Melhor fazer a ingenuidade de Joana cair na armadilha, talvez vestida com roupas de homem, e voltar à coisa julgada porque a sentença desagrada ao governo inglês ... Tudo isso é melhor do que o que Carlos VII representa e dele. Cauchon aparece como um servo sem dignidade porque acredita que está servindo àqueles que defendem uma boa causa.

Entre Jeanne e esse severo clérigo, reina a incompreensão. Em primeiro lugar porque Jeanne é, na decisão que tomou, contada por aquilo que nunca foi: um Armagnac. Depois porque Cauchon, que não é bobo, no entanto nada sabe da psicologia de uma menina, de uma menina simples cuja falta de educação não é falta de bom senso. O diálogo é impossível entre uma escolástica que, no entanto, é fundada no raciocínio lógico e um senso comum robusto baseado em paralelismos intelectuais e curtos-circuitos lógicos.

Por fim, é preciso dizer que Jeanne, segura de sua vocação, é tão íntegra em sua convicção quanto em seu Cauchon e seus assessores. Nem uma nuance, nem uma concessão na fé política e religiosa de Jeanne. “Todos aqueles que guerreiam no reino

sagrado da França", escreveu ela ao duque da Borgonha após a libertação de Orleans, "travaram guerra contra o rei Jesus, rei do céu e de todos. Como ela alienou muitos dos cortesãos de Carlos por sua recusa em fazer qualquer acomodação com a Borgonha - o duque Philippe só teve que se submeter - ela ofenderia os melhores votos de Rouen com sua recusa em admitir até mesmo a boa fé. de Lancaster. Um dos conselheiros de Cauchon dirá isso em particular:

Eles a levarão, se puderem, pelas suas palavras, nomeadamente nas afirmações em que ela diz "Eu sei com certeza ..." o que afeta as aparições. Mas se ela dissesse "Parece-me ..." Acho que não há homem que a possa condenar.

Cauchon completou seu tribunal nomeando cerca de cinquenta assessores: capelães ingleses de Henrique VI, cônegos normandos, advogados da oficialidade, monges beneditinos, frades menores, carmelitas, dominicanos. Alguns bispos, alguns abades também se sentaram. Entre eles, notamos o bispo de Lisieux Zanon de Castiglione, um milanês que chegara recentemente à França na esteira de um tio cardeal. Zanon era bem conhecido entre os humanistas parisienses. Claro, Cauchon não tinha esquecido seus colegas estudantes, seus ex-colegas da Universidade. Ele encontrou alguns lá. Mandou chamar outros, e foi uma verdadeira delegação da Universidade que vimos chegar de Paris para participar neste julgamento de Joana que os mestres teriam alegremente reivindicado para si próprios. Assim se sentou o reitor Thomas de Courcelles, um dos grandes teólogos do seu tempo, que viria a ser um dos protagonistas do futuro Conselho de Basileia.

O JULGAMENTO.

O tribunal abriu sua primeira sessão em 9 de janeiro de 1431. Para exercer o promotor público contra Jeanne, foi escolhido o promotor da oficialidade de Beauvais, Jean d'Estivet. A escolha foi normal. Mais tarde, quando chegou o momento de audiências públicas, Cauchon convocou o representante da Pontifícia Inquisição em Rouen, o dominicano Jean Le Maître. Este último ficou muito contente de se ver associado a tal caso. Ele fez ouvidos moucos. A corte de Cauchon estava "em território emprestado". Inquisidor de Rouen, O Mestre não era de Beauvais. Foi necessária uma ordem formal do Inquisidor da França Jean Graverent para que Le Maître, a partir de 13 de março, concordasse em sentar-se ao lado de Cauchon. Seu primeiro ato foi organizar seu próprio ministério público. Ele também o confiou a Jean d'Estivet. Superficialmente, as coisas estavam claras.

Presente em Rouen durante o julgamento, o Cardeal Beaufort acompanhou o caso de muito perto, mas mantendo-se abertamente indiferente. Talvez o excesso de zelo demonstrado por Cauchon incomodasse o tio-avô de Henrique VI. Foi ele quem, de acordo

com Warwick, ordenou que Joana d'Arc, doente, fosse tratada. É verdade que queríamos condená-la, não deixá-la morrer sozinha. Foi novamente Beaufort quem, no dia 24 de maio, no momento da abjuração, tentou impor a solução mais humana para Jeanne. Os outros britânicos permaneceram discretos durante o julgamento. Cauchon foi o suficiente para a tarefa. Um dos assessores, Nicolas de Houppeville, diria isso claramente vinte e cinco anos depois:

O bispo não deu início ao julgamento em matéria de fé por causa da fé ou por zelo pela justiça, para trazer Joana de volta, mas por ódio a ela, porque ela apoiou o partido do rei. da França. Ele não agiu por medo ou sob coação, mas de boa vontade.

A investigação durou mais de um mês. Alguns observaram, sem sucesso, que não adiantava. Jeanne não fora questionada pelos mestres da Universidade de Poitiers, cujos juízes em Rouen poderiam pensar que estavam do lado errado, mas cuja ciência teológica ou jurídica ninguém questionou? Ambos haviam recebido suas fileiras nas encostas da montanha Sainte-Geneviève. Foi mesmo notado que Joana tinha sido interrogada por Regnaut de Chartres, a quem ninguém alegou ser arcebispo de Reims, portanto arcebispo do bispo de Beauvais ...

Os investigadores fizeram o tour pelas testemunhas da infância e da carreira militar de Jeanne. Eles foram despachados para Lorraine e Champagne, a família e a aldeia foram questionadas. Os ex-soldados foram interrogados. Infelizmente para a acusação, todas as testemunhas concordaram a favor da Donzela. Cauchon não se incomodou: ele destruiu o relatório dos investigadores. O fato extraordinário é que a maioria dos juízes nem sabia da existência de uma investigação. A notoriedade dos crimes de Jeanne pareceu ao bispo de Beauvais suficiente para fundar o julgamento.

A ignomínia não para com a destruição da investigação: o promotor Jean d'Estivet ia usar os elementos dessa informação para alimentar os setenta artigos de sua acusação com uma série de detalhes verdades que eram avassaladoras para Jeanne, na medida em que davam ao factum um toque de autenticidade.

O acusado finalmente apareceu na quarta-feira, 21 de fevereiro, na capela do castelo real em Rouen. Cauchon havia anteriormente recusado a ela o direito de ouvir a missa: os crimes de Jeanne eram enormes e, além disso, ela usava roupas de homem. A jovem foi apresentada e o interrogatório começou.

Imediatamente, tropeçamos no essencial: depois de jurar que responderia a perguntas relacionadas à sua família e sua atividade pública, Jeanne anunciou que preferia cortar a cabeça a dizer o que havia revelado. a Carlos VII em nome de Deus.

Os incidentes se seguiram. Joan foi convidada a recitar um Pater *Noster* para provar que ela sabia; ela recusou porque Cauchon não queria ouvir sua confissão. Tendo jurado dizer a verdade na quarta-feira, ela não concordaria em repetir seu juramento na quinta-feira:

Eu fiz isso ontem! Você me cobra muito!

Ela não escondeu sua intenção de responder a certas perguntas, de iludir outras. Então, quando lhe perguntamos se por acaso ele comungava em outras festas além da Páscoa:

Pule isso!

A raiva dos juízes estava crescendo. Essa garota simples e ignorante enfrentou-os, segura de si como se o debate tivesse sido equilibrado. Eles tentaram confundi-lo, armar armadilhas para ele. Ela os frustrou. Por outro lado, ela os provocou prontamente, como quando perguntada se Domrémy mantinha a festa da Borgonha ou do Armagnac:

Respondeu que ela só conhecia um borgonhês, que ela teria gostado que ele tivesse a cabeça cortada, mesmo, se isso agradasse a Deus.

O teólogo Jean Beaupère substituiu Cauchon para questionar Jeanne. Beaupère era colega de escola em Cauchon. Nós o tínhamos visto reitor da Universidade no auge do domínio da Borgonha, durante o movimento cabochiano. Desde então, ele não havia deixado o serviço do duque da Borgonha. Com um braço só desde um ataque de bandidos que bem poderiam ser Armagnacs, Jean Beaupère era tão hostil a Jeanne quanto seu amigo Cauchon.

O inquérito público foi abruptamente encerrado em 3 de março, quando Jeanne foi questionada sobre a viagem a Reims. O bispo de Beauvais convocou os juízes ao seu hotel no dia seguinte, fez reler a acta e aproveitou as suas obrigações como pretexto para instruir o advogado Jean de la Fontaine a continuar o interrogatório fora de vista. O que foi feito na prisão. Ninguém falou em ouvir nenhuma testemunha. La Fontaine operou por duas semanas, com menos viés que Cauchon. O bispo percebeu isso e acusou seu vice de ajudar o acusado.

Por outro lado, foi vítima de um esquema bastante sórdido: foi-lhe apresentado o cônego Nicolau Loiseleur, que não teve medo de se fazer passar por um padre de Lorena. Ele conseguiu confessar o prisioneiro em várias ocasiões e baratear o sigilo da confissão. A horrível personagem teve o cuidado de não contar a Jeanne que estava entre seus juízes.

O último interrogatório ocorreu em 17 de março. Tínhamos vindo para a fuga de Beaurevoir, que os juízes teriam voluntariamente considerado uma tentativa de suicídio. Eles apenas conseguiram convencer Jeanne de ter desobedecido a sua voz nesta ocasião. Para um tribunal que negou a existência de vozes, isso foi um erro. Saímos fazendo uma última pergunta, capaz de convencer um réu cuja altivez irritava o orgulho: por que mandou carregar seu estandarte para a consagração e não o dos outros capitães? Ela se esquivou:

Ele havia passado pela dor. Estava certo que ele estava no centro das atenções.

Cauchon reuniu os avaliadores e fez a leitura da ata novamente. E Jean d'Estivet começou a trabalhar. No dia 27 de março, em frente ao tribunal, que se reuniu na íntegra

no grande salão do castelo, e na presença de Jeanne, o promotor anunciou que estava pronto para apoiar a denúncia. Jeanne teve de responder sim ou não a setenta proposições nas quais se resumiam sua vida, suas ações e sua fé. Estivet queria que ela fizesse isso com antecedência e por juramento. Alguns juízes concordaram com o bom senso que os artigos devem ser lidos primeiro. Houve até quem observou que o arguido não era obrigado a responder a perguntas cuja relação com o julgamento era incerta: uma reserva séria, porque Jeanne negou que as revelações feitas a Carlos VII estivessem em causa antes o tribunal. A maioria foi moderada: ficou decidido que Estivet iria ler as acusações e que o tribunal iria avaliar quando Jeanne se recusou a responder ou pediu para refletir.

Jean d'Estivet fez o juramento: falaria sem lisonja, sem rancor, sem medo e sem ódio. O tribunal ordenou que ele traduzisse cada artigo para o francês depois de lê-lo em latim. Cauchon instou Jeanne e, como ela ignorava a lei, ofereceu-se para escolher conselheiros. Caso contrário, o tribunal providenciará isso. Jeanne recusou: Deus bastou por seus conselhos. A resposta irritou os menos mal-intencionados.

Demorou dois dias para revisar os setenta artigos. Depois vieram os feriados: era quinta-feira santa, depois sexta-feira santa. O tribunal se reuniu no sábado para ouvir as respostas às questões sobre as quais Jeanne havia solicitado um período de reflexão.

Na segunda-feira de Páscoa, 2 de abril, Cauchon reduziu a cobrança para doze propostas principais. O teólogo Nicolas Midi se encarregou de colocá-los em forma. Em seguida, foram feitas cópias, que foram enviadas com urgência a vários especialistas, na maioria juristas e teólogos. Beaupère, Midi e Jacques de Touraine - que revisaram as propostas - foram eles próprios a Paris para esclarecer seus colegas e consultar as duas faculdades de direito canônico e teologia. O capítulo da catedral de Rouen estava deliberando a seu lado.

Cauchon, porém, reuniu em Rouen, sem mais demora, um grupo de vinte e dois teólogos escolhidos entre seus assessores. Eles deram um primeiro parecer sobre as propostas, que foi repassado aos consultores. Pedimos a opinião dos especialistas, mas demos a eles uma expertise. A maioria dos destinatários ficou impressionada e achou conveniente concordar com esta consulta preliminar. O capítulo de Rouen também.

De que Jeanne foi acusada? Deixemos de lado os setenta artigos de Estivet, coleção incoerente de comentários distorcidos, fofocas inconsistentes e julgamentos sumários que mostram fragmentos da investigação preliminar ocultados como um todo por Cauchon, até mesmo citações truncadas emprestadas dos interrogatórios. Joan respondeu amplamente a eles durante as audiências de 27 e 28 de março. As doze proposições de Nicolas Midi ofereceram, ao contrário, um esclarecimento do debate.

Em primeiro lugar, os juízes se apegaram às “vozes” de Joana. A maioria viu isso como uma prova de posse: as vozes eram reais, mas vieram do inferno. Alguns juízes decidiram que Jeanne simplesmente sonhou. Procuraram fazê-la tropeçar na descrição de São Miguel, São Gabriel, Santa Catarina e Santa Margarida, nos locais e horários das aparições,

na sua persistência até ao julgamento. Na realidade, acostumados como estavam a invocar o sobrenatural em sua explicação do mundo, muito poucos realmente questionaram as visões de Joana; sua fidelidade à Borgonha, portanto, só poderia acomodar uma explicação: o Maligno. A partir de então, a bruxaria foi comprovada. O próprio Gerson, inimigo determinado dos fanatismos borgonheses, havia escrito isso em um tratado: o caráter divino de uma visão é provado pela precisão de seus objetos. Foi basicamente a aplicação do preceito do Evangelho: a árvore é julgada pelos seus frutos. Para Cauchon e sua família, o compromisso de Jeanne com o Armagnac foi suficiente para provar o caráter diabólico.

Segunda acusação fundamental: o domínio de Joana sobre o rei da França. Eles falaram da revelação feita em Chinon, do "sinal" dado ao delfim. Jeanne não pretendia negar, mas não saberíamos mais. O segredo de Carlos VII pertencia apenas a ele. Falava-se de uma coroa trazida por um anjo. Vinte anos depois, pensaremos que Jeanne estava ciente da oração feita uma noite de angústia pelo delfim, sem saber de sua legitimidade. O "sinal" de Joana talvez tenha sido simplesmente a vitória diante de Orleans e a estrada da coroação abriu em poucos dias. De qualquer forma, os juízes permaneceram curiosos e mal puderam usar o que ela dissera contra a Donzela.

Terceiro caso ridículo para nós, a esses clérigos escandalosos do XV vestindo roupa masculina século. Era bem sabido que a Bíblia proibia isso para as mulheres, no livro 22 do Deuteronômio, e o equilíbrio incessante da vestimenta longa e da vestimenta curta para os homens reflete muito bem, durante os séculos da Idade Média, quanto maior ou menor interpretações frouxas das Escrituras com relação à expressão pública de gênero. Que moralidade reprovado de uma mulher do XV século, não era a roupa dos homens, em si, era traje impróprio. Os clérigos da comitiva de Carlos VII já haviam se feito a pergunta quando Joana chegou: não parecia que Jeanne errasse em usar calça para cavalgar. Na prisão, o assunto era outro: Jeanne fazia do vestido de seu homem uma questão de fidelidade às suas vozes.

Não vou deixá-los sem a permissão de Deus.

Os juízes entenderam bem assim: não forçaram Jeanne a usar o vestido, esperaram que ela viesse sozinha. Deve ter sido um sinal de submissão. O vestido se tornou um símbolo. Como tal, a recusa em tomar o hábito de uma mulher tornou-se uma insubordinação para a Igreja. É neste sentido que devemos compreender o fato de que esse retorno ao vestuário feminino foi a condição imposta a Joana quando pediu para receber a comunhão. Levado a esse nível de interpretação, a recusa repetida foi considerada perseverança no erro.

Por fim, a grande acusação é a seguinte: Joana está fora das regras estabelecidas pela Igreja. A hierarquia não gosta que o cristão garanta sua salvação por conta própria. A salvação está na Igreja, na comunhão dos santos, esta forma suprema de solidariedade diante da Redenção. A salvação não pode estar no trabalho individual, mesmo que seja o

reflexo de um diálogo direto com Deus. O mais grave dos crimes de Joana foi não ter vencido batalhas e garantido, por algum tempo, o sucesso do partido de Carlos VII. Ninguém se atreve a criticá-la abertamente por isso: seria tratá-la como um soldado derrotado e, portanto, abrir mão de todos os fundamentos jurídicos do julgamento. O crime imperdoável que ousamos censurá-lo é a sua indisciplina religiosa. Tudo termina aí e tudo flui dele. Embora o credo de Joana seja o da Igreja, seu comportamento é aquele ditado por suas vozes, segundo a interpretação de sua consciência.

A jovem sabe que se ela se submeter à Igreja, esta terá o rosto de Cauchon ao seu lado; e Cauchon se levanta contra a missão ditada pelas vozes sagradas. O dilema está aí: Jeanne não pode se submeter ao presente sem negar o passado. Em sua resposta de 27 de março a Jean d'Estivet, ela distinguiu - mas em vão - o domínio da fé e o da ação política.

Responde que ela acredita que nosso santo padre o Papa de Roma e os bispos e outras pessoas da Igreja devem manter a fé cristã e punir aqueles que falham. Mas quanto a ela, de suas ações não se submeterá, pois somente à Igreja do céu, isto é, a Deus, à Virgem Maria e aos santos do céu.

Queimamos heresiarcas por menos do que essas palavras. De facto, sem aconselhamento jurídico e sem nenhum outro dogma que não o Pater e o Credo, não tendo a menor ideia dos fundamentos teológicos da instituição eclesial, Joana não consegue distinguir a Igreja destes poucos clérigos que são seus juízes. A confusão entre o magistério e o tribunal também diz respeito a Cauchon. Até o penúltimo momento, Joana tenta desajeitadamente permanecer fiel a Deus em tudo: à Igreja hierárquica em uma área, às suas vozes em outra.

Alguém sugeriu que, se ela não se submetesse ao tribunal, ela poderia se submeter ao Conselho que estava reunido em Basel. Cauchon conseguiu não ouvir sua tímida aquiescência. O ex-defensor da subtração da obediência, o ex-reitor de uma Universidade que luta contra o papado e pelas "liberdades", o ex-campeão de uma Igreja da França organizada para viver sem qualquer autoridade que não seja a do bispos e médicos, este homem não iria, agora, com o traseiro na mão, inclinar sua autoridade de bispo e médico.

Mais do que uma apresentação, é uma confissão que os juízes esperavam. Na opinião pública - e mesmo fora da França - a confissão de um engano teria tido um efeito melhor do que a condenação de um culpado que morreu sem arrependimento. O teólogo Jean de Châtillon tentou, em 2 de maio, advertir Jeanne. Ela deu-lhe as respostas habituais, talvez até mais duras do que de costume. Jeanne estava visivelmente cansada.

Espero meu juiz. Ele é o rei do céu e da terra.

Ela fez uma concessão, porém: ofereceu-se para levar vestido e capuz de mulher para ir à comunhão, desde que as roupas de homem fossem devolvidas a ela depois da missa. Ela definitivamente os abandonaria quando ela terminasse com sua missão. Eles a mandaram de volta para a masmorra.

Cauchon e seus conselheiros pensaram que estavam certos com a ameaça. Em 9 de maio, ela foi levada para a grande torre do castelo. Ele viu as correntes e rodas prontas. Ela seria torturada. A jovem teve um golpe de gênio: ela rejeitou de antemão todas as confissões que ela poderia fazer "no tormento".

Mesmo se você me fizesse arrancar os membros e tirar a alma do corpo, eu não contaria mais nada. E se eu lhe dissesse outra coisa, diria depois que você mandou dizer à força.

Foi bem respondido. Cauchon convocou seus assessores a sua casa na manhã seguinte: o que ele deve fazer? Os teólogos Thomas de Courcelles e Nicolas Loiseleur e o advogado Aubert Marcel eram a favor da tortura: para sabermos se ela mentia. Para eles, o "tormento" sempre foi uma das formas do "julgamento de Deus", assim como o ferro em brasa e o duelo judicial. Os outros nove assessores presentes no Cauchon's concordaram que não havia necessidade deles. "Por enquanto", alguns especificaram. Guillaume Erart considerou a tortura desnecessária: “Temos material suficiente assim. Raoul Roussel fez ouvir o argumento decisivo: o caso ia bem sem a tortura, seria antes prejudicial.

Um julgamento tão bem feito como este correria o risco de ser caluniado.

O Inquisidor O Mestre falou por último: ele preferia uma nova admoestação. Cauchon se insultou: Jeanne não seria torturada.

Estávamos lá quando chegou a resposta dos mestres parisienses à consulta sobre os doze artigos de 2 de abril. Para a Faculdade de Teologia, Joana era idólatra, feiticeira, cismática e apóstata. Para os canonistas, ela era uma mentirosa, uma adivinha e “veementemente” uma suspeita de heresia. Com muita veemência, foi o próximo passo. Em assembleia geral, a Universidade confirmou no dia 14 de maio as conclusões das duas faculdades.

PARA O STAKEHOLDER.

No dia 19, em Rouen, Cauchon reuniu os seus assessores, com todos os doutores e mestres presentes na cidade, e comunicou-lhes o que parecia ser a sentença dos mestres parisienses. Todos aprovaram. Muitos acrescentaram que confiavam "nos juízes", ou seja, no Bispo Cauchon e no Inquisidor Le Maître.

Jeanne foi notificada em 23 de maio. O julgamento estava chegando ao fim e a sentença estava fora de dúvida para qualquer um que conhecesse o custo da heresia. Jeanne respondeu em poucas palavras: se ela visse o carrasco pronto para colocar fogo na estaca, ela não mudaria nada em suas palavras.

No dia seguinte, houve uma multidão no cemitério de Saint-Ouen para ouvir o julgamento. Não havíamos escolhido o local pelo sabor macabro, mas porque era um lugar

vasto. No entanto, esta escolha foi uma verdadeira encenação. Estavam presentes os juízes, os assessores, mas também os burgueses e as classes baixas de Rouen, há muito afastados deste caso: esta boa gente estava ansiosa por ver finalmente, pelo menos uma vez, esta Donzela de quem tanto falavam.

Durante a noite, Jean Beaupère e alguns outros foram para a prisão: se Jeanne se submetesse, se confessasse suas faltas, ela teria sua vida salva. Eles iriam tirar suas algemas. Ela podia ouvir a missa. Alguém foi mais longe, esquecendo-se da decisão de Bedford, que obviamente não desistira de retomar Jeanne se ela escapasse da pena de morte: foi-lhe prometido transferi-la para a prisão da Igreja. Jeanne sofreu muito com a promiscuidade imposta por seus guardas ingleses, soldados rudes para dizer o mínimo. A tais promessas ela só podia ouvir.

Henri Beaufort presidiu. O cardeal da Inglaterra, como era chamado, acrescentou à solenidade. Três bispos, oito abades e onze médicos cercaram Cauchon na plataforma erguida no cemitério de Saint-Ouen. Guillaume Érart deu um sermão, depois arengou com a Donzela uma última vez. Esta última respondeu que confiava em Deus e no Papa. Que os documentos do julgamento fossem enviados a Roma, e o Papa o julgaria.

Mesmo que o conselho não estivesse em gestação - foi inaugurado na Basiléia em 23 de julho de 1431 - Cauchon e o inquisidor não poderiam entendê-lo assim. De que adiantam os juízes nas dioceses se tudo devia remontar ao sucessor de Pedro? Além disso, o Papa estava longe. O tribunal fingiu não considerar o pedido de Jeanne como um recurso formal. Posteriormente, observou-se que Joana ainda não havia sido condenada à época desta declaração e, portanto, ainda não era reconhecida como herege: o recurso era admissível de direito. Mas a Inquisição não tinha outra razão de existir do que julgar no local e como último recurso. Na verdade, Joana errou por não ter advogado - Deus bastava para aconselhá-la - e por ignorar os formulários legais exigidos para apelar ao Papa.

Já estávamos pensando em outra coisa: uma aposta, inevitável se o culpado persistisse em não se submeter. A pergunta foi feita três vezes. Em vão.

Cauchon começou a ler a frase. Talvez Jeanne tivesse esperado uma intervenção divina que não aconteceu. Talvez, ela acabou de se lembrar que ela era uma garota de 20 anos e que ela iria queimar viva. Cauchon estava chegando ao fim de sua leitura quando ela o interrompeu. Ela estava se submetendo.

O bispo não esperava mais a coisa. Ele se virou, pasmo, para o Cardeal Beaufort. O que fazer ? Beaufort declarou que era apropriado receber a abjuração de Joana e impor-lhe penitência. Uma pequena fórmula de abjuração foi elaborada apressadamente. Foi lido para Jeanne, que repetiu as palavras em voz alta. "Desde que agrade a Nosso Senhor", especificou, assinando o documento improvisado, talvez com uma simples cruz. A pobre menina não sabia, naquele momento, onde estavam o Bem e o Mal.

Na plataforma, o tumulto estava no auge. Jeanne foi tomada por uma risada nervosa. Um padre inglês observou que ela estava zombando do mundo e repreendeu severamente Cauchon por ter sido enganado. O cardeal silenciou seu compatriota.

O bispo de Beauvais estava recuperado. No dia anterior, por precaução, havíamos preparado duas frases. O segundo foi passado para ele, o que absolveu Jeanne. Por penitência, a jovem foi condenada à prisão perpétua, pão e água. A sentença de morte não era mais possível. O Inquisidor John Le Maître concordou: Deus quer a salvação do pecador arrependido, não sua morte. O Mestre também velou pela primeira manifestação de arrependimento de Joana: à tarde, ela vestiu um vestido de mulher.

Os ingleses foram estrangulados pela fúria. A bruxa os enganou. Então, que necessidade esses juízes tinham de exortá-la a se arrepender em vez de simplesmente ver seus crimes? Viva, ela continuaria seus feitiços malignos. Quando Jean Beaupère e Nicolas Midi se apresentaram na prisão para exortar Jeanne à penitência, foram violentamente atacados pelos soldados. Ameaçados de serem lançados no Sena, os dois médicos consideraram aconselhável fugir.

Três dias depois, soubemos que Jeanne estava de novo com suas roupas masculinas. Suas vozes a repreenderam. Ela tinha uma fraqueza em Saint-Ouen. A fraqueza havia passado.

Havíamos deixado, por armadilha, o terno de um homem na prisão? Tinha sido devolvido ostensivamente a Jeanne? Sem dúvida, os soldados ingleses não eram modelos de virtude e, assim, Jeanne se sentia mais protegida contra sua falta de tato. Warwick uma vez a salvou de estupro, mas ela não podia ser protegida a cada hora de mera indelicadeza.

Esses são, no entanto, aspectos secundários da questão. Se Jeanne havia voltado a usar as calças e o gippon, era porque pretendia expressar seu remorso pela traição que havia sido sua abjuração. Ela tinha que dizer isso no dia seguinte: ela estava pronta para colocar o vestido, para fazer o que você quisesse, mas não para negar suas vozes. Para essa garota simples, houve momentos em que tudo se encaixou. Para salvar sua vida, ela traiu sua vocação. Ela estava condenada.

E então, os terrores se sucedem e se contradizem. No dia 24, no cadafalso do cemitério de Saint-Ouen, Jeanne tinha medo da morte. Talvez ela tenha sido vítima de outro terror na solidão de uma prisão que não era a prisão da Igreja anunciada por alguns de seus juízes, de uma prisão que lhe disseram que deveria ser perpétua. "Ela preferia morrer do que ficar algemada", observaram os que a interrogaram no dia seguinte.

Se ela tiver permissão para ir à missa e ficar fora das algemas de ferro, e se ela receber uma prisão adequada, ela será boa e fará o que a Igreja deseja.

Ela soube muito rapidamente que iria morrer. Em 28 de maio, durante um interrogatório formal, ela resumiu suas certezas. No dia 29 houve uma breve audiência

para declarar sua recaída na heresia. Ela havia caído de volta no pecado. A lei previa apenas uma penalidade para a recaída, aquela que os cátaros e os templários haviam experimentado: a estaca. Vinte e sete juízes estavam lá; vinte e seis votaram na morte. Apenas um - um jurista - disse que confiava em teólogos. Líder dos partidários do abandono ao braço secular, o Padre de Fécamp Gilles de Duremort pediu a Jeanne que primeiro fosse explicado o significado de sua dor. Thomas de Courcelles manifestou o desejo de que ela ainda fosse admoestada para a salvação de sua alma, explicando-lhe que não tinha mais "o que esperar para sua vida temporal".

Antes de ceder a condenada ao braço secular, Cauchon ainda permitiu que ela se confessasse e tomasse a comunhão, mesmo que isso significasse não mencionar tal inconsistência na frase final. Absolvida na confissão, Jeanne iria morrer sem absolvição pública. A ambigüidade seria preciosa.

No dia 30, na Place du Vieux-Marché, Jeanne morreu invocando seus santos. Suas vozes não a enganaram. Ela disse isso em seu último momento, após a arenga final de Nicolas Midi.

Oito dias depois, aprendemos o contrário. Cauchon encontrou sete juízes para alegar que haviam testemunhado uma segunda abjuração. A ignóbil Loiseleur ousou acrescentar que se arrependeu de "ter mandado matar e pôr em fuga tantos ingleses". Os notários de Rouen eram pessoas modestas, mas honradas. Eles se recusaram a assinar a escritura.

Bedford não teve vergonha disso: ele escreveu a todos os príncipes cristãos e a todos os prelados, barões e boas cidades do reino da França - ou o que ele governava - para que soubessem que Joan estava morta, reconhecendo que suas vozes a "zombaram e desapontaram". A Universidade de Paris se apressou em escrever a mesma coisa ao Papa e ao Sacré-Collège.

Aqui está o fim das obras. Aqui está a questão desta mulher, que queremos dizer para você agora.

O comando inglês decidiu invadir Evreux, onde La Hire foi estabelecida. Agora que a bruxa estava morta, a conquista Lancastriana poderia recomeçar. Mas ninguém estava realmente enganado. "Queimamos um santo", disse um inglês presente em 30 de maio de 1431 no Vieux-Marché. Outro inglês havia observado, alguns dias antes, durante o julgamento:

A mulher corajosa. Por que ela não é inglesa!

CAPÍTULO XVII

A reviravolta

UM SACRE PARA NOTRE-DAME.

Aqui estou enviando meu anjo ...

A antífona foi difícil de passar, apesar da flor-de-lis bordada nas cortinas azuis. Na verdade, foi uma liturgia muito estranha a da coroação de um rei da França celebrada pela primeira vez em sua capital, em Notre-Dame de Paris, em 16 de dezembro de 1431, para a unção de um rei da França. A Inglaterra não conseguiu chegar a Reims. A maioria dos prelados do reino estava ausente. O Cardeal da Inglaterra conferiu a sagrada unção, rodeado pelos Bispos de Paris, Beauvais e Noyon, e pelo Chanceler Luís de Luxemburgo, Bispo de Thérouanne. Havia também um bispo inglês, familiarizado com o jovem rei. As pessoas notaram que era pouco. Mesmo o arcebispo de Sens não se mudou, e Paris ficava na província de Sens.

O bispo de Paris Jacques du Châtelier enfureceu-se abertamente: cabia a ele consagrar o rei, não ao cardeal Beaufort. Esqueceu um pouco que, sem os ingleses, a coroação seria celebrada em Reims.

Um legado foi anunciado. Ninguém viu. O clero publicamente se ressentiu. Os cônegos de Notre-Dame delegaram a Beaufort para protestar contra as despesas incorridas pela cerimônia.

Onde estavam os pares da França? Você podia ver o conde de Salisbury, o de Warwick e o de Stafford. Mas o próprio duque da Borgonha não quis vir. Não foi uma grande compensação para o jovem Henrique VI ver sua avó Isabel da Baviera na janela quando ele passou em frente ao Hotel Saint-Paul. Ninguém sabia por quê, ela estava chorando.

Havia tantas pessoas no banquete que a Universidade e o Parlamento se viraram três vezes antes de chegar ao grande salão. A população ocupava o local desde a manhã, e bolsas, acompanhantes, tigelas e carnes foram roubados à vontade. Quando o vestido parisiense chegou ao salão de banquetes, havia apenas alguns assentos restantes na extremidade da mesa.

Eles se sentaram nas mesas que foram encomendadas para eles, mas era com sapateiros, fabricantes de mostarda, vendedores de vinho de bufê ou ajudantes de pedreiro. Tentamos fazer com que se levantassem; mas quando um ou dois eram levantados, seis ou sete se sentavam do outro lado.

Já furiosos, os notáveis que haviam sido a alma da festa da Borgonha ficaram ainda mais indignados quando os pratos foram passados. Os ingleses serviram assados reaquecidos. Esse aspecto da festa parecia secundário para os organizadores.

A maior parte da carne, principalmente a comum, era preparada na quinta-feira anterior - era domingo - o que parecia estranho aos franceses. Pois os ingleses eram mestres no trabalho e não se importavam com a honra que havia, desde que fossem libertados dela.
Ninguém elogiou isso. Até os pacientes do Hôtel-Dieu diziam que em sua vida em Paris nunca haviam visto um alívio tão pobre ou tão simples.

Bedford e sua família haviam feito mais alguns inimigos. É justo dizer que as pessoas murmuraram quando ele aplicou os lucros do imposto em festivais. De qualquer forma, ele não foi perdoado por permitir que seu povo na França considerasse cozinhar uma tarefa árdua.

O burguês fez isso de propósito? Durante a solene entrada, duas semanas antes, um mistério havia sido representado em frente ao Châtelet, quando passou o jovem rei que chegou ao Palais de la Cité pela rue Saint-Denis e o pont au Change. E este mistério mostrava um rei-criança, usando uma coroa dupla e rodeado por todos os príncipes da flor-de-lis. Todos os príncipes ...

O burguês notou a pequenez das despesas que foram feitas para ele. Pequeno banquete, pequenos jogos, pequenas recompensas. O Parlamento nem sequer conseguiu obter o pagamento dos seus salários nesta ocasião. Henrique VI não perdoou os prisioneiros. Ele não revogou impostos. Eles não hesitaram em observar que se divertiram mais no casamento de uma criança burguesa.

O povo do rei quis se apropriar, no Ofertório da Missa, da jarra de prata dourada que continha o vinho. Os cônegos intervieram, finalmente venceram, mas guardaram rancor pelo incidente. As boas pessoas em jasa. Parecia ruim.

Chovia, os dias eram curtos, o pacote era caro: o parisiense estava insatisfeito com tudo. Henrique VI partiu após as férias de Natal. Paris se sentia como se tivesse feito muito por ele.

Ao mesmo tempo, a França soube que em Lille, no final de longas negociações, os embaixadores de Carlos VII e os de Philippe le Bon haviam concordado, em 13 de dezembro, com uma trégua geral de seis anos. Sucesso para o cardeal Albergati, legado do Papa Eugênio IV, a trégua foi uma afronta para Bedford. Esperava-se um legado em Paris e ele estava em Lille. Esperava-se que Philippe le Bon atacasse o Champagne oferecido a ele pelos ingleses sob a acusação de reconquista, e ele depôs as armas. O governo inglês

sabia que em Ile-de-France e na Normandia ele se encontraria sozinho. Os dias de vistas distantes do sul do Loire acabaram.

RESISTÊNCIA.

Os ingleses acreditavam, após a morte de Joana d'Arc, que a sorte estava voltando. A ilusão durou pouco. Tendo comprado a rendição de Louviers após cinco meses de um cerco ineficaz, os soldados ingleses violaram imediatamente as promessas feitas à burguesia. A coisa causou uma má impressão na Normandia e até em Paris. No Maine, no oeste da Normandia, as tropas de Ambroise de Loré, as de Richemont, as de Dunois realizaram ações específicas que dificilmente avançaram os negócios de Carlos VII, mas ancoraram nas mentes dos normandos a ideia de que Henrique VI não garantiu a ordem. Em Champagne, Barbazan e a guarnição de Troyes foram suficientes para colocar na linha os poucos ingleses que não haviam esvaziado o local em 1429. La Hire operava em torno de Paris, atacando os comboios de abastecimento, queimando as aldeias, impedindo colheitas e vindimas.

Ao serviço de Georges de la Trémoille, Rodrigue de Villandrando encontrou novos empregos. Ele foi para a guerra em Auvergne contra a condessa Marie, herdeira de sua prima, a condessa Jeanne, de quem La Trémoille era viúvo. Então, o motorista do caminhão dirigiu suas tropas para Anjou, onde atacou as possessões da Rainha Yolande.

Os senhores feudais se divertiram muito. No Ocidente, a guerra reviveu em cada ocasião entre Richemont e La Trémoille. O duque de Alençon fazia campanha contra o duque da Bretanha. O Sire de Preuilly Pierre Frotier espancou os monges da vizinhança. No centro, os nobres de Velay e Gévaudan não paravam de lutar. Em Languedoc, Foix e Armagnac continuaram.

Bedford tentou reagir contra uma anarquia onde tinha mais a perder do que seu oponente. Ambroise de Loré falhou na frente de Caen em 1431, mas Ricarville e seus homens capturaram e mantiveram Rouen em fevereiro de 1432, antes de terminar sob o machado do carrasco. A notícia da trégua de Lille só poderia encorajar os amantes da trama. Não se passou um mês sem que um grupo de parisienses ou outro imaginasse uma forma de trazer para a capital aqueles que os ex-fiéis do partido borgonhês passaram a chamar de "os franceses". Neste ano de 1432, vimos até a conspiração da abadessa de Saint-Antoine-des-Champs.

Em 10 de agosto, a ousadia da burguesia sitiada, combinada com um ataque relâmpago de Rodrigue de Villandrando, forçou os ingleses a suspender o cerco de Lagny. Foi dito que o cerco interrompido custou 150.000 saudações de ouro. O governo de Bedford foi considerado responsável pelo alto custo de vida.

Bedford só teve a ideia de reforçar suas próprias guarnições e oferecer uma aliança aos dois irmãos da Bretanha, o duque João V e o condestável de Richemont. Ele obteve o efeito oposto do que esperava. La Trémoille considerou a ameaça grave e fez as pazes com Richemont. Os conselheiros da rainha Yolande viram o risco que um favorito tão empreendedor colocara em risco o rei. Eles se prepararam para sua queda. A Rainha Marie d'Anjou e seu irmão Charles d'Anjou, Conde do Maine, organizaram a conspiração. Em junho de 1433, enquanto estava com o rei em Chinon, La Trémoille foi esfaqueado em sua cama, depois sequestrado semimorto e encarcerado em Mon-Trésor. Ele foi libertado, em troca de um resgate honesto, apenas com a condição de manter-se afastado de agora em diante. Carlos VII havia suportado a desgraça de seu favorito como o de Joana d'Arc no passado: sem dizer nada.

As coisas, entretanto, estavam se voltando a seu favor. O poder estava agora na Rainha Yolande, no Conde du Maine e especialmente em Richemont. O governo inglês, ao contrário, estava desaparecendo. Bedford estava envelhecendo. Henry VI havia retornado. O chanceler Luís de Luxemburgo era o mais impopular. Os parisienses fizeram dele o bode expiatório para uma paz impossível.

Dizia-se em segredo, e muitas vezes abertamente, que ele não ligava para a paz na França. Eles estavam tão amaldiçoados, ele e todos os seus cúmplices, como sempre foi o imperador Nero.

Mais uma vez, o regente tentou retomar a iniciativa. Ele organizou a defesa da Normandia pelos próprios normandos. Arondel e Talbot receberam a tarefa de recapturar as fortalezas perdidas na região de Paris.

Primeiro, contamos os sucessos. Os camponeses normandos concordaram em assumir a polícia e, para começar, praticavam arco e flecha todos os domingos. Infelizmente, Talbot e Arondel pararam após sua primeira vitória, provavelmente aguardando instruções que não vieram. Quanto ao dinamismo dos camponeses normandos, preocupava os homens de armas das guarnições. Continuaríamos a pagá-los se os vilões representassem o soldado de graça? Os capitães conspiraram contra esta nova competição. Uma emboscada foi armada contra uma forte tropa de camponeses que se viram massacrados perto de Saint-Pierre-sur-Dives, antes que entendessem alguma coisa sobre a tática. Em toda a Normandia, a preparação militar então se transformou em insurreição. Embora Bedford tenha executado publicamente os instigadores do massacre em Rouen, os normandos, no verão de 1434, pegaram em armas contra o ocupante. A enormidade do imposto cobrado em setembro dos estados da Normandia - 334 mil libras - determinou os mais indecisos. Alguns líderes emergiram, como o camponês Cantepie ou o Sire de Merville. Essa Jacquerie de um novo tipo se parecia em muitos aspectos com a do século anterior: a organização não era o ponto forte dessa boa gente. Eles foram atacar Caen, deixaram-se surpreender e foram despedaçados pelos ingleses.

Naquele mesmo verão, os homens de Talbot recapturaram Beaumont-sur-Oise, mal defendido por Amado de Vignolles, irmão de La Hire, e entraram em Creil após seis semanas de cerco. Os que animaram a defesa desses dois lugares foram enforcados. Isso garantiu a submissão dos sobreviventes, não sua adesão.

Ninguém mais considerava Bedford e sua família como aliados do duque da Borgonha, e as pessoas passaram a esquecer a tirania de Armagnac. Agora o inglês era realmente visto como um ocupante. O peso de suas autoridades fiscais teve muito a ver com isso. A repressão também, pois o povo tinha dificuldade em contar como "ladrões" tanta gente boa - de jornaleiro a vereador - que era enforcada para ensiná-la a conspirar. Por fim, a falta de jeito, a menos importante das quais perturbou a Universidade de Paris.

Os mestres - os teólogos da Sorbonne como os juristas de Clos Bruneau - viviam de uma certa hegemonia intelectual e de uma clientela internacional, ambas garantidas pelo distanciamento da competição - Oxford, Toulouse, Montpellier - e ambas ameaçadas por a duração da guerra. Norte da França e estado da Borgonha, essa é a área de influência parisiense após 1420. Os senhores toleraram isso, porque não podiam negar que tinham tido alguma parte no conflito e alguma responsabilidade pelo Tratado de Troyes, mas sofreram com isso. O favorecimento do Regent Bedford e a bajulação dos reitores, entretanto, mantiveram por alguns anos uma aparência de prosperidade acadêmica. Quando, em junho de 1428, a faculdade de direito canônico recebeu quatro novos doutores, dois dos quais eram ingleses, Bedford veio presidir o banquete. Os mestres nunca perderam a oportunidade de parabenizar o governo inglês e elogiá-lo para seus correspondentes. Eles foram ouvidos gritando em voz alta a gratidão do mundo espiritual a um rei que finalmente veio visitar seu reino da França e ser coroado lá. O conselho que deram contra Joana d'Arc era compatível com sua lealdade. Na verdade, eles não poderiam tê-lo retirado. Prisioneiros de seu orgulho e de seus primeiros compromissos, estavam presos à própria história.

Isso mostra sua decepção quando viram que o governo anglo-borgonhês estava ajudando em um maldito empreendimento entre o Sena e a montanha Sainte-Geneviève: a proliferação de universidades. Nem Bedford nem Filipe, o Bom, haviam deliberado arruinar a posição dos parisienses, mas agora cabia à honra de um príncipe criar sua universidade, para a influência de seu estado e para o treinamento de seus oficiais administrativos. Além disso, ambos desconfiavam de Paris, onde a sucessão de tramas de “Armagnac” sugeria que uma surpresa sempre era possível. Era sensato tomar providências para dispensar Paris, se necessário.

Em 1422, Philippe le Bon obteve de Martin V a criação de uma universidade em Dole. O duque João V de Brabant imitou-o em 1425 em favor de Louvain. Conhecemos as opiniões que o duque da Borgonha tinha sobre Brabant.

Carlos VII não ficou de fora e não teve que poupar os amigos de Pierre Cauchon e Thomas de Courcelles. Uma universidade foi criada em 1431 em Poitiers: era uma instituição completa, com suas cinco faculdades, que rapidamente encontrou os sobreviventes do partido da "paz" parisiense, principalmente estabelecido em Poitiers desde o êxodo de 1418. Doze dos quatorze examinadores de Joana d'Arc em 1429 eram ex-mestres parisienses. Ao fundar uma universidade em Poitiers, Carlos VII simplesmente lhes devolveu uma cadeira, mas abriu um concurso duradouro para Paris. Yolande agravou o golpe ao conseguir, alguns meses depois, que a Universidade de Angers, até então limitada à única lei, tinha por sua vez um quadro completo de ensino.

Os parisienses ficaram emocionados. Mas Poitiers e Angers estavam no país oposto. Eles não ficaram surpresos. Quanto a Dole e Louvain, eram cidades império. Foi difícil protestar.

De repente, esses mesmos mestres se viram enganados. Em janeiro de 1432, uma portaria de Henrique VI criou em Caen uma universidade cujo objeto político foi declarado. Caen não só conquistou boa parte de sua clientela em Paris, mas o próprio nascimento de Caen foi uma admissão de desconfiança em relação ao futuro da Paris dos Lancastres. Oito anos de lutas e refutações, desde o primeiro esboço desta criação em 1424, não serviram para nada. Os mestres de Paris escreveram ao regente, ao Papa, ao Concílio de Basiléia. Conseguiram que Philippe le Bon interviesse ele próprio no Conselho, elevando o debate, além disso, ao nível de um conflito de interesses mais gerais. Os parisienses temiam ou fingiam temer:

A dissipação de nosso estudo e também o despovoamento desta boa cidade.

Quando sabemos que, desde 1418, o banimento, a gripe e a varíola não tinham cessado de atingir a capital, quando vemos que em 1425, já, dois terços das casas da ponte Notre-Dame - 43 de 65 - estavam vazias e que em dez anos, de 1422 a 1432, a maioria das casas parisienses haviam perdido 90% do valor do aluguel, é compreensível que as ansiedades dos senhores não fossem fingidas. Claro, eles estavam chateados, mas eles realmente tinham medo da falência.

Como um corpo, eles protestaram no Parlamento. O reitor dos mercadores Hugues Rapiout apoiou seu pedido. Chegaram a propor o que sempre recusaram: a extensão de sua educação jurídica ao direito civil, para o qual Paris dependia de Orleans. Foi tudo em vão.

A velha Universidade de Paris ainda perdia um pouco de seu universalismo. Ela também estava perdendo substância. Borgonheses e Comtois já haviam desaparecido, mas a Normandia agora fornecia um bom terço das tropas: pode-se adivinhar as consequências da vitória de Caen. Isso não trouxe felicidade a todos os normandos: Rouen e a Alta Normandia continuariam a povoar a "nação normanda" da Universidade de Paris. Mas

Bedford acabara de perder em Paris o apoio do único corpo que realmente se comprometera por ele.

O TRATADO DE ARRAS.

Para o duque da Borgonha, as escolhas foram feitas. Ele não fez nenhuma tentativa de impedir a coroação de Carlos VII e não honrou a de Henrique VI com sua presença. As tréguas que se seguiram por cinco anos não trouxeram paz, mas os franceses e os borgonheses acabaram lutando pouco uns contra os outros. E já tínhamos visto os plenipotenciários de Carlos VII e os de Filipe o Bom se reunirem, já em Arras, a partir do dia seguinte à coroação de Reims. As negociações foram retomadas na primavera de 1432. Não deveriam cessar.

O duque Philippe não se lembrava do assassinato de seu pai nem de seu próprio envolvimento no Tratado de Troyes. Mas a aliança inglesa agora estava se revelando inútil, e outros perigos agora se escondiam no estado da Borgonha. Laço de amizade com Carlos VII, o imperador Sigismundo expressou sua intenção de conter a expansão da Borgonha em direção ao Reno. Flanders estava relutante contra os efeitos econômicos de uma guerra que privou Bruges de boa parte de seu mercado europeu. Enquanto o desenvolvimento da indústria de tecidos inglesa levou as tecelagens continentais a substituir a lã inglesa pela lã das ovelhas merino de Castela, a sorte dos lugares flamengos dependia cada vez menos das relações com a Inglaterra, e cada vez mais a uma rede de distribuição continental dos produtos do grande comércio marítimo. Para o sul, deveria haver paz com a França. Em direção ao norte, a conivência do imperador era necessária. E ele era o aliado do rei da França.

Acrescentemos que as tropas de Carlos agora faziam fronteira, ao norte da Ile-de-France, com as possessões borgonhesas de Artois e Picardia, onde reinava a insegurança e onde aumentavam as incursões de “Armagnac”. Todos naquele lado aspiravam à paz franco-borgonhesa.

Carlos VII, no entanto, não estava pronto para se aventurar. Com uma paciência que refletia muito bem sua indecisão usual, mas onde a determinação era cada vez melhor, ele reuniu seu reino. Em Viena, na primavera de 1434, ele manteve uma corte cuja aposta política ia além da simples afirmação de seu direito no Dauphiné de Viennois. Vimos o condestável de Richemont reaparecer ali entre os grandes, acompanhado por seu protegido Charles de Anjou. Vimos também chegar os enviados do Conselho de Basileia, o Cardeal Louis Aleman - Cardeal d'Arles, como era chamado - e o Cardeal Hugues de Lusignan, mais conhecido pelo nome de Cardeal do Chipre por ser natural a linha de Lusignan prevalecente em Chipre desde o final do XII século. O rei até encontrou por

alguns dias seu homem de confiança dos dias ruins, o ex-líder do bando dos Armagnacs de Montereau e do reino nascente de Bourges: Tanguy du Châtel.

Sobre o que estávamos conversando em Viena? Aparentemente, a retomada das hostilidades contra a Borgonha. Na realidade, de sua desejabilidade. Ainda não estávamos lidando com isso. Estávamos nos preparando para isso.

Foi o mesmo quando a assembleia dos estados de Langue d'oïl foi inaugurada em Tours em 12 de agosto de 1434. A guerra estava recomeçando em todas as frentes. Não havia como tratar como se o rei fosse derrotado. Associar os prelados, os barões e as boas cidades, não era apenas dar-se os meios de financiar a guerra. Era para mostrar a coesão do que havia sido o reino de Bourges e que, mesmo que o rei vivesse em Chinon ou Poitiers, voltou a ser reino da França.

As negociações decisivas foram abertas em Nevers em janeiro de 1435. Philippe le Bon estava lá. Carlos VII havia enviado o duque de Bourbon, o arcebispo-chanceler Regnaut de Chartres, o condestável de Richemont, o marechal de La Fayette e alguns de seus melhores juristas. A Borgonha encontrou lá sua irmã Agnès, a duquesa de Bourbon, que ele não via há muitos anos. Esse reencontro facilitou a tarefa dos diplomatas. Os inimigos festejaram com alegria, beberam muito, brindaram em paz. Testemunhas observaram que muito louco foi aquele que foi morto por elas.

O duque Philippe deixou claro que estava pronto a abandonar seu aliado inglês se encontrasse uma maneira de não trair a memória de João, o Destemido. Marcou-se um encontro em Arras. Despedimo-nos com a ideia de que a paz foi feita.

Carlos VII não baixou a guarda, entretanto. Tendo vindo para se reportar a Chinon, Richemont viu-se nomeado "tenente-general do rei entre Yonne e o Sena". Ao mesmo tempo em que nomeou seus embaixadores em Arras, o rei aceitou a proposta de Dunois: o Bastardo de Orleans disse que estava pronto para tomar Saint-Denis. Enquanto esperava por Paris ...

Essas disposições ofensivas não foram em vão. No início de maio, Saintrailles e La Hire derrotaram em Beauvaisis, em Gerberoy, o exército inglês do conde de Arondel. Em 1º de junho, Dunois entrou em Saint-Denis. Ele permaneceu lá, aguardando instruções para o ataque final à capital.

Philippe le Bon não ficou para trás. Ele foi tomar o pulso de Paris, encontrou sua popularidade lá, intacta quando foi visto. Dessa viagem, ele tirou uma lição importante para os seguintes eventos: sua posição política no reino da França nada devia à aliança inglesa. Mas eles gritaram "Paz!" Philippe le Bon não viveu o terror cabochiano; ele não conseguia ouvir nesse grito a menor alusão ao passado. Ele entendeu, no entanto, que tinha tudo a ganhar se fosse ele com quem a guerra terminasse.

Os ingleses estavam com medo. A paz separada entre a França e a Borgonha foi sua ruína. Os membros ingleses do Conselho garantiram que estavam prontos para a paz, mas relembraram seu apego a um acordo geral de assuntos. Bedford havia deixado Paris para Rouen. O duque da Borgonha não conseguiu vê-lo. Ele se contentou em enviar uma embaixada à Inglaterra, encarregada de mostrar a Henrique VI que nunca haveria um fim pela força. Nenhuma vitória era mais possível. Tivemos que negociar.

Os ingleses estavam cautelosos. O duque não estava traindo seus compromissos? Seu juramento de 1420 o vinculou à causa de Henrique VI. Ele foi lembrado disso. Uma embaixada foi enviada à Itália para descobrir se Eugênio IV não havia libertado secretamente algum príncipe francês de seus juramentos. O Papa tranquilizou os ingleses: nunca ninguém lhe tinha perguntado tal coisa.

Em 5 de agosto de 1435, o congresso final foi aberto em Arras. Os cardeais da Santa Cruz e de Chipre - Albergati e Lusignan - presidiram, um como legado papal, o outro como representante do Concílio. Na verdade, a presença de Hugues de Lusignan também demonstrou o interesse da Igreja por uma paz que permaneceu a condição primeira de qualquer cruzada. Seu nome por si só simbolizava a angústia do Oriente latino. Não estava seu sobrinho João III de Lusignan, no próprio Chipre, lutando com os turcos?

Os pais do Concílio de Basiléia estavam representados: o caso assumiu as dimensões do cristianismo. Logo vimos em Arras embaixadores do rei de Nápoles e do duque da Bretanha, enviados de Charles d'Orléans e Jean d'Alençon. A Universidade de Paris enviou seus promotores. As grandes cidades da França fizeram o mesmo.

Durante um mês, teve-se a impressão de uma negociação franco-inglesa. Ao lado do cardeal Beaufort estavam o arcebispo de York, o conde de Suffolk e alguns conselheiros como o senescal de Guyenne, o bispo Pierre Cauchon e o doutor em teologia Guillaume Érart. A embaixada francesa era mais numerosa: Bourbon, Regnaut de Chartres, Richemont se reuniam ali, mas ladeados por uma multidão de assessores políticos e jurídicos como o primeiro presidente do Parlamento, Adam de Cambrai, o assessor Guillaume Chartier e o reitor de Paris Jean Tudert.

O povo de Carlos VII fez concessões que não eram pequenas: Lancaster ficaria com a Normandia - exceto Mont-Saint-Michel e Guyenne, mas manteria essas províncias sob feudo, dependendo da homenagem a Valois. O cardeal Beaufort, que incomodou o legado e irritou os borgonheses ao chegar tarde, em 23 de agosto, após interminável hesitação, manifestou que dificilmente estava disposto a deixar Carlos VII outra coisa senão o que queria. neste mês de agosto de 1435. O destino de Paris estava em jogo Os ingleses assumiram assim uma posição modelada ao contrário da francesa: o que ficaria, Carlos VII o manteria na fortaleza do rei Henrique VI. Em outras palavras, Carlos VII deixaria de ser rei da França. Na melhor das hipóteses, ele seria o primeiro dos barões do reino de Lancaster.

A situação militar não permitia mais que os ingleses fizessem tais exigências. O legado os considerou irracionais. Pareceu-lhe até que Carlos VII estava fazendo o suficiente pela paz quando ofereceu como feudo um terço de seu reino e o melhor terço. Furioso com Beaufort e sua família, o legado declarou que era melhor não pensar em uma paz geral; sempre se pode cuidar de uma paz particular. A paz da cristandade ganharia mais seguramente lá.

Ninguém acreditou por acaso quando se soube, em 25 de agosto, que La Hire e Saintrailles haviam acabado de cruzar o Somme à frente de um exército real e que marchavam em direção a Arras. Filipe, o Bom, enviou os barões de sua comitiva para encontrá-los. Bourbon avisou com urgência que precisavam se retirar. La Hire e Saintrailles cumpriram. Aparentemente, o rei da França acabara de repudiar uma iniciativa inoportuna; todos entenderam que se tratava de lembrar que a roda girava desde a época em que se perguntava se os ingleses cruzariam o Loire.

Bedford estava em Rouen, acamado pela doença. O velho cardeal Beaufort não percebeu o risco que corria ao bloquear as negociações numa época em que borgonheses e franceses discutiam abertamente o que poderia ser um acordo.

Philippe le Bon manteve uma corte magnífica, com seu cunhado, o duque de Guelders e seu sobrinho de Cleves, e com algumas dezenas de senhores da Borgonha, Flandres, Hainaut e Artois. No dia 1 ·de setembro, ele deu um banquete em homenagem ao Cardeal da Inglaterra. No final, ele chamou seu convidado de lado. Foi para o atingir com a conclusão de uma longa meditação: por sua obstinação, o inglês era o único responsável pela ruptura de uma aliança sem a qual desabou o edifício político selado em Troyes em 1420. Beaufort estava furioso. . Ele e o arcebispo de York gesticularam por uma hora. O cardeal suava profusamente. Tentaram em vão acalmá-lo passando as especiarias para o vinho.

Os gritos não ajudaram. O duque da Borgonha não voltou a um assunto há tanto amadurecido. À noite, acompanhado apenas pelo chanceler da Borgonha Nicolas Rolin e dois cavaleiros discretos, foi incógnito ao cardeal legado. O segredo tinha apenas um motivo: o inglês teria sido demais na entrevista.

Em 6 de setembro, os plenipotenciários ingleses deixaram Arras. Oficialmente, eles levariam as propostas francesas a Henrique VI. Na verdade, a partida deles significou a separação, e ninguém estava escondendo isso. Os cardeais Albergati e Lusignan redigiram um relatório.

A notícia do fracasso acelerou o fim daquele cuja energia e lucidez por tanto tempo mantiveram viva a dupla monarquia. Em 14 de setembro, Bedford morreu neste castelo de Rouen, onde o destino de Joana d'Arc há muito havia sido determinado.

Nessa época, era Richemont quem, à noite, fazia visitas ao duque da Borgonha favorecidas pela conivência do chanceler Rolin. No dia 8 de setembro, uma missa pela paz reuniu todo o congresso. Dois dias depois, o conselho do duque foi quase unanimemente

a favor de uma paz separada com o rei da França. O bispo de Auxerre notou o milagre: estávamos no aniversário do assassinato de Jean sans Peur. No dia 11, o Congresso retomou seus trabalhos, sem os ingleses: faltava apenas dar forma ao tratado. O acordo foi feito quanto ao mérito.

E em 21 de setembro de 1435, na igreja de Saint-Vaast em Arras, após uma missa celebrada pelo legado, um sermão do bispo de Auxerre e uma leitura pública do tratado, o coro foi visto avançando para o coro. o jurista Jean Tudert, um velho que serviu no Parlamento de Carlos VI e que havíamos visto, mestre dos pedidos de Carlos VII, em todas as negociações com a Borgonha. Jean Tudert vinha lutando pela paz havia cerca de doze anos. Ele se ajoelhou aos pés de Filipe, o Bom. Os termos da multa honrosa que ele recitou constavam do tratado.

A morte do Monsenhor duque João da Borgonha foi iníqua e mal feita por aqueles que perpetraram o caso e por maus conselhos. O rei sempre o desagradou, e agora ele o desagrada de todo o coração. Ele teria evitado se tivesse a idade e a compreensão que tem agora, mas ele era muito jovem e tinha pouco conhecimento na época, e não era sábio o suficiente para provê-lo.

O duque da Borgonha respondeu que o perdoava, dispensou o promotor do rei da França e o beijou. Então ele jurou paz. Os franceses haviam cumprido todas as suas exigências. Mais ou menos, é o que a comitiva política da rainha Yolande já se propunha conceder durante as primeiras entrevistas em Arras, em agosto de 1429, imediatamente após a vitória de Orleans e a coroação de Reims. Muitos, que haviam apreciado plenamente o serviço prestado por Joana d'Arc no desbloqueio da situação em maio e junho de 1429, não podiam deixar de pensar que sua obstinação após as primeiras vitórias, sem o menor proveito, atrasou o paz de cinco anos. O rei cedeu, como se tivesse sido derrotado pelos borgonheses.

O Tratado de Arras incluía três séries de cláusulas, algumas de pura reparação moral, outras de indenização territorial, a terceira de alto significado político.

Missas de *réquiem,* a fundação de uma casa de aluguel em Montereau, um monumento comemorativo na ponte da emboscada, foram estas que removeram os escrúpulos do duque Philippe quanto ao seu juramento de vingança. Carlos VII também se comprometeu a punir os instigadores do assassinato de Montereau. Todos os outros "insultos" foram abolidos. Os dois cardeais declararam oficialmente Filipe, o Bom, dispensado de um juramento que era o único cimento legal da aliança anglo-borgonhesa.

Ninguém observou que as lutas de facções deixaram outros mortos além do duque de Borgonha Jean sans Peur, e que o primeiro assassinato foi o do duque Louis d'Orléans, assassinado em certa noite de 1407 por ordem de seu tio da Borgonha. Para esse homicídio não houve reparações ou reparações. No seu retorno à França, Charles d'Orléans

experimentou um pouco de amargura ao ver que a razão de Estado cobriu a morte de seu pai com o véu do esquecimento.

As cláusulas territoriais do tratado eram duras: Carlos VII cedeu os condados de Auxerre e Mâcon, os castelos de Bar-sur-Seine, Péronne, Roye e Montdidier, finalmente as cidades "de e no vale do Somme" e tudo isso. que separava o Somme do já borgonhês Artois. Só foi concedido ao rei que ele poderia comprar de volta as cidades do Somme por 400.000 coroas. Em outras palavras, Philippe le Bon obteve uma indenização de guerra prometida à Picardia. Se pensarmos nas exigências inglesas - duas semanas antes, como em Brétigny, no passado - poderíamos, no entanto, considerar que o duque da Borgonha tinha uma luxúria razoável. Um vencedor, ele estaria em posição de exigir metade do reino. Os ingleses não conseguiram obtê-lo porque não foram vitoriosos.

A aposta estava em outro lugar, e o duque era tão sábio em saber como ficar satisfeito com essas poucas cessões territoriais quanto Carlos VII em não recusá-las. A verdadeira questão, para ambos, era a soberania. O rei da França manteve a sua, intacta em todas as terras que manteve e em todas as que pôde reclamar dos ingleses. O duque da Borgonha teve um reconhecido em todas as suas propriedades: enquanto Carlos VII vivesse, Philippe le Bon não prestaria homenagem ao rei da França. Se ele fosse o sobrevivente, prestaria homenagem ao novo rei da França. Seus herdeiros prestariam homenagem como no passado.

Justificado em 1435 pela recusa do duque em se ajoelhar por sua vez - a disparidade de tratamento era, portanto, gritante - perante aquele que fora o rei dos assassinos de João, o Destemido, a isenção da homenagem foi apenas vida. Ninguém duvidava de que os estados da Borgonha ainda faziam parte do reino da França pela parte que passou de toda a antiguidade. O primeiro presidente Adam de Cambrai e o chanceler Nicolas Rolin mediram com precisão, cada um para seu mestre, o alcance legal dos termos do tratado. A homenagem de uma geração foi simplesmente colocada entre parênteses. Mas, na realidade política, todos viram que, livre de suas obrigações para com Henrique VI e franco de qualquer obrigação para com Carlos VII, mestre conseqüentemente de todas as suas alianças, Filipe, o Bom, era de fato soberano.

O tratado, aliás, o impedia de fazer comentários imprudentes e de estilo inadvertido devido à rotina das chancelarias ou simplesmente à cortesia dos tribunais. Mas por esse mesmo fato, o tratado passou a chamar as coisas pelo nome.

Como no presente tratado ou em outras cartas ou orais o duque nomeia e pode nomear o rei “seu soberano”, os embaixadores declaram que esta designação não prejudica a isenção pessoal de que gozará ao longo de sua vida.

Em troca, o rei agora tinha, como coroa, a garantia do duque da Borgonha. Ele imediatamente sacrificou sua auto-estima, e por um tempo estava perdendo parte de seu reino. Mas garantiu o essencial, que muitos haviam desesperado nos tempos sombrios do

reino de Bourges: sua legitimidade. O único que ameaçou a coroa dos Valois, o único que alegou ser rei da França, aquele que reinou em Paris, foi o inglês, não o borgonhês. O preço pago para isolar Henrique VI não poderia ser muito alto.

Em ambos os lados, os ultras estavam infelizes. Rapidamente esquecemos o assassinato da Porte Barbette, o terror cabochiano, o interminável cativeiro de Charles d'Orléans. Era barato - demais, para o gosto de muitos borgonheses - as verdadeiras vantagens do duque Philippe e, em particular, a aliança dos parisienses. O conde de Ligny deixou Saint-Vaast sem fazer um juramento. Jean de Lannoy lidou com a ironia:

Aqui está a mão que fez um juramento por cinco paz, nenhuma das quais foi cumprida. Prometo a Deus que isso será observado por mim ...

No final, ouvimos sobretudo a alegria, tanto a dos barões como a da burguesia. O Cardeal do Chipre entoou o Te Deum. Burgundy e Bourbon uniram forças para a saída. As pessoas gritavam "Natal! A festa durou oito dias, durante os quais os juristas trabalharam para esclarecer os detalhes da aplicação do tratado. Missas de ação de graças se seguiram. Banquetes também. Raramente festejamos tanto e comemos tão bem. Estávamos longe das carnes reaquecidas da coroação de Henrique VI.

O lucro do duque e o do rei eram diferentes. Mas houve um perdedor no caso. Ele era o homem que acabara de ser enterrado na catedral de Rouen, após quinze anos de um governo sábio e pragmático baseado em constrangimentos e ilusões. Quando os embaixadores ingleses passaram por Londres, foram repreendidos. Um motim saqueou os hotéis dos grandes mercadores flamengos estabelecidos em Londres.

Por um tempo, parecia que o conflito estava caminhando para um fim rápido. Borgonheses e ingleses, cada um por si, seus adversários. Filipe, o Bom, queria levar Calais. Os ingleses atacaram o Condado de Flandres e o Ducado da Borgonha sem lucro. Carlos VII não pôde evitar os movimentos espontâneos que estavam ocorrendo a seu favor em toda a França Lancastriana, nem a ação militar de um ousado líder de bando como Charles des Marets, que capturou Dieppe em 28 de outubro de 1435, além do um movimento insurrecional que abalou o campo da Normandia pouco depois, a pedido de alguns nobres, entre os quais se destacou o Sire de Montivilliers.

CHARLES VII EM PARIS.

A recuperação de Paris era obviamente o primeiro dos objetivos, tanto pela encruzilhada econômica que a capital oferecia, quanto pelo seu valor já simbólico. Além disso, Paris estava em disputa e as conspirações anti-inglesas fermentavam quase em plena luz do dia, agora que a lealdade do partido borgonhês não apoiava mais a presença inglesa. O ocupante viu o perigo, exigiu da burguesia um novo juramento de lealdade que

o chanceler Luís de Luxemburgo recebeu com grande pompa em 15 de março de 1436 e que não significava nada. O reitor Simon Morhier, muito comprometido com os ingleses para se retirar dele, estava tão seguro da traição da burguesia que instou-os a ficar em casa no caso de um ataque. Mal paga, a pequena guarnição inglesa estava relutante. O governador autorizou seus soldados a saquear as aldeias vizinhas. Dizia-se que haviam se empanturrado de ovos e queijo em Notre-Dame-des-Champs e que um inglês não temera, em Saint-Denis, arrancar o cálice de ouro das mãos do padre. , mal ele tinha terminado de tomar a comunhão.

Os antigos fiéis do partido da Borgonha revisaram seu vocabulário. Não falamos mais dos Armagnacs. Os franceses eram esperados e o rei da França.

O governo da capital era agora uma equipe de quatro bispos, cada um igualmente odiado: Luís de Luxemburgo, a quem seu bispado de Thérouanne mal ocupava, Pierre Cauchon, que havia recebido o bispado de Lisieux porque desanimava de voltar a Beauvais, Jacques du Châtelier, que retinha alguma amargura do desprezo manifestado durante a coroação por suas prerrogativas como bispo de Paris e o novo bispo de Meaux Pasquier de Vaux. Nenhum deles foi capaz de impedir a derrubada da população.

Richemont e seu exército já controlavam o leste e o norte da região. Melun, Lagny, Saint-Denis, Pontoise bloquearam Paris. No início da primavera de 1436, Richemont conseguiu bloquear o outro lado, de Charenton a Saint-Germain-en-Laye via Corbeil. Desta vez o bloqueio foi total.

Em Paris, a festa de Carlos VII foi organizada em torno de um mestre de contas, Michel de Laillier, outrora vítima da repressão da Borgonha e conhecido por ter conspirado desde 1422 contra o regente Bedford. Aparentemente aliado ao novo regime, enquanto seus irmãos Jacques e Guillaume acompanhavam, um na Picardia, o outro no Parlamento de Poitiers, o destino do partido Armagnac, Michel de Laillier simplesmente esperou, sem estardalhaço, que o hora de uma ação que não foi apenas uma conspiração de cabaré.

Na madrugada de 13 de abril, os homens de Laillier iniciaram um motim. Nas ruas estreitas da capital, os ingleses foram apedrejados até a morte com pedras, troncos e potes quebrados. O bombardeio veio das janelas. Os soldados não sabiam onde se refugiar. Foram a Les Halles, que à porta Saint-Denis, depois reagrupou-se na Bastilha, defronte desta porta Saint-Antoine que era considerada uma das mais ameaçadas e que permaneceu uma das raras portas sem muro. Desde sua entrada em Paris, os ingleses e os borgonheses sabiam muito bem que não haviam entrado por solapamento ou por escalada: precisavam de uma porta, aberta sub-repticiamente. O inimigo não poderia deixar de fazer o mesmo. Para não ter que vigiar quinze portas, tínhamos, dependendo do momento, muradas oito, dez ou doze. Algumas poucas ficavam quase sempre abertas, a pedra e o gesso não substituíam as portas de ferro: Saint-Denis, Saint-Honoré, Saint-Antoine, Saint-Jacques.

Os capitães ingleses tinham ouvido falar que Jean de Villiers, Sire de l'Isle-Adam, estava em Saint-Denis. No dia anterior, ele havia vencido os saqueadores e se apresentado ao norte da cidade, em frente ao portão de Saint-Denis. L'Isle-Adam fora governador de Paris por Bedford e o duque de Borgonha. Melhor do que ninguém, ele conhecia a fraqueza da defesa parisiense: a impossibilidade de uma manobra rápida na cidade. Por não haver um bulevar circular dentro do recinto, era preciso passar pelo centro para ir de uma porta a outra. Havia apenas quatro pontes - duas em cada braço do Sena, e elas ficavam congestionadas de manhã à noite. E a teia de vielas que se formava, entre a Place de Grève e o Châtelet, a "encruzilhada de Paris" proibia qualquer movimento tático de qualquer importância. Ao atacar pela Porte Saint-Jacques, na margem esquerda, no momento em que Laillier organizava o tumulto nas ruas, L'Isle-Adam neutralizou os ingleses que vigiavam a Bastilha na Porte Saint-Antoine.

Os guardas da Porte Saint-Jacques eram bons burgueses armados, daqueles que sentiam sua hostilidade para com Carlos VII se dissipar e que, como Villiers, haviam sido borgonheses mais do que ingleses. Na primeira convocação, eles decidiram abrir a porta. Resistir parecia ridículo para eles. Para acelerar as coisas, um dos defensores baixou uma escada ao longo da parede. Villiers de l'Isle-Adam foi o primeiro a escalar. Quando a porta se abriu, os homens de Carlos VII já estavam no local.

A tropa que desfilou à frente dos jacobinos antes de descer a rue Saint-Jacques foi significativa da reunião que se fazia há dez anos. Ao lado do Condestável de Richemont, cuja fidelidade nunca cessou de oscilar à mercê do favor real, vimos o Bastardo de Orléans, futuro conde de Dunois, filho da primeira vítima dos borgonheses e fiel companheiro de Joana de 'Arco. Também vimos Villiers, ex-defensor de Paris contra esta mesma Joana d'Arc e um longo e eficaz instrumento de domínio anglo-borgonhês sobre Paris. Na época de abril de 1436, os parisienses podiam entender que a guerra realmente se tornara um assunto nacional. Foi o fim de um conflito com raízes dinásticas e fontes feudal-vassálicas. Estávamos cansados das infindáveis sequelas de um confronto de príncipes degenerado em guerra civil. Restava apenas uma guerra: a dos franceses contra os ingleses.

Carlos VII e seus conselheiros aprenderam a lição do meio século passado, meio século em que exilados respondiam a exílios, banimentos a banimentos, execuções a execuções. Os novos vencedores publicaram uma anistia geral, evitaram saques, evitaram acerto de contas. Eles lidaram com os sitiados da Bastilha. No domingo, 15 de abril, por uma taxa, os ingleses e seus últimos fiéis partiram sob as zombarias e tomaram a estrada para a Normandia. Os espectadores os incentivaram a não voltar.

Assim, deixaram os últimos servos de Lancaster, o chanceler Luís de Luxemburgo, o reitor Simon Morhier e seu antecessor Pierre Le Verrat, o tenente criminoso Jean L'Archer, reitor dos mercadores Hugues Le Coq. O grande açougueiro Jean de Saint-Yon, cujo poder político foi talvez um dos últimos vestígios do movimento cabochiano, terminaria sua vida

como sargento do rei da Inglaterra, enquanto seu antigo cúmplice Jean Turgis, filho de um O estalajadeiro e faz-tudo inglês encontrou seu último emprego em Londres como harpista da rainha.

Entrar em Paris foi mais uma oportunidade do que uma vitória. Podemos constatá-lo quando foi descoberto um complô, tramado por um escrivão e um advogado do Parlamento, cujo objetivo era abrir as portas ao povo de Henrique VI. Carlos VII tinha sua capital, mas Talbot a bloqueou tanto quanto Richemont anteriormente. No final de janeiro de 1437, uma tropa inglesa recapturou Ivry. No dia 13 de fevereiro, os ingleses estiveram novamente em Pontoise. Eles estavam segurando o Vexin. Montargis caiu em suas mãos dois meses depois. Carlos VII reagiu no outono, carregou Nemours, tirou Montereau com uma luta dura.

O rei estava à frente de suas tropas durante o ataque final a Montereau em 10 de outubro. Ele tirava grande glória disso, glória excessiva: a proeza era medíocre. Mas foi com a reputação de vencedor que ele fez sua entrada solene em Paris um mês depois.

Os parisienses agora jogavam com o rei vencedor. Quando esteve em La Chapelle, à vista do portão de Saint-Denis, em 12 de novembro de 1437, o reitor mercante Michel de Laillier ofereceu-lhe as chaves da cidade: uma cerimônia totalmente nova, que apenas queria lembrar quem quisesse ouvir - e ao rei em primeiro lugar - que não tivemos que invadir a capital e que as portas se abriram por si mesmas diante do soberano legítimo. O rei entendeu o símbolo. Ele deu as chaves ao policial.

A burguesia organizou a festa. Procissão, quadros vivos, canções, tudo mostrava a aliança entre o rei e sua capital. Ninguém deve se enganar: Carlos VII não entrou em uma cidade capturada, mas em uma cidade libertada. A alegria do povo e a alegria dos notáveis eram prova disso.

Em Poncelet, havia um chafariz, no qual havia um pote contendo uma flor-de-lis, da qual a flor-de-lis despejava boas hipocras, vinho e água.

Em Notre-Dame, o rei fez o juramento dos reis da França no retorno da coroação. Tratava-se apenas de confirmar os privilégios de jurisdição do bispo e do capítulo. Na realidade, a cerimônia marcou o lugar dessa entrada alegre no curso do reinado: Carlos VII, finalmente, estava voltando de Reims. Apoiados pelo órgão, os coristas cantaram o *Te Deum.*

O entusiasmo diminuiu rapidamente. Uma grande estatura foi erguida sobre a cidade. As igrejas tiveram que fornecer metais preciosos à Casa da Moeda: incensários, bandejas, galhetas, castiçais foram transformados em "grandes brancos" que tinham apenas o branco no nome - cinco negadores de aloi, cinco duodécimos de prata fina, que faziam verdade para a moeda negra - mas que, no entanto, representou um esforço de recuperação monetária. A segurança não estava garantida nos próprios portões de Paris.

Os ingleses saquearam todos os comboios de suprimentos. O burguês ficou muito desiludido:

Os ladrões ainda estavam emboscados perto de Paris. Nem rei, nem duque, nem conde, nem reitor, nem capitão levaram isso em consideração, como se estivessem a cem léguas de Paris.

Quando Carlos VII partiu, após três semanas, foi julgado que ele simplesmente tinha vindo para ver a cidade. A visita custou caro. O moral estava mais baixo novamente e tudo estava reclamando. Dizia-se que os ingleses não temiam a guerra enquanto Richemont comandasse o oposto. Na verdade, Richemont fez um reconhecimento em julho de 1438 na frente de Pontoise: foi julgado "muito mau ou muito covarde" porque se limitara a olhar para as torres. Poucos meses depois, os ingleses retomaram Saint-Germain-en-Laye.

Os oficiais de Carlos VII queriam fazer propaganda. Às portas de Paris, três telas pintadas foram penduradas representando três cavaleiros ingleses enforcados pelos pés pelo crime de perjúrio ... contra Tanguy du Châtel. O parisiense ficou pasmo, mas notou que o trigo estava crescendo. A epidemia de varíola completou o quadro no outono. Milhares de mortes tiveram que ser contadas, talvez cinquenta mil. O bispo Jacques du Châtelier foi as vítimas. Ninguém ficou de luto por ele.

O inverno foi rigoroso. Os lobos entraram na capital nadando, atacaram os cachorros, devoraram uma criança ao lado dos Inocentes. É verdade que em Rouen vimos cães e porcos comerem crianças que morreram de fome. Pelo menos o falavam em Paris para se consolar: as coisas não iam melhor com o inimigo.

Paris se enganou ao acreditar que Carlos VII trouxe de volta a prosperidade. A cidade era um deserto. O valor dos aluguéis, que vinha diminuindo constantemente desde 1422, desabou novamente em 1438. Bem no centro da cidade, uma em cada duas lojas estava vazia. As casas desocupadas ameaçavam ruína e ofereciam asilo perigoso à população marginal. Uma portaria real deu aos proprietários a escolha: consertar ou demolir completamente. O procedimento de leilão de imóveis hipotecados foi acelerado. Investidores sábios então compraram barato o terreno no qual, alguns meses depois, poderiam basear sua fortuna imobiliária.

SERVOS DA MONARQUIA.

Carlos VII foi obrigado pelo Tratado de Arras a fazer parte dos borgonheses no governo do reino. Ele teve a sabedoria de não ser astuto. Cada um tinha servido à causa que acreditava ser certa e cada um tinha seu lugar na nova ordem política, embora à custa de uma inflação administrativa sem precedentes. O Parlamento "borgonhês" de Paris e o Parlamento "Armagnac" de Poitiers fundiram-se em Paris: dezoito vereadores parisienses permaneceram no cargo ou foram reintegrados após alguns meses, vinte e seis vereadores

de Poitiers vieram tomar seus lugares, além disso, sem se sentarem. correria, já que apenas onze haviam chegado na véspera de ano novo de 1436 e esperamos cinco anos pelo último. Era mais ou menos o mesmo na Câmara de Contas: os dois mestres e os dois clérigos que permaneceram em Paris classificaram-se entre os oito mestres e os doze escriturários vindos de Bourges.

Carlos VII nomeou um novo reitor, Philippe de Ternant, que era um fiel do Duque de Borgonha, flanqueava-o por um homem seu como tenente do crime e manteve em sua função de tenente civil o excelente jurista Jean de Longueil, que era um juiz profissional e não político. Também nomeado por Bedford em 1430, o advogado do rei John Chouart tornou-se servo de Carlos VII depois de ter servido a Henrique VI como rei da França, e não a Lancaster.

Cautelosamente aconselhado por Richemont, Carlos VII teve a coragem de impedir que seus partidários confiscassem a vitória. Pelos costumes da época, era uma sabedoria extraordinária. Tanguy du Châtel foi deixado para se adornar novamente com o título de reitor, mas foi proibido de ir ao Châtelet para exercer sua função anterior. Os principais responsáveis pela morte de 1418 desapareceram, morreram ou partiram com os ingleses. Os mais modestos ficaram sozinhos. Ninguém perguntou ao burguês quem havia chorado em 1413 e quem havia chorado em 1418.

A França evitou assim vinte anos de ressentimentos. Ao mesmo tempo, deu também um passo decisivo na noção de um serviço público estável, alheio à turbulência da vida política. O favorecimento do serviço público - especialmente na sociedade parisiense - deve muito a esta observação feita depois de 1436: arriscamos menos e ganhamos tanto servindo ao rei sem saber o que era bom quanto especular sobre o preço do trigo. ou arriscar seus bens em rotas marítimas e terrestres. Nos dez anos que se seguiram à entrada de Richemont na capital, a preponderância dos empresários desabou, na Câmara, à frente da dos magistrados, dos fiscais, dos advogados.

Os caminhos da fortuna e os da nobreza eram os mesmos, e eram aqueles onde o investimento de tempo, talento e dinheiro se mostrava menos arriscado. A comunidade empresarial havia experimentado o colapso da especulação ligada aos caprichos políticos dos anos 1405-1420. Houve as decepções nascidas da instabilidade monetária dos anos 1417-1421. Quantas falências, ruínas, exilados precipitados, entre os mercadores que tentavam a sorte nesta época turbulenta! O financista italiano Giovanni Ser Cambi estimou em 80% a perda sofrida em 1421 pelos lucqueses de Paris após uma desvalorização. Os tempos tinham sido difíceis para os banqueiros, pois o reino se dividiu em dois devedores protegidos em perigo ao custo de um simples vôo. O irmão pleno do reitor dos mercadores borgonheses Hugues Le Coq, Pierre, não tinha outro motivo, em 1422, para chegar à França de Carlos VII a não ser o acúmulo de dívidas na praça de Paris. Nesse ano de 1436,

quando todos se reuniam na capital, os empresários sabiam que bastava, durante quinze ou vinte anos, refugiar-se em Étampes ou Montlhéry para fugir às suas obrigações.

Ao alinhar-se com um ou outro campo, a pessoa realmente arriscou sua fortuna, seus clientes, até mesmo sua casa. Pelo menos se podia acreditar que todos estavam alojados no mesmo barco. Nunca o serviço público foi tão especulativo como no ano de 1418, quando foi necessário optar por ficar com um rei louco ou ingressar em um delfim de legitimidade disputada. E agora os empresários descobriram em 1436 que os riscos não eram os mesmos. Aquele que proferiu seus julgamentos em Paris em nome de Henrique VI e aquele que o proferiu em Poitiers em nome do delfim, que não se atreveu a se intitular rei, também não correu nenhum risco real.

Feita de forma inesperada na década de 1440, essa descoberta teria consequências graves. O rei da França ficaria bem servido. E boa parte do dinamismo social se afastaria do empreendimento econômico.

A PRAGUERIA.

A nobreza percebeu rapidamente que a monarquia havia acabado de marcar um ponto no confronto secular das forças políticas. Os príncipes do Midi - Armagnac, Albret, Foix - conduziam seus negócios com bastante liberdade e consideravam o rei da França mais um parceiro do que um soberano. O conde de Foix acabara de morrer; Carlos VII

aproveitou a oportunidade para deixar vago o cargo de tenente do rei no Languedoc. Isso significava uma tomada de controle dos assuntos do sul. Os príncipes sentiram muito bem a ameaça. No norte, a Borgonha e a Bretanha jogavam-se soberanas, Anjou era rei em Nápoles e príncipe do império na Provença, Bar e Lorena; quanto a Bourbon, ele não nos deixou esquecer que havia coberto a independência do reino de Bourges no leste. Carlos de Orleans rimava em sua prisão inglesa, mas seu meio-irmão Dunois acertadamente sustentava que o rei lhe devia mais do que ele. Em suma, os príncipes não estavam decididos a se deixar dominar por aquele que conheciam como fraco.

O Tratado de Arras reconciliou Carlos VII e Philippe le Bon. Era pouco adequado para aqueles que haviam investido sua energia e às vezes sua fortuna na luta contra a Borgonha. Os duques de Alençon e Bourbon estavam entre eles. Jean d'Alençon tinha perdido tudo na Normandia pela ação dos ingleses: seus bens confiscados, ele mesmo resgatado depois de Verneuil, ele esperava uma compensação substancial da vitória. A anistia dos borgonheses o fez perder toda esperança de despojo e a renda de 12.000 libras que o rei

lhe deu, acima de tudo, o fez pensar que seus serviços estavam subestimados. Na verdade, contra Charles d'Anjou e contra Richemont, o que Alençon queria era poder com seus lucros.

Quanto a Carlos de Bourbon, ele manteve a lealdade de Bourbonnais, Auvergne e Forez ao rei. Em frente à casa de Borgonha, a de Bourbon havia sido uma muralha. Apoiado no Conselho pelo arcebispo Regnaut de Chartres e Christophe d'Harcourt, o duque Carlos pretendia fazer seu negócio com o rápido despejo dos fiéis da última hora, daqueles que estavam no controle da Paris de Carlos. VII após tê-lo realizado no de Henrique VI.

O próprio Dunois vacilou. A gratidão não era a principal virtude do rei. Certamente, agora Grande Chamberlain da França e Conde de Dunois - por cartas patentes de 21 de julho de 1439 - o Bastardo de Orleans dominou o Conselho com a ajuda dos clientes angevinos da Rainha Yolande e do Conde Carlos do Maine. Foi a aliança inabalável dos antigos inimigos de La Trémoille, incluindo Bourbon. Mas nada poderia impedir Dunois de pensar que o suserano não estava fazendo muito para acelerar a libertação do duque Carlos de Orleans, levado em Azincourt por ter servido a seu senhor, o rei da França. Durante vinte anos, os pagamentos se sucederam para o resgate do duque. Dunois pensou que Carlos VII poderia ter acrescentado o seu próprio a ele.

O rei René relembrou essa amargura. Levado pelos borgonheses em 1431, ele esperou seis anos por sua libertação, e Carlos VII dificilmente ajudou. René d'Anjou pagou um resgate pesado. Esqueceu facilmente que havia sido derrotado em uma guerra pela posse do patrimônio Lorraine, também cobiçado por seu primo Vaudémont. O fato de Vaudémont ter se beneficiado da aliança anglo-borgonhesa não mudou a questão: o rei da França nada teve a ver com isso. René, no entanto, sentiu que poderia ter sido compreendido na paz de Arras. Ele não estava errado.

Uma primeira coalizão foi formada, em 1437, em torno de Bourbon e Alençon, apoiada pelo Rei René, Duque Jean V da Bretanha e Conde Jean IV d'Armagnac. O enredo pecou por falta de imaginação: os príncipes acreditaram ter encontrado uma ideia original ao planejar a remoção de dois dos favoritos da época, Christophe d'Harcourt e o bispo Martin Gouge. O plano era estúpido: Carlos VII não era o homem que iria longe para salvar seus fiéis, e Harcourt era um dos clientes do duque de Bourbon. O rei ficou sabendo do caso. Bourbon não ousou ir mais longe e pediu perdão.

A trama recomeçou em 1439 quando o rei expressou sua intenção de reorganizar o poder monárquico em novas bases administrativas, ou seja, considerar o feudalismo no governo da França do pós-guerra como nada. No futuro imediato, todas as medidas tomadas pelo governo contribuíram para a reconquista das províncias ainda ocupadas pelos ingleses. Ninguém se enganou, porém: esses foram reforços definitivos do poder real.

Apesar da infâmia atribuída a ela aos olhos de muitos barões, a ideia de uma substituição de pessoas semelhante àquela organizada pelo Tratado de Troyes, a substituição do rei parecia menos inconcebível para esta geração do que para outras. No inverno de 1439-1440, alguns príncipes pensaram que era hora de entregar o poder ao jovem Delfim. O futuro Luís XI era um jovem nervoso e impaciente que estava chegando à maioridade - tinha dezesseis anos - com poucas esperanças de uma futura coroa. Seu pai, seu avô tiveram o poder antes do peso dos anos. Louis sabia que seu pai gozava de excelente saúde e era rico em fortuna. Ele facilmente entrou na opinião de conspiradores que sonhavam em confiar a ele a regência e manter o poder para si.

Bourbon, Bretagne, Alençon liderou o negócio. La Trémoille juntou-se a eles. Dunois também. Por meio do duque da Bretanha, os ingleses prometeram seu apoio. João V, por outro lado, ofereceu sua ajuda à guarnição inglesa de Avranches, que foi ameaçada pelas tropas de Carlos VII. O enredo tocou em traição.

Os aliados instalaram-se em Niort, no coração de uma província há muito acostumada às querelas feudais e na qual - paradoxo e ingenuidade - Carlos VII acabava de confiar ao delfim Luís a tarefa de pôr fim às guerras locais. A presença de La Trémoille entre os líderes da rebelião colocava esta última na continuidade de uma agitação que dificilmente cessava em Poitou há vinte anos.

Os acordos feitos entre os príncipes referiam-se a "lucro, bem e utilidade, estado e honra do rei e seu senhorio". Mas o golfinho não escondeu seu jogo: ele iria "lucrar muito bem com o reino". A revolta era óbvia. Ela rapidamente conseguiu seu apelido. O mundo político ainda tinha em mente a insurreição desencadeada na Boêmia em 1419 contra o rei Sigismundo, a quem os nacionalistas acusavam de ter abandonado com muita facilidade o reformador John Huss para a ira do Concílio de Constança. Expulso de Praga, destituído de seu trono da Boêmia, Sigismundo de Luxemburgo teve que lutar durante doze anos contra as coalizões de um pequeno feudalismo tcheco muito apegado à sua independência e de um campesinato seduzido pelo programa de reformas sociais dos hussitas. Tornado imperador, Sigismundo havia cedido em um ponto de liturgia de alto valor simbólico, portanto político: o Concílio de Basiléia havia aceitado, em 1436, que a comunhão fosse dada na Boêmia sob as duas espécies - o Corpo e o Sangue de Cristo - então que o catolicismo romano aceitava apenas a comunhão com o Corpo para seus fiéis. Concessão secundária? Certamente não. O espírito de uniformidade retrocedeu, na Igreja como no Império. A base universalista do poder soberano deu lugar à vontade particularista dos senhores feudais. É com plena consciência do valor desta referência histórica para outros tempos e outros lugares que gente bem informada batizou a rebelião dos príncipes franceses: "la Praguerie". O delfim Luís era apenas um instrumento nas mãos dos feudatórios que não se importavam em ver sua vitória sobre os ingleses se transformar em uma vitória da Coroa.

Os mestres da Praguerie esqueceram duas coisas. A França estava cansada da guerra e os franceses nada tinham a ganhar com as convulsões do feudalismo. Carlos VII aproveitou essa relutância maravilhosamente. Em fevereiro de 1440, ele escreveu às boas cidades para alertá-las contra aqueles que queriam

não façais confusão ou notícias ao fato de nosso senhorio, que seria a destruição total de nosso reino, atraso da união da Igreja, paz de nosso reino e libertação de nosso irmão de Orleans.

O rei prestou pouca atenção a seu primo Carlos de Orleans. As pessoas em boas cidades se importavam ainda menos. Mas não queríamos ver a guerra ressurgir quando podíamos acreditar que ela estava chegando ao fim. Confrontado com o feudalismo, Charles VII encontrou a tradicional aliança - desde os primórdios do movimento comunal no XI século - mais hostis burguesias locais para a contagem e o bispo que a ação ainda está interessado, mas muitas vezes equitativa agentes do rei. É claro que, nos momentos de pico, o poder soberano havia se deparado com as cidades, ou melhor, com os contribuintes. Assim foi na época de Harelle e Maillotins. Assim que as forças feudais de um fracionamento político voltaram a vencer, as cidades jogaram o jogo do rei. La Praguerie experimentou isso rapidamente.

Foi então que Carlos VII mostrou sua força. Os três mensageiros que enviou ao duque de Bourbon não eram juristas nem legados inclinados à conciliação. Eram Richemont, Saintrailles e Gaucourt: o condestável, flanqueado por dois capitães de renomada energia. Ao mesmo tempo, o rei bloqueou Loches, cujo capitão imprudentemente se aliou ao Praguerie. Richemont voltou, simplesmente carregando "palavras ultrajantes e desonestas" do duque de Bourbon. Carlos VII completou a reunião de seu exército no Loire. Além disso, contando com um exército que viria do Languedoc, ele marchou sobre Poitou em março. Ninguém poderia ignorar o que estava em jogo: uma coroa de ouro foi pintada nas flâmulas das "lanças".

O exército de Carlos VII foi o exército que expulsou os ingleses. Havia Richemont e os outros líderes do exército que haviam entrado recentemente em Paris. Havia Charles d'Anjou, conde de Maine, e Bernard d'Armagnac, conde de La Marche. Eles haviam sido vistos com mais frequência no campo do que a maioria dos aliados. Em cinco dias, eles estavam na frente de Niort. O "amável duque" de Alençon estava muito sozinho, enfrentando este exército, para organizar uma defesa. Como era sobrinho de Richemont e também de Armagnac, negociou facilmente uma trégua. Em seguida, ele tentou aproveitar a pausa: pediu ajuda aos ingleses.

A energia exibida pelo rei não deixou de surpreender. Ele foi visto pessoalmente à frente da súbita cavalgada que retomou Saint-Maixent algumas horas depois de uma ajuda do duque de Alençon. Ele foi visto à frente de seu exército quando o grosso das forças avançou em direção a Niort. Os príncipes tinham isso como certo. Continuando a tramar, mas ser levado na frente do rei pode levar ao cadafalso. Eles evacuaram seu quartel general.

Era meados de abril de 1440. La Praguerie ainda teve tempo de mudar o teatro de operações. O delfim e os duques se encontraram em Auvergne. Carlos VII os perseguiu, repreendeu sua artilharia, ocupou trinta fortalezas, reforçou suas boas cidades em sua lealdade prudente. A pequena nobreza desconfiava desses jogos de príncipes: eles ficavam quietos.

O exército do Languedoc se aproximava, comandado pelo rei pelo Visconde de Lomagne. Essas eram precisamente empresas nas quais os aliados confiavam há muito tempo. Ao mesmo tempo, estava se tornando evidente que muitas cidades estavam prontas para entrar na guerra do rei. Os estados de Auvergne tinham acabado de decidir isso, apesar de Bourbon. O movimento favorável à Coroa foi espalhando óleo.

Os príncipes tinham mais a ganhar em uma negociação do que na busca por uma guerra para a qual continuavam recuando. Dunois já os havia abandonado, sugerindo que ele se extraviou sem ver claramente nas maquinações do duque de Bourbon. O duque da Borgonha manteve-se afastado do confronto; ele ofereceu seus bons ofícios. Filipe, o Bom, não havia feito as pazes em separado com o rei para ver a guerra se arrastar pelos atos de outros, e ele estava lúcido o suficiente para saber que os interesses de seu principado não podiam mais ser, após seu rompimento com os ingleses, em um renascimento da conquista inglesa.

Todos concordaram em negociar. As conversas aconteceram entre Clermont e Montferrand, primeiro entre os cordeliers, depois entre os jacobinos. Cada parte alternou suas demandas. O rei interrompeu as negociações, tomou Vichy, ocupou Roanne. O conde d'Eu meditou sobre novas ofertas de paz. A coalizão estava se desintegrando. Alençon fez as pazes e retirou-se para sua casa. O delfim e o duque de Bourbon pediram perdão ao rei.

Carlos VII fingiu esquecer a separação de seu herdeiro, advertiu severamente seu primo, recusou-se a devolver sua confiança aos senhores de menor importância, em La Trémoille em particular. Esta pequena fritada do baronnage ficou feliz por poder se retirar para suas terras. A anistia era geral, mas Carlos VII tinha uma boa memória das traições.

Entre pai e filho, foi o primeiro obstáculo. Quando ousou falar de suas obrigações para com aqueles que o serviram, o futuro Luís XI foi repelido.

Você é meu filho. Você não pode se obrigar a ninguém sem minha permissão.
Se você quiser ir, vá! Pois, para a satisfação de Deus, não encontraremos nenhum de nosso sangue que nos ajude melhor a manter nossa honra e nosso senhorio do que você fez até agora.

No final de julho, o caso parecia encerrado. O Dauphin foi tomar posse de seu Dauphiné, que Carlos VII guardara até então para si. Bourbon recebeu uma pensão. La Trémoille foi finalmente encarregado de uma embaixada. O tempo passou e Carlos VII pretendia jogar clemência. O mal o levou.

RETOMA DA RECONQUISTA.

No entanto, ele aproveitou esse momento para reviver a guerra contra os ingleses. Dreux foi ocupada em 1438. No mesmo ano, Villandrando fez uma descoberta deslumbrante em direção a Bordéus: partindo das margens do Lot, ele tomou Fumel, depois Issigeac e Lauzun, recuperou o sul para cruzar o Garonne em Tonneins e subitamente caminhou em direção ao Médoc. Ele removeu Blanquefort, às portas de Bordéus, e instalou-se no coração do Médoc, em Castelnau. Saintrailles atacou do seu lado, com Albret e o bastardo de Bourbon, do sul. Bordeaux tremeu. Por alguns dias, o exército de Carlos VII foi visto acampando em Saint-Seurin. Mas, para tomar Bordéus, seria necessária uma artilharia que a cavalgada francesa não possuía. A ordem de retirada foi dada. Os franceses ficaram apenas com Tartas.

O povo de Carlos VII não era muito popular em Bordéus. Os estragos causados na vinha pelos soldados de Villandrando e Saintrailles reforçaram a hostilidade de uma população há muito acostumada a considerar que a sua prosperidade estava ligada às exportações para Londres e Bruges. Os principais clientes do vinhedo Gascon eram obviamente países sem boas vinhas, não uma França média rica o suficiente em safras estimáveis. O povo de Bordéus estava, portanto, mais preocupado com as suas relações com Londres do que com o caminho para Paris: Paris tinha os seus fornecedores - de Beaune ou Auxerre, Orleans ou Saint-Pourçain, Argenteuil ou Suresnes - enquanto os de Londres ou Southampton ficavam na Gasconha.

De Blanquefort a Lesparre via Castelnau e Saint-Laurent, o saque do Médoc pelos soldados de Carlos VII se voltou contra ele. Ele não iria encontrar na Guyenne a conivência popular que era tão preciosa para ele na Normandia.

Prisioneiro de Azincourt, o conde d'Eu Charles d'Artois acabava de ser libertado por troca com Somerset, ele próprio prisioneiro de Carlos VII desde 1421. Ele liderou um pequeno exército e foi para a guerra para os ingleses no país de Caux. Ele colocou em Harfleur uma guarnição dos mais inconvenientes para as comunicações de Rouen com a Inglaterra. Mas essas foram todas vitórias relativas: ganhos e perdas foram equilibrados em todas as operações. É assim que os resultados dos anos 1439-1440 parecem estranhamente negativos para todos. Claro, Richemont havia entrado em Meaux em triunfo. Foi o primeiro cerco sério desde o de Paris: Richemont tinha artilharia e a circunvalação construída por sua ordem teve nada menos que sete Bastilhas. William Chamberlain não sabia como tirar proveito da ajuda enviada por Somerset e Talbot; a cidade - margem direita - capitulou em 12 de agosto. Mas o mercado fortificado ainda resistiu, na margem esquerda, e os ingleses tentaram forçar o bloqueio. Criado às pressas na Normandia, o exército de socorro de Somerset e Talbot apenas forneceu uma pausa para os defensores do mercado. Os ingleses teriam lutado uma batalha com prazer,

jogando em dobro ou nada. Richemont se esquivou, fechou-se na cidade e, de lá, continuou a segurar a ponte sobre o Marne. Em 15 de setembro, Chamberlain se rendeu.

A reserva dos príncipes obscureceu a vitória. O duque Charles de Bourbon havia instado os devoradores que devastaram Lorraine a não aceitar as propostas de Richemont e, portanto, as do rei. Os caminhoneiros chegaram então à Borgonha e ao Centro, onde incendiaram as aldeias com fogo e sangue. Bourbon, no entanto, negligenciou trazer o ferro para Meaux contra os ingleses. Enquanto o policial sitiava o mercado, um grande conselho reuniu Charles de Bourbon, o marechal de La Fayette, Dunois e alguns outros em Orleans.

Saintrailles e Brézé ocuparam Louviers, depois Conches. Os ingleses tomaram Lillebonne ao mesmo tempo e ocuparam Harfleur de novo, apesar da defesa heróica de Jean d'Estouteville e do envio de um exército de socorro comandado pelo conde d'Eu e pelo conde de Dunois. Tomado no verão de 1439 pelos ingleses, o lugar de Saint-Germain-en-Laye foi assumido em dezembro de 1440 pelos franceses. Tudo parecia que nunca iria acabar.

A situação mudou em 1441, quando Carlos VII finalmente conseguiu libertar Paris. A captura de Meaux já havia aliviado bastante o abastecimento da capital. Em maio de 1441, Creil foi sequestrado. Beaumont-le-Roger foi em junho. Finalmente, em 19 de setembro, após três meses de cerco, Pontoise caiu. O rei era mestre de Ile-de-France.

CAPÍTULO XVIII

O tempo dos esfoladores

O DUPERY OF NEVERS.

Mal iniciada, a reconquista foi interrompida: os príncipes - e não menos - retomaram suas intrigas. Dois grandes descontentes se somaram àqueles que, no passado, haviam empurrado o delfim Luís à insurreição: um era o duque de Borgonha, o outro, o duque de Orleans.

Carlos de Orleans havia rimado muito durante seu cativeiro, mas guardava algum rancor de sua aventura pessoal. Levado em Azincourt aos 21 anos, ele levou 25 anos para coletar o dinheiro do resgate, e Carlos VII mostrou pouco zelo em ajudar nas circunstâncias um primo que era também, em muitos aspectos, o primeiro de seus aliados no espectro político. Não era o duque Carlos filho daquele em quem todos os Armagnacs viram a primeira vítima da festa da Borgonha? Não era ele genro de Bernard d'Armagnac, a ponta de lança da resistência anti-borgonhesa? Charles temia ter passado a vida na prisão. E, finalmente, foi o duque da Borgonha que, após negociações conduzidas pela duquesa da Borgonha, adiantou os pagamentos ainda necessários. Habilmente manobrado, Charles d'Orléans foi levado a se denominar "todo borgonhês no coração". Philippe le Bon o celebrou, convidando-o a sentar-se entre os Cavaleiros do Velocino de Ouro.

O delicado poeta do amor era, na verdade, um homem furioso que se sentia enganado e humilhado. Retornando à França no outono de 1440, ele se apressou em sorrir para seu novo amigo, provocando assim seu primo Carlos VII. Em particular, o duque Charles casou-se com uma sobrinha do duque da Borgonha, Marie de Clèves, uma jovem princesa de quatorze anos que estava começando a provocar a musa.

Agora Filipe, o Bom, teve severos julgamentos sobre o rei da França. As tropas devassas - os esfoladores - estavam arruinando sua campanha, e essa guerra sem fim não deixou esperanças nem para a ordem pública nem para a atividade econômica. O duque Philippe fizera as pazes com Carlos VII em Arras, mas era para apressar a paz geral. Claro, ele conhecia as dificuldades: sua briga com os ingleses em 1435 era suficiente para testemunhar isso. Mas ele podia esperar que, livre no lado da Borgonha, Carlos VII

concluísse rapidamente seu negócio. Além disso, os próprios borgonheses haviam ajudado o esforço de guerra francês: não fora visto Villiers de l'Isle-Adam entrando em Paris? Como recompensa, Carlos VII nunca deixou de apoiar os súditos mais rebeldes do duque, o povo Liege em particular. Não foi suficientemente vitorioso, mas já foi censurado por retomar, graças à sua tímida recuperação, a velha política dos reis da França, sempre dispostos a intervir nos assuntos internos dos grandes feudos.

Em suma, o duque de Borgonha pensava que os interesses de suas propriedades poderiam exigir uma reversão de alianças. No mínimo, era apropriado reconsiderar a atitude da Borgonha em relação a Carlos VII. Desde sua chegada à França, Carlos de Orleans assumiu essas idéias. Bourbon e Alençon já estavam lá. Brittany foi abordada. Charles d'Orléans foi vê-lo em Nantes; ele encontrou Jean d'Alençon lá. Os príncipes fingiram querer jogar o árbitro entre Carlos VII e Henrique VI. Abertamente, todos começaram a negociar com a Inglaterra. Finalmente nos encontramos em Nevers, em janeiro de 1442, para uma grande conferência do baronnage francês. Até o bravo líder do exército da Normandia, o conde d'Eu, fazia parte da coalizão.

Carlos VII foi informado: ele recebeu uma carta do Rei de Armas da Jarreteira para o Chanceler da Inglaterra, uma carta que os franceses tiveram a sorte de interceptar. Foi traduzido pelo capitão da Guarda Escocesa, Câmara, que sabia inglês e francês. A carta relatava em detalhes as idas e vindas dos mensageiros dos príncipes. Os sentimentos políticos dos aliados foram analisados com delicadeza. Uma traição ao duque de Alençon foi mesmo relatada: o ex-companheiro de Joana d'Arc avisara ao capitão inglês de Argentan que sua cidade seria entregue de surpresa. Em suma, a carta do Rei de Armas foi o instrumento da Providência para o Rei da França.

Os conselheiros de Carlos VII eram de opinião que o rei não deveria aceitar a provocação. Em vez de condenar os Leaguers, ele iria jogar contra eles. Dunois avisou-os francamente que o rei não se opunha ao seu encontro. Orleans fingiu pedir permissão para chegar a Nevers; ele não ficou surpreso com a liberdade que teve permissão para conspirar. Bourbon não ficou mais surpreso quando recebeu duas intimações, uma de Carlos de Orleans, a outra do rei. O único que se espantou com o convite foi o duque da Bretanha: João V sempre teve a vontade de lutar contra o rei e acreditava no erro.

Não posso saber a intenção de meu senhor o rei em nossa assembléia. Mas me parece que há uma mutação de termos e de outro latim, pois pelas letras você poderá ver claramente.

No final de janeiro, todos estavam em Nevers. De fato, havia "outro latim". Foi descoberto que Carlos VII havia se convidado. O Chanceler Regnaut de Chartres e o Chevalier Louis de Beaumont estavam lá para o rei. Eles assumiram a liderança no debate. Os príncipes, estupefatos, ouviram as condições estabelecidas por Carlos VII para o casamento de Carlos do Maine com Maria de Gueldre, sobrinha de Philippe le Bon. Em

seguida, eles tiveram um vislumbre da agenda real: Carlos VII queria que tudo acontecesse rapidamente: ele pretendia liderar pessoalmente a expedição da Guiana, e esta não poderia, como veremos, esperar pelo 1 ,Maio Carlos VII definiu o final de uma assembleia originalmente concebida como um enredo 1

Os príncipes protestaram algumas vezes, para não terem vindo por nada. Eles discutiram o dote de Marie de Gueldre. Eles asseguraram ao povo do rei sua dedicação à Coroa.

O que eles poderiam fazer? Por fim, João V da Bretanha não participou da reunião, e Carlos VII não era mais uma potência desprezível. Cada um elaborou o catálogo de suas queixas. Foi uma longa teia de críticas justas a um governo que era em muitos aspectos desajeitado e de demandas específicas em que existia toda a gama de rancores feudais. Acima de tudo, o que os príncipes exigiam era que fossem consultados sobre os assuntos públicos.

E os grandes senhores feudais traçam o diagrama contraditório de uma realeza forte o suficiente para garantir a ordem e a prosperidade, fraca o suficiente para ter que negociar com os príncipes sua política e com os Estados Gerais seus meios de ação.

Carlos VII e seus conselheiros tiveram a sabedoria de não rejeitar o memorando. Eles responderam ponto por ponto. No máximo, respondemos que a agitação dos grandes só havia agravado os problemas na França. O rei tinha toda a intenção de "esvaziar todos os saques", mas seus recursos eram escassamente medidos. Se não o pôde fazer, é porque "lhe foram feitas várias travessias". Os autores da última "travessia" entenderam o que significa falar.

Quanto ao resto, o rei tinha uma boa consciência e justificou-se perante cada um dos queixosos, chegando a atirar uma pá ao duque da Borgonha de vez em quando. Ele tinha em seu Conselho notáveis pertencentes a todos os partidos de ontem: as divisões da França foram esquecidas. É certo que, no Conselho de Carlos VII, os velhos borgonheses superavam os velhos Armagnacs no Conselho de Philippe le Bon. O argumento isentava o rei de responder à principal demanda dos jogadores da liga: participação efetiva no governo do reino.

O rei teve o cuidado de não atacar, julgar, condenar. Ele fingiu acreditar na lealdade dos príncipes. Estes se viram forçados à lealdade. Eles se separaram.

Destiladas uma após a outra, as pensões do Tesouro Real garantiam a paz política. Tiveram a vantagem de ser revogáveis a qualquer momento, o que não teria sido uma concessão de terras. Foi assim que Carlos VII ajudou Carlos de Orleans a financiar o atraso de seu resgate, remunerou amplamente os serviços de Dunois, ajudou René d'Anjou a restaurar sua situação financeira. A morte de João V da Grã-Bretanha e a ascensão de seu irmão Francisco, o primeiro, em 1442, mudaram finalmente o ducado na sequência política do rei

da França. O dauphin Louis foi enviado para subjugar Jean IV d'Armagnac, que invadiu Comminges e negou sua homenagem ao rei.

O único que não deu por certo foi o "gentil duque" Jean d'Alençon, que serviu Carlos VII com tanta eficácia nos tempos sombrios do reino de Bourges e que agora buscava em uma aliança inglesa os meios de melhor fortuna.

O DIA DE TARTAS.

Carlos VII estava livre para lidar com os ingleses novamente. Com a Ilha-de-França limpa, parecia ter chegado o momento de se concentrar na Guyenne. A fortaleza de Tartas, na margem direita do Adour, tinha sido tomada pelos ingleses em 1441, mas foi em Albrets e o tratado que estabeleceu a autoridade inglesa sobre a casa de Albret por vinte anos deixou uma chance o Rei da França: o "dia" foi definido em 1 maio de 1442. Até hoje, o filho mais velho de Charles d'Albret foi entregue como reféns aos ingleses. Se Carlos VII aceitasse a "batalha", no sentido cavalheiresco do termo, o destino de Tartas e o senhorio de Albret dependeria das armas.

Constantemente perseguido pelo duvidoso Jean IV d'Armagnac, Charles d'Albret era, entre Tartas e Nérac, a única esperança do rei da França na margem esquerda do Garonne. Se ele o abandonasse, Carlos VII perderia prestígio junto com qualquer possibilidade de uma aliança reversa contra a Guyenne inglesa. Ir pessoalmente ao "dia" das Tartas - finalmente adiado para o Solstício de Verão - foi, sem dúvida, uma perda de tempo. Não ir ali era perder a consideração dos barões. Depois da Praguerie e da assembleia de Nevers, a fuga teria sido fatal.

O exército real se reuniu antes de Limoges. O Angoumois foi ocupado, onde Dunois tinha intervindo habilmente para apressar a saída das sociedades - a de Guyot de la Roche em particular - que detinham as fortalezas muito mais por conta própria do que pela dos ingleses. Em 8 de junho de 1442, o rei entrou em Toulouse com grande pompa. Os capitouls carregaram o dossel. O conde de Armagnac estava lá, ao lado de Gaston de Foix e Charles d'Albret. O caso começou com sucesso político, um sucesso frágil, mas mesmo assim sucesso.

O exército real teve o suficiente para impressionar o povo. O policial e os dois marechais acompanharam o rei. Jean Bureau liderou a artilharia. O Dauphin Louis também estava lá, à direita de seu pai Carlos VII. As contagens do Maine e da Eu não eram menos perceptíveis: todos conheciam seu papel à frente dos exércitos reais ao norte do Loire. Por sua própria presença, todos esses barões, todos esses capitães ilustraram muito bem o fato de que Carlos VII não estava mais na defensiva na fronteira normanda. Exatamente na hora em que o rei e seu exército chegaram à frente de Tartas, a pequena tropa do meirinho de

Évreux Robert de Floques - familiarmente chamados de Floquet, e ele próprio assinava assim - desbaratou os ingleses que esperavam em frente a Évreux. novamente os reforços prometidos por Talbot.

Organizado em "batalha", os franceses passaram o dia de Saint-Jean. Não vimos um inglês. Carlos VII fez ocupar Tartas, foi no dia seguinte tomar Saint-Sever onde se encontrou o senescal inglês Thomas Rampton, o mesmo que havia ratificado o tratado estipulando um "dia". Ele era o portador do grande selo do Ducado da Guiana. O fato de o selo ter caído nas mãos dos franceses parecia um mau presságio para os ingleses.

Após a ocupação de Saint-Sever e a de Dax, foi cortada a estrada, que unia por terra as duas cabeças da Guyenne inglesa, Bordeaux e Bayonne. A partir de então, Carlos VII poderia apertar o laço em direção a Bordéus. Tonneins e Marmande também caíram. Royan estava ocupado. Uma flotilha francesa entrou no porto de Bordeaux e embarcou em dois navios de abastecimento. Na cidade, era pânico. Os Bordelais se consideraram abandonados. O arcebispo Pey Berland, que até então havia sido a alma da resistência a qualquer ideia de se unir a Valois, exortou seus fiéis a permanecerem firmes enquanto aguardam ajuda. Então ele embarcou para Londres. Na verdade, a maneira mais segura era ir buscá-los. Pey Berland era o portador da esperança final de todos os defensores: Henrique VI ousaria recusar sua ajuda ao Arcebispo de Bordéus?

Em 7 de dezembro, após quatro dias de cerco, a cidade de La Réole capitulou. Os franceses são vistos mais uma vez às portas de Bordéus. O medo de um complô que abriria os portões de Bordéus não era de forma alguma quimérico, e alguns já pensavam que se pagaria menos por séculos de lealdade aos Plantagenetas e aos Lancastres se soubesse que não devia exasperar os homens de Valois.

Com a aproximação do inverno, os ingleses restauraram a situação. Em agosto, eles haviam assumido Dax, então Saint-Sever. A chegada de alguma ajuda permitiu, em outubro, uma contra-ofensiva em torno do Bordéus. Pey Berland voltou em dezembro, anunciando a chegada iminente de Somerset e um exército. Os franceses haviam perdido muito tempo em La Réole, onde o castelo - uma vez que a cidade foi tomada - resistiu por cinquenta e sete dias. O próprio rei permaneceu lá até o final do cerco, eventualmente não morrendo carbonizado no fogo de sua casa, deliberadamente aceso por habitantes submissos, mas não reunido.

Carlos VII dispersou sua força atacando todas as pequenas fortalezas que controlavam o país. Ele não poderia, em uma única campanha, ocupar vinte lugares e tirar Bordéus. Ele percebeu isso tarde demais.

Um inverno rigoroso comprometeu a continuidade da operação. Em 23 de dezembro de 1442, deixando o almirante de Coëtivy em La Réole, Carlos VII ordenou uma retirada para Languedoc. Os Bordelais foram salvos.

Os franceses poderiam aprender as lições do caso. Para acabar com a Guyenne inglesa, eles careciam de uma frota de verdade e um exército fornecia doze meses em doze. Mas eles haviam soado a defesa do inimigo, posto à prova, pela primeira vez desde Joana d'Arc, o dispositivo de um exército forte. Semearam o medo entre os gascões leais aos ingleses e desmantelaram a rede de cumplicidade - sobretudo a de Carlos d'Armagnac - graças à qual pôde subsistir este principado de duas cabeças - Bordéus e Baiona - que era o vestígio da grande Aquitânia.

A vítima do caso foi o conde d'Armagnac. Ele havia imprudentemente ocupado o condado de Comminges com a morte da velha condessa Marguerite. O rei negociou com este último a devolução do condado à Coroa. O Dauphin Louis foi acusado de punir o rebelde. Jean IV d'Armagnac foi levado em Isle-Jourdain e devidamente preso. Um após o outro, o futuro Luís XI ocupou as fortalezas de Armagnac. Na primavera de 1444, os ingleses da Guiana estavam sozinhos contra o rei da França.

Somerset tentara cumprir as promessas feitas ao arcebispo Pey Berland, promessas pelas quais o contribuinte inglês já sentia o preço. Henrique VI teve que tributar, cortar, pedir emprestado. Ele havia prometido parte de suas joias. As requisições de navios irritaram os mercadores, já hostis a esta guerra que nunca parava de custar e embaraçar o comércio. Mas Somerset, duque como era agora, era um idiota. Tendo deixado a Normandia com seiscentos homens de armas e quatro mil arqueiros, ele nem mesmo pensava que deveria limpar a Guyenne acima de tudo. Ele permaneceu na Normandia, fingindo acreditar que suas tropas poderiam muito bem invadir o país, uma vez que eram obviamente tratadas como um exército estrangeiro: viver com o habitante custava menos do que pagar, e o atraso no pagamento tinha dezoito meses. Ao mesmo tempo, o ex-reitor de Paris Simon Morhier tornou-se tesoureiro da Normandia e amargamente misturou a ganância menos disfarçada com o ódio inspirado nele por compatriotas a cujos olhos ele parecia cada vez mais um traidor. Então Somerset foi saquear Anjou e achou por bem saquear a pequena cidade bretã de La Guerche com o único lucro de saquear. O duque da Bretanha concebeu uma fúria legítima, que beneficiou a diplomacia francesa.

Depois de derrotar um pequeno exército francês em Anjou e, em seguida, capturar Beaumont-le-Vicomte, Somerset voltou para Rouen. Obviamente, o "capitão-general da Guyenne" havia esquecido sua missão. Ele foi repreendido em seu retorno.

Na Normandia, a situação não era melhor do que na Guyenne. Talbot tinha, em 1442, comprado por um alto preço a rendição da guarnição francesa de Conches, mas ao mesmo tempo o caminhoneiro François de Surienne - "o aragonês" - vendeu em Dunois a casa de Gallardon. Os franceses haviam obtido Graville de surpresa.

Talbot tentou compensar suas falhas assumindo Dieppe. Após nove meses de um cerco exaustivo, teve que se soltar quando, em 14 de agosto de 1443, apareceu o exército do delfim Luís, auxiliado por Dunois. Os navios bretões nunca deixaram de abastecer a cidade.

Parecia que o rei da França e seus aliados entraram na Normandia quando quiseram. Em Londres, foi julgado que a causa do Continente havia piorado ainda mais.

OS FLAKERS.

Para dizer a verdade, o reino da França estava mais uma vez sem sangue e ninguém encontrou seu relato, exceto os soldados sem emprego que viviam felizes de saques e resgates, colorindo seu banditismo muito vagamente com as cores de um príncipe ou outro.

Esses devoradores são sobrinhos-netos dos caminhoneiros da Grande Compagnie, patifes levados para a Espanha por Du Guesclin. Soldados eles são, soldados eles permanecem, mesmo quando a guerra diminui ou fica atolada, e os príncipes contratam menos e por menos tempo. Não vamos distinguir o homem de armas do rei, o homem de confissão e disciplina, do esfolador fora da lei e fora da proibição do rei. É o mesmo homem, às vezes pago, às vezes sem remuneração. Quando ele está sob o domínio dos marechais, ele paga um pouco melhor pelo que pega, ele pilota um pouco menos. E ele só faz a guerra conforme ordenado. Quando ele está sem emprego, ele consegue. O principal é manter suas armas e seu cavalo.

À noite, eles se deitam a uma curta distância um do outro. Eles comem mal, muitas vezes contentes com nozes e pão. Mas eles alimentam bem seus cavalos.

Vão de acordo com o destino e a ideia que têm da região. Conseguimos reconstituir as divagações dos que mais tristemente se destacaram, semeando o terror ainda antes da passagem de sua horda, uma horda onde as mulheres não são as menos ardentes em saquear.

Nós os vimos sucessivamente no exército de Bedford e no de Richemont, ao lado de La Trémoille e os do Dauphin Louis. Eles são quem os paga. Quando não os pagamos, eles têm que viver bem. Patriotas ou bandidos, a alternativa nem chega a tocá-los. Em 1444, não vemos Floquet e o inglês Mathew Gough vasculhando o interior da Picardia juntos? Terríveis esfoladores nesta época de sua história, o bastardo de Bourbon e o bastardo de Armagnac são de alta linhagem, embora ilegítimos. Saintrailles e La Hire competiram em heroísmo pela causa de Carlos VII. Rodrigue de Villandrando deu o mesmo por seu dinheiro nas campanhas da Guyenne. Seria anacrônico vê-los como bandidos: eles são guerreiros prontos para servir, mas igualmente capazes de travar a guerra por conta própria. Quando Floquet conquista Évreux, quando La Hire derrota o interior da Normandia, não está sob as ordens de ninguém.

A diferença seria se os exércitos do rei - ambos - se abstivessem de viver do habitante. Isso significaria pagá-los regularmente e não deixá-los desempregados por seis meses por

ano. O capitão de Compiègne Guillaume de Flavy é um dos líderes mais formidáveis da gangue, o conde de Foix Jean de Grailly semeia terror neste mesmo Languedoc do qual é, porém, o governador até sua morte em maio de 1436, o Senhor de Pons destrói O próprio La Saintonge, viguier real de Toulouse Pierre Raymond du Fauga rouba viajantes e La Trémoille é considerado mais forte na pilhagem do que na política.

Todos estão indo bem da melhor maneira possível. Philippe le Bon envia contra os esfoladores das tropas da Borgonha que as pessoas boas rapidamente chamam de "retondeurs" porque eles ceifam e cortam o país como um lençol que é aparado e refeito para privá-lo de sua penugem. após cada esmagamento.

Muitos homens de armas haviam perdido todas as esperanças de pagamento com a conclusão do Tratado de Arras: estava claro que o Duque da Borgonha estava gradualmente saindo da guerra, e muitas guarnições - francesas ou da Borgonha - não tinham mais apenas razões fracas de ser. Da Picardia a Auvergne e do Languedoc a Anjou, a população começou a temer os soldados não contratados, como em outros lugares temia as companhias em serviço. O medo estava se transferindo, mas só aumentou.

Esperando estar certo dessa maneira, Carlos VII ordenou aos que o serviram em Meaux que ganhassem uma cidade-guarnição e permanecessem lá. Eles receberam a promessa de pagamento regular. Os caminhoneiros, no entanto, se recusaram a obedecer. Como toda vez que tentava restaurar alguma ordem em seu reino, o rei encontrou a hostilidade dos príncipes em seu caminho. Eles fizeram os devoradores entenderem que melhor pagamento foi encontrado em outro lugar do que manter La Ferté-Bernard, Laval ou Sablé.

Os devoradores novamente se dispersaram, alguns deixando Meaux em busca de aventura, outros concordando em seguir Richemont em uma campanha um tanto vã na Baixa Normandia. No final das contas, Anjou pagou o preço por sua ociosidade. A moralidade ganhou pelo menos quando o rei René mordeu os dedos por não ter seguido seu primo Carlos VII em sua infeliz tentativa de consertar as empresas.

Sigamos um desses devoradores, este capitão de Castela já conhecido ao serviço de Carlos VII no Languedoc e na Aquitânia: Rodrigue de Villandrando, o homem que liderou em vão, em 1433, a pedido do Conselho de Basileia , um contra-ataque no Languedoc para ajudar a defesa de Avinhão, então ameaçada pelo exército do Conde de Foix. Em seguida, ele devastou Rouergue e Limousin, resgatou Millau e Ussel, ao mesmo tempo emprestou mil coroas ao visconde de Comborn e seis mil ao duque de Bourbon ... Comprou terras, fez investimentos. Casou-se em 1436 com a bastarda meia-irmã de Bourbon, Marguerite. Isso não o incomoda de forma alguma saquear o Bas-Languedoc, sitiar as cidades - Béziers, Cabrières - e reduzir as aldeias a cinzas. Entretanto, vimos isso em Berry e Touraine. Os Tourainees estão prontos para fazer qualquer coisa para nunca mais vê-lo.

Villandrando conseguiu, em 1438, ser contratado e pago pelos estados de Basse-Auvergne: tratava-se de expulsar outros caminhoneiros. Depois, juntamente com Poton de

Saintrailles e seu povo, foi passar o inverno na Guyenne. Carlos VII é reduzido a cobrar um imposto sobre o Languedoc para garantir na Guyenne reconquistou a vida de seus ex-soldados. Nós os alimentamos para que não saquem uma região cujo frágil reagrupamento conhecemos. A ideia das companhias de ordenanças não está longe de germinar: pagar aos soldados em campanha para que lutem e pagá-los entre as campanhas para que não saquem o reino. Sistemático, Carlos VII explorará a idéia encorajando os estados provinciais a votarem em contribuições que parecem em todos os aspectos preferíveis à ruína.

Para ajudar o nosso país de Languedoc e para que eles não entrem ou venham lá para o inverno, como nenhum deles já começou e entrou, o que seria a destruição do referido país e de nossos súditos e habitantes de "Aqui, nós lhes dissemos muito expressamente que eles permanecerão em nosso Ducado da Guyenne e Pays de Gascogne durante esta baixa temporada.

E para isso é necessária uma certa quantia de dinheiro para ajudá-los a viver no referido ducado e país, que ordenamos que seja colocado, imposto e cobrado de nossos referidos súditos e habitantes de nosso referido país de Languedoc ...

Sem ter rapidamente a dita quantia, não é possível que nossos ditos primos Rodrigue e Poton fiquem e conversem com os ditos países, devido ao alto custo da alimentação e demais necessidades que eles possuem.

No ano seguinte, Villandrando juntou forças com os do Bastardo de Bourbon. Enquanto outros estão causando estragos em torno de Albi e Carcassonne, ele devasta Toulouse, ocupa Villemur no Tarn, Seil e Bouzelle no Garonne, toma Braqueville nos portões de Toulouse. Ele intercepta os comboios de suprimentos, resgata os mercadores e aterroriza os aldeões. Os capitulares afrouxam o controle pagando duas mil coroas a Rodrigue, mil ao bastardo. E o nosso soldado foi imediatamente ganhar a vida e a dos seus soldados extorquindo duas mil ovelhas de ouro dos estados de Gévaudan como preço para não devastar a região de Mende. Isso não o impediu de concluir, como um grande feudatório, um tratado de aliança com Foix e Comminges, tratado que legalizava o saque ao caminhoneiro: o conde de Comminges e seu sobrinho de Foix compraram de fato as cidades ocupadas em Vindo pelos homens de Villandrando. Por um aluguel anual, o velho inimigo dos dois condes até oferece sua aliança.

Com isso, ele voltou a Castela a chamado do rei João II, precisando de tropas para se engajar contra uma revolta de seus barões. Villandrando luta assim pelo rei, enquanto parte de sua companhia permanece deste lado dos Pirineus e coloca Quercy em seção regulamentada. Conde de Ribadeo, Rodrigue é agora um grande senhor. Ele salvou o rei João II antes de Toledo; este o concede; para ele e seus herdeiros, o direito de jantar à mesa real todos os anos no aniversário deste grande feito e de receber como presente a vestimenta usada durante esta refeição anual pelo rei de Castela. A partir daí, sem esquecer de administrar sua fortuna e investir no comércio marítimo com a Inglaterra, Villandrando mantém sua lenda de herói nacional. Garcia de Resende vai transformá-lo

em poema. Damos a ele "monseigneur". Ninguém sonharia em vê-lo como um bandido, mesmo se arrependeu. Ele é um homem de armas que lutou na guerra.

Nessa época, o Dauphin Louis chegou ao Languedoc e alistou alguns dos caminhoneiros - Poton de Saintrailles entre outros - o que determinou que os outros, doravante isolados, entrassem em campo. O bastardo do Bourbon desaparece. Ele vai morrer logo depois.

Para o infortúnio do país e, em particular, das campanhas de Lauragais, o tenente de Villandrando, Jean de Salazar, retomou nas mãos as tropas que permaneceram no Languedoc e aquelas que, após a conclusão do caso espanhol, recuaram em abaixo dos Pirenéus. Carlos VII habilmente sai dessa: ele o contrata. E vemos flutuando lado a lado a bandeira do rei e aquela que todos conhecem como a bandeira de Villandrando. Jean de Salazar será um dos capitães da ordenança. No final do reinado de Luís XI, novamente, ele comandará a “companhia dos espanhóis”.

Ao mesmo tempo, o "aragonês" François de Surienne perdeu a oportunidade de se unir contra as finanças ao rei da França, a quem ele, sempre fiel ao lance mais alto, lutou constantemente nas fileiras anglo-borgonhesas. Seu ex-líder Perrinet Gressart sai com cautela de uma guerra em que, até então, sempre saiu do jogo.O aragonês, por sua vez, escolhe deliberadamente o lado inglês. Aqui está ele, conselheiro militar do Conselho Inglês da França. Na verdade, ele se permitiu ser explorado por Somerset e Suffolk, muito feliz por ter um faz-tudo disponível para os trabalhos errados. Ele manteve Montargis até o último momento, manteve Saint-Germain-en-Laye, estabelecido em Verneuil. Em suma, ele recua jogando a retaguarda deste recuo que é a lenta retirada em direção ao Canal de uma fronteira anglo-francesa que não é uma. É ele quem está encarregado de sequestrar Dreux, de ocupar Fougères.

Soldado regular, portanto, pelo menos na aparência, do que esse capitão devidamente pago pelos ingleses para se opor ao avanço dente de serra da França dos Valois. A captura de Montargis - até então mantida por Carlos VII - em junho de 1433 trouxe-lhe dez mil saudações de ouro; um saldo permanente foi atribuído a ele em 1436 por Suffolk. Nada do bandido, portanto, neste senhor de boa linhagem que em 1437 assumiu o título de cavaleiro que o ex-maçom Perrinet Gressart jamais ousou reivindicar.

Mas Surienne e seus homens vivem do habitante, tanto quanto as companhias do rei da França com as quais disputam os Gâtinais, Ile-de-France ou Normandia. O que não roubamos, queimamo-lo para não deixar ao inimigo. As colheitas são feitas em cinzas, as vinhas cortadas espalham-se nas vinhas, as árvores derrubadas cortam as estradas em torno de Montargis tanto quanto mais tarde em torno de Dreux. Em um caso, eles são os homens de Dunois e Poton de Saintrailles, então um soldado regular, e no outro eles são o povo de Aragonês.

Surienne não desdenha tocar em ambos os lados. Pago mais de três mil libras pelos ingleses para manter Montargis, ele recebe de Dunois doze mil reais de ouro para devolver

a cidade a Carlos VII e alistar-se no exército francês. Mas ele então se estabeleceu na pequena cidade de Percheron de Longny, isto é, com os ingleses, esquecendo que ele foi pago por Henri VI para defender Montargis e por Carlos VII para vir ao seu serviço. .

Nove anos depois, Surienne voltou a fazê-lo: por onze mil saudações de ouro, entregou o lugar de Gallardon ao mesmo Dunois, enquanto era pago pelos ingleses para defendê-lo. Não o culparemos.

Na verdade, os ingleses não têm mais o direito de ser exigentes com quem os serve. A causa lancastriana não tem certeza de um futuro. Só lutamos por isso se encontrarmos os benefícios mais imediatos. Um dos membros do Conselho Inglês escreve, não sem amargura, em 1439:

Eles querem pouco ou nada para fazer se não tiverem ordenados ou salários. No entanto, quando são pagos, logo se cansam do trabalho.

UMA FRANÇA ARRUINADA.

Nesta guerra de emboscadas, ajudas, "surpresas", o país está exausto. O imposto para espancar os devoradores é adicionado ao imposto para espancar os ingleses - ou franceses - e o imposto para os devoradores saírem e saquearem em outro lugar. Cidades pequenas e grandes, aldeias defendidas e aldeias isoladas, tudo está ameaçado. Ninguém está imune: é assim que um dia vemos o Arcebispo Louis de Melun se apresentar a pé em frente a um portão em Sens, roubado por esfoladores ao alcance da voz do recinto de sua cidade arquiepiscopal. Homens de guerra não estão mais garantidos contra a adversidade: o marechal Jean de Rieux terminará seus dias na masmorra de Guillaume de Flavy.

Pelo menos as cidades podem resistir, contra-atacar, mais vezes se redimir, mesmo que isso signifique reiniciar o jogo ilimitado da chantagem e da concessão. Assim, Toulouse, tendo comprado em 1438 a partida dos ingleses estabelecidos em Clermont-Dessus, depois a do bastardo de Bourbon, deve comprar a de Villandrando em 1439. A burguesia está, porém, disposta a pagar para pôr fim a ela, mesmo que o que por um tempo, o obstáculo à recuperação econômica que é a insegurança. Carlos VII, portanto, concordou sem grande dificuldade em fazer os estados provinciais votarem as contribuições necessárias para a defesa ou a paz. Os estados de Langue d'oc, os de Auvergne, os da própria Borgonha estão prontos para os "patis" exigidos pelos caminhoneiros.

O campo, eles só precisam tremer. Não podemos nem levantar as ruínas entre duas ameaças. Os camponeses se refugiam, quem no castelo, quem na floresta. As aldeias do Languedoc estão ficando mais fortes da melhor maneira possível. A igreja serve de fortaleza e os fardos de feno transformam as naves em dormitórios. Em Notre-Dame Bourg-Dieu, em Berry, o parto interrompe os serviços. Mas nada é certo, e os

caminhoneiros não hesitam, na Picardia, em atear fogo à igreja de Lihons depois de ali terem encerrado duzentos ou trezentos camponeses. Outras igrejas recebem uma nova designação: uma é convertida em um estábulo, a outra em um bordel.

A fumaça de aldeias e celeiros em chamas sobe para todos os horizontes. Nessas condições, ninguém ousa sair de sua cidade, se arriscar nas estradas, arriscar seu patrimônio. A paralisia se instala na economia francesa. O despovoamento não é menos sensível que o entorpecimento. Aldeias inteiras estão abandonadas, os pobres Hurepoix e os ricos Valois pareciam verdadeiros desertos, tanto quanto Auvergne ou Quercy, Maine ou Angoumois. Limoges está vazia de habitantes. As ruas mais comerciais de Toulouse estão desertas e, além disso, inabitáveis.

O porto parisiense de Ecole-Saint-Germain - tráfego rio abaixo, madeira, trigo, feno - não acomoda mais um único barco em seus cais próximos a Saint-Germain-l'Auxerrois. O porto de Grève não está muito melhor, e o número de intermediários comerciais na Place de Paris foi reduzido pela metade.

Em todos os lugares, negócios e vida municipal estão sendo organizados em uma nova escala. Os toulousains reduzem o número de capitouls. Em Montauban, em 1442, não havia mais um voluntário para assumir as funções de cônsul.

A epidemia nunca deixa de acompanhar a guerra e suas consequências de subnutrição. A varíola devastou a Ile-de-France em 1438, a praga atingiu Languedoc novamente em 1440. Os habitantes da cidade freqüentemente fogem ganhando o campo, mas o que eles iriam fazer lá, se não aumentar o número de vagabundos?

A desolação se expressa em todos os níveis da sociedade e em todos os estilos. Um dia, em 1438, quando os motoristas de caminhão mostraram uma ousadia especial, o corajoso parisiense que vivia na cidade anotou em seu diário:

No dia da Epifania, os ladrões de Chevreuse, cerca de vinte ou trinta anos, foram à Porte Saint-Jacques e entraram em Paris e mataram um sargento com vara que estava sentado à porta. E eles se reagruparam francamente, e levaram três dos porteiros que guardavam o portão e vários outros pobres, além do saque, que não era pequeno. E eram apenas doze horas de luz do dia, mais ou menos. E eles diziam: "Onde está o seu rei? Ei! Está escondido? "

Por causa das incumbências que os ditos ladrões faziam, o pão e o vinho licitavam tanto que poucas pessoas comiam o pão embriagado. Os pobres não bebiam vinho e não comiam carne a não ser que lhes fosse dada: só comiam nabos e talos de couve postos na brasa, sem pão.

Durante toda a noite e todo o dia as crianças, as mulheres e os homens gritaram: "Estou morrendo!" Ai de mim! Ai, doce Deus, estou morrendo de fome e frio. "Cada vez que homens de armas vinham a Paris para transportar mercadorias trazidas, eles levavam consigo duzentas ou trezentas famílias do povo, para quê 'eles estavam morrendo de fome em Paris.

Em outro estilo, o bispo de Beauvais Jean Jouvenel des Ursins encobriu no ano seguinte para Carlos VII os infortúnios do patriarca Job. O assunto é mais erudito do que o da burguesia; a ideia é a mesma.

Verdadeiro e falso, compartilhar é difícil. Os caminhoneiros cometeram todos os crimes denunciados por seus contemporâneos e dos quais Jouvenel complacentemente elabora um catálogo que ecoa no quadro dramático pintado em sua história de Carlos VII pelo futuro bispo de Lisieux Thomas Basin? Provavelmente não. Mas porque contamos a eles, trememos. Como nos dias de Jacques, o boato se avoluma e multiplica essas histórias de mulheres grávidas empaladas, de crianças atiradas ao rio - "sem batismo", especifica-se para piorar o caso - e de camponeses amarrados a estacas enquanto esperam. a chegada dos lobos. O contágio do terror não é, entretanto, imaginário, e Jouvenel não se engana ao denunciar uma fraqueza real que incentiva o homem de armas a se tornar um bandido: quando nenhum outro remédio é encontrado senão para pagar aos caminhoneiros para mantê-los quietos por um tempo, todos pretendem ter sua parte na distribuição.

Sem poder pagar, os pobres foram embora, tanto que o país ficou completamente desabitado. E cem pessoas e uma não ficaram lá, o que é muito lamentável.
E porque ninguém tinha um lugar para destruir facilmente o povo, eles tomaram lugares, fingindo que era para fazer guerra aos inimigos ... Mas cabe a si mesmo aliar os inimigos, e destruir os benevolente e súditos do rei. Podemos ver isso obviamente, porque eles estão de certo modo com os inimigos, e juntos fazem uma boa comida, e assim seus pobres são tiranizados.
E porque nas aldeias não sobra ninguém, eles atacam o povo das cidades ... Eles nunca vêm às ditas cidades e ali fazem uma boa refeição, e quando saem levam e levam os cavalos de arados e os de arreios, mesmo mulheres e crianças, que poderiam resultar na destruição total das ditas cidades e, conseqüentemente, do reino.

Na Assembléia Geral dos Estados em Orleans em outubro de 1439, os promotores da Universidade de Paris declararam isso sem rodeios: se não fizermos a paz rapidamente, todos acabarão por deixar o reino. É isso que o Bispo Jouvenel quer expressar em sua linguagem floreada:

Toda a beleza da França se foi e se foi, e os príncipes estão tão maravilhados quanto ovelhas que não encontram comida.

AS ÁRVORES DE TOURS.

Para largar as armas, pensamos nisso por vários anos. Muitos príncipes tinham interesse nele, e o duque da Bretanha não poupou esforços por uma paz na qual, preso entre os dois adversários pelo emaranhado dos assuntos bretões por um século, ele tinha mais do que qualquer outro para encontrar vantagem. A partir de 1439, a Duquesa da Borgonha Isabelle de Portugal favoreceu a retomada das negociações entre a França e a

Inglaterra. As conferências Gravelines, em julho de 1439, foram um ensaio da cena representada em 1435 em Arras. Regnaut de Chartres ofereceu a Guyenne e parte da Normandia aos ingleses, para serem mantidos como reduto pelo rei da França. Sempre conciliando, mas acreditando ir longe o suficiente na concessão, Beaufort ofereceu a Carlos VII para ficar com o que ele já tinha, todo o feudo mantido pelo rei inglês.

No mínimo, o inglês estava sinceramente pronto para a trégua. Os franceses subordinaram essa trégua a uma renúncia oficial de Lancaster ao título de rei da França. Como todo o caso estava aí, tropeçamos.

O fracasso final da expedição liderada em 1443 por Somerset trouxe os ingleses de volta às negociações. Desta vez, o conde de Suffolk William de la Pole estava no comando: parecia-lhe que a Inglaterra precisava de uma pausa.

As conferências que se celebraram em Tours de 16 de abril a 28 de maio de 1444, na presença do bispo de Brescia, legado papal, não permitiram prever a solução geral de um conflito então mais do que secular. No que diz respeito à divisão territorial da França, cada uma permaneceu em suas posições. Mas os ingleses não ousavam mais reivindicar a coroa. No entanto, exigiram a Guyenne e a Normandia em plena soberania. Foi a divisão da realeza. Obviamente, não concordamos com isso.

Houve, no entanto, um esforço de concessão. Poderíamos discutir. Em 20 de maio, Carlos VII aceitou o princípio de uma trégua, que foi concluída por vinte e dois meses. Os aliados de ambas as partes foram incluídos na trégua: Castela, Nápoles e Escócia de um lado, ao lado do Rei da França, o Império, Portugal e os reinos escandinavos do outro. Os plenipotenciários ingleses encontraram uma garantia para o seu frágil andaime de paz: pediram ao próprio rei Henrique VI a mão de Marguerite d'Anjou, filha do rei René e portanto sobrinha de Carlos VII. A trégua ainda não havia sido concluída, pois já estávamos celebrando, em júbilo geral, esse promissor noivado.

Suffolk iria obter essa trégua antes do termo uma primeira prorrogação dela, renunciando a todos os direitos ingleses sobre o Maine. À primeira vista, todos ganharam na trégua. Na verdade, o lucro foi para Carlos VII: desta vez, permitiu-lhe organizar sua vingança. De prorrogação em prorrogação, a trégua de Tours durou até 1449. Nessa data, a França estava pronta.

O velho lutador Regnaut de Chartres era, o arcebispo que consagrou Carlos VII nas horas sombrias quando o rei de Bourges mal emergia de uma renúncia que tocou a maldição, não estava mais lá para ver o amanhecer de uma paz honrosa. . O chanceler Regnaut de Chartres morrera em 4 de abril de 1444, na própria cidade de Tours, onde viera falar com o rei sobre as negociações que se abriam. Nós ficamos de luto por ele. “Ele era um homem pudico. "

Durante uma audiência solene em Montils-lès-Tours, Suffolk havia presenteado Carlos VII com cartas patenteadas de Henrique VI que eram, acima de tudo, cartas de crédito. Eles

também foram um gesto político. Já não se tratava de "aquele que se autodenomina rei da França". O Lancaster escreveu a seu "querido tio na França". A Coroa não estava mais envolvida.

CAPÍTULO XIX

Carlos o Vitorioso

UMA GUERRA NACIONAL.

Carlos VII não esperou pela trégua em Tours para empreender a reorganização do reino. É certo que as estruturas administrativas de alguma forma resistiram à separação, mas na crise perderam um pouco de sua eficácia. As reformas iniciadas por Carlos V e retomadas antes de 1413 pelo movimento reformista padeciam de um compromisso, embora fortuito, com os excessos das ruas parisienses. Desde sua aparência de adesão no dia seguinte ao Tratado de Troyes, Carlos VII nada fez além de viver o dia a dia, sem ousar qualquer ação em profundidade.

Desde 1435, o inimigo é o inglês e apenas ele. O conflito assume uma coloração nacional a partir da qual a autoridade monárquica pode emergir fortalecida. O tempo está passando quando os Valois viram se levantar contra ele - ao mesmo tempo que o Plantagenêt foi removido do trono da França porque os barões queriam um rei "nativo do reino" - um duque da Bretanha, um rei de Navarra que para muitos foi o conde de Évreux, duque da Borgonha, duque de Bourbon finalmente. O inimigo não se chama mais Plantagenêt, Harcourt e Grailly, Marcel e Le Coq, Cauchon e L'Isle-Adam. Em 1444, era chamado Lancaster, Talbot, Somerset.

Em janeiro de 1437, menos de um ano depois que Richemont entrou em Paris, o Parlamento - um Parlamento onde tantos borgonheses se sentavam - teve que julgar uma infeliz promessa de casamento entre um soldado de Talbot e a filha de um burguesa da rue Saint-Antoine. A garota queria se juntar ao noivo, jurando que com a vida não concordaria em se casar com outro. Não tão orgulhosos dessa prova de uma antiga tolerância que começava a ser vista como colaboração, os pais se opuseram ao projeto. O Parlamento julgou que a Jeannette nomeada não poderia ir embora com o prometido e "tornar-se inglesa" enquanto durasse a guerra. Os contemporâneos de Geoffroy d'Harcourt teriam estimado a situação de maneira diferente. Na época de Talbot, “inglês” se opõe a “francês”. Quem se casa com um inglês torna-se inglês.

Falou-se em prender Jeannette; ela ficou quieta. Denise Le Verrat não poderia fazer o mesmo: ela era mãe de quatro filhos, e o pai estava em Rouen. Era o comerciante Lucquois

Jacques Bernardini, um homem de negócios intimamente ligado aos círculos ingleses e ao tráfico com Londres para não ter interesse em se retirar com o ocupante. Mal estabelecido em Rouen, Bernardini mandou chamar Denise, que passou facilmente. Le Chatelet tomou conhecimento do assunto. Os bens dos cônjuges foram confiscados, em particular os de Denise Le Verrat, filha de um ilustre.

Em vão o advogado da família implorou que uma mãe não deixasse seu marido e filhos irem: um animal não faria isso. O Parlamento decidiu que o dever do sujeito tinha precedência sobre o da mãe. Além disso, Denise piorara sua situação ao ter quatro filhos de um homem agora considerado inglês: isso tornava mais quatro ingleses, quatro contribuintes ingleses para o futuro. A opinião geral era que em tempo de guerra nenhum novo inglês é trazido ao mundo.

Burgueses e filhas de burgueses teriam permanecido estranhos aos velhos conflitos feudais, como aos simples jogos de príncipe. No que parecia um choque de duas nações, não havia mais neutros. O advogado do rei iria dizer isso em outro caso:

Todos estão vinculados e obrigados a matar e defender o país onde vive, e tanto que se está mais vinculado do que a seus pais.

É, portanto, como senhor do reino e segurando a Coroa de São Luís que Carlos VII surge quando ele remodela o aparato político da monarquia conforme as oportunidades surgem. E, porque aproveita todas as oportunidades, aquele que conhecemos desanimado e desiludido no exílio em Berry torna-se subitamente, por volta de 1440, o promotor de uma construção com múltiplas formas, que se desenvolve em todas as áreas. os meios de poder real.

Costuma-se dizer que não reconhecemos mais o Rei de Bourges em Carlos VII desta metade do século. Alguns honraram essa mutação com o carisma de Joana d'Arc e com o exemplo dado. Outros preferiram ver o amor de Agnès Sorel como o revelador de um novo homem. Devemos lembrar que Joana foi um tanto esquecida na época da trégua em Tours, e que Agnès Sorel só apareceu na vida do rei numa época em que, já, o gentil golfinho dera lugar ao homem do Estado. Seria mais correto evocar a influência de homens como Richemont - um personagem rude, mas político enérgico - ou como o surpreendente Pierre de Brézé.

Carlos VII "bem servido" não poderia viver sem conselheiros, favoritos, cortesãos. Ele não é, como seu filho Luís XI mais tarde, um homem que toma suas próprias decisões. Mas o jovem príncipe, humilhado em Troyes e esmagado pelas suas responsabilidades, deixou-se dominar pela madrasta Yolande e foi posto sob a tutela de gente medíocre como La Trémoille. O rei adulto - ele tinha quarenta anos na época da trégua - apenas se permitiu aconselhar, e ele mesmo escolheu seus conselheiros. Claro, o grande Carlos VII da reconquista não deixa de ser presa de hesitações, medos, pendentes. Ele é realmente o mesmo homem e manteve os ombros estreitos em todos os aspectos. Mas a autoconfiança

vem com os primeiros sucessos. Nesse sentido, o novo homem que é Carlos VII de 1440 - um novo homem que não foi feito em um dia - deve muito a Joana d'Arc.

A SANÇÃO PRAGMÁTICA.

A primeira das "massas de granito" em que a autoridade real se sentaria foi o Conselho de Basileia, que involuntariamente deu a oportunidade. Carlos VII precisa do clero para seus negócios, e não é indiferente a ele apoiar as reivindicações antipontificas dos bispos. Desde que o papa e o conselho estão em conflito aberto - aproximadamente desde 1433 - o rei se candidata ao conselho. Diante de um rei da Inglaterra que tradicionalmente se opõe às exigências do papado, qualquer outra atitude alienaria o rei da França das poucas simpatias que ele encontra em seu clero.

O grande negócio é a nomeação de bispos. O Papa monopolizou por muito tempo o direito de sustentar os bispados e o rei foi voluntariamente cúmplice, desde que as disposições feitas pelo Papa tenham dado lugar de destaque aos candidatos do governo. No final, é mais fácil chegar a um entendimento com um papado ansioso por não ver o rei se opor à taxação papal na França do que chegar a um acordo com eleitores muitas vezes indisciplinados. Porque os oficiais reais dificilmente têm algum meio real de pressão sobre os cônegos. Também é necessário que o clero traga para essas acomodações do Papa e do Rei um mínimo de consentimento. Na época do Conselho de Basileia, esse não é mais o caso.

Após o Tratado de Arras, as ambições chegaram a Carlos VII. Ele sonha em jogar com os árbitros. Em 1436, ele propôs ao concílio uma espécie de compromisso que o papa e o concílio aceitaram tão mal quanto o outro. O povo do rei, portanto, observa a situação evoluir sem eles e espera o momento de tirar vantagem disso.

Os cânones reformadores se sucedem, publicados em lotes nas sessões gerais do conselho. A maior parte do sistema tributário pontifício foi abolido, as eleições episcopais e para a abadia foram restabelecidas e os bispos recuperaram o direito de nomear para benefícios menores. E em 24 de janeiro de 1438 a 29 sessão do conselho decretou a suspensão de Eugene IV.

Desta vez, o rei não pode evitar tomar partido. Há quem se alinhe por trás do Concílio e quem continue a reconhecer o Papa. Na incerteza geral, Charles VII reune em Bourges para o 1 01 de maio Assembleia Geral do clero, que eventualmente se reúne em junho.

Todo o clero está longe de estar lá, ao lado do rei, o delfim, o duque de Bourbon e alguns altos barões. Só compareceram quatro arcebispos, com vinte e cinco bispos: para cento e dezessete dioceses do reino, não é muito, mesmo levando em consideração o que os ingleses ainda dominam. Existem alguns abades, muitos priores e cônegos, doutores em

direito canônico e mestres em teologia. O sul da França está mal representado, o norte da França está incompleto. Estamos muito longe de um conselho nacional, mas neste ano de 1438, quando o reino de Valois ainda está em dificuldades, a representação do clero francês pode se passar por bastante significativa.

O conselho enviou seu "orador". É Thomas de Courcelles, esse teólogo que vimos se destacar entre os juízes de Joana d'Arc ao votar pela tortura. Mas em 1435 ele foi embaixador de Carlos VII na conferência de Arras. Vamos ouvi-lo no ensaio de reabilitação, usando o pretexto de sua má memória para não lembrar de nada. Ele fará a oração fúnebre de Carlos VII em Notre-Dame de Paris.

Por enquanto, Courcelles goza de fama lisonjeira na "Página Sagrada": é o nome oficial da teologia universitária. Ele sempre foi ouvido em Basel, e as armas mais importantes devem muito aos seus conselhos. Os padres do Conselho sabem o que estão fazendo acusando-o de seus interesses em Bourges. Courcelles tem os ouvidos do rei, e a visão que o Conselho tem da futura organização da Igreja tem todas as chances de ser assim favorecida desde o início.

O confessor do rei não está menos decidido. Este é Gérard Machet, um humanista da moda, conhecido por suas posições políticas muito moderadas. Ele é bispo de Castres, mas estaríamos enganados em acreditar que representa o Languedoc: é o homem da Sorbonne e do colégio de Navarra. Ele é, acima de tudo, o homem do rei. Em Paris, anteriormente, ele respondeu a Jean Petit que queria justificar o assassinato de Louis d'Orléans. Em Poitiers, anteriormente, ele presidiu o exame de Joana d'Arc. Por ser um daqueles Armagnacs que não têm sangue nas mãos, dessas pessoas que em todos os tempos formaram o partido da "paz", tanto em Paris como em Poitiers, é considerado sábio e os borgonheses mais ferrenhos não pode ver nele um adversário. E agora em Bourges, Gérard Machet declara firmemente que é necessário seguir o conselho.

O Chanceler Regnaut de Chartres - um dos poucos arcebispos presentes - pode então concluir com todas as nuances necessárias para colocar o rei nem no partido do Papa nem no do Concílio: a assembleia do clero francês examinará os cânones de Basel e decida o que o reino da França pode aceitar.

Carlos VII, ao fazer isso, separou-se do Papa sem obedecer cegamente ao Concílio. Ele escuta os conselhos do clero, mas do clero de seu reino. A nuance não escapa a ninguém: como no passado, nos dias da subtração da obediência, o rei se estabelece como chefe da Igreja da França.

Porque é necessário mostrar que não estamos apenas ao nível dos princípios, o rei e o seu clero concordam então em modificar alguns detalhes dos textos redigidos em Basileia. Ninguém se engana, porém: a forma aqui assume o valor da prova. As poucas correções feitas aos cânones conciliares afirmam o direito do rei de fazer leis para a Igreja da França. Bispos e médicos desempenham apenas o papel de conselheiros em Bourges. E é como

uma portaria real que publicam, em 7 de julho de 1438, os cânones do Concílio de Basiléia aceitos pela França.

Esta “sanção pragmática” é o resultado das circunstâncias. Carlos VII foi levado pela dinâmica do conselho. Ao mesmo tempo, o clero inglês e o clero alemão fazem o que os franceses fazem: examinam os cânones da Basiléia e os adaptam aos seus pontos de vista. Mas Henrique VI não ganhou muito com isso, e Albert de Habsbourg não teve nada a ganhar com isso, enquanto Carlos VII da França, mal retornou à sua capital e ainda tão pequeno senhor de seu reino, ganhou tudo para fazer da Igreja um dos órgãos da França monárquica. Que os capítulos e conventos sejam convidados a levar em conta, durante as eleições episcopais e da abadia, as "benignas e benevolentes solicitações do rei em favor de pessoas de mérito, zelosas pelo bem do Estado e do reino" é apenas 'um sucesso teórico; ainda precisa ser verificado na prática. Mas que uma portaria régia em forma de cartas patente, tomada a pedido de prelados e doutores, pudesse regular a disciplina eclesiástica, condenar o concubinato de clérigos, limitar o uso da excomunhão, especificar as formas de recitação do breviário e proibição de festas seculares nas igrejas, a coisa é dificilmente crível. A aceitação pelo clero torna-o um precedente.

Que os padres de Basel aceitem por sua vez - sem entusiasmo - este simples fato de que a França alterou os cânones e os sancionou com autoridade real é suficiente para dar a garantia do Concílio a esta nova visão de uma Igreja da França. Como um jurista logo escreveria, "o rei da França é a primeira pessoa eclesiástica do reino".

No longo movimento que, desde São Luís e Filipe le Bel, construiu o que mais tarde se chamaria galicanismo, Carlos VII teve a sorte, em 1438, de poder marcar um ponto capital. Essa sorte vem apoiar muito oportuna a recuperação monárquica.

Ao mesmo tempo, o Arcebispo Pey Berland tentou em Bordéus dar lugar a este aumento de prestígio que Carlos VII encontrou na sua função eclesial. Isolada de Toulouse, bem como de Orleans e Paris, a Guyenne du Lancastre não tem mais os recursos universitários para treinar suas elites. Em 1439, o arcebispo anunciou que estava fundando uma universidade. Os estatutos foram promulgados em 1441. E Pey Berland imediatamente doou um colégio para doze alunos pobres, sob o patrocínio de São Rafael. O capítulo de Bordéus e os guardas das igrejas paroquiais competiram imediatamente com o arcebispo: a primeira pedra de uma torre monumental foi colocada ao lado da cama da catedral e começou a restauração da igreja de Saint-Michel. Temos que mostrar que temos confiança no futuro.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.

Impulsionado pelas circunstâncias de suas relações com a Igreja, o rei, por outro lado, tomou algumas iniciativas no campo econômico. Só uma economia sã pode sustentar a reorganização do reino e a reconquista: garantirá a adesão do povo e também o rendimento dos impostos. Os estados, e em particular os do Languedoc, nunca perdem a oportunidade de recordar que o seu apelo à prosperidade vai, a longo prazo, no sentido dos interesses do rei, mesmo que conduza imediatamente a uma redução de impostos. .

Devemos reconstruir as cidades e também o campo. Quanto ao mundo rural, o caso só poderia ser muito longo - levaria um bom meio século - e o rei tinha apenas meios limitados de ação sobre a senhoria alheia. No entanto, um passo essencial será dado quando Carlos VII se arrogar em 1447, no interesse geral, o direito de autorizar os senhores a concederem novos arrendamentos para as terras abandonadas, sem ter que temer o possível retorno dos beneficiários das últimas. inquilino. Porque ninguém se daria ao trabalho de desmatar - e pagar o imposto - se soubesse, um dia teria que dar lugar ao neto de um camponês que saiu na época das grandes empresas. A partir de agora, quatro “gritos públicos”, quatro anúncios quinzenais em grande missa, serão suficientes para libertar a terra de todos os direitos.

Assim que a trégua foi concluída, no entanto, houve um movimento geral para restaurar a ordem na posse rural. Em todas as seigneuries, e mesmo no que resta da Guyenne aos ingleses, é feito um inventário das terras, é feita a declaração de direitos, são contabilizados os investimentos possíveis e desejáveis. Os mais espertos não esperam tirar proveito de arrendamentos ainda vantajosos nestes anos em que as terras desertas são numerosas demais para que o senhor possa levantar suas demandas se não quer reinar sobre o deserto. Muito feliz ele está em encontrar, com royalties reduzidos, as novas armas que irão valorizar suas terras.

Para as cidades, as coisas vão mais rápido, e o rei tem vantagens: privilégios fiscais, comerciais e monetários. Erguer as ruínas, renovar o habitat, reforçar as pontes, restabelecer os canais navegáveis, restaurar os cais, tudo isto exige dinheiro, e o fisco leva-o, ou adquire-o. Basta para o tráfego com alíquota zero, para isentar os contribuintes, para transferir para uma comunidade de habitantes o produto dos impostos que incidem sobre si próprios ou sobre os outros. À medida que a prosperidade atrai a população, é fácil prever que o déficit imediato se transformará muito rapidamente em mais-valia. Carlos VII gosta de repetir: seu interesse não é deixar cidades como Paris ou Toulouse, Troyes ou Meaux, Dieppe ou Louviers "escassamente povoadas".

Assim ajuda os cidadãos de Narbonne a restaurar as vinte e sete pontes que lhes pertencem ao longo de todo o curso do Aude e a reconstruir as estradas sem as quais não se poderia puxar os barcos. Para tanto, durante vinte anos, terão a receita de uma taxa de um "branco" de cinco deniers por quintal de sal vendido às salinas da região - Narbonne,

Capestang, Sigean, Lapalme, Peyriac - e a de uma "barragem" instalada no Pont-Fermé, a duas léguas da cidade: um denário por homem a pé, dois por homem a cavalo, cinco por animal de carga.

Em outros lugares, às vezes nos contentamos em isentar o comércio local ou o tráfego regional de impostos ou taxas que os tornem mais pesados e agravem a deficiência de infraestrutura em ruínas. A medida mais geral desse tipo é a abolição, em 1444, de todas as portagens estabelecidas durante a guerra do Sena e seus afluentes.

As empresas também devem ser libertadas das amarras criadas pela crise. Os mercadores parisienses compensaram a queda por algum tempo, tomando empréstimos com a renda futura de suas lojas. Os aluguéis acumulados nas bancas do mercado são, ao final da crise, tão desproporcionais à renda possível - a de um negócio convalescente em uma cidade ainda a ser repovoada - que é melhor, para muitos, perder o interesse em seus negócios. A hipoteca consome a receita. Para sair de tal impasse, o governo de Carlos VII emprega grandes meios: autoriza a falência. O rei quebra todos os aluguéis feitos nas bancas do mercado. Seus advogados acharam um excelente argumento: tais hipotecas eram anteriormente proibidas por Philippe le Bel. Os credores dificilmente protestarão: há muito desistiram de cobrar qualquer coisa nas negociações fechadas. Mas todos esperam que a falência traga comerciantes, mercadorias e, portanto, clientes de volta aos mercados.

O governo de Carlos VII também tenta dar vida às correntes comerciais asfixiadas pela guerra, até mesmo criar novas que levem em conta o mapa político da época. Jacques Coeur, que ingressou no Conselho Real em 1443, foi sem dúvida o arquiteto mais ativo dessa política. Ele não é o único. Mas foi Jacques Coeur quem deu um novo impulso ao comércio da França no Mediterrâneo. Para se libertar do caro intermediário italiano nas relações com o Oriente, criou a empresa “Galées de France” e afirmou a vocação de Montpellier como porta de entrada mediterrânea para um reino que ainda não incluía Marselha. Para fechar o negócio, Carlos VII deu a seu tesoureiro o monopólio das exportações francesas para o mundo muçulmano. Em seguida, favorece os portos de Aigues-Mortes e La Rochelle, isentando-os de um novo imposto sobre as importações de especiarias e outros alimentos orientais, importações proibidas em 1446 por todas as rotas terrestres. O rei realmente desenhou o mapa do tráfego forçado.

A política de feiras surge da mesma preocupação, do mesmo intervencionismo ditado pela necessidade de auxílio para a decolagem econômica. As feiras estão há muito tempo em seus níveis mais baixos. Das seis concentrações anuais que reuniram comerciantes de toda a Europa em quatro cidades de Champagne, é apenas uma vaga memória. As feiras de Lendit sobreviveram, perto de Saint-Denis, até o coração da ocupação inglesa, mas como um mercado de abastecimento regional, não como um centro de negócios. As feiras criadas em Lyon no auge da crise apenas vegetaram. Quanto às feiras do Languedoc de Pézenas e

Montagnac, continuam a ser os principais centros do comércio de tecidos entre Languedoc e Roussillon, mas não suportam os efeitos da insegurança devido a esfoladores de todos os tipos mais do que aos exércitos ingleses a cavalo.

Foi a época em que Carlos VII acreditava que era inteligente - ficaria desiludido - multiplicar as feiras pelo país. Pelo menos ele tem a boa ideia de reviver as velhas feiras concedendo a uma das isenções tributárias, aos outros monopólios comerciais. É assim que ele mantém a ilusão de uma ressurreição das feiras de Champagne: uma portaria de 1445 restaura as seis feiras, confirma os antigos privilégios, estabelece novos. Mas isso não poderia compensar a abertura, agora bem assegurada, das rotas terrestres do Saint-Gothard e do Brenner, e da rota marítima de Gibraltar, que em 1300 perturbou o mapa das relações comerciais entre o mundo mediterrâneo e o País do Mar do Norte.

Lyon tem duas feiras por ano, e está morrendo. Deixa pra lá. Um terceiro foi estabelecido, e a livre circulação nessas feiras de todas as moedas francesas e estrangeiras foi promulgada. Isso desencadearia um mercado que, na costumeira estreiteza do câmbio monetário, sofria da obrigação imposta aos comerciantes de converter moeda estrangeira.

Da mesma forma, Carlos VII retorna às feiras de Lendit, adormecidas por quinze anos, uma certa prosperidade graças às isenções fiscais que são suficientes para atrair os mercadores de Flandres e Artois, Champagne e Borgonha. Lendit não pode mais ser mais do que um nó econômico puramente regional. Ao menos aproveitará uma localização geográfica excepcional, a do cruzamento fluvial e rodoviário de Paris, mas fora dos constrangimentos corporativos que se exercem na capital e aí limitam as iniciativas.

O governo real também pretende promover a encruzilhada de Lyon e promover a cidade real em sua luta comercial contra Genebra. Uma portaria de 1445 proibia todos os comerciantes de exportar qualquer mercadoria para feiras em Genebra sem antes tê-la exibido - ou seja, posto à venda - nas feiras de Lyon. A política portuária e a política de feiras comerciais são a mesma coisa: Carlos VII traça bem o mapa do comércio francês.

Ao fazer isso, antecipamos o retorno da prosperidade. Foi em 15 de abril de 1444, seis semanas antes da trégua em Tours, que o rei restabeleceu as feiras de Lendit. Na verdade, tudo ainda precisa ser feito, e as cidades devem primeiro ser repovoadas.

Para aumentar e aumentar as pessoas, pessoas de todos os estados e riquezas, o que não poderia ser feito rápida ou facilmente sem grande associação com pessoas e, de fato, mercadorias.

O mais fácil talvez seja, neste momento, repovoar a capital. A administração real, ao retornar a ela, restabeleceu uma clientela de alto poder aquisitivo, sempre gerando negócios, mesmo quando os salários eram pagos com atraso. É apenas para dar à migração dos pequenos o ligeiro incentivo que desencadeará a retomada de um movimento já antigo. É o que Carlos VII faz quando isenta por três anos de todos os impostos - senão do imposto sobre o vinho - os normandos que fugirão do domínio inglês e se estabelecerão em Paris. Ele venceu por duas razões: mais parisienses, menos contribuintes na

Normandia Lancastriana. Para acelerar o colapso econômico do adversário, o rei chegou a decretar o bloqueio de todas as importações de tecido inglês, normando ou bordeaux.

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA.

A restauração econômica do reino permitirá a recuperação financeira. O que está em jogo não está tanto no volume de financiamento mobilizado - Carlos VII nunca faltou recursos - mas está na regularidade de um possível financiamento do Estado. Em cada ocasião, e de fato uma ou duas vezes por ano, é necessário negociar com os deputados dos Estados Gerais ou Provinciais o princípio e o montante da ajuda "concedida pelo fato da guerra". Considerado um mal incessante, o imposto não é nem base regular para o funcionamento permanente da máquina civil do governo, nem base garantida para manter a ordem doze meses em doze. A guerra é feita de campanhas sucessivas, os recursos reais são constituídos por impostos sucessivos, para cada um dos quais se determina modalidades específicas e órgãos distintos de tributação e arrecadação.

Assim, o chamado Pierre Mandonnier está "comprometido na região baixa de Auvergne a receber a parte da ajuda de dois mil francos ordenada pelo rei nosso senhor a ser colocada em sua terra de Langue d'oil em junho de 1437 da mesma forma o que foi feito no ano passado ". Mandonnier pode descobrir-se, ano após ano, o cobrador de quase todos os impostos que incidem sobre Basse-Auvergne, ele não é simplesmente o coletor de impostos em Basse-Auvergne. Cada imposto é um todo, com seu nome, sua taxa, sua data. Uma pena se o título do oficial assumir três linhas e se a consistência perder seus direitos.

Os devoradores chegam bem a tempo para oferecer, involuntariamente, um argumento magnífico ao povo do rei, que está tentando aclimatar a idéia de um imposto regular. Porque os esfoladores tornam permanentes, se não a guerra, pelo menos a ameaça dos guerreiros e o custo de manter a ordem. A coisa fica clara quando é necessário dar dinheiro aos capitães - vimos para Villandrando - para que não assolem o país no inverno, enquanto no verão eram pagos para o defender.

A permanência é assim estabelecida pouco a pouco, mais nas mentes do que nos princípios. Em janeiro de 1436, os Estados de Poitiers - que são uma assembléia muito limitada apesar do nome - votaram pela ajuda indireta por quatro anos, e alguns deputados protestaram, os Tourainees na liderança: seriam necessários verdadeiros Estados Gerais. Uma assembléia insuficiente pode atender à necessidade urgente, não se preparar para o futuro da guerra. Procrastinamos, substituímos a ajuda por um imposto direto, voltamos para ajudar. Finalmente, os estados de maio de 1436 confirmam o princípio dessas ajudas. Mas todos estão cansados desse caso. O rei não mais deixará de

cobrar o imposto indireto, mas ninguém irá evocar a necessidade de consentimento em Langue d'Oïl.

O Langue d'oc, ao mesmo tempo, está lutando contra os impostos e seus estados estão se preparando para impedir o restabelecimento da ajuda. Assumindo a liderança, Carlos VII restabeleceu essas ajudas no início de 1437, sem nem mesmo esperar pela abertura da sessão. Os deputados poderão protestar, pela forma, mas o bom povo ainda vai pagar doze deniers a libra - cinco por cento - em todo o comércio, exceto o do vinho no varejo, especialmente tributado a um oitavo.

O imposto indireto é o que melhor se presta à permanência, e o povo do rei há muito percebeu isso. A ajuda está bem estabelecida para o futuro.

Quanto aos impostos diretos, continuamos discutindo. Uma última vez, em Orleans, em outubro de 1439, Carlos VII convocou os Estados Gerais de Langue d'oil, que votaram por um subsídio de cem mil francos. Mas a guerra não parou desde a última sessão, a de Poitiers em 1436, e o governo real teve que assumir o consentimento dos contribuintes. Levantamos duzentas mil libras em 1437, tanto em 1438, trezentas mil em 1439. A bolsa concedida pelos estados de Orleans afirma a manutenção de um princípio, mas quem continuou pagando pode rir esta afirmação obviamente desnecessária. Doravante, passaremos sem os estados gerais da Langue d'oïl. Por mais algum tempo, fingiremos negociar com assembleias locais facilmente intimidadas. Depois de 1450, não será mais discutido.

Nesta história de consentimento para tributar, um consentimento necessário por lei porque o imposto é uma solução extraordinária para dificuldades financeiras fora do comum ou considerada como tal, Carlos VII tem a palavra final em 1442:

Não há necessidade de montar os três estados para colocar os tamanhos ... É só carga e despesa para os pobres, que têm que arcar com as despesas de quem chega lá. Vários senhores notáveis do país exigiram que tais convocações cessassem. Por esta causa, eles estão felizes que a comissão seja enviada a funcionários eleitos de acordo com a vontade do rei.

Em outras palavras, desde que você pague o imposto, você não precisa pagar mais para discuti-lo. O absenteísmo que ao mesmo tempo grassa nos estados de Langue d'oc é suficiente para mostrar que o rei não está exagerando.

PARA O EXÉRCITO PERMANENTE.

A trégua não tem sentido se não permitir preparar o assalto final contra o que resta aos ingleses na Normandia, bem como na Guiana. A preocupação com as finanças regulares é um prelúdio para a de um exército regular, esse exército permanente a que Carlos V havia

praticamente alcançado, sem realmente ousar dizê-lo, e cujo - a guerra civil tendo destruído a bela organização do sábio rei - a ausência fez o rescaldo da campanha um momento ainda mais perigoso do que o da luta. Desgarrar-se, como já vimos muitas vezes, é pior do que cavalgar.

O exército intermitente também é um desperdício tático. Essa fortaleza é tomada e perdida em poucos meses. A guerra se arrastou tanto na escala do reino quanto na da aldeia, porque nada é definitivo. Torna-se óbvio que quem for o primeiro a consolidar suas posições em doze meses, vencerá.

Suas finanças permitem: Carlos VII assume a liderança. Mas a portaria publicada em fevereiro ou março de 1445 não parece, à primeira vista, uma reforma fundamental. Limita-se a estipular a "detenção" permanente de um certo número de empresas, chamadas a constituir o exército "ordenado" pelo rei. Quinze companhias, mil e quinhentas "lanças", efetivas rapidamente aumentadas para dezoito companhias e mil e oitocentas lanças, aqui está o "grande decreto" - ou "grande contenção" - que realizará nos anos 1450 a reconquista do reino. Valois.

Manter quinze companhias é fazer quinze felizes e muitos mais descontentes entre os capitães que serviram ao rei mais ou menos até a trégua. Para os homens de armas comuns, o serviço ao rei torna-se um privilégio, o que justifica maiores exigências quanto à qualidade.

Quem são os eleitos? Os dois marechais, André de Lohéac e Philippe de Culant estão naturalmente presentes, assim como velhos fiéis, ex-companheiros de Joana d'Arc e líderes das últimas campanhas, Poton de Saintrailles, Olivier de Coëtivy, Charles de Culant. Alguns desses capitães “da ordenança” são prometidos a boas carreiras: o homem do golfinho Louis, Joachim Rouault, acabará marechal. Outros serão comentados, como o Provost Tristan l'Hermite. Os estrangeiros figuram com destaque, reunindo os melhores homens de armas recrutados da França por Carlos VII: os escoceses Robin Pettylow e Robert Cunningham, o espanhol Martin Garcia, o italiano Boniface de Valpergue. Um Valpergue já estava em uso em Orleans durante a época de Jeanne.

Alguns grandes senhores têm a vantagem neste grande decreto de Carlos VII. Encontra-se assim entre os capitães o próprio pai do decreto de 1445, Pierre de Brézé. O Senhor de Orval Arnaud-Amanieu d'Albret e o Duque Charles de Bourbon também não desdenham de liderar sua companhia na grande ordenança do rei.

Essa lista amadurece há muito tempo, o que elimina a maioria dos príncipes - eles não concordariam em se desviar dos tribunais - e que deixa de fora alguns barões inconvenientes, especialmente Comminges. Muitos capitães voltaram à vida civil e são responsáveis por devolver eles próprios seus homens de armas. Os mais sortudos encontrarão serviço na administração real, e veremos ex-capitães fazendo carreira como oficiais de justiça ou senescais. Os soldados comuns buscarão contratações mais modestas,

muitas vezes encontrando uma condição social acima da qual, desde Carlos V, a guerra os elevou. Os devoradores alistados por falta de coisa melhor em 1439 encontraram a insegurança do amanhã.

Assim saem do exército real centenas de escudeiros sem terra, bastardos de alta e especialmente baixa nobreza, os chamados escudeiros de nobreza duvidosa, desenraizados de todos os tipos. É o fim do que se chama coloquialmente de "espadas de ferro". A guerra deixa de ser uma aventura por muito tempo.

Após a classificação de 1445, a cavalaria do rei da França volta a ser o que era na época dos primeiros Valois, um exército de nobres. Se não no recrutamento local praticado por muitos capitães nas aldeias de seu senhorio, este exército já não é feudal. A nobreza é amante lá, mas cada uma deve tudo ao rei: seu lugar e seu pagamento.

Para o rei e para aqueles que falam por ele. Porque os capitães da portaria são clientes: Brézé pertence ao antigo clã angevino, como Coëtivy, Broons e os outros bretões são do condestável de Richemont, que também empurra Tristão l'Hermite. No entanto, ninguém teve ilusões desde o fim da Praguerie: o exército pertence ao rei, e não há outra guerra senão a guerra do rei.

Mil e quinhentas, mil e oitocentas lanças, o que isso significa? Uma lança é um homem de armas, nobre duas em cada três vezes e quase sempre considerado tal, mas raramente um cavaleiro. Ele também é o pajem - o futuro homem de armas - ou o valete. Finalmente, há dois arqueiros a cavalo, com um valete para dois e um costureiro. No total, seis homens, incluindo três cavaleiros: um grupo tático autônomo, capaz de manobrar e responder pela única complementaridade de seus combatentes e seu armamento. Enquanto se preocupa com uma série de combatentes profissionais cujas revisões garantem o controle periódico, o rei, portanto, limita a massa de não combatentes, servos, "pequenos" agregados de forma mais ou menos efêmera às lanças dos primeiros. empresas, todas as pessoas mais aptas a comer e saquear do que lutar ou realmente servir aos combatentes. Desconfiamos de servos em excesso, inclinados a mudar de patrão com muita frequência, briguentos por vocação e servos de guerra por preguiça. Limitamos a proliferação de garotas seguidoras, com mais frequência "babacas" do que enfermeiras. A força da lança não depende do número de bocas a alimentar, mas das armas armadas: o que conta são bons pistoleiros profissionais - alguns serviram por vinte ou trinta anos - e arqueiros experientes, serviram a pé por um alfaiate corajoso e vigoroso. A lança é isso.

No auge da guerra, por volta de 1450, toda a cavalaria real somava cerca de dez a doze mil homens, incluindo sete a oito mil combatentes. Um exército muito estável, que o rei mantém, mal reduzido, após o tempo de grandes operações. As finanças reais agora permitem isso. Confrontado com os esquemas do feudalismo, perante a Borgonha, Carlos VII e Luís XI ficarão bem. Nós simplesmente providenciaremos, durante a guerra contra os Ousados, trazer a grande ordenança para quase três mil lanças.

Tanto para o exército no campo. As guarnições formam a “pequena ordem”: gente a pé, mas combatentes do mesmo jeito. Instalados nas praças reconquistadas, vão garantir as sucessivas etapas da vitória final. Eles então garantirão, de maneira bastante simples, a ordem urbana. Eles são os “mortos que pagam”, assim chamados porque estão imóveis. Estabelecida à medida que a reconquista avança, a pequena ordem é organizada de 1451 na Normandia, com quinhentos e cinquenta homens de armas; é depois de 1454 na Guyenne, com a força de trezentos e cinquenta homens de armas. Cada um tem sua página e seus dois arqueiros. Para manter a França reconquistada, Carlos VII tem assim três ou quatro mil homens: uma força real se pensarmos no número das escassas guarnições inglesas da época de Bedford.

Além disso, as ordenanças grandes e pequenas não são todo o exército. São o núcleo estável, às vezes reforçado pelos contingentes dos príncipes aliados - Armagnac e Foix, na guerra da Guiana - e que às vezes aumenta com o recrutamento à moda antiga de umas poucas empresas pagas pelo tempo de uma. campanha. No verão de 1451, quando a Normandia foi conquistada e o esforço se concentrou na Guyenne, o rei da França tinha cerca de vinte mil combatentes - metade cavaleiros, metade pedestres - e podia designar três mil soldados para o ocupação de cidades.

Durante cinco meses de guerra, custa seiscentos ou setecentos mil torneios. A eficácia do novo exército real depende da eficácia do novo sistema financeiro, ele próprio fruto da restauração política da autoridade.

Isso não é razão, aos olhos de Carlos VII e seus conselheiros, para abandonar o serviço gratuito, essa proibição e essa bancada em virtude da qual, desde Filipe, o Belo, os soberanos de alguma forma convocaram seus vassalos do exército da Coroa e seus homens, ou obtidos desses combatentes em potencial o pagamento de "subsídios" no resgate do serviço militar. Carlos VII ainda tenta a experiência em 1453: ele convoca a nobreza do reino para a campanha de verão. Mas ele a paga.

Outra tentativa, mais lenta para fracassar: uma portaria de 28 de abril de 1448 criou os "franco-arqueiros". Eles são francos porque estão isentos de impostos diretos, e os arqueiros porque são supostamente treinados no manejo do arco ou besta. Na proporção de um homem para oitenta fogos, cada paróquia deve designar seus arqueiros. No papel, isso deixou o rei cerca de oito mil arqueiros prontos para atirar em todo o reino.

A ideia de uma infantaria de reserva é em si excelente, mas o burguês médio dificilmente mantém outra coisa senão a isenção de impostos. A instituição vai definhar, dificilmente imaginada, porque favorece a isenção dos mais ricos das cidades sem realmente garantir a capacidade militar dos arqueiros. Vemos os enfermos, os enfermos, os velhos, que são atraídos pelo privilégio mais do que pelo gosto pelo combate. Para alguns, brincar de homem de armas é divertido. Gostamos de encontrar os nossos amigos em reuniões onde o exercício militar é um pretexto simples e onde o principal é que o vinho branco seja

gelado. Em muitas cidades, os Frank Archers nada mais são do que os notáveis mais astutos. Mas em combate, o rei não encontra mais suas tropas. Fazemos piadas sobre o Franco-arqueiro de Bagnolet e a aptidão de seus companheiros para a derrota. A história termina com canções. Luís XI suprimirá a instituição em 1480.

Finalmente, a artilharia torna-se algo completamente diferente do suplemento tático com o qual já tínhamos que contar na época de Filipe VI. Sob a direção de Pierre Bessonneau até 1444, depois dos irmãos Gaspard e Jean Bureau, passou a ser um elemento decisivo para a vitória. Os fundadores de canhões estão se multiplicando nas cidades, a maioria deles ex-fundadores de sinos, que estão mais frequentemente envolvidos no conserto de peças danificadas do que no derretimento de novas. Porque o canhão é uma coisa frágil, e recomendamos fortemente que os servos lutem em estado de graça.

Medo de ofender a Deus mais do que qualquer outro homem de guerra, pois toda vez que tocar sua peça corre o risco de ser queimado vivo.

Podemos imaginar canhões de todos os tamanhos, desde a serpentina leve que lança bolas de cinco ou seis libras e a colubrina que ainda é facilmente manejável - nós a colocamos no ombro depois de colocar o canhão em um forcado cravado no solo - aos veuglaires e os cabelos curtos, bombas e "grandes armas" que são arrumadas em um andaime de madeira. Para facilitar as manobras, carros com rodas são instalados aqui e ali, que substituem vantajosamente os antigos caixões; o engenheiro genovês Louis Giribault inventou um muito conveniente, graças ao qual a artilharia de fogo doravante se adaptaria aos perigos da batalha. Estamos muito longe das balistas e trabucos cujas molas e pêndulos foram orientados de uma vez por todas.

Ao mesmo tempo, os alquimistas melhoram a qualidade do pó: seis partes de salitre, uma de enxofre, uma de carvão. Ninguém poderia jurar que a receita não é mágica.

O efeito de massa agora é possível. Nas batalhas finais da Guerra dos Cem Anos, a artilharia não foi usada simplesmente para aterrorizar o inimigo com chamas e barulho. Pedras de granizo de balas de canhão esmagaram a cavalaria inglesa, vítima de sua inadequação, assim como uma cavalaria francesa um século antes, insuficientemente preparada para a mobilidade dos arqueiros. Para os cercos, acabou o tempo das enormes massas de pedra balançadas em tiro curvo por trabucos incapazes de garantir um tiro preciso por correções sucessivas, destes bairros rochosos que aterrorizavam as populações ao esmagar os telhados, mas que pouco fizeram danos aos gabinetes de alvenaria. Enquanto as pequenas peças disparam bolas de chumbo ou ferro fundido, as bombas continuam a disparar bolas de pedra, mas seu fogo se ajusta, geralmente em uma trajetória tensa que permite que uma parede cortina ou uma porta sejam arrancadas. E vemos na sede de Bordeaux, em 1452, explodir bolas ocas carregando uma carga explosiva.

A CRISE INGLESA.

O tempo funciona para Carlos VII. Enquanto reconstrói sua força, o inglês vê seu enfraquecimento. O rei da França levou a melhor sobre Praguerie, seu inimigo continua nas garras da agitação feudal que os príncipes encorajam e que leva a Inglaterra à guerra interna. Tio do Rei, o duque Humfrey de Gloucester conspira abertamente. Ele ataca a política de seu próprio tio, o cardeal Beaufort, perante o Parlamento. Ele se apresenta como um rival pelo poder do conde de Suffolk. O casamento de Henrique VI e Marguerite d'Anjou, que selou a trégua de 1444, é visto por todos como uma derrota para Gloucester. Ele deve restaurar sua posição.

O jovem rei da Inglaterra - ele tinha vinte e dois anos na época da trégua - não sonhava em retomar a guerra. Gloucester pode muito bem denunciar o erro de procrastinação diante de um oponente armado, Suffolk faz ouvidos moucos. Criador desta trégua que pode ser o passo decisivo para a paz, teme as repercussões internas de uma guerra cada vez mais impopular entre os ingleses. Mas o povo não ama sua rainha francesa e grita escândalo quando Henrique VI propõe devolver o Maine a seu sogro Charles d'Anjou, efetivamente conde de Maine. Mais à vontade nas críticas do que Suffolk no governo, Gloucester ganha todas as vezes.

Exasperado, Suffolk convocou o Parlamento de fevereiro de 1447 em um lugar completamente inusitado, em Bury Saint Edmund's, onde poderia facilmente evitar surpresas e onde ousou mandar prender o tio do rei. Cinco dias depois, ficamos sabendo que Gloucester morreu em sua prisão. Fala-se em acidente vascular cerebral: sua prisão lhe pareceu "desagradável", será a versão oficial. Muitos vão falar de assassinato. Sem dúvida, eles estarão errados. No entanto, Gloucester era filho de um rei, e sua morte causou grande comoção na Inglaterra em 1447. Quando o velho Beaufort desapareceu por sua vez, em 11 de abril, ninguém se absteve de pensar que o Cardeal de Winchester acabou de expiar.

Assim, uma geração inteira sai de cena em poucos dias. Henrique VI e seu mentor Suffolk sozinhos permaneceram no poder, mas estavam longe de ter a Inglaterra sob controle. O feudalismo continua a se agitar. Somerset começa a observar a primeira fila. O duque Ricardo de York começa a perceber que, por meio de sua mãe, ele é de um ramo mais antigo em relação aos Lancastres. Henrique VI detém seus capitães tão mal quanto domina seus barões e nem mesmo domina suas alianças. O que assoma no horizonte da Inglaterra é o

"Guerra das Duas Rosas", a rosa York e a rosa Lancastriana. Os pródromos não são para consolidar o domínio inglês no continente. A perda do continente só vai piorar a situação na ilha.

OS ERROS SOMERSET.

Carlos VII, no entanto, está em busca de guerra? Nem tenho certeza. Mostrou sua nova força, mas acima de tudo para prevalecer nas negociações inevitáveis em que se poderia pensar que o inglês seria mais conciliador do que no tempo de Bedford. Porque não deixamos de negociar, mais ou menos de boa fé, entre 1445 e 1447. Trocamos cartas, embaixadas. Dunois vai para Londres. A trégua foi estendida várias vezes, mas a paz tropeçou no cumprimento das promessas feitas na época do casamento de Henrique VI e Marguerite d'Anjou. É assim que o capitão do Le Mans, Osbern Mundeford, constantemente encontra novos pretextos para não ceder a cidade. Na primavera de 1448, Dunois e Brézé tiveram que liderar um pequeno exército na frente de Le Mans e ocupar os subúrbios, ameaçando tomar a cidade pela tempestade. Mundeford se levanta bravamente, até oferece a luta, finalmente desocupa o lugar. Mas ele parte com seus homens para ocupar Mortain e Saint-James-de-Beuvron, duas pequenas cidades que sofreram muito com a guerra e que não são mais defendidas.

Francisco, primeiro da Grã-Bretanha, protestou no local: seu ducado está ameaçado. Na verdade, o duque Francis odeia os ingleses. É visível que a operação Mundeford foi um golpe isolado, mas o capitão inglês decidiu fortificar Mortain e Saint-James. Gritar pela violação das tréguas é, portanto, fácil, e Carlos VII não se priva disso: a trégua exclui o reforço de novos lugares na fronteira.

Francês e inglês ainda estão negociando, mas o tom está aumentando. Todo mundo lista suas queixas. Contamos com complacência as entorses feitas à trégua. Somerset está se tornando "arrogante" e seus interlocutores devem lembrá-lo do costume. Reunidos em Louviers, Guillaume Cousinot e o bispo de Chichester Adam Moleyns competem em engenhosidade em um confronto jurídico onde cada um atrai para si os termos da trégua. Viemos para discutir se a Bretanha está ou não incluída na convenção. E os franceses lembram que o duque Francisco é de fato súdito, vassalo e sobrinho do rei Carlos VII. O tempo passou, quando Jean V da Bretanha vagou entre os dois campos. François 1º deliberadamente ao lado de Valois. Mas ao bispo Moleyns não faltam argumentos: as cidades em disputa são normandas. O duque da Bretanha não tem fundamento para alegar estar ameaçado.

Na verdade, os ingleses não ficam infelizes em repreender um pouco na fronteira com a Bretanha. O duque François os provocou indo espontaneamente prestar homenagem a Carlos VII, e mandou prender seu próprio irmão, Gilles, que não escondia sua inclinação por Lancaster. Henrique VI aceitou mal. A mão amiga de Osbern Mundeford, em última análise, serve à vingança inglesa.

Enquanto as conferências de Louviers ocupam os espíritos, Somerset prepara um grande golpe. Em 18 de março de 1449, Henrique VI escreveu a Carlos VII para sugerir uma nova conferência, que poderia ocorrer em 15 de maio em Pont-de-l'Arche. Geralmente trataria da paz e, em particular, das recentes violações da trégua. E, em 24 de março, François de Surienne, conhecido como o aragonês, pegou de surpresa a cidade de Fougères.

O aragonês é um dos melhores capitães de Henrique VI. Na Inglaterra, ele agora é membro do Conselho Real e Cavaleiro da Jarreteira. Ele foi o último encarregado da guarnição de Verneuil, mas nós o vimos duas vezes nos últimos meses fazendo uma viagem à Inglaterra. Sabemos que ele conversou longamente com Suffolk. Sua guarnição de Verneuil foi reforçada, cobrando outras guarnições nem mais nem menos ameaçadas na Normandia. Munição adicional foi até trazida para Verneuil por ordem de Somerset. Em suma, o caso Fougeres não pode passar pela ajuda fortuita de um capitão agindo por sua própria iniciativa.

Guillaume Cousinot estava então em Rouen, em negociações com Somerset. Ele entendeu a provocação. Por carta, ele avisou Carlos VII.

O marechal Lohéac marchou na fronteira com a Bretanha com trezentas lanças. O almirante de Coëtivy estava em reforço: ele se passou por um especialista em cercos. Quando Somerset, por sua vez, escreveu ao rei da França no final de abril, implorando-lhe que não interferisse no assunto, já era tarde demais. Somerset disse que lamenta o golpe de Ferns, mas não mostrou disposição de render a cidade. Carlos VII não cedeu no painel: fingiu continuar as negociações sobre o tema da trégua, fingiu pedir conselho ao duque de Borgonha e preparou a resposta.

Em 13 de maio, ele informou a Somerset que não se divertiria com os pequenos detalhes da execução das tréguas enquanto as violações mais graves continuassem.

Besogant agora com os outros ataques e deixar para trás o fato de Fougères, que é tão grande e tão enorme e tão diretamente contra o conteúdo das ditas tréguas, é bastante claro que seria pequeno para garantir a manutenção dessas tréguas.

Na noite de 15 a 16 de maio, com gritos de “Santo Yves! Brittany! », O pequeno reduto de Pont-de-l'Arche foi tomado por Jean de Brézé e Robert Floquet. Carlos VII não quebrou a trégua: foi uma resposta simples ao caso Fougeres. Mas todos conheciam os íntimos Brézé e Floquet bailli d'Évreux do rei. O choro não enganou ninguém. Isso é o que o rei queria.

Nos dias seguintes, os homens de Carlos VII impuseram as mãos em Beauvaisis em Gerberoy, na Normandia em Conches, em Guyenne em Cognac. Foi mais do que um aviso. Somerset foi estúpido o suficiente para ficar realmente surpreso. Esquecendo Fougères e fingindo ignorar que havia enviado em vão uma tropa contra Saintes, ele entrou em pânico com a ideia de uma nova guerra em uma situação desfavorável. Ele deixou Londres saber que considerava a Normandia indefensável.

A RECONQUISTA DA NORMANDIA.

"Sério e prudente", nas palavras de seu futuro historiador, o bispo Thomas Basin, Carlos VII estava agora tecendo sua trama. Em 17 de junho de 1449, um tratado de aliança foi concluído com François de Bretagne; ele estipulou que iríamos à guerra contra os ingleses se Fougeres não se rendesse a curto prazo. Ao mesmo tempo, Filipe, o Bom, fez saber ao rei que a aprovava, desejando apenas que não recomeçássemos a guerra sem consultar os príncipes de sangue da França. O duque da Borgonha disse em seus atos oficiais "Duque pela graça de Deus", e Carlos VII protestou em vão contra isso. Contando-se visivelmente como príncipe de sangue, ele deu à última fase da Guerra dos Cem Anos sua cor decididamente nacional.

Os juristas do rei não perderam tempo, que durante vários anos multiplicou as afirmações da antiga aliança entre o rei e a nação. Em um tratado cheio de citações emprestadas de documentos autênticos mantidos nos arquivos reais, Jean Jouvenel des Ursins demonstrou a inanidade dos direitos dos Plantagenêt sobre a coroa dos Capetianos. Os hagiógrafos devotados à causa real começaram a fazer o rosto de Carlos VII passar com transparência por trás do de "Santo" Clóvis: os dois reis melhor apoiados pela Providência, os dois fundadores da nação francesa. Os dois libertadores da Aquitânia também ...

Carlos VII agora estava fazendo as coisas em ordem. Em 17 de julho, em seu castelo de Roches-Tranchelion, perto de Chinon, ele reuniu seu Grande Conselho. Os príncipes de sangue estavam lá, como Filipe, o Bom, desejava. Todos falaram por sua vez. A opinião geral era que o rei da França havia feito mais do que a justiça exigia. A violação de tréguas não foi obra dele. O chanceler Guillaume Jouvenel des Ursins - irmão de Jean - havia preparado os caminhos da sabedoria: os príncipes decidiram que seria uma desonra para o rei não defender seu povo expulsando os ingleses. Era colocar o conflito em termos nacionais, sem abandonar as velhas noções cavalheirescas: o dever de proteção do senhor para com seus homens veio justificar muito apropriadamente uma guerra que não era mais um ato de força do senhor-rei contra seu vassalo, o duque, visto que Lancaster não era mais vassalo dos Valois como o Plantagenêt fora.

Nesse mesmo dia, Dunois foi nomeado "tenente-general das marchas para além dos rios Somme e Oise até ao mar". Tio do duque François, o condestável de Richemont era o encarregado da fronteira com a Bretanha.

No dia 31 de julho, na presença da corte, Carlos VII recebeu os embaixadores ingleses Jean Lenfant e Jean Cousin. Eles foram informados de que o tempo para discussões havia passado.

Foi sensato atacar a Normandia primeiro. Embora os ingleses estivessem certos de boa parte da opinião pública na Guyenne, dificilmente foram mais do que traídos pela maioria dos normandos. Do país de Caux a Cotentin, a administração inglesa encontrou apenas relutância, obstáculos e até armadilhas. Até os prelados - o bispo de Avranches em 1437, o abade de Cherbourg em 1442 - declararam-se incapazes de contar suas propriedades, tanto pela insegurança das estradas quanto pela má vontade do povo. Os ataques tentados e freqüentemente bem-sucedidos por bandos de partidários de Carlos VII haviam se beneficiado da cumplicidade nas cidades e do apoio do campo. Por trinta anos, o ocupante esteve em guarda.

Não se engane sobre isso. O inglês estava uma bagunça. Era o cobrador de impostos e o soldado. A festa de Carlos VII foi um pouco passada por inimiga do fisco - inglês - e inimiga do saqueador. Os menos suspeitos de hostilidade a Henrique VI não deixaram de lamentar a época de Henrique V de forma barata: então, reinou a ordem. Pelo menos alguns acreditaram, assim como acreditaram um pouco rapidamente que a ordem reinava do lado de Bourges. A boa ordem das tropas de Carlos VII, disciplinada e paga, manteve o zelo dos combatentes da resistência normanda: sabíamos que o exército Valois se abstinha de saquear. Por não pagar suas guarnições, Henrique VI perdeu em ambos os casos: seus homens eram impopulares e estavam prontos para negociar rendições rápidas. Certos capitães ingleses acreditavam subjugar a conivência francesa aumentando o número de execuções. Eles não ganharam nada.

A campanha começou por volta de 20 de julho. Dunois lançou Brézé contra Verneuil, do qual um vigia cúmplice abriu as portas. Então, deixando a guarnição inglesa entrincheirada em uma torre, Dunois marchou para encontrar o exército de alívio que tinha vindo de Rouen, com o velho Talbot à sua frente. Como uma questão de alívio, Talbot se apressou em soar a retirada assim que ouviu os franceses procurando por ele. Ele acaba se fechando em Rouen.

Dunois agora estava quieto. Estabeleceu-se em Évreux, depois juntou-se ao exército que o conde de Saint-Pol trouxe da Picardia. Em meados de agosto, a maioria das cidades da Normandia havia se rendido: Pont-Audemer, Pont-l'Évêque, Lisieux, Bernay. Dunois instalou-se em Lisieux, estabeleceu relações com partidários prontos para a ação em Caen, informou Carlos VII de que era esperado. Em 30 de agosto de 1449, em Louviers, o rei da França, pela primeira vez em muito tempo, realizou seu conselho na Normandia.

Mantes e Vernon acabavam de cair. Saint-Pol foi reduzir a última resistência inglesa no país de Bray, Dunois fez o mesmo na margem esquerda. Um levou Gournay e Neufchâtel, o outro empurrou até Argentan. O duque de Alençon então entrou na campanha e ocupou Séez e Alençon com facilidade. Soubemos que a guarnição de Dieppe havia assumido Fécamp. Restava Rouen para acabar com o bloqueio do Sena pelos ingleses.

Eles estavam prostrados. Consumido em dois meses, esse colapso estava muito bem de acordo com as piores previsões de Somerset. A notícia da entrada em cena dos bretões em setembro apenas agravou a situação. Francisco, primeiro da Grã-Bretanha, deveria vingar o caso de Ferns, e foi flanqueado por seu tio Richemont. Bloqueado em Rouen, Somerset não conseguia pensar em intervir em Cotentin. Ele teve que se contentar em enviar um grito de ajuda a Londres.

O duque da Bretanha não se demorou diante de Fougères, que seu irmão Pierre se comprometeu a sitiar. Entrou na Normandia, ocupou Coutances e Granville, depois Saint-Lô. Carentan e Valognes fingiram resistir. Em meados de outubro, o caso estava encerrado. Francis primeiro voltou para Fougeres, ajudou seu irmão a tomar a cidade, que caiu em 5 de Novembro. Ele finalmente assumiu seus aposentos de inverno. A afronta foi lavada.

Em Rouen, o agente secreto de Carlos VII estava fazendo um bom trabalho. Seu nome era Irmão Jean Convin e Agostinho. Mais tarde, o rei deveria pagar-lhe uma renda de quinze coroas por ter viajado entre Rouen e Louviers por dois meses. Por meio dele, Carlos VII foi informado da situação na cidade. Ele também estava em condições de coordenar sua ação com a que os habitantes de Ruão pretendiam realizar por sua parte.

O exército real se apresentou a Rouen em 9 de outubro. Carlos VII comandava pessoalmente, acompanhado pelo rei René, o conde do Maine, os marechais de la Fayette e Jalognes e toda a corte. Mas não foi o suficiente para mostrar sua força; Dunois deve ter pensado no ataque. Ele reapareceu em frente a Rouen no dia 16, fez um desvio para o norte em frente à porta de Beauvoisine, lançou-se um pouco mais para o leste contra a porta de Saint-Hilaire, que os cúmplices burgueses abriram no mesmo instante. Talbot, entretanto, teve tempo de reagir. Dunois recuou. Mas os ingleses cometeram o erro de massacrar imediatamente os burgueses suspeitos de envolvimento na conspiração: a opinião pública ficou do lado das vítimas. Pareceu ao povo de Ruão que era melhor chegar a um entendimento com Carlos VII, mesmo que apenas para evitar possível pilhagem pelos vencedores.

Um partido burguês, portanto, se reuniu abertamente na prefeitura e informou ao rei que estava pronto para facilitar as coisas para ele em troca de algumas promessas. Somerset ficou paralisado: ele não conseguiu evitar esse conluio. Pelo menos ele tentou se envolver na negociação. Carlos VII teve a gentileza de prometer deixar os ingleses irem livremente, desde que eles não se opusessem à entrega da cidade. A questão era clara: se a guarnição resistisse, seríamos menos generosos com ela.

Somerset recusou-se a se render. Também era tarde demais. Na manhã de 19 de outubro, estourou a insurreição. Os ingleses se refugiaram no castelo. Na mesma noite, Dunois fez sua entrada em Rouen pelo portão de Martainville.

Assediada sem esperança de ajuda, desprovida de artilharia enquanto os franceses esmagavam o castelo sob balas de canhão, Somerset novamente tentou negociar sua rendição, depois passou pelas condições vitoriosas: foi a cessão imediata de Caudebec, Tancarville, Honfleur , Arques e Montivilliers. Em 29 de outubro, os ingleses deixaram o castelo e pegaram a estrada para Caen.

O povo do rei da França cuidou para que a entrada de seu exército em Rouen não fosse motivo de excessos. Os ingleses eram impopulares. Carlos VII queria se distinguir disso. O lançamento solene que ele fez em 10 de novembro de 1449 por volta das três da tarde foi um triunfo proporcional à vitória. O perdão era geral. Foi o suficiente para o rei vencer.

O espectador, que aprendera a desprezar o rei de Bourges, sabia que os tempos haviam mudado. Porque a procissão foi realmente extraordinária. Depois do clero e dos homens de armas, depois dos arqueiros e dos trompetistas, via-se avançando atrás dos arautos um magnífico cavalo branco sem cavaleiro, conduzido na mão. Na sela alta - uma sela de amazona adornada com um lençol bordado com flor de lis - brilhava o caixão do ourives que continha o grande selo da França. Guillaume Jouvenel des Ursins, em um grande manto de pele de chanceler, seguiu em seu palafrém, imediatamente precedendo o rei Carlos, "totalmente armado de branco" em um pequeno cavalo adornado com o mesmo pano de ouro com flor-de-lis que o haquenée portando o selo .

Eles se mostraram Poton de Saintrailles, que carregava a grande espada do rei, e Jean Havart, que segurava o pennon real com três flores de lis de ouro em um campo azul. Quatro pajens a cavalo carregavam a lança, o dardo, o machado e o crânio do rei. Quatro burgueses de Rouen sustentaram o dossel.

A boa gente admirou o chapéu de Carlos VII, um capuz de castor cinza com cetim vermeil enrolado em ouro e seda. Na frente, uma fivela foi adornada com um enorme diamante. Conversamos muito sobre isso.

Eles viram Dunois passar. Dizia-se que a espada do Bastardo de Orleans valia vinte mil coroas apenas pelo seu acabamento. Reconhecemos o rei René, os príncipes, os grandes barões. A burguesia também descobriu o rosto de um homem cujo nome só fazia sonhar cada vez mais os negócios: o tesoureiro do rei Jacques Coeur.

Atrás do estandarte real de cetim carmesim bordado com um São Miguel esquartejado em sóis dourados, avançava o exército: cerca de trezentas lanças sob as ordens do italiano Théaude de Valpergue, ex-fiel de tempos difíceis, seis uma centena de outros, no final da procissão, sob as ordens de Charles de Culant, e seiscentos arqueiros liderados pelo Sire de Preuilly Pierre Frotier. Junto com sua dignidade, o rei da França mostrou sua força.

Fomos cantar o *Te Deum* na catedral. Mitre na cabeça, o arcebispo de Rouen e os bispos de Évreux, Lisieux e Coutances deram as boas-vindas a Carlos VII. Em frente ao portão, em uma plataforma, duas jovens seguravam um veado branco, que ofereceram ao rei. O cervo se ajoelhou. Pelo menos pensamos tê-lo visto.

Um novo meirinho de Rouen fora nomeado no verão: Guillaume Cousinot, o ex-plenipotenciário de Carlos VII. Ele apresentou os notáveis ao rei. O soberano recebeu as chaves da cidade e imediatamente as entregou ao novo capitão: era Pierre de Brézé. Os cidadãos cantaram o Te *Deum* com vontade: saíram sem muita dificuldade.

As coisas foram bem feitas. Em uma encruzilhada, uma ovelha - de madeira pintada, sem dúvida - jogava vinho pelos chifres e narinas, "e debaixo d'água". Sabíamos que havia dez ou doze tubos para fazer isso ...

De uma janela, Talbot testemunhou o triunfo. O velho soldado vivia em Rouen, incluído entre os reféns exigidos por Carlos VII. A tristeza não o impediu de admirar como conhecedor o exército que lhe foi mostrado. Pouco depois, ele foi enviado em prisão domiciliar em Dreux. Ele havia dito palavras de admiração sobre o rei que foram repetidas. Ele foi lançado.

A indústria de mercadorias rapidamente tirou as consequências necessárias da campanha de outono. Desde os primeiros dias de 1449, os dois clérigos da cidade de Paris, Martin de la Planche e Thibaut Tude, compraram um novo registro para transportar as “empresas francesas” - essas associações obrigatórias de mercadores de “feiras” com burgueses de Paris - que não deixaríamos de registrar depois da vitória. A captura de Rouen, depois de Dieppe, foi a reabertura do grande comércio fluvial que conduzia ao Canal da Mancha, bem como ao centro da França e Borgonha. O primeiro a comparecer no escritório da Maison aux pilares na Place de Grève foi, no dia 8 de outubro, um comerciante de Troyes que fez em companhia francesa um carregamento de cem mil arenques comprados em Dieppe.

O Sena ia agora transportar o vinho de Suresnes e o de Auxerre, trigo Picardia e trigo normando, arenque azedo e arenque salgado em barris de pescadores normandos e artesianos. Os barcos iam se cruzar, levando "rio acima" e "rio abaixo" os troncos e os feixes de Sèvres, as vigas de Villers-Cotterêts, as pedras do calçamento de arenito e as mós de La Ferté-sous-Jouarre, o feno do Basse- Sena, maçãs e peras da Normandia, figos da Espanha, pás e colheres de madeira dos artesãos Vexin, folhas de Rouen e ferramentas de Caen. Na comitiva do Reitor dos Mercadores, já se sabia, já em outubro de 1449, que a Guerra dos Cem Anos estava terminando. O registro estava pronto.

A campanha não terminou com a captura de Rouen, no entanto. Carlos VII foi passar o inverno em Jumièges. Tive a dor de ver a morte de Agnès Sorel. Dunois continuou nessa época a vantagem conquistada durante o verão. Harfleur se rendeu em 17 de janeiro de 1450, após três semanas de um assento onde dezesseis grandes bombardeios se distinguiram.

Honfleur caiu em 18 de fevereiro após um mês de cerco, Fresney-le-Vicomte em 22 de março após uma semana de cerco.

Soubemos então que os ingleses estavam contra-atacando. O apelo de socorro lançado em setembro por Somerset foi ouvido, e Thomas Kyriel acabara de desembarcar, em 15 de março, em Cherbourg com um exército. Via Valognes e Caen, ele marcharia em Rouen. A história recomeçou. Como em 1346, como em 1415. Foi a parte vitoriosa do Cotentin que acabou com o esmagamento dos franceses em algum lugar perto de Crécy ou Agincourt. " Nossa vez ! Somerset chorou.

Em meados de abril de 1450, este exército inglês marchava sobre Caen. Kyriel reconquistou metodicamente as fortalezas capturadas na queda por Richemont. O capitão de Valognes, Abel Rouault, esperou em vão que ele fosse libertado: François de Bretagne e Arthur de Richemont decidiram não se apressar.

Carlos VII ficou zangado e instruiu o conde Jean de Clermont, filho do duque de Bourbon, a cuidar da situação no Cotentin. Além disso, o rei não ficou infeliz em substituir seu próprio tenente-general por um duque da Bretanha que poderia, a longo prazo, ficar tentado a acreditar que estava em casa na Normandia. Clermont caminhou no Cotentin. Ele conheceu os ingleses no Vire antes de fazer sua junção com Richemont, que ainda estava do lado de Saint-Lô.

Clermont teria dispensado de bom grado o combate antes de ter o grosso de suas forças. Ele só resolveu atacar em 25 de abril para evitar o motim de seus soldados, furioso ao ver os ingleses cruzando silenciosamente o Vire e se engajando em segurança em Bessin. Kyriel iria reunir Somerset em Caen. Melhor enfrentar Kyriel no local, sem esperar pelo reforço de Richemont, do que enfrentar Kyriel e Somerset mais tarde, mesmo sem ter certeza de que Richemont já teria se recuperado.

Os ingleses se aquartelaram, na noite de 14 de abril, na estrada de Carentan a Bayeux, a Formigny. Clermont tentou uma última ligação com o policial, despachou um mensageiro até ele, combinou de se encontrar com ele em Formigny no início da manhã. Os ingleses estavam desavisados. Quando viram a vanguarda do Conde de Clermont, acreditaram na iminência de um combate local. Eles levaram um momento para admitir que essa era a batalha.

Clermont esperava pelo condestável no início da manhã. Ele, portanto, não se aventurou a ordenar a cobrança. Kyriel aproveitou esta manhã para recuar. Algumas valas foram cavadas às pressas, algumas estacas cravadas no solo. Com isso, a cavalaria francesa foi jogada.

Kyriel achou que ele estava em Crécy. Ele esqueceu a artilharia. Por volta do meio-dia, as colubrinas do Giribault genovês começaram a chover sobre os ingleses uma saraivada de pequenas bolas que teriam sido insignificantes contra um cercado, mas acabaram

sendo mortais contra homens e cavalos. Para apoderar-se dos bueiros, os ingleses tomaram a iniciativa na luta.

Este último ainda estava indeciso quando um forte exército apareceu no horizonte. Os gritos de alegria que saudaram a chegada de Somerset às fileiras inglesas foram abafados quando ficou claro que era Richemont, com suas trezentas lanças e oitocentos arqueiros.

Temendo ser transformados, os ingleses deixaram a posição que haviam arranjado e se alinharam antes de Formigny. Uma carga da cavalaria francesa, liderada por Brézé, empurrou sua ala esquerda. Richemont os atacou de frente.

Os camponeses normandos então se envolveram. Eles queriam contribuir para a vitória. Eles tiveram muito a ver com isso, massacrando os cavaleiros desmantelados e os arqueiros que estavam em desvantagem por seu armamento no corpo a corpo.

Na noite de 15 de abril de 1450, a Normandia foi perdida para os Lancastres. O desastre foi total. 3.774 ingleses mortos foram cuidadosamente contados, e os cronistas discutiram seriamente se os franceses mortos eram cinco, seis, oito ou doze. Coëtivy aprendeu a lição com o caso:

Deus nos trouxe Monsenhor o Condestável.

Sem Richemont, os ingleses teriam de fato conservado a vantagem de números e posições consolidadas.

As guarnições inglesas não tiveram mais ajuda para esperar. Avranches foi para Francis o primeiro, finalmente entrou na campanha. Clermont e Dunois fizeram sua junção para entrar em Bayeux. Carlos VII chegou para o golpe final: em 5 de junho de 1450, ele estava hospedado nos portões de Caen, na Abadia de Ardennes. O cerco foi organizado: Dunois a sudeste, no lado Vaucelles, Richemont e Clermont a oeste em direção a Abbaye aux Hommes, Eu e Nevers a nordeste pela abadia às damas. A artilharia então abriu brechas no recinto. Em 24 de junho, Somerset ofereceu-se para se render sem esperar pela carnificina que teria sido uma entrada forçada. No dia 1º de julho, Dunois recebeu as chaves da cidade. Em 6 de agosto, Carlos VII fez uma entrada que teve a capacidade de acompanhar com uma anistia geral, como se Caen tivesse desempenhado o mesmo papel que Rouen. O rei até perdoou os mercadores de Bernay que haviam fornecido ao exército inglês. A página foi virada. Somerset embarcou para Calais.

Carlos VII ficou com vergonha de continuar. A guerra não parava desde o verão anterior e os cofres estavam vazios. Jacques Coeur avançou quarenta mil coroas. Mais tarde, descobriu-se que ele mesmo teve que se endividar por isso.

Falaise se rendeu em 21 de julho. Talbot foi encontrado lá, que mais uma vez salvou sua liberdade ao prometer - era o Ano Santo - ir a Roma em peregrinação. Três dias depois, Domfront se rendeu. O último local inglês foi Cherbourg, que teve de ser sitiado com toda a força da artilharia real. Os irmãos do Bureau chegaram a ponto de armar bombas na

praia, que precisavam ser cobertas com couro duas vezes por dia para protegê-los da maré. Cherbourg abriu suas portas em 12 de agosto.

Os ingleses embarcaram para sua ilha. Dunois ocupou Pont-Audemer por um ano após o dia. Para instalar seu exército em doze meses em doze, Carlos VII quebrou o ciclo tradicional de ataques e cercos anuais a serem reiniciados a cada ano. Quinze anos de reformas administrativas, financeiras e militares acabaram de dar frutos.

Richemont foi nomeado governador da Normandia, Pierre de Brézé Grande Senescal. Guillaume Cousinot era meirinho de Rouen, Robert Floquet meirinho de Évreux.

François de Surienne - o aragonês - fazia esquecer que ele tinha algo a ver com o caso Fougeres. Ele se uniu a Carlos VII, devolveu sua Jarreteira com dignidade a Henrique VI. Ele se tornou o vencedor, que precisava de soldados como aquele. Ele estava empregado. O aragonês teve que terminar seus dias oficial de justiça de Chartres.

A RECONQUISTA DE GUYENNA.

Na Guyenne, as coisas pareciam piores para o rei da França. A população não era de forma alguma cúmplice. La Praguerie dificilmente encorajou os barões a jogar, como antes a favor de Carlos V, a carta de quem já não era nem mesmo seu suserano. Os burgueses sabiam quanto de sua prosperidade ia para o comércio com a Inglaterra: eles já haviam sido vistos como hostis sob Carlos V. Quanto ao clero, eles se uniram em torno de Pey Berland. Por mais que os normandos se sentissem ocupados pelos ingleses, os gascões se sentiam senhores em casa. A única censura que fizeram ao inglês dizia respeito à sua ausência, à sua indiferença, não à sua presença.

Se tivessem de escolher, os gascões sem dúvida teriam hesitado em decidir pelo rei da Inglaterra contra o rei da França. Mas aos olhos deles o caso não parecia assim. O rei de Londres dificilmente os oprimia, e eles temiam perder tudo por serem homens do rei de Paris. Eles temiam o tesouro real, os oficiais falando a langue d'oil, os juízes imbuídos do costume de Paris, as guarnições estrangeiras. Bordéus parecia um tanto capital, e os Bordelais não pretendiam desistir. O Jurade havia, desde a época do Príncipe Negro, adquirido o hábito de viver sem mestre.

Os Bordelais também acreditavam na paz. As tréguas apenas deram ao comércio uma prosperidade frágil, mas essa prosperidade não era fingida. Treze mil barris de vinho foram exportados para Hull apenas no inverno de 1444-1445: nada menos do que o carregamento de cento e trinta e seis navios. A manutenção de relações privilegiadas com a Inglaterra aqui combinou seus efeitos com o livre acesso aos vinhedos rio acima, já conquistados pelos Valois: acesso que a trégua deu aos mercadores ingleses. Desde 1444, o Bordelais

acreditou na paz ao ver o rei da França se armando. Eles só podiam ficar furiosos com a retomada das hostilidades que culparam Carlos VII.

Enquanto o caso da Normandia chegava ao fim, Guyenne esperou. Os franceses - não mais do que os ingleses - não podiam realmente defender duas frentes ao mesmo tempo. Albret e Foix, rapidamente assumidos pelo conde de Penthièvre, dirigiram as operações tomando cuidado com as grandes empresas: teriam sido prematuras desde que a Normandia não fosse totalmente reduzida. Conhaque e Saint-Mégrin caíram, depois Mauléon e Guiche, depois Bergerac e Bazas. Em 1 novembro 1450, o exército levantada pelo prefeito de Bordeaux foi atropelado por Arnaud Amanieu Albert, senhor de Orval. Nada disso foi decisivo.

A chegada de Dunois, na primavera de 1451, deu o sinal para um verdadeiro assalto ao senhorio dos Lancastres. Jean Bureau e sua artilharia estavam lá desta vez. Montguyon caiu em maio. Atacado por terra e bloqueado pelo mar, Blaye cedeu logo depois. A frota de resgate enviada pelos Bordelais foi dispersada e perseguida até Royan. Bourg, Libourne, Castillon e St Emilion abriram suas portas por volta de junho Fronsac caiu por sua vez. Dunois segurou a entrada do Dordogne. Ele enviou Jacques de Chabannes para Entre-Deux-Mers.

Charles, Sire d'Albret, ocupou durante este tempo as posições ao sul de Lancaster: Dax, Duras, Rions caíram em poucos dias.

Na Inglaterra, Henrique VI estava politicamente paralisado. Suffolk estava na prisão, Somerset acusado abertamente de incapacidade. O duque Ricardo de York agora era um rival declarado do rei e não mais um mero candidato ao Conselho. O Bordeaux entendeu que não havia nada a esperar de Londres.

O captal de Buch serviu de intermediário. Todos tiveram que reduzir suas reivindicações. Os Bordelais oficialmente notificaram o rei da Inglaterra para ajudá-los, sem o que eles lidariam com Carlos VII, em ordem com sua consciência, já que seu senhor falharia em seu dever de proteção. Ninguém, de fato, queria um assento que endurecesse as atitudes e ninguém queria destruir Bordeaux. Jean Bureau foi nomeado o futuro prefeito da cidade. Ele entrou, com salvo-conduto, para avançar nas negociações.

Pey Berland interveio para poupar o interesse de seus fiéis: aqueles que se unissem a Carlos VII se beneficiariam de uma anistia total, os outros teriam seis meses para deixar Bordéus. Falamos sobre isenção de impostos, direito de cunhagem. A criação de um Parlamento em Bordéus foi até considerada. Os Bordelais teriam sido muito tolos em recusar tais vantagens.

Eles concordaram em se render se as forças de socorro inglesas não estivessem lá em 23 de junho. Nada veio; ao pôr do sol, um arauto notou o defeito. E em 30 de junho, Dunois fez sua inscrição. Armagnac, Nevers, Angoulême e Vendôme o acompanharam. Através de Nevers e Vendôme, foram as dinastias da Borgonha e Anjou que testemunharam o triunfo de Valois. Os jurados fizeram um juramento de lealdade a Carlos VII. Pey Berland fez o mesmo.

Restava a base sul da antiga senhoria de Plantagenêt. Em 7 de agosto, Dunois estava na frente de Bayonne; a cidade se rendeu no dia 20. O povo se maravilhou com uma nuvem que se ergueu no céu durante a entrada do exército francês em 21 de agosto; tinha a forma de uma cruz branca, o emblema do partido de Carlos VII. A nuvem se torceu. Vimos uma coroa, depois uma flor-de-lis. O vento dispersou tudo. Isso foi muito falado na região.

Carlos VII nomeou o conde de Clermont governador da Guyenne e fez Olivier de Coëtivy senescal.

Henrique VI não se mudou para Bordéus. Ficou comovido com a ideia de que seria a vez de Calais e enviou alguns reforços para lá. Calais era a porta de entrada do continente para o comércio inglês, um comércio que o rei concordou em taxar. A Inglaterra fez a prosperidade de Bordéus, Calais, a prosperidade da Inglaterra. Toda a diferença estava lá.

Philippe le Bon já estava envolvido no caso Calais. A Holanda da Borgonha, e especialmente Bruges e Antuérpia, tinham todo o interesse em assegurar que o comércio inglês fosse privado de acesso direto ao mercado continental. Henrique VI sabia muito bem que os ingleses não o perdoariam por perder Calais. Ele estava pronto.

Olivier de Coëtivy salvou Calais com sua falta de jeito. Os gascões haviam tomado conhecimento das concessões feitas em 1451. Eles ficaram surpresos quando o senescal afirmou que os obrigava a pagar uma taxa para a manutenção de suas tropas. A situação prometida pelo rei da França era sensivelmente mais favorável do que a que se estava acostumada sob Plantagenêt ou Lancaster. A situação real, depois de apenas um ano, era muito menos. Uma delegação partiu para Bourges; ela foi mandada embora lá. Os enviados de Bordéus foram informados de que deviam participar na defesa da Guyenne.

Os Bordelais julgaram que foram enganados. Por outro lado, levaram muito mal a colonização administrativa ligada ao estabelecimento do novo regime. Os gascões sentiam que estavam sob sua tutela, e o círculo bretão que cercava Coëtivy era difícil de suportar. Quando o conde de Clermont anunciou que convocaria o banimento e a bancada em caso de perigo, foi unânime entre os descontentes. Ficou sabendo que a conquista seria defendida às custas do rei, e os Bordelais não haviam entendido que o rei não poderia pagar sem o dinheiro dos contribuintes. O reitor de Saint-Seurin assumiu a liderança de uma conspiração da qual participaram a maioria dos nobres gasconos. Em agosto de 1452, Gaston de Foix e o Senhor de Lesparre chegaram a Londres, onde Somerset acabara de

retomar as rédeas do poder. York foi, por um tempo, marginalizada. Era hora de restaurar o brasão do rei. A ameaça que se sentia pairando sobre Calais seria melhor removida.

Talbot foi investido no comando. Uma frota estava pronta para virar para Calais, onde Dunois, Richemont e Brézé a aguardavam. Ela zarpou em 17 de outubro para o Gironde e pousou no dia 20 em frente a Soulac. No dia 23, os ingleses entraram em Bordéus sem encontrar resistência real. Coëtivy havia falado muito sobre defesa, mas não havia planejado nada. Ele foi levado antes que pudesse lutar. O conde de Clermont quase caiu em uma armadilha e escapou por pouco. A dominação francesa estava desmoronando como um castelo de cartas.

Tudo estava para combinar. Em duas semanas, os ingleses estavam em Libourne, Castillon, Rions, Cadillac, Langon. Rouault manteve Fronsac e Boniface de Valpergue foi capaz de segurar Blaye.

Carlos VII recebeu friamente a notícia do desastre. Ele esperava ver sua vitória posta em causa na Normandia; foi na Guyenne. Nos preparamos para a primavera.

Talbot abriu a campanha em março de 1453. Fronsac caiu em suas mãos. Ele recebeu reforço de um exército comandado por seu próprio filho, o Visconde Lisle. Íamos agora retomar a grande Aquitânia, a dos Plantagenetas, a de Brétigny.

Isso contava sem a nova força de Carlos VII. O rei da França estava em posição de formar um exército.

O conde de Clermont atacou do sul. Ele tinha consigo Saintrailles, Orval, Valpergue e alguns outros daqueles capitães experimentados e testados que tínhamos a habilidade de fazer os pilares da defesa permanente do reino. O conde de Foix juntou-se a Béarn. O Bazadais foi recapturado sem dificuldade em abril e maio de 1453. Em Saint-Jean, Clermont e Foix ocuparam o Médoc. Os dois marechais, Lohéac e Jalognes, estiveram no comando durante este tempo de Périgord e Angoumois. Ajudados por Joachim Rouault e Jean Bureau, eles levaram Chalais, depois Gensac. No início de julho, eles sitiaram Castillon. A guarnição inglesa enviou um pedido de ajuda a Bordéus. Talbot fingiu considerá-lo um pânico vão.

Ainda podemos deixá-los se aproximar!

Talbot, portanto, sacrificou Castillon e esperou para tocar tudo em Bordeaux. Mas a boa gente sabia muito bem o que esperava os gascões um pouco rápidos em violar em 1452 o juramento de fidelidade feito em 1451 a Carlos VII. Eles estavam tão furiosos com Talbot quanto contra Coëtivy.

E, no entanto, o velho guerreiro não era indiferente à miséria de um país tantas vezes devastado pela guerra. Aproximando-se de Clermont, ele pensou em limitar os danos por uma "batalha" em ordem, um confronto em um campo fechado digno de um cavaleiro. Ele ofereceu aos franceses um "dia".

Não podemos ouvir alguns de vocês, porque todos os dias mudam de casa e de país. Para que Deus não desagrade e os pobres não sejam oprimidos ou destruídos, se vocês querem morar e esperar em um lugar razoável e em campo aberto e lidar uns com os outros, avisamos que nos próximos três dias estaremos lá em nossa pessoa. Portanto, não desista! E que a culpa seja sua!

Era 21 de junho. Clermont aceitou e esperou três dias na frente de Martignas. Talbot avançou, parou a duas léguas dos franceses, pastou seus cavalos e ordenou uma retirada para Bordéus. Os arqueiros estavam cansados da estrada; eles não podiam seguir. Clermont e seus cavaleiros os encontraram em repouso e os massacraram.

Talbot simplesmente julgou que os franceses eram numerosos demais. Sua declaração de "batalha" foi mal informada. Mas havia cometido o erro de anunciar, ao sair de Bordéus, que seu retorno seria triunfante. Os Bordelais encolhem os ombros.

Os ingleses não podiam esperar que os marechais ocupados no Dordogne fizessem sua junção com o conde de Clermont: os franceses seriam, então, ainda mais numerosos. Talbot percebeu que as circunstâncias não eram as mesmas de antes do "dia perdido". Se ele permitisse a junção, o tempo que passava agora estava jogando para os franceses. Mas se ele deixou Clermont lutando para alimentar suas tropas em um Medoc frequentemente devastado o suficiente para ser privado de quaisquer recursos, desta vez estava jogando contra os franceses. Talbot mudou de ideia: Castillon tinha que ser destrancado.

CASTILLON.

Aos oitenta anos, o velho capitão deu pouca atenção às inovações. Ele tinha toda a intenção de cortar em pedaços, com suas lanças montadas, a infantaria que constituía a maior parte do exército de cerco francês. Quanto à artilharia de Bureau e de Giribault, o que eles poderiam fazer contra a mobilidade de uma carga de cavalaria? Talbot raciocinou como nos velhos tempos os cavaleiros de Filipe VI ou João o Bom diante dos arqueiros ingleses.

Diante de Castillon, Lohéac, Jalognes, o almirante Jean de Bueil e o grão-mestre Jacques de Chabannes haviam reagrupado seus homens em alguns pontos fortes e em um acampamento leve que foi fortificado às pressas: uma paliçada e fossos. Na manhã de 17 de julho de 1453, Talbot atacou. Chabannes e Rouault mal conseguiram proteger o aperto de seu dispositivo: eles trouxeram todas as suas forças de volta ao acampamento, deixando apenas, em alturas remotas, dois destacamentos bretões. O inglês teve a iniciativa e parecia que estava ganhando.

Os franceses jogaram: eles libertaram seus cavalos. Vimos os animais fugirem em uma grande nuvem de poeira. Muitos no exército inglês acreditavam que a fuga estava começando. O caso foi inesperado, no entanto, e alguns foram de opinião que se deve

reservar um tempo para observar, e até mesmo obter informações, antes de retomar o ataque. Talbot não deu ouvidos a esses sábios. Ele queria empurrar os fugitivos. Aos gritos de "Talbot!" Saint Georges! A cavalaria inglesa carregou para iniciar o acampamento entrincheirado, em outras palavras, o que poderia ser tomado como a retaguarda, ainda no lugar, de um exército em fuga.

Em frente à paliçada, a cavalaria inglesa foi saudada por um dilúvio de chumbo. Suas peças apontavam cuidadosamente para onde esperava o inimigo, Giribault acabava de abrir fogo. Ao ar livre, os ingleses tentaram passar a vala por baixo das balas de canhão. A chegada dos cavaleiros bretões, até então emboscados nas alturas, obrigou-os a dar meia volta. Os ingleses estavam agora presos entre o ataque dos bretões e a saída dos franceses. Era impossível para eles se libertarem. Alguns fugitivos escaparam, que foram encontrados perto de Saint-Émilion. Talbot e seu filho foram mortos no massacre. Três dias depois, Castillon capitulou.

A partir daí, o Bordeaux estava perdido. Carlos VII havia recebido um mensageiro de Jacques de Chabannes, portador da gorgerette de aço do bravo Talbot. Ele teve um pensamento piedoso pelo morto, mandou cantar o Te Deum pela vitória e tomou a estrada para Bordéus com as tropas mantidas na reserva para o ataque final. Em todas as cidades do reino, procissões foram feitas para comemorar o colapso dos ingleses.

O conde de Foix foi sitiar Cadillac, o conde de Clermont encarregou-se do cerco de Blanquefort. Em outros lugares, não houve mais resistência. Em meados de agosto, Bordéus estava sitiado e uma frota bloqueava o porto. Jean de Bueil estabeleceu sua artilharia em Lormont. O rei veio para ficar no coração de Entre-Deux-Mers.

Castillon havia destruído o exército inglês. Já não se tratava de organizar uma aparência de defesa. Os bordelais temiam a vingança do rei da França e não hesitaram em alinhar-se por trás de seu novo senescal, Roger de Camoys, que tentava reunir os últimos fiéis e resgatar as fortalezas sitiadas. Mas tudo isso foi em vão. Cadillac caiu em 19 de setembro. Foi então a vez de Rions e, finalmente, de Blanquefort.

Os Cadillacs ingleses haviam tentado compor como de costume, oferecendo dez mil coroas como preço de sua partida gratuita. Carlos VII desprezou a oferta: ele tinha dinheiro suficiente para isso e os avisou. Os ingleses foram mandados para a prisão. O capitão da cidade era um gascão: foi decapitado no local por traição. O tempo tinha passado com as fortalezas tomadas uma após a outra e defendidas uma após a outra pelos mesmos homens de armas. Os soldados ingleses ficaram realmente surpresos por não poderem buscar melhor fortuna em outro lugar.

Frente ao Bordéus, a situação não era nada brilhante. Os franceses procuraram em vão por comida em um país devastado. Isso é o que Talbot queria, mas ele não estava mais lá para se divertir. Uma epidemia de peste agravou a angústia dos agressores. Quanto aos sitiados, estavam prestes a morrer de fome. Os ingleses falavam em capitular: estavam

apenas arriscando a prisão. Os gascões sabiam que estavam arriscando a corda ou o machado; eles hesitaram por mais tempo. Finalmente, eles enviaram parlamentares a Carlos VII: nobres, burgueses e clérigos. Disseram que estavam prontos para tudo, desde que os Bordelais tivessem vida e bens. O rei olhou para eles: faria o que quisesse com eles.

O Bureau começou a destruir a cidade. Os habitantes estremeceram. Em 8 de outubro, em Lormont, seus deputados aceitaram as condições do rei. Bordéus pagaria cem mil coroas, perderia todos os seus privilégios. Aqueles que quisessem chegar à Inglaterra seriam livres para ir. O rei baniu vinte gascões que considerou mais culpados do que os outros. Foram eles que se viram enforcados primeiro. Eles estavam muito felizes por terem suas vidas salvas. Em troca do que, Carlos VII perdoou.

Em 19 de outubro de 1453, os ingleses saíram em armas e ganharam seus navios. Carlos VII deu-se ao luxo de dar a cada um uma coroa para viver. Algumas horas depois, a bandeira da flor de lis flutuou sobre Bordeaux. Mas o rei não quis entrar na cidade. Deixando Clermont e o Bureau para cuidar da conquista, ele foi se estabelecer em Lusignan.

A Guerra dos Cem Anos acabou. Vista de Bordeaux, era uma luta de três séculos que estava chegando ao fim.

Estávamos bem cientes disso, novos tempos se aproximavam para a França. Foi cunhada uma medalha com a efígie de Carlos, o Bem Servido. Uma medalha havia sido cunhada já em 1451, em homenagem a Carlos, o Vitorioso. Em torno do escudo com três flores-de-lis, lemos esta lenda muito simples em duas linhas:

Quando fui feito, nenhuma diferença
Ao rei prudente, amigo de Deus
Obedecemos em toda a França,
Vá para Calais, que é um lugar forte.

Era verdade.

Fontes históricas

A Guerra dos Cem Anos nunca faltou historiadores. Testemunhas ou curioso de seu tempo, inspirado pelo desejo de jogar ou simplesmente pela necessidade de escrever, os homens da XIV e XV séculos têm escrito. O historiador não pode negar a ajuda trazida a ele por esses relatos, essas vidas, essas crônicas e esses diários que fornecem tanto um enredo quanto uma tentativa de explicação que é mais frequentemente esclarecedora do que convincente. Será que a testemunha ou o analista de compromissos, lutas e dificuldades que eram mais ou menos seus disfarçaria os fatos da maneira mais desavergonhada e sem entender nada, que já entregaria, assim, o segredo da ideia que ele tem de sua história e do comportamento dos outros.

A composição histórica também está progredindo muito nestes dois séculos em que os homens se esforçam para lembrar os tempos difíceis em que vivem. Vemos o fim de um gênero literário: o das crônicas que se copiam umas das outras e que, sob o pretexto de uma narrativa universal, se dão especialmente na compilação e na invenção. Inflexão é um ato, voluntário ou não, de um partidário, não de um autor casual. Sistemático e às vezes no limite da pura imaginação, torna-se um instrumento de polêmica. A história integra a escrita doutrinária, o panfleto, o próprio mito. Mas, porque participa do debate público em que assume a força de um argumento, a narrativa histórica se verifica. A crítica é necessária, mas é possível. O historiador moderno não pode aceitar o trabalho de seu colega distante, exceto sob o benefício de um inventário, mas seria muito errado prescindir dele.

A história oficial, a história solene e dinástica, continua a oferecer suas *Grandes Chroniques de France.* O chanceler Pierre d'Orgemont, que empunhava a pena nos tempos de Jean le Bon e Carlos V, habilmente recheia com citações emprestadas dos arquivos reais uma história que não esconde ser um discurso à glória de Valois. Com Orgemont, a história entra no arsenal da propaganda política. Continua assim quando, na época de Carlos VII, Jean Jouvenel des Ursins, irmão do Chanceler Guillaume, leva a seu próprio testemunho um relato de acontecimentos recentes que nutre com observações e reflexões com um acento profundamente pessoal. . A história oficial também é relaxada quando, a uma compilação das *Grandes Chroniques* e algumas outras histórias anteriores, o escrivão normando que escreveu a *Crônica dos quatro primeiros Valois* adiciona o produto de uma coleção singularmente moderna de informações orais, muitas vezes severas em seus julgamentos com respeito à cavalaria francesa e suas concepções táticas. Sem muito interesse em seu início, esta crônica torna-se preciosa para a época de Carlos V e para o início do reinado de Carlos VI: é muitas vezes original no que diz respeito aos assuntos

normandos e movimentos parisienses, movimentos para os quais o autor não de forma alguma esconde sua simpatia.

Deixemos as outras "continuações". A maioria deles, como o do monge Richard Lescot, de Saint-Denis, para o início do reinado de Philippe VI, são apenas parte da tradição do Guillaume de Nangis e do Géraud de Frachet.

Les Grandes Chroniques de France, ed. Jules Viard. Paris, 1920-1953. 10 vol. (Sociedade da História da França).
Os religiosos de Saint-Denis. Crônica de Carlos VI, ed. L F. Bellaguet. Paris, 1839-1852. 6 vol. (Coleção de documentos não publicados).
Jean Jouvenel des Ursins, *História de Carlos VI,* ed. Michaud e Poujoulat, *Nova coleção de memórias para servir na história da França,* II (Paris, 1836).
Crônica dos quatro primeiros Valois, ed. Simeon Luce. Paris, 1862 (Sociedade de História da França).
Richard Lescot, *Chronicle (1328-1344) seguido pela continuação desta crônica,* ed. J. Lemoine. Paris, 1896 (Sociedade de História da França).

A crônica, por outro lado, oferece o maior interesse quando o autor concentra sua atenção em sua comitiva imediata. Qualificar como histórias locais esses textos, cujo propósito é mais amplo, mas que testemunham especialmente sobre a vida de uma cidade ou de um distrito, seria reduzi-los severamente a um interesse limitado. Na realidade, permitem-nos compreender as forças profundas da sociedade, ao mesmo tempo que a exata percepção que os contemporâneos tiveram de acontecimentos muitas vezes difíceis de analisar no curto horizonte dos homens.

Foi assim que o prior das carmelitas parisienses da Place Maubert, Jean de Venette, guardou de 1340 a 1368 - e dia a dia na época de Etienne Marcel - uma crônica muito partidária, hostil aos príncipes e aos nobreza, época propícia ao reitor dos mercadores, mas onde passa toda a vida parisiense vista desde o convento carmelita. Além disso, o autor do *Chronicle Norman da XIV século,* escrito no reinado de Charles V, mas a história remonta ao início da guerra, há espaço para considerações militares não são nada, mas memórias de homens de armas que participaram das campanhas da Normandia. Jacques de Hemricourt ecoa isso em seu *Miroir des nobles de Hesbaye.*

O cônego de Reims, Jean Le Bel, compõe uma *verdadeira e notável História* dos anos 1426-1461, uma história na qual tenta criticar as informações recebidas e julgar objetivamente o comportamento. Mas podemos ver aí o gosto do autor pela destreza da cavalaria, tanto quanto seu desprezo pelos interesses burgueses. Dessa história, favorável ao inglês como um todo, Jean d'Outremeuse - Jean des Preis - foi inspirado pouco depois em seu *Miroir des Histoires,* e Froissart deu muito valor, emprestando dele a substância de seu história da época de João Bom.

Outro ponto de vista limitado, mas rico em informações pessoais e anedotas da vida real, é o *Livro* do *Chevalier de la Tour Landry,* que, em 1371, foi redigido para a instrução de seus próprios filhos por um ex-soldado, o Chevalier Geoffroy de la Torre Landry. O historiador estaria errado em negligenciá-lo.

Jean de Venette, *Continuatioronici Guillelmi de Nangiaco,* ed. Hercule Géraud. Paris, 1843 (Sociedade de História da França).
Norman crónica da XIV século (1294-1376), ed. Auguste Molinier. Paris, 1882 (Sociedade de História da França).
Crônica de Jean Le Bel, ed. Jules Viard e Eugène Déprez. Paris, 1904-1905. 2 vol. (Sociedade da História da França).
Trabalhos de Jacques de Hemricourt, ed. C. de Borman, A. Bayot e E. Poncelet. Bruxelas, 1910-1931. 3 vol. (Real Academia da Bélgica).
Obras de Jehan des Preis, ed. A. Borgnet e S. Bormans. Bruxelas, 1864-1887. 7 vol. (Coleção de crônicas belgas).
O livro do Chevalier de la Tour Landry, ed. A. de Montaiglon. Paris, 1854.

Não podemos nos contentar com historiadores "franceses". O uso de autores ingleses é essencial para entender as primeiras décadas da Guerra dos Cem Anos. *A Historia sui temporis* de Adam de Murimuth transmitiu-nos, até o ano 1347, as memórias de um clérigo muito envolvido nos assuntos políticos, embaixador de Eduardo II em Avinhão, observador judicioso da marcha simultânea dos dois reinos para o conflito.

Guardião dos registros da corte de Canterbury, Robert de Avesbury dá em *De gestis mirabilibus regis Edwardi tertii* um relato escrupuloso da guerra e das etapas diplomáticas que levaram ao Tratado de Brétigny.

Adam de Murimuth, *Continuatio chronicarum, 1307-1347,* ed. EM Thompson. Londres, 1889 (Rolls Series).
Robert d'Avesbury, *De gestis mirabilibus regis Edwardi tertii,* ed. EM Thompson. Londres, 1889 (Rolls Series).

Nessa coorte de cronistas ansiosos por fazer um trabalho histórico sem se privar de expressar uma opinião pessoal, há três que têm um lugar especial. Eles devem à sua vontade testemunhar, à sua simpatia pelos seus heróis, ao seu hálito épico. Froissart, Chandos e Cuvelier dominam claramente a literatura histórica de seu tempo, mesmo que o historiador moderno deva tomar muito cuidado no uso que faz de sua história.

Nascido em Valenciennes no seio de uma família burguesa, Jean Froissart encontrou-se desde muito cedo, como jovem clérigo, depois como padre, na comitiva imediata dos protagonistas de seu tempo. Familiar com a Rainha Philippa de Hainaut, companheira missionária do Duque de Clarence, então ligado a Robert de Namur, foi então capelão do Conde de Blois Guy de Châtillon, visitou o Conde de Foix Gaston Fébus, fez amizade com o

Governador de Hainaut, conde Guillaume d'Ostrevent, finalmente terminou seus dias na corte de Ricardo II, onde morreu pouco depois de 1404.

Froissart, portanto, conhecia todos os pontos de vista, ouviu todos os argumentos, viveu a tragédia de seu tempo por todos os lados. Muito favorável aos ingleses até cerca de 1370, aderiu rapidamente à lealdade francesa do conde de Blois, moderou seus julgamentos ao frequente Gaston Fébus, voltou-se para Bourguignon sob a influência de Guillaume d'Ostrevent, compartilhou o temperamento conciliador de Ricardo II.

Homem engajado nas lutas de seu século, ainda assim tinha os escrúpulos de um verdadeiro historiador. Ter viajado muito - conhece até Itália - e ter ouvido tudo dá-lhe um sentido de parente. Ele questiona, ele lê. Ele está procurando por testemunhas. Ele viaja para consultar arquivos. À medida que se documenta e avança em sua escrita, ele dá nuances e completa seu texto. Ele reescreve seu primeiro livro, em particular, do qual várias edições se sucedem em trinta anos.

Froissart, no entanto, não é muito inteligente nem muito sagaz. Parcial pelo compromisso, crédulo pela ingenuidade, ele se preocupa com os detalhes e tem dificuldade em perceber o essencial. Ele confunde lugares, ele confunde cronologia. Cabe ao historiador moderno saber o que ele pode pedir a esse contador de histórias de estilo pitoresco, incapaz de elevar sua visão, mas um bom conhecedor de homens e um observador sutil das realidades diárias da guerra. Seu julgamento é o dos cavaleiros que o cercam e para quem a pilhagem é uma diversão e o estupro, um relaxamento. Ele é sensível a belos golpes, belas armaduras, feitos dignos de memória. Você deve apenas perguntar a ele o que ele foi capaz de ver.

Se Froissart conheceu todas as partes, o arauto Chandos é o feal do Príncipe Negro. *Vida e façanhas de um muito nobre Príncipe de Gales e Aquitânia* é um longo poema, composto por volta de 1386, em que as memórias pessoais são postas a serviço de um limitado sopro poético, para a maior glória de um Principe. O arauto Chandos estava na Aquitânia assim como na Espanha. Seu elogio é o de um companheiro.

O mesmo não se pode dizer, no outro campo, de Jean Cuvelier. O último dos achados de Langue d'oil coloca em sua *Vida de Bertrand du Guesclin* a memória de outros mais do que a sua. Ele toma emprestado das Grandes *Chroniques,* usa crônicas que já não existem, em particular crônicas bretãs que são sem dúvida dignas de interesse, e acrescenta a tudo isso algumas observações colhidas questionando as testemunhas da ação. Notações interessantes flutuam, o que é muito útil para pescar no dilúvio de uma compilação que na maioria das vezes está errada.

Chronicles of Froissart, ed. Siméon Luce, Gaston Raynaud, Léon Mirot e Albert Mirot. Paris, 1869-1975. 15 vol. (Sociedade da História da França).
O Príncipe Negro. Poema do arauto Chandos, ed. Francisque Michel. Londres-Paris, 1883.

A vida de Bertrand du Guesclin por Cuvelier, ed. E. Charrière. Paris, 1839 (Coleção de documentos não publicados),

A obra de Christine de Pisan é de natureza completamente diferente. Mulher de letras antes do nome, vivendo da pena porque tem que criar os filhos e porque finalmente desenvolveu o gosto pela independência intelectual, a filha do médico-astrólogo de Carlos V não escreve, depois de 1404 , seu *Livro de fatos e boas maneiras do sábio Rei Carlos o Quinto* apenas para agradar o Duque de Borgonha. Em reação a uma época dominada por seu sobrinho Luís de Orleans, Philippe le Bold realmente quer deixar um monumento à glória de seu irmão Carlos V: um catálogo histórico das virtudes do sábio rei. As anedotas relatadas por Christine de Pisan são aquelas que perpassam Paris vinte anos após a morte do rei. Tanto quanto sob Carlos V, eles fornecem informações sobre a sociedade política que os cultiva e os transmite. Mas a espontaneidade está ausente deste trabalho encomendado.

O livro do faz e do bem morre do sábio rei Carlos V, ed. Suzanne Solente. Paris, 1936-1941. 2 vol. (Sociedade da História da França).

Os poetas dão um testemunho mais interessante quando não procuram contar, mas apenas evocar. A esse respeito, as guerras fratricidas e a miséria do povo também inspiraram Guillaume de Machaut em seu Julgamento do *Rei* de Navarra e, na geração seguinte, Alain Chartier em sua Lay de Paix, Eustache Deschamps em sua *Ballade de la Paix avec les English,* e Christine de Pisan, que encontra seu lugar aqui mais precisamente com seu *Lamentation on the Evils of Civil War.* Mas é preciso dizer que os julgamentos de Eustache Deschamps não são apenas os de um poeta, discípulo de Guillaume de Machaut. São também as de um oficial de justiça real, um homem experiente, um oficial bem informado das situações e acontecimentos para nelas ter ele próprio participado.

As obras de Guillaume de Machaut, ed. E. Hœpfiner. Paris, 1908-1921. 3 vol. (Sociedade de antigos textos franceses).
Eustache Deschamps, *Complete Works,* ed. de Queux de Saint-Hilaire e Gaston Raynaud. Paris, 1878-1904. 11 vol. (Sociedade de antigos textos franceses).
Christine de Pisan, *obras poéticas,* ed. Maurice Roy. Paris, 1886-1896. 3 vol. (Sociedade de antigos textos franceses).

No XV século, testemunhas proliferar. Já na época da minoria de Charles VI, o chanceler de Luís I de Anjou, o bispo John Le Fevre, manteve um diário em que o interesse é alto para o início da história e da evolução do Grande Cisma 'West. Posteriormente, foram dois escrivães do Parlamento de Paris que notaram, nos próprios autos das suas audiências e entre as transcrições das peças processuais e das referências, os pequenos e graves factos de que eram diariamente testemunhas. O historiador moderno fará um verdadeiro diário com isso.

Ao mesmo tempo, um parisiense que bem poderia ter sido o cônego Jean Chuffart mantém este "Diário de um burguês de Paris que, pela meticulosidade das observações da vida material - o preço das verduras, os incidentes na rua - assim como pela transcrição metódica dos rumores que correm e a formulação, muitas vezes implícita, de sua própria opinião, oferece ao historiador o que nenhuma outra fonte traz para ele no mesmo ponto para este tempo: os pensamentos do francês médio.

Jean Le Fèvre, *Journal,* ed. Henri Moranvillé. Paris, 1887.
Journal of Nicolas de Baye, secretário do Parlamento de Paris, 1400-1417, ed. Alexandre Tuetey. Paris, 1885-1888. 2 vol. (Sociedade da História da França).
Journal of Clément de Fauquembergue, escrivão do Parlamento de Paris, 1417-1436, ed. Alexandre Tuetey. Paris, 1903-1915. 3 vol. (Sociedade da História da França).
Journal d'un Bourgeois de Paris, 1405-1449, ed. Alexandre Tuetey. Paris, 1881 (Sociedade para a História de Paris e Ile-de-France).

Outros, no entanto, são obras literárias. Não há dúvida de que essa história composta e muitas vezes encomendada é unilateral. Lê-lo deve ser cuidadoso.

Do lado de Carlos VII, três nomes prevalecem: Jean Jouvenel des Ursins e Jean Chartier, já mencionados, e o arauto Berry. *A Histoire de Charles VI* de Jouvenel, as *Crônicas de Charles VII* de Jean Chartier e as duas obras de Gilles Le Bouvier chamadas de arauto Berry, a *Crônica do rei Carlos VII* e a *Recuperação da Normandia,* são obras clássicas, à direita linhagem de crônicas para a glória do soberano. No entanto, cada autor traz para suas análises, em função de suas funções ou de sua posição social, preocupações e julgamentos que acabam por conferir à obra uma inegável originalidade. A história segundo um arauto de armas não é história segundo um grande burguês que se tornou presidente do Parlamento.

História de Carlos VI. Veja acima.
Crônica de Carlos VII, Rei da França, de Jean Chartier, ed. Vallet de Viriville. Paris, 1858. 3 vol. (Biblioteca Elzévirienne).
As crônicas do rei Carlos VII, de Gilles Le Bouvier dit le herald Berry, ed. Henri Courteault e Léonce Célier. Paris, 1979 (Sociedade de História da França).
J. Stevenson, *Narrativas da expulsão dos ingleses da Normandia.* Londres, 1863 (Rolls Series).

Sem nos determos em alguns textos secundários, preciosos no detalhe de suas informações para certos momentos da guerra, como a *Chronique de la Pucelle* ou a obra do notário normando Pierre Cochon, vamos aos historiadores borgonheses. Os cantores da corte de Philippe le Bon, Enguerrand de Monstrelet, Mathieu d'Escouchy e Georges Chastellain colocam o verdadeiro talento a serviço da grandeza dinástica daquele que os tornou um status. Mais uma vez, o bom poeta Chastellain, cuja crônica é apenas

parcialmente conhecida por nós, luta pela imparcialidade. O mesmo não acontece com o bispo Jean Germain, cujo *Liber de virtulibus* é apenas um retrato idealizado do melhor dos príncipes. O historiador moderno acaba encontrando melhor explicação para obras menores, mais atentas à realidade das coisas e aos fundos da decoração: assim, os relatos do diplomata Gilbert de Lannoy ou do arauto Jean Le Fèvre dit Toison d'Or .

Auguste Vallet de Viriville, *Crônica da Donzela ou Cousinot, seguida pela crônica normanda de Pierre Cochon.* Paris, 1859 (Biblioteca Gaulesa).
A crônica de Enguerrand de Monstrelet, ed. Louis Douët d'Arcq. Paris, 1857-1862. 6 vol. (Sociedade da História da França).
Mathieu d'Escouchy, *Chronicle,* ed. G. du Fresne de Beaucourt. Paris, 1863-1864. 3 vol. (Sociedade da História da França).
Trabalhos de Georges Chastellain, ed. Kervyn de Lettenhove. Bruxelas, 1863-1866. 5 vol.
Obras de Ghillebert de Lannoy, viajante, diplomata e moralista, ed. Ch. Potvin. Louvain, 1878 (Real Academia da Bélgica).
Crônica de Jean Le Fèvre, Senhor de Saint-Rémy, ed. Francois Morand. Paris, 1876-1881. 2 vol. (Sociedade da História da França).

Nesta época em que o cavalheirismo já não prova o seu valor nos campos de batalha e alimenta sobretudo a pompa das ordens principescas e também a imaginação dos autores de romances de sucesso mais ou menos renovados da Távola Redonda, cada príncipe faz questão de para anexar o talento de um cronista, um memorialista de grandes ações e defensor da grandeza dos tribunais. É a esse preço que o príncipe ganhará uma posição entre os valentes homens da lenda. Charles d'Orléans para Guillaume Cousinot, Louis de Bourbon para Jean Cabaret, Jean d'Alençon para Perceval de Cagny, Gaston de Foix para Guillaume Leseur.

A história quase toca, aqui, a biografia. O trabalho de Commines será o resultado. Já, no início do século, *o Livro dos Fatos do marechal Boucicaut e* a *História de Carlos V* de Christine de Pisan haviam se reconectado com uma veia literária nunca interrompida de Joinville via Chandos e Cuvelier. A *Crônica de Arthur de Richemont* Guillaume Gruel é um exemplo de trabalho parcial e tendencioso. Não fosse pela qualidade intelectual do autor, o mesmo se diria da história de Carlos VII composta pelo bispo Thomas Basin para exaltar a figura de um rei que pediu conselho de Thomas Basin e diminuir em comparação com a de um Luís XI que rebaixou o bispo. Um trabalho tardio e um trabalho de controvérsia insidiosa, o relato de Thomas Basin nos ensina mais por meio de suas observações ocasionais do que por meio do testemunho que ele deseja dar em apoio a seus julgamentos.

Não esqueçamos quem escreve só para si e para a sua família. Como o "Burguês de Paris" pela vida de uma capital atormentada pela guerra, o cavaleiro Jean de Bueil, almirante de Carlos VII no final da guerra, testemunhará em seu *Jouvencel,* que pretende ser uma

iniciação prática do jovem nobre. à arte e à moral da guerra, pela vida nos campos como a experimentou e pela ideia que teve da nobreza das armas. A meio caminho entre a história e a pedagogia, este livro-chave tem o valor de um testemunho sincero cujas reviravoltas são indicativas de uma mentalidade. Longe das composições sistemáticas dos arautos de armas - Berry como Toison d'Or - *Jouvencel* é a obra de um autor como se houvesse mil: Bueil não sabia que era uma testemunha da história.

A crônica do bom duque Loys de Bourbon, de Jean Cabaret d'Or-ville, ed. Alphonse Martial Chazaud. Paris, 1876 (Sociedade de História da França).
Chronicles of Perceval de Cagny, ed. Henri Moranvillé. Paris, 1902 (Sociedade de História da França).
História de Gastão IV, Conde de Foix, de Guillaume Leseur, ed. Henri Courteault. Paris, 1893-1896. 2 vol. (Sociedade da História da França).
O livro de fitos do bom senhor Jean Le Maingre disse mareschal de Boucicaut, org. Michaud e Poujoulat, *Nova coleção de memórias ....* t. II, Paris, 1836.
Guillaume Gruel, Crônica de Arthur de Richemont, Condestável da França, Duque da Bretanha (1393-1458), ed. Achille Le Vavasseur. Paris, 1890 (Sociedade de História da França).
Thomas Basin, *History of Charles VII,* ed. Charles Samaran. Paris, 1933-1944. 2 vol. (Os clássicos da história da França na Idade Média).
Jean de Bueil, *Le Jouvencel,* ed. C. Favre e Léon Lecestre. Paris, 1887-1889. 2 vol. (Sociedade da História da França).

Assim, cerca de cinquenta obras historiográficas são a base de nosso conhecimento dos fatos, seus desdobramentos, suas implicações. Convém acrescentar algumas grandes obras de doutrina política, tanto importantes pelo papel que desempenham na determinação dos protagonistas, quanto pela ideia de que nos dão motivos e mentalidades.

A obra-prima aqui é, na época de Carlos V, o *Sonho do Pomar, uma* alegoria em verso onde os poderes concorrentes são definidos na sociedade cristã e as fontes de soberania, ao mesmo tempo que os critérios de a legitimidade do poder público. As ideias que se fundem neste diálogo de um clérigo e de um cavaleiro cujo autor não quis revelar-se, são as que regem Carlos V e o seu Conselho. As preocupações perceptíveis no fundo do raciocínio são o reflexo exato daquelas que ocupam as mentes dos homens com alguma responsabilidade na França em 1376. Mais tarde, o humanista Nicolas de Clamanges coloca em seu tratado *Sobre a ruína da Igreja* toda a sua experiência dos erros cometidos e toda a sua esperança de salvar as reformas. Uma geração depois, outras formulações foram dadas ao mesmo ideal quando o bispo de Beauvais, Jean Jouvenel des Ursins, *redigiu* o longo libelo *Très revérends pères en Dieu ..., que* pretendia para uma sessão abortada dos Estados Gerais .

Entre a farta produção da escolástica, é aconselhável dar um lugar especial ao grandioso teólogo que é Jean Gerson, muitas vezes intérprete das aspirações profundas do povo cansado dos jogos dos príncipes. Em contrapartida, a parcialidade de Jean Petit não deve privar o historiador de recorrer a panfletos, cuja argumentação traz à luz os fundamentos políticos e religiosos de uma das partes. Os dois homens se encontram no desejo de salvar a Unidade da Igreja, e o *Lamento da Igreja,* composto pelo autor da *Apologie du tyrannicide,* ecoa curiosamente o tratado *Sobre o cisma e o papado* publicado em a mesma era Gerson.

A França passou por muitas tragédias desde o *Sonho do Pomar,* e o Tratado de Troyes leva os teóricos do poder a questionar novamente a natureza exata da Coroa e os direitos exercidos sobre ela. O Normand Robert Blondel oferece, na *Resposta de um bom e leal francês ao povo da França,* uma análise crítica do tratado de 1420. Em sua grande obra *Des droits de la Couronne na França,* ele define os princípios à luz de um situação muito real. Jouvenel faz o mesmo em seu discurso aos Estados de 1440. Outro jurista, Jean des Terres Rouges, demonstra no *Tratado de Sucessão da Coroa* a inanidade das reivindicações lancastrianas. Toda essa literatura com desdobramentos austeros - boa parte da qual ainda é difícil de acessar em manuscritos esparsos ou em edições antigas - nos ensina tanto sobre os homens quanto sobre a substância do problema político.

Devemos também mencionar um verdadeiro tratado de direito internacional: a Árvore das Batalhas de Honoré Bonet. Codificação da lei das armas, e menos vã do que parece à primeira vista, a obra é inestimável para o conhecimento das molas psicológicas que fundamentam muitas negociações e muitas decisões políticas.

Jean-Louis Brunet, *Trate os direitos e a liberdade da Igreja Galicana.* Paris, 1731. 2 vol. - Inclui a única edição completa de Le *Songe du Verger.* Reed. anast. Estrasburgo, 1957.
Nicolas de Clamanges, *O Tratado sobre a Ruína da Igreja,* Paris, 1936.
Escritos políticos de Jean Juvénal des Ursins, ed. Peter S. Lewis. Paris, 1978 (Sociedade de História da França).
Alain Chartier, *Le Quadriloge invectif,* ed. E. Droz. 1923.
As obras latinas de Alain Chartier, ed. Pascale Bourgain-Hemeryck. Paris, 1977.
Jean Gerson, *Opera omnia,* ed. Mons. Glorioso Palemon. 1960-1973. 10 vol.
Honoré Bonet, *The Tree of Battles,* ed. Ernest Nys. Bruxelas-Leipzig, 1883.

Não podemos rever aqui todas as fontes documentais da história secular de um conflito franco-inglês com implicações feudais, como todos os arquivos europeus e as publicações para as quais deram material. Mesmo a história interna da França em guerra, que se baseia sobretudo nos documentos mantidos nos Arquivos Nacionais, na maioria dos arquivos departamentais e em muitos arquivos municipais, não poderia ser escrita sem recorrer aos Arquivos Bege - Arquivos Gerais do reino, Arquivos do Estado em Ghent, Arquivos Municipais em Bruges, etc. - e os Arquivos ingleses, em particular a série financeira do

Public Record Office, sem os quais perderíamos grande parte das fontes relativas à administração das regiões governadas por Plantagenêt e depois por Lancaster. Finalmente, é necessário recordar que qualquer estudo sobre este tempo exige o recurso aos Arquivos do Vaticano.

Portanto, encontramos aqui apenas uma breve lista das principais publicações sistemáticas. Vários documentos também podem ser encontrados em apêndices ou em documentos de apoio nas obras citadas na bibliografia abaixo.

Ordens dos reis da França da terceira raça. Paris, 1723-1849. 22 vol.
Arquivos Nacionais. Registros da tesouraria das cartas. Paris, 1958-1979. 5 vol. apareceu.
Léopold Delisle, *Mandements et atos divers de Charles V.* Paris, 1874 (Coleção de documentos não publicados).
Jules Viard, *documentos parisienses do reinado de Philippe VI de Valois.* Paris, 1899-1900. 2 vol.
E. Cosneau, *Os principais tratados da Guerra dos Cem Anos.* Paris, 1889.
Nicholas H. Nicolas, *Procedimentos e ordenações do Conselho Privado da Inglaterra.* Londres, 1832-1837. 7 vol.
Calendário de Fechamento Preservado no Cartório de Registro Público. Londres, 1892-1963, 45 vol. apareceu.
Calendário dos Rolls de Patentes preservado no Public Record Office. Londres, 1893-1973. 70 vol. apareceu.
Calendar of Signet Letters of Henry IV and Henry V (1399-1422), ed. JL Kirby. Londres, 1978.
Cartas e artigos ilustrativos da Guerra dos Ingleses na França, ed. J. Stevenson. Londres, 1861-1864. 2 vol. (Série Rolls).
Thomas Rymer, *Foedera, conventiones, litterae ...* The Hague, 3 ed. 1739-1745. 9 vol.
Registros dos Papas de Avignon publicados pela Escola Francesa de Roma. Paris, 1884-1979. 120 vol. apareceu.
Henri Denifle e Émile Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis.* Paris, 1889-1897. 4 vol. - *Auctarium chartularii Universitatis Parisiensis,* t. I e II. Paris, 1894-1897. 2 vol.
Charles Samaran e Émile Van Moë, *Auctarium chartularii Universitatis Parisiensis.* Paris, 1935-1942. 3 vol.

Os documentos judiciais não apenas divulgam os casos apresentados aos tribunais. Graças aos depoimentos históricos apresentados pelas partes e parcialmente reproduzidos nas sentenças, os registros dos tribunais de justiça são uma mina de informações sobre estruturas sociais, demografia e mentalidades. Nenhuma edição sistemática é concebível atualmente para os milhares de registros que são mantidos na

França e que os historiadores muitas vezes usam para lucrar, mas o leitor pode se referir a algumas publicações sugestivas, ou mesmo à edição de alguns documentos excepcionais, como os dois julgamentos de Joana d'Arc.

Pierre-Clément Timbal, *A Guerra dos Cem Anos vista através dos registros do Parlamento* (1337-1369). Paris, 1961 (Centro Nacional de Pesquisa Científica).
Alexandre Tuetey, *Wills registrado no Parlamento de Paris durante o reinado de Carlos VI.* Paris, 1880 (Coleção de documentos não publicados, Mélanges historique, III).
Henri Duplès-Agier, *Registro Criminal do Châtelet de Paris.* Paris, 1861-1864. 2 vol.
Auguste Longnon, Paris durante a *dominação inglesa.* Paris, 1878 (Sociedade de História de Paris e a Ile-de-France).
Julgamento de condenação e *reabilitação* de Joana *d'Arc* conhecida como a empregada doméstica, ed. Jules Quicherat. Paris, 1841-1849. 5 vol.
Julgamento de condenação de *Joana d'Arc,* ed. Pierre Tisset. Paris, 1960-1971. 3 vol. (Sociedade da História da França).
Anulação da condenação de Joana d'Arc, ed. Pierre Duparc. Paris, 1977-1979. 2 vol.

A história da guerra - e das adversidades vividas pela cidade e pelo campo fora da época do combate - se reflete de perto nos registros financeiros. As *Portarias* e *Calendários* já mencionados contêm a maior parte dos textos normativos em matéria fiscal e monetária. Os livros contábeis e fiscais permitem especificar o que aconteceu na realidade das receitas e despesas.

Nenhuma publicação sistemática foi ainda obtida da grande série de recibos e "relógios" mantidos no acervo do *Tesouro* do *Registro Público* e entre os "itens originais" da Biblioteca Nacional. Da mesma forma, temos apenas algumas edições parciais dos relatos locais dos colecionadores papais, que constituem a maior parte da série Collectorie dos Arquivos do Vaticano. Por outro lado, os destroços das contas gerais da realeza francesa estão sendo editados, assim como uma amostra substancial das contas gerais da Borgonha.

Sem dúvida, será necessário esperar muito até que se esgote a questão das contas locais, estaduais e municipais. Deve-se notar que essas contas municipais, ricas em informações sobre o custo real da guerra para as populações ameaçadas, felizmente são complementadas por uma bela série de registros de deliberações de vereadores e consulados.

Podemos citar apenas alguns exemplos aqui, que bibliografias regionais complementariam de maneira útil.

Robert Fawtier, *Contas do Tesouro.* Paris, 1930.

Barthélémy - A. Pocquet du Haut-Jussé, *França governada por Jean sans Peur. As despesas do recebedor geral do reino.* Paris, 1959 (Société de l'École des chartes).
Jules Viard, Os jornais do Tesouro de Philippe *VI* de *Valois.* Paris, 1899 (Coleção de documentos não publicados).
Michel Mollat, *contas gerais do estado da Borgonha entre 1416 e 1420.* Paris, 1965-1976. 4 vol. (Coleção de historiadores da França, Documentos financeiros, 5).
Jean Favier, *os contribuintes parisienses no final da Guerra dos Cem Anos.* Genebra, 1970.
Anne Chazelas, *Documentos relativos ao Clos des Galées de Rouen e aos exércitos marítimos do* ***Rei*** *da França de 1293 a 1418* . Paris, 1977-1978. 2 vol. (Coleção de documentos não publicados).
Arlette Higounet-Nadal contas do tamanho e fontes da história demográfica de Perigueux *, no XIV* século. Paris, 1965.
Philippe Wolff, *O estimado* " Toulouse a *XIV* e *XV* séculos. Toulouse, 1956.
Albert Rigaudière, *A base* de impostos directos *no final* da *XIV* século. O livro de avaliação dos cônsules de *Saint-Flour* para os *anos* 1380-1385. Paris, 1977.
Contas do domínio da cidade de Paris, ed. Al. Vidier, L. Legrand e P. Dupieux, depois J. Monicat. Paris, 1948-1958. 2 vol. (História Geral de Paris).
Monique Chauvin, *Contas da châtellenie de Lamballe,* 1387-1482. Rennes, 1977.

Sabemos o quanto a correspondência é esclarecedora para a compreensão dos procedimentos ou, pelo menos, da ideia que os autores desses procedimentos formaram. O historiador da Guerra dos Cem Anos, infelizmente, não dispõe de fontes tão explícitas, e a maioria das coleções documentais desse tipo ainda não foi objeto de edições exaustivas. É o caso da série *Ancient Correspondence do Public Record Office* e das poucas correspondências comerciais que nos mantêm informados sobre a situação e as opiniões.

Os documentos que apoiam a análise da situação económica têm sido mais estudados do que publicados. Os documentos fiscais mencionados acima são um exemplo. As fontes senhoriais são privilegiadas neste assunto, enquanto a grande série de documentos relativos à história do comércio francês ainda aguardam seu editor. A bolsa de estudos em inglês está muito à frente.

No entanto, teremos uma boa ideia da diversidade dessas fontes históricas por meio de alguns trabalhos, cuja lista resumida pretende ser apenas significativa.

René Fédou, *Le terrier de Jean Jossart, coseigneur de Châtillon-d'Azergues,* 1430-1463. Paris, 1966 (Coleção de documentos não publicados).
Michel Mollat, *Os assuntos de Jacques Cœur. Jornal do promotor Dauvet.* Paris, 1953. 2 vol.

Jean Favier, *O comércio fluvial na região de Paris no XV século. I, o registro de empresas francesas, 1449-1467.* Paris, 1975 (História Geral de Paris).
Christiane Villain-Gandossi, *contas de Salt por Francesco di Marco Datini para sua empresa em Avignon, 1376-1379.* Paris, 1969 (Coleção de documentos não publicados).
HS Cobb, *O livro do porto local de Southampton, 1439-1440.* Southampton, 1961.
O. Coleman, *The Brokage* Book of *Southampton, 1443-1444.* Southampton, 1960.

Nenhuma das obras literárias desta época é indiferente à sociedade que é, dependendo do gênero, o objeto principal ou o quadro simples. Ao lado das últimas canções de gestos e dos primeiros romances, poemas líricos e tratados sobre a arte de morrer bem, podemos citar duas obras cuja leitura lança luz sobre a arte de viver em dois ambientes sociais bem caracterizados.

Livro de caça de Gaston Phoebus, ed. (em francês *moderno)* por Robert e André Bossuat. Paris, 1931.

O mesnagier de Paris. Tratado sobre ética e economia doméstica, ed. Jérôme Pichon. Paris, 1847. 2 vol. (Sociedade de Bibliófilos Franceses).

Bibliografia

ESTUDOS GERAIS

Ernest Lavisse, *História da França.* T. IV, de Alfred Coville e Charles Petit-Dutaillis. Paris, 1902. 2 vol.

Édouard Perroy, *A Guerra dos Cem Anos.* Paris, 6 ed., 1945.

Philippe Contamine, *A Guerra dos Cem Anos.* Paris, 1968 (Que sais-je?).

Peter Lewis, *França no final da Idade Média.* Paris, 1977.

Kenneth A. Fowler, *The Century of Plantagenets and Valois. A luta pela supremacia. 1328-1498.* Paris, 1968.

Michel Mollat, *Gênese Medieval da França Moderna.* Paris, 1970.

J. Huizinga, *O declínio da Idade Média.* Paris, reed., 1967.

HISTÓRIA POLÍTICA E ASSUNTOS FINANCEIROS

Bernard Guenée, *do Ocidente para o XIV e XV séculos. Os Estados.* Paris, 1971 (New Clio).

Françoise Autrand, *Poder e Sociedade na França, XIV -XV século.* Paris, 1974.

Jean Favier, *Finanças e Tributação na Baixa Idade Média.* Paris, 1971.

Bernard Guenée, "Estado e nação na França na Idade Média", na *Revue historique,* 237, 1967, p. 17-30.

André Bossuat, "A idéia de nação e da jurisprudência do Parlamento de Paris, no XV século", em *Historical Review,* 204, 1950, p. 54-61.

Raymond Cazelles, *A sociedade política e a crise da realeza sob Philippe de Valois.* Paris, 1958.

Alfred Coville, *estados de Normandy, suas origens e seu desenvolvimento no XIV século.* Paris, 1894.

Henri Gilles, *Os estados de Languedoc ao XV século.* Paris, 1965.

René Lacour, *O governo da prerrogativa* do *duque Jean de Berry (1360-1416*). Paris, 1934.

André Leguai, *Le Bourbonnais durante a Guerra dos Cem Anos.* Mills, 1969.

Pierre Tucoo-Chala, *Gaston Fébus e o viscondado de Béarn, 1343-1391.* Bordeaux, 1959.

Jean-Bernard Marquette, *Les Albrets.* Bazas, 1975-1979. 5 vol. (Cahiers du Bazadais).

John B. Hennemann, *Tributação Real na França do século XV.* Prince-ton, 1971-1976. 2 vol.

Maurice Rey, *finanças reais sob Carlos VI. As causas do déficit. 1388-1413.* Paris, 1965.

Martin Wolfe, *sistema Thefiscal of Renaissance France.* New Haven-London, 1972.

Françoise Humbert, *de Finanças Municipal Dijon partir do meio da XIV século para 1477.* Paris de 1961.

Charles Samaran e Guillaume Mollat *A tributação papal na França no XIV século.* Paris, 1905; cana. anast. 1968 (Biblioteca das Escolas Francesas de Atenas e Roma).

Jean Favier, *Finanças pontifícias na época do Grande Cisma de Occidente* . Paris, 1966 (Biblioteca das Escolas Francesas de Atenas e Roma).

Gustave Dupont-Ferrier, *Estudos sobre as instituições e finanças da França no final da Idade Média.* Paris, 1930-1932. 2 vol.

Édouard Maugis, *História do Parlamento de Paris desde o advento dos reis Valois até a morte de Henrique* IV. Paris, 1913-1916. 3 vol.

Henry Jassemin, *The House of Paris contas no XV século.* Paris, 1933.

MM Postan, O custo da Guerra dos Cem Anos ", no *Passado e no Presente.* 27, 1964, pág. 34-53.

JF Willard e WA Morris, *The English Government at work, 1327-1336.* TI Cambridge (Massachusetts), 1940.

JH Ramsay, *A história das receitas dos Reis da Inglaterra.* Oxford, 1925. 2 vols.

Finanças e comércio sob Eduardo III, ed. George Unwin. Manchester, 1918; cana. 1962.

Gerald L. Harris, *King, Parliament and public finance in medieval England* to *1369.* Oxford, 1975.

GUERRA E SOCIEDADE

J. Barnie, *War in Medieval English* Society. Valores sociais *e a* Guerra *dos* Cem *Anos. 1337-1399.* London-Ithaca, 1974.

Guerra, Literatura e Política no final da Idade Média, ed. CT Allmand. Liverpool, 1976.

Siméon Luce, *França durante a Guerra dos Cem Anos.* Paris, 1890-1893. 2 vol.

Dominique Boutet e Armand Strubel, *Literatura, política e sociedade na França medieval.* Paris, 1979.

A profissão de historiador na Idade Média. Estudos sobre historiografia medieval, dir. por Bernard Guenée. Paris, 1977.

Pierre Champion, história poética da XV século. Paris, 1923. 2 vol.

A nobreza na Idade Média. XI -XV séculos. Ensaios em memória de Robert Boutruche, compilado por Philippe Contamine. Paris, 1976.

RL Kilgour, *O declínio da cavalaria como mostrado na literatura francesa do final da Idade Média.* Cambridge (Massachusetts), 1937.

Michel Mollat, *Os pobres na Idade Média.* Paris, 1978.

Estudos sobre a história da pobreza (Idade Média-XVI século), dir. por Michel Mollat. Paris, 1974. 2 vol.

Alfred Coville, "Documents on Flagellants", em *Literary History of France,* XXXVII, 1938, p. 390-411.

Philippe Ariès, *o homem antes da morte.* Paris, 1977.

Alberto Tenenti, *a vida ea morte através da arte* do *XV século.* Paris, 1952.

ORGANIZAÇÃO DA GUERRA

Philippe Contamine, *Guerra, Estado e sociedade no final da Idade Média.* Estudos *sobre os exércitos dos reis da França,* 1337-1494. Paris-Haia, 1972.

Herbert J. Hewitt, *A organização da guerra sob Edward III, 1338-1362*. Manchester, 1966.

Brice D. Lyon, *de feudo a escritura.* A *transição do contrato feudal para o não feudal na Europa Ocidental.* Cambridge (Massachusetts), 1957.

Maurice R. Powicke. *Obrigação militar na Inglaterra medieval.* Oxford, 1962.

A Guerra dos Cem Anos, ed. Kenneth Fowler. Londres, 1971.

Claude Gaier, *indústria e comércio de armas nos antigos principados belgas XII no final do XV século.* Paris, 1973.

A. Chatelain, *arquitetura militar medieval. Princípios básicos.* Paris, 1970.

Raymond Ritter, *Arquitetura Militar Medieval.* Paris, 1974.

Gabriel Fournier, *o castelo na França medieval. Ensaio de sociologia histórica.* Paris, 1978.

Bertrand Gille, *Os engenheiros do Renascimento.* Paris, 1964.

ARTE DA GUERRA

Philippe Contamine, *Guerra na Idade Média.* Paris, 1980. (New Clio).

Ferdinand Lot, *Arte Militar e Exércitos na Idade Média na Europa e no Oriente Próximo.* Paris, 1946. 2 vol.

JR Hale, *A arte da guerra e Renaissanee* England. Washington, 1961.

MH Keen, *As Leis da Guerra no final da Idade Média.* Londres, 1965.

T. Wise, *Medieval Warfare.* Nova York, 1976.

HW Koch, *Guerra Medieval.* Londres, 1978.

Philippe Contamine, *a bandeira do St. Denis a XIV e XV séculos. Estudo do simbolismo religioso e real.* Nancy, 1975.

DEMOGRAFIA E PRAGA NEGRA

Roger Mês, *Introdução à Demografia Histórica das cidades europeias no XIV ao XVIII século.* Gembloux, 1954-1956. 3 vol.

Demografia medieval. Fontes e métodos. Nice, 1972 (Atas do congresso da Associação de historiadores medievais do ensino superior público, Nice, 15-16 de maio de 1970).

Edward Baratier, *demografia provençais XIII ao XVI século.* Paris, 1961.

Arlette Higounet-Nadal *contas do tamanho e fontes da história demográfica de Perigueux, no XIV século.* Paris, 1965.

Elizabeth Carpentier e Jean Glénisson, "A população francesa no XIV séculos no *Annals* (ESC), 1962, p. 109-129.

Jean-Noël Biraben, *Homens e a peste na França e nos países europeus e mediterrâneos.* Paris-Haia, 1976. 2 vol.

Elisabeth Carpentier, "Around the Black Death: fome e epidemias na história da XIV século", em *Anais* (ESC), 1962, p. 1062-1092.

Alfred Coville, “Escritos contemporâneos sobre a peste de 1348 a 1350”, em *Literary History of France,* XXXVII, 1938, p. 325-390.

Jean Glénisson, "A segunda praga: a epidemia de 1360-1362 na França e na Europa", no Anuário-boletim da Sociedade de *História* da França, 1968-1969 (1971), p. 27-38.

CRISES E DESORDENS

Wilhelm Abel, *crises agrárias na Europa (XIII -XX* século). Paris, 1973.

Michel Mollat e Philippe Wolff, *Unhas azuis ", Jacques e Ciompi.* As *revoluções populares na Europa no XIV e XV séculos.* Paris, 1970.

Aldeias desertas e história econômica. XI XVIII século. Paris, 1965 (Escola Prática de Hautes Études, seção).

Marie-Thérèse de Medeiros, *Jacques e cronistas.* Paris, 1979.

Henri Denifle, *A Guerra dos Cem Anos e a Desolação de Igrejas, Mosteiros e Hospitais na França.* Paris, 1899.

Henry Denifle, *A desolação de igrejas, mosteiros e hospitais na França para o meio da XV século.* Macon, 1897.

Siméon Luce, *História de Jacquerie.* Paris, 1894.

Léon Mirot, *As insurreições urbanas no início do reinado de Carlos VI* (1380-1383), *suas causas, suas consequências.* Paris, 1905.

DAS ORIGENS A CHARLES V

Jean Favier, *Philippe le Bel.* Paris, 1978.

Eugène Déprez, *As preliminares da Guerra dos Cem Anos:* o papado, *França e Inglaterra, 1328-1342.* Paris, 1902.

HS Lucas, *Os Países de Direito e a Guerra dos Cem Anos, 1326-1347.* Ann Arbor, 1929.

AH Burne, *A Guerra de Crécy. Uma história militar da Guerra dos Cem Anos de 1337 à paz de Bretigny, 1360.* Londres, 1955.

Roland Delachenal, *História de Charles V.* Paris, 1909-1931. 5 vol.

J.-M. Tourneur-Aumont, *A Batalha de Poitiers e a Construção da França.* Poitiers-Paris, 1940.

Herbert J. Hewitt, *expedição do Príncipe Negro de 1355-1357.* Manchester, 1958.

Anais da conferência internacional de Cocherel, 16, 17 e 18 de *maio de* 1964. Vernon, 1966 (Les cahiers vernonnais).

PE Russell, A *intervenção inglesa na Espanha e em Portugal na época de Eduardo III e Ricardo II.* Oxford, 1955.

CRISE POLÍTICA E RELIGIOSA

Michael Nordberg, *os duques e a realeza. Estudos sobre a rivalidade dos duques de Orleans e da Borgonha, 1392-1407.* Upsal, 1964.

Alfred Coville, *Jean Petit, a questão da tyrannicide no início do XV século.* Paris, 1932.

Alfred Coville, *The Cabochians and the Ordinance of 1413.* Paris, 1888.

Étienne Delaruelle, Edmond-René Labande e Paul Ourliac, A Igreja *na época do Grande Cisma.* Paris, 1962-1964. 2 vol. (História da Igreja, XIV).

Noël Valois, *França e o Cisma do Grande Oeste.* Paris, 1896-1901. 4 vol.

Victor Martin, *As origens do galicanismo.* Paris, 1939. 2 vol.

Jean Favier, *Finanças pontifícias na época do Grande Cisma Ocidental.* Paris, 1966.

Gênesis e começos do Cisma do Grande Oeste (1362-1394). Paris, 1980.

Alfred Coville, *Gontier e Pierre Col e o humanismo na França na época de Carlos VI.* Paris, 1934.

John B. Morral, *Gerson e o Grande Cisma.* Manchester, 1960.

Ezio Ornato, *Jean de Muret e seus amigos Nicolas de Clamanges e Jean de Montreuil. Contribuição ao estudo da relação entre os humanistas de Paris e os de Avignon.* Genebra, 1969.

Pierre-Yves Badel, *Roman de la Rose na XIV século. Estudo da recepção de uma obra.* Genebra, 1980.

A RETOMA DA GUERRA

John JN Palmer, *Inglaterra, França e Cristandade, 1377-1399.* Londres, 1972.

Michael Jones, *Ducal da Bretanha, Relações com a Inglaterra e a França durante o reinado do duque João IV.* Oxford, 1970.

GA Knowlson, *John V, Duque da Bretanha* e da *Inglaterra.* Cambridge-Rennes, 1964.

Léon Mirot, *uma tentativa de invasão da Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos (1385-1386).* Paris, 1915.

Malcolm GA Vale, *Gasconha Inglesa, 1399-1453.* Oxford, 1970.

Philippe Contamine, *Azincourt.* Paris, 1964.

AH Burne, A *Guerra* Agincourt *. Uma* história *militar da última parte da Guerra dos Cem Anos de 1369 a 1453.* Londres, 1956.

C. Hibbert, *Agincourt.* Londres, 1964.

Nicholas H. Nicolas, *História da batalha de Agincourt e da expedição de Henrique Quinto à França em 1415.* Londres, 1832, reed. 1970.

RH Newhall, *A conquista inglesa da Normandia, 1416-1424.* New Haven-London, 1924.

Ernest F. Jacob, *The Fifteenth Century, 1399-1485.* Oxford, 1961. 2 vol. (História de Oxford da Inglaterra).

Ernest F. Jacob, *Henry V e a* invasão *da França.* Londres, 1947.

O RECONQUISTA FRANCÊS

André Bossuat, *Joana d'Arc.* Paris, 1967 (Que sais-je?).

G. du Fresne de Beaucourt, *História de Carlos VII.* Paris, 1881-1891. 6 vol.

Paul Le Cacheux, *Rouen na época de Joana d'Arc e durante a ocupação inglesa* (1419-1449). Rouen-Paris, 1931.

Roger Jouet, *Resistência à ocupação inglesa na Baixa Normandia (1418-1450).* Caen, 1969.

Auguste Longnon, *Paris durante a dominação inglesa, 1420-1436.* Paris, 1878.

JG Dickinson, *The Congress of Arras, 1435.* Oxford, 1955.

Marie-Rose Thielemans, *Borgonha, Inglaterra. Relações políticas e econômicas entre a Holanda e a Inglaterra da Borgonha, 1435-1467.* Bruxelas, 1966.

ESTUDOS BIOGRÁFICOS

Jules-Marie Richard, *uma sobrinha-neta de Saint Louis. Mahaut Condessa de Artois e Borgonha (1302-1329).* Paris, 1887.

André Plaisse, *Charles le Mauvais, Conde de Évreux, Rei de Navarra, Capitão de Paris.* Évreux, 1972.

Émile Molinier, *Estudo sobre a vida de Arnoul d'Audrehem, Marechal da França. 1302-1370.* Paris, 1883.

Jules Chavanon *Renaud Pons VI, Visconde de Turenne e* de *Carlat.* La Rochelle, 1903.

Siméon Luce, *História de Bertrand du Guesclin e seu tempo. A juventude de Bertrand du Guesclin. 1320-1364.* Paris, 1876.

Kenneth A. Fowler, *Tenente do Rei:* Henry *de Grosmont, primeiro duque de Lancaster.* Londres, 1969.

Henry de Surirey de Saint-Remy, *Jean II de Bourbon, Duque de Bourbonnais* e *Auvergne.* Paris, 1944.

Henri-Philippe Terrier de Loray, *Jean de Vienne, almirante da França (1341-1396).* Paris, 1977.

Françoise Lehoux, *Jean da França, duque de Berri* (1340-1416). Paris, 1966-1968. 4 vol.

Henri Moranvillé, *Estudo sobre a vida de Jean Le Mercier.* Paris, 1888.

Eugène Jarry, *A vida política de Louis de France, duc d'Orléans (1372-1407).* Paris, 1889.

Louis Battifol, *Jean Jouvenel, reitor dos mercadores da cidade de Paris (1360-1431).* Paris, 1894.

A. de Bouillé, *um conselheiro de Carlos VII, Marechal de la Fayette (1380-1463).* Paris, 1955.

E. Cosneau, *The Condestable of Richemont (Artur de Bretagne), 1393-1458.* Paris, 1886.

Pierre Champion, *Guillaume de Flavy, capitão de Compiègne.* Paris, 1906.

Albert Lecoy de la Marche, *Rei René.* Paris, 1875. 2 vol.

Gustave Dupont-Ferrier, *Gallia Regia, ou estado de oficiais reais de bailiwicks e senescais de 1328 a 1515.* Paris, 1942-1965. 7 vol.

EMPRESAS E FLAGERS

C. Guigue, *Les Tard-Venus en Lyonnais, Forez e Beaujolais. 1356-1369.* Lyon, 1886.

Jacques Monicat, *História de Velay durante a Guerra dos Cem Anos. As grandes empresas em Velay. 1358-1392.* Paris, ed. 1928.

Alexandre Tuetey, *Les Écorcheurs sob Carlos VII.* Montbéliard, 1874. 2 vol.

Philippe Contamine, "Empresas de aventura na França durante a Guerra dos Cem Anos", em *Mélanges de l'École française de Rome,* 1975, p. 365-396.

Aimé Chérest, *o Arcipreste.* Paris, 1879.

André Bossuat, *Perrinet Gressart e François de Surienne, agentes da Inglaterra.* Paris, 1936.

Jules Quicherat, *Rodrigue de Villandrando.* Paris, 1879.

ESTUDOS REGIONAIS

Guy Fourquin, *As campanhas da região de Paris no final da Idade Média.* Paris, 1964.

Jean Favier, *O comércio fluvial na região de Paris no XV século.* Paris, 1975.

Michel Mollat, *comércio marítimo normando no final da Idade Média.* Paris, 1952.

André Plaisse, *O baronato de Neubourg.* Paris, 1961.

Henri Touchard, *comércio marítimo bretão no final da Idade Média.* Paris, 1967.

Robert Boutruche, *A crise de uma sociedade: senhores e camponeses* de *Bordéus durante a Guerra dos Cem Anos.* Paris, 1947.

Jacques Bernard, *Ships and Seafarers in Bordeaux (c. 1400-c. 1550).* Paris, 1968.

Charles Samaran, *La Gascogne nos registros do Trésor des Charters.* Paris, 1966.

Philippe Wolff, *Shops and merchants of Toulouse (cerca de 1350-cerca de 1450).* Paris, 1954.

Pézenas, cidade e país, XIII -XX séculos. Montpellier, 1976 (Federação Histórica do Languedoc e Roussillon Mediterrâneo).

Édouard Baratier e Félix Reynaud, *História do Comércio em Marselha.* T. II, de 1291 a 1480. Paris, 1951.

Maria Theresa Lorcin, *campanhas na região de Lyon a XIV -XV séculos.* Lyon, 1974.

Jean-François Bergier, *Genebra e a economia renascentista europeia.* Paris, 1963.

Henri Dubois, *As feiras de Chalon e o comércio no vale do Saône no final da Idade Média (c. 1180-c. 1430).* Paris, 1976.

O papel do sal na história, ed. por Michel Mollat. Paris, 1968.

Yves Renouard, *Estudos de história medieval.* Paris, 1968. 2 vol.

SOCIEDADE URBANA E ECONOMIA

Raymond Cazelles, *Do final do reinado de Philippe Auguste até a morte de Charles V.* Paris, 1972 (Nova história de Paris).

Jean Favier, *Paris no XV século.* Paris, 1975 (Nova história de Paris).

Bronislaw Geremek *O salário no artesanato parisienses a XIII - XV séculos.* Paris, 1968.

Bronislaw Geremek, *Marginal Paris a XIV -XV séculos.* Paris, 1976.

Bernard Chevalier, *Tours, cidade real.* Paris, 1974.

Robert Favreau, *A cidade de Poitiers no final da Idade Média.* Paris, 1978.

John Schneider, *A cidade de Metz a XIII e XIV séculos.* Nancy, 1950.

Pierre Desportes, *Reims e Reims o XIII e XIV séculos.* Paris, 1979.

André e Sylvie Plaisse, *Vida municipal em Évreux durante a Guerra dos Cem Anos.* Évreux, 1978 .

Arlette Higounet-Nadal, *Perigueux* a *XIV e XV séculos. Estudo demográfico histórico.* Bordeaux, 1978.

Yves Renouard, *Bordeaux sob os reis da Inglaterra.* Bordeaux, 1965 (History of Bordeaux, editado por Charles Higounet).

NA MESMA COLEÇÃO

Pierre AUBÉ

Françoise AUTRAND

Jean-Pierre BABELON

Michel BAR-ZOHAR

Jean BÉRENGER

Jean-François BERGIER

Guillaume de BERTIER de SAUVIGNY

Jean-Paul BLED

François BLUCHE

Michel de BOÜARD

Michel CARMONA

Duque de CASTRIES

Pierre CHEVALLIER

Eugen CIZEK

Ronald W. CLARK

André CLOT

Ivan CLOULAS

André CORVISIER

Liliane CRETE

Daniel SOBREMESA

Godefroy de Bouillon

Thomas Becket

Carlos VI

Henry IV

Ben Gurion

Turenne

Guillaume Tell

Metternich

Franz Joseph

Luís XIV

William, o conquistador

Marie de Medici

Richelieu

Mirabeau

Luís XIII

Henry III

Nero

Benjamin Franklin

Solimão, o Magnífico

Haroun al-Rashid

Os Bórgias

Catarina de Médicis

Laurent o Magnífico

Henry II

Louvois

Coligny

Fouquet

Jean DEVIOSSE

Michel DUCHEIN

Jacques DUQUESNE

Georges-Henri DUMONT

Danielle ELISSEEFF

Jean ELLEINSTEIN

Paul FAURE

Jean FAVIER

Marc FERRO

Lothar GALL

Max GALLO

Louis GIRARD

Pauline GREGG

Pierre GRIMAL

Pierre GUIRAL

Leon E. HALKIN

Brigitte HAMANN

Jacques HARMAND

Jacques HEERS

Francois HINARD

Michel HOÀNG

EBERHARD HORST

Gerard ISRAEL

Jean JACQUART

Paul Murray KENDALL

Yvonne LABANDE-MAILFERT

Claire LALOUETTE

André O REVERENDO

Evelyne LEVER

Robert K. MASSIE

Pierre MIQUEL

Joao bom

Marie Stuart

Santo eligio

Maria da Borgonha

Hideyoshi

Stalin

Ulisses, o Cretense

Alexandre

Filipe o Belo

François Villon

Pétain

Bismarck

Garibaldi

Napoleon III

Charles I

Cicero

Adolphe Thiers

Erasmus

Elisabeth da Austria

Vercingetórix

Marco polo

Maquiavel

Sylla

Genghis khan

César

Cyrus, o grande

Francis

Bayard

Luís XI

Ricardo III

Warwick the Kingmaker

Carlos VIII

O Império dos Ramsés

Tebas

Lyautey

Luís XVI

Luís XVIII

Pedro o grande

A grande guerra

História da França

Poincaré

A segunda Guerra Mundial

As guerras de religião

Ines MURAT

Daniel NONY

Stephen B. OATES

Joseph PÉREZ

Régine PERNOUD

Jean-Christian PETITFILS

Claude POULAIN

Bernard QUILLIET

Jean RICHARD

Pierre RICHÉ

Jean-Paul Roux

Yves SASSIER

Klaus SCHELLE

William SERMAN

Daniel Jeremy SILVER

Jean-Charles SOURNIA

Laurent THEIS

Jean TULARD

Bernard VINOT

Colbert

II república

Calígula

Lincoln

Isabella e Ferdinand, Reis Católicos da Espanha

Jeanne d'Arc

Homens da Cruzada

Coração de Richard Lion

O regente

Jacques Heart

Luís XII

Saint Louis

Gerbert d'Aurillac

Babur

Hugues Capet

Carlos o Ousado

A Comuna de Paris

Moisés

Blaise de Monluc

Dagobert

Napoleon